SEMINÁRIO DE ESTUDOS DA INFORMAÇÃO

Série Estudos da Informação, vol. 7

O papel social da Ciência da Informação em novos contextos

Organizadores:

Natália Bolfarini Tognoli
Jóice Cleide Cardoso Ennes de Souza
Lucia Maria Velloso de Oliveira
Renato de Mattos

SEMINÁRIO
DE ESTUDOS
DA INFORMAÇÃO

O papel social da Ciência da Informação em novos contextos

Série Estudos da Informação, vol. 7

Niterói
2023

Organizadores: Natália Bolfarini Tognoli
Jóice Cleide Cardoso Ennes de Souza
Lucia Maria Velloso de Oliveira
Renato de Mattos

Editora: IACS/UFF – Niterói, 2023

ISBN: 978-65-994797-1-7

DOI: https://doi.org/10.29327/5155283

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

O Papel social da ciência da informação em novos contextos [livro eletrônico] / organização Natália Bolfarini Tognoli...[et al.]. -- 1. ed. -- Niterói, RJ : ELEETEELE : IACS/UFF, 2023. -- (Série estudos da informação ; 7)
PDF.

Outros organizadores: Joice Cleide Cardoso Ennes de Souza, Lucia Maria Velloso de Oliveira, Renato de Mattos.
Bibliografia.
ISBN 978-65-994797-1-7

1. Acesso à informação 2. Arquivologia 3. Biblioteconomia e ciência da informação 4. Ciência da informação I. Tognoli, Natália Bolfarini. II. Souza, Joice Cleide Cardoso Ennes de. III. Oliveira, Lucia Maria Velloso de IV. Mattos, Renato de. V. Marcondes, Carlos Henrique. VI. Série.

23-142502 CDD-020

Índices para catálogo sistemático:

1. Biblioteconomia e Ciência da Informação 020

Aline Graziele Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

DIREITO AUTORAL E DE REPRODUÇÃO
Direitos de autor ©2023 para os capítulos individuais dos autores. São permitidas cópias para fins privados e acadêmicos, desde que citada a fonte e autoria. A republicação desse material requer permissão dos detentores dos direitos autorais. Os editores deste volume são responsáveis pela publicação e detentores dos direitos autorais da obra.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

Reitor
Antonio Claudio Lucas de Nóbrega

Vice-Reitor
Fábio Barboza Passos

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação e Inovação
Monica Maria Guimarães Savedra

Direção do Instituto de Arte e Comunicação Social
Flavia Clemente de Souza

Vice-direção
Clarissa Moreira dos Santos Schmidt

Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação – PPGCI/UFF
Natália Bolfarini Tognoli

Vice-coordenação
Michely Jabala Mamede Vogel

Comissão editorial, projeto gráfico, normalização, diagramação, formatação e capa
Luiz Eugenio Teixeira Leite / ELEETELE

Comissão Científica:

André Malverdes (UFES)
Anna Carla Almeida Mariz (UNIRIO)
Brígida Cervantes (UEL)
Francisco Alcides Cougo Júnior (UFSM)
Gercina Angela de Lima (UFMG)
Hagar Espanha Gomes (CNPq)
Helen de Castro Silva Casarin (UNESP)
Ivone Sá (FIOCRUZ)
Jorge Revez (Universidade de Lisboa)
Julietti de Andrade (UFF)
Lenora de Beaurepaire da Silva Schwaitzer (UFES)
Mabel Meira Mota (UFBA)
Marcelo dos Santos (USP)
Marcos Luiz Cavalcanti de Miranda (UNIRIO)
Maria Cristina Vieira de Freitas (Univ. de Coimbra)
Marielle de Moraes (UFF)
Mônica Tenaglia (UFPA)
Raquel Luise Pret Coelho (UFF)
Tatiana de Almeida (UNIRIO)
Thiago Henrique Bragato Barros (UFRGS)
Welder Antonio Silva (UFMG)

O presente trabalho foi realizado com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro – FAPERJ.

Sumário

APRESENTAÇÃO..... 9

CONFERÊNCIAS DE ABERTURA 12

ARQUIVOS COMUNITÁRIOS E O TRABALHO DE MEMÓRIA LIBERTADORA 13
ARQUIVOS COMUNITÁRIOS: MEMÓRIAS, VISIBILIDADE E DESAFIOS 27

CONFERÊNCIA DE ENCERRAMENTO.....38

A FUNÇÃO SOCIAL DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO 39

SEÇÃO I . ACESSO À INFORMAÇÃO E PROTEÇÃO DE DADOS NOS CONTEXTOS NACIONAL E INTERNACIONAL 65

ARQUIVOS E DIREITOS HUMANOS: O ACESSO À INFORMAÇÃO 66
A BANALIZAÇÃO DO SIGILO NO BRASIL E O BALANÇO ENTRE O DIREITO À INFORMAÇÃO E À PRIVACIDADE 87
DESVIOS DE CONDUTA NA COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA: LEVANTAMENTO PRELIMINAR 107
A DEMOCRATIZAÇÃO E A ORGANIZAÇÃO: O PAPEL DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO 125
SERVIÇOS DE VISUALIZAÇÃO DE DADOS EM BIBLIOTECAS ACADÊMICAS.....144
TERMOS E POLÍTICAS DE USO DE PLATAFORMAS DIGITAIS: UM OLHAR PARA AS PUBLICAÇÕES BRASILEIRAS EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO 157

SEÇÃO II . DIMENSÕES TEÓRICAS E EPISTEMOLÓGICAS DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO.....176

TEMÁTICAS DE PESQUISA NO DOUTORADO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO NO BRASIL: UMA ANÁLISE REFERENCIADA NOS PARADIGMAS DE CAPURRO 177
REPRESENTAÇÃO DO CONHECIMENTO ORIUNDO DE COOPERAÇÃO: BASES TEÓRICAS.....195
UMA VISITA AOS PRIMEIROS ANOS DE DOKVIT: O QUE PODEMOS APRENDER COM AS ESTRATÉGIAS POLÍTICO-EPISTEMOLÓGICAS DO PROGRAMA DE DOCUMENTAÇÃO NORUEGUÊS?.....213
CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO NO CONTEXTO DA SAÚDE: O INFORMACIONISTA DE PESQUISA E OUTROS ATORES.....230
REGIMES DE INFORMAÇÃO NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS DE INCLUSÃO NO CAMPO EDUCACIONAL: UM OLHAR PARA O ENSINO SUPERIOR E SUAS BIBLIOTECAS.....250

A IMPORTÂNCIA DE MARILENA LEITE PAES NA CLASSIFICAÇÃO DE ARQUIVOS CORRENTES NO BRASIL 270

SEÇÃO III . ORGANIZAR E PRESERVAR PARA O ACESSO 293

AS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NA PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA INSTITUCIONAL: O DOCUMENTO ARQUIVÍSTICO NA REDE DE CENTROS DE MEMÓRIA MARISTA 294

IDENTIFICAÇÃO ARQUIVÍSTICA APLICADA AO ESTUDO DO ARQUIVO DO HORTO DE PLANTAS MEDICINAIS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ 315

O MODELO DOS ARQUIVOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DAS CAPITAIS BRASILEIRAS 335

PROPOSTA DE MODELO CONCEITUAL PARA CLASSIFICAÇÃO EM ARQUIVOS 351

PROGRAMA DE GESTÃO DE DOCUMENTOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI (PGD-NITERÓI): PROPOSTA DE DIRETRIZES NORMATIVAS E METODOLÓGICAS 369

NOVAS PRÁTICAS INFORMACIONAIS DAS BIBLIOTECAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE NO CONTEXTO DA PANDEMIA DA COVID-19 390

DOCUMENTOS AUDIOVISUAIS NO AMBIENTE DIGITAL: IDENTIFICAÇÃO E RECONHECIMENTO ARQUIVÍSTICO 411

INICIATIVAS PARA PRESERVAÇÃO AUDIOVISUAL NO MUNDO 422

ANÁLISE DE CITAÇÕES POR GÊNERO EM TESES E DISSERTAÇÕES: LEVANTAMENTO 432

SEÇÃO IV . NOVAS AGENDAS DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO 451

REFLEXÕES SOBRE A ÉTICA PROFISSIONAL E A RESPONSABILIDADE SOCIAL DO ARQUIVISTA COM A JUSTIÇA SOCIAL 452

CIÊNCIA CIDADÃ E ARQUIVOS COMUNITÁRIOS NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO . 465

DOCUMENTOS ARQUIVÍSTICOS DIGITAIS: NOVAS PROPOSTAS TRANSDISCIPLINARES 486

POLÍTICAS DE AQUISIÇÃO EM ARQUIVOS: UM TEMA NECESSÁRIO 505

AQUISIÇÃO NOS MANUAIS DE ARQUIVOLOGIA PUBLICADOS ENTRE 1898 E 1944 526

IDENTIFICAÇÃO ARQUIVÍSTICA COMO MÉTODO PARA A GESTÃO DE DOCUMENTOS E INTEGRIDADE PÚBLICA SUSTENTÁVEL 545

Apresentação

Profa. Natália Bolfarini Tognoli[1]

A informação, enquanto um produto sócio-histórico, deve ser registrada e institucionalizada para garantir sua portabilidade no espaço e permanência no tempo (Smit; Barreto, 2002), possibilitando, assim, sua organização e preservação para um fim maior: o acesso.

Nas últimas décadas, o acesso à informação tem sido tema de debate na Ciência da Informação, na Arquivologia e na Biblioteconomia, seja por sua democratização a partir de novas formas de produção e disseminação da informação, em especial com as redes sociais, seja pela legalização do direito de acesso à informação e da proteção de dados pessoais por meio de legislação específica nos contextos nacional e internacional.

Com a explosão informacional decorrente da produção de conhecimento em ambientes dinâmicos e heterogêneos, novos desafios são adicionados àquele de organizar e preservar para acessar. Para além da democratização do acesso, emergem questões sobre a ampliação da participação do cidadão na produção da ciência e de registros sobre suas comunidades, configurando novas agendas de pesquisa no campo da Ciência da Informação.

Nesse contexto, o Seminário de Estudos da Informação, em sua sétima edição, teve como tema o papel social da Ciência da Informação a partir das discussões sobre a ciência cidadã e sobre os arquivos comunitários, fomentando o diálogo interdisciplinar entre pesquisadores cujos trabalhos perpassam as temáticas elencadas.

[1] Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação

O Seminário de Estudos da Informação do PPGCI/UFF tem buscado, desde sua primeira edição (2010), promover reflexões sobre temáticas e abordagens inovadoras, e pouco exploradas no cenário informacional brasileiro. Nesse sentido, todas as edições do evento buscaram contemplar discussões de temas transversais aderentes à Ciência da Informação, Biblioteconomia e Arquivologia

Com o objetivo de perpetuar o conhecimento produzido e disseminado no evento, o presente livro traz uma seleção dos trabalhos que foram apresentados no Seminário e que foram avaliados pela comissão científica para que pudessem ser publicados como capítulo. Os textos presentes aqui, escritos por docentes e discentes dos programas de pós-graduação em Ciência da Informação de diversas instituições brasileiras e estrangeiras, trazem reflexões que perpassam as dimensões sociais, culturais, epistemológicas e aplicadas da Ciência da Informação e de suas áreas afins, tangenciando os temas dos arquivos comunitários e da ciência cidadã.

Os textos escolhidos para abrir essa obra têm como função introduzir o leitor nos temas do Seminário, apresentando um panorama nacional e internacional dos estudos dos arquivos comunitários e da produção científica sobre a ciência cidadã e sua relação com a Ciência da Informação. Para tanto, foram convidadas as professoras Michelle Caswell, da Universidade da Califórnia, e Mônica Tenaglia, da Universidade Federal do Pará, para um rico diálogo acerca das diferentes experiências com os arquivos comunitários nos Estados Unidos e Brasil. Em seguida, o professor Carlos Guardado da Silva, da Universidade de Lisboa, nos brinda com um texto em forma de ensaio no qual discute a função social da Ciência da Informação em novos contextos, nas dimensões teórica e prática.

Além dos textos destacados, outros 27 trabalhos compõem essa obra, dispostos em quatro seções temáticas. A primeira, intitulada ***Acesso à Informação e proteção de dados nos contextos nacional e internacional***, evidencia as relações entre o acesso à informação e a proteção dos dados pessoais com os direitos humanos e a democratização da informação. A segunda seção, cujo título é ***Dimensões teóricas e epistemológicas***

da Ciência da Informação, traz textos que discutem o papel de importantes marcos teóricos da Ciência da Informação, Arquivologia e Biblioteconomia, as temáticas de pesquisa na área no Brasil, as políticas de inclusão no campo da educação, a CI no contexto da saúde e sua relação com a Organização do Conhecimento. Tem-se, portanto, uma seção com diferentes temas que tangenciam as questões epistemológicas e teóricas da área. A terceira seção, ***Organizar e preservar para o acesso***, tem como objetivo apresentar relatos de experiências em organizações, tendo como fio condutor o acesso à informação registrada. Aqui são discutidos instrumentos e processos de organização em arquivos públicos, práticas informacionais em bibliotecas e a preservação de documentos digitais. Por fim, a quarta seção, ***Novas agendas de pesquisa em Ciência da Informação***, apresenta os temas atuais discutidos na área como os arquivos comunitários, a justiça social, a ciência cidadã, as políticas de aquisição em arquivos e a Agenda 2030 das Nações Unidas, que se configuram como novas agendas de pesquisa na área.

Espera-se que os trabalhos selecionados nesta obra inspirem as pesquisas em Ciência da Informação no Brasil, em especial aquelas que guardam relação com o tema dos arquivos comunitários e da ciência cidadã, e que a função social da Ciência da Informação seja mais bem explorada não apenas no contexto acadêmico, mas, também, pela sociedade.

Por fim, registra-se aqui, um agradecimento aos autores dos textos, aos colegas organizadores desta obra, aos professores do PPGCI, aos membros da Comissão Científica, aos alunos do PPGCI – em especial à representação discente e aos bolsistas do programa - e à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro – FAPERJ.

REFERÊNCIA

SMIT, J.W; BARRETO, A. de A. **Ciência da informação: base conceitual para a formação do profissional.** In: VALENTIM, M.L.P. (org.) Formação do profissional da informação. São Paulo: Polis, 2002, p. 9-23.

Conferências de Abertura

ARQUIVOS COMUNITÁRIOS E O TRABALHO DE MEMÓRIA LIBERTADORA[2]

COMMUNITY ARCHIVES AND LIBERATORY MEMORY WORK

Michelle Caswell[3]
caswell@gseis.ucla.edu

Estou muito feliz por estar aqui hoje. Quero agradecer especialmente a Natalia Tognoli por me ter convidado. Tive dias fantásticos aqui. A minha palestra, cujo título é "*Community Archives and Liberatory Memory Work* ", é baseada em meu livro, *Urgent Archives: Enacting Liberatory Memory Work,* publicado pela Editora Routledge, em 2021.

Quero falar com vocês hoje sobre um mundo de possibilidades para arquivistas, onde arquivos de todos os tipos - aqueles vinculados a instituições acadêmicas, repositórios governamentais e arquivos de comunidades independentes - são acionados de forma urgente em direção ao ativismo contemporâneo contra as estruturas opressivas como a supremacia branca e o heteropatriarcado. Penso que primeiro, nós, como arquivistas, bibliotecários e estudiosos da informação precisamos olhar para arquivos independentes, que representam e servem às comunidades minoritárias, como uma forma de inspiração.

[2] Tradução livre do texto da conferência de abertura "Community Archives and Liberatory Memory Work", proferida pela Profa. Michelle Caswell, na ocasião do VII Seminário de Estudos da Informação, realizado em Niterói, nos dias 06 e 07 de outubro de 2022. Tradução realizada por Natália Tognoli.

[3] Universidade da Califórnia, Los Angeles (UCLA).

Mas antes de chegar lá, eu quero me apresentar. Minha análise é baseada em minhas experiências como americana, especificamente uma mulher americana branca da classe trabalhadora. Este é um contexto cultural muito específico. Mas, embora minhas experiências específicas possam ser diferentes das suas ou estranhas a vocês, eu defendo que o argumento geral ainda se mantém. Acho que podemos ter uma conversa realmente interessante após a minha palestra sobre o que é diferente e o que é semelhante nos contextos de vocês, porém, há sempre desequilíbrios de poder e inequidades em qualquer contexto cultural ou nacional.

Eu sou uma pesquisadora dos estudos arquivísticos e cofundadora do arquivo comunitário *South Asian American Digital Archive*, ou SAADA. Por um lado, estou envolvida no mundo da pesquisa, das publicações e do ensino. E, por outro lado, estou envolvida no mundo de remoção de grampos, digitalização e criação de metadados, lidando com doadores, submetendo projetos para financiamento, e dando consultoria sobre política de organização de acervos. Então, eu visto todas essas camisas hoje; para mim, esses dois papeis são inseparáveis, a pesquisa impulsiona a prática, a prática impulsiona a pesquisa. E como uma pesquisadora dos estudos arquivísticos, inserida nas ciências sociais e nas humanidades, eu coleto dados empíricos para responder às questões sobre as coisas, enquanto penso criticamente sobre como elas podem ser. Essas duas abordagens estão refletidas nesta fala.

Quero iniciar com duas definições. A primeira definição é a de *arquivo comunitário*. Divergindo de séculos de pensamento arquivístico sobre documentos governamentais e burocráticos, a última década assistiu à rápida expansão das investigações sobre o que agora chamamos de arquivos comunitários, cujas primeiras tentativas de descrever o fenômeno emergiram do Reino Unido. Flinn, Stevens e Shepherd (2009, p. 75) definiram que "uma comunidade é qualquer grupo de pessoas que se reúnem e se apresentam como tal e um 'arquivo comunitário' é o produto de suas tentativas de documentar a história de seus

pontos em comum[4]". Ainda segundo esses autores, "a característica que define os arquivos comunitários é a participação ativa de uma comunidade em documentar e tornar acessível a história de seu grupo particular e/ou localidade, ***de acordo com seus próprios termos***[5]" (FLINN; STEVENS; SHEPHERD, 2009, p. 73).

Essa definição é um ótimo ponto de partida, mas requer um refinamento no atual contexto norte-americano. Mais especificamente, não podemos discutir o fenômeno dos arquivos comunitários nos Estados Unidos sem abordar as desigualdades de poder. De maneira geral, podemos dividir os arquivos comunitários em duas categorias – aqueles que representam e servem às comunidades dominantes, como algumas sociedades históricas que são frequentemente investidas de uma história supremacista branca como forma de manter ou aumentar os valores de propriedade locais, e aqueles que representam e servem comunidades sub-representadas, marginalizadas e/ou oprimidas.

A minha pesquisa aborda esse último tipo de arquivo comunitário. Poderíamos chamá-los mais especificamente de arquivos comunitários de identidades minoritárias (*minoritized identity-based community archive*) que compartilham uma história de opressão, seja ela de supremacia branca, heteropatriarcado, colonialismo, capitalismo, capacidade, e suas complexas interseções. Além disso, é importante distinguir os arquivos comunitários independentes dos projetos voltados para a reunião/coleção de documentos de comunidades por instituições dominantes. Estes esforços são incrivelmente importantes, mas têm questões diferentes em termos de autonomia, independência, agilidade, sustentabilidade etc. Portanto, para deixar claro, quando digo "arquivos comunitários", quero dizer "arquivos

[4] "A community is any group of people who come together and present themselves as such and a 'community archive' is the product of their attempts to document the history of their commonality" (FLINN; STEVENS; SHEPHERD, 2009, p. 75).

[5] "The defining characteristic of community archives is the active participation of a community in documenting and making accessible the history of their particular group and/or locality ***on their own*** **terms"** (FLINN; STEVENS; SHEPHERD, 2009, p. 73).

comunitários de identidades minoritárias", o que é complicado e não se traduz facilmente em uma bela sigla.

Alguns exemplos de arquivos comunitários no contexto norte-americano são: *La Historia Historical Society*[6] que preserva a história de uma comunidade agrícola latina em El Monte, a leste de Los Angeles; O Museu e Arquivo Histórico Skid Row[7] que reúne material que documenta a história de uma área de pouco investimento do centro de Los Angeles, conhecida pela situação de insegurança habitacional de seus moradores; o projeto *Texas After Violence*[8] que documenta as histórias daqueles que foram impactados pela violência do Estado e pelo encarceramento em massa. Autonomia é a chave para entender essas instituições de memória. As pessoas representadas nos documentos são seus usuários primários, e também estão realizando um trabalho arquivístico. Eles invocam o slogan dos direitos das pessoas com deficiência dos anos 70: "Nada sobre nós sem nós"[9].

Outra importante definição para essa palestra é o termo "supremacia branca", definida como

> […] um sistema político, econômico e cultural no qual os brancos controlam esmagadoramente o poder e os recursos materiais, as ideias conscientes e inconscientes de superioridade e direitos dos brancos são amplamente difundidas, e as relações de domínio branco e subordinação não-branca são diariamente reencenadas através de uma ampla gama de instituições e ambientes sociais" (ANSLEY[10], 1989, p. 993).

---

[6] https://www.lahistoriamuseum.org/
[7] https://www.lapovertydept.org/category/projects/skid-row-history-museum-archive/
[8] https://texasafterviolence.org/
[9] *Nothing about us without us.*
[10] *"[…]a political, economic, and cultural system in which whites overwhelmingly control power and material resources, conscious and unconscious ideas of White superiority and entitlement are widespread, and relations of white dominance and*

A supremacia branca não descreve apenas a Ku Klux Klan ou nazistas, ou aqueles que invadiram o Capitólio dos EUA em 06 de janeiro de 2022. Trata-se de uma força muito mais difundida e insidiosa. Por esta definição, os arquivos ocidentais dominantes são organizações supremacistas brancas. A supremacia branca está impregnada em nossos sistemas, em nossas teorias, em nossas práticas. Erradicá-la não é tão simples quanto coletar materiais de negros, índios e comunidades marginalizadas. Ela exige uma revisão completa de nossos sistemas, teorias e práticas. E é isso que estou defendendo aqui hoje.

Durante a última década, grande parte da minha pesquisa concentrou-se na importância da representação nos arquivos, em como é vital para os membros de comunidades minoritárias verem-se nos arquivos, particularmente nos arquivos comunitários independentes que se articulam em torno de identidades minoritárias. Assim, aqueles que conhecem meu trabalho, podem me associar ao termo "aniquilação simbólica", usado nos estudos de mídia para falar sobre as formas como os membros de comunidades minoritárias estão ausentes, sub-representados, mal representados ou são caluniados na mídia convencional (CASWELL; CIFOR; RAMIREZ, 2016).

Meu trabalho empírico mostrou como membros de comunidades minoritárias nos EUA se sentem simbolicamente aniquilados pela falta de representação adequada e complexa em arquivos ocidentais dominantes e as formas como arquivos comunitários de identidades minoritárias independentes contrariam essa aniquilação simbólica com sentimentos do que chamamos de " pertencimento representacional " que têm um grande impacto ontológico, epistemológico e social sobre os usuários. Como disse uma usuária sul-asiática americana do SAADA ao ver o arquivo pela primeira vez: “foi como de repente me descobrir existindo”. Isso muda você completamente, ao ver-se representado nos arquivos, após ser aniquilado simbolicamente, ou seja, ser informado de que "não há nada aqui" documentando sua comunidade, de que você é o primeiro e único, sempre, que não há antecedentes quando você sabe que há. Isto

non-white subordination are daily reenacted across a broad array of institutions and social settings” (ANSLEY, 1989, p. 993).

é verdade e continua a ser verdade. A representação é importante. Mas aqui, quero falar não apenas de representação, mas de libertação e sobre como os arquivos podem contribuir para a libertação humana.

Em 2022 Duff e Harris usaram pela primeira vez o termo "descrição libertadora" (*liberatory description*) para propor novas formas de pensar as normas de descrição que, entre outras coisas "encorajariam os arquivistas a penetrar as vozes dominantes no processo de criação dos documentos...exigindo um compromisso com os marginalizados e silenciados (DUFF; HARRIS, 2002, p. 285)[11]. Ainda nesta linha, Chandre Gould e Verne Harris propõem o termo "trabalho de memória libertadora" (*liberatory memory work*) em um relatório de 2014 para a Fundação Nelson Mandela, para tratar de uma série de práticas de memória destinadas a prevenir a recorrência da injustiça sistêmica. "O objetivo do trabalho de memória libertadora é liberar as sociedades dos ciclos de violência, preconceito e ódio e, em vez disso, criar sociedades vibrantes e conscientes que se esforçam para alcançar um equilíbrio justo entre os direitos individuais e coletivos (GOULD; HARRIS, 2014, p. 5)[12].

Enquanto a libertação assumirá várias formas, fará várias exigências e demandará várias teorias e práticas arquivísticas dependendo do contexto, as abordagens emancipatórias centralizarão fundamentalmente as comunidades oprimidas, utilizando documentos e arquivos para inverter as hierarquias dominantes causadas pela supremacia branca, heteropatriarcado, capitalismo e outras formas de opressão. Tal inversão não visa substituir aqueles atualmente no topo da hierarquia por aqueles na base, mas sim, desmantelar completamente a noção e a instanciação da hierarquia, para que todos os humanos possam viver

[11] *"[…] would encourage archivists to get in under the dominant voices in the processes of record making…requir[ing] engagement with the marginalized and silenced"*. (DUFF; HARRIS, 2002, p. 285).

[12] "*The aim of liberatory memory work is to release societies from cycles of violence, prejudice, and hatred and instead to create vibrant and conscious societies that strive to achieve a just balance of individual and collective rights*" (GOULD; HARRIS, 2014, p. 5).

vidas mais consensuais, eliminando as disparidades na distribuição das oportunidades de vida.

Os bibliotecários, arquivistas e estudiosos da informação têm um papel fundamental a desempenhar na libertação humana através do trabalho de memória libertadora. São delineadas três formas importantes com as quais os arquivistas podem se engajar no trabalho de memória libertadora:

1. Acionando os documentos para a autonomia temporal
2. Acionando os documentos para o autoconhecimento das comunidades minoritárias
3. Acionando os documentos para a redistribuição de recursos.

Nesta formulação, o trabalho de memória libertadora tem três aspectos: o temporal, o afetivo ou emocional, e o material, esboçados a seguir:

AUTONOMIA CRONOLÓGICA E OS ASPECTOS TEMPORAIS DO TRABALHO DE MEMÓRIA LIBERTADORA

Para muitas comunidades não dominantes em todo o mundo, o tempo não é linear, e o progresso não é inevitável. A temporalidade - como vivemos o tempo e nosso lugar nele - está intrinsecamente ligada ao potencial libertador dos arquivos e do trabalho de memória de forma mais ampla. Para nos libertarmos da opressão, devemos primeiro nos libertar e libertar nossas práticas arquivísticas das construções dominantes que veem o tempo como uma progressão linear.

A teoria arquivística ocidental dominante se baseia na linearidade cristã e nas narrativas de progresso do Iluminismo. Nesta teoria, por exemplo, "o documento" registra um momento fixo no tempo, o

passado, em que os arquivistas intervêm no presente, para preservar para o futuro. O passado aconteceu, acabou, o presente é agora, o futuro ainda está por vir. Em uma linha. Isto também, não por coincidência, mapeia as formas dominantes de falar sobre o progresso social, pelo menos nos EUA. O passado aconteceu com suas injustiças, a escravidão aconteceu, por exemplo, as coisas melhoraram progressivamente com o movimento de direitos civis, elas irão melhorar ainda mais no futuro, à medida que o inevitável desdobramento da promessa americana for cumprido. Em uma linha, certo? Uma progressão linear.

No entanto, esta é apenas uma das muitas maneiras de pensar sobre o tempo. Temporalidades não-dominantes postas pelas tradições hindus e indígenas, especulações afro-futuristas e teorias queer, todas desafiam o tempo linear. Para dar apenas um exemplo, emergindo da crítica jurídica afro-americana, a Teoria Crítica da Raça postula que as narrativas de progresso linear são falácias, afirmando que as desigualdades raciais só são retificadas quando isso converge com os interesses dos brancos, e não devido à inevitabilidade imaginada da justiça.

A incomensurabilidade das concepções cíclicas de tempo do Sul global com as narrativas de progresso linear do Norte global levou o filósofo Charles W. Mills (2014) a chamar este último de "tempo branco". Como liberar arquivos e documentos do tempo branco? Como os tropos temporais sobre os registros, enraizados no imaginário temporal branco, se tornaram instrumentos de opressão na teoria e prática dominante dos arquivos? Se os documentos são, "representações persistentes de atividades" (YEO, 2007) que atravessam o espaço e o tempo, como eles são transformados quando o tempo é concebido como cíclico? E se os documentos não são fixos no tempo linear, mas se deslocam através do espaço e do tempo à medida que são usados e reutilizados, ativados e reativados?

Começando no final de 2016, logo após a eleição do Presidente Donald Trump, uma equipe de estudantes de pós-graduação e eu reunimos grupos focais com usuários de arquivos comunitários em cinco locais diferentes no sul da Califórnia. O que descobrimos foi que estas comunidades minoritárias não viam o tempo como uma narrativa de progresso linear

onde as coisas inevitavelmente melhoravam para suas comunidades, mas sim viam, repetidamente, ciclos de opressão se repetirem. Que a mesma opressão que elas estão vivenciando agora também foi vivenciada pelas gerações anteriores. Essa história estava se repetindo.

Através de comunidades e identidades, os usuários de arquivos comunitários articularam concepções de arquivos como espaços para conectar a injustiça do passado com o ativismo contemporâneo, forjando o que eu chamo de *momentos corolários* através da ativação de *documentos corolários*. Os documentos corolários registram momentos recorrentes no tempo em que se repetem as mesmas opressões ou opressões similares. Um momento corolário é um ponto no tempo com precedência histórica, onde o pêndulo gira de volta para o mesmo lugar em que havia estado antes. Os documentos podem ser acionados em momentos corolários no presente, para que os membros da comunidade possam aprender táticas e estratégias ativistas e obter inspiração para continuar. "Já estivemos aqui antes, já sobrevivemos a isto antes, já resistimos antes", afirmam os documentos corolários, "aqui está como". Ao acionar os documentos corolários, os usuários dos arquivos comunitários estão interrompendo aquele pêndulo oscilante de tempo, parando, nem que seja por um segundo, as opressões recorrentes, aprendendo com as gerações anteriores de membros da comunidade que enfrentavam momentos corolários. Impor uma narrativa linear de progresso à imaginação do tempo e dos documentos dessas comunidades seria uma forma do que eu chamo de crono-violência (*chronoviolence*).

Os usuários dos arquivos comunitários estão construindo uma nova concepção de tempo, na qual os arquivos têm o potencial de interromper e mudar os ciclos de opressão se forem catalisados no agora. Se o tempo histórico é cíclico e não linear, como os participantes do grupo focal sugeriram, traços do passado não são acionados para visualizar um futuro distante (e totalmente incerto), mas sim para marcar momentos corolários, ou pontos recorrentes, no agora. Desta forma, os documentos indicam a repetição de histórias de opressão, em vez de momentos discretos, contidos em uma marcha progressiva irreversível que termina em libertação. Devemos então mudar o foco do imaginário arquivístico, de algum momento futuro para o presente, à medida que os

usuários de arquivos buscam corolários do passado para sua situação atual através do uso arquivístico. Os usuários utilizam esses documentos agora, e não os destinam para o futuro. O imaginário não está próximo; ele já está acontecendo. Passamos o momento corolário do passado enquanto viajamos para frente e para trás através do tempo. Acionar os documentos corolários ajuda a interromper o ciclo de opressão, nem que seja só por um momento.

Portanto, sobre o aspecto temporal da libertação, precisamos construir concepções de documentos que não se baseiem em fixidez, nem em narrativas de progresso linear, que ao invés disso reconheçam como as histórias de violência se repetem, e construir arquivos que reflitam noções não lineares de tempo, refletindo o que eu chamo de autonomia cronológica (*chrono-autonomy*). Não devemos confiar em algum futuro que talvez nunca venha para uso arquivístico, devemos acionar os documentos sob nossos cuidados no presente.

O AUTOCONHECIMENTO E OS ASPECTOS EMOCIONAIS DO TRABALHO DE MEMÓRIA LIBERTADORA

Os aspectos afetivos ou emocionais do trabalho de memória libertadora envolvem o combate à aniquilação simbólica com a pertencimento representacional, o impacto emocional de ver-se na história, descobrir-se existente, os sentimentos de validação trazidos por uma representação correta e robusta.

Quando o SAADA foi fundado, há 14 anos, nossos objetivos iniciais eram recuperativos no sentido de que estávamos tentando recuperar histórias perdidas, trazendo-as de volta do esquecimento para a consciência da comunidade. Nosso trabalho também era representativo pois estávamos tentando aumentar a quantidade e os tipos de representações dos sul-asiáticos americanos nas histórias americanas sobre o passado. O primeiro congressista sul-asiático americano, os primeiros ativistas LGBTQ do Sul da Ásia, os primeiros combatentes da liberdade anticolonial.

A reunião de documentos recuperativos e representativos nos manteve ocupados por quase uma década, e guiados por uma política de avaliação muito ampla, descobrimos (e digitalizamos) mais do que jamais havíamos previsto sobre a história sul-asiática americana. Eu caracterizo esses impulsos iniciais como formas de uma avaliação libertadora.

Claramente, as experiências de ver a si mesmo e sua comunidade na história depois de ter sido excluído ou mal representado devido ao racismo e/ou heteropatriarcado são emocionalmente poderosas. Quase todas as entrevistas e grupos focais que conduzi com os voluntários, funcionários, usuários e doadores de arquivos comunitários de identidades minoritárias nos últimos cinco anos confirmam o impacto afetivo de uma representação robusta após repetidas e extensas experiências de aniquilação simbólica nos arquivos tradicionais. Estes são sentimentos libertadores. É uma alegria ver-se representado de forma consistente depois de se sentir aniquilado simbolicamente. Esta alegria é inerentemente política em um sistema concebido para oprimir.

No entanto, muitas vezes os projetos de coleções recuperativas caem em uma armadilha de respeitabilidade que, em última análise, é contrária aos objetivos de libertação. Uma política de respeitabilidade insiste em reunir documentos que estejam de acordo com as expectativas dominantes sobre o que deve ser uma comunidade minoritária (LEE, 2016). Preencher arquivos com histórias de sucesso de líderes proeminentes pode reforçar estereótipos prejudiciais que culpam pessoas oprimidas por sua própria opressão; muitos arquivos comunitários asiático-americanos, por exemplo, podem sustentar mitos de "minoria modelo" que encobrem um pouco o racismo antinegro (PRASAD, 2001). Tais coleções, quer estejam em arquivos dominantes ou liderados pela comunidade, são sobre inclusão dentro de estruturas opressivas e não sobre libertação delas. Eles cederem a grupos dominantes em vez de resistir à dominação.

Dada esta complexidade, uma coleção mais representativa não é necessariamente o resultado de uma avaliação libertadora, mas pode ser. A coleção recuperativa e representativa pode ser fruto de uma estratégia de avaliação libertadora se fizer parte de um projeto libertador

maior. Assim, a avaliação libertadora é o processo de determinação do valor dos documentos no que diz respeito ao seu potencial acionamento para as lutas de libertação. Ao contrário da teoria da avaliação ocidental dominante do século passado, a avaliação libertadora considera os usos potenciais dos documentos na tomada de decisões de avaliação, e ainda pergunta *de quem* e para *que objetivos*. Neste sentido, a avaliação libertadora está intimamente ligada ao alcance libertador, pois é somente ao acionar os documentos que seu potencial liberatório completo pode ser realizado. Seu pressuposto básico é que os arquivos podem catalisar tipos particulares de uso (político, artístico, ativista), moldando esse uso em suas próprias práticas e direcionando os esforços de divulgação para grupos engajados no trabalho libertador.

REDISTRIBUINDO RECURSOS E OS ASPECTOS MATERIAIS DO TRABALHO DE MEMÓRIA LIBERTADORA

Os aspectos temporais e afetivos do trabalho de memória libertadora que acabo de descrever são pouco mais do que gestos vazios sem os aspectos materiais. Precisamos unir a representação com as exigências materiais. Nos EUA, isto significa acionar os documentos para reparações materiais para as comunidades negras e a devolução de terras às comunidades indígenas. A representação dissociada das demandas materiais é meramente simbólica.

Aqui está a resposta tangível e material para a questão do que a memória libertadora pode realizar - nada menos que a redistribuição da riqueza e da terra, que no contexto dos Estados Unidos, é um apoio às lutas de libertação dos negros e indígenas.

Se os arquivistas pensarem fora dos limites da neutralidade e das restrições do profissionalismo, nós podemos ser cruciais para a libertação. Podemos mobilizar os documentos sob nossos cuidados em relação às reivindicações anteriores bem-sucedidas de reparação para mostrar que as reparações materiais não são sonhos irrealistas, mas têm precedentes históricos. Podemos acionar os arquivos para a redistribuição

material. Este é o terceiro e último componente do trabalho de memória libertadora em minha configuração. O temporal, o emocional, o material, todos convergem no trabalho da memória libertadora. Espero que possamos ter uma discussão sobre isso agora. Obrigada!

REFERÊNCIAS

ANSLEY, Frances Lee. Stirring the Ashes: Race Class and the Future of Civil Rights Scholarship. **Cornell L. Rev**. vol. 74, n.6, p. 993-1077, 1989. Disponível em: https://scholarship.law.cornell.edu/clr/vol74/iss6/1 . Acesso em 20 abr 2020.

CASWELL, Michelle; CIFOR, Marika; RAMIREZ, Mario H. To Suddenly Discover Yourself Existing: Uncovering the Affective Impact of Community Archives. **The American Archivist** vol. 79, n. 1(Spring/ Summer), p. 56-81, 2016). Disponível em: https://meridian.allenpress.com/american-archivist/article/79/1/56/73/To-Suddenly-Discover-Yourself-Existing-Uncovering . Acesso em 15 jun 2018.

DUFF, Wendy; HARRIS, Verne. Stories and Names: Archival Description as Narrating Records and Constructing Meaning. **Archival Science**, vol. 2, p. 263-285, 2002. Disponível em: http://yalearchivalreadinggroup.pbworks.com/f/Duff%26Harris.pdf. Acesso em 25 fev 2020.

FLINN, Andrew; STEVENS, Mary; Elizabeth Shepherd. Whose Memories, Whose Archives? Independent Community Archives, Autonomy and the Mainstream. **Archival Science**, vol. 9, p. 71-86, 2009. Disponível em: http://centerforethnography.org/sites/default/files/artifacts/media/pdf/andrew_et_al._whose_memories_whose_archives_indpendent_community_archives_autonomy_and_the_mainstream_0.pdf Acesso em 25 fev 2020

GOULD Chandre; HARRIS, Verne. **Memory for Justice**. Nelson Mandela Foundation, 2014 Disponível em: https://www.nelsonmandela.org/uploads/files/MEMORY_FOR_JUSTICE_2014v2.pdf. Acesso em 02 set 2022.

LEE, Jamie A. Be/longing in the Archival Body: Eros and the 'Endearing' Value of Material Lives. **Archival Science** vol. 16, p. 33-51, 2016. Disponível em: https://link.springer.com/article/10.1007/s10502-016-9264-x Acesso em: 02 set 2022.

MILLS, Charles W. White Time: The Chronic Injustice of Ideal Theory. **Du Bois Review:** Social Science Research on Race, vol. 11, n.1, p. 27-42, 2014. Disponível em: https://www.scopus.com/record/display.uri?eid=2-s2.0-84904965743&origin=inward&txGid=8f2c45afa227d2555fd029ff8a9d6275 Acesso em 18 nov 2021.

PRASAD, Vijay. **The Karma of Brown Folk**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2001.

YEO, Geoffrey. Concepts of Record (1): Evidence, Information, and Persistent Representation. **American Archivist**, vol. 70, n. 2, p. 315-343, 2007. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/40294573 Acesso em 29 nov 2008.

ARQUIVOS COMUNITÁRIOS: MEMÓRIAS, VISIBILIDADE E DESAFIOS

COMMUNITY ARCHIVES: MEMORIES, VISIBILITY, AND CHALLENGES

Mônica Tenaglia[13]
monicatenaglia@ufpa.br

Bom dia a todos e todas. Gostaria de cumprimentar as colegas da mesa, a professora Michelle Caswell e a professora Lucia Velloso e agradecer à organização da VII edição do Seminário de Estudos da Informação do PPGCI/UFF pelo convite.

Minha fala está estruturada para apresentar, de forma geral, algumas abordagens sobre os arquivos comunitários e estudos sobre essa temática no âmbito internacional e no Brasil, e trazer algumas informações produzidas a partir de uma abordagem comparativa internacional que vem sendo realizada por um grupo de pesquisadores, do qual eu participo, e liderado pelo professor Andrew Flinn, da University College London (UCL), em Londres, sobre os arquivos comunitários no Reino Unido, Polônia, Portugal, China e Brasil, e que foi apresentada no último congresso do Conselho Internacional de Arquivos (ICA, da sigla em inglês), em Roma, na Itália, há duas semanas atrás. O projeto chama-se *Bridging the gaps between communities and their memories: comparing community-based archives across three continents*.

[13] Universidade Federal do Pará

Por fim, gostaria de apresentar algumas iniciativas desenvolvidas com arquivos comunitários pela Faculdade de Arquivologia, da Universidade Federal do Pará (UFPA), na qual sou docente.

1. BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO

Nos últimos anos, é possível identificar uma abundância ou um crescimento de estudos sobre arquivos e patrimônios comunitários em países de língua inglesa (como o Reino Unido e Estados Unidos), mas também na América do Sul, como aqui no Brasil, Colômbia e Chile, além da Ásia, como na Coréia do Sul, China e Tailândia, além de muitos países europeus, como Polônia, Alemanha, Suécia, Portugal, Espanha e Itália.

Mas é importante destacar que a emergência desses arquivos comunitários é bastante heterogênea, muitas vezes, surgindo entre pequenos grupos e comunidades e se relacionando com a própria identidade desses grupos, seguindo um caminho de atuação orgânico e independente que, na maioria das vezes, não segue a perspectiva de uma caracterização pela comunidade acadêmica. Então, por isso, muitas vezes é difícil de compreender as práticas e realidades que sustentam essas iniciativas.

Mas, embora exista uma compreensão de que seja difícil definir o termo "arquivo comunitário", em função de suas complexidades, generalizações e falta de consenso dentro da própria Arquivologia, inclusive, talvez seja interessante buscarmos compreender a que estamos nos referindo atualmente.

De acordo com o professor Andrew Flinn, durante a apresentação, ao longo das últimas duas décadas, esse termo tem sido extensamente debatido e utilizado em referência a múltiplas iniciativas e projetos dedicados à **identificação, preservação e uso de arquivos e patrimônio** produzidos ou acumulados, por grupos específicos ou comunidades, com diferentes níveis de atuação na sociedade e em frequente contradição com as formas tradicionais/formais de produção de

informação arquivística e patrimonial. A utilização desse termo leva em consideração uma variedade de atividades, ambiguidades e limitações.

Terminologias e definições do que constitui um amplo panorama de práticas, métodos e características tangíveis e intangíveis desse fenômeno é um dos maiores desafios para identificar, pesquisar e entender os arquivos comunitários. Isso está relacionado ao fato de serem movimentos enraizados socialmente, e profundamente impactados pelos diversos contextos culturais, como idioma, história, estrutura social e práticas legais e culturais.

Os arquivos comunitários são profundamente contextuais, e isso se reflete nas diferentes terminologias utilizadas em diferentes países, como podemos identificar em levamentos bibliográficos sobre o tema ou na pesquisa realizada pelo grupo. Ou seja, é fundamental a compreensão da história, das relações e estruturas sociais e do contexto atual onde esses arquivos são produzidos e acumulados.

2. A ABORDAGEM COMPARATIVA

Então, agora, eu passo a abordar um pouco sobre os contextos e surgimento dos arquivos comunitários nos cinco países pesquisados pelo referido grupo. Os pesquisadores do grupo são compostos por três professores universitários – eu, Andrew Flinn e Magdalena Wiśniewska-Drewniak (da Universidade de Torun, na Polônia), e dois estudantes de doutorado – Luisa Seixas, (Nova Universidade de Lisboa) e Mengqiu Li (Renmin Universidade da China).

A pesquisa veio de um convite e iniciativa de Andrew Flinn, e da constatação de que, embora exista um aumento nas discussões internacionais e multiculturais sobre arquivos comunitários em diversas partes do mundo, não parece haver uma tentativa de compreender como essas atividades, baseadas em comunidades, se apresentam numa estrutura comparativa. Dessa forma, uma visão sistêmica e integrada das diferentes realidades internacionais desses arquivos comunitários pode ser útil não

somente a outros pesquisadores, mas, acima de tudo, às próprias pessoas/profissionais que trabalham diretamente com esses arquivos.

Os objetivos dessa abordagem comparativa internacional são expandir o conhecimento sobre os arquivos e patrimônio comunitários no plano internacional; comparar as práticas e importância dessas iniciativas em diferentes contextos nacionais; contribuir e aprimorar o *network* e parcerias entre essas pessoas/profissionais, reconhecendo suas contribuições para os arquivos e patrimônios comunitários; e oferecer uma estrutura de análise comparativa que pode ser utilizada por pesquisadores e outros interessados no tema ou por profissionais/pessoas da comunidade.

Nos últimos anos, alguns membros desse grupo têm trabalho para identificar alguns critérios nacionais de análise sobre aspectos importantes dos arquivos e patrimônios comunitários, e encontrar um campo comum para estudos internacionais comparativos.

Dessa forma, identificaram e desenvolveram alguns conjuntos de questões e critérios que poderiam influenciar, significantemente, o desenvolvimento e atividades dos arquivos comunitários em diferentes contextos, oferecendo uma base de pesquisa, ao mesmo tempo que possibilitasse uma comparação entre esses diferentes cenários, levando em consideração a diversidade social, geográfica e cultural, sistemas históricos, políticos e econômicos, e estruturas sociais e culturais.

Como resultado, foram definidas seis áreas e critérios para serem aplicados individualmente a cada contexto nacional, a saber: Terminologia e definições; Tipologias e características; História recente e estrutura social; Relação com entidades externas; Financiamento e apoio; e Legislação.

De forma bastante ampla, por conta do tempo disponível, gostaria de destacar alguns resultados dessa abordagem.

O termo “arquivos comunitários” (*community archives*) é abundante nos estudos arquivísticos em inglês – a gente conta com uma

importante estudiosa dessa temática conosco, aqui, hoje – e que são realizados, principalmente, no Reino Unido, EUA, Austrália, Nova Zelândia e África do Sul.

Na versão de Portugal desse termo, destacam-se os chamados "arquivos de comunidade". À polonesa, são chamados "arquivos sociais", cujo termo não tem relação com comunidade.

Ainda, nesses países, utilizam-se termos diversos como "arquivos de memória" (em Portugal), "museus de comunidade" – *community museums*, "centros de recursos" – *resource centre*, "projetos de patrimônios comunitários" - *community heritage project* – no Reino Unido... Na Polônia, ainda, "câmara de memória/tradição" – *memory chamber*, ou "arquivos de tradição" *archives of tradition*.

No Brasil, além de arquivos comunitários – um termo pouco utilizado, me parece, a partir de uma revisão bibliográfica que realizei com uma colega da Universidade de Brasília há dois ou três anos atrás e, entre outros termos, os "arquivos populares" e os bastante conhecidos "arquivos de movimentos sociais".

O Reino Unido, por exemplo, possui o banco de dados do "Grupo de Arquivos e patrimônio comunitários do Reino Unido" (*UK Community Archives and Heritage Group*), como mais de 700 grupos inseridos e, na Polônia, o banco de dados do Centro de Arquivos Comunitários, que também conta com mais de 700 iniciativas.

Mas embora essa terminologia seja variada em diferentes realidades, um importante aspecto a destacarmos é que **esses termos são muito mais novos e descrevem atividades que já vêm sendo realizadas há muito tempo.**

Por essa razão, a definição de arquivos comunitários perpassa por múltiplos fatores e que parece exigir algumas reflexões que requerem uma constante revisão do que eles são ou não são. Então, uma definição rígida pode simplificar demasiadamente esse fenômeno, e excluir práticas importantes ou mesmo levar a um escopo teórico reduzido, perdendo

de vista a importância que os arquivos e patrimônios comunitários trazem à Arquivologia, aos estudos arquivísticos e à sociedade.

No caso do Reino Unido, Flinn destacou que, em 2006, existiam mais de 3.000 arquivos comunitários, mas que, atualmente, existem milhares de arquivos e patrimônios relacionados a uma comunidade com participação ativa na custódia e preservação desses materiais, e geralmente, relacionados a um lugar específico e comunidades locais, urbanas ou rurais. Essas comunidades locais podem ser recentes, decorrentes de um financiamento ou iniciativas pessoais, ou podem estar relacionadas a sociedades históricas locais, antiquários ou grupos arqueológicos. Mas também relacionados a fatores como trabalho, indústrias, música, religião e clubes de esportes. Alinhados à história local, também estão relacionados, obviamente, a movimentos sociais e políticos e identidades.

É importante destacar que essas iniciativas são desenvolvidas há muito tempo no Reino Unido – século XIX e início do século XX, por exemplo – arquivos que registravam as dificuldades sociais e políticas da classe trabalhadora, judeus e mulheres – fora dos círculos acadêmicos e dos órgãos de patrimônio histórico e documental. De forma similar, os arquivos de comunidades negras, asiáticas e queer e LBTQ, principalmente, a partir das décadas de 1970 e 1980, com novas formulações e comunidades emergindo constantemente.

Esses arquivos refletem a diversidade e natureza multicultural da sociedade britânica e os legados do passado imperial e colonial, além das dificuldades de identidade, representação e a história de muitas comunidades dentro da sociedade.

Na perspectiva da Polônia, é interessante destacar que a diversidade ética e religiosa não é tão presente quanto na nossa realidade brasileira e em tantos outros países. A professora Magdalena Wiśniewska-Drewniak apontou que, majoritariamente, 90% população da Polônia é branca, católica e polonesa. Mas também foi um país severamente afetado pela Segunda Guerra Mundial (1939-1945), pelas mortes, genocídio, trabalho forçado e pelo pós-Guerra, com mudança de fronteiras e realocação de pessoas. Nesse sentido, a experiência pessoal com a Guerra

ainda é um tema muito comum nos arquivos comunitários. Na década de 1970 e 1980, naquele país, destacam-se os arquivos comunitários decorrentes da oposição ao totalitarismo e regime soviético. O banco de dados do Centro de Arquivos Comunitários contém mais de 700 iniciativas que incluem grupos da comunidade LGBT, mulheres, pessoas com deficiência e movimentos sociais.

Dentro dessa diversidade, como um todo, é possível identificar algumas características comuns entre esses arquivos comunitários – a importância do uso e compartilhamento dessas coleções – e, não somente, a sua preservação; a motivação de contar aos moradores locais e à comunidade as histórias que não são contadas (e recolher materiais que não são recolhidos por outros lugares); a contribuição de voluntários e as coleções físicas e digitais que incluem documentos arquivísticos, livros, história oral, audiovisuais, entre outros.

Nos últimos anos, houve uma importante mudança na percepção e abordagem relacionados aos arquivos comunitários em alguns desses países, como o Reino Unido, principalmente, a partir da criação, em 2004, do "Grupo de arquivos e patrimônio comunitários do Reino Unido" (*UK Community Archives and Heritage Group*). Em 2011, esse grupo foi incorporado à Associação dos Arquivistas do Reino Unido, oficializando o reconhecimento, pela comunidade arquivística, desses arquivos e daqueles que trabalham com eles como parte do patrimônio arquivístico nacional. Esse Grupo atua como uma forma de networking entre as comunidades e os profissionais da área, auxiliando com orientações e recursos, prêmios, uma conferência anual e diretrizes específicas para essa documentação.

No caso da China, de acordo com Mengqiu Li, em 2020, o país alterou a lei nacional de arquivos, reconhecendo a participação de forças sociais na construção do patrimônio arquivístico e afirmando que elas devem ser incentivadas.

No caso português, como nos parece, similar ao cenário brasileiro, as iniciativas relacionadas aos arquivos comunitários, na sua maioria, ainda são independentes e de natureza informal, fazendo com que

seja difícil de identificá-las. Alguns projetos também são desenvolvidos por museus ou arquivos locais, mas, em geral, por grupos independentes e organização não-governamentais, a partir de demandas específicas ou impulsados para fazer o registro de sua própria história. Cada vez mais, essas iniciativas enfrentam os problemas relacionados à manutenção de seus registros produzidos digitalmente.

Dessa forma, ao realizar uma abordagem com diferentes países, percebemos algumas similaridades importantes, principalmente, em relação ao valor desses materiais a um grupo ou comunidade que atuam para a sua promoção e uso.

Mas, também, é importante destacar que fatores históricos e sociais, incluindo, o acesso a recursos, têm um grande impacto nessas iniciativas.

E isso implica nos tipos de comunidades e movimentos sociais que ativamente se engajam em atividades arquivísticas, em quais coleções desenvolvem e no que consideram de valor. O reconhecimento professional e legal desses arquivos é importante para aumentar a visibilidade e sua preservação a longo prazo.

A terminologia é difícil e variada, portanto, é interessante aplicarmos termos genéricos e universais. E, ainda, não considerarmos esses arquivos como formas alheias ao setor arquivístico, uma vez que esses materiais dividem características com arquivos recolhidos às instituições arquivísticas, como os pessoais, eclesiásticos, empresariais e de movimentos sociais fortemente estabelecidos.

3. BRASIL

Por fim, rapidamente, gostaria de trazer alguns elementos sobre os arquivos comunitários no Brasil.

As primeiras referências aos arquivos comunitários emergem, principalmente, nas décadas de 1950 a 1970, embora, essas iniciativas podem ser mais antigas que essas datas e, certamente, serão identificadas conforme os estudos sobre o tema se ampliem no Brasil.

Naquele período, destacaram-se, conforme Jean Camoleze (2022), a emergência de grupos que demandavam direitos sobre terras e a reforma agrária. Podemos destacar os arquivos da Comissão Pastoral da Terra (CPT), criada nesse período e ainda bastante ativa, principalmente na região Norte e Amazônia.

Ainda na década de 1970, a organização de grupos de vítimas e familiares de vítimas da ditadura militar. Uma importante iniciativa resultante das demandas desses grupos é um arquivo com mais de 700 processos do Tribunal Superior Militar, publicado, em formato de livro, em 1985, o famoso "Brasil: Nunca Mais", que possui informações que comprovam que militares do alto escalão das forças de segurança e informação da ditadura tinham conhecimento das graves violações de direitos humanos que ocorriam dentro das instalações militares. É interessante notar que esse arquivo, doado a um centro de documentação da UNICAMP, na década de 1980, foi utilizado por diversas comissões da verdade locais brasileiras a partir de 2012 e, anteriormente, pela Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) e a Comissão de Anistia.

Também é a partir, principalmente, da década de 1970, que são criados centros de documentação, inclusive, em universidades, para recolher arquivos de temáticas diversas, como os produzidos pelos movimentos sociais (o Arquivo Edgard Leuenroth, da UNICAMP, e o Centro de Documentação da Unesp).

Parece-nos, todavia, que a pesquisa e literatura arquivística sobre os arquivos comunitários é ainda bastante incipiente. Recentemente, analisei os anais dos últimos dez anos do ENANCIB, e identifiquei apenas alguns trabalhos sobre o tema. Mas, na verdade, é possível que, pensando na Arquivologia brasileira, os arquivos comunitários são objeto de estudo da área, mas não são identificados, muitas vezes, como tal.

Certamente, a organização de eventos, como esse e, ainda, aqui no Rio de Janeiro, pela Casa de Oswaldo Cruz, em junho de 2022, incentivarão novas pesquisas sobre a temática. Inclusive, me arrisco em afirmar a existência de muitas iniciativas, pela academia, que vêm identificando, organizando e estabelecendo parcerias com esses grupos.

O curso de Arquivologia da UFPA possui um projeto de extensão intitulado "Difundindo arquivos: revelando memórias e narrando histórias" que, desde 2018, desenvolve atividades com arquivos paraenses diversos, inclusive, comunitários. Entre os projetos, que incluem atividades de organização dos arquivos, exposições e produtos audiovisuais, estão a própria CPT e o Centro de Estudos e Defesa da Comunidade Negra do Pará (CEDENPA).

Iniciativas externas à comunidade arquivística tem sido realizada com arquivos comunitários. Destaco a oficina realizada, em agosto de 2022, pela ONG Artigo 19, na qual fui convidada a ministrar uma palestra sobre memória e direitos digitais. Nesse workshop, estiveram presentes mais de 20 grupos de comunidades, interessados em aprender sobre como gerenciar os seus arquivos físicos e digitais. Durante o período em que estive com eles, foi possível identificar dois problemas que enfrentam: 1) a falta de recursos – de pessoas e financeiro; 2) falta de conhecimento sobre como lidar com as informações que produzem. Mas, aqui, destaco um ponto interessante: todos esses grupos diziam ter consciência do seu papel e importância da produção e preservação de memórias e registros sobre suas comunidades.

Como a falta de recursos e conhecimento sobre os arquivos é comum entre eles, me parece que a comunidade arquivística – acadêmica e profissional – tem um papel importante em identificar essas

iniciativas e apoiá-las, sejam através de projetos educacionais e de extensão, ou na produção de pesquisa sobre os arquivos comunitários para que seja produzido conhecimento sobre o tema e desperte o interesse, entre profissionais e alunos, de modo a atuarem como orientadores dessas comunidades.

Muito obrigada!

REFERÊNCIAS

CAMOLEZE, Jean. **Arquivos e movimentos sociais**: um estudo da produção de documentos populares no setor nacional de educação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Marília, 2022 (Tese (doutorado) – Universidade Estadual Paulista), 293 p.

MENEZES, Cleice; TENAGLIA, Mônica. Arquivos comunitários: mapeando uma abordagem conceitual. In: CURVO, I.; et al. (orgs.). **Ciência da Informação, Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia**: a perspectiva social em foco. Rio de Janeiro: Zume, 2021, p. 79-93.

TENAGLIA, Mônica et al. Panel Community archives and marginalized groups on 22 September 2022 - part of the professional programme of the **9th Annual Conference Archive**s: Bridging the Gap of the International Council on Archives (ICA) hosted in Rome (Italy) from 21 to 23 September 2022.

Conferência de Encerramento

A FUNÇÃO SOCIAL DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

THE SOCIAL FUNCTION OF INFORMATION SCIENCE

Carlos Guardado da Silva
carlosguardado@campus.ul.pt

Resumo: Neste estudo, desenvolvido sob a forma de ensaio, o autor tem como objetivo responder ao problema enunciado em título – a função social da ciência da informação -, a partir da questão de investigação: *Que função social da ciência da informação em novos contextos?* Parte da conceitualização da ciência da informação para a emergência da função social, que se regista no início da década de 50 do século XX com a proposta da 'epistemologia social', de Egan e Shera, seguindo-se a sua evolução e caracterização no âmbito da ciência da informação, que se consolida, no início da década de 90, com a designada 'viragem sociológica', alargando-se enquanto perspectiva da ciência da informação. Esta perspectiva está igualmente presente nas diretrizes dirigidas às instituições sociais de informação – bibliotecas, arquivos e museus -, e na investigação mais recente da área, que relaciona a ciência da informação com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas. O estudo conclui sobre a função social da ciência da informação em novos contextos, nas dimensões teórica e prática, sobretudo, em três vertentes: Gestão da informação (incluindo o acesso à informação), Comportamento informacional (incluindo as necessidades de informação) e as tecnologias da informação e comunicação (incluindo a divisão digital).

Palavras-Chave: Ciência da informação; Epistemologia social; Função social.

Abstract: In this study, developed as an essay, the author aims to answer the problem enunciated in the title - the social function of information science -, from the research question: *What social function of information science in new contexts?* It starts from the conceptualization of information science to the emergence of the social function, which is observed in the early 50s of the twentieth century with the proposal of the 'social epistemology', by Egan and Shera, followed by its evolution and characterization within the scope of information science, which is consolidated, in the early 90s, with the so-called 'sociological turn', expanding as a perspective of information science. This perspective is also present in the guidelines directed to social information institutions - libraries, archives, and museums -, and in the most recent research in the area, which relates information science with the Sustainable Development Goals of the United Nations Agenda 2030. The study concludes on the social function of information science in new contexts, in theoretical and practical dimensions, mainly in three strands: Information management (including access to information), Information behavior (including information needs) and information and communication technologies (including the digital divide).

Keywords: Information management; Information science; Social epistemology.

1. INTRODUÇÃO

A ciência da informação é uma ciência trans e interdisciplinar, que tem por objeto fenomenológico a informação social, enquanto processo (WILSON, 1981) e produto, que reúne, dentro do seu campo uno, os subcampos das disciplinas aplicadas da arquivologia, da biblioteconomia, da documentação e da museologia. Esta conceitualização parte de uma definição epistemológica do objeto e do campo, que vem ganhando cada vez mais adeptos e que reúne (maior) consenso, quer em Portugal, quer internacionalmente, que não reconhece o estatuto de ciência autónoma às disciplinas aplicadas excessivamente marcadas pela profissão. Pressupõe também

a adoção de um novo paradigma, necessário na 'ciência normal', segundo Thomas S. Kuhn (2021), o paradigma pós-custodial, termo este associado à arquivística por F. Gerald Ham (1981), que caracteriza uma mutação epistemológica do estudo do documento para o estudo da informação (WERSIG; NEVELING, 1975), acompanhada da mutação das tecnologias da informação, como sublinhara Yves Le COADIC (1997, p.523) na conclusão da entrada "Science de l'Information" (p.516-523), publicada no *Dictionnaire encyclopédique de l'information et de la documentation*. Um campo científico autónomo, que nasceu da necessidade de estudar um problema cuja relevância se alterou para a sociedade (WERSIG; NEVELING, 1975), que passou a incluir a gestão da informação, a organização e a representação da informação, a organização do conhecimento, o comportamento informacional, bem como o impacto das tecnologias da informação e comunicação, que, por sua vez, influencia as dimensões anteriores.

Um campo científico que não tem um cânone, mas em que é possível identificar-se, sobretudo, duas matizes: uma, de natureza tecnológica, sobretudo anglo-saxónica; outra, europeia continental, mais social e humanista, adotada na década de 70, mas sobretudo depois da conferência *Theory and application of Information Research*, que decorreu em Copenhaga (Dinamarca), em 1977 (ROBERTS, 1976; INGWERSEN, 1992).

É a partir desta perspectiva da ciência da informação que procuramos responder ao enunciado em título – *A função social da ciência da informação* -, buscando uma caracterização possível dessa função social, identificando as suas origens e evolução na ciência da informação, inclusive no âmbito da arquivologia, da biblioteconomia, da documentação e da museologia, enquanto subáreas daquela, e, sobretudo, a emergência da função social da ciência da informação em novos contextos. Deste modo, a questão de investigação, a que procuramos responder, é a seguinte: *Que função social da ciência da informação em novos contextos?*

O estudo assenta no método de ensaio (DOMINGUES, 2019), fazendo emergir o eu discursivo e o seu pensamento, com um valor de demonstração, aproximando-se da fenomenologia do ensaio. Tem como

objetivo descobrir uma resposta, se possível original, para a questão de investigação colocada, que enuncia o problema. Nesta medida, o ensaio é entendido como exploratório de "possibilidades fornecidas pelo tempo e pelo espaço das experiências" (DOMINGUES, 2019, p.15).

2. FUNÇÃO SOCIAL (DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO)

A função social pressupõe a contribuição que um fenómeno dá (ou pode dar) a um sistema maior àquele de que faz parte, ou seja, a contribuição que a informação social, enquanto fenómeno perceptível da ciência da informação, e a própria ciência da informação, com o seu "olhar informacional" (ARAÚJO, 2018, p.38) sobre a realidade, podem dar para a ciência em geral e a sociedade, sendo esta entendida pela sociologia como um organismo vivo, onde cada parte tem uma função.

As origens do "social" na ciência da informação remontam, porém, ao início da década de 50, designadamente à proposta da 'epistemologia social', termo cunhado e introduzido na literatura da área por Egan e Shera (1952, p.132), reorientando-se sociologicamente, nas décadas seguintes, para o estudo da produção e usos da informação no âmbito dos sistemas sociais (e sociotécnicos) de informação (WERSIG; NEVELING, 1975; ARAÚJO, 2018, p.40). Desde então, desenvolve-se o conhecimento da produção e dos usos da informação pelos utilizadores em contexto, permitindo, na década de 80, revalorizar o estudo do comportamento informacional, dimensão central da ciência da informação (SILVA; RIBEIRO, 2002, p.74), incluindo o estudo das necessidades de informação (WILSON, 1981).

A função social da ciência da Informação constitui, assim, uma perspectiva da ciência da informação, influenciada pela teoria funcionalista, que reconhece a função social da ciência da informação, a par de outras funções (tecnológica, cognitiva etc.). Inclui estudos, entre outros, no âmbito do acesso (democrático) à informação, inclusive por grupos e comunidades excluídos e marginalizados, a infoexclusão, a "responsabilidade social" (WERSIG; NEVELING, 1975) na transmissão de conhecimento a quem dele necessite, a divisão digital, a transparência e a integridade pública, a desinformação, a infodemia e as *fake*

news. Na década de 70, a democratização da informação adquire um papel central para o desenvolvimento da ciência da informação, no âmbito da emergência da Era ou Sociedade da Informação, como fator de inclusão social e, consequentemente, de coesão social. Não podemos ignorar que a relação direta da informação com a sociedade, bem como a resposta a necessidades sociais deram o seu contributo para o desenvolvimento da função social do campo científico. Assim, constituindo a ciência da informação um campo com uma dimensão teórica e uma dimensão aplicada, emergiu a preocupação pela resolução de questões de natureza prática (WERSIG; NEVELING, 1975).

O desenvolvimento social acarretou novos desafios, teorias, modelos e práticas, reconfigurando o campo da ciência da informação, ao mesmo tempo que alargava a sua função social. A *I Co-LIS – International Conference on Conceptions of Library and Information Science*, que teve lugar em 1991, na Finlândia, tornou decisiva a viragem sociológica na ciência da Informação (CRONIN, 2008), iniciada na década de 50 com a "epistemologia social" proposta por Egan e Shera (1952, p.132), e com um impulso, a partir de 1977, da conferência *Theory and application of Information Research*, realizada em Copenhaga.

Nas últimas duas décadas, a dimensão social da ciência da informação consolidou-se (ARAÚJO, 2018, p.93), alargando-se a diversidade de estudos de natureza social na área, reforçada pela emergência de um paradigma social, "voltado para a constituição social dos processos informacionais" (ARAÚJO, 2018, p.84). Numa abordagem pragmática, a cuja transição é-nos permitido assistir, os utilizadores ou os prosumidores de informação são inseridos em contextos socioculturais concretos, dinâmicos, numa perspectiva fenomenológica. Pois a informação é um fenómeno de natureza intersubjetiva, social.

Todavia, a informação não se restringe ao interior de um sistema, uma vez que tem um contexto de que depende (CAPURRO; HJORLAND, 2007, p.170), constituindo-se como objeto contigencial. Neste âmbito, produz efeitos, sendo "uma forma de ação no mundo", inscrevendo-se numa dinâmica maior, de natureza política, social, cultural e económica, que importa compreender. Este modo de percepção dos fenómenos informacionais (ou infocomunicacionais) caracteriza o

que se designa por "viragem sociológica" (CRONIN, 2008, p.473) "paradigma social" ou "modelo sociocultural" (HJØRLAND, 2002; 2014).

De igual modo, nesta mesma perspectiva se justifica estudar os arquivos, as bibliotecas, os museus, seja enquanto sistemas de informação, seja enquanto instituições sociais (ØROM, 2000) de informação/memória, seja ainda enquanto criações sociais, produtos da sociedade, que refletem as atividades, os valores e os objetivos das respetivas comunidades em que se encontram (SHERA, 1970).

3. O PAPEL SOCIAL DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

A ciência da informação desenvolve-se direcionando a investigação "no campo da informação não só para o ambiente formal da ciência" (ARAÚJO, 2018, p.74), mas também para o estudo do fenómeno que integra a vida social, com o dinamismo que caracteriza a vida humana e o dia a dia das comunidades.

No editorial "*The contribution of "information science" to the social and ethical challenges of the information age*" de uma edição especial do *Journal of information*, *communication & ethics in society*, de 2007, Shifra Baruchson-Arbib apresenta uma diversidade de artigos, que se seguem, que abordam os aspetos sociais e éticos do vasto campo da ciência da informação, testemunhando a consolidação da perspectiva social da ciência da informação: as questões sociais e éticas na investigação da área, bem como o seu reflexo em dissertações de mestrado e teses de doutoramento; estudos sobre *curricula* em ciência da informação em todo o mundo, que permitem concluir que os *curricula LIS* têm conseguido combinar uma abordagem tradicional da educação *LIS*, que visa formar estudantes com competências básicas de tratamento de informação, com uma abordagem centrada no utilizador, que se concentra nas necessidades e comportamentos de informação dos utilizadores; um estudo sobre o ciclo de leitura-escrita-publicação no mundo eletrônico e as grandes mudanças experienciadas com a informatização de cada etapa do processo e a mudança para uma indústria baseada na *web*, que discute quer o lado positivo da digitalização, quer as dificuldades ainda não resolvidas, assim como as perdas que a publicação académica tem sofrido;

um estudo sobre as dificuldades relacionadas com os processos de tomada de decisões, de indivíduos e grupos, examinando comportamentos informacionais, tais como seleção e avaliação em ambientes de televisão e de radiodifusão multicanal, evidenciando o impacto do alargamento da cultura informacional e o reforço das capacidades individuais de seleção; diversos estudos que demonstram o empoderamento dos utilizadores através da informação; um artigo que apresenta uma proposta de *design* para um sítio *web* de apoio para mulheres que experimentam a violência do parceiro íntimo, tendo o *site* como objetivo fornecer informações e apoio para ajudar as mulheres a lidar com situações angustiantes; um estudo que discute uma experiência conduzida em cinco escolas secundárias israelitas em que se alterou a estrutura da biblioteca de modo a incluir uma "secção de informação social", com o objetivo de facilitar o acesso à informação sobre assuntos relevantes para os estudantes, incluindo relações familiares, consumo de drogas, relações sexuais, morte e falecimento, tendo concluído que a apresentação inovadora de informação aumentou a consciência dos estudantes sobre o papel da informação nas suas vidas; um estudo que propõe um quadro genérico de ecologia de empoderamento para orientar as atividades de um futuro centro de informação, a partir de quatro perspectivas - princípios de funcionamento, recursos, apoiantes e processos -, com o objetivo de capacitar os visitantes do centro a responder aos desafios que enfrentam e ajudá-los a implementar soluções inovadoras; uma investigação sobre o papel do especialista da informação no processo de empoderamento dos doentes, em que as conclusões enfatizam esse papel por parte dos indivíduos que enfrentam uma doença; dois estudos sobre comunidades ou grupos de utilizadores, focalizando-se um nos conceitos de aprendizagem desenvolvidos por bibliotecas dinamarquesas como parte de um projeto de integração de grupos étnicos minoritários, apresentando resultados que evidenciam que as bibliotecas podem capacitar utilizadores e contribuir para a sua integração na sociedade; um estudo que tem por objeto a avaliação da satisfação das necessidades de informação dos imigrantes norte-americanos em Israel e como afetam a sua absorção, identificando as suas necessidades de informação, bem como os canais de informação que utilizam para satisfazer essas necessidades; um estudo que investiga o papel dos profissionais da informação na diminuição do fosso digital em África,

propondo métodos que podem ser utilizados pelos profissionais da informação de modo a assegurar a difusão das tecnologias de informação e comunicação em comunidades desfavorecidas; por fim, um artigo que discute o poder dos motores de pesquisa na *web*, e como os grupos de utilizadores podem manipular os resultados da pesquisa. Em suma, partindo deste testemunho, o papel social da ciência da informação manifesta-se na sua abordagem em estudos de natureza social e ética bem distintos, tais como: necessidades de informação, empoderamento individual, informação social, métodos de classificação de sítios *web*, o fosso digital, e o papel dos profissionais da informação na sociedade atual (BARUCHSON-ARBIB, 2007, p.56-58).

Ainda a título de exemplo, outro estudo intitulado "Responsabilidade social da ciência da informação: A reescrita do conceito", apresentado por Esdras Dantas e Joana Garcia, no *XVII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação* (ENANCIB), na Bahia, em 2016, debruça-se sobre o papel social da ciência da informação. Parte da análise dos tópicos relacionados com a 'responsabilidade social' nos estudos do grupo de trabalho do ENANCIB, que permitem, *per se*, identificar a função social da ciência da informação, para a identificação de conceitos de 'responsabilidade social' em dissertações de mestrado e teses de doutoramento em cursos de pós-graduação em ciência da informação no Brasil, a fim de aferir a sua dimensão na área da ciência da informação, concluindo pelo seu alargamento (DANTAS; GARCIA, 2016). Os tópicos identificados na revisão da literatura a partir dos trabalhos do ENANCIB são os seguintes:

> Tecnologia da informação e comunicação (TIC) como forma de inserção social; informação museal e acessibilidade; formação profissional voltada ao compromisso social; biblioteca como equipamento de transformação social; informação étnico-racial; informação ligada à sustentabilidade; e, responsabilidade social da ciência da informação tida como mediação entre a informação e a necessidade do usuário. (DANTAS; GARCIA, 2016, p. 7).

Sobre o acesso democrático à informação, mais especificamente a acessibilidade em ambientes digitais, encontra-se um estudo em torno da arquitetura da informação digital, numa perspectiva inclusiva, com foco em utilizadores com surdez. Também, na perspectiva da inclusão social, um estudo associado à inclusão de pessoas com deficiência em museus, que relaciona ambos os tópicos, que pode estender-se às distintas instituições sociais de informação (museus, centros de documentação, bibliotecas e arquivos etc.). O papel social da ciência da informação na construção de uma sociedade cidadã e inclusiva é igualmente visível em estudos sobre o conteúdo inclusão social nos programas curriculares de graduação e pós-graduação em ciência da informação. Ainda sobre o acesso à informação, um estudo sobre políticas públicas de acesso à informação.

A pesquisa acerca de necessidades de informação é também um tópico social da ciência da informação, evidenciando-se um estudo sobre necessidades informacionais dos povos indígenas, numa perspectiva multicultural. A divulgação de informação de determinadas comunidades também é assunto de um estudo, podendo a investigação estender-se a outras perspectivas, como a (sub)representação das comunidades em recursos, produtos e instituições de informação.

A análise de discursos sobre estes e outros tópicos, como a sustentabilidade, é também objeto de estudo da ciência da informação, atestando a sua função social.

Estudos de comportamento informacional integram esta perspectiva, de que são *exempla* a relação das pessoas com a informação (exclusão/inclusão), atestando o papel transformador da ciência da informação, quer enquanto fator de inclusão (digital, social), contribuindo para diminuir as desigualdades e potenciando o seu contributo para o elevador social. O papel transformador da informação é igualmente perceptível nas estruturas, enquanto geradora de conhecimento, a outra face de Janus, condição para a capacitação de pensamento crítico e, consequentemente, de realização da cidadania plena. Estes tópicos em estudo permitem sublinhar o papel social da ciência da informação como fator positivo de construção social, de construção de comunidades, como vem evidenciando David Lankes (2012), dado o seu contributo para a qualidade de

vida das pessoas, quer em termos individuais, quer em termos coletivos, e consequentemente, para uma "sociedade mais igualitária, digna e solidária" (DANTAS; GARCIA, 2016).

4. A PERSPECTIVA SOCIAL NAS DIRETRIZES DAS INSTITUIÇÕES SOCIAIS DE INFORMAÇÃO

A função social da Biblioteca e do Bibliotecário tornou-se o foco da biblioteconomia, entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX, nos Estados Unidos da América, por influência da Escola de Chicago, que influenciaria a teorização da biblioteconomia no país (RUBIN, 2010). Esta dimensão social manteve-se, sobretudo associada às bibliotecas públicas, quer no âmbito da subárea designada por "biblioteconomia social", quer passando a integrar as diretrizes da IFLA/UNESCO para as bibliotecas públicas. Não nos interessa aqui procurar indícios da sua presença em diversas diretrizes, mas apenas na versão do documento mais recente, que se encontra em vigor, que aponta certamente para novos contextos.

No *Manifesto da Biblioteca Pública* IFLA/UNESCO (2022), a informação surge com um papel transformador na capacitação dos cidadãos, na realização plena da cidadania, caracterizando-se a biblioteca pública "como uma força viva para a educação, cultura, inclusão e informação, como um agente essencial para o desenvolvimento sustentável, para o desenvolvimento da paz e bem-estar espiritual de todos os indivíduos". Reconhece-se também que "as bibliotecas são geradoras de comunidades", assim como o seu contributo para a melhoria da qualidade de vida, evidenciando-se, ainda, o seu contributo para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). Naturalmente, o modo de prestação de serviços sublinha o papel social das bibliotecas, identificando-se também aqui os tópicos do acesso à informação, bem como da inclusão/exclusão social:

> Os serviços da biblioteca pública são prestados com base na igualdade de acesso para todos, independentemente de idade, etnia, sexo, religião, nacionalidade, idioma, condição social e

> qualquer outra característica. Serviços e materiais específicos devem ser fornecidos para aqueles usuários que não podem, por qualquer motivo, usar os serviços e materiais regulares, por exemplo, minorias linguísticas, pessoas com deficiência, com baixa proficiência em habilidades digitais ou de informática, com baixa escolaridade, pessoas hospitalizadas ou privadas de liberdade.

As necessidades de informação, bem como de acesso às tecnologias da informação e comunicação e à própria biblioteca pública, enquanto espaço de participação e relacional, construtor de comunidade, são evidenciadas no Manifesto:

> Os serviços da biblioteca devem ser adaptados às diferentes necessidades das comunidades em áreas rurais e urbanas, bem como às necessidades de grupos marginalizados, pessoas com deficiência, usuários que demandem atendimento especial, usuários multilíngues e povos indígenas dentro da comunidade.

O papel social da biblioteca pública, bem como da ciência da informação, é, aliás, salientado na parte final do próprio documento, ao mencionar que "Pesquisas contínuas devem se concentrar na avaliação do impacto da biblioteca e na coleta de dados para demonstrar o benefício social das bibliotecas para os agentes formuladores de políticas públicas". Para tal incentiva-se, ainda, a recolha de dados estatísticos no longo prazo, uma vez que "os benefícios das bibliotecas na sociedade são frequentemente vistos nas gerações subsequentes".

A par de uma biblioteconomia social, encontramos uma arquivística social (que garante direitos, através do registro, de inclusão social, de igualdade, de identidade…), apesar de este ser um termo menos usado e de uso mais recente, quando comparado com aquele. Assim,

também se reconhece o papel dos arquivos na garantia e na efetivação da responsabilidade social. Disso é exemplo a *Declaração universal sobre os arquivos* (2011) ao referir que

> [...] os Arquivos são fontes fiáveis de informação para uma governação responsável e transparente. Desempenham um papel essencial no desenvolvimento das sociedades ao contribuir para a constituição e salvaguarda da memória individual e coletiva. O livre acesso aos arquivos enriquece o conhecimento sobre a sociedade humana, promove a democracia, protege os direitos dos cidadãos e melhora a qualidade de vida.

A *Declaração Universal sobre os Arquivos* (2011) reconhece, ainda, "o papel essencial dos arquivos para garantir uma gestão eficaz, responsável e transparente, para proteger os direitos dos cidadãos, assegurar a memória individual e coletiva, e para compreender o passado, documentar o presente com vista a orientar o futuro". A Declaração termina com a defesa do acesso democrático aos arquivos, bem como com o reconhecimento do seu "contributo para a promoção de uma cidadania responsável".

A função social também assume relevo nos museus desde a *Declaração de Santiago do Chile*, de 1972 (UNESCO, 2015). Neste âmbito, reconhece-se um papel-chave dos museus na sociedade "como fator de promoção da integração e coesão social", que "podem ajudar as comunidades a enfrentar mudanças profundas na sociedade, incluindo aquelas que levam ao crescimento da desigualdade e à quebra de laços sociais". As questões de acesso e de coesão social estão, também aqui, presentes ao referir que os museus

> [...] devem abordar o conjunto da sociedade e podem, portanto, desempenhar um importante papel no desenvolvimento de laços sociais e de coesão social, na construção da cidadania e na reflexão sobre as identidades coletivas. Os

> museus devem ser lugares abertos a todos e comprometidos com o acesso físico e com o acesso à cultura para todos, incluindo grupos vulneráveis. [...] Os museus devem também promover o respeito pelos direitos humanos e pela igualdade de género.

Inclui, ainda, uma nota acerca do património cultural (deslocado, ou não) dos povos indígenas representado em coleções de museus, de que existem diversos estudos similares no âmbito da ciência da informação sobre arquivos deslocados, de que James Lowry (2017) e Laureano S. Macedo (2022) são autores de referência obrigatória. A função social dos museus encontra-se, bem expressa, desde logo no título da *Declaração do Funchal* (2018) no Ano Europeu do Património Cultural, *Museus, lugares sociais emblemáticos*, que reforça o papel de coesão social destas instituições sociais.

5. O PAPEL SOCIAL DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO NO ÂMBITO DA AGENDA 2030 DA ONU

Nos últimos anos, diversos estudos têm sublinhado o papel social da ciência da informação, nomeadamente quando relacionados com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), no âmbito da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU). São 17 objetivos, desdobrados em 169 metas, inscritos na Resolução *Transformar o nosso mundo: Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável*, que foi aprovada em 25 de setembro de 2015, em Nova Iorque (EUA), tendo entrado em vigor a 1 de janeiro do ano seguinte.

Reconhecendo a necessidade de dar um contributo prático para o cumprimento dos ODS, no âmbito deste "contrato social", como lhe chamara Ban Ki-Moon, Secretário-Geral da ONU, reconhece-se que a ciência da informação também tem um contributo a dar, no âmbito dos pilares social, económico e ambiental do Desenvolvimento Sustentável, para "acabar com todas as formas de pobreza", de forma a "promover a paz, a justiça e instituições eficazes" (UNRIC, 2018), um papel que é

de todos. Este reconhecimento está presente na organização do *V Congresso ISKO Espanha-Portugal* ao eleger como tema do evento a *Organização do Conhecimento no Horizonte 2030: Desenvolvimento Sustentável e Saúde* (SILVA; REVEZ; CORUJO, 2021).

Dentre os diversos setores da sociedade, assumem particular destaque as bibliotecas e os centros de documentação, bem como os arquivos e os museus, dado o seu papel na promoção do acesso à informação e da literacia da informação, e de outras literacias como a digital, ajudando os governos locais a perceberem as necessidades informacionais das distintas comunidades. Evidência disso é um artigo de Teresa Costa e Luísa Alvim, publicado em 2021, em que a partir de uma análise bibliométrica da produção científica indexada na *Web of Science* e na *Scopus*, no período de 2015 a 2019, sobre os ODS inscritos na Agenda 2030 relacionados com as referidas instituições de informação, as autoras recuperam 40 artigos. Nestes destaca-se, para além do papel fundamental e transversal da informação para o cumprimento dos objetivos em termos globais, aspeto presente nos diversos estudos, o contributo social das bibliotecas para o ODS 4 - *Garantir uma educação inclusiva*, presente em mais de 25% dos estudos. Reconhece-se o seu papel na educação inclusiva, quer no âmbito da aprendizagem ao longo da vida, quer no âmbito do apoio à educação desde o ensino pré-escolar ao ensino superior (COSTA; ALVIM, 2021, p.622-623), devendo encarar-se a formação como projeto estratégico diferenciador, e não como mera atividade de extensão cultural (MENDES, 2018, p.325), quando

> [...] são os grupos menos favorecidos, com qualificação reduzida ou nula, com empregos pouco qualificados, desempregados, idosos e adultos menos qualificados que participaram em menor número em ações de aprendizagem ao longo da vida (MENDES, 2018, p. 327).

Refira-se, também, o reconhecimento do contributo da International Federation of Library Associations and Institutions (IFLA) na sensibilização do papel da informação (MARTELETO, 1987, p.177) na construção de sociedades democráticas, de que é testemunho a

Declaração de Lyon (IFLA, 2014), bem como o papel das bibliotecas na promoção de serviços em rede, inclusão digital e Tecnologias da Informação e Comunicação (IFLA, 2017). Acrescente-se ainda, o papel dos bibliotecários particularmente do ensino superior, quer no apoio à investigação, quer na integração de equipas de investigação, nas diversas áreas, em que a saúde assume particular destaque.

Depois do ODS 4 – *Garantir uma educação inclusiva*, destaca-se nas prioridades da investigação o ODS 16 - *Promover a Paz e a Justiça*, em que, para além das bibliotecas, dos centros de documentação e dos museus, os arquivos assumem um papel de relevo, designadamente: no acesso à informação produzida e gerida pela administração pública, que responda às necessidades dos cidadãos, garantindo direitos fundamentais e contribuindo para o desenvolvimento de uma cidadania plena; na disponibilização de informação, promotora de transparência ativa e *accountability* (responsabilização e prestação de contas), de integridade pública sustentável, de consolidação de sociedades democráticas e fomentadora da qualidade de vida dos cidadãos. Ainda no âmbito do papel dos arquivos e da ciência da informação para o ODS 16 - *Promover a Paz e a Justiça*, permitam-nos destacar duas teses de doutoramento, uma das quais ainda em conclusão, desenvolvidas na Universidade Federal Fluminense: *A efetividade da transparência pública no Brasil à luz dos "dispositivos de acesso à informação": entre possibilidades e limitações*, de José António da Silva (2020), e *Gestão de documentos e integridade pública sustentável na administração municipal brasileira*, de Alexandre Faben Alves (2023). Nestas duas pesquisas, reforça-se o ODS 16, designadamente no que diz respeito a:

> - Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas a todos os níveis.
>
> - Reduzir substancialmente a corrupção e o suborno em todas as suas formas;
>
> - Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes, a todos os níveis;

- Garantir a tomada de decisão responsável, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis;

- Até 2030, fornecer identidade legal para todos, incluindo o registro de nascimento;

- Assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais;

- Fortalecer as instituições nacionais relevantes, inclusive através da cooperação internacional, para a construção de melhor capacidade de resposta, a todos os níveis, em particular nos países em desenvolvimento, para a prevenção da violência e o combate ao terrorismo e ao crime;

- Promover e fazer cumprir leis e políticas não discriminatórias para o desenvolvimento sustentável (UNRIC, 2018).

Teresa Costa e Luísa Alvim relevam ainda, no seu estudo, o ODS 11 -*Tornar as cidades sustentáveis*, em que se integra outra das funções sociais das instituições de memória/informação, designadamente a proteção e a salvaguarda diretas do património cultural, para além do seu contributo, na literacia da informação, científica e digital, para a sensibilização da proteção e salvaguarda do património cultural e natural no mundo. Por fim, sendo uma Agenda que pretende a obtenção de resultados concretos no âmbito dos 17 ODS e respetivas metas, destaque-se o papel dos arquivos, da gestão da informação e dos sistemas de informação, independentemente da sua natureza, na implementação e na monitorização das medidas.

Uma referência última para alguns estudos desenvolvidos em Portugal, em 2021 e 2022, no âmbito de programas de pós-graduação em ciência da informação, que espelham igualmente esta perspectiva social em novos contextos:

- JORGE, Filipe dos Santos Samuel. **O lugar das bibliotecas nas políticas públicas em Portugal**: 1976-2020. 2022. 157p. Lisboa: Universidade de Lisboa. Faculdade de Letras. Dissertação (Mestrado) – Programa em Ciências da Documentação e Informação, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2022. Disponível em: http://hdl.handle.net/10451/53676 . Acesso em: 3 nov. 2022.

- LOPES, Telmo Romão Bruno. **A Modernização Administrativa nas autarquias locais**: Projeto de normalização de processos de negócio no Município de Arruda dos Vinhos. 2021. 231p.+55p. Dissertação (Mestrado) – Programa em Ciências da Documentação e Informação, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2021. Disponível em: http://hdl.handle.net/10451/51274 . Acesso em: 3 nov. 2022.

- MACEDO, Laureano Secundino Ascensão de. **Identificação e reunificação dos fundos madeirenses dispersos entre o Arquivo Regional e Biblioteca da Madeira e o Arquivo Nacional da Torre do Tombo**: limites e possibilidades. 2022. Tese (Doutoramento) – Secção de Informação, Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2022. Disponível em: http://hdl.handle.net/10316/100333 . Acesso em: 3 nov. 2022. [Arquivos deslocados]

- MENDES, Joana Ramos. **A Banda Desenhada na promoção da literacia visual nas Bibliotecas Públicas**: Estudo de caso. 2022. 104p. Dissertação (Mestrado) – Programa em Ciências da Documentação e Informação, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2022.

- SERRA, Sofia Margarida Silvério Serra. **O papel das Bibliotecas Públicas na inclusão social de refugiados e requerentes de asilo**: Área Metropolitana de Lisboa. 2022. 332p. Dissertação (Mestrado) – Programa em Ciências da Documentação e Informação, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2022. Disponível em: http://hdl.handle.net/10451/54736 . Acesso em: 3 nov. 2022.

- SILVA, Helena Alencor da. **Twitter e folksonomia**: Análise do uso da hashtag #meuprimeiroassedio. 2021. 64p. Dissertação (Mestrado) – Programa em Ciências da Documentação e Informação, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2021. Disponível em: http://hdl.handle.net/10451/50720 . Acesso em: 3 nov. 2022.

- SILVA, Vera Maria da. **Práticas de promoção da leitura nas bibliotecas públicas municipais da Área Metropolitana de Lisboa**: 2008-2013. 2022. 575p. Tese (Doutoramento) – História, Universidade de Évora, Évora, 2022.

- SOUSA, Maria Catarina Tavares Rodrigues de. **A percepção social do bibliotecário nos Estados Unidos da América no século XX**: Reflexos na literatura. 2021. 74p. Dissertação (Mestrado) – Programa em Ciências da Documentação e Informação, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2021. Disponível em: http://hdl.handle.net/10451/49296 . Acesso em: 3 nov. 2022.

- TAVARES, Maria de Lurdes de Jesus. **O papel do Bibliotecário do Ensino Superior no e-learning durante a pandemia COVID 19**. 2022. 130p. Dissertação (Mestrado) –

Programa em Ciências da Documentação e Informação, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2022. Disponível em: http://hdl.handle.net/10451/54834 . Acesso em: 3 nov. 2022.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo, desenvolvido sob a forma de ensaio, tinha como objetivo identificar e caracterizar a função social da ciência da informação em novos contextos, procurando responder à seguinte questão de investigação: **Que função social da ciência da informação em novos contextos?**

Assim, é possível identificar a emergência da função social na ciência da informação a partir do início da década de 50 do século XX, com a proposta da 'epistemologia social', de Egan e Shera, que ganha um impulso em 1977, com a conferência *Theory and application of Information Research*, que decorreu em Copenhaga, até à sua consolidação com a designada 'viragem sociológica', em 1991, com a *I Co-LIS – International Conference on Conceptions of Library and Information Science*, na Finlândia.

A perspectiva social da ciência da informação, que sofre uma influência da teoria funcionalista, alarga-se deste então, aplicando-se paulatinamente a novos contextos, quer em termos teóricos, quer em termos práticos, nos casos concretos das instituições sociais de informação: os arquivos, as bibliotecas, e os museus.

Todavia, é possível identificar três vertentes centrais, quer no âmbito da investigação, quer no âmbito das disciplinas aplicadas: Gestão da informação (incluindo o acesso à informação), Comportamento informacional (incluindo as necessidades de informação) e as Tecnologias da informação e comunicação (incluindo a divisão digital). Nos novos contextos, emergem ou crescem em número novos estudos, entre outros, sobre o acesso e usos da informação por comunidades específicas excluídas e/ou marginalizadas (LGBTQAI+, indígenas, migrantes, etc.), a divisão digital, a infoexclusão (informacional, digital etc.), a

transparência e a integridade públicas, a desinformação, a infodemia e as *fake news*, não se esgotando nos exemplos enunciados. Quando relacionada com os ODS, a função social da ciência da informação releva, uma vez sublinhada a responsabilidade social. Em suma, são estudos que demonstram o papel central da informação na vida quotidiana das comunidades, bem como o papel social das instituições de informação (arquivos, bibliotecas, centros de documentação e museus). Estudos em que a informação adquire um papel-chave na mediação dos processos de apreensão da realidade, bem como das próprias relações sociais, a par de uma função social da ciência da informação, que se manifesta por via dos alertas que devem emanar da interpretação crítica dos fenómenos que analisa. Todavia, o surgimento inesperado da Pandemia, a Guerra que grassa no centro da Europa, a Crise Económica, que já se iniciou e que se aprofundará nos próximos tempos, a emergência e o estabelecimento de diversos populismos estão a fazer desviar as atenções relativamente aos ODS, podendo contribuir para dificultar, se não mesmo impedir, o seu cumprimento, ainda que não dependam apenas das instituições sociais de informação/memória referidas e do contributo, maior ou menor, da ciência da informação.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, C. A. Á. **O que é a Ciência da Informação**. Belo Horizonte: KMA, 2018. 131p.

BARUCHSON-ARBIB, S. Guest editorial: The contribution of "information science" to the social and ethical challenges of the information age. **Journal of information, communication & ethics in society**, v.5, n. 2/3, p.53-58, 19 out. 2007. Disponível em: https://doi.org/10.1108/14779960710837560 . Acesso em: 3 nov. 2022.

Le COADIC, Yves (1997). Science de l'Information. In : CACALY, S. (Dir.). **Dictionnaire encyclopédique de l'information et de la documentation**. Paris: Nathan, 1997. p. 516-523.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS (CIA). Princípios básicos sobre o papel dos arquivistas na defesa dos direitos humanos. **Informação Arquivística**, Rio de Janeiro, v.5, n.1, p.90-121, jan./jun. 2016. Disponível em: https://brapci.inf.br/index.php/res/download/54365 . Acesso em: 3 nov. 2022.

CONSELHO INTERNACIONAL DOS MUSEUS (ICOM Europa); FEDERAÇÃO MUNDIAL DOS AMIGOS DOS MUSEUS (WFFM). **Declaração do Funchal**. 11 nov. 2018. Disponível em: http://redemuseuscolecoesvisitaveisacores.pt/wp-content/uploads/2018/12/declaracao-do-funchal-pt.pdf . Acesso em: 3 nov. 2022.

COSTA, Teresa; ALVIM, Luísa. A Agenda 2030 e a ciência da informação: o contributo das bibliotecas e centros de informação. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, [S.l.], v.14, n.2, p.617–628, mai./ago 2021. DOI: 10.26512/rici.v14.n2.2021.37380. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/37380. Acesso em: 2 set. 2022.

CRONIN, B. The sociological turn in Information Science. **Journal of Information Science**, v. 34, n.4, p.465-475, 2008. Disponível em: https://doi.org/10.1177/0165551508088944 . Acesso em: 3 nov. 2022.

DOMINGUES, José António. **O ensaio como método**. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2019. 67p. Disponível em: https://ubiblio-rum.ubi.pt/bitstream/10400.6/7941/1/domingues_jose_2019_ensaio_como_metodo.pdf . Acesso em: 3 nov. 2022.

EGAN, Margaret; SHERA, Jesse. Foundations of a theory of bibliography, **Library Quarterly**, v.22, n.2, p.125-137, Apr. 1952. Disponível em: https://doi.org/10.1086/617874 . Acesso em: 2 set. 2022.

HAM, F. G. Archival Strategies for the postcustodial era. **American Archivist**, v.44, n.3, p.207-216, Summer 1981. Disponível em: https://meridian.allenpress.com/american-

archivist/article/44/3/207/23014/Archival-Strategies-for-the-Post-Custodial-Era . Acesso em: 3 nov. 2022.

HJØRLAND, B. Epistemology and the Socio-Cognitive Perspective in Information Science. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, New York, v.53, n.4, p.257–270, 18 jan. 2002. Disponível em: https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1002/asi.10042 . Acesso em: 3 nov. 2022.

HJØRLAND, B. Theoretical development of information science: A brief history. **Journal of Information Science**. jan. 2014. Disponível também em: https://www.researchgate.net/publication/262917289_Theoretical_development_of_information_science_A_brief_history . Acesso em: 3 nov. 2022.

IFLA. **The Lyon Declaration**: on access to information and development. The Hague: IFLA, Ago. 2014. Disponível em: http://www.lyondeclaration.org/ . Acesso em: 3 nov. 2022.

IFLA. **IFLA Toolkit**: Libraries, Development and the United Nations 2030 Agenda. The Hague: IFLA, Ago. 2017. Disponível em: https://www.ifla.org/files/assets/hq/topics/libraries-development/documents/libraries-un-2030-agenda-toolkit-2017.pdf . Acesso em: 3 nov. 2022.

IFLA; UNESCO. **Manifesto da Biblioteca Pública**. IFLA, UNESCO, 18 jun. 2022. Disponível em: https://dglab.gov.pt/manifesto-ifla-unesco-2022/ . Acesso em: 3 nov. 2022.

INGWERSEN, Peter. Conception of Information Science. In: VAKKARI, Pertti ; CRONIN, Blaise (Eds.). **Conceptions of library and information science: historical, empirical and theorical perspectives**. London: Taylor Graham, 1992. p. 299-312.

INTERNACIONAL COUNCIL ON ARCHIVES (ICA); UNESCO. **Declaração universal sobre os arquivos**. UNESCO, ICA, nov. 2011.

Disponível em: https://www.ica.org/sites/default/files/ICA_2010_Universal-Declaration-on-Archives_PT.pdf . Acesso em: 3 nov. 2022.

JORGE, Filipe dos Santos Samuel. **O lugar das bibliotecas nas políticas públicas em Portugal**: 1976-2020. 2022. 157p. Lisboa: Universidade de Lisboa. Faculdade de Letras. Dissertação (Mestrado) – Programa em Ciências da Documentação e Informação, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2022. Disponível em: http://hdl.handle.net/10451/53676 . Acesso em: 3 nov. 2022.

KUHN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas**. Lisboa: Guerra e Paz, 2021. 264p.

LANKES, David. **Expect More**: Demanding Better Libraries For Today's Complex World. [S.L.: S. n.], 2012. 118p. Disponível em: https://davidlankes.org/wp-content/uploads/2014/01/ExpectMore-Open.pdf . Acesso em: 3 nov. 2022.

LOPES, Telmo Romão Bruno. **A Modernização Administrativa nas autarquias locais**: Projeto de normalização de processos de negócio no Município de Arruda dos Vinhos. 2021. 231p.+55p. Dissertação (Mestrado) – Programa em Ciências da Documentação e Informação, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2021. Disponível em: http://hdl.handle.net/10451/51274 . Acesso em: 3 nov. 2022.

LOWRY, J. (Ed.). **Displaced archives**. New York: Routledge, 2017. 227p.

MACEDO, Laureano Secundino Ascensão de. **Identificação e reunificação dos fundos madeirenses dispersos entre o Arquivo Regional e Biblioteca da Madeira e o Arquivo Nacional da Torre do Tombo**: limites e possibilidades. 2022. Tese (Doutoramento) – Secção de Informação, Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2022. Disponível em: http://hdl.handle.net/10316/100333 . Acesso em: 3 nov. 2022.

MACEDO, Laureano Ascensão de; FREITAS, Cristina Vieira de; SILVA, Carlos Guardado da. Below the Nation State: Power Asymmetry and Jurisdictional Boundaries around the Archives of Madeira Archipelago. In: LOWRY, James (Ed.). **Contested Archival Heritage**. New York: Routledge, 2022. p. 139-170. Disponível em: http://hdl.handle.net/10316/100253 . Acesso em: 3 nov. 2022.

MARTELETO, R. M. Informação: elemento regulador dos sistemas, fator de mudança social ou fenômeno pós-moderno? **Ciência da Informação**, Brasília, v.16, n.2, p.169-180, 30 dez. 1987. Disponível em: https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/260 . Acesso em: 3 nov. 2022.

MENDES, Isabel Cristina Gomes. **A Aprendizagem Não Formal para Adultos**: O Caso da Rede de Bibliotecas de Lisboa. 2018. 372p. Dissertação (Mestrado) – Programa em Ciências da Documentação e Informação, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2021. Disponível em: http://hdl.handle.net/10451/34793 . Acesso em: 3 nov. 2018.

MENDES, Joana Ramos. **A Banda Desenhada na promoção da literacia visual nas Bibliotecas Públicas**: Estudo de caso. 2022. 104p. Dissertação (Mestrado) – Programa em Ciências da Documentação e Informação, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2022.

ØROM, A. Information Science, historical changes and social aspects: a Nordic Outlook. **Journal of Documentation,** v.56, n.1, p.12-26, feb. 2000. Disponível em: https://doi.org/10.1108/EUM0000000007133 . Acesso em: 3 nov. 2022.

ROBERTS, N. Social considerations towards a definition of information science. **Journal of Documentation**, v.32, n.4, p.249-257, 1 Apr. 1976. Disponível em: https://doi.org/10.1108/eb026627 . Acesso em: 3 nov. 2022.

RUBIN, R. E. **Foundations of Library and Information Science**. 3rd. ed. New York: Neal-Schuman Publishers, 2010. 471p.

SERRA, Sofia Margarida Silvério Serra. **O papel das Bibliotecas Públicas na inclusão social de refugiados e requerentes de asilo**: Área Metropolitana de Lisboa. 2022. 332p. Dissertação (Mestrado) – Programa em Ciências da Documentação e Informação, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2022. Disponível em: http://hdl.handle.net/10451/54736 . Acesso em: 3 nov. 2022.

SHERA, J. **Sociological foundations of librarianship**. New York: Asia Publishing House, 1970. 195p.

SILVA, A. M.; RIBEIRO, F. **Das «ciências» documentais à ciência da informação**: Ensaio epistemológico para um novo modelo curricular. Porto: Afrontamento, 2002. 174p.

SILVA, Carlos Guardado da; REVEZ, Jorge; CORUJO, Luís (Eds.). **Organização do Conhecimento no Horizonte 2030**: Desenvolvimento Sustentável e Saúde. Atas do V Congresso ISKO Espanha-Portugal. Lisboa: Centro de Estudos Clássicos, Edições Colibri, ISKO – Capítulo Ibérico, 2021. 890p. Disponível em: https://doi.org/10.51427/10451/50067 . Acesso em: 3 nov. 2022.

SILVA, Helena Alencor da. **Twitter e folksonomia**: Análise do uso da hashtag #meuprimeiroassedio. 2021. 64p. Dissertação (Mestrado) – Programa em Ciências da Documentação e Informação, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2021. Disponível em: http://hdl.handle.net/10451/50720 . Acesso em: 3 nov. 2022.

SILVA, Vera Maria da. **Práticas de promoção da leitura nas bibliotecas públicas municipais da Área Metropolitana de Lisboa**: 2008-2013. 2022. 575p. Tese (Doutoramento) – História, Universidade de Évora, Évora, 2022.

SOUSA, Maria Catarina Tavares Rodrigues de. **A percepção social do bibliotecário nos Estados Unidos da América no século XX**: Reflexos na literatura. 2021. 74p. Dissertação (Mestrado) – Programa em Ciências da Documentação e Informação, Faculdade de Letras,

Universidade de Lisboa, Lisboa, 2021. Disponível em: http://hdl.handle.net/10451/49296 . Acesso em: 3 nov. 2022.

TAVARES, Maria de Lurdes de Jesus. **O papel do Bibliotecário do Ensino Superior no e-learning durante a pandemia COVID 19**. 2022. 130p. Dissertação (Mestrado) – Programa em Ciências da Documentação e Informação, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2022. Disponível em: http://hdl.handle.net/10451/54834 . Acesso em: 3 nov. 2022.

UNESCO. **Recomendação relativa à proteção e promoção dos museus e das coleções, da sua diversidade e do seu papel na sociedade**. Paris: UNESCO, 20 nov. 2015. Disponível em: https://icom-portugal.org/multimedia/documentos/UNESCO_PMC.pdf . Acesso em: 3 nov. 2022.

UNRIC. **Guia sobre Desenvolvimento Sustentável**. Centro de Informação Regional das Nações Unidas para a Europa Ocidental. 2018. Disponível em: https://unric.org/pt/wp-content/uploads/sites/9/2019/01/SDG_brochure_PT-web.pdf . Acesso em: 3 nov. 2022.

WERSIG, Gernot; NEVELING, Ulrich. The phenomena of interest to information science. **Information scientist**, v. 9, n. 4, p.127-140, Dec. 1975. Também Disponível em: https://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.232.5319&rep=rep1&type=pdf . Acesso em: 2 set. 2022.

WILSON, T. D. Sociological aspects of information science. **International Forum on Information and Documentation**, v.6, n.2, 1981, p.13-18. Também disponível em: http://informationr.net/tdw/publ/papers/socasp81.html#ref2 . Acesso em: 3 nov. 2022.

SEÇÃO I .
Acesso à Informação e Proteção de Dados nos contextos nacional e internacional

ARQUIVOS E DIREITOS HUMANOS: O ACESSO À INFORMAÇÃO

ARCHIVES AND HUMAN RIGHTS: ACCESS TO INFORMATION

Ana Cláudia Lara Coelho Aranha
anaclaudialaracoelho@gmail.com

Elisabete Gonçalves de Souza
elisabetegs@id.uff.br

Vitor Manoel Marques da Fonseca
vitor_fonseca@id.uff.br

Resumo: As redemocratizações ocorridas no final do século XX em diversos países e o crescente uso de tecnologias de informação colaboraram para o entendimento do acesso à informação como um direito e da relação entre arquivos e direitos humanos. Com o aumento da produção de dados pessoais disponibilizados *online*, reforçou-se o debate sobre a necessidade do respeito à privacidade. Diante desse panorama, propõe-se uma análise de alguns documentos brasileiros (Lei de Acesso à Informação e seu decreto regulamentador, Lei Geral de Proteção de Dados e portarias interministeriais 204 e 205 de 2009) e internacionais (da Organização das Nações Unidas; e do Conselho Internacional de Arquivos) sobre acesso à informação e sua relação com conjuntos documentais referentes a graves violações de direitos humanos. Entende-se, a partir da análise realizada, que o tratamento desse tipo de informação deve priorizar o acesso, com o sigilo como exceção e, que, portanto, não se deve usar a proteção de dados e o direito à privacidade como fundamentos para restringir o acesso a informações relevantes sobre possíveis violações de direitos humanos.

Palavras-Chave: Graves violações dos direitos humanos; Acesso à informação; Proteção de dados e direito à privacidade.

Abstract: The redemocratizations that took place at the end of the 20th century in several countries and the growing use of information technologies contributed to the understanding of the access to information as a right and of the relationship between archives and human rights. With the increase of the production of personal data made available online, the debate about the need to privacy respect was reinforced. In view of this scenario, the text proposes an analysis of some braziliandocuments (Access to Information Law and its regulatory decree, General Data Protection Law and interministerial decrees 204 and 205 of 2009) and international documents (from United Nations; and from International Council on Archives) about access to information and its relationship to sets of documents referring to gross human rights violations. Based on the analysis carried out, it is understood that the tendency in the treatment of this type of information should prioritize access, with secrecy as an exception and that, therefore, data protection and the right to privacy should not be used to restrict access to relevant information about possible human rights violations.

Keywords: Gross human rights violations; Access to information; Data protection and right to privacy.

1. INTRODUÇÃO

O aumento crescente no entendimento do acesso à informação como direito fundamental foi impulsionado pela passagem de regimes autoritários para democracias, no final do século XX, e pelos avanços nas tecnologias de comunicação e informação. Conforme explica Mendel

> Uma série de mudanças paradigmáticas que abrangem o mundo inteiro, indubitavelmente, contribuíram para a aceitação crescente do

> direito à informação. Incluem-se aí as transições para a democracia, apesar do grau variável de sucesso, ocorridas em diversas regiões do mundo desde 1990. Também não há dúvida de que estão aí incluídos imensos avanços na tecnologia da informação que mudaram por completo a relação das sociedades com a informação e o seu uso [...] a tecnologia da informação melhorou, em termos gerais, a capacidade do cidadão comum de controlar a corrupção, de cobrar dos líderes e de contribuir para os processos decisórios. Isso, por sua vez, ou, para ser mais preciso, em paralelo, levou ao aumento das demandas pelo respeito ao direito a informação (MENDEL, 2008, p.4).

Essa aceitação do acesso à informação como um direito foi consideravelmente ampliada no século XXI, posto que, em 2009,[14] mais de setenta países já possuíam leis sobre o acesso à informação, enquanto em 1990 eram apenas treze (MENDEL, 2008). E, em 2021, o *Global Right to Information Rating*, programa criado pelas organizações não governamentais *Access Info Europe (AIE)* e *Centre for Law and Democracy (CLD)*, mapeou 136 países que possuem legislação sobre o acesso à informação.[15]

O aumento na aceitação do direito à informação também foi acompanhado pelo crescimento da compreensão geral sobre a relação entre arquivos e direitos humanos

> Este cambio tiene sus raíces en la capacidad demostrada por los sectores más sensibilizados de la archivística por evidenciar la dimensión democrática de los archivos en la medida que

[14] Data referente à segunda edição da publicação consultada.
[15] Para saber mais, veja: https://www.rti-rating.org/country-data/#x. Acesso em: 20 set. 2022.

> mediante la aportación de documentos originales, auténticos y fiables para el ejercicio de los derechos ciudadanos permiten alcanzar los valores de verdad y justicia en un contexto presidido por la lucha contra la impunidad, el olvido y la amnesia colectiva. Asimismo, permite dotar de contenido a un concepto tan manoseado como el de memoria histórica, entendido como uma recuperación del pasado en base a estudios científicos y com voluntade jemplarizante (GONZÁLEZ QUINTANA, 2009, p.17).

O direito à informação, nas instituições arquivísticas públicas, relaciona-se à questão do acesso às informações gerais sobre seu funcionamento, a informações referentes à governança, gestão e transparência, e aos conjuntos documentais custodiados, incluindo aqueles produzidos por organizações não governamentais como as de direitos humanos e organismos de investigação sobre o passado (comissões da verdade), já que estas permitem um maior entendimento da relação entre arquivos, repressão política e direitos humanos e são muitas vezes as únicas fontes disponíveis sobre os abusos cometidos pelas instâncias do poder (GONZÁLEZ QUINTANA, 2009).

Com o crescente uso de tecnologias e da produção e utilização de dados, em especial no século XXI, também se ampliou o interesse por outros aspectos relacionados aos direitos humanos e à informação: a privacidade e a proteção de dados pessoais. Conforme a Organização das Nações Unidas (ONU):

> [...] el rápido ritmo del desarrollo tecnológico permite a las personas de todo el mundo utilizar las nuevas tecnologías de la información y las comunicaciones y, al mismo tiempo, incrementa la capacidad de los gobiernos, las empresas y las personas de llevar a cabo actividades de vigilancia, interceptación y recopilación de datos, lo que podría constituir una violación o

> una transgresión de los derechos humanos, en particular del derecho a la privacidad, [...] y que, por lo tanto, esta cuestión suscita cada vez más preocupación [...] (ONU, 2015b, p.2).

Escândalos sobre o uso de dados obtidos ilegalmente em redes sociais como o ocorrido com as empresas *Cambridge Analytica* e *Facebook*, em 2018,[16] revelaram o quanto as preocupações da ONU sobre riscos à privacidade eram fundamentadas. Nesse mesmo ano, a União Europeia congregou esforços para criar o regulamento (EU) 2018/1725 sobre proteção de dados pessoais. No Brasil, a privacidade e o sigilo dos dados já estavam previstos na Constituição Federal de 1988, art. 5º, parágrafos X e XII e parágrafo LXXIX, referente aos dados pessoais em meios digitais, inserido pela emenda constitucional n. 115/2022, e nos projetos de lei 4.060/2012 e 5.276/2016, culminando na promulgação da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) em 2018, em vigor na sua totalidade, a partir de 2021.

Diante desse panorama, o objetivo deste trabalho é realizar uma análise sobre como se dá o acesso aos conjuntos documentais com possíveis informações sobre graves violações[17] de direitos humanos, à luz de documentos internacionais e brasileiros, discriminados a seguir. Pretende-se, ainda, comentar, no caso brasileiro, o uso indevido da LGPD e da Lei de Acesso à Informação (LAI) na restrição do acesso a informações pertinentes.

[16] Para saber mais, recomenda-se a leitura da reportagem "Entenda o escândalo de uso político de dados que derrubou valor do *Facebook* e o colocou na mira de autoridades". Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/internacional-43461751 . Acesso em: 30 jun. 2022.

[17] A expressão "graves violações" é aqui entendida na perspectiva da ONU, ou seja, delitos previstos na Convenção de Genebra (1949) e no seu protocolo adicional (1977), e no Estatuto de Roma (2002): genocídios, crimes de lesa humanidade, crimes de guerra e crimes de agressão.

2. DESENVOLVIMENTO

O acesso à informação está previsto em diversos instrumentos legais, como a Declaração Universal de Direitos Humanos, que afirma em seu art. 19 que "Todo o indivíduo tem direito [...] de procurar, receber e difundir [...] informações e ideias por qualquer meio de expressão" (ONU, 1948), a Constituição da República Federativa do Brasil, que em seu art. 5º, inciso XIV, assegura o acesso à informação a todos, sendo o sigilo da fonte resguardado quando necessário ao exercício profissional e também, no art. 215, defende que "o Estado garantirá a todos o [...] acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais". (BRASIL, 1988) – além dos artigos que destacam a obrigação de publicidade das ações do Governo e dos órgãos públicos, a Lei de Acesso à Informação (2011), entre outros.

Sobre o acesso à documentação relacionada a graves violações dos direitos humanos, foram escolhidos alguns documentos produzidos pela ONU e pelo Conselho Internacional de Arquivos (CIA). Os documentos da ONU foram o *Conjunto de princípios actualizado para la protección y la promoción de los derechos humanos mediante la lucha contra la impunidad* (2005a), os *Principios y directrices básicos sobre el derecho de las víctimas de violaciones manifiestas de las normas internacionales de derechos humanos y de violaciones graves del derecho internacional humanitário a interponer recursos y obtener reparaciones* (2005b), o *Report of the Special Rapporteur on the promotion of truth, justice, reparation and guarantees of non-recurrence* (2015a) e *Los procesos de memorialización en el contexto de violaciones graves de derechos humanos y del derecho internacional humanitario: el quinto pilar de la justicia transicional* (2020). Da ONU, via Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em parceria com o CIA, o relatório *Políticas archivísticas para la defensa de los derechos humanos* (2009). E, do CIA, os Princípios de Acesso aos Arquivos (2012). Sobre a proteção de dados e dos direitos humanos, escolheu-se a resolução n. 69/166, de 2015b, da ONU.

Os documentos brasileiros selecionados sobre graves violações de direitos humanos foram a portaria interministerial n. 204/2009 sobre o "Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) –

Memórias Reveladas", a portaria interministerial n. 205/2009 sobre a realização de chamada pública para apresentação de documentos ou informações produzidos/acumulados sobre o regime político do período de 1º de abril de 1964 a 15 de março de 1985, LAI e o decreto n. 7.724/2012, que a regulamenta. No que se refere à proteção de dados, o documento foi a LGPD.

2.1. ONU e CIA: documentos pertinentes sobre o acesso a informações relacionadas a graves violações aos direitos humanos

O *Conjunto de princípios actualizado para la protección y la promoción de los derechos humanos mediante la lucha contra la impunidad* explicita que

> [...] se deberá facilitar la consulta de los archivos en interés de las víctimas y de sus familiares para hacer valer sus derechos. En caso necesario, también se facilitará a las personas acusadas que lo soliciten para defenderse. Cuando la consulta persiga favorecer la investigación histórica, las formalidades de autorización tendrán por única finalidad salvaguardar la integridad y la seguridad de las víctimas y de otras personas. No podrán aplicarselas formalidades de autorización con fines de censura (ONU, 2005a, p.11).

Os *Principios y directrices básicos sobre el derecho de las víctimas de violaciones manifiestas de las normas internacionales de derechos humanos y de violaciones graves del derecho internacional humanitario a interponer recursos y obtener reparaciones* (2005) prescrevem no artigo 7, alínea "c" que o acesso, pelas vítimas, à informação sobre os abusos e sobre os mecanismos de reparação deve ser garantido e tem o respaldo das normas internacionais (COELHO, 2017). O artigo 10, complementando o artigo 7º, determina que as razões para os abusos também devem ser conhecidas:

> [...] las víctimas y sus representantes han de tener derecho a solicitar y obtener información sobre las causas de su victimización y sobre las causas y condiciones de las violaciones manifiestas de las normas internacionales de derechos humanos y de las violaciones graves del derecho internacional humanitario, así como a conocer la verdad acerca de essas violaciones (ONU, 2005b, p. 9).

O anexo do *Report of the Special Rapporteur on the promotion of truth, justice, reparation and guarantees of non-recurrence*, em seu item I, recomenda

> [...] that the access policy of truth commission archives should maximize public accessibility, while respecting applicable privacy concerns, including in particular assurances of confidentiality provided to victims and other witnesses as a precondition of their testimony. Access to truth commission archives may not be denied on grounds of national security or other grounds unless the restriction is in full compliance with international human rights law (ONU, 2015a, p.28).

O relatório *Los procesos de memorialización en el contexto de violaciones graves de derechos humanos y del derecho internacional humanitario: el quinto pilar de la justicia transicional* afirma que

> [...] la protección de los archivos de los organismos estatales y de las organizaciones de la sociedad civil (en especial las de derechos humanos) es crucial para llevar a cabo procesos de memorialización eficaces. Los archivos deben ser accesibles de acuerdo com las normas establecidas

> y los gobiernos deben remover los obstáculos para dicho acceso (ONU, 2020, p.20).

Destaca-se ainda, na conclusão deste relatório, que

> [...] las voces de las víctimas de violaciones a los derechos humanos deben ocupar um espacio privilegiado en la construcción de la memoria. Asimismo, ello ayudará a contrarrestarlos intentos negacionistas y/o revisionistas y las manipulaciones por parte de los perpetradores de violaciones y de grupos o intereses políticos que buscan reanimar la violencia. Los poderes públicos deben abstenerse de realizar expresiones negacionistas que reivindiquen violaciones y revictimicen a las víctimas (ONU, 2020, p.20).

Portanto, não deve haver revisionismos motivados pela negação da história e da violência cometida contra as vítimas de violações dos direitos humanos.

Políticas archivísticas para la defensa de los derechos humanos, organizado por Antonio González Quintana, é uma atualização do informe produzido em 1995 como resultado de um esforço de colaboração entre a UNESCO e o CIA. Sobre o acesso aos arquivos da repressão, González Quintana recomenda especificamente que os Estados promovam "iniciativas legislativas encaminadas a garantizar el ejercicio de los derechos individuales com el apoyo de los archivos" (2009, p.104), seja por uma lei geral de arquivos ou por normas que a desenvolvam. Ele reforça a necessidade de atuação dos arquivos determinando que estas "leyes generales o normas parciales deberán contemplar el papel de los archivos para ejercer estos derechos" (2009, p.104), de forma que assegurem

> [...] que toda persona tendrá derecho al libre acceso a los archivos para obtener información sobre la existencia o no de algún expediente u

> outra información recogida en cualquier otra forma, sobre su persona. Deberá asimismo garantizar se el acceso a tal información de la forma más eficaz posible que garantice, a la vez, la privacidad de terceros. […] que toda persona que no haya estado al servicio de los órganos represivos, tendrá el derecho a determinar, una vez conocida la existencia de documentos sobre ella, si tales documentos pueden o no ser consultados por terceros, entendiéndose, em todo caso, que sin declaración de los afectados, en un sentido o en otro, los expedientes personales de las víctimas de la represión estarán cerrados a la consulta pública sin el permisso expreso de aquellos, o de sus herederos, por el período de tempo razonable que el legislador establezca. Igualmente se deberá regular la posibilidad de que los indivíduos puedan hacer constar cuantas correcciones o aclaraciones deseen hacer sobre los datos contenidos sobre ellos en sus expedientes personales. Tales correcciones, aclaraciones o manifestaciones deberán incorporarse a los expedientes claramente diferenciadas de los documentos que el órgano repressivo conservaba, que, por otra parte, no podrán ser modificados. […] que toda persona tendrá el derecho a acceder a los expedientes de los agentes de la represión, com las garantías que el legislador pueda establecer para garantizar la seguridad de las personas (GONZÁLEZ QUINTANA, 2009, p.104).

O documento Princípios de Acesso aos Arquivos (CIA, 2012) reforça, em seu sexto tópico, que as instituições custodiadoras devem garantir às vítimas de crimes graves o acesso a documentos que proporcionem evidências necessárias à afirmação de seus direitos humanos e

à prova de sua violação, mesmo que os documentos estejam fechados ao público em geral. E que esse direito se aplica a arquivos públicos e, o mais amplamente possível, a arquivos privados.

2.2. Portarias, Lei de Acesso à Informação e decreto: documentos brasileiros sobre o acesso a informações relacionadas a graves violações aos direitos humanos

A portaria interministerial n. 204/2009, da Casa Civil, apresenta as razões que fundamentaram a criação do Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) - Memórias Reveladas, entre elas "[...] a necessidade de identificar, recensear, organizar, preservar e abrir à consulta documentos de interesse para o tema da repressão política, produzidos e acumulados por entidades públicas ou por pessoas e instituições privadas" (BRASIL, 2009a).A portaria interministerial n. 205/2009, também da Casa Civil, dispõe sobre chamada pública para entrega de documentos do Regime Militar. No artigo 1º, tem-se que devem ser considerados aqueles cujo conteúdo

> I - diga respeito a toda e qualquer investigação, perseguição, prisão, interrogatório, cassação de direitos políticos, operação militar ou policial, infiltração, estratégia e outras ações levadas a efeito com o intuito de apurar ou punir supostos ilícitos ou envolvimento político oposicionista de cidadãos brasileiros e estrangeiros; II – seja referente a atos de repressão a opositores ao regime que vigorou no País de 1º de abril de 1964 a 15 de março de 1985; ou III - inclua informação relacionada a falecimentos ou possível localização de corpos de desaparecidos políticos (BRASIL, 2009b).

A LAI se refere especificamente ao acesso a informações de interesse para os direitos humanos nos artigos 21, 31 e 32. O artigo 21 dispõe que o acesso às informações necessárias à tutela judicial ou administrativa de direitos fundamentais não poderá ser negado, e

determina que "informações ou documentos [...] sobre condutas que impliquem violação dos direitos humanos praticada por agentes públicos ou a mando de autoridades públicas **não poderão ser objeto de restrição de acesso**" (BRASIL, 2011, § único, grifo nosso), com a ressalva do artigo 22, relacionada aos segredos de justiça e industriais.

O artigo 31 e seus incisos IV e V, referem-se às informações pessoais relativas à vida privada, intimidade, honra e imagem e à necessidade de consentimento do titular para a sua divulgação ou acesso por terceiros. Entretanto, no caso de defesa dos direitos humanos e da proteção do interesse público e geral preponderante **não há necessidade de autorização da pessoa a que se referem às informações** (BRASIL, 2011, grifo nosso). Também, segundo o parágrafo 4º, não se poderá restringir acesso a dados e informações pessoais para "prejudicar processo de apuração de irregularidades em que o titular das informações estiver envolvido, bem como em ações voltadas para a recuperação de fatos históricos de maior relevância" (BRASIL, 2011). Porém, o parágrafo 2º afirma a responsabilização pelo uso indevido dessas informações. E o artigo 32 define como ilegal "destruir ou subtrair, por qualquer meio, documentos concernentes a possíveis violações de direitos humanos por parte de agentes do Estado" (BRASIL, 2011).

O decreto n. 7.724/2012, no artigo 42, ao versar sobre a impossibilidade de negação de acesso a informações necessárias "à tutela judicial ou administrativa de direitos fundamentais", aponta, em seu parágrafo único, a necessidade por parte do requerente de apresentar as "razões que demonstrem a existência de nexo entre as informações requeridas e o direito [humano] que se pretende proteger" (BRASIL, 2012). O artigo 55, afirma que

> [...] as informações pessoais relativas à intimidade, vida privada, honra e imagem detidas pelos órgãos e entidades: I - terão acesso restrito a agentes públicos legalmente autorizados e a pessoa a que se referirem, independentemente de classificação de sigilo, pelo prazo máximo de cem anos a contar da data de sua produção; e II - poderão ter sua divulgação ou acesso por terceiros

> autorizados por previsão legal ou consentimento expresso da pessoa a que se referirem. Parágrafo único. Caso o titular das informações pessoais esteja morto ou ausente, os direitos de que trata este artigo assistem ao cônjuge ou companheiro, aos descendentes ou ascendentes [...]

E o artigo 58 especifica que

> [...] a restrição de acesso a informações pessoais de que trata o art. 55 não poderá ser invocada: I - com o intuito de prejudicar processo de apuração de irregularidades, conduzido pelo Poder Público, em que o titular das informações for parte ou interessado; ou II - quando as informações pessoais não classificadas estiverem contidas em conjuntos de documentos necessários à recuperação de fatos históricos de maior relevância.

O artigo 59 e seus parágrafos definem as ações necessárias para que o dirigente do órgão, de ofício ou a pedido, reconheça conjuntos de documentos de importância histórica que possuem informações pessoais não classificadas, como a possibilidade de solicitação de parecer desse reconhecimento a universidades e instituições de pesquisa. Após aprovação, o acesso a tais documentos torna-se **irrestrito ao público**. Com relação aos arquivos permanentes, seu reconhecimento deve ser realizado pelo Arquivo Nacional, por autoridade responsável pelo arquivo do órgão ou por entidade pública que os receber (BRASIL, 2012).

2.3. Resolução da ONU, LGPD e direitos humanos

A Resolução n. 69/166 trata do direito à privacidade na era digital e convoca os Estados a que

> a) Respeten y protejan el derecho a la privacidad, incluso en el contexto de las comunicaciones digitales; b) Adopten medidas para poner fin a las violaciones de esos derechos [...] c) Examinen sus procedimientos, prácticas y legislación relativos a la vigilancia y la interceptación de las comunicaciones y la recopilación de datos personales, incluídas la vigilancia, interceptación y recopilación a gran escala, con miras a afianzar el derecho a la privacidad, velando por que se dé cumplimiento pleno y efectivo de todas sus obligaciones en virtude del derecho internacional de los derechos humanos(ONU, 2015b, p.3).

Nesse documento, o acesso a informações sobre graves violações de direitos humanos disponíveis na internet não é citado, já que a finalidade era a proteção dos dados pessoais frente à coleta, com fins comerciais, realizada por empresas. Apesar disso, compreende-se que o objetivo da resolução não é o de restringir o acesso, conforme trecho que reforça a importância "del pleno respeto de la libertad de buscar, recibir y difundir información, incluída la importancia fundamental del acceso a la información y la participación democrática" (ONU, 2015b, p.2). Ao longo do documento, percebe-se a preocupação com o possível mau uso, pelos Estados, empresas e pessoas, dos dados pessoais obtidos ilegalmente.

A LGPD, artigo 1º, tem como tema

> [...] o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural (BRASIL, 2018).

Em seu 2º artigo, a LGPD traz como fundamentos o respeito à privacidade; a autodeterminação informativa; a liberdade de expressão, de informação, de comunicação e de opinião; a inviolabilidade da intimidade, honra e imagem; e os direitos humanos, entre outros.

Na definição dos termos-chave presentes na lei, no artigo 5º, destacam-se:

> I - dado pessoal: informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável; II - dado pessoal sensível: dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural; III - dado anonimizado: dado relativo a titular que não possa ser identificado, considerando a utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis na ocasião de seu tratamento; [...] X - tratamento: toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração; XI - anonimização: utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis no momento do tratamento, por meio dos quais um dado perde a possibilidade de associação, direta ou indireta, a um indivíduo; XII - consentimento: manifestação livre, informada e inequívoca pela qual o titular concorda com o tratamento de seus dados pessoais para uma finalidade determinada; (BRASIL, 2018).

Segundo os artigos 7º, 11 e 13, o tratamento dos dados pessoais e sensíveis pode ser realizado em diferentes hipóteses, dentre elas,

cumprir obrigação legal ou regulatória pelo controlador – pessoa física ou jurídica com poder de decisão sobre o tratamento dos dados –, no exercício de direitos em processo judicial, atender interesses legítimos do controlador ou de terceiros, na realização de estudos por órgãos de pesquisas e estudos em saúde pública. Os dados sensíveis podem ser anonimizados, ou seja, dissociados direta ou indiretamente de um indivíduo no momento do tratamento (órgãos de pesquisa), ou pseudonimizados (saúde pública), com o controlador mantendo separadamente informação adicional em ambiente controlado e seguro (BRASIL, 2018).

Assim como na resolução n. 69/166 da ONU, o acesso a documentos relativos a graves violações dos direitos humanos não é citado na LGPD, já que sua ênfase é na posse dos dados pessoais por empresas comerciais. A preocupação principal desta lei é a defesa da privacidade do titular – pessoa natural a quem os dados se referem – através da regulação do uso desses dados por empresas públicas e privadas, órgãos e, mesmo, outras pessoas. Mas o relatório LGPD: reforço a respostas negativas (2021), da ONG Transparência Brasil, mostra um aumento expressivo, desde 2019, no uso dessa lei para impedir o acesso a informações. Um dos exemplos citados pela ONG Transparência Brasil é o uso da LGPD para negativa de acesso a registros de entrada e saída do Planalto, referentes a reuniões com a Precisa Medicamentos. Segundo o deputado federal Luís Miranda, o contrato sobre compra da vacina Covaxin contra a Covid-19 apresentaria irregularidades, o que teria sido comunicado ao Presidente da República, à época.[18]

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise dos documentos da ONU e do CIA citados, percebe-se um apelo aos governos e aos arquivos públicos para que facilitem, observada a legislação, a consulta aos conjuntos documentais relacionados

[18] Para mais informações, acesse a reportagem: https://www.cnnbrasil.com.br/politica/em-4-pontos-entenda-o-caso-da-covaxin-e-dos-irmaos-miranda/ ; e o relatório "LGPD: reforço a respostas negativas, da ONG Transparência Brasil: https://www.transparencia.org.br/downloads/publicacoes/lgpd_reforco_respostas_negativas_dez_2021.pdf .

a graves violações de direitos humanos, combatendo a censura e empregando controles de acesso a fim de resguardar a privacidade e a segurança das vítimas e de demais envolvidos. Os casos de respeito à privacidade de "terceiros" (como a de agentes do Estado que cometeram possíveis crimes humanitários) se refere aos acordos de anistia e ao acesso pelo público em geral (excetuando-se as vítimas em sua busca por reparação).

Devem-se evitar ainda, por parte do poder público, o negacionismo, o revisionismo e demais práticas voltadas à construção/reconstrução da memória que possam trazer prejuízos às vítimas de violações de direitos humanos. No que se refere ao direito à privacidade, compreende-se que a sua observância deve se dar para garantir direitos e liberdades, e não para impedir o acesso às informações e sua difusão, inclusive pela importância que esse acesso representa para sociedades democráticas.

Na legislação brasileira, nota-se um esforço para que os documentos sobre graves violações de direitos humanos não sejam alvo de restrição de acesso, mesmo em face da privacidade. Há ainda procedimentos para garantir o acesso à informação de relevância histórica. A LGPD não se refere a graves violações, relacionando-se ao tema dos direitos humanos a partir da garantia de privacidade do cidadão. Mas como dito anteriormente, há um aumento no uso dessa lei para impedir o acesso a informações, como por exemplo, as que podem ser úteis na apuração de irregularidades relacionadas às ações do Governo frente a Covid-19.

No que se refere à LAI, também há indícios de uso irregular. A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid-19 apontou, em seu Relatório Final,[19] ingerência do Palácio do Planalto no contrato com a Precisa Medicamentos para a compra da vacina Covaxin. Também abordou o tema do 'tratamento precoce', ou seja, uso de medicamentos com ineficácia comprovada contra a covid-19" (BRASIL, 2021, p. 311), em detrimento das medidas restritivas (distanciamento social, uso de máscaras etc.). Tal tratamento foi amplamente difundindo por Eduardo Pazuello, ministro da saúde à época, em Manaus, antes da crise pela falta de oxigênio que colapsou a saúde pública na capital, ceifando inúmeras vidas. O texto destaca que "[...] o ex-Ministro Pazuello, pelo foco no tratamento precoce e por terem feito de

[19] Para conferir, acesse o *link* "Relatório Final apresentado pelo Relator", na página: https://legis.senado.leg.br/comissoes/mnas?codcol=2441&tp=4 .

Manaus um laboratório humano, praticaram crime contra a humanidade" (BRASIL, 2021, p. 312). O relatório afirma ainda que "houve várias tentativas, algumas frustradas, outras não, do governo federal de dificultar o acesso da população à informação durante a pandemia." (BRASIL, 2021, p. 13), citando, dentre outros exemplos, documentos colocados sob sigilo pelo Ministério da Saúde acercada compra da vacina Covaxin.

Entende-se que todo o emprego da legislação que vise à restrição viola as recomendações dos documentos brasileiros e internacionais que defendem o acesso a informações de interesse para os direitos humanos. Os casos citados anteriormente e outros, como a ocultação do nome de Olinto de Souza Ferraz, em 2021, no relatório final da Comissão Nacional da Verdade –CNV (2014) sinalizam desrespeito à legislação. Diretor da Casa de Detenção em Recife em 1971, quando da morte do preso político Amaro Luiz de Carvalho neste local, Olinto de Souza Ferraz teve seu nome tarjado no relatório da Comissão Nacional da Verdade, tendo como um dos argumentos a proteção da vida privada, honra e imagem, após decisões judiciais em 2021(o que foi revertido apenas em 30 de maio de 2022).Acessando a nota informativa do Arquivo Nacional em resposta ao requerimento de informação parlamentar da deputada federal Luiza Erundina (PSOL/SP), sobre medidas para a preservação do Relatório Final da CNV em sua integralidade em 25 de abril de 2022,[20] lê-se que os originais não haviam sido modificados. A ocultação do nome foi aplicada à cópia digital disponibilizada para acesso público através do Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN). Porém, como visto na LAI, essa ocultação não deveria ter ocorrido.

Tais ações demonstram que a escrita da história e a preservação da memória são objetos de lutas constantes. É necessário à sociedade e aos profissionais da informação estarem atentos, para que o uso equivocado da legislação não passe despercebido, vítimas não voltem a sofrer injustiças, e negacionismos não impeçam o acesso, duramente conquistado, à informação em geral, e principalmente, a de importância para a defesa dos direitos humanos.

[20] Para saber mais, acesse a nota informativa do Arquivo Nacional em resposta ao Requerimento de Informação Parlamentar da Deputada Federal Luiza Erundina (PSOL/SP): https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2163199 .

REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Nota Informativa GABIN (SEI n. 0170174).** Trata-se de [resposta ao] Requerimento de Informação Parlamentar (RIC), n. 92/2022, de autoria da Deputada Federal Luiza Erundina - PSOL/SP encaminhado ao Arquivo Nacional. Rio de Janeiro, 25 abr. 2022. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2163199 . Acesso em: 05 jul. 2022.

BRASIL. **Decreto n.7.724, de 16 de maio de 2012.** Brasília: Presidência da República, 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7724.htm . Acesso em: 04 jul. 2022.

BRASIL. **Lei n. 12.528, de 18 de novembro de 2011.** Brasília: Presidência da República, 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12528.htm . Acesso em: 04 jul. 2022.

BRASIL. **Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018.** Brasília: Presidência da República, 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm . Acesso em: 04 jul. 2022.

BRASIL. **Portaria n. 204, de 13 de maio de 2009.** Brasília: Presidência da República, 2009a. Disponível em: https://dspace.mj.gov.br/handle/1/1822 . Acesso em: 04 jul. 2022.

BRASIL. **Portaria n. 205, de 13 de maio de 2009.** Brasília: Presidência da República, 2009b. Disponível em: https://www.gov.br/conarq/pt-br/legislacao-arquivistica/portarias-federais/portaria-interministerial-no-205-de-13-de-maio-de-2009 . Acesso em: 04 jul. 2022.

BRASIL. **Comissão Parlamentar de Inquérito da Pandemia – Relatório Final.** Brasília: Senado Federal, 2021. Disponível em:

https://legis.senado.leg.br/comissoes/mnas?codcol=2441&tp=4 . Acesso em: 21 out. 2022.

COELHO, Ana Cláudia Lara S. Acesso aos arquivos e direitos humanos: legislação e boas práticas internacionais. **Revista do Arquivo.** São Paulo, ano II, n. 5, p. 51-61, out. 2017. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/revista_do_arquivo/05/artigo_03.php . Acesso em: 18 out. 2022.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. **Princípios de acesso aos Arquivos.** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012. Disponível em: https://www.ica.org/sites/default/files/Principios%20pub%20eletronica.pdf . Acesso em: 04 jul. 2022.

GONZÁLEZ QUINTANA, Antonio. **Políticas archivísticas para la defensa de los derechos humanos.** Paris: Conselho Internacional de Arquivos, 2009. Disponível em: https://www.ica.org/sites/default/files/Report_Gonzalez-Quintana_ES.pdf . Acesso em: 04 jul. 2022.

MENDEL, Toby. **Liberdade de informação:** um estudo de direito comparado. Brasília: UNESCO, 2009. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000158450_por . Acesso em: 30 jun. 2022.

ONG TRANSPARÊNCIA BRASIL. **LGPD:** reforço a respostas negativas. São Paulo: Transparência Brasil, dezembro de 2021. Disponível em: https://www.transparencia.org.br/downloads/publicacoes/lgpd_reforco_respostas_negativas_dez_2021.pdf . Acesso em: 04 jul. 2022.

ONU - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Conjunto de princípios actualizado para la protección y la promoción de los derechos humanos mediante la lucha contra la impunidad.** [Nova York]: ONU, 2005a. Disponível em: https://www.derechos.org/nizkor/impu/impuppos.html . Acesso em: 04 jul. 2022.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos.** [Nova York]: ONU, 1948.

Disponível em: https://www.ohchr.org/sites/default/files/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf . Acesso em: 20 set. 2022.

ONU - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Los procesos de memorialización en el contexto de violaciones graves de derechos humanos y delderecho internacional humanitario: el quinto pilar de lajusticia transicional.** [Nova York]: ONU, 2020. Disponível em: https://www.ohchr.org/es/special-procedures/sr-truth-justice-reparation-and-non-recurrence/annual-thematic-reports . Acesso em: 04 jul. 2022.

ONU - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Principios y directrices básicos sobre el derecho de las víctimas de violaciones manifiestas de las normas internacionales de derechos humanos y de violaciones graves del derecho internacional humanitario a interponer recursos y obtener reparaciones.** [Nova York]: ONU, 2005b. Disponível em: https://legal.un.org/avl/pdf/ha/ga_60-147/ga_60-147_s.pdf . Acesso em: 20 set. 2022.

ONU - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Report of the Special Rapporteur on the promotion of truth, justice, reparation and guarantees of non-recurrence.** [Nova York]: ONU, 2015a. Disponível em: https://www.ohchr.org/en/special-procedures/sr-truth-justice-reparation-and-non-recurrence/annual-thematic-reports . Acesso em: 04 jul. 2022.

ONU - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Resolução 69/166.** El derecho a laprivacidad en la era digital. [Nova York]: ONU, 2015b. Disponível em: https://digitallibrary.un.org/record/788140 . Acesso em: 30 jun. 2022.

A BANALIZAÇÃO DO SIGILO NO BRASIL E O BALANÇO ENTRE O DIREITO À INFORMAÇÃO E À PRIVACIDADE

THE BANALIZATION OF CONFIDENTIALITY IN BRAZIL AND THE BALANCE BETWEEN THE RIGHT TO INFORMATION AND THE RIGHT TO PRIVACY

Mônica Tenaglia
monicatenaglia@ufpa.br

Resumo: Apresenta um panorama dos 10 anos de vigência da Lei de Acesso à Informação (LAI) em consonância com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), inserindo o direito de acesso à informação e os direitos à vida privada, à intimidade, à honra e à imagem como importantes dispositivos para a manutenção dos direitos humanos e das sociedades democráticas. Discute como alguns dos mecanismos disponíveis na LAI e LGPD têm sido utilizados para dificultar o acesso à informação, resultando numa banalização do sigilo, principalmente, no governo de Jair Bolsonaro. A pesquisa é qualitativa, baseada em levantamento bibliográfico acerca do funcionamento da LAI e LGPD, de organizações não-governamentais e de notícias de veículos de comunicação, além da produção arquivística.

Palavras-Chave: Direito à informação; Direito à privacidade; Lei de Acesso à Informação (LAI); Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD); Arquivologia.

Abstract: The paper presents an overview of the 10 years of the Law on Access to Information (known as LAI) in line with the General Data Protection Law (known as LGPD), including the right to information access and the right to privacy as important devices for the maintenance of human rights and democratic societies. It discusses how some mechanisms available in the LAI and LGPD have been used to make

access to information difficult, resulting in a banalization of secrecy, especially in the government of Jair Bolsonaro. The research is qualitative, based on a bibliographic review of LAI and LGPD, non-governmental organizations and communication news, in addition to archival research.

Keywords: Right to information; Right to privacy; Lei de Acesso à Informação (LAI); Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD); Archival science.

1. INTRODUÇÃO

No livro *Other People's Money and How the Bankers Use It: The Classic Exposure of Monetary Abuse by Banks, Trusts, Wall Street, and Predator Monopolies*, o então juiz da Suprema Corte dos Estados Unidos, Louis Brandeis (1856-1941), defendendo que a transparência governamental é um instrumento de combate à corrupção, escreveu: "a luz do sol é considerada o melhor dos desinfetantes" (BRANDEIS, 2017, p. 62). A famosa frase tem sido utilizada, ao longo dos anos, para argumentar que há uma tendência natural das pessoas de desempenhar melhor as suas atribuições quando sabem que seu comportamento está sendo observado. O direito à informação está no centro do processo de facilitar a transparência dos atos dos indivíduos, governos e instituições.

Todavia, o direito da sociedade de conhecer deve estar em consonância com o respeito à vida privada, à intimidade, à honra e à imagem das pessoas. Esse debate é essencial ao funcionamento das sociedades democráticas, à transparência e prestação de contas e à participação dos cidadãos na tomada de decisão pública.

O direito à informação e o direito à privacidade são direitos humanos reconhecidos em tratados internacionais e legislações nacionais que se modificam e se atualizam conforme as sociedades identificam novas necessidades e anseios, determinando o que é de interesse público e o que deve ser respeitado no âmbito da vida privada. Os direitos humanos estão em constante transformação e são indivisíveis. O não

respeito a um direito pode impossibilitar a efetivação de outros direitos humanos, civis e sociais.

O papel dos profissionais da informação, inclusive dos arquivistas, na proteção dos direitos humanos, incluindo o direito à informação e o respeito à vida privada, à intimidade, à honra e à imagem, é essencial. Deve ser compreendido enquanto um dever ético e moral no exercício de suas atribuições e atividades. No caso da comunidade arquivística, existem diretrizes para orientar os profissionais na proteção desses direitos.

O direito de acesso à informação no Brasil é regulamento pela Lei n° 12.527/2011, conhecida como Lei de Acesso à Informação (LAI). Em vigor desde 2012, celebra-se o seu 10º aniversário de funcionamento. No entanto, embora compreendida enquanto um importante instrumento para a implementação do regime de transparência e viabilização da participação popular, a LAI tem sido utilizada, em determinadas situações, nos últimos anos, para dificultar o acesso a informações de interesse público com base na proteção da vida privada, à intimidade, à honra e à imagem de pessoas em cargos públicos. A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), aprovada em 2018, que dispõe sobre normas para o tratamento de dados pessoais, também tem sido instrumentalizada para dificultar a disponibilização de informações públicas.

Considerando que o balanço entre o direito à informação e o respeito à vida privada, à intimidade, à honra e à imagem das pessoas nem sempre é possível, identificamos uma crescente banalização do sigilo de informações, especialmente, nos últimos anos. O objetivo deste trabalho é discutir como alguns dos dispositivos da LAI e LGPD têm contribuído para dificultar o acesso à informação, à luz dos 10 anos de vigência da LAI e da recente criação da LGPD.

O trabalho está baseado em levantamento bibliográfico acerca do funcionamento das Leis, utilizando relatórios de organizações não-governamentais e de notícias de veículos de comunicação, além da produção arquivística.

Dividido em quatro seções, inicialmente apresentamos o direito à informação e o direito à privacidade como direitos humanos e sua instrumentação no âmbito brasileiro; em seguida, discutiremos como alguns dos

dispositivos da LAI e LGPD têm sido utilizados para dificultar o acesso a informações públicas. E, por fim, as considerações finais.

2. DIREITO DE ACESSO À INFORMAÇÃO E DIREITO À PRIVACIDADE

A concepção contemporânea dos direitos humanos, introduzida pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, das Nações Unidas, em 1948, é resultado de um movimento de internacionalização desses direitos após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), a partir da compreensão das atrocidades produzidas pelos regimes totalitários e da necessidade de criação de um efetivo sistema de proteção internacional dos direitos humanos para a reconstrução dos países no Pós-Guerra.

Edificados a partir de um espaço simbólico de luta e ação, os direitos humanos não possuem uma história linear e não constituem a história de uma marcha triunfal, mas a história de um combate (PIOVESAN, 2009). Nessa perspectiva, os direitos humanos estão sujeitos a uma constante discussão, são parte de um processo infindável onde a cada período histórico se acrescem novos anseios econômicos, sociais, políticos e culturais. Conforme nos lembra Hunt (2009, p. 27), "nossa percepção de quem tem direitos e do que são esses direitos muda constantemente. A revolução dos direitos humanos é, por definição, contínua".

Na contemporaneidade, as sociedades democráticas buscam a manutenção dos direitos humanos, sociais e civis para o fortalecimento da cidadania e promoção da justiça social. Segundo as Nações Unidas (2007, n.p., tradução nossa), as sociedades devem se orientar por "princípios de justiça, igualdade, democracia, participação, prestação de contas e inclusão".

O direito à informação é de longa data, identificado em diversos tratados e legislações nacionais ao longo da história. Reconhecido como um direito humano fundamental pelos principais tratados internacionais e como condição essencial para o funcionamento eficaz de sociedades democráticas, o direito à informação é uma ferramenta indispensável, configurando-se como uma "porta de entrada" para a efetivação de direitos humanos, civis e sociais (MARTINS; REIS, 2014).

Após a Segunda Guerra Mundial, a ampliação do papel do Estado sobre a vida dos cidadãos, a partir de sua atuação para a reconstrução das sociedades no pós-Guerra e, consequentemente, o aumento da produção de informações sobre o Estado e os cidadãos – aliado ao desenvolvimento tecnológico – impulsou a criação de tratados internacionais e legislações nacionais sobre o direito de acesso à informação e o direito à vida privada[21].

A Declaração Universal dos Direitos Humanos proclama, no Art. 19, que "toda pessoa tem direito à liberdade de opinião e expressão; esse direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de buscar, receber e difundir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras" (NAÇÕES UNIDAS, 1948, n.p.).

Quanto ao direito à vida privada, à intimidade, à honra e à imagem, a Declaração, no Art. 12, proclama que "ninguém sofrerá intromissões arbitrárias na sua vida privada, na sua família, no seu domicílio ou na sua correspondência, nem ataques à sua honra e reputação" (NAÇÕES UNIDAS, 1948, n.p.).

Segundo Behrnd-Klodt e Wosh (2005), devemos compreender que o direito de acesso à informação e o direito à vida privada fornecem as condições necessárias para a participação democrática e merecem defesa igualitária, constituindo o ponto de partida essencial para os debates públicos sobre a natureza e os limites do direito de acesso à informação. Nesse sentido, a efetivação do direito à informação deve estar em consonância com o respeito à vida privada, à intimidade, à honra e à imagem das pessoas.

Heather MacNeil (2005) também destaca que o direito do Estado de coletar e armazenar informações sobre os cidadãos não é ilimitado, nem implica o direito de divulgar informações pessoais a terceiros para fins não especificados.

[21] David Banisar (2006), importante estudioso sobre as leis de acesso à informação, afirma que parte dos países que implementou, nas últimas décadas, legislação sobre o acesso à informação, o fizeram em virtude da necessidade de fazer a transição de um regime repressivo para a democracia. Atualmente, mais de 130 países aprovaram alguma legislação sobre o acesso à informação (ACCESS INFO EUROPE; CENTRE FOR LAW AND DEMOCRACY, 2020).

No Brasil, o direito à informação é estabelecido na Constituição Federal (CF) de 1988, por meio do Art. 5 Inc. XIV[22] e XXXIII[23]; Art. 37 Inc. II[24]; e Art. 216[25].

A Lei 8.159/1991, conhecida como Lei de Arquivos e que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados no Brasil, regulava, através do Capítulo V, Art. 22, 23 e 24, atualmente revogados, sobre o acesso e o sigilo dos documentos públicos[26].

[22] É assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional.

[23] Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

[24] O acesso dos usuários a registros administrativos e a informações sobre atos de governo, observado o disposto no art. 5°, X e XXXIII.

[25] Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem.

[26] Art. 22 - É assegurado o direito de acesso pleno aos documentos públicos.
Art - 23. Decreto fixará as categorias de sigilo que deverão ser obedecidas pelos órgãos públicos na classificação dos documentos por eles produzidos.
§ 1º - Os documentos cuja divulgação ponha em risco a segurança da sociedade e do Estado, bem como aqueles necessários ao resguardo da inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas são originariamente sigilosos.
§ 2º - O acesso aos documentos sigilosos referentes à segurança da sociedade e do Estado será restrito por um prazo máximo de 30 (trinta) anos, a contar da data de sua produção, podendo esse prazo ser prorrogado, por uma única vez, por igual período.
§ 3º - O acesso aos documentos sigilosos referente à honra e à imagem das pessoas será restrito por um prazo máximo de 100 (cem) anos, a contar da sua data de produção.
Art. 24 - Poderá o Poder Judiciário, em qualquer instância, determinar a exibição reservada de qualquer documento sigiloso, sempre que indispensável à defesa de direito próprio ou esclarecimento de situação pessoal da parte.
Parágrafo único - Nenhuma norma de organização administrativa será interpretada de modo a, por qualquer forma, restringir o disposto neste artigo.

O direito à intimidade, à honra e à imagem é estabelecido na CF, por meio do Art. 5 Inc. X[27] e XII[28].

A Lei de Arquivos, através do Art. 4, destaca a necessidade de sigilo dos documentos imprescindíveis à segurança nacional e para a inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas.

O direito à privacidade e à personalidade são observados na LAI por meio do Art. 31, segundo o qual "o tratamento das informações pessoais deve ser feito de forma transparente e com respeito à intimidade, vida privada, honra e imagem das pessoas, bem como às liberdades e garantias individuais" (BRASIL, 2011, n.p.).

A LGPD entrou em vigor em 18 de setembro de 2020 e apresenta normas gerais que devem ser observadas para o tratamento de dados pessoais, incluindo nos meios digitais, pela esfera pública e privada, para a proteção da privacidade, trazendo a centralidade do consentimento do titular da informação no tratamento dessa informação.

Na discussão sobre o equilíbrio entre o direito de acesso e o respeito à vida privada, à intimidade, à honra e à imagem, Silva (2022) observa que não há consenso sobre a definição e significados desses termos, mas destaca a necessidade de entendê-los para a promoção plena e responsável do acesso à informação.

Em consonância com o surgimento do arcabouço teórico e legal do direito de acesso à informação e do direito à privacidade, o Conselho Internacional de Arquivos (ICA, da sigla em inglês), elaborou uma série de diretrizes para orientar a comunidade arquivística na proteção desses direitos.

---

[27] São invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.

[28] É inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.

O Código de Ética destaca que "os arquivistas visam encontrar o justo equilíbrio, no quadro da legislação em vigor, entre o direito ao conhecimento e o respeito à vida privada" (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 1996, n.p.). Na Declaração Universal sobre os Arquivos, a comunidade arquivística se compromete a contribuir para que "os arquivos sejam acessíveis a todos, respeitando a legislação pertinente e os direitos dos indivíduos, produtores, proprietários e usuários" (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2010, n.p.). E, ainda, no relatório Princípios básicos sobre o papel dos arquivistas na defesa dos direitos humanos, é dever dos arquivistas e das instituições "proteger as informações pessoais contra acesso não autorizado, a fim de garantir o respeito pelos direitos, liberdades fundamentais e dignidade das pessoas às quais a informação é relativa" (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2016, n.p.).

Heather MacNeil (2019, p. 187), ao abordar o tratamento de informações pessoais nos arquivos públicos, destaca que a ética arquivística exige que os arquivistas sejam "empáticos às sensibilidades dos indivíduos representados nos documentos e, mais especificamente, que trabalhem ativamente para garantir a proteção do indivíduo à privacidade". Ao mesmo tempo, a autora defende a necessidade de um equilíbrio entre as forças de assegurar o direito do indivíduo à vida privada e a necessidade de conhecimento pela sociedade. Essas forças devem estar de acordo com a exigência moral de respeito às pessoas.

Todavia, apesar dos avanços relacionados aos mecanismos de transparência e prestação de contas, observa-se que alguns dos instrumentos que asseguram o direito à informação e o respeito à vida privada, à intimidade, à honra e à imagem têm sido utilizados para dificultar o acesso. Em algumas ocasiões, esses entraves têm promovido uma banalização do sigilo.

Nessa perspectiva, especialistas e pesquisadores apontam que, nos últimos anos, tem aumentado o número de excessos na classificação[29] de informações e que os órgãos públicos têm deixado de fornecer informações essenciais à fiscalização de suas atividades. O mau uso da

[29] "Atribuição a documentos, ou às informações neles contidas, de graus de sigilo, conforme legislação específica" (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 49).

LAI e da LGPD sob a justificativa de que os documentos públicos contêm dados pessoais ou sensíveis têm sido apontado pelos especialistas como um grande entrave na efetivação do direito de acesso à informação. Alguns exemplos dessa utilização serão apresentados a seguir.

3. A LAI FAZ 10 ANOS

Em vigência desde 16 de maio de 2012, celebra-se o 10º aniversário de funcionamento da LAI, considerada um dos mecanismos mais importantes para a implementação do regime de transparência e viabilização da participação popular e controle do Estado pela sociedade. Resultante da mobilização da sociedade civil junto ao Legislativo, a LAI regulamenta o direito de acesso à informação, assegurado pela CF 1988, para que cidadãos possam obter documentos e informações de interesse público e o Estado seja obrigado a fornecê-los, sob especificações das situações nas quais essas informações e documentos sejam passíveis de restrição de acesso e sigilo. A LAI possibilita que documentos, mesmo em idade corrente e intermediária[30], sejam disponibilizados.

Por meio da LAI, o Estado possibilita que todo e qualquer cidadão solicite informações (*transparência passiva*) - através do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC) - aos órgãos públicos e, em alguns casos, privados, e que a Administração Pública divulgue informações, sem solicitação (*transparência ativa*), de interesse do cidadão - através do Portal da Transparência. Como princípio norteador da LAI, o acesso à informação torna-se regra e, o sigilo, exceção.

Estão submetidos à LAI todos os órgãos da Administração Pública direta e indireta na totalidade das esferas federativas dos poderes Executivo, Judiciário e Legislativo. Além deles, o Ministério Público,

[30] O que remete ao conceito das Três Idades que "reparte" a vida dos documentos em três fases: "arquivos correntes", "arquivos intermediários" e "arquivos permanentes". Ver ROUSSEAU; COUTURE, 1994, p. 111-126, que preferem falar de conceito ou abordagem das três idades ao invés de "teoria das três idades" (ROUSSEAU; COUTURE, 1994, p. 127).

as empresas estatais e as organizações que recebem recursos públicos (BRASIL, 2011).

Embora, inegavelmente, seja possível constatar avanços importantes na promoção do acesso à informação no Brasil, multiplicaram-se, especialmente, nos últimos anos, o número de situações em que o Estado deixou de disponibilizar informações ou documentos sob a alegação da proteção da vida privada, intimidade, honra e imagem. Ou seja, sob a prerrogativa de protegê-las, órgãos públicos têm deixado de prestar contas dos seus atos, algumas vezes, por interesses políticos.[31]

Outra questão recorrente é a classificação de informações, pelo Estado, ao período de 100 anos, com base no Art. 31 da LAI, mencionado anteriormente, que determina:

> §1º As informações pessoais, a que se refere este artigo, relativas à intimidade, vida privada, honra e imagem:
>
> I - terão seu acesso restrito, independentemente de classificação de sigilo e pelo prazo máximo de 100 (cem) anos a contar da sua data de produção, a agentes públicos legalmente autorizados e à pessoa a que elas se referirem, e
>
> II - poderão ter autorizada sua divulgação ou acesso por terceiros diante de previsão legal ou consentimento expresso da pessoa a que elas se referirem (BRASIL, 2011, n.p.).

[31] Por exemplo, o jornal O Estado de São Paulo publicou, em setembro de 2021, uma reportagem sobre orientações que os servidores do Palácio do Planalto repassavam aos ministérios a fim de avaliar os riscos políticos e omitir informações nas respostas aos pedidos submetidos por meio da LAI. Mais informações em: https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,governo-frauda-lei-de-acesso-a-informacao-por-risco-politico,70003843822. Acesso em: 27 out. 2022.

Todavia, o §4, do Art. 31, determina que as restrições ao acesso à informação às informações relativas à vida privada, honra e imagem de uma pessoa não poderá ser utilizada para dificultar a averiguação de irregularidades em que o titular das informações estiver envolvido, bem como em ações voltadas para a recuperação de fatos históricos de maior relevância.[32]

O sigilo de 100 anos tem sido particularmente recorrente em se tratando de informações do Governo Federal e do presidente Jair Bolsonaro. Em 2021, com base no Art. 31 da LAI, foram classificadas as informações sobre o acesso de Carlos Bolsonaro e Eduardo Bolsonaro, filhos do presidente, ao Palácio do Planalto;[33] o processo administrativo contra o ex-Ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, pela sua participação em ato político a favor do presidente;[34] e, no auge da discussão sobre a vacina contra a COVID-19, o cartão de vacinação de Jair Bolsonaro[35].

Com base na LGPD, o Gabinete de Segurança Institucional (GSI) – responsável por disponibilizar a relação dos nomes dos visitantes ao Palácio do Planalto – se recusou a disponibilizar informações sobre as visitas dos pastores Ariton Moura e Gilmar Santos ao Planalto, acusados de fazer *lobby* e de corrupção no Ministério da Educação (MEC).[36]

---

[32] Esse dispositivo, inclusive, reforça a possibilidade de abertura dos arquivos sobre a ditadura militar brasileira para viabilizar as investigações sobre violações de direitos humanos.

[33] Informações disponíveis em: https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2021/07/4940994-bolsonaro-impoe-sigilo-de-100-anos-sobre-acesso-dos-filhos-ao-planalto.html. Acesso em: 27 out. 2022.

[34] Informações disponíveis em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/01/governo-bolsonaro-mantem-sigilo-de-cem-anos-e-nega-acesso-a-processo-contra-pazuello.shtml. Acesso em: 27 out. 2022.

[35] Informações disponíveis em: https://cultura.uol.com.br/noticias/43774_palacio-do-planalto-estabelece-100-anos-de-sigilos-a-exames-de-anticorpos-de-bolsonaro.html. Acesso em: 27 out. 2022.

[36] Informações disponíveis em: https://www.cartacapital.com.br/politica/cgu-contraria-decisao-do-gsi-de-impor-sigilo-a-encontros-de-bolsonaro-com-pastores-lobistas-do-mec/. Acesso em: 27 out. 2022.

A própria LAI sofreu tentativas diretas de alteração no seu texto e decreto regulador, o Decreto n° 7.724/2012[37], a fim de facilitar a classificação de informações. No início do governo do presidente Bolsonaro, foi promulgado o Decreto n° 9.690/2019[38], ampliando, consideravelmente, o número de pessoas que poderiam classificar informações em grau secreto ou ultrassecreto.[39] Após pressão da sociedade e derrota no Legislativo, o Decreto foi revogado.

Em 2020, foi editada a Medida Provisória n° 928/2020[40], suspendendo os prazos de resposta aos pedidos de acesso à informação dirigidos aos poderes públicos sujeitos a teletrabalho ou quarentena e, ainda, que não seriam reconhecidos os recursos protocolados durante a pandemia. A Medida foi revogada após alguns meses.

A partir da prerrogativa de anonimização de dados e da defesa da honra e imagem de pessoas, a Justiça Federal de Pernambuco determinou, em 2019, a anonimização de todas as informações referentes ao coronel da Polícia Militar, Olinto de Sousa Ferraz, no relatório final da Comissão Nacional da Verdade (CNV), disponibilizado no website do Arquivo Nacional (AN). Recentemente, essas tarjas foram retiradas[41].

---

[37] Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7724.htm. Acesso em: 27 out. 2022.

[38] Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/d9690.htm. Acesso em: 27 out. 2022.

[39] Ver Seção IV - Dos Procedimentos de Classificação, Reclassificação e Desclassificação da Lei n° 12.527/2011 (LAI) em comparação com as alterações no Art. 30 do Decreto n° 9.690/2019.

[40] Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/mpv/mpv928.htm. Acesso em: 27 out. 2022.

[41] Constatação feita em 27 de outubro de 2022, após acesso à versão digital do Relatório Final da CNV, disponibilizado no Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN). Na área de conteúdo e estrutura do Relatório (3.1.1 - Especificação do conteúdo), foi identificada a seguinte mensagem: “Em atendimento ao PARECER DE FORÇA EXECUTÓRIA N. 00006/2022/CO-RESP5R/PRU5R/PGU/AGU, esclarecido pela NOTA JURÍDICA n. 00236/2022/CONJUR-MJSP/CGU/AGU, que corrobora o entendimento de que "com a nova decisão judicial, deve-se voltar a dar acesso público ao inteiro teor do documento original do Relatório da Comissão Nacional da Verdade por meio das bases de dados e site institucional de acesso ao acervo custodiado pelo AN". Ver: BR RJANRIO CNV.0.CVE.00092000508201511, v.1 – Dossiê. Destacamos,

Dois anos antes, em ação movida pela família do militar Ney Braga, a Justiça já havia determinado a supressão de trechos e inclusão de novos documentos no relatório final da Comissão Estadual da Verdade do Paraná, depositado no NA.[42]

Embora a recente banalização do sigilo tenha a justificativa de proteger informações pessoais e o respeito à vida privada, à intimidade, à honra e à imagem, não faltam denúncias de vazamento ou compartilhamento de dados pessoais pelo setor público.[43]

Pesquisadores da organização não-governamental Artigo 19 destacam que o "tratamento da informação, expondo a privacidade de cidadãs e cidadãos, mas ao mesmo tempo blindando o Estado, era justamente um dos traços de autoritarismo herdados da ditadura militar que a LAI procurava erradicar" (BERNARDI et al., 2022, p. 33).

Geraldes et al. (2022, p. 20, citando RODRIGUES, 1980) destacam um artigo de 1969, de José Honório Rodrigues, então diretor do Arquivo Nacional do Brasil, posteriormente publicado na revista Acervo, sobre o acesso aos arquivos e transparência administrativa, alertando que "a política de sigilo não é uma política esclarecida. Ela revela o temor de ver censurada uma má administração".

Os profissionais responsáveis pelo tratamento de informações, incluindo os arquivistas, podem e devem contribuir, nesse contexto de mau uso de dispositivos da LAI e da LGPD, para a busca do equilíbrio

---

porém, que não há explicações sobre a decisão judicial anterior sobre a imposição de tarjas.

[42] As decisões foram publicadas pelo boletim de notícias Giro do Arquivo, de iniciativa da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), e sob a coordenação do professor Francisco Cougo Júnior. Mais informações em: https://medium.com/girodaarquivo/justiça-determina-anonimização-de-partes-do-relatório-da-comissão-nacional-da-verdade-6cb3ec929f8c . Acesso em: 27 out. 2022.

[43] Ministério da Saúde expõe dados de milhões de brasileiros na internet após falha no sistema. Disponível em: https://g1.globo.com/economia/tecnologia/noticia/2020/12/02/nova-falha-do-ministerio-da-saude-expoe-dados-de-243-milhoes-de-brasileiros-na-internet-diz-jornal.ghtml . Acesso em: 27 out. 2022. Governo compartilha dados pessoais de brasileiros com bancos. Disponível em: https://www.uol.com.br/tilt/noticias/redacao/2022/01/19/idec-acordo-governo-compartilhar-dados-pessoas-com-bancos.htm . Acesso em: 27 out. 2022.

entre o direito à informação e o direito à vida privada das pessoas. Como nos lembra MacNeil (2019, p. 202), além de garantir a legislação, os arquivistas devem "articular formalmente os princípios éticos básicos que devem fundamentar a gestão do acesso a informações pessoais sob custódia arquivística".

Por fim, destacamos a importância de fomentar o debate sobre o papel da sociedade em exigir a divulgação de informações de interesse público e a proteção de informações necessárias à defesa da vida privada das pessoas. O debate é essencial para buscar um certo equilíbrio entre o direito de acesso à informação e os direitos à vida privada, à intimidade, à honra e à imagem.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O direito de acesso à informação é considerado um instrumento essencial na efetivação de direitos humanos e civis. A produção e disponibilização de informações consistentes são necessárias ao pleno acesso aos serviços públicos, exercício da cidadania e participação popular. A transparência pública possibilita o controle do Estado pelos cidadãos.

O direito de acesso à informação e o direito à vida privada, à intimidade, à honra e à imagem, assim como outros direitos humanos, são construídos a partir de anseios e necessidades da sociedade e estão preconizados em tratados internacionais, como na Declaração Universal dos Direitos Humanos e legislações nacionais.

No Brasil, esses direitos estão reconhecidos na CF 1988 e regulamentados pela Lei de Arquivos e LAI. A LGPD, ao apresentar diretrizes para o tratamento de dados pessoais, também promove o direito à privacidade.

Nos dez anos de vigência da LAI, os avanços sobre o acesso à informação no Brasil são inegáveis: a LAI determina quais órgãos da Administração Pública estão sujeitos às suas normativas, apresenta procedimentos para que informações sejam periodicamente disponibilizadas e para atender aos pedidos de acesso à informação, além de impor prazos de resposta aos órgãos solicitados.

Os dispositivos sobre informações e dados pessoais disponíveis na LAI e LGPD têm sido utilizados para dificultar a disponibilização de informações sob diferentes argumentos e mesmos propósitos: atender a razões políticas e dificultar a prestação de contas pela Administração Pública. Como consequência, o aumento da classificação de informações relevantes ao interesse público e à compreensão das atividades desenvolvidas pelo Poder Público, agentes e pessoas com as quais se relacionam, tem promovido uma banalização do sigilo, observado, especialmente, nos últimos anos e, com destaque, no Governo do presidente Jair Bolsonaro.

Ao mesmo tempo em que a proteção da vida privada, intimidade, honra e imagem tem sido usada pela Administração Pública para impor sigilo a determinadas informações, não faltam denúncias de vazamento ou compartilhamento de dados pessoais pelo setor público.

Este trabalho apresentou os dispositivos da LAI e LGPD utilizados pelo Governo Federal para impedir a disseminação de informação à luz de situações de imposição de sigilo denunciadas pelos meios de comunicação. A própria LAI tem sido alvo de alteração pelo Governo Federal que propôs ampliar o número de servidores responsáveis por classificar informações e estender os prazos de resposta aos pedidos de acesso à informação.

Embora nem sempre possível, é importante a compreensão sobre a busca do balanço entre o direito de conhecer e o respeito à vida privada, à intimidade, à honra e à imagem. Esse entendimento é fundamental para o pleno funcionamento das sociedades democráticas. Ao mesmo tempo, a defesa dos mecanismos que possibilitam a participação popular e o controle do Estado pelos cidadãos também são essenciais. Nessa perspectiva, o papel dos profissionais que tratam a informação, incluindo os arquivistas, é essencial. É necessário que estejam atentos e cientes da sua responsabilidade e dever ético e moral para promover o direito à informação e o respeito à vida privada, à intimidade, à honra e à imagem, e contribuir para que a Administração Pública não se utilize de prerrogativas de sigilo para dificultar a prestação de contas.

REFERÊNCIAS

ACCESS INFO EUROPE; CENTRE FOR LAW AND DEMOCRACY. **The RTI Rating 2020**. [S.l.]: Global Right to Information Rating, 2021. Disponível em: https://www.rti-rating.org/rating/ . Acesso em: 30 out. 2022.

AGÊNCIA O GLOBO. CGU contraria decisão do GSI de impor sigilo a encontros de Bolsonaro com pastores lobistas do MEC, in **Carta Capital**, 14 abr. 2022. Disponível em: https://www.cartacapital.com.br/politica/cgu-contraria-decisao-do-gsi-de-impor-sigilo-a-encontros-de-bolsonaro-com-pastores-lobistas-do-mec/. Acesso em: 27 out. 2022.

ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário de Terminologia Arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

BANISAR, David. **Freedom of information around the world 2006**: a global survey of access to government information laws (Privacy International, 2006). Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1707336. Acesso em: 29 out. 2022.

BEHRND-KLODT, Menzi; WOSH, Peter. Introduction. In: BEHRND-KLODT, M.; WOSH, P. (orgs.). **Privacy & confidentiality perspectives: archivists and archival records**. Chicago: Society of American Archivists, 2005, p. 1-14.

BERNARDI, Ana Julia et al. **10 anos da lei de acesso à informação: de onde viemos e para onde vamos.** São Paulo: Artigo 19, 2022.

BOMFIM, Marcos. Governo compartilha dados pessoais de brasileiros com bancos; Idec é contra, in: **Tilt UOL**, 19 jan. 2022. Disponível em: https://www.uol.com.br/tilt/noticias/redacao/2022/01/19/idec-acordo-governo-compartilhar-dados-pessoas-com-bancos.htm. Acesso em: 27 out. 2022.

BRAGON, Ranier. Governo Bolsonaro mantém sigilo de cem anos e nega acesso a processo contra Pazuello, in: **Folha de São Paulo**, 20 jan. 2022. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/01/governo-bolsonaro-mantem-sigilo-de-cem-anos-e-nega-acesso-a-processo-contra-pazuello.shtml. Acesso em: 27 out. 2022.

BRANDEIS, Louis. **Other People's Money and How the Bankers Use It**: The Classic Exposure of Monetary Abuse by Banks, Trusts, Wall Street, and Predator Monopolies. Carolina do Sul: CreateSpace Independent Publishing Platform, 2017.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, [2021]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 27 out. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 7.724**, de 16 de maio de 2012. Regulamenta a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do caput do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7724.htm. Acesso em: 27 out. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 9.690**, de 23 de janeiro de 2019. Altera o Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012, que regulamenta a Lei n º 12.527, de 18 de novembro de 2011 - Lei de Acesso à Informação. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/d9690.htm. Acesso em: 27 out. 2022.

BRASIL. **Lei n°. 12.527**, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5o, no inciso II do § 3o do art. 37 e no § 2o do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Acesso em: 27 out. 2022.

BRASIL. **Medida Provisória nº 928**, de 23 de março de 2020. Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019, e revoga o art. 18 da Medida Provisória nº 927, de 22 de março de 2020. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/mpv/mpv928.htm. Acesso em: 27 out. 2022.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. **Código de ética**. 1996. Disponível em: https://aaerj.org.br/a-profissao/codigo-de-etica/#:~:text=1.,seus%20cuidados%20e%20sua%20vigil%C3%A2ncia. Acesso em: 27 out. 2022.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. **Declaração Universal sobre os Arquivos**. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/assets/eventos/convite/Panfleto_Dia_Arquivo.pdf. Acesso em: 27 out. 2022.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. Princípios básicos sobre o papel dos arquivistas na defesa dos direitos humanos. **Informação Arquivística**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 90-121, jan./jun., 2016. Disponível em: https://brapci.inf.br/index.php/res/download/54365#:~:text=Arquivistas%20devem%20fornecer%20servi%C3%A7o%20de,lhes%20exercer%20os%20seus%20direitos. Acesso em: 27 out. 2022.

COUGO, Chico. Justiça determina "anonimização" de partes do relatório da Comissão Nacional da Verdade, in: **Giro da Arquivo**, 2 fev. 2022. Disponível em: https://medium.com/girodaarquivo/justi%C3%A7a-determina-anonimiza%C3%A7%C3%A3o-de-partes-do-relat%C3%B3rio-da-comiss%C3%A3o-nacional-da-verdade-6cb3ec929f8c. Acesso em: 27 out. 2022.

FUNDAÇÃO PADRE ANCHIETA. Palácio do Planalto estabelece 100 anos de sigilo para exames de anticorpos de Bolsonaro, in: **Fundação Padre Anchieta**, 5 nov. 2011. Disponível em: https://cultura.uol.com.br/noticias/43774_palacio-do-planalto-estabelece-100-anos-de-sigilos-a-exames-de-anticorpos-de-bolsonaro.html. Acesso em: 27 out. 2022.

GERALDES, Elen et al. Os estudos sobre a Lei de Acesso à Informação Pública no Brasil: impactos, interseccionalidade e cidadania. In: GERALDES, E. et al. (orgs.). **Dez anos da lei de acesso à informação**: limites, perspectivas e desafios. São Paulo: INTERCOM, 2022, p. 17-35.

G1. Nova falha do Ministério da Saúde expõe dados de 243 milhões de brasileiros na internet, diz jornal, in: **G1**, 2 dez. 2020. Disponível em: https://g1.globo.com/economia/tecnologia/noticia/2020/12/02/nova-falha-do-ministerio-da-saude-expoe-dados-de-243-milhoes-de-brasileiros-na-internet-diz-jornal.ghtml. Acesso em: 27 out. 2022.

HUNT, Lynn. **A invenção dos direitos humanos**: uma história. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

MACNEIL, Heather. Information privacy, liberty, and democracy. In: BEHRND-KLODT, M.; WOSH, P. (orgs.). **Privacy & confidentiality perspectives**: archivists and archival records. Chicago: Society of American Archivists, 2005, p. 67-81.

MACNEIL, Heather. **Sem consentimento: a ética na divulgação de informações pessoais em arquivos públicos.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2019.

MARTINS, Ana Amélia; REIS, Alcenir. A informação pública como direito e acesso ao poder. In: Moura, M. A. **A construção social do acesso público à informação no Brasil**: contexto, historicidade e repercussões. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014, p.153-172.

NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 1948. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos. Acesso em: 27 out. 2022.

NAÇÕES UNIDAS. **Res. 62/10** - World Day of Social Justice (Resolution adopted by the General Assembly on 26 November 2007). 18 Dez. 2007.

PIOVESAN, Flávia. **Direito internacional dos direitos humanos e lei de anistia**: o caso brasileiro. In: Soares, I.; Kishi, S. Memória e verdade: a justiça de transição no estado democrático de direito. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2009, p. 197-211.

PIRES, Breno. Governo frauda Lei de Acesso à Informação por risco político, in: **O Estado de São Paulo**, 18 set. 2021. Disponível em: https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,governo-frauda-lei-de-acesso-a-informacao-por-risco-politico,70003843822 . Acesso em: 27 out. 2022.

ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. **Os fundamentos da disciplina arquivística.** Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1994.

SOARES, Ingrid. Bolsonaro impõe sigilo de 100 anos sobre acesso dos filhos ao Planalto, in: **Correio Braziliense**, 31 jul. 2021. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2021/07/4940994-bolsonaro-impoe-sigilo-de-100-anos-sobre-acesso-dos-filhos-ao-planalto.html. Acesso em: 27 out. 2022.

SILVA, Welder. **Exceções legais ao direito de acesso à informação**: dimensões contextuais das categorias de informação pessoal nos documentos arquivísticos. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2022.

DESVIOS DE CONDUTA NA COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA: LEVANTAMENTO PRELIMINAR

MISCONDUCT IN SCIENCE COMMUNICATION: PERSPECTIVES PRELIMINARY SURVEY

Lívia de Oliveira Lima Cavalcanti de Araujo
liviacavalcanti@id.uff.br

Michely Jabala Mamede Vogel
michelyvogel@id.uff.br

Resumo: Desvios de conduta podem ser definidos como fabricação, falsificação ou plágio na proposição, revisão e comunicação de pesquisas e de seus resultados. Objetivou-se identificar os desvios de conduta presentes na literatura, mais precisamente na Ciência da Informação. Trata-se de pesquisa descritiva por meio de revisão bibliográfica e documental, na qual foi feita uma busca nas bases de dados BRAPCI e OasisBR, para verificar a ocorrência dos desvios. Os desvios de conduta identificados foram: plágio, fabricação de dados, falsificação de dados ou informação, omissão de dados, atribuição incorreta de autoria, publicações duplicadas, ciência salame, *ghostwriting*, fábricas de artigos, editoras e revistas predatórias e sequestro de periódicos. Considera-se relevante trazer a discussão sobre má conduta científica para garantir a integridade da pesquisa científica.

Palavras-Chave: Desvio de conduta; Comunicação científica; Integridade da pesquisa.

Abstract: Research misconduct can be defined as fabrication, falsification, or plagiarism in the proposition, review, and communication of research and its results. The aim was to identify the misconducts present in

the literature, more precisely in Information Science. This is a descriptive research through a bibliographic and documental review, in which a search was made in the BRAPCI and OasisBR databases, to verify the occurrence of the deviations. The deviations identified were: plagiarism, data fabrication, falsification of data or information, omission of data, incorrect attribution of authorship, duplicate publications, salami science, ghostwriting, article factories, predatory publishers and journals, and journal hijacking. It is considered relevant to bring the discussion on scientific misconduct to ensure the integrity of scientific research.

Keywords: Research misconduct; Scientific communication; Research integrity.

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta um recorte da pesquisa de mestrado, qualificada, que está em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação e aborda os desvios de conduta na Comunicação Científica.

Por entendermos que a atividade científica se manifesta por meio da Comunicação Científica: os livros, periódicos, teses, dissertações, relatórios de pesquisa são os meios pelos quais a comunidade científica divulga tudo aquilo que é feito nas universidades.

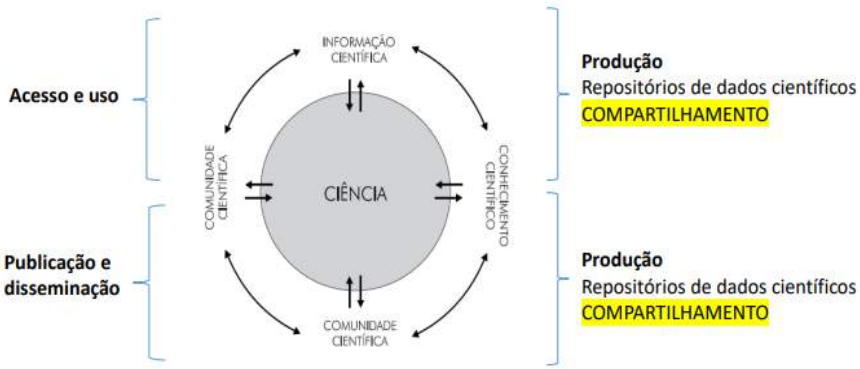
É nesse contexto que a comunicação e a informação científica têm um papel vital, pois além de proporcionarem cooperação e integração entre os pesquisadores, contribuem para o reconhecimento das descobertas, confirmação de competências e o estabelecimento de credibilidade e aceitação do pesquisador pela comunidade científica.

Müeller (1994) afirma que dentre as diversas motivações que levam os cientistas a se comunicarem destaca-se a obtenção de pareceres de outros cientistas a pesquisas realizadas (*peer review*) e o estabelecimento da prioridade científica, sendo esses fatores mais importantes para o pesquisador do que a própria necessidade de obtenção de informações.

Garvey (1979) considera que a comunicação científica está envolvida tanto nas atividades de produção quanto de disseminação e uso da informação, em um processo que se inicia na concepção da ideia a ser pesquisada até o momento em que os resultados dessa pesquisa são aceitos pela comunidade científica.

A Comunicação Científica, então, é a única atividade comum a todos os cientistas, independentemente de suas áreas de pesquisa (GRIFFITH, 1989). Para que essas pesquisas sejam publicadas, é preciso que ocorram nos canais formais de comunicação, passando pela revisão e consequente aceite pelos pares.

Figura 1. Ciclo da Comunicação Científica



(Fonte: Targino, 1998)

Essa ilustração e a que vem a seguir mostram a importância dos atores envolvidos no processo da comunicação científica e nos dá a dimensão da responsabilidade quanto à integridade da pesquisa, e consequentemente, o alcance que essas publicações podem ter.

Figura 2. Atores que atuam na comunicação científica formal

(Fonte: Santos d'Amorim, 2020)

É esse processo, que envolve diversos atores, que permite (ou deveria permitir) que possíveis erros teórico-metodológicos, como falta de autoria, plágio, dentre outros não ocorram, e quando identificados seus autores possam corrigi-los, garantindo assim a integridade da pesquisa. Porém, as ações de um pesquisador que, intencionalmente ou por negligência, contrariam esses pressupostos, constituem condutas eticamente inadequadas do ponto de vista da integridade da pesquisa.

A expressão "integridade da pesquisa" (*research integrity*) vem sendo utilizada para demarcar um campo particular no interior da ética profissional do cientista, entendida como a esfera total dos deveres éticos a que o cientista está submetido ao realizar suas atividades propriamente científicas. No interior dessa esfera pode-se distinguir, por um lado, o conjunto dos deveres derivados de valores éticos mais universais que os especificamente científicos.

Para o *European Code of Conduct for Research Integrity* (2011), a integridade em pesquisa é tida como a responsabilidade e honestidade dos pesquisadores em: comunicar e disseminar de forma imparcial, transparente e honesta a apresentação dos resultados, objetivos, intenções, métodos e interpretações em pesquisa. É necessário tomar

todos os devidos cuidados éticos, quer seja com seres humanos, animais, ambientes ou objetos que estudam, com dignidade em dar crédito ao trabalho de outros, bem como responsabilidade com os futuros cientistas e estudiosos sob sua supervisão, ESF (2011).

Outro escritório americano também especializado no tema, *Office of Research Integrity* (ORI), na publicação *Teaching the Responsible Conduct of Research in Humans* (2006), define integridade em pesquisa como um acordo aos princípios éticos e às regras norteadoras de uma prática responsável na investigação científica.

O *Committee on Publication Ethics* (1999), preocupado com as boas práticas para as publicações apresentou em um guia algumas diretrizes:

> a) estudos publicados não precisam ser repetidos a menos que seja necessária alguma informação adicional;
>
> b) a publicação prévia de um resumo durante os anais de evento não exclui a submissão subsequente para publicação em periódicos, mas a divulgação completa do artigo deve ser feita no momento da submissão;
>
> c) a republicação de um artigo em outra língua é aceitável, desde que exista uma divulgação completa e proeminente de sua fonte original no momento da submissão;
>
> d) no momento da submissão, os autores devem divulgar detalhes de artigos relacionados, mesmo que em uma linguagem diferente, e artigos similares na imprensa.

Apesar dos esforços, cada vez mais denúncias de artigos científicos contendo dados incorretos, metodologias inadequadas e resultados enviesados tem chamado a atenção. Isso porque erros, podem trazer consequências para os autores, como por exemplo a retratação da publicação e por vezes a perda de bolsas, fomentos e títulos de seus autores.

Um dado importante levantado nesse processo é que no contexto da pandemia do Coronavírus (COVID-19) e das pesquisas a ela relacionadas, artigos da área da Saúde que antes levavam em torno de 100 dias entre submissão e publicação oficial passaram a ser tratados no

chamado regime de de *fast-track*, às vezes com menos de três dias entre submissão e publicação Marques (2020).

Quando se ouve ou se lê uma comunicação científica, pressupõe-se que o autor utilizou, para tratar de seu tema, os procedimentos que julgou serem cientificamente adequados a esse tratamento; pressupõe-se também que relatou fielmente os procedimentos que utilizou e seus resultados.

A Ciência da Informação, por meio de questões ligadas à integridade da pesquisa, passou cada vez mais a se debruçar sobre os chamados desvios de conduta da publicação acadêmica.

Essa pesquisa trata de um tema importante, mas pouco discutido na própria Ciência da Informação. Dessa forma, serão apresentados alguns resultados encontrados em bases de dados e que tratam de questões ligadas à integridade da pesquisa e os desvios de conduta decorrentes pela falta da mesma.

2. DESENVOLVIMENTO

Entendemos que os desvios de conduta ocorrem dentro do campo científico definido por Bourdieu (1983) como

> [...] sistema de relações objetivas entre posições adquiridas (em lutas anteriores), é o lugar, o espaço de jogo de uma luta concorrencial. O que está em jogo especificamente nessa luta é o monopólio da autoridade científica definida, de maneira inseparável, como capacidade técnica e poder social; ou, se quisermos, o monopólio da competência científica, compreendida enquanto capacidade de falar e de agir legitimamente (isto é, de maneira autorizada e com autoridade), que é socialmente outorgada a um agente determinado. (BOURDIEU, 1983, p.122-123).

Ainda segundo Bourdieu, o campo

> [...] é a estrutura das relações objetivas entre os agentes que determina o que eles podem e não podem fazer. Ou, mais precisamente, é a posição que eles ocupam nessa estrutura que determina ou orienta, pelo menos negativamente, suas tomadas de posição. Essa estrutura é, grosso modo, determinada pela distribuição do capital científico num dado momento. Em outras palavras, os agentes (indivíduos ou instituições) caracterizados pelo volume de seu capital determinam a estrutura do campo em proporção ao seu peso, que depende do peso de todos os outros agentes, isto é, de todo o espaço (BOURDIEU, 2004, p. 23-24).

É nesse espaço onde ocorre uma luta, que fica mais evidenciada pela questão do monopólio da autoridade científica (capacidade técnica e poder social) ou o monopólio da competência científica (capacidade de falar e agir de forma legítima, de fora autorizada e com autoridade) Bourdieu (1983, p. 122-123).

Bolaño; Kobashi e Santos (2006, p.124) dizem que "a produção científica sempre esteve, portanto, associada ao prestígio e ao reconhecimento, fenômenos responsáveis pela ascensão na carreira e ocupação de postos importantes, como ocorre até os dias de hoje". Isso acaba levando pesquisadores a praticarem algumas práticas que não condizem com o fazer científico, os quais podem ser chamados de desvios de conduta na comunicação científica.

Isso é o que Bourdieu chama de capital científico:

> [...] uma espécie particular do capital simbólico (o qual, sabe-se é sempre fundado sobre atos de conhecimento) que consiste no reconhecimento (ou no crédito) atribuído pelo conjunto de pares-concorrentes no interior do campo científico o

> número de menções no *Citation Index*, é um bom indicador, que se pode melhorar, como o fiz na pesquisa sobre o campo universitário francês, levando em conta os sinais de reconhecimento e consagração, tais como os prêmios Nobel ou, em escala nacional, as medalhas do CNRS [*Centre National de la Recherche Scientifique*, Paris] e também as traduções para as línguas estrangeiras (BOURDIEU, 2004, p. 26).

Para ele ainda, o capital científico pode se dividir em duas formas (2004, p. 35):

a) Institucionalizado: poder temporal, político, institucional e institucionalizado, bem como poder sobre meios de produção e reprodução; ou

b) Puro: relacionado ao prestígio, poder específico e o reconhecimento pelos pares.

Diante desse pensamento, devemos pensar que essas práticas não são novas, porém, os pesquisadores têm vivido sob a máxima "publicar ou perecer", prática que traz uma discussão acerca da integridade das pesquisas científicas e seu consequente impacto na comunicação científica.

Esse inclusive foi o tema de um editorial publicado por Briquet de Lemos em 2005, em que ele discute esse problema, que vinha e ainda vem afetando e muito as boas práticas na pesquisa científica.

Para o pesquisador Dahler-Larssen (2011) vivemos em uma era de avaliação. De acordo com o autor,

> [...] vivemos na era da avaliação. Nos últimos anos, temos testemunhado um *boom* na avaliação. Hoje, dificilmente se pode entrar em um hospital, candidatar-se a um emprego ou buscar informações na prefeitura sem ter que avaliar ou ser avaliado. Muitos países estabeleceram

> centros com pessoal em tempo integral que não fazem outra coisa senão avaliar - e estes centros devem ser avaliados por si mesmos. É como se não houvesse limite para os ciclos de feedback, como se se pudesse olhar para um espelho que se reflete em mais um espelho, como se o monstro da avaliação insaciável exigisse cada dia mais e mais alimentos. (2011, tradução nossa)

No Brasil, Rosa (2008, p. 109) aponta a influência que a CAPES desempenha no sistema utilizando ferramentas de avaliação do meio empresarial, como por exemplo a *Balanced Score Card* (BSC). A autora aponta que "quando a CAPES adota um sistema similar ao BSC [...] percebemos que o modelo de quantificação preconizado reflete a busca de resultados, cuja maximização definirá quem receberá ou não recursos" (2008, p. 109). Esse sistema se torna o que Durham em depoimento para o livro CAPES, 50 anos (2002, p. 122) chama de "vitrine do ensino superior brasileiro".

Entretanto, apesar de em alguns casos essa regulação inibir práticas fraudulentas, o mecanismo de avaliação, com vistas à progressão, financiamentos, podem ser também um dos fatores que leva os pesquisadores a ter práticas que não condizem com a ética. ZABALZA (2004) aponta que os mecanismos básicos de promoção estão relacionados com a produtividade científica, muitas vezes utilizando como critérios de mérito pessoal as atividades de pesquisa ou de produção científica.

Percebe-se que "a produção científica sempre esteve, portanto, associada ao prestígio e ao reconhecimento, fenômenos responsáveis pela ascensão na carreira e ocupação de postos importantes, como ocorre até os dias de hoje" (BOLAÑO; KOBASHI; SANTOS, 2006, p. 124).

Isso resulta no que se conhece por Efeito Mateus, ilustrado por Robert Merton (1968), numa associação ao Evangelho de Mateus (o que seria um sistema de recompensa de ciência), onde diz: "pois a quem tem mais será dado, e terá em grande quantidade. Mas a quem não tem, até o que tem lhe será tirado" (Mt 10, 12).

A forma como a avaliação científica é feita, mostra a pressão feita pela Academia, que atua como forma de reagir a fatores impostos, que, sob a ótica de Foucault (1987) "busca normalizar os agentes, fazendo-os funcionar de acordo com a norma, punindo desviantes e recompensando normais" (*apud* ROSA, 2008, p. 112).

Figura 3. Atuação da Academia

(Fonte: adaptada de Rosa, 2008)

Para Rosa (2008, p.113), as características presentes na forma como a avaliação, estimula a competitividade entre os pesquisadores, tendo a instituição a qual estão vinculados como indutores da chamada normalidade, ou seja, aqueles centrados na chamada lógica dos pontos. Questões como

essa são as preocupações apontadas na pesquisa, tendo em vista que um erro pode desencadear em uma série de punições para quem os pratica.

Muitas dessas práticas vêm ocorrendo no momento em que muitas pesquisas são publicadas em acesso aberto. Apesar de muitos pesquisadores optarem por publicar em periódicos tradicionais, Baykoucheva (2022) aponta que há uma explosão no movimento do *Open Access*. Com esse movimento, a forma de comunicar pesquisas científicas vêm se modificando.

O movimento da Ciência Aberta, além do Acesso Aberto, visa o aumento da transparência e o compartilhamento de dados e outros materiais utilizados nas pesquisas científicas.

Esse movimento decorre da própria evolução da comunicação científica em concomitância com o desenvolvimento da sociedade, associados às necessidades do compartilhamento da informação sem barreiras de acesso, numa era marcada pelas Guerras de Informação (STENGEL, 2019).

3. METODOLOGIA E RESULTADOS

Esta pesquisa é de natureza qualitativa, com um recorte descritivo. Para encontrar elementos que caracterizam más condutas na pesquisa científica foi realizada uma pesquisa bibliográfica e documental na BRAPCI e OasisBR, e posteriormente uma análise bibliométrica.

É importante pontuar que todos os envolvidos, desde o autor, revisores, a publicação são responsáveis por garantir a integridade da pesquisa e manter a verdade para com os pares e a comunidade. Quando algum processo falha, o todo é atingido.

Para recuperar o máximo de resultados possíveis, usamos as expressões de busca Desvios de Conduta, *Research Misconduct*, Integridade da Pesquisa e *Research Integrity* e Ética da Pesquisa e *Research Ethics*. Os trabalhos encontrados foram analisados para verificar se indicavam os desvios, e a partir deles, novas buscas foram feitas, inclusive analisando as referências.

Quadro 1. Palavras-chave

Desvios de Conduta	*Misconduct*
Integridade da Pesquisa	*Research Integrity*
Ética da Pesquisa	*Research Ethics*

(Fonte: a autora, 2022)

Os principais desvios de conduta identificados em nosso levantamento, serão os apresentados a seguir:

Tabela 1. BRAPCI

Termo de busca	**Resultados**
Desvios de Conduta	2
Research Misconduct	6
Integridade da Pesquisa	44
Research Integrity	25
Ética da Pesquisa	141
Research Ethics	66
Total	284

(Fonte: a autora, 2022)

Por se tratar de uma base de dados voltada para a Ciência da Informação, os resultados encontrados não precisaram ser filtrados. Contudo, não é o que acontece na base OasisBR, cujos resultados estão na tabela seguinte.

Tabela 2. OasisBR

Termo de busca	Diversas áreas de pesquisa	Ciência da informação
Desvios de Conduta	661	1
Research Misconduct	188	1
Integridade da Pesquisa	64.363	32
Research Integrity	3.121	2
Ética da Pesquisa	23.310	19
Research Ethics	10.174	9
Total	101.817	64

(Fonte: a autora, 2022)

Diferente do observado na BRAPCI, a base OasisBR se dedica a coletar artigos, teses e dissertações, conjuntos de dados de pesquisa, livros e capítulos de livros que se encontrem em acesso aberto, por isso quando a busca é realizada, sem aplicar filtros, são recuperadas muitas publicações.

É interessante apontar que muitas publicações recuperadas são da área da saúde, apontando uma tendência dessa área se dedicar bastante às pesquisas que envolvam casos de desvios de conduta. É inclusive nessa área onde muitos casos são reportados, como por exemplo o da Revista Lancet, que em 2020 trouxe um artigo em que os pesquisadores falavam

de um ensaio feito com medicamentos chamados cloroquina e hidroxicloroquina, para o tratamento da Covid-19. Porém, após a publicação do estudo, uma auditoria independente provou que os dados informados não eram verídicos e a revista classificou o artigo como *Retracted* (retratado). Esse é um dos exemplos mais recentes.

Seguindo com a busca, ao filtrar para a Ciência da Informação, na base Oasis BR os resultados vêm em número menor, principalmente se compararmos com a base voltada para a área. Esses resultados são parciais, e demonstram que há sim preocupação quanto às questões que se referem à integridade/ética da pesquisa.

Em um outro momento da pesquisa, foram levantados os desvios de conduta mais comuns, recorrentes nos artigos, teses e dissertações levantadas, que geraram um quadro. Nele as palavras apresentadas, foram as mais encontradas nos artigos recuperados no momento do levantamento bibliográfico nas bases de dados.

Quadro 2. DESVIOS DE CONDUTA ACADÊMICA

Plágio
Autoplágio
Fabricação de dados
Falsificação de dados e informações, procedimentos e resultados
Omissão de dados - dificultando a replicação da pesquisa
Atribuição incorreta de autoria
Publicações duplicadas
Ciência salame
Ghostwriting
Fabricação de artigos científicos
Editoras e revistas predatórias
Sequestro de periódicos

(Fonte: a autora, 2022)

Com base nos dados colhidos, será possível proceder a análise bibliométrica, fazendo toda a descrição dos mesmos.

4. CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Esse trabalho é um panorama sobre os desvios de conduta na pesquisa acadêmica mais encontrados na literatura científica, que estão sendo discutidos como parte de nossa pesquisa de mestrado. Nesse momento, apresentamos resultados preliminares, tendo em vista que alguns pontos ainda serão mais explorados.

Entendemos que é necessário discutir essas práticas, ao passo que não podemos deixar de lado a reflexão sobre o papel que agências de fomento e órgãos de regulação dos cursos de pós-graduação possuem nesse contexto. Elas exigem produtividade acadêmica, e talvez por esse motivo, muitos pesquisadores se preocupam em prevenir más condutas no processo de publicação.

Seguiremos investigando como a Ciência da Informação tem incorporado às discussões sobre os desvios de conduta na comunicação científica, e de que maneiras busca combater tais comportamentos.

É importante que essas reflexões ocorram, pois são fundamentais para a manutenção do status científico das pesquisas e desenvolvimento do conhecimento como um todo, e sobretudo da credibilidade da Ciência junto à sociedade. Nesse sentido, é fundamental compreender e combater não apenas as *fake new*s, mas também os desvios de conduta no âmbito científico.

REFERÊNCIAS

BAYKOUCHEVA, S. Scientific publishing in transition: Evolution of peer review, academic impact, and reliability of scientific information. In: **Driving Science Information Discovery in the Digital Age**. S. l.: Elsevier, 2022.

BÍBLIA. Português. **Bíblia sagrada**: Novo Testamento, s.d.

BOLAÑO, C. R. S; KOBASHI, N.; SANTOS, R. N. M. dos. A lógica econômica da edição científica certificada. **Encontros Bibli**: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, Florianópolis, p. 119–131, jul, 2006. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2006v11nesp1p119. Acesso em: 25 maio 2022.

BOURDIEU, P. O campo científico. In: ORTIZ, Renato (org). **A sociologia de Pierre Bourdieu.** São Paulo: Ática, 1983. p. 122-153.

_____. Os usos sociais da ciência: **por uma sociologia clínica do campo científico.** São Paulo: Editora UNESP, 2004**.**

CAPES, 50 ANOS: depoimentos ao CPDOC/FGV. Brasília: CAPES, 2002.

COMMITTEE ON PUBLICATION ETHICS [COPE] **Guidelines on good publication practice**. 1999. Disponível em: https://publicationethics.org/files/u7141/1999pdf13.pdf. Acesso em: 25 maio 2022.

DAHLER-LARSEN, P. **The evaluation society**. Stanford, CA: Stanford Business Books, 2011.

DAVIS, H. M., & VICKERY, J. N. Datasets, a shift in the currency of scholarly communication: Implications for library collections and acquisitions. **Serials Review**, 33(1), 26-32, 2007. Disponível em: http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/00987913.2007.10765089. Acesso em: 22 maio 2022. Acesso em: 25 maio 2022.

ESF-EUROPEAN SCIENCE FOUNDATION. **The European code of conduct for research integrity**. Strasbourg, 2011. Disponível em: http://www.esf.org/fileadmin/Public_documents/Publications/Code_Conduct_ResearchInteg rity.pdf . Acesso em: 25 maio 2022.

FOUCAULT, M. **O que é um autor?** Lisboa: Vega, 1992.

GARVEY, W. D. **Communication, the essence of science**: facilitating information among librarians, scientists, engineers and students. Oxford: Pergamon, 1979.

GRIFFITH, B. C. Understanding science; studies of communication and information. **Communication Research**, Newbury Park, v. 16, n. 5, p. 600-614. 1989.

MARQUES, F. Nova onda de sequestros de revistas. **Revista Pesquisa Fapesp**, São Paulo, ed. 305, jul. 2021. Disponível em: https://revistapesquisa.fapesp.br/nova-onda-de-sequestros-de-revistas/. Acesso em: 25 maio 2022.

MERTON, R. K. The Matthew Effect in Science: The reward and communication systems of science are considered. **Science**, Washington, v. 159, n. 3810, p. 56–63, 1968.

MÜELLER, S. P. M. O impacto das tecnologias de informação na geração do artigo científico: tópicos para estudo. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 23, n. 3, p. 309-317, set./dez. 1994.

OFFICE OF RESEARCH INTEGRITY [ORI]. **Definition of Research Misconduct**. Disponível em: https://ori.hhs.gov/definition-research-misconduct. Acesso em: 25 maio 2022.

ROSA, A. R. "Nós e os Índices" – Um Outro Olhar sobre a Pressão Institucional por Publicação. **RAE-Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 48, n. 4, out-dez, p. 108–114, 2008.

STENGEL, R. **Information Wars**. How We Lost the Global Battle Against Disinformation and What We Can Do About It, 2019. Disponível em: https://groveatlantic.com/book/information-wars. Acesso em: 25 maio 2022.

TARGINO, M. das. G. Comunicação Científica: uma revisão de seus elementos básicos. **Informação e Sociedade**: Estudos, Paraíba, v.10, n. 2, 2000.

ZABALZA, M. A. **O ensino universitário**: seu cenário e seus protagonistas. Porto Alegre: Artmed, 2004. 239p.

A DEMOCRATIZAÇÃO E A ORGANIZAÇÃO: O PAPEL DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

DEMOCRATIZATION AND ORGANIZATION: THE ROLE OF INFORMATION SCIENCE

Isabella Henrique Lima Pereira
isabellalima@id.uff.br

Michely Jabala Mamede Vogel
michelyvogel@id.uff.br

Resumo: A democratização da informação e do conhecimento tem se tornado uma preocupação nos últimos anos, devido aos avanços tecnológicos e a popularização da internet. Esse contexto de imediatismo informacional tem gerado especulações sobre a responsabilidade da Ciência da Informação, bem como o papel da organização do conhecimento no atendimento do usuário web. O objetivo é analisar o levantamento efetuado, delimitando os temas e conceitos que tocam a democratização, de modo a estabelecer a sua relação com a organização do conhecimento e a Ciência da Informação. As bases utilizadas no levantamento foram a *LISTA, Scopus e Web of Science* gerando um montante de 356 documentos recuperados. Entende-se que a democratização envolve muitos conceitos e é uma preocupação de diversas disciplinas. Constatamos que o campo deveria estar mais presente quando falamos sobre democratização, dado que se preocupar com a temática faz parte da responsabilidade social da área em garantir o acesso à informação e atender as necessidades informacionais do novo "usuário web", identificado no presente trabalho.

Palavras-Chave: Democratização da informação; Democratização do conhecimento; Organização do conhecimento; Ciência da informação.

Abstract: The democratization of information and knowledge has become a concern in recent years, due to technological advances and the popularization of the internet. This context of informational immediacy has generated speculation about the responsibility of Information Science, as well as the role of knowledge organization in serving the web user. The objective is to analyze the survey carried out, delimiting the themes and concepts that touch democratization, in order to establish their relationship with the organization of knowledge and the Information Science. The databases used in the survey were LISTA, Scopus and Web of Science, generating an amount of 356 retrieved documents. It is understood that democratization involves many concepts and is a concern of several disciplines. We found that the field should be more present when we talk about democratization, since the concern with the theme is part of the social responsibility of the area to guarantee access to information and meet the informational needs of the new "web user", identified in the present work.

Keywords: Democratization of information; Democratization of knowledge; Knowledge organization; Information science.

1. INTRODUÇÃO

O caráter amplificador e democrático (BROWN; DUGUID, 1996), das novas tecnologias têm feito a sociedade rever diversas questões referentes às nossas necessidades informacionais e a forma como percebemos a ciência, a tecnologia e as questões políticas e sociais. (ALBAGLI; MACIEL; ABDO, 2015).

Essas transformações que vem acontecendo ao longo dos anos, tiveram uma série de repercussões na forma como acessamos, tratamos e disseminamos a informação. Esse contexto de constantes mudanças e de imediatismo informacional, tem-nos feito repensar a necessidade de socializar o conhecimento e reconhecer a importância da Ciência da Informação.

Quando pensamos em democratização da informação e do conhecimento, podemos entrar em um mundo de assuntos e argumentos,

bem como envolver uma série de disciplinas como: a Informática, o Direito, as Ciências Sociais e principalmente a Ciência da Informação com a organização do conhecimento.

Os assuntos que perpassam a democratização vão desde a simples disponibilização de mais computadores e a facilitação do acesso à internet, até a proposição de mudanças no processo de comunicação científica e no patrocínio de pesquisas pelo governo para inclusão digital (FRANCO; CARVALHO; SANTOS, 2019; SOUZA; DUMONT, 2018; ESTRATÉGIA..., 2018).

Isso posto, podemos ver a discussão sobre a democratização a partir da questão do acesso e da organização. Ponderar a ciência aberta é pensar a democratização sobre o ponto de vista social no qual devemos discutir a mudança de comportamento dos pesquisadores, das instituições e a forma de comunicação.

> O movimento pela ciência aberta, em seu formato atual, reflete, na verdade, novos modos de pensar e de exercer a cientificidade, com repercussões diretas sobre os compromissos, normas e arcabouços institucionais que interferem diretamente na prática científica e nas suas relações com a sociedade. (ALBAGLI; MACIEL; ABDO, 2015, p. 14)

A preocupação com a organização e representação do conhecimento, dado que no contexto atual, parecemos estar entrando em um novo paradigma onde precisamos começar a discutir e repensar alguns aspectos da organização da informação. Reproduzir modelos de classificação, organização e recuperação criados em contextos anteriores à revolução tecnológica e distantes da nossa realidade não são mais suficientes.

Isso nos mostra a interdisciplinaridade da área e nos faz acreditar que a organização do conhecimento pode ser um dos pontos principais na busca pela democratização.

A Ciência da Informação, é uma das principais disciplinas quando pensamos na preocupação com a informação, devido aos seus fundamentos teóricos como ciência que se preocupa com o estudo da informação, buscando entender seu conceito, comunicação, disseminação, recuperação, função e seus sistemas. (BORKO, 1968; BROOKES, 1981; CAPURRO, 1992).

Essa disciplina tem o compromisso de não só pensar os novos contornos da informação, como também desvendar as mudanças de paradigma que influenciam o tratamento e a organização da informação e do conhecimento. O envolvimento da CI é primordial quando pensamos na abertura do conhecimento e na sua "evolução" ao longo do tempo, visto que,

> [...] a cada mudança de paradigma é definido um novo tempo para Ciência da Informação. O momento caracterizado pelo paradigma físico da informação (CAPURRO, 2003) é denominado de gerência da informação (BARRETO, 2002, 2008). Já o momento de enfoque dado pela Ciência da Informação ao paradigma cognitivo (CAPURRO, 2003) é compreendido como tempo da relação informação e conhecimento (BARRETO, 2002, 2008) [...] A ênfase no contexto social dos indivíduos para a definição de sistemas de recuperação da informação (ALMEIDA et al., 2007) caracteriza o período atual, e define o paradigma social da informação (CAPURRO, 2003) e o chamado tempo do conhecimento interativo (BARRETO, 2002, 2008). (FRANCO; CARVALHO; SANTOS, p. 68-69, 2019)
>
> [...] no qual vemos a informação e o ato de informar sob diversos aspectos, reconhecendo que o usuário que temos atualmente não é o mesmo de antigamente. A cada novo tempo para a Ciência da Informação temos um novo usuário com

> novas necessidades informacionais, tornando recorrente a preocupação da CI com a democratização. (GUIMARÃES; ROCHA, 2021; RABELLO, 2013; FURVINAL, 1996)

O conceito de democratização, na Ciência da Informação, pode e deve ser entendido como a disseminação de todo e qualquer tipo de informação sem qualquer tipo de restrição, visando tornar mais vasto o acesso, a abrangência e a relevância da informação, trazendo para a discussão a necessidade de ampliação do acesso, a partir da organização e da tradução das informações.

Uma vez que, a partir do momento em que nos entendemos como indivíduos e começamos a viver em sociedade, a humanidade procurou formas de organizar tudo ao seu redor. As primeiras formas de organização de que temos registro são bem "simples", focando naquilo que podemos identificar visualmente. (POMBO, 1998)

Os processos de organização e classificação são inerentes ao ser humano, visto que eles

> [...] nos permitem orientar-nos no mundo à nossa volta, estabelecer hábitos, semelhanças e diferenças, reconhecer os lugares, os espaços, os seres, os acontecimentos; ordená-los, agrupá-los, aproximá-los uns dos outros, mantê-los em conjunto ou afastá-los irremediavelmente. (POMBO, 1998, p. 1)

Assim sendo, a pesquisa busca identificar os campos da democratização da informação procurando entender se a organização e a democratização se entrelaçam como acreditamos ser o ideal, bem como estabelecer o papel da Ciência da informação de mediadora. A CI seria

a ponte de ligação entre as formas de organizar o conhecimento e as necessidades do novo "usuário web[44]."

A pesquisa se justifica à medida que acreditamos ser essencial pensar a democratização sob o ponto de vista dos processos e sistemas de organização do conhecimento uma vez que eles são o ponto de partida quando pensamos em dar acesso, disseminar e comunicar o conhecimento.

Este estudo faz parte da elaboração da dissertação de mestrado e, portanto, ainda está em desenvolvimento, mas buscamos fazer um recorte inicial do campo da democratização e da relação com a CI.

Isso posto, o trabalho tem como objetivo analisar o levantamento efetuado, delimitando e especificando quais temáticas e conceitos integram a preocupação com a democratização da informação, de modo a estabelecer a sua relação com a organização do conhecimento e a Ciência da Informação.

O foco primordial da pesquisa é o reconhecimento e a caracterização da relação existente entre a democratização e a Ciência da Informação, que acreditamos ser a disciplina central para regular a democratização e atuando na representação, classificação e comunicação do conhecimento de forma coletiva e integrada.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O estudo realizado se caracteriza como teórico e exploratório, bibliográfico e aplicado, que se utilizou de abordagem qualitativa e quantitativa de forma conjunta para alcançar seu propósito. "A utilização conjunta da pesquisa qualitativa e quantitativa permite recolher mais informações do que se poderia conseguir isoladamente." (FONSECA, 2002, p. 20). Visto que o método qualitativo é utilizado para explicar e explicitar

[44] No âmbito da pesquisa, entendemos o "usuário web" como o novo tipo de usuário que obtém suas informações através da internet. Esse tipo de usuário preza principalmente imediatismo, pela facilidade e pela obtenção de informações em diferentes formatos e plataformas.

> [...] o porquê das coisas, exprimindo o que convém ser feito, mas não quantificam os valores e as trocas simbólicas nem se submetem à prova de fatos, pois os dados analisados são não-métricos (suscitados e de interação) e se valem de diferentes abordagens. (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p.32).

Ademais, o método quantitativo implica na validação de uma hipótese por meio da quantificação e mensuração de dados que serão tratados estatisticamente.

> A pesquisa quantitativa se centra na objetividade. Influenciada pelo positivismo, considera que a realidade só pode ser compreendida com base na análise de dados brutos, recolhidos com o auxílio de instrumentos padronizados e neutros. A pesquisa quantitativa recorre à linguagem matemática para descrever as causas de um fenômeno, as relações entre variáveis, etc. (FONSECA, p. 20, 2002)

Assim sendo, a partir de seus métodos a pesquisa tem como objetivo entender o campo da “democratização” e identificar a sua relação com a organização do conhecimento, para isso, fizemos um levantamento em algumas bases e plataformas. (GIL, 2007; FONSECA, 2002)

Inicialmente escolhemos as bases SciELO, LISA, Google acadêmico, LISTA, Scopus e *Web of Science* por sua relevância. Após uma análise das bases, restringimos a busca a *LISTA, Scopus e Web of Science* devido as suas ferramentas, abrangência e consistência nos resultados.

A partir da determinação das bases utilizadas, fizemos um levantamento preliminar na literatura para definir quais conceitos seriam utilizados na busca e como os mesmos seriam traduzidos.

Em um primeiro momento adotamos os termos "Democratização do conhecimento", "Democratização da informação" e “Organização do conhecimento” nos idiomas português e inglês, tentando

relacioná-los com a ajuda dos operadores booleanos[45] *AND* (E) e *OR* (OU) resultando na estratégia "*Democratization of information*" *OR* "*Democratization of knowledge*" *AND* "*Knowledge organization*", que não funcionou como o esperado e limitou muito os resultados, não permitindo o retorno de resposta em alguns casos.

A partir do resultado preliminar, reestruturamos a busca e optamos por somente utilizar os conceitos "Democratização do conhecimento" e "Democratização da informação" nos idiomas português e inglês com a ajuda do operador booleano OR[46] para conectar os termos. Com isso, obtivemos os resultados abaixo.

Dada a coleta inicial, analisamos o título, as palavras chave e os resumos de todas as referências a fim de entender o campo da democratização e estabelecer a sua relação com a organização.

Baseado na análise organizamos as referências em planilha onde descrevemos, inicialmente, os seguintes dados: título, autor, ano, palavra-chave, resumo, revista, idioma, se seria ou não utilizado e tipo de documento.

[45] "[...] são usados para combinar palavras-chave por ocasião na busca em bases de dados eletrônicos. O uso destes operadores pode tornar a busca mais enfocada, produzindo resultados mais precisos." (SAKS, 2005, p.8-9)

[46] Esse operador foi escolhido como o ideal visto que, serve para combinar diversas palavras-chave de modo a que pelo menos uma delas corresponda aos termos utilizados.

3. DESENVOLVIMENTO

Conforme explicitado na seção anterior, com a adoção dos procedimentos metodológicos propostos, obtivemos a tabela de resultados abaixo (Tabela 1).

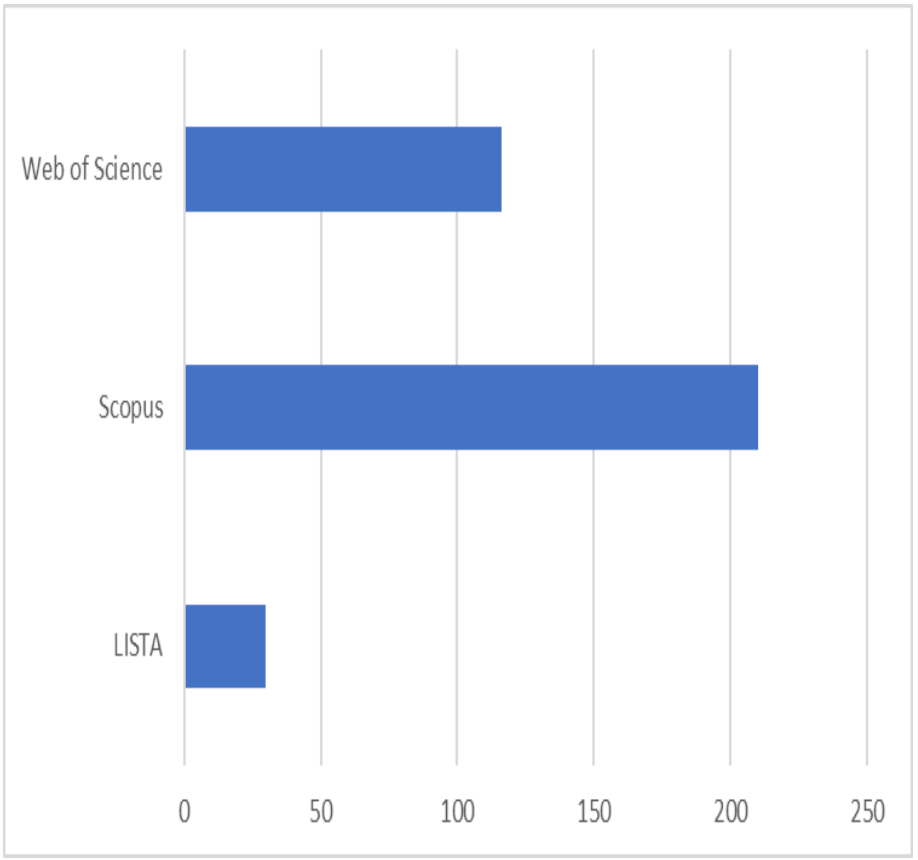
Tabela 1. Buscas realizadas

Base	Estratégia de busca	Idioma	Itens recuperados	Data da busca	Data de publicação
LISTA	"Democratização da informação" OR "Democratização do conhecimento"	Português	5	02/06/2022	2000 - 2021
	"Democratization of information" OR "Democratization of knowledge"	Inglês	25	02/06/2022	2000 - 2021
Scopus	"Democratization of information" OR "Democratization of knowledge"	inglês	205	01/06/2022	2000-2021
	"Democratização da informação" OR "Democratização do conhecimento"	Português	5	01/06/2022	2000-2021
Web of Science	"Democratization of information" OR "Democratization of knowledge"	Inglês	116	01/06/2022	2000-2021

(Fonte: dados da pesquisa)

Sintetizando os resultados das buscas, atingimos um total de 356 documentos recuperados, no qual optamos por trabalhar somente com: os artigos de periódicos; anais de eventos científicos; e trabalhos de conclusão de curso, mestrado e doutorado. No que diz respeito ao idioma, optamos pelos documentos em inglês, português, espanhol e francês. Aplicadas essas decisões ficamos com um montante aproximado de 321 documentos.

Gráfico 1. Resultados das bases



(Fonte: dados da pesquisa)

O Gráfico 1 ilustra os resultados que obtivemos com as pesquisas. Nesse gráfico podemos perceber que a maioria dos resultados se concentra na *Scopus*.

Dada a quantidade de documentos obtidos para a análise, optamos por elaborar uma tabela (Figura 1) para facilitar a visualização dos dados.

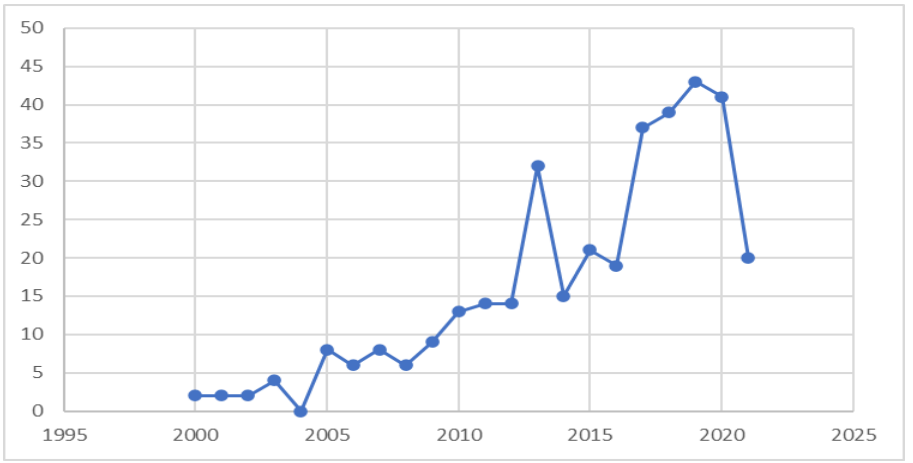
Figura 1. Organização do levantamento

"Democratização da informação" OR "Democratização do conhecimento"										
Título	Autor	Ano	palavras-chave	Resumo	Revista	Idioma	Tipo da Fonte	Utilizado	Palavras associadas a democratização	Tratamento da democratização
POLÍTICAS PÚBLICAS DE INFORMAÇÃO E INTELIGÊNCIA COLETIVA: os desafios e as possibilidades para a democratização da informação	Claro Franco, Angela Halen; Grossi Carvalho; Angela Maria; Amorim da Costa Santos; Plácida Leopoldina Ventura	2019	Ciência da Informação. Informação e Tecnologia. Inteligência Coletiva. Política Pública. Política Pública de Informação. Tecnologia da Informação e Comunicação.	O paradigma social da informação apresenta desafios múltiplos para o tempo do conhecimento interativo da Ciência da Informação, principalmente no que diz respeito ao aproveitamento da inteligência coletiva nos ambientes digitais...	Informação & Sociedade: Estudos	Port.	Artigo	Sim	Políticas públicas	Discute
Consórcios de bibliotecas no Brasil: um desafio à democratização do conhecimento	Antônio Marcos Amorim; Waldomiro Vergueiro;	2006	Consórcio de bibliotecas – Brasil; Consórcio ProBE; Globalização de publicações científicas; Periódicos eletrônicos.	Discute o impacto da globalização eletrônica e a função desempenhada pelos consórcios de bibliotecas no Brasil, como um elemento de democratização do acesso à informação....	Perspectivas em Ciência da Informação	Port.	Artigo	Sim	Consórcios	Define
As contribuições do design da Informação para a democratização do Acesso à Informação de bulas de medicamentos no Brasil	FUJITA, Patricia Tieme Lopes; MACHADO, Carlos José Saldanha	2013	Acesso à Informação. Bula de Medicamento. Democratização da Informação. Direito à Informação. Informação em Saúde. Informação Técnico-científica.	O objetivo deste artigo é apresentar a área do Design da Informação para demonstrar como os aportes desta tecnociência podem contribuir para a democratização da informação, particularmente no acesso da informação técnico-científica do	Informação & Sociedade: Estudos	Port.	Artigo	Sim	Design da informação	Define

(Fonte: dados da Pesquisa)

O Gráfico 2 ilustra a recorrência das pesquisas sobre o tema nos últimos 21 anos. Podemos perceber que a temática foi se desenvolvendo ao longo dos anos tendo picos de relevância. Atualmente, a temática tem se mostrado bastante relevante.

Gráfico 2. Anos das publicações



(Fonte: dados da pesquisa)

A Figura 1 ilustra a organização dos documentos recuperados, explicitando as informações sobre: Título, Autor, Ano da publicação, Palavras-chave, Resumo, Revista/editora, Idioma, Tipo da fonte, campo para indicar se o documento seria utilizado ou não na pesquisa, Palavras associadas a democratização e Tratamento da democratização.

Em relação aos campos “Palavras associadas à democratização", retiramos do resumo e palavras-chave dos textos os conceitos e termos que acreditamos terem sido associados ao conceito de democratização. No campo “Tratamento da democratização”, estabelecemos três categorias, a partir do que analisamos até o momento, para definir como a democratização foi trabalhada nos textos. As categorias utilizadas foram: define, menciona e discute.

Dada a organização da tabela explicitada na figura 1, fomos capazes de elaborar a figura 2 com uma síntese das informações coletadas até o momento. O mapa conceitual abaixo, consiste na nossa tentativa de entender o campo da democratização.

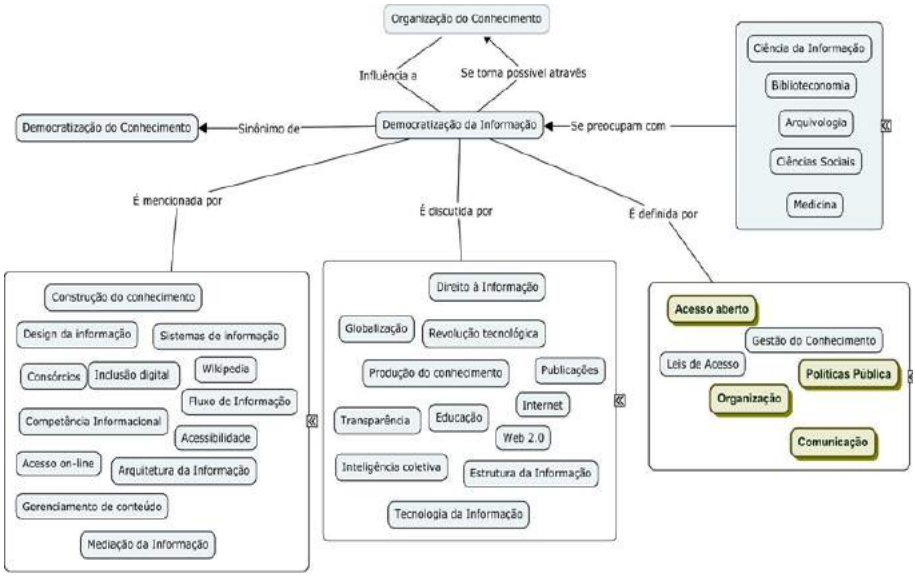
A primeira conclusão que obtivemos foi que o conceito e a ideia de democratização da informação vêm se desenvolvendo ao longo dos anos, de modo mais ou menos explícito conforme o contexto social da época. Além disso, fomos capazes de identificar a presença constante da CI em diferentes graus de relevância, junto com outras disciplinas.

Em se tratando da caracterização do campo da democratização, adotamos uma sistematização, como apresentado na figura 1, no qual restringimos o tratamento da democratização a três aspectos. Empregamos essa estruturação a partir do tratamento da palavra democratização que identificamos nos textos recuperados. E a partir disso, associamos cada um desses aspectos às palavras chaves que estavam conectadas ao conceito conforme explicitado abaixo.

Essas relações nos mostraram que a questão da democratização não está tão clara como acreditávamos. A sociedade tem falado muito sobre dar acesso e democratização, mas de uma forma superficial sem levar em consideração o principal sujeito dessa questão: o usuário e suas necessidades informacionais.

Temos tratado o assunto de forma isolada sem levar em consideração seu caráter interdisciplinar e sem considerar a importância da CI para matéria visto que, a disciplina tem potencial e ferramentas para se tornar o ponto focal capaz de tratar os problemas da democratização. Acreditamos que o papel da Ciência da Informação é um papel de mediação entre a democratização e todas as disciplinas e áreas que buscam alcançá-la.

Figura 2. Mapa conceitual da democratização da informação



(Fonte: dados da pesquisa)

Quanto à relação da democratização com a organização do conhecimento, identificamos dois possíveis vínculos de influência e interdependência. Identificamos que a adoção de determinados modelos ou pensamentos ligados à organização tem o potencial de influenciar o nível de democratização, uma vez que não existe um tipo de disseminação de informação considerado relevante e formal que seja livre de qualquer forma de tratamento ou organização.

Lembrando que a Lei de Acesso à Informação (LAI) é aquela que

> [...] regulamenta o direito constitucional de acesso dos cidadãos às informações públicas e é aplicável aos três poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. Esta Lei representou um importante passo para a consolidação do regime democrático brasileiro

> e para o fortalecimento das políticas de transparência pública.
>
> A Lei institui como princípio fundamental que o acesso à informação pública é a regra, e o sigilo somente a exceção. Para garantir o exercício pleno do direito de acesso previsto na Constituição Federal, a Lei define os mecanismos, prazos e procedimentos para a entrega das informações solicitadas à administração pública pelos cidadãos. (SOBRE... *n. p.*, 2020)

Os resultados obtidos até o momento nos permitiram ter um panorama geral da democratização, demonstrando um resultado que inicialmente não esperávamos com a presença de algumas temáticas e o pouco destaque de alguns assuntos que esperávamos ser centrais como a LAI.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa se preocupou em observar e explicitar as temáticas mais recorrentes em se tratando da democratização da informação. Tentamos estabelecer o vínculo da democratização com a organização do conhecimento, através do esclarecimento e da determinação do papel da CI.

Conforme o observado, a democratização da informação se relaciona a diversas áreas, disciplinas e temáticas, se mostrando ser uma preocupação interdisciplinar que não possui um campo fechado ou uma disciplina "mãe", que fale e trate sobre as suas principais dificuldades e contextos. O que temos quando pensamos em democratização é uma série de disciplinas e campos do saber que se preocupam com a temática, mas ainda não possuem um campo de pesquisa totalmente estruturado e voltado para a democratização.

Fomos capazes de identificar uma conexão entre a organização do conhecimento e a democratização, uma vez que a organização com suas teorias e práticas influencia o processo de democratização. Consoante Ranganathan (1967) toda classificação é uma representação que

segue um propósito, e, portanto, tem o potencial de permitir ou restringir o acesso.

No que diz respeito a CI, constatamos que o campo deveria estar mais presente quando falamos sobre democratização, dado que se preocupar com a temática faz parte da responsabilidade social da área em garantir o acesso à informação e atender às necessidades informacionais do "usuário web".

Os resultados obtidos até o momento, apesar de expressivos, apresentaram uma tendência um tanto incomum, visto que, os assuntos que acreditávamos que receberiam mais destaque apareceram pulverizados recebendo pouca atenção. Um bom exemplo dessa recorrência, é a questão da LAI, que consiste em uma lei que trata da questão do acesso e da democratização por meios legais, garantindo aos cidadãos seus direitos, mas que somente é mencionada nos documentos recuperados. (BRASIL, 2011)

Devido a esse fato, futuramente, pretendemos expandir o estudo incluindo a análise de mais duas fontes de pesquisa que inicialmente foram incluídas nas buscas teste. A Brapci e a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), que nas buscas exploratórias nos retornaram 327 documentos.

A intenção de incluir mais essas duas fontes de pesquisa, se traduz na vontade de mapear e entender o contexto brasileiro para confirmar ou ampliar os resultados que obtivemos até o momento.

Por fim, esperamos que os resultados aqui explicitados sejam entendidos como um ponto de partida para a instauração de uma nova abordagem quando pensamos na democratização, na organização do conhecimento e na área de atuação da Ciência da Informação, bem como o seu papel social.

REFERÊNCIAS

ALBAGLI, Sarita; MACIEL, Maria Lucia; ABDO, Alexandre Hannud (org.). **Ciência aberta, questões abertas**. Brasília, DF: IBICT; Rio de Janeiro: UNIRIO, 2015. Disponível em: http://livroaberto.ibict.br/handle/1/1060 . Acesso em: 04 jun. 2022.

BORKO, Harold. Information Science: What is it? **American Documentation,** [*s.l.*] v.19, n.1, p.3-5, 1968. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/Instituicao/Docentes/EdbertoFerneda/k--artigo01.pdf . Acesso em: 15 set. 2021.

BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 18 nov. 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm . Acesso em: 17 jun. 2022.

BROOKES, B. C. The foundations of information science. Part IV. Information Science: the changing paradigm. **Journal of Information Science,** [*s. l.*], v.3, p.3-12, 1981.

BROWN, John Seely; DUGUID, Paul. The Social Life of Documents. **First Monday**, [*s. l.*], v. 1, n. 1, maio 1996. Disponível em: https://firstmonday.org/ojs/index.php/fm/article/view/466/820 . Acesso em: 02 jun. 2022.

CAPURRO, Rafael. What is information science for? A philosophical reflection. *In*: VAKKARI, P.; CRONIN, B. (Eds).**Conceptions of library and information science: historical, empirical and theoretical perspectives.** Londres; Los Angeles: Taylor Graham, 1992. p. 82-96.

ESTRATÉGIA BRASILEIRA PARA A TRANSFORMAÇÃO DIGITAL: E-digital. Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações: Brasília, 2018. p. 106. Disponível em: https://www.gov.br/mcti/pt-br/centrais-de-conteudo/comunicados-mcti/estrategia-digital-brasileira/estrategiadigital.pdf . Acesso em: 17 out. 2022.

FONSECA, João José Saraiva da. **Metodologia da pesquisa científica**. Universidade Estadual do Ceará (UEC), Fortaleza, 2002. (Apostila).

FRANCO, A. H. C.; CARVALHO, N. M. G.; SANTOS, P. L. V. A. C. Políticas públicas de informação e inteligência coletiva: os desafios e as possibilidades para a democratização da informação. **Informação & Sociedade: Estudos**, [*s. l.*], v. 29, n. 1, 2019. DOI: 10.22478/ufpb.1809-4783.2019v29n1.37982. Disponível em: https://brapci.inf.br/index.php/res/v/111776 . Acesso em: 17 out. 2022.

FURNIVAL, A. C. A participação dos usuários no desenvolvimento de sistemas de informação. **Ciência da Informação**, [*s. l.*], v. 25, n. 2, 1996. DOI: 10.18225/ci.inf.v25i2.657. Disponível em: https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/657 . Acesso em: 20 out. 2022.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo**. Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 2009. 120 p.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GUIMARÃES, L. J. B. L. S.; ROCHA, E. C. F. Práticas informacionais e design thinking: abordando usuários 3.0 na ciência da informação. **Revista Digital de Biblioteconomia & Ciência da Informação**, [*s. l.*], v. 19, 2021. DOI: 10.20396/rdbci.v19i00.8666871. Disponível em: https://brapci.inf.br/index.php/res/v/168228 . Acesso em: 21 out. 2022.

HJØRLAND, Birger. What is knowledge organization (KO)? **Knowledge Organization***, [s. l.]*, v. 35, n. 2/3, p. 86-101, 2008.

POMBO, Olga. Da classificação dos seres à classificação dos saberes. Leituras. **Revista da Biblioteca Nacional de Lisboa**, [Lisboa], n. 2, 1998.

RABELLO, Rodrigo. Leituras sobre usuário e uso de informação na Ciência da Informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, [*s. l.*], v. 18, n. 4, p. 152-184 out./dez. 2013. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pci/a/HpyCK7ffVQP5bZ9dHxZ-Bsyg/?lang=pt&format=pdf . Acesso em: 20 out. 2022.

RANGANATHAN, Shiyali Ramamrita. **Prolegomena to Library classification**. Bombay: Asia Publishing House, 1967. 640p.

SAKS, Flavia do Canto. **Busca booleana**: teoria e prática. 2005. 61 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Gestão da Informação) - Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005.

SOBRE a Lei de Acesso à Informação. Capes. Ministério da Educação, 2020. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/acesso-a-informacao/servico-de-informacao-ao-cidadao/sobre-a-lei-de-acesso-a-informacao . Acesso em: 26 out. 2022.

SOUZA, Luciana Gonçalves Silva; DUMONT, Lígia Maria Moreira. Exclusão e inclusão digitais em bibliotecas públicas municipais da Região Metropolitana de Belo Horizonte: análise do serviço de acesso à internet disponibilizado pelas instituições para o exercício da cidadania. **Encontros Bibli**: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, [*s. l.*], v. 23, n. 52, p. 48- 60, mai./ago., 2018. Disponível em: https://brapci.inf.br/index.php/res/download/49284 . Acesso em: 17 out. 2022.

SERVIÇOS DE VISUALIZAÇÃO DE DADOS EM BIBLIOTECAS ACADÊMICAS

DATA VISUALIZATION SERVICES IN ACADEMIC LIBRARIES

Tainá Regly
tainaregly@hotmail.com

Resumo: Trata de um contexto no qual diversas bibliotecas acadêmicas têm oferecido serviços para sua comunidade, interna e externa, relacionados à análise e visualização de dados, sendo o último considerado complementar ao gerenciamento de dados de pesquisa. Tem como objetivo identificar serviços de visualização oferecidos por bibliotecas que promovem o gerenciamento de dados de pesquisa com o intuito de comparar a variedade de recursos visuais disponibilizados por esses centros de informação e entender as demandas de seus usuários nesse contexto. Como método, realiza uma Revisão Sistemática de Literatura com o intuito de alcançar um resumo atualizado e imparcial do estado do conhecimento da pesquisa, buscando assim, superar o aumento no volume de informações. No resultado, categoriza os tipos de serviços de visualização de dados encontrados em: Suporte, Treinamento, Ferramentas e *Softwares*, Recursos Informacionais, Infraestrutura e Eventos. Conclui que a realização de uma revisão sistemática de literatura é primordial para a fundamentação da elaboração de uma nova pesquisa científica e que o desenvolvimento dos serviços de visualização de dados oferecidos por bibliotecas se encontra maior do que o previamente esperado.

Palavras-Chave: Serviço de visualização de dados; Biblioteca acadêmica; Dados de pesquisa.

Abstract: It deals with a context where several academic libraries have offered services to their internal and external community related to data

analysis and visualization, the latter being considered complementary to research data management. It aims to identify visualization services offered by libraries that promote research data management in order to compare the variety of visual resources made available by these information centers and understand the demands of their users in this context. As a method, it conducts a Systematic Literature Review in order to achieve an up-to-date and unbiased summary of the state of research knowledge, thus seeking to overcome the increasing volume of information. In the result, it categorizes the types of data visualization services found in: Support, Training, Tools and Software, Information Resources, Infrastructure, and Events. It concludes that the performance of a systematic literature review is paramount for the foundation of the development of a new scientific research and that the development of data visualization services offered by libraries is greater than previously expected.

Keywords: Data visualization service; Academic library; research data.

1. INTRODUÇÃO

Com o crescimento do uso de dados, as estruturas que formam o alicerce científico também foram alteradas. Nessa esfera, dados são gerados de maneira massiva através de instrumentos ou simulações e são processados por poderosos *softwares*, o que torna imprescindível a adoção de novas maneiras de lidar com o armazenamento, acesso, análise, visualização e preservação dos dados oriundos de pesquisas científicas.

Ponderando sobre essa perspectiva, Jim Gray fala da influência no fazer científico e aponta para a emersão de um quarto paradigma na ciência onde vemos surgir um novo modelo de pesquisa, online e interoperável, voltado para a exploração através da coleta, manipulação, análise e exibição de dados (HEY; TANSLEY; TOLLE, 2009). Ao levar essas questões para o âmbito da ciência, destacamos a relevância do desenvolvimento de habilidades para que pesquisadores sejam competentes em dados e atuem de maneira efetiva diante do paradigma científico que temos visto emergir. Bibliotecários têm um papel fundamental nesse novo cenário. A experiência com metadados, pesquisa, preservação e gestão do conhecimento torna

esses profissionais aptos a gerenciar os dados de pesquisa e fornecer treinamento para pesquisadores, de maneira que estes aprendam a acessar, interpretar criticamente, gerenciar, manusear e utilizar dados de maneira ética (BORGMAN, 2010; NIELSEN; HJØRLAND, 2014; FEDERER; LU; JOUBERT, 2016; KOLTAY, 2017).

Para Borgman (2010), os bibliotecários têm papel fundamental para auxiliar os cientistas e apresentá-los a ferramentas e serviços que lhes ajudem a lidar com seus dados. Esses profissionais devem se tornar receptivos para com as mudanças oriundas do uso cada vez maior das novas tecnologias. Para a autora, as bibliotecas devem oferecer treinamento para gerenciamento dos dados de pesquisa, mediando seus usuários nas melhores práticas e os ensinando a extrair informação a partir da representação gráfica de seus dados.

Em uma perspectiva mais recente, Stamper (2019) conta que diversas bibliotecas acadêmicas têm oferecido serviços, para sua comunidade interna e externa, relacionados à análise e visualização de dados, sendo o último considerado complementar ao gerenciamento de dados de pesquisa. Os serviços relacionados à representação gráfica de dados são essenciais para pesquisadores, professores e alunos que carecem de conhecimentos específicos para gerar informações e significado dos dados oriundos de suas pesquisas científicas.

Na pesquisa de Aghassibake, Joque e Sisk (2020) é relatado que os serviços mais comuns referentes à visualização de dados oferecidos por bibliotecas universitárias consistem em workshops sobre a temática, treinamentos a respeito de ferramentas específicas e consultorias sobre projetos que incluam o recurso da visualização. Além disso, no estudo é apontado que esse tipo de serviço é um aprimoramento natural das atividades tradicionais do fazer bibliotecário e que existe uma necessidade emergente, vinda da comunidade acadêmica, de obter suporte para desenvolver competências com o intuito de entender e ser capaz de gerar visualizações íntegras e compreensíveis para a comunicar os dados de pesquisa.

Diante dos relatos dos autores aqui citados, percebemos a importância e afloramento do oferecimento de serviços de visualização de dados para pesquisadores e nos propomos a explorar as informações disponíveis acerca desse tipo de atividade. Para tal, estabelecemos o objetivo

de identificar serviços de visualização oferecidos por bibliotecas que promovem o gerenciamento de dados de pesquisa com o intuito de comparar a variedade de recursos visuais disponibilizados por esses centros de informação e entender as demandas de seus usuários nesse contexto.

Para alcançar esse objetivo, adotamos como método realizar uma revisão sistemática de literatura, pois esse tipo de estudo tem o poder de identificar estudos atuais e em andamento, bem como indicar onde existem lacunas específicas no conhecimento ou onde faltam evidências, característica essa essencial para justificar o início de uma nova pesquisa. A revisão sistemática foi selecionada por proporcionar um extrato atualizado do estado da arte e das informações presentes na referida temática a partir da seguinte questão de pesquisa: quais são os tipos de serviços de visualização oferecidos por bibliotecas no âmbito do gerenciamento dos dados de pesquisa? Tendo estabelecido estes elementos preliminares, a seguir descreveremos os procedimentos metodológicos empregados e os resultados alcançados pelo estudo.

2. MÉTODO

Revisões sistemáticas de literatura visam fornecer um resumo atualizado e imparcial do estado do conhecimento da pesquisa, buscando assim, superar aumento no volume de informações. Esse tipo de revisão busca reunir todas as evidências empíricas que se enquadram nos critérios de elegibilidade pré-especificados para responder a uma pergunta de pesquisa específica. De acordo com Jesson, Matheson e Lacey (2011), uma revisão sistemática de literatura possui 6 etapas: definição da pergunta de pesquisa, desenho do plano, pesquisa de literatura, aplicação dos critérios de exclusão e inclusão, aplicação da avaliação de qualidade e síntese dos estudos selecionados.

Este trabalho seguiu as diretrizes propostas no Protocolo de Revisão Sistemática construído para guiar e descrever, de maneira detalhada, os passos realizados para se chegar ao objetivo traçado e responder a questão realizada. A seguir, devido à limitação referente ao número de páginas, serão descritos de modo sintetizado, os procedimentos metodológicos realizados. Para maiores esclarecimentos sobre cada

uma das etapas retratadas a seguir, deve-se acessar o protocolo disponibilizado no repositório Zenodo.[47]

Os eixos conceituais identificados para dar início à revisão sistemática se referem à população, processo e resultado. Seus respectivos conceitos consistem em bibliotecas com suporte à gestão de dados de pesquisa, observação e tipos de serviços de visualização de dados.

Para realizar o levantamento que comporá a revisão sistemática de literatura, foram selecionadas bases de dados devido ao seu potencial de reunir os mais diversos tipos de estudos publicados no mundo e / ou sua forte relação com a Ciência da Informação. As bases selecionadas foram: *Library, Information Science & Technology Abstracts (LISTA), Information Science & Technology Abstracts (ISTA), Scopus, Web of Science* - Coleção Principal (*Clarivate Analytics*) - WOS, *Google scholar, Emerald Insight, ACM Digital Library, Elsevier - Science Direct* e *Directory of Open Access Journals* (DOAJ).

Os registros bibliográficos dos documentos recuperados nas bases de dados selecionadas foram exportados em formato BibTeX ou RIS para o *software* Zotero, onde foi realizada a remoção de 246 duplicatas do montante de 1260 documentos recuperados pelas bases de dados.

Após essas ações, os 1014 registros foram exportados do Zotero em formato CSV e foram incorporados em uma planilha do Google Sheets com seus respectivos metadados, tal como autor, título, resumo, ano, tipo de publicação, entre outros dados administrativos.

Uma vez listados na planilha, foram aplicados nos estudos os critérios de exclusão a partir da leitura de seus respectivos títulos e resumos. Caso esses dois elementos não fossem suficientes para avaliar a pertinência do documento para a revisão, seu texto completo foi acessado e lido de modo dinâmico com o intuito de suprimir qualquer dúvida restante em relação à sua seleção.

Os critérios de inclusão dos estudos recuperados são referentes a: cobertura, os trabalhos devem abordar a utilização de recursos visuais por

[47] Protocolo de Revisão Sistemática de Literatura disponível para acesso e download no Zenodo. Disponível em: https://doi.org/10.5281/zenodo.7083273. Acesso em: 15 set. 2022.

bibliotecas; tipo de estudo, pesquisa documental, *survey*, estudo de caso e estudo de campo; disponibilidade, o texto deve estar disponível integralmente; tipo de produção científica, artigos, teses, dissertações e livros.

Os critérios de exclusão dos estudos recuperados são referentes a: o resultado não trata sobre bibliotecas (instituição) e a visualização de dados de pesquisa ou suporte visual aos pesquisadores; objeto com trabalhos que versam sobre o uso de recursos visuais voltados para questões administrativas de bibliotecas; não estar nos idiomas Português, Inglês, Espanhol e Holandês.

Já os critérios de qualidade dos estudos recuperados se referem à sua revisão. Se o material for um artigo ele deve ter sido publicado em periódico ou anais de eventos com revisão por pares. Caso seja uma tese ou dissertação, deve ter sido aprovado por banca examinadora.

Com a execução desses critérios, foi selecionado um total de 27 estudos que, em teoria, estavam aptos a responder à pergunta desta pesquisa. Entretanto, ao ler e analisar com mais profundidade essa quantia, percebemos que 8 documentos não respondiam à questão da revisão sistemática. Esses estudos atendiam aos critérios de seleção estabelecidos, mas seu foco consistia na aplicação de recursos visuais em aspectos administrativos e gerenciais de bibliotecas, enquanto a pergunta se referia aos serviços de visualização de dados oferecidos por bibliotecas para pesquisadores. Devido a esse fato, optamos por retirar esses documentos e mantivemos os demais 19 estudos para extrair, analisar e sintetizar.

Para a análise qualitativa dos estudos, foi empregada uma metassíntese dotada de uma abordagem baseada na Teoria Fundamentada com o intuito de descrever de maneira integrada, e não resumida, o fenômeno investigado de modo a obter as respostas da pergunta desta revisão sistemática. As categorias selecionadas para realizar a análise partiram, primariamente, do estudo de Zakaria (2021) e suas cinco classes para descrever os serviços de visualização de dados — informação, serviços, treinamentos, ferramentas e *software* e recursos informacionais. Conforme foi sendo realizada a leitura dos textos selecionados, percebeu-se a necessidade de retirar determinados grupos e acrescentar outros para dar conta de classificar a variedade de atividades desenvolvidas pelas bibliotecas. Sendo assim, foram estabelecidas as categorias Suporte, Treinamento, Ferramentas

e *Softwares*, Recursos Informacionais, Infraestrutura e Eventos para descrever e categorizar tipos de serviços de visualização de dados oferecidos para usuários de bibliotecas acadêmicas.

No repositório Zenodo, além do protocolo da revisão sistemática, também foram disponibilizadas as referências dos 19 artigos selecionados e as tabelas que relacionam os serviços de visualização de dados com as categorias de análise e suas respectivas autorias.[48]

A seguir serão apresentados os apontamentos iniciais acerca do montante levantado, uma vez que a pesquisa continua em andamento e para fins deste resumo, o apontamento de uma demanda por um serviço de visualização em desenvolvimento por si só já justifica oportunamente a comunicação deste trabalho. Cabe sinalizar que um outro trabalho está em processo em desenvolvimento e — nele — serão descritos de maneira mais robusta os dados descobertos a partir da aplicação desse método reconhecido e estimado pela comunidade acadêmica.

3. SERVIÇOS DE VISUALIZAÇÃO DE DADOS EM BIBLIOTECAS

Dos 19 estudos que foram lidos e analisados após a execução das etapas do processo de seleção, identificamos 4 capítulos de livro e 15 artigos científicos. Desse último montante, os periódicos mais recorrentes foram o *Journal of eScience Librarianship*, o *Journal of the Medical Library Association* e o *Library Hi Tech*, tendo cada um deles colaborado com 3, 3 e 2 artigos respectivamente. Vale notar que do total de artigos recuperados, 7 deles, cerca de metade, consistem em estudos de caso que descrevem o funcionamento e o desenvolvimento de atividades realizadas por bibliotecas que oferecem serviços de visualização de dados.

No quadro 1 é apresentado um panorama das características das bibliotecas descritas em cada um dos 19 estudos. Buscou-se elucidar seu tipo a partir da instituição onde a biblioteca está vinculada, sua especialidade e o país onde está alocada.

[48] As referências dos artigos selecionados e as tabelas com dados oriundos da Revisão Sistemática de Literatura estão disponíveis no Zenodo. Disponível em: https://doi.org/10.5281/zenodo.7083273. Acesso em: 15 set. 2022.

Quadro 1. Características das bibliotecas em cada um dos estudos selecionados

Autoria	Tipo	Especialidade	País
Aguilar-Moreno e Granell-Canut, 2013	-	-	-
Briney, 2018	Acadêmica	-	-
Catalano, Malizia e Been, 2017	Acadêmica	Saúde	EUA
Chen, 2019	Acadêmica	Humanidades	-
Featherstone, 2014	-	-	-
Federer e Joubert, 2018	Centro de pesquisa	Saúde	EUA
Federer, 2018	Centro de pesquisa	Saúde	EUA
Harrington, 2019	Acadêmica	-	EUA
Joo e Peters, 2020	Acadêmica	-	-
LaPolla e Rubin, 2018	Acadêmica	Saúde	EUA
LaPolla, 2020	Acadêmica	Saúde	-
Lulu et al, 2019	Acadêmica	-	China
Mallon, 2019	Acadêmica	-	-
Ogier e Stamper, 2018	Acadêmica	-	EUA
Sang e Gilblom, 2020	Acadêmica	-	EUA
Surkis et al. 2017	Acadêmica	Saúde	EUA
Wang, 2013	Acadêmica	-	EUA
Webb, 2018	Acadêmica	-	EUA
Zakaria, 2021	Acadêmica	-	-

(Fonte: a autora, 2023)

Ao contemplar o quadro 1, fica evidente que as bibliotecas que oferecem serviços de visualização de dados são majoritariamente acadêmicas. Essa afirmativa demonstra que esse tipo de serviço advém da necessidade de pesquisadores, professores e alunos associados à atividades de pesquisa de desenvolver competências relacionadas ao tratamento, análise e

visualização tanto para entender e manusear melhor os dados resultantes de suas investigações quanto para comunicá-los com mais clareza e eficiência.

A especialidade das bibliotecas estudadas é um outro ponto que vale a pena ser mencionado. Das 8 especialidades mencionadas na literatura, 6 se referem à área da Saúde. Sendo esse campo de pesquisa fortemente conhecido pelo seu vasto desenvolvimento científico, pelo usufruto de financiamento para as pesquisas e pela relação de proximidade dos pesquisadores com suas respectivas bibliotecas, fica evidente o porquê do serviço de visualização de dados, ainda tão incipiente nos ambientes informacionais, ser tão presente e próspero nas unidades de informação que apoiam as Ciências da Saúde.

Além desses dois pontos evidentes no quadro 1, o país onde as bibliotecas estudadas estão alocadas chama a atenção. Nesse caso, os Estados Unidos (EUA) se mostraram como o país com mais bibliotecas ofertando serviços de visualização de dados. Esperava-se que a Holanda tivesse uma participação expressiva nesses dados, uma vez que podemos considerá-la uma das pioneiras que integraram o desenvolvimento de padrões e critérios que inovaram as atividades executadas por instituições tradicionais, tais como o gerenciamento de dados de pesquisa por bibliotecas.

As categorias selecionadas para realizar a análise do material levantado na revisão sistemática partiram, primariamente, do estudo de Zakaria (2021) e suas cinco classes para descrever os serviços de visualização de dados — informação, serviços, treinamentos, ferramentas e *software* e recursos informacionais. Conforme foi sendo realizada a leitura dos textos selecionados, fomos percebendo a necessidade de retirar determinados grupos e acrescentar outros para dar conta de classificar a variedade de atividades desenvolvidas pelas bibliotecas. Sendo assim, estabelecemos as categorias Suporte, Treinamento, Ferramentas e *Softwares*, Recursos Informacionais, Infraestrutura e Eventos para descrever e categorizar tipos de serviços de visualização de dados oferecidos para pesquisadores.

Após vislumbrar uma perspectiva geral dos estudos selecionados e com vistas de responder a questão desta revisão sistemática que consiste em identificar os tipos de serviços de visualização oferecidos por bibliotecas que lidam com dados de pesquisa, apresentamos na figura 1

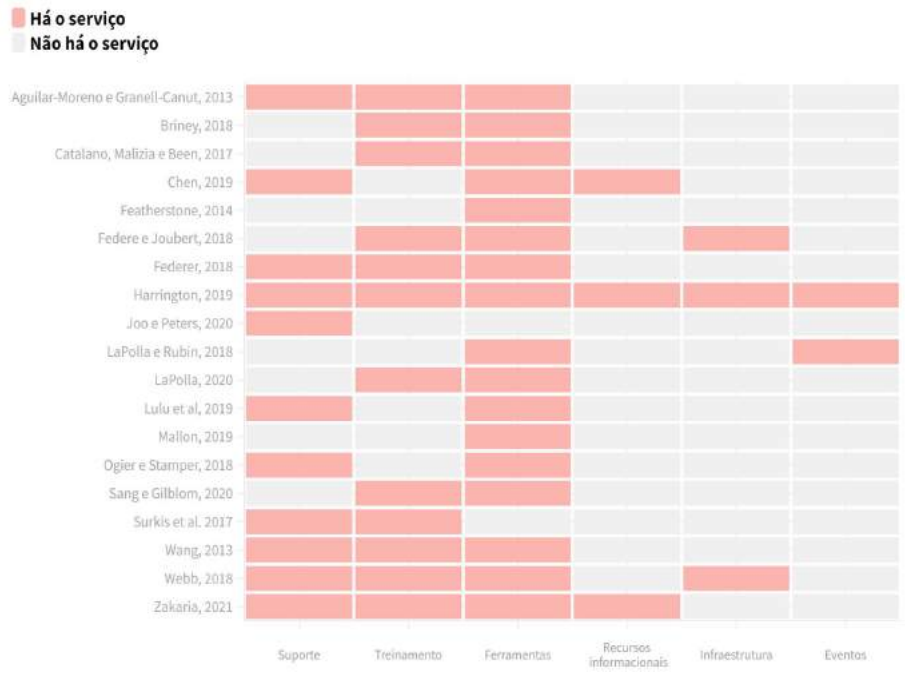
um panorama consolidado dos serviços identificados na literatura. Esses serviços foram classificados em seis diferentes grupos, sendo eles:

- **Suporte** - se refere ao serviço de referência, à assistência prestada pelos bibliotecários no que tange o desenvolvimento de competências pelos usuários através de consultas, orientação e auxílio na resolução de problemas, elucidação de dúvidas e prática do gerenciamento e da visualização de dados;
- **Treinamento** - se refere ao oferecimento de cursos, oficinas e workshops sobre os princípios da visualização, manuseio de dados e uso de ferramentas específicas;
- **Ferramentas e *Softwares*** - tratam das ferramentas e *softwares* utilizados e disponibilizados nos computadores das bibliotecas para que visualizações de dados possam ser construídas;
- **Recursos informacionais** - se refere a documentos e materiais presentes nos mais diversos suportes que trazem informações e orientações sobre visualizações. Esses recursos podem vir na forma de livros, guias, blogs, entre outros, que versam desde princípios do design até o passo a passo sobre como representar graficamente um determinado conjunto de dados;
- **Infraestrutura** - trata da parte física da biblioteca que é modificada para agregar elementos que favoreçam a realização dos demais serviços, tal como adoção de painéis touchscreen, a inauguração de um laboratório de visualização e a incorporação de monitores dos mais diversos tamanho seja para uso dos usuários no dia a dia ou para exposição informações em uma parede de visualização;
- **Eventos** - se referem a acontecimentos proporcionados pela biblioteca para estimular a integração de seus usuários com a prática da visualização e disseminação dos demais serviços disponibilizados. Pode se manifestar na

forma de concurso, seminário, sessões em grupo para tratar de visualização, entre outras atividades.

Na figura 1 é demonstrada a relação de cada um desses grupos de serviços com os 19 estudos selecionados pela revisão sistemática.

Figura 1. Visão consolidada dos serviços mencionados por cada estudo selecionado pela revisão sistemática



(Fonte: a autora, 2023)

Na figura 1, o serviço que apresentou maior menção pela literatura foi o de Ferramentas e *Softwares*, não sendo falado em apenas dois dos estudos. Já o serviço de Treinamento foi o segundo mais mencionado, estando presente em 12 estudos, seguido pelo serviço de Suporte que se fez presente em 11 das 19 pesquisas analisadas. Creditamos a alta menção desses três serviços ao fato de serem atividades e ofertas cuja demanda pelos

usuários se mostre mais latente, uma vez que pesquisadores, professores e alunos têm se deparado, cada vez mais, com a inabilidade de lidar com os recursos e inovações propostos pela emergente e-Science[49].

Esses usuários carecem desenvolver competências que os permitam explorar e visualizar dados oriundos de suas pesquisas. Também precisam de treinamento e assistência especializada que os direcionem e os auxiliem no entendimento do significado presente em seus dados, nas possíveis formas de manipulá-los e representá-los graficamente. Na próxima seção serão apresentadas as considerações finais deste trabalho.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização de uma revisão sistemática de literatura se mostrou primordial para a fundamentação da elaboração de uma nova pesquisa científica. Uma tese, no caso. A partir dos resultados aqui apresentados pudemos entender e classificar a variedade de serviços de visualização de dados oferecidos por bibliotecas e perceber que o seu desenvolvimento se encontra maior do que o previamente esperado.

A pergunta realizada para iniciar a revisão sistemática foi respondida de modo que, em decorrência desse estudo, poderemos fundamentar e justificar que existe um problema relacionado à visualização de dados enquanto serviço oferecido por bibliotecas.

Salientamos que os resultados aqui apresentados se referem a uma pequena síntese do montante proporcionado pela Revisão Sistemática de Literatura. A partir das seis categorias elencadas e descritas foi possível entender a demanda referente ao oferecimento de serviços de visualizações de dados em bibliotecas e, assim, fundamentar a tese que abordará essa temática.

[49] Para Jankowski (2007), a e-Science consiste em um termo utilizado para descrever mudanças ocorridas nas atividades científicas referentes à incorporação de computadores em seus métodos e disciplinas. A visualização de dados é um dos recursos incorporados pela ciência mediante o advento da popularização do uso de tecnologias.

REFERÊNCIAS

AGHASSIBAKE, N.; JOQUE, J.; SISK, M. Supporting data visualization services in academic libraries. **The Journal of Interactive Technology and Pedagogy**, 18, December 10, 2020. Dispinível em: https://jitp.commons.gc.cuny.edu/supporting-data-visualization-services-in-academic-libraries/. Acesso em: 5 jul. 2022.

BORGMAN, C. Research data: who will share what, with whom, when, and why? In: **CHINANORTH AMERICAN LIBRARY CONFERENCE**, 5., 2010, Beijing.

FEDERER, L.; LU, Y.; JOUBERT, D. J. Data literacy training needs of biomedical researchers. **Journal of the Medical Library Association**: JMLA, v. 104, n. 1, p. 52, 2016.

HEY, T.; TANSLEY, S.; TOLLE, K. Jim Gray on eScience: a transformed scientific method. Based on the transcript of a talk given by Jim Gray to the NRC-CSTB1 in Mountain View, CA, on January 11, 2007. In: HEY, T.; TANSLEY, S.; TOLLE, K. (eds). The fourth paradigm: data-intensive scientific discovery. Redmond, WA: Microsoft research, 2009.

JESSON, J.K.; MATHESON, L.; LACEY, F. M. **Doing Your Literature Review traditional and systematic techniques**. London: SAGE Publications Ltd, 2011.

KOLTAY, T. Data literacy for researchers and data librarians. **Journal of Librarianship and Information Science**, v. 49, n. 1, p.3-14, 2017.

NIELSEN, H. J.; HJØRLAND, B. Curating research data: the potential roles of libraries and information professionals. **Journal of Documentation**, v. 70, n. 2, 2014.

STAMPER, M. J. **I am a data visualization designer in an academic library, and more!** ResearchDataQ. Disponível em: https://researchdataq.org/about/. Acesso em: 5 jul. 2022.

TERMOS E POLÍTICAS DE USO DE PLATAFORMAS DIGITAIS: UM OLHAR PARA AS PUBLICAÇÕES BRASILEIRAS EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

TERMS AND POLICIES FOR THE USE OF DIGITAL PLATFORMS: A LOOK AT BRAZILIAN PUBLICATIONS IN INFORMATION SCIENCE

Verônica Barboza Scartassini
veronicascartassini@id.uff.br

Elisabete Gonçalves de Sousa
elisabetegs@id.uff.br

Resumo: O presente estudo busca, a partir da literatura de Ciência da Informação brasileira, analisar os trabalhos desenvolvidos no campo informacional sobre Termos e Políticas de Uso de plataformas digitais. Trata-se de uma pesquisa exploratória e que realiza uma revisão não sistemática da literatura sobre o tema nas bases Google, Google Acadêmico, Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação e a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações. A partir da pesquisa nas bases mencionadas foram selecionados dez documentos, entre teses, dissertações, artigos científicos e trabalhos de eventos, que abordavam a temática de pesquisa. Ao analisar os documentos, se percebeu que existe uma tendência das pesquisas em relacionar os Termos e Políticas de Uso com questões de privacidade e segurança de dados pessoas. Conclui que a pesquisa envolvendo a temática ~~e~~ abre amplas frentes de pesquisa, sobretudo no campo informacional.

Palavras-Chave: Termos de uso; Plataformas digitais; Ciência da informação; Política da informação.

Abstract: The present study seeks, from the Brazilian Information Science literature, to analyze the work developed in the informational field on Terms and Policies for the Use of Digital Platforms. This is an exploratory research that performs a non-systematic review of the literature on the subject in Google, Google Scholar, Reference Database of Journal Articles in Information Science and the Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations. From the research in the aforementioned bases, ten documents were selected among theses, dissertations, scientific articles and event papers, which addressed the research theme. When analyzing the documents, it was noticed that there is a relationship of research in relating the Terms and Policies of Use with issues of privacy and security of personal data. It concludes that research involving the theme opens wide research fronts, especially in the informational field.

Keywords: Terms of use; Digital platforms; Information science; Information policy.

1. INTRODUÇÃO

No campo da Ciência da Informação (CI), o usuário exerce alguns papéis, sendo ora compreendido como um sujeito ativo, que produz e usa a informação, interagindo com outros sujeitos, ora como um receptor passivo, conduzido pelas interfaces de busca das bases de dados. No domínio das plataformas digitais essa situação também ocorre, os usuários têm modos passivos e ativos nos fluxos de informação. Mas por ser um espaço de comunicação e difusão de informações, esse processo, por vezes é difuso e obscuro, mesmo sendo juridicamente protegido por Termos e Políticas de Uso, documentos cujo conteúdo é pouco conhecido pelos usuários, mas que atribui ao proprietário muito poder. Esses documentos definem as normas de funcionamento do serviço ofertado pelas plataformas e para os usuários servem para dar respaldo jurídico na relação estabelecida com a plataforma (FERREIRA; PINHEIRO, 2021; SILVA; CARDOSO; PINHEIRO (2021).

Nem sempre conseguimos, enquanto usuários e sujeitos críticos, perceber as nuances que operam no funcionamento de uma plataforma

que facilita nossas atividades cotidianas, como um site de relacionamento, de compra, de consumo de áudio e de pesquisa, como o Facebook, o Instagram, o Spotify e o YouTube. Essas plataformas estão tão presentes em nossa vida social que não levamos em consideração o modo com que elas acabam ditando nossos parâmetros de mundo. Passamos tanto tempo nesses ambientes que não nos damos conta da enorme quantidade de dados que estão sendo gerados e usados para adequar os serviços, muitas vezes, contra nós. Existe uma série de estudos, denominados "estudos de plataformas e de internet" que buscam compreender a ingerência que estes ambientes vêm exercendo sobre o cotidiano, seja ele social, econômico, político e tecnológico.

Dado isso, questionamo-nos como se apresentam as pesquisas desenvolvidas na CI brasileira envolvendo Termos e Políticas de Uso das plataformas digitais?

Objetivamos, com este trabalho, analisar as pesquisas desenvolvidas na CI brasileira envolvendo Termos e Políticas de Uso das plataformas digitais. Nossa proposta se justifica por explorar a relação desses documentos com a área de informação, ao mesmo tempo em que busca reforçar os estudos teóricos que versem sobre os elementos políticos e sociais presentes no campo da informação. Tal perspectiva faz parte dos estudos de pesquisa doutoral no campo da CI, portanto, apresenta-se como um trabalho em construção. A metodologia utilizada foi uma revisão não-sistemática da literatura brasileira de CI em bases de dados que abordassem os termos de uso e as plataformas digitais, como a Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI) e a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD).

2. PLATAFORMAS DIGITAIS E TERMOS DE USO

Os desenvolvimentos de tecnologias não afetam somente a rotina das pessoas, seus hábitos e culturas também são transformados. Exemplo disso, aspecto que vamos nos concentrar neste trabalho, são as relações entre pessoas e instituições que com a incorporação da internet e das plataformas digitais passaram a ter uma nova dinâmica. D'Andrea (2020) apresenta que ao longo dos anos de 2010 desenvolveu-se a chamada "*Big Five*", presença massiva, consolidada e monopolista das empresas Alphabet (Google),

Amazon, Apple, Facebook e Microsoft no mercado de tecnologia a partir do oferecimento de serviços aos usuários. Estas empresas, como sinaliza o autor, contribuíram para o desenvolvimento da internet e acabaram se estabelecendo como os gigantes da tecnologia, ditando as formas com que seus usuários passariam a consumir seus produtos e serviços ofertados.

Analisando as dinâmicas envolvidas com as empresas de tecnologia, surgem os estudos de internet e de plataformas, pois, se entende, de acordo com o autor, a necessidade de debater os aspectos sócio e tecnopolíticos das plataformas gerenciadas por essas empresas. D'Andrea (2021, p. 105) compreende que estes estudos "reúnem um conjunto de conceitos, reflexões e práticas metodológicas que buscam compreender as articulações das dimensões técnicas, políticas e econômicas que constituem as mídias sociais e outras plataformas online".

Isto é, sabe-se que a tecnologia e a internet ocupam um papel importante no desenvolvimento social e devido a isso há a necessidade de explorar esses elementos para além da dimensão técnica, surgindo estudos que se propõem a compreender como as tecnologias *web* e a internet agem sobre a subjetividade dos sujeitos, mobilizando desejos de consumo, aspecto central que mobiliza a economia global e que é potencializado pela ampliação da rede mundial de computadores. Um meio de desenvolver estes estudos, e acompanhar as digressões desse processo e seu impacto na vida das pessoas, são as análises dos termos de uso, da datificação, dos algoritmos e *affordances*, aspectos que discutiremos mais adiante.

Nos artigos levantados para a construção da pesquisa, encontramos o termo "plataforma". D'Andrea (2021), aponta que ele está vinculado aos estudos de José van Dijk e Tarleton Gillespie, que se debruçam a elaborar um constructo teórico-metodológico para desenvolvimento dos estudos de internet e plataformas. Estes estudos, por sua vez, passaram por uma virada crítica recente, não se debruçando mais em conceitos como colaboração, inteligência coletiva e web 2.0, mas sim, no entendimento de que as mídias sociais e as plataformas são ambientes que vão além da interação entre sujeitos, são materializações do modo de produção do sistema capitalista contemporâneo (D'ANDREA, 2021).

Para Gillespie (2010), as plataformas são elementos que compreendem os serviços *online* usufruídos por usuários e abrangem uma

série de perspectivas, como a arquitetura desses ambientes, o meio computacional, a maneira com que se apresentam e a relação política entre plataforma-usuário. Van Dijk (2013) acrescenta que as plataformas são mediações e moldam os sujeitos ao mesmo tempo em que facilitam seu uso, isto é, são "uma arquitetura programável desenvolvidas para organizar as interações entre usuários" (DIJK; POEL; WAAL; 2018, p.9, tradução nossa).

Para D'Andrea (2021, p. 107), "um aspecto que consolida e singulariza a ideia de plataforma online é o reconhecimento de que a sociabilidade online emerge em articulação com robustas infraestruturas computacionais baseadas na conectividade e no intercâmbio de dados". Essa sociabilidade, para o autor, está vinculada a relações e não somente relações entre usuários, mas, também, relações com corporações e órgãos públicos. Dijk, Poell e Waal (2018) argumentam que é muito comum as pessoas entenderam plataformas *online* como ambientes de compartilhamento de informações, servindo para ver vídeos e ouvir música, mas esquecem da influência que esses ambientes exercem na formação de suas subjetividades. Exemplo, são as mídias sociais, sites construídos para permitir interação social e o compartilhamento de informações produzidas por seus usuários, como o Instagram, o Twitter, o Facebook, o Flickr, até sites como o YouTube, Spotify, Amazon, Google e Wikipédia.

Há uma preocupação envolvendo a massiva quantidade de dados envolvendo as plataformas, isso, para D'Andrea (2021) está vinculado a cultura dataísta, que vê a crescente possibilidade de quantificar tudo que for possível. Referente a isso, o autor menciona a correlação entre elementos, como a datificação e o desempenho dos algoritmos na seleção e recomendação de informações, inclusive salienta que devemos observar a dimensão infraestrutural das plataformas, atentando "[...] para os diferentes modos como as plataformas vêm, progressivamente, se constituindo a partir da centralização e do controle de operações e fluxos informacionais que envolvem variados parceiros e usuários finais" (D'ANDREA, 2021, p.108).

Para compreender esse envolvimento das plataformas com seus usuários finais, existem documentos jurídicos denominados Termos e Políticas de Uso e que também fazem parte dos estudos sobre internet, incluindo seus regimes de informação, e se encaixam, de acordo com D'Andrea

(2021), nas relações de política de governança. Esses documentos estabelecem regras e serviços ofertados pelas plataformas e indicam os direitos e deveres dos usuários ao utilizarem a plataforma, mas muitas vezes não recebem a devida atenção dos mesmos, devido, entre muitas questões, a pontos obscuros e pouco explicativos (OLIVEIRA; ROCKEMBACH, 2021). Além do mais, os Termos e Políticas de Uso acabam dando muitos poderes aos proprietários, pois, além de serem modificados periodicamente, acabam não oferecendo escolha para os usuários que, mesmo não concordando com determinados pontos explicitados no documento, se vê obrigado a aceitar o que é indicado pela plataforma para a utilização de seu serviço (ZUBOFF, 2021).

Dentro dessa discussão envolvendo as plataformas, está a datificação. Zuboff (2021) aponta que os usos das plataformas geram dados referentes a hábitos e costumes dos usuários, criando discussões sobre a segurança e privacidade, principalmente pelo fato de que podem ocorrer vazamento de dados e comercialização ilegal. Outro ponto reside no direcionamento de anúncios personalizados, realizado a partir do acordo entre empresas que buscam divulgar seus produtos e serviços nas plataformas. É como salienta a autora, diversas pessoas não leem os documentos que também versam sobre o cuidado com os dados gerados, contribuindo com a varredura de dados sobre si mesmos por parte da empresa. Isso faz com que o usuário seja alvo de inúmeros anúncios dos mais diversos segmentos.

Sobre a privacidade e segurança dos dados, Ferreira e Pinheiro (2021) apontam que a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)50, que foi criada em 2018 após forte pressão da União Europeia, é um importante marco legal brasileiro para cuidar dos dados gerados por usuários em sites e plataformas digitais. Segundo as autoras, a LGPD e o Marco Legal da Internet (2014)51 são documentos que visam contribuir para a proteção

[50] A LGPD, artigo 1º, tem como tema o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural (BRASIL, 2018).

[51] A Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, conhecida como o Marco civil da internet, em seu Art. 1º estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da

dos usuários da internet e ajudam a evitar os chamados crimes cibernéticos. Nesse sentido, a legislação brasileira avança, uma vez que os serviços ofertados e mediados por plataformas digitais são cada vez maiores e imprescindíveis no cotidiano do cidadão.

Na CI brasileira existem estudos envolvendo plataformas e termos de uso, ainda que tímidos. Não há, de maneira evidente, a aproximação entre o campo da informação e os estudos de plataforma e internet e os serviços oferecidos pelas mídias sociais. No entanto, percebemos que existem estudos brasileiros de CI que se debruçam a compreender o que ocorre nas plataformas e como isso afeta o usuário, destacando-se aqueles que discutem como o campo da informação tem lançado olhar sobre esses objetos. Assim, nas próximas seções apresentaremos os procedimentos metodológicos e a análise dos documentos recuperados que trabalham com plataformas digitais seus termos e políticas de uso.

3. METODOLOGIA

A metodologia utilizada para o desenvolvimento desta pesquisa foi uma revisão não-sistemática da literatura em CI sobre Termos e Políticas de Uso de plataformas digitais, tratando-se de uma pesquisa qualitativa de caráter exploratório, uma vez que reúne informações sobre o tema pesquisado (BRAGA, 2007). Para isso, foram realizadas buscas nas bases como Google, Google Acadêmico, Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI) e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), visando abranger a maioria dos documentos utilizados no campo da informação.

Os termos utilizados foram "plataformas digitais", "termos de uso" e "ciência da informação" que resultaram na recuperação de artigos, trabalhos de eventos, dissertações e teses. A busca resultou em 217 itens recuperados, levando em consideração todas as bases de dados pesquisadas. Após a seleção dos documentos relacionados com a temática de pesquisa, o corpus analisado se apresenta disposto no quadro a seguir.

internet no Brasil e determina as diretrizes para atuação da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios em relação à matéria.

Quadro 1. Documentos recuperados

Autor	Título	Tipologia documental	Ano de publicação	Bases de dados
Miranda e Sousa	Sistemas da Internet e a proteção da privacidade do usuário: uma análise a partir dos termos de uso	Artigo	2015	BRAPCI
Miranda	Sistemas da Internet e a proteção da privacidade do usuário: uma análise a partir dos termos de uso	Dissertação	2015	BDTD
Rodrigues e Sant'Ana	Uso de taxonomia sobre privacidade para identificação de atividades encontradas em termos de uso de redes sociais	Trabalho de evento	2015	Google acadêmico
Rodrigues	Coleta de dados em redes sociais: privacidade de dados pessoais no acesso via *Application Programming Interface*	Tese	2017	BDTD
Gomes e Rodrigues	Serviço de Redes Sociais: potenciais problemas relacionados à privacidade de informações	Trabalho de evento	2020	Google
Oliveira e Rockembach	Análise de conteúdo de termos de uso e políticas de privacidade de arquivos da web	Trabalho de evento	2021	4º FEISC
Nunes	Arquivamento da web: aspectos éticos e legais no acesso e uso da informação	Dissertação	2021	BDTD
Ferreira, Pinheiro e Marques	Termos de uso e políticas de privacidade das redes sociais on-line	Artigo	2021	BRAPCI
Silva, Cardoso e Pinheiro	Lei Geral de Proteção de Dados e consentimento: uma análise da política de dados do Facebook	Trabalho de evento	2021	ENANCIB
Ferreira e Pinheiro	Análise da adequação dos termos de uso do Facebook à LGPD	Trabalho de evento	2021	ENANCIB

(Fonte: dados da pesquisa)

4. ANÁLISE DOS DOCUMENTOS

A pesquisa resultou em um total de 10 documentos que abordam os termos e políticas de uso em plataformas digitais na CI. Quando olhamos para a tipologia de documentos recuperados, percebemos que o *corpus* é formado por dois artigos científicos, uma tese, uma dissertação e cinco trabalhos de evento. Desse modo, entendemos que, apesar da pouca expressividade numérica, há diversidade nos modos de publicação e na maneira de entender e conduzir esses estudos na área de CI. Tendo isso em vista, a seguir apresentamos estes trabalhos e discutimos suas abordagens.

O primeiro trabalho recuperado é um artigo de autoria de Miranda e Sousa (2015) publicado pela revista Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia em 2015. Trata-se de pesquisa oriunda de dissertação, do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba e, na época em andamento. O trabalho aborda a eficácia dos termos de uso na proteção da privacidade dos usuários de plataformas digitais. Para isso, os autores buscaram analisar dez termos de uso de dez empresas, divididos em cinco categorias: busca, rede social, *web mail*, nuvem e mensagem instantânea. Visando atender as cinco categorias, os autores analisaram ao menos duas empresas que se encaixam na mesma classificação. As empresas analisadas foram Google, Bing, Facebook, Twitter, Outlook, Yahoo Mail, Dropbox, iCloud, Whatsapp e Viber.

A dissertação de Miranda, publicada ainda em 2015, é a conclusão do artigo publicado no mesmo ano. Em sua dissertação, o autor explora a relação da privacidade a partir da análise documental dos termos e políticas de uso das empresas acima mencionadas, ao mesmo tempo em que analisa essa questão relacionando a privacidade pontuada no texto dos documentos com a legislação brasileira sobre o assunto.

Outro estudo de 2015 é um trabalho apresentado no Congresso ISKO Espanha e Portugal sob a autoria de Rodrigues e Sant'Anna (2015). Neste trabalho os autores também exploram a relação de privacidade nos termos de uso de plataformas digitais, mais especificamente Facebook, Twitter e Instagram. Para desenvolver sua pesquisa, os autores utilizam uma taxonomia específica denominada de Taxonomia da

Privacidade desenvolvida por Solove em 2006, justamente, visando estudar as relações de privacidade existente nessas mídias. Os autores compreendem que há problemas na especificação de informações, por exemplo, os usuários de Facebook, Instagram e Twitter não encontram documentos ou informações que falem se determinadas empresas terão acesso aos seus dados, ou não.

Em 2017 há a publicação da tese de autoria de Rodrigues (2017) vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual Paulista. Nesta pesquisa uma das abordagens realizada pelo autor relaciona-se à utilização dos termos de usos de plataformas, como Facebook, Twitter e LinkedIn, ao processo de identificação das atividades dos usuários e a privacidade de seus dados. O método empregado é combinado com as perspectivas técnicas envolvendo as plataformas, como o uso de *Application Programming Interfaces* (APIs), e seus termos de uso. Para o autor, APIs são

> [...] uma estrutura formal de regras e protocolos para proporcionar a interoperabilidade de conjunto de dados, por dois ou mais sistemas de informação, independentes de plataforma, de acesso público, privado ou misto, que utiliza padrões abertos ou fechados para o intercâmbio dos dados e contém documentação disponível na origem para o entendimento de todas as partes sobre o seu modo de operacionalização (RODRIGUES; 2017, p. 92).

O autor compreende que acompanhar as mídias sociais estudadas de maneira externa, seja por meio dos APIs, como por meio dos termos de uso, ocasiona em resultados opacos, principalmente pela complexidade do tipo de estudo que Rodrigues (2007) realizou. O autor tem a preocupação de entender o modo com que os proprietários das mídias sociais desenvolvem e gerem suas plataformas. Sua preocupação se fundamenta pelo fato de que os Termos de Uso não mencionam de maneira clara que empresa, além da mídia social, terá acesso e como terá esse acesso aos dados fornecidos pelos usuários. Nesse sentido,

existe a possibilidade de os dados dos usuários serem utilizados para finalidades as quais eles não compreendem.

Olhando para os trabalhos científicos disponibilizados nos anais do 3º Fórum de Estudos da Informação, Sociedade e Ciência, encontramos a pesquisa de Gomes e Rodrigues (2020), que discute a relação da privacidade com a ética informacional nos chamados Serviços de Redes Sociais Online (SRSO). Os autores buscam nos termos de uso elementos que contribuam para essa discussão, principalmente porque esses documentos possuem o papel de regulamentar as regras de trocas de informação entre usuários e entre os serviços ofertados pelas SRSO. As mídias sociais analisadas pelos autores foram o Facebook, Instagram, Twitter e LinkedIn e, para a realização da pesquisa, foi utilizada a análise de conteúdo como método.

Estudo similar é apresentado por Oliveira e Rockembach (2021) no 4º Fórum de Estudos de Informação, Sociedade e Ciência, em que buscam analisar as questões dos termos de uso e privacidade em plataformas e o arquivamento da *web*, destacando os aspectos éticos deste processo. A compreensão dos autores reside no fato de que a informação digital é cada vez mais presente no cotidiano social e, desse modo, ver como as iniciativas de arquivamento da *web* lidam com aspectos éticos e legais.

Segundo os autores, a informação está cada vez mais sendo produzida digitalmente e no ambiente *web*, o que gera a necessidade de desenvolver iniciativas de arquivamento, levando em consideração a implementação de políticas de arquivamento, preservação, acesso e uso. Tais iniciativas, compreendem Oliveira e Rockembach (2021), são importantes para o desenvolvimento de atividades no setor cultural e social, bem como para profissionais e acadêmicos que se utilizam do conhecimento produzido no ambiente *web*.

A dissertação de Nunes (2021) analisou 19 plataformas de iniciativas de arquivamento da *web* pertencentes a universidades, bibliotecas e arquivos de diferentes países do globo:

> [...] um Arquivo Nacional (Reino Unido), uma Instituição pública de pesquisa/Universidade (Estados Unidos), uma Biblioteca e Arquivo

> Universitário (Estados Unidos), uma Biblioteca Nacional e Universitária (Croácia), dois Provedores de serviço (Reino Unido), duas Bibliotecas e Arquivo Nacional (Canadá), três Fundações/Organizações sem fins lucrativos (Estados Unidos e Portugal), três Bibliotecas Nacionais (Austrália, Chile e Singapura) e cinco Bibliotecas Universitárias (Estados Unidos) (NUNES, 2021, p. 142).

Sua pesquisa aponta que há uma complexidade na formulação de políticas e iniciativas de arquivamento *web*, principalmente pelas questões éticas envolvidas no processo, sendo esta questão a problemática maior dentre os aspectos não-técnicos previsto por essas políticas (NUNES, 2021). Ao mesmo tempo, a existência de termos de uso, salienta a autora, possibilita a corresponsabilidade entre plataforma e usuário, estabelecendo garantias legais entre as partes. Sobre isso, inclusive, Nunes (2021) aponta que a perspectiva legal é um ponto necessário para o estabelecimento do arquivamento *web*, garantindo segurança à instituição que realiza esse processo, bem como aos autores que terão seus conteúdos preservados e ao usuário que terá garantia de acesso. Em ambos os estudos, trabalho de evento e dissertação desenvolvidos por Nunes e Rockembach (2021) a análise de documentos e de conteúdo foram utilizadas como métodos de pesquisa.

Quando olhamos para as publicações científicas no formato de artigo científico, identificamos alguns estudos, dentre eles o de Ferreira, Pinheiro e Marques (2021). O artigo dos autores foi publicado no periódico Informação & Informação, tendo como metodologia a revisão de literatura sobre a produção científica nacional envolvendo o assunto "termos de uso e políticas de privacidade das redes sociais online". A pesquisa foi desenvolvida utilizando o Portal de Periódicos da CAPES, uma biblioteca virtual que permite acesso a diversas publicações periódicas e a bases de dados de âmbito nacional e internacional.

O estudo dos autores constatou que a temática é trabalhada no Brasil sob diferentes prismas, sobretudo o ético e o legal no âmbito

digital. Em complemento, sinalizam que este artigo visa atender a pesquisa doutoral em que se pretende analisar a adequação de termos e políticas de uso de determinadas mídias sociais à legislação brasileira de proteção de dados. Em suas análises, Ferreira, Pinheiro e Marques (2021, p. 568), apontam que estudos envolvendo "a privacidade de dados pessoais em redes sociais on-line são recentes na literatura acadêmica brasileira principalmente ao abordar os termos de serviço ou termos de uso e as políticas de privacidade dos prestadores de serviços online", ao mesmo tempo em que vêm ganhando destaque no cenário político e social da contemporaneidade.

Em 2021, Silva, Cardoso e Pinheiro (2021) apresentaram, no XXI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB), uma pesquisa que relaciona a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), a política de dados do Facebook com o consentimento do usuário. O método empregado nesta pesquisa foi análise documental a partir da leitura da Política de Dados do Facebook. As autoras identificam que há uma discordância entre a Política de Dados do Facebook com a LGPD, principalmente no que se refere a "autodeterminação informativa, a inviolabilidade da intimidade, da honra e da imagem e o respeito à privacidade" (SILVA; CARDOSO; PINHEIRO 2021, p. 13).

Os autores ressaltam que o documento que versa sobre a política de dados é uma forma utilizada pelo Facebook para estar em consonância com a legislação brasileira, portanto, não há uma preocupação por parte da empresa, em desenvolver um documento claro e transparente sobre como gerenciam os dados e informações de seus usuários, aspecto que nos leva a inferir que o governo brasileiro precisa elaborar outras normativas que deem diretrizes claras sobre a redação dos termos de uso, endossando os fundamentos estabelecidos no Art. 2 da LGPD: "[...] o respeito à privacidade; a autodeterminação informativa; a liberdade de expressão, de informação, de comunicação e de opinião; a inviolabilidade da intimidade, honra e imagem; e os direitos humanos, entre outros" (BRASIL, 2018).

Na mesma edição do ENANCIB é publicado o estudo de Ferreira e Pinheiro (2021) que também aborda a relação da privacidade em ambientes digitais, sobretudo o Facebook. A pesquisa analisa a

adequação dos termos de uso do Facebook a LGPD. Os métodos utilizados pelas autoras são as pesquisas bibliográfica e documental. A partir de suas leituras, as autoras compreendem que há uma discordância entre a adequação dos termos de uso do Facebook com a legislação brasileira. Determinados trechos dos documentos, como os que exigem a concordância dos usuários com os termos de uso, não possuem uma redação clara, não ficando explícito o que de fato se está aceitando ao utilizar os serviços da empresa induzindo, muitas vezes, os usuários ao erro. As autoras também chamam a atenção sobre as características dos termos de uso, as quais são documentos extensos, repetitivos e que dificultam a compreensão de quem o está lendo.

É perceptível, quando analisamos os documentos recuperados, que alguns pontos se sobressaem na discussão, como os dados de pesquisa, a privacidade, os próprios termos de uso e o modo com que as plataformas agem sobre o cotidiano das pessoas. Em paralelo com essas discussões surgem debates sobre os aspectos éticos dessas plataformas e a segurança jurídica que os usuários possuem quando analisados sob a perspectiva da legislação brasileira.

Notamos que outros elementos vinculados aos estudos de internet e plataformas, como a datificação e os algoritmos, ficaram em segundo plano nas abordagens, nos raros casos em que são discutidos. Sobre isso, compreendemos que os estudos aqui analisados tinham por preocupação principal estudar os termos de uso de diferentes plataformas, o que não impede que outras discussões envolvendo esses documentos possam ser realizadas, em especial aquelas que contemplem questões éticas e culturais e suas implicações com as relações sociais vividas pelos indivíduos na sociedade contemporânea.

Nesse sentido, entendemos que os lugares virtuais, as plataformas, se constituem também como "[...] espaços afetivos, estéticos, sociais, históricos: espaços de significação, em geral" (LEVY, 2007, p. 126). Um ciberespaço cujas regras e normas legais, de transparência, de conduta e de civilidade são tênues, como os documentos aqui levantados apontaram. Isso coloca sob risco valores historicamente consagrados, fruto de lutas políticas pela ampliação e garantia de direitos civis, sociais e humanos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do que foi discutido nesta pesquisa, consideramos que as plataformas digitais se mostram como aparatos significativos no desenvolvimento social contemporâneo, influenciando e ditando parâmetros, apesar dos avanços do Marco Legal da Internet e de leis com a LGPD. Nesse sentido, os Termos e Políticas de Uso são importantes documentos que contribuem para que os sujeitos consumidores das plataformas entendam seu funcionamento e serviços ofertados. Entendemos, inclusive, que esses documentos, dada a falta de clareza, deixam opaca a relação de transparência que deveria primar nos contratos firmados entre as empresas e seus consumidores. Trata-se de um modelo de negócio, onde os instrumentos que mediam seu uso dão muito poder para os administradores, sem que os usuários tenham a devida consciência desse fato.

Os Termos de Uso, mesmo nos sendo levados em consideração pela maioria dos usuários (ZUBOFF, 2021), se mostram importantes elementos de pesquisa, evidenciado pelos trabalhos analisados, metodologias empregadas e autores citados, devido à complexidade em que estão envoltos e acabam envolvendo os usuários. Além do mais, esses documentos conseguem exprimir, ainda que de maneira dúbia e pouco transparente, o funcionamento das plataformas e suas intenções para com os usuários, o que é salutar para o desenvolvimento de pesquisas que visem compreender o papel dessas empresas na esfera social, política e econômica, entre outras.

Olhando para as publicações brasileiras de CI sobre a temática, conseguimos observar que existe uma preocupação em compreender as nuances envolvendo as plataformas digitais, principalmente no que se refere às questões éticas, privacidade e segurança dos dados coletados dos usuários. Ao mesmo tempo, percebemos que outros elementos pertencentes aos estudos da internet, como a datificação e os algoritmos, são abordados em poucos trabalhos e, quando apresentados, ocupam um papel coadjuvante na discussão travada pelos autores.

Dessa forma, compreendemos que a relação usuário-plataforma é complexa e exige que esses espaços sejam entendidos como espaços de produção e consumo de informação, mas também como transformadores

das condições materiais à medida que normas e políticas de uso fiquem mais claras e o ciberespaço deixe de um território onde as megas plataformas dominam, cabendo aos estados nacionais e a sociedade civil criar mecanismo mais severos que lhes permitam ter a gerência desse lugar. A CI, enquanto campo científico, se apresenta como um proeminente espaço de investigação sobre a temática dos Termos de Uso e as abordagens e contradições que os cercam, compreendendo que as plataformas são dispositivos de poder capazes de modificar e reformular, não somente a subjetividade-humana, mas todo um contexto histórico e social.

REFERÊNCIAS

BRAGA, K. S. Aspectos relevantes para seleção de metodologia adequada à pesquisa social em Ciência da Informação. In: MUELLER, S. P. M. (Org.). **Métodos para a pesquisa em Ciência da Informação**. Brasília: Thesaurus, 2007, p. 17-38.

BRASIL. **Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018 [LGPD].** Brasília: Presidência da República, 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm. Acesso em: 04 jul. 2022.

BRASIL. **Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 [Marco Civil da Internet]**. Brasília: Presidência da República, 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm. Acesso em: 22 out. 2022.

D'ANDRÉA, C. **Pesquisando plataformas online**: conceitos e métodos. Salvador: EDUFBA, 2020.

D'ANDRÉA, C. Para além dos dados coletados: políticas das APIs nas plataformas de mídias digitais. **Matrizes**, São Paulo, v.15, n. 1, p. 103-122, jan./abr. 2021. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/169488. Acesso em: 29 set. 2021.

DIJCK, J. van; POELL, T.; WAAL, M. de. **The platform society**. Oxford University Press, 2018.

FERREIRA, D. A. A.; PINHEIRO, M. M. K. Análise da adequação dos termos de uso do Facebook à LGPD. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 21, **Anais [...]** Rio de Janeiro: ANCIB/BICT, 2021. Disponível em: https://enancib.ancib.org/index.php/enancib/xxienancib/paper/viewFile/504/353. Acesso em: 30 jun. 2022.

FERREIRA, D. A. A.; PINHEIRO, M. M. K; MARQUES, R. M. Termos de uso e políticas de privacidade das redes sociais on-line. **Informação & Informação**, Londrina, Paraná, v. 26, n. 4, p. 550-574, 2021. Acesso em: https://brapci.inf.br/index.php/res/download/170338. Acesso em: 30 jun. 2022.

GILLESPIE, T. The politics of "platforms". **New Media & Society**, Chicago, v. 12, n. 3, p.347-364, 2010. Disponível em: https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1461444809342738. Acesso em: 03 jul. 2022.

GOMES, A. G.; RODRIGUES, F. A. Serviço de Redes Sociais: potenciais problemas relacionados à privacidade de informações. **Anais [...]** 3 Fórum de Estudos em Informação, Sociedade e Ciência, Porto Alegre: UFRGS, 2020. Disponível em: https://www.ufrgs.br/feisc/index.php/feisc/article/view/53/38. Acesso em: 30 jun. 2022.

LEVY, P. **A inteligência coletiva**. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

MIRANDA, Y. P. de. **Sistemas da internet e a proteção da privacidade do usuário: uma análise a partir dos termos de uso**. 2015. 180 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/7833. Acesso em: 30 jun. 2022.

MIRANDA, Y. P. de; SOUSA, M. R. F. de. Sistemas da internet e a proteção da privacidade do usuário: uma análise a partir dos termos de uso. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, João Pessoa, v. 10, n. 1, p. 029-038, 2015. Disponível em: https://www.pbcib.com/index.php/pbcib/article/view/22965/12742. Acesso em: 30 jun. 2022.

NUNES, L. A. O. **Arquivamento da web**: aspectos éticos e legais no acesso e uso da informação. 2021. 163 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021. Disponível em: http://hdl.handle.net/10183/225481. Acesso em: 30 jun. 2022.

OLIVEIRA, L.; ROCKEMBACH, M. Análise de conteúdo de termos de uso e políticas de privacidade de arquivos da web. **Anais [...]** 3 Fórum de Estudos em Informação, Sociedade e Ciência, Porto Alegre: UFRGS, 2021. Disponível em: https://www.ufrgs.br/feisc/index.php/feisc/article/view/91. Acesso em: 30 jun. 2022.

RODRIGUES, F. A. **Coleta de dados em redes sociais**: privacidade de dados pessoais no acesso via Application Programming Interface. 2017. 679 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista Marília, São Paulo, 2017. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/handle/11449/149768. Acesso em: 30 jun. 2022.

RODRIGUES, F. A.; SANT'ANA, R. C. G. Uso de taxonomia sobre privacidade para identificação de atividades encontradas em termos de uso de redes sociais. In: CONGRESSO ISKO, 12 y CONGRESO ISKO ESPAÑA-PORTUGAL 2, Murcia, 2015, **Organización del conocimiento para sistemas de información abiertos.** Murcia: Universidad de Murcia. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/294728457_Uso_de_taxonomia_sobre_privacidade_para_identificacao_de_atividades_encontradas_em_termos_de_uso_de_redes_sociais. Acesso em: 30 jun. 2022.

SILVA, S. A. A.; CARDOSO, A. M. P.; PINHEIRO, M. M. K. Lei Geral de Proteção de Dados e consentimento: uma análise da política de dados do Facebook. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 21, Rio de Janeiro, 2021.**Anais [...]** Rio de Janeiro: ANCIB/BICT, 2021. Disponível em: https://enancib.ancib.org/index.php/enancib/xxienancib/paper/viewFile/229/348. Acesso em: 30 jun. 2022.

ZUBOFF, S. **A era do capitalismo de vigilância**: a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2021.

SEÇÃO II .
Dimensões Teóricas e Epistemológicas da Ciência da Informação

TEMÁTICAS DE PESQUISA NO DOUTORADO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO NO BRASIL: UMA ANÁLISE REFERENCIADA NOS PARADIGMAS DE CAPURRO

RESEARCH THEMES IN THE DOCTORATE IN INFORMATION SCIENCE IN BRAZIL: A REFERENCED ANALYSIS IN CAPURRO'S PARADIGMS

Silvio Marcos Dias Santos
silviosantos@id.uff.br

Elisabete Gonçalves de Souza
elisabetegs@id.uff.br

Resumo: O presente estudo visou conhecer as temáticas arroladas nos cursos de doutorado dos Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação no Brasil, buscando construir diálogos com os paradigmas físico, cognitivo e social, esquematizados por Rafael Capurro. O universo delineado foi as teses defendidas pelos 11 programas ministrados por Instituições de Ensino Superior públicas no país; a seleção rastreou a produção desde 1994, quando ocorreu a primeira defesa, até o ano de 2019. A abordagem quanti-qualitativa e exploratória teve como método a observação indireta, cuja fonte de coleta foram os repositórios institucionais e, também, informações constantes nas páginas oficiais dos respectivos programas. A perspectiva foi observar os sujeitos / objetos e as abordagens como potencial indicador nos rumos da pesquisa em Ciência da Informação. Concluiu-se que os paradigmas de Capurro seguem servindo como parâmetro para escrutinar as temáticas de pesquisa no campo da Ciência da Informação e também que entre eles há uma patente predisposição ao diálogo, apontando para percursos discursivos que ampliam o leque de possibilidades temáticas pautadas na pluralidade paradigmática, envolvendo a diversidade de aspectos atinentes à informação, seus

sistemas, usos e usuários, em uma dialogia que retroalimenta a pesquisa da área mediante a tessitura de contribuições para a consolidação de seus fundamentos teóricos, epistemológicos e sociais, bem como para o fortalecimento das práticas profissionais.

Palavras-Chave: Doutorado em ciência da informação no Brasil; Teses de doutorado em ciência da informação no Brasil; Paradigmas de Capurro.

Abstract: The present study aimed to know the themes listed in the doctoral courses of the Postgraduate Programs in Information Science in Brazil, seeking to build dialogues with the physical, cognitive and social paradigms, outlined by Rafael Capurro. The universe outlined was the theses defended by the 11 programs taught by public Higher Education Institutions in the country; the selection tracked the production from 1994, when the first defense took place, until the year 2019. The quantitative-qualitative and exploratory approach used indirect observation as a method, whose collection source was institutional repositories and also information contained in the pages officials of the respective programs. The perspective was to observe the subjects / objects and the approaches as a potential indicator in the directions of research in Information Science. It was concluded that Capurro's paradigms continue to serve as a parameter to scrutinize research themes in the field of Information Science and also that among them there is a clear predisposition to dialogue, pointing to discursive paths that expand the range of thematic possibilities based on plurality. paradigmatic, involving the diversity of aspects related to information, its systems, uses and users, in a dialog that feeds back the research in the area through the weaving of contributions for the consolidation of its theoretical, epistemological and social foundations, as well as for the strengthening of the professional practices.

Keywords: Doctorate in information science in Brazil; Doctoral theses in information science in Brazil; Capurro’s paradigms.

1. INTRODUÇÃO

A Ciência da Informação, doravante neste trabalho também abreviada como CI, se inscreve no cenário das ciências sociais aplicadas. É uma área do conhecimento instituída para atuar no campo da informação, na perspectiva da pesquisa científica, pensando e tratando as diversas propriedades que a envolvem, seus paradigmas, domínios e regimes.

A pesquisa teve como campo empírico os Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação, ministrados nas Instituições de Ensino Superior (IES) públicas. Buscou evidenciar os enfoques temáticos presentes nas teses defendidas nos doutorados em CI brasileiros. Intentou-se, à luz dos paradigmas esquematizados por Rafael Capurro para a CI, - Físico, Cognitivo e Social, identificar qual a predominância de abordagens na produção científica dos respectivos egressos, desde 1994, quando foi defendida no Programa do IBICT/UFRJ a primeira tese da área.

O estudo trabalhou com o pressuposto de que há uma patente predisposição de relação entre os paradigmas postulados por Capurro se entrecruzando nos estudos da CI, expressos pelos temas, objetos e sujeitos mobilizados nos estudos da área. Para averiguar a proposição aventada buscou-se investigar as perspectivas temáticas da CI no Brasil enquanto marcos e influências, referenciais de trajetória, desenvolvimento e perspectivas de pesquisa à luz dos paradigmas de Capurro. De modo mais específico, buscou-se conhecer os PPGCI e, mediante amostra, as temáticas das teses defendidas no período entre 1994 e 2019.

A abordagem aplicada foi a Análise de Conteúdo, técnica que reúne um conjunto de dispositivos "[...] que permitem a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção das mensagens" (BARDIN, 2011, p. 48). Tal metodologia de análise se aplica a qualquer tipo de documento e atende ao objetivo de dar a conhecer não apenas quem comunica, mas o porquê e para quê. O interesse não está na descrição dos conteúdos, mas sim no que estes podem demostrar depois de serem analisados, categorizados e classificados.

Na análise das teses procurou-se identificar as possíveis aproximações temáticas de seus sujeitos e objetos como os paradigmas físico,

cognitivo e/ou social e os atravessamentos das abordagens, ideia-força que tensionava a proposição levantada, dada a característica interdisciplinar dos estudos da informação.

O esforço científico se justificou tendo em vista a constante necessidade de se apreender o lugar da pesquisa em CI no processo conjuntural de desenvolvimento da área no contexto da sociedade brasileira, regional e nacional; também, pela importância da meta pesquisa, enquanto um exame do comportamento temático do campo a partir da pesquisa e seus atores, visto que são importantes indicativos que retroalimentam a área, seja no âmbito do ensino, da pesquisa e do próprio contexto profissional.

2. A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E OS PARADIGMAS DE CAPURRO

Fazer ciência exige a escolha de um determinado fato, a sua observação cuidadosa a partir de um método objetivo e a busca por compreendê-lo através da exploração dos fenômenos que o envolvem. Através da ciência não apenas desbravam-se fenômenos, mas, igualmente, realizam-se estudos e descobertas passíveis de produzir novas abordagens para um campo. Dos estudos científicos espera-se não somente a possibilidade de elaborar explicações para fenômenos, mas, também, a partir de experiências e observações sistemáticas, a condição de contribuir para a estruturação e ordenamento do processo de elaboração do saber em determinada área do conhecimento.

2.1. A Pesquisa na Ciência da Informação

Estudos sobre a pesquisa em Ciência da Informação (CI), em especial por sua ainda curta trajetória, concorrem para o entendimento do seu ethos no universo das ciências. Pesquisar sobre pesquisas realizadas na área é perscrutar a solidez do seu domínio. Oliveira, (2001, p. 143) dá o tom para o início desse estudo, quando afirma que "[...] um dos desafios que hoje se apresenta para a Ciência da Informação é o de desenvolver a capacidade de refletir e teorizar sobre suas práticas para, assim, construir conhecimentos". Nessa assertiva, o autor destaca como

um grande desafio para a CI conhecer-se a si mesma e a sua vocação entre as ciências como um requisito fundamental para a área no processo de elaboração de novos conhecimentos.

O termo Ciência da Informação foi introduzido nos Estados Unidos, na década de 1960, como o campo interdisciplinar do conhecimento que, segundo Borko (2006) "[...] estuda as propriedades e o comportamento da informação, as forças que dirigem o fluxo e o uso da informação e as técnicas, tanto manuais quanto mecânicas, de processar a informação visando à sua armazenagem, recuperação e disseminação" (BORKO, 1968 *apud* FREIRE, 2006). Nessas palavras o autor sintetiza a razão de ser que deu origem à CI e a alguns dos seus principais objetos de estudo.

Ao abordar a razão da existência e da evolução da CI Saracevic (1996, p. 42), assevera que "[...] juntamente com muitas outras disciplinas, a CI é uma participante ativa e deliberada na evolução da sociedade da informação". Segundo o autor, a CI teve e tem uma atribuição deveras importante a desempenhar, considerando a sua forte dimensão social e humana, que vai além da tecnológica.

Dada à complexidade de seu objeto, investigações que analisam a prática da pesquisa em Ciência da Informação buscam compreender as diferentes facetas de seu objeto face à dinâmica da informação no contexto da sociedade moderna. Agenciada pelos exponenciais avanços tecnológicos e pelas novas agendas da sociedade, urge à CI empenhar-se na formação de profissionais e de pesquisadores que contribuam efetivamente para a consolidação do seu campo epistemológico e, igualmente. para o fortalecimento de seus pilares em torno daquilo que é seu principal objeto: a informação científica. E além desse objeto principal, a CI, inserida na sociedade, não pode desprezar outros objetos tal-qualmente importantes, dentre os quais a cultura, a memória, a documentação, o usuário e, enfim, todas as políticas, propriedades e paradigmas que orbitam a informação.

2.2. Sujeitos / Objetos e os Paradigmas

As teses de doutorado, inequivocamente, representaram um canal passível de testemunhar o abrangente escopo de interesses científicos que permeiam o campo. Partindo da concepção de sujeitos / objetos nas pesquisas da CI, o grande desafio foi aproximá-los paradigmaticamente, buscando reconhecê-los e ao mesmo tempo perceber as interlocuções entre os paradigmas. Um estudo que aborda os paradigmas de Capurro, explica que "[...] as várias vertentes que influenciaram o desenvolvimento da Ciência da Informação, acabaram por delimitar paradigmas epistemológicos distintos, embora inter-relacionados e complementares" (ALMEIDA *et al.,* 2007, p. 18).

O paradigma físico se caracteriza especialmente por abordagens orientadas às dimensões técnicas dos sistemas, seus requisitos e funcionalidades. O paradigma cognitivo é reconhecido a partir de abordagens centradas em modelos mentais, sobretudo a partir dos anos de 1980, quando o foco se voltou para a recuperação da informação pelos usuários. Parte da valorização dos mecanismos mentais representados nos sistemas de informação, como modo de promover à interação do usuário no processo de recuperação da informação. Finalmente, o paradigma social, cuja abordagem é orientada no usuário entendendo-o como um ser histórico e social. abandonando "[...] a busca de uma linguagem ideal para representar o conhecimento ou para modelar a recuperação da informação, como aspiravam os paradigmas físico e cognitivo" (CAPURRO, 2003, p.9). passa a levar em consideração os interesses dos usuários nos processos de mediação, a partir da valorização das diferenças humanas, sociais, econômicas, políticas e culturais.

Para cada tipo de paradigma há uma representação do sujeito. Rabello (2013, p. 57) chama a atenção para as diferentes perspectivas e assinala que o processo investigativo da CI "[...] admite construções teóricas influenciadas pelas dimensões objetiva e/ou subjetiva e/ou social de informação".

Detalhando a metodologia para um estudo que desenvolveu buscando identificar o lugar do sujeito nas abordagens da CI, Rabello (2013) aponta como um modelo de sistematização na investigação

sobre a identificação do sujeito na CI três dimensões possíveis: a objetiva, a subjetiva e a dimensão social da informação. Para o autor,

> [...] [a] acepção de informação em três dimensões possibilitou identificar o lugar do sujeito – em particular, daquele que usa a informação – e as possíveis motivações informacionais a ele atribuídas. Tendo por fundamento tais dimensões, foi possível visualizar aspectos que definem o usuário como repositório (container) de informação ou "autômato" do sistema, como singularidade cognitiva ou como ator cognitivo-social (RABELLO, 2013, p. 57).

Note-se a congruência entre as categorias estudadas por Rabello (2013) com a discussão sobre os paradigmas assinalados por Capurro para a CI. O autor associa ao paradigma físico à dimensão objetiva. À perspectiva subjetiva relaciona-se ao paradigma cognitivo. Já a perspectiva colocada como a terceira dimensão, pragmática, reporta-se ao paradigma social.

A perspectiva da dimensão objetiva, conforme assinala Rabello (2013, p. 58) considera a "teoria matemática da informação", de Claude E. Shannon e Warren Weaver, em suas formulações teóricas sobre esquemas e dispositivos de recuperação de informação. Sobre o lugar do sujeito nesta dimensão o autor explica que esse ocupa um espaço secundário, sendo visto como um receptor passivo, tal como se fosse apenas mais um integrante de um sistema, cujo valor central é a mensagem.

No que se refere à dimensão subjetiva, o autor (2013, p. 58), recorrendo a proposições como as de Nicholas J. Belkin, em seus 'estados anômalos do conhecimento', e a Bertram C. Brookes, e seu conceito de "mentalismo", enfatiza o sujeito ocupando uma outra condição, na qual assume o papel de agente de sentido para a informação. Segundo Rabello (2013, p. 58) "[...] nesta dimensão, a individualidade do sujeito é sobressaltada de modo subjetivista, que enfatiza a interpretação isolada do profissional de informação ou do usuário descontextualizada

socialmente". Tendo o sistema de informação o lugar central dessa dimensão, o sujeito é concebido como "[...] uma singularidade cognitiva". (RABELLO, 2013, p. 59).

Sobre a terceira dimensão – social "[...] O questionamento das regularidades psicológicas é o ponto de partida da dimensão social, [e] que encontra lugar no pensamento de autores como Bernd Frohmann, Birger Hjorland, Reijo Savolainen, dentre outros" (RABELLO, 2013, p. 58). Nesta dimensão o autor escreve que

> [...] a produção de sentido isolada do sujeito se desloca em direção à valorização da construção de conhecimento considerando a relação entre sujeitos, num determinado contexto social. Nesse prisma, o uso e a validação da informação, pressupostos para a produção e apropriação de conhecimento são considerados pragmaticamente na relação entre sujeitos, cujas ações são socialmente referidas. O sujeito é concebido como um ator cognitivo-social (RABELLO, 2013, p. 59).

Ainda sobre a terceira dimensão, o autor (2013, p. 59). explica que nesta a relação entre linguagem, processo comunicativo e as distintas institucionalidades em que a informação pode ser agenciada entram em cena. Assim, o lugar do sistema de informação perde a centralidade e o sujeito assume o papel de ator cognitivo e social no processo de produção e apropriação da informação e do conhecimento.

As três dimensões ou paradigmas mencionados serão objeto de exploração mais à frente. Todavia, entende-se que será o olhar sobre o sujeito nas abordagens das teses que permitirá comprovar a hipótese da 'Inter existência' dos três paradigmas, enquanto dimensões que se entrecruzam nos estudos da CI.

2.3. O estudo dos programas e teses

Foram estudados 11 Programas de Doutorado em Ciência da Informação, distribuídos pelo Brasil que contavam com teses defendidas (Cf. Quadro 1). Buscou-se, fundamentado pelas reflexões feitas na revisão de literatura, apreender e interpretar a realidade global identificada ao longo do estudo dos programas de doutorado no Brasil; assim, dedicada à verificação e relacionamentos entre os programas, seguiu-se investigando os índices de semelhanças e diferenciais do conjunto dos atores e pesquisas envolvidos, num exercício de reconhecimento do lugar dos paradigmas físico, cognitivo e social nas abordagens da área.

Quadro 1. Doutorado em Ciência da Informação no Brasil (1994-2019)

Região	Instituição	Programa	Data de criação	Quantidade
Sudeste	IBICT/UFRJ	PPGCI	1992-2003 / 2009	7
	IBICT/UFF	PPGCI	2003-2008	
	UFF	PPGCI	2015	
	UFMG	PPGCI	1997	
		PPG-GOC	2015	
	ECA-USP	PPGCI	2006	
	UNESP-Marília	PPGCI	2007	
Nordeste	UFBA	PPGCI	2011	2
	UFPB	PPGCI	2012	
Sul	UFSC	PGCIN	2013	1
Centro-oeste	UNB	PPGCINF	1992	1
TOTAL DE PROGRAMAS				**11**

(Fonte: elaboração própria)

Na sequência, passou-se a analisar sobre as áreas de concentração e linhas de pesquisa, enquanto fatores que identificaram os princípios temáticos norteadores dos cursos estudados. Seus elementos permitiram observar a diversidade possível de abordagens; suas respectivas ementas cobrem aspectos sociotécnicos, epistemológicos, culturais,

políticos e econômicos da informação. A interdisciplinaridade, enquanto propriedade nata da CI, visivelmente norteou as áreas de concentração dos cursos e suas respectivas linhas de pesquisa, conforme os elementos que compuseram os escopos em cada um dos 11 programas analisados (conforme Quadro 2).

Quadro 2. Programas, Áreas de Concentração e Linhas de Pesquisa

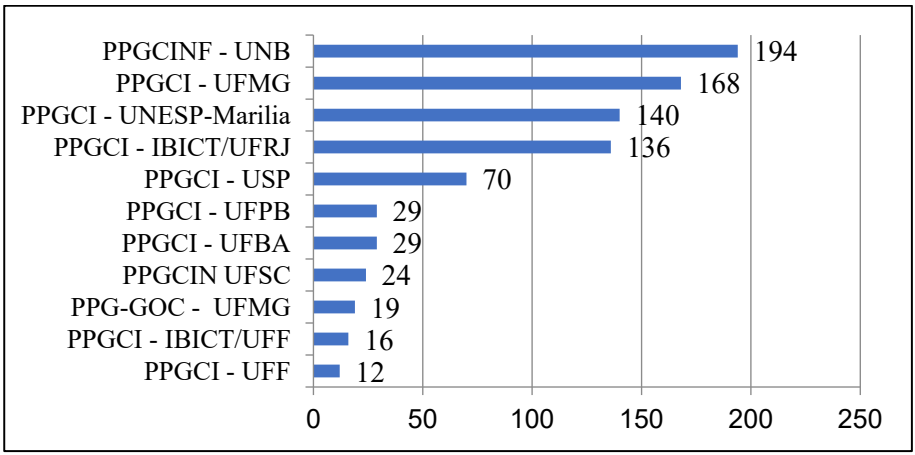
Programa	Áreas de concentração	Linha 1	Linha 2	Linha 3	Linha 4
PPGCI IBICT/UFRJ	Informação e mediações sociais e tecnológicas para o conhecimento	Comunicação, organização e gestão da Informação e do conhecimento	Configurações socioculturais, políticas e econômicas da Informação	-	-
PPGCI IBICT/UFF	-	Epistemologia e interdisciplinaridade na Ciência da Informação	Representação, gestão e tecnologia da informação	-	-
PPCGI UFF	Dimensões contemporâneas da Informação e do conhecimento	Informação, cultura e sociedade	Fluxos e mediações sociotécnicas da informação	-	-
PPCGI UFMG	Informação, mediações e cultura	Memória social, patrimônio e produção do conhecimento	Políticas públicas E organização da informação e usuários	Gestão do conhecimento e práticas informacionais	-
PPG-GOC UFMG	Representação do conhecimento	Arquitetura e organização do conhecimento (AOC)	Gestão e tecnologia da informação e comunicação (GETIC)	-	-
PPGCI USP	Cultura e informação	Apropriação social da informação	Gestão de dispositivos de informação	Organização da informação e do conhecimento	-

PPGCI UNESP	Informação, tecnologia e conhecimento	Informação e tecnologia	Produção e organização da Informação	Gestão, mediação e uso da informação	-
PPGCI UFBA	Informação e conhecimento na sociedade contemporânea	Políticas, tecnologias da informação	Produção, circulação e mediação da informação	-	-
PPGCI UFPB	Informação, conhecimento e sociedade	Ética, gestão e políticas de informação	Produção, circulação e mediação da informação	Organização, acesso e uso da informação	-
PPGCIN UFSC	Gestão da informação	Organização, representação e mediação da Informação e do conhecimento	Informação, comunicação científica e competência	Dados, inteligência e tecnologia	Gestão da informação e do conhecimento
PPGCINF UNB	Gestão da informação	Organização da informação	Comunicação e mediação da informação	-	-

(Fonte: elaboração própria)

Tendo os programas de doutorado e suas respectivas teses como fator de investigação, procurou-se desenvolver análises, do ponto de vista global, em relação às pesquisas envolvidas no estudo. Somou-se a oportunidade de analisar os dados obtidos à faculdade de estabelecer cruzamentos com as fundamentações teóricas cotejadas na revisão de literatura, as quais foram cruciais para reconhecer e interpretar a realidade da CI pela janela dos programas de doutorado e dos estudos científicos desenvolvidos por seus atores. A soma das teses defendidas entre 1994 e 2019 nos programas estudados totalizou 842 defesas, assim distribuídas:

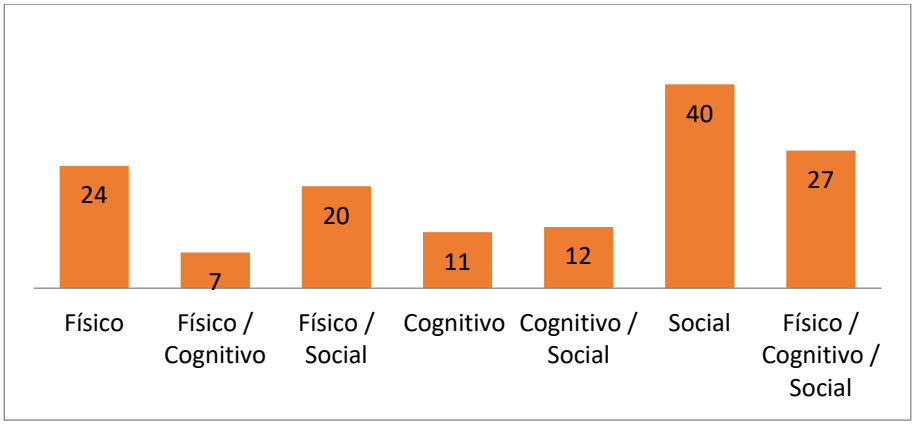
Gráfico 1. Teses defendidas nos programas de CI entre 1994 e 2019



(Fonte: elaboração própria)

Das 842 teses defendidas (Gráfico 1) foi selecionada uma amostra composta de 16% do total, o que significou 141 teses. Considerando 10% para os programas que contavam com mais de 50 defesas e 50% dentre os que possuíam menos de 50. O referencial de coleta foram os repositórios institucionais. Procurou-se selecionar entre as primeiras e as últimas teses defendidas, substituindo aquelas que não foram localizadas pelas imediatamente próximas. Feito o estudo individual do conteúdo de cada uma das teses selecionadas para a amostra, escrutinadas a partir dos títulos, das três palavras-chave mais recorrentes, de seus resumos, introdução e conclusão, identificaram-se os sujeitos / objetos e também as perspectivas de abordagem, atribuindo-se o(os) paradigma(s) que mais se aproximava(m) com base nos conceitos acumulados sobre esses. Como resultado desse exercício obteve-se o retratado no Gráfico 2.

Gráfico 2. Predominâncias paradigmáticas nas teses em CI no Brasil



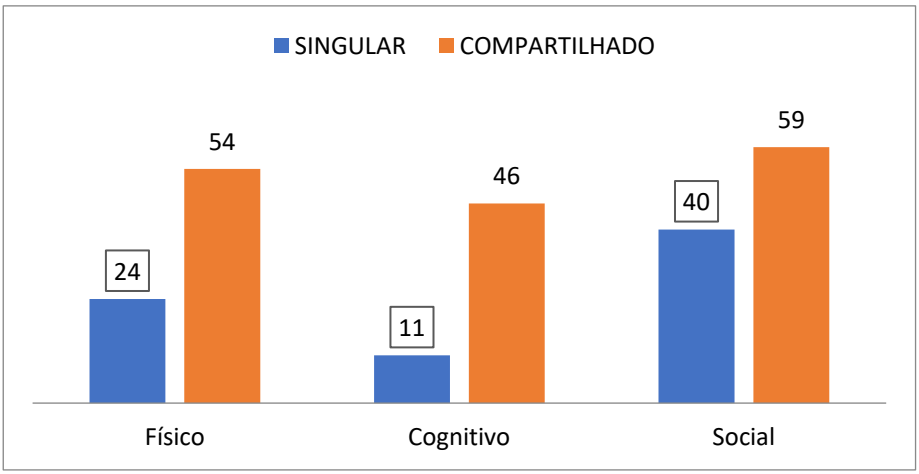
(Fonte: elaboração própria)

O primeiro axioma e, talvez, o mais importante que fora observado acerca dos paradigmas foi o de que, atualmente, as fronteiras específicas de cada paradigma não apenas se tocam como se atravessam em um movimento dialético que tem provocado relacionamentos entre sujeitos / objetos que transitam entre os três paradigmas; pautado nessa realidade, o constructo discursivo da CI avançou, demonstrando que não há demarcações inflexíveis, uma vez que o documento e a informação não existem sem o sujeito e, também, que é esse último que lhe imprime o sentido. Assim, os paradigmas se apresentaram tão somente para sistematizar o debate epistemológico da área, em cujos fundamentos residem as faculdades primordiais da interdisciplinaridade.

Concordando com Saracevic (2006, p. 42), a respeito da ideia de uma CI "[...] ativa e em deliberada evolução", as progressivas remodelagens paradigmáticas vistas tanto na literatura da área quanto nos sujeitos / objetos e nas perspectivas de abordagens presentes nas pesquisas analisadas confirmaram a dinâmica natural que é comum a qualquer paradigma. Tal movimento se explica, não somente pelos progressos tecnológicos, mas também pelas novas configurações socioculturais e de demandas que continuamente impactam os estudos no âmbito da sociedade da informação.

No Gráfico 3 observou-se a proporção em que os paradigmas dialogavam (compartilhavam abordagens) comparando-os em relação aos trabalhos em que predominavam de forma singular.

Gráfico 3 – Paradigmas: ocorrências singular e compartilhada nas teses



(Fonte: elaboração própria)

No computo global, o paradigma social pontuou exponencialmente, seja enquanto o predominante ou em articulação com os demais, destacando o prevalente lugar social da CI, bem como a importância de seu constructo teórico-metodológico para estudos informacionais que envolvem a dimensão social das questões técnica, tecnológica e cognitivas dos sistemas de informação, especialmente no que diz respeito à produção de linguagens artificiais, o que se mostra extremamente relevante tendo em vista o avanço vertiginoso das tecnologias de internet, das linguagens de máquina e seus algoritmos e o impacto de tudo isso na vida das pessoas, instituições, governos etc.

O reconhecimento do paradigma social se fez fundamental, à medida que ampliou as possibilidades de intervenção teórico epistemológica e consolidou o lugar social da CI. Tal ampliação significou a inclusão do sujeito humano, o usuário da informação, no centro do debate do campo.

Os estudos envolvendo os usuários passaram a considerar os diversos aspectos que os vinculam ao mundo da informação, significando um grande marco na organização epistemológica e discursiva do campo. González de Gómez e Rabello (2017) o paradigma se situa como "[...] uma alternativa com vistas ao estabelecimento de novas conexões com objetos de estudos consolidados ou até mesmo visando abrir a possibilidade de criação de outros objetos ou de distintos – ou até então improváveis – horizontes interpretativos" (GONZÁLEZ DE GÓMEZ; RABELLO 2017, p. 25). Constata-se que o paradigma social dá conta de ampliar a CI por infindáveis possibilidades, rompendo com o universo cartesiano e positivista de estudar a informação, cujas pautas eminentemente técnicas ocupavam-se em mensurações fundadas na lógica e nas generalidades.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quanto a extensão do repertório acumulado, é importante salientar que o propósito não deu conta de esgotar tudo o que foi possível apreender durante a coleta e os estudos realizados. Assim, apesar do volume de dados aqui expostos e analisados, os limites dos delineamentos metodológicos, da imperiosidade do tempo e também das condições objetivas para a realização da pesquisa, não permitiram o esgotamento de todas as possibilidades que a temática suscitou. Todavia, contentou-se com a ideia, apoiada em Gil (1999) acerca do modelo qualitativo adotado para a pesquisa: se quis apenas proporcionar uma visão geral do tipo aproximativa acerca dos programas de Pós-graduação em CI no Brasil. Para tanto se examinou a questão da pesquisa no âmbito do referido domínio, com foco especial para as temáticas das teses e de seus respectivos conteúdos. A análise da seleção realizada deu-se à luz dos paradigmas físico, cognitivo e social esquematizados por Capurro, observada a relevância do referido referencial, enquanto contribuição para a organização epistemológica do campo.

Quanto aos marcos institucionais, não se pretendeu realizar um estudo histórico sobre a origem dos programas e de suas respectivas instituições, pois extrapolaria o propósito da pesquisa; nesse particular, apenas focou-se em dados relevantes para a compreensão de sua

estrutura e evolução enquanto ferramentas adicionais para a análise central da investigação.

As linhas de pesquisa de cada um dos programas foram importantes e em muito auxiliaram na concretização do estudo. Acredita-se que as teses agrupadas por temáticas, refletiram os paradigmas reconhecidos pela área. As escolhas discentes relacionadas às linhas de pesquisa presentes nos programas representaram alternativas que puderam lograr importantes subsídios a revelar temáticas de pesquisa perpendiculares no campo. Também, permitiram perceber diversas possibilidades de análises acerca das perspectivas postas para a área, cujos domínios perscrutam abordagens que perpassam questões físicas, cognitivas e sociais.

Creditou-se a importância do estudo ao potencial papel de contribuir na constituição de uma matriz metodológica capaz de mapear, evidenciar e subsidiar análises sobre os enfoques postos para a área da CI. A apropriação dos paradigmas como recurso teórico-metodológico ajudou a identificar as intersecções teóricas inerentes às abordagens tecnicista, cognitivista e social presentes nas teses defendidas no âmbito dos programas estudados.

Atentar que os paradigmas não são excludentes, mas que se complementam, foi a contribuição que essa pesquisa trouxe, desnaturalizando uma visão mecanicista, intrinsecamente associada ao conceito de paradigma, de que a superação de um leva a negação dos outros.

Os elementos que compuseram o presente estudo se atravessaram na busca por entender, à luz das contribuições de Capurro, como a CI no Brasil vem construindo suas relações paradigmáticas a partir das três instâncias que epistemologicamente orientaram e seguem orientando suas reflexões: as questões de ordem técnica e ou tecnológica, em sua maioria, abarcadas pelo paradigma físico; as de organização e recuperação da informação, especialmente cobertas pelo paradigma cognitivo; as sociais, que tensionam todas as relações paradigmáticas e que se impõem como um dos aspectos mais relevantes nos estudos contemporâneos da CI, qualificando suas aplicações nos contextos das relações sociais e humanas e das mediações sociotécnicas que envolvem os estudos da informação e comunicação.

A pesquisa evidenciou um crescente interesse por temáticas que envolvem aspectos informacionais fundados nas políticas públicas e governamentais, bem como em questões socioculturais. Sucessivas temáticas envolveram a responsabilidade social da informação, culminando por confirmar a proposição de que há lugar para tratamentos temáticos que sugiram predominância de um único paradigma, seja físico, cognitivo ou social, mas também uma predisposição a abordagens em que esses se associam e se completam.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Daniele Pereira dos Reis. et al. Paradigmas contemporâneos da ciência da informação: a recuperação da informação como ponto focal. **Revista Eletrônica Informação e cognição**, [Marília, SP], v. 6, n.1, p. 16-27, 2007.] Disponível em https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/reic/article/view/745 . Acesso em: 12 jun.2021.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Ed. rev. e atual. São Paulo: Edições 70, 2011.

CAPURRO, Rafael. Epistemologia e ciência da informação. In: **ENANCIB**, 5, 2003, Belo Horizonte. Anais eletrônicos... Belo Horizonte: ANCIB, 2003. Disponível em: http://www.capurro.de/enancib_p.htm . Acesso em: 22 de maio de 2019.

FREIRE, Gustavo Henrique. Ciência da informação: temática, histórias e fundamentos. **Perspect. ciênc. inf.**, Belo Horizonte, v.11 n.1, p. 6-19, jan./abr. 2006. Disponível em: https://brapci.inf.br/index.php/res/v/35812 . Acesso em: 12 jun.2021.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, maria Nélida; RABELLO, Rodrigo. Agentes, intermediações e institucionalidades: apontamentos acerca de um mosaico interpretativo no campo informacional. In: GONZÁLEZ DE

GÓMEZ, M N; RABELLO, R. (Orgs.). **Informação: agentes e intermediação**. Brasília/DF: IBICT, 2017. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/24669/1/LIVRO_InformacaoAgentesIntermidacao.pdf . Acesso em: 10 jul. 2022.

OLIVEIRA, Marlene. de. A pesquisa científica na ciência da informação: análise da pesquisa financiada pelo CNPq. **Perspect. Cienc. inf.**, Belo Horizonte, v. 6, n. 2, p. 143 -156, jul. / dez. 2001. Disponivel em: https://www.periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/23376 . Acesso em: 22 de maio de 2019.

RABELLO, Rodrigo. Noções de sujeito em modelos teóricos na ciência da informação: do enfoque no sistema à consideração da agência em contexto. **Inf. & Soc.:Est.**, João Pessoa, v.23, n.3, p.57-71, set./dez. 2013. Disponível em: https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/15144 . Acesso 15 jul. 2022.

SARACEVIC, Tefko. Ciência da informação: origem, evolução e relações. **Perspec. Ci. Inf.**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, jan./jun. 1996. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/22308 . Acesso em:10 jul. 2022.

REPRESENTAÇÃO DO CONHECIMENTO ORIUNDO DE COOPERAÇÃO: BASES TEÓRICAS

KNOWLEDGE REPRESENTATION ARISING FROM COOPERATION: THEORETICAL BASIS

Nina Gomes Sobral Barcellos D'Almeida
ninabarcellos@id.uff.br

Linair Maria Campos
lmcampos@id.uff.br

Resumo: Frente ao desenvolvimento da interdisciplinaridade como abordagem cooperativa para a produção do conhecimento, envolvendo comunidades distintas e objetos compartilhados, objetiva-se identificar bases teóricas para elaboração de sistemas de organização do conhecimento visando a representação de objetos de fronteira a partir de uma perspectiva fenomênica. A pesquisa é classificada como qualitativa, exploratória, realizada através de levantamento bibliográfico e utiliza a técnica de Análise de conteúdo. Como resultado é apresentado um quadro sistemático evidenciando cada base teórica do conjunto investigado, assim como a influência de cada uma na representação do conhecimento oriundo de trabalho cooperativo e na elaboração de instrumentos de organização do conhecimento. Observa-se que a Teoria dos Objetos de Fronteira quando aliada à abordagem onomasiológica, à Teoria do Conceito de Dahlberg e à Classificação de Níveis Integrativos conforme Gnoli, formam um conjunto teórico-metodológico frutífero para elaboração de sistemas de organização do conhecimento, respeitando as perspectivas das diferentes comunidades envolvidas, identificando possíveis objetos compartilhados e de acordo com uma perspectiva ecológica.

Palavras-Chave: Representação do conhecimento; Sistemas de organização do conhecimento; Interdisciplinaridade.

Abstract: Faced with the development of interdisciplinarity as a cooperative approach to the production of knowledge, involving distinct communities and shared objects, the objective of this work is to identify theoretical bases for the elaboration of knowledge organization systems aiming at the representation of boundary objects from a phenomenical perspective. The research is classified as qualitative, exploratory, carried out through a bibliographic survey and using the content analysis technique. As a result, a systematic table is presented showing each theoretical basis of the investigated set, as well as the influence of each one in the representation of knowledge arising from cooperative work and in the elaboration of knowledge organization instruments. It is observed that the Theory of Boundary Objects, when combined with the onomasiological approach, Dahlberg`s Concept Theory and the Classification of Integrative Levels according to Gnoli, form a fruitful theoretical-methodological set for the elaboration of knowledge organization systems, respecting the perspectives of the different communities involved, identifying possible shared objects and according to an ecological perspective.

Keywords: Knowledge representation; Knowledge organization systems; Interdisciplinarity.

1. INTRODUÇÃO

Sabe-se que o século XIX foi marcado pela expansão do trabalho científico (MINAYO, 1994), foi o momento de definição dos espaços, da dissociação das partes para melhor defini-las (LIMA; AZEVEDO, 2013). Isso levou os pesquisadores a se entrincheirarem nas suas especialidades ou subespecialidades, compartilhando conhecimentos apenas no interior de um círculo muito específico e restrito (LEIS, 2005). A partir do momento que se constatou que a delimitação e a restrição das áreas do conhecimento não dariam conta de responder às novas inquietações, abriu-se espaço para a construção de um novo paradigma de produção de conhecimento, a interdisciplinaridade (LIMA; AZEVEDO, 2013). Assim, a interdisciplinaridade entrou no vocabulário

da investigação científica e dos novos modelos de comunicação entre pares (POMBO, 2004).

Segundo Luck (1994), a interdisciplinaridade pretende superar a fragmentação do conhecimento e para tanto necessita de uma visão em conjunto para que se estabeleça a coerência na articulação dos conhecimentos. A interdisciplinaridade, segundo Szostak, Gnoli e López-Huertas (2016) pode ser definida pelas seguintes características: 1) aborda questões (problemas, temas) que são (ou pelo menos podem ser) abordadas por diversas disciplinas (ou comunidades de conhecimento); 2) busca integrar insights de várias disciplinas visando uma compreensão de uma questão particular; 3) é aberta a teorias, métodos, perspectivas filosóficas e tipos de dados utilizados em diferentes disciplinas (SZOSTAK, GNOLI, LÓPEZ-HUERTAS, 2016, p. 1).

Através da interdisciplinaridade foi possível ampliar a atuação de cada domínio de conhecimento, assim como diversas áreas começaram a atuar sobre o mesmo objeto de estudo, com objetivos que se tangenciam, porém com pontos de vistas diferentes, implicando na colaboração entre pessoas com diferentes formações e vocabulários. Os objetos de conhecimento são, nesse contexto, observados por diferentes comunidades, que podem possuir diferentes formas de significar esses objetos, embora possam trabalhar em conjunto.

Esse cenário foi observado por Star e Griesemer (1989) em um projeto de estudo sobre práticas informacionais no Museu de Zoologia de Vertebrados de Berkeley, onde sugeriram a existência dos chamados objetos de fronteiras, a partir de uma perspectiva ecológica do conhecimento. Esses objetos são compartilhados entre as comunidades de prática e funcionam como pontos de ligação entre elas, sendo construídos cooperativamente e respeitando os pontos de vista e necessidades informacionais de cada mundo social envolvido (CAMPOS, 2018).

Em relação a estudos interdisciplinares, Judith Simon (2007) explica que os objetos de fronteira são objetos com os quais os envolvidos em áreas diferentes têm familiaridade e que por vezes, traduzem as diferentes perspectivas, disciplinas ou estilos de pensamento. Logo, ao se pensar projetos interdisciplinares, os objetos de fronteiras devem ser

considerados para fomentar a comunicação entre as diversas comunidades que podem estar envolvidas (SIMON, 2007).

Esse contexto traz novas características para a produção do conhecimento, novos desafios e dificuldades para a organização, representação e recuperação do conhecimento. A organização do conhecimento se preocupa com a elaboração de instrumentos de organização e representação do conhecimento, como sistemas de classificação, taxonomias, tesauros e ontologias, que se constituem em estruturas conceituais que representam modelos de mundo (BRASCHER; CAFÉ, 2008).

Esses modelos permitem descrever e fornecer informações sobre os fenômenos que observamos e podem ser utilizados para a indexação de documentos. No entanto, parte dos sistemas de organização do conhecimento utilizados atualmente refletem uma organização disciplinar do conhecimento, como a Classificação Decimal de Dewey, ou são elaborados nos limites de uma disciplina ou campo científico, como no caso de tesauros e taxonomias, não contemplando tanto a compreensão de diferentes perspectivas que atuam sobre os fenômenos, quanto a organização, representação e recuperação de conhecimentos que envolvem cooperação entre diferentes comunidades. Nesse sentido, a forma como as disciplinas estão estruturadas acaba por isolar os objetos do seu meio, fragmentando, de forma artificial, o conhecimento gerado a partir dos fenômenos que observamos em diferentes disciplinas (MORIN, 2000).

De acordo com Morin (2000), romper com a fragmentação estabelecida é essencial para evidenciar as correlações entre os saberes e a complexidade dos problemas. Assim, utilizar apenas a divisão disciplinar do conhecimento para elaboração de sistemas de organização do conhecimento pode apresentar prejuízos, inviabilizando ou dificultando a representação e articulação entre diferentes pontos de vista, principalmente em relação a projetos interdisciplinares, onde a presença e cooperação de pelo menos duas perspectivas e das correlações entre seus saberes são necessárias e almejadas.

O Manifesto de León (2007) elaborado no contexto da *International Society for Knowledge Organization* (ISKO) já indica essa problemática acerca da utilização da divisão disciplinar para os sistemas de organização do conhecimento e indica que os novos sistemas, para

servirem ao crescente contexto interdisciplinar de produção do conhecimento, não devem mais possuir como unidade básica as disciplinas.

O Manifesto destaca a importância em permitir, através dos sistemas de organização do conhecimento, que os usuários possam mudar de um ponto de vista para outro, refletindo assim as interconexões entre os saberes envolvidos. Nesse contexto de trabalho cooperativo, a questão que se coloca neste trabalho é: como podemos elaborar modelos de organização do conhecimento que deixem em evidência os objetos do conhecimento e fenômenos compartilhados entre diferentes comunidades, para que possam ser acessados por estas, respeitando suas perspectivas e necessidades informacionais?

Assim, o objetivo desse artigo é identificar na Ciência da Informação, bases teóricas que possibilitem a elaboração de sistemas de organização do conhecimento de maneira não disciplinar, levando em consideração os objetos compartilhados entre comunidades distintas – objetos de fronteira - e a perspectiva ecológica defendida pela Teoria dos Objetos de Fronteira (STAR; GRIESEMER, 1989). Busca-se, dessa forma, evidenciar, ao invés da perspectiva disciplinar, a fenomênica, respeitando e dando visibilidade a diferentes pontos de vista envolvidos em contextos cooperativos, permitindo uma representação que inclua diferentes significados e formas de compreender os objetos, fomentando inclusive o trabalho interdisciplinar.

A presente pesquisa, quanto à metodologia, pode ser classificada como qualitativa, atuando em nível dos significados, motivos, aspirações, atitudes, crenças e valores (MINAYO, 1993). Em relação aos objetivos, o trabalho pode ser classificado como de caráter exploratório, proporcionando maior familiaridade com o problema (GERHARDT; SILVEIRA, 2009). O levantamento bibliográfico foi utilizado como método e como técnica de seleção e tratamento do material foi utilizada a análise de conteúdo, através das três etapas de organização que propõe: 1) pré-análise, dedicada a escolha das bases teóricas e das noções e conceitos relacionados ao objetivo do trabalho, 2) exploração do material, que foi dedicada a leitura dos materiais recuperados e compreensão dos conceitos selecionados e 3) tratamento dos resultados objetivos

e interpretação, que se dedicou a formulação das categorias de análise e sistematização dos resultados.

Como resultado é apresentado um conjunto de aportes teóricos utilizados pela Ciência da Informação e suas respectivas contribuições que ressaltam a importância da identificação do objeto ou fenômeno ao qual o conhecimento se refere e que podem ser utilizados para elaboração de sistemas de organização do conhecimento em contextos de trabalhos cooperativos, sob uma visão ecológica do conhecimento.

2. TEORIA DOS OBJETOS DE FRONTEIRA

No estudo de caso relatado por Star e Griesemer (1989), onde a teoria dos objetos de fronteira começa a ganhar corpo, os exemplos de mundos sociais no Museu de Zoologia são: cientistas, amadores e administradores. Na visão ecológica que a teoria se propõe a seguir, a unidade de análise do exemplo citado é a instituição como um todo e não cada um dos pontos de vista envolvidos. Os objetos de fronteira podem ser abstratos ou artefatos físicos que comportam o compartilhamento do conhecimento e promovem interfaces para a coordenação de conteúdo entre comunidades de práticas diferentes (CAMPOS, 2018).

O significado desses objetos é construído no decorrer das interações e são apreendidos coletivamente, uma vez que a própria interação sujeito-objeto é validada, ou não, e incentivada pela ação coletiva (D'ALMEIDA, 2022). A interação com esses objetos é também permeada por negociações culturais, uma vez que motivadas coletivamente, e podem variar de uma sociedade para outra. Esses objetos, que podem ser físicos, sociais ou abstratos, estão presentes concomitantemente em mais de um universo social e sua identificação, assim como a de suas relações, auxiliam na compreensão da interação entre os mundos sociais e podem facilitar o andamento de pesquisas e trabalhos que acontecem na interdisciplinaridade (D'ALMEIDA, 2022).

Os objetos de fronteira servem para mediar interações, ao mesmo tempo em que essas interações ajudam a construir em conjunto o significado conceitual desses objetos (TROMPETTE; VINCK, 2009). Segundo Star (2010), os objetos de fronteiras surgem em infraestruturas

orgânicas com base nas percepções locais de grupos diferentes de usuários que desejam trabalhar de forma cooperativa, das necessidades de informação e de requisitos de trabalho. Segundo Abraham (2013), para a compreensão da noção de objetos de fronteira é necessário entender o termo comunidade prática, uma vez que os objetos de fronteira surgem em infraestruturas orgânicas para apoiar e facilitar a cooperação entre comunidades de prática diferentes. Assim, uma comunidade de prática: 1) compartilha uma área comum de preocupações, 2) interage regularmente dentro de um conjunto de normas e relações específicas da comunidade e 3) possui um repertório compartilhado de recursos como linguagem, métodos, ferramentas, histórias ou outros artefatos (ABRAHAM, 2013).

Com base nas definições encontradas na literatura frisamos assim, aspectos centrais dos objetos de fronteira: consistência de identidade nos menores identificadores comuns e flexibilidade interpretativa, além de, em relação ao contexto, permitir interações entre diferentes comunidades de prática e a produção do conhecimento a partir do encontro de comunidades distintas. Por consistência de identidade nos menores identificadores comuns, entendemos pontos chaves comuns entre objetos que são alvo da interação entre comunidades de prática, aqueles pontos que ligam dois ou mais pontos de vista. Já flexibilidade interpretativa, entendemos como a plasticidade exposta por Star (1989), funcionando como interfaces entre comunidades de práticas capazes de apoiar o trabalho cooperativo, assim os objetos de fronteira propiciam um ponto de referência em comum entre as comunidades de práticas. Dessa forma é possível que cada comunidade se envolva de forma mais ou menos detalhada com os objetos de fronteira.

Assim, a partir da Teoria dos Objetos de Fronteira, identificamos uma possibilidade de compreender os objetos do conhecimento que são compartilhados entre comunidades distintas e que podem ser encontrados em pesquisas cooperativas ou interdisciplinares, possibilitando a identificação desses objetos e viabilizando sua representação nos sistemas de organização do conhecimento.

3. ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DO CONHECIMENTO

A organização do conhecimento, segundo Brascher e Café (2008), não está relacionada a um objeto informacional em particular, mas atua em nível de unidades do pensamento, de conceitos. Tem como objetivo a elaboração de modelos de mundo que se constituem em abstrações da realidade (BRASCHER; CAFÉ, 2008). Como produto da organização do conhecimento temos a representação do conhecimento que é realizada por meio de diferentes tipos de sistemas de organização do conhecimento (SOC), que "são sistemas conceituais que representam determinado domínio por meio da sistematização dos conceitos e das relações semânticas que se estabelecem entre eles" (BRASCHER; CAFÉ, 2008, p. 8).

Os diversos tipos de SOC são entendidos por Carlan (2010) como "estruturas sistemáticas que visam à construção de modelos abstratos do mundo real, representando os conceitos de um domínio" (CARLAN, 2010, p. 29). Hogde (2000, p. 4) indica algumas características comuns aos SOC: impõem uma visão particular do mundo em uma coleção e nos seus itens; o mesmo elemento pode ser caracterizado de diferentes formas, dependendo do SOC que é utilizado; e que deve haver semelhança suficiente entre o conceito expresso em um SOC e o objeto do mundo real para o qual esse conceito refere, permitindo que uma pessoa bem-informada possa aplicar o sistema com razoável confiabilidade. Da mesma forma, uma pessoa que busca material relevante, usando um SOC, deve ser capaz de ligar seu conceito com sua representação no sistema.

Os SOC englobam sistemas de classificação, cabeçalhos de assunto, arquivos de autoridade, redes semânticas, ontologias, taxonomias, tesauros, dicionários e glossários (BASCHER; CAFÉ, 2008; HODGE, 2000). Em relação aos objetivos dos SOC, Soergel (1999), enumera: fornecer um mapa semântico para domínios individuais e para os relacionamentos entre domínios; melhorar a comunicação, ensino e aprendizagem; fornecer base conceitual para execução e implementação de pesquisas; fornecer uma classificação para ação – uso prático dos SOC; apoiar a recuperação da informação etc.

No contexto de trabalhos cooperativos, é preciso compreender bases teóricas aplicáveis à elaboração de SOC que ressaltem a identificação dos objetos, onde, a partir da perspectiva fenomênica, não serão mais as disciplinas os elementos representados nas primeiras classes, mas sim os fenômenos observados, a fim de permitir certa flexibilidade para que cada comunidade envolvida possa se relacionar com o instrumento a partir de suas necessidades informacionais e perspectivas e, de oferecer ao usuário a possibilidade de mudar ou navegar entre diferentes perspectivas.

4. APORTES TEÓRICOS PARA A ELABORAÇÃO DE SOC EM UMA VISÃO FENOMÊNICA

Segundo Gnoli (2012, p. 270), "muitas disciplinas podem ser descritas como o estudo científico de uma determinada classe de fenômenos, como a astronomia é o estudo das estrelas, a botânica é o estudo das plantas, etc.". Ainda segundo o autor, os fenômenos oferecem uma base mais generalizável que pode ser compartilhada entre diferentes mídias e suportes, além de acolherem com mais facilidade a articulação entre diferentes perspectivas (GNOLI, 2012). Buscando uma visão fenomênica e ecológica, foram identificadas bases teóricas com diferentes funções na elaboração dos SOC.

A abordagem onomasiológica é utilizada para a captura do conhecimento e foi considerada mais apropriada para elaboração das definições e estabelecimento da estrutura classificatória, pois leva em consideração elementos extralinguísticos para a seleção dos elementos que farão parte dos SOC (CAMPOS, 2017). A abordagem utiliza a noção de conceitos como elementos básicos para a elaboração de SOC e busca identificar os referentes ligados aos conceitos (CAMPOS, 2017), se configurando em um caminho frutífero para a identificação dos objetos de fronteira. De acordo com Campos (2017) esta abordagem se contrapõe à abordagem semasiológica, que parte de uma perspectiva linguística, buscando as unidades terminológicas no discurso para a representação do conhecimento.

Em uma visão fenomênica é importante estabelecermos os objetos aos quais o conhecimento se refere, uma vez que eles serão as primeiras classes da estrutura classificatória, assim a abordagem onomasiológica se faz apropriada, pois parte do conceito para o termo, ou seja, busca identificar o objeto, para compreender suas características e só depois busca reconhecer o termo utilizado para sua denominação. De maneira análoga, a Teoria do Conceito, de acordo com o levantamento realizado, pode ser utilizada como método para a análise e estabelecimento dos elementos que compõem o instrumento elaborado.

A Teoria do Conceito (DAHLBERG; 1978) utiliza a abordagem onomasiológica para identificar os conceitos e estabelece o triângulo conceitual como forma para compreender os conceitos, a saber formado por: referente, características e termo. Assim, a Teoria de Dahlberg (1978) parte da identificação do referente e de suas características para a elaboração das definições e da estrutura conceitual a ser apresentada pelos SOC. A abordagem onomasiológica, utilizando o método oferecido pela Teoria do Conceito de Dahlberg (1978), é um caminho metodológico possível para a identificação e análise dos objetos de conhecimento que se constituem em objetos de fronteira com objetivo de estabelecer os elementos a serem representados nos SOC.

Por sua vez, a Classificação por Níveis Integrativos conforme aplicada por Gnoli (2012), lista as principais classes de fenômenos seguindo a noção de níveis crescentes de organização e compreende as disciplinas como perspectivas pelas quais esses fenômenos são compreendidos e definidos. Esta Classificação é baseada na teoria formulada inicialmente por James Feibleman (1954), que sugere que o mundo pode ser organizado de acordo com níveis de complexidade diferentes e é utilizada por diversos autores com objetivos diferentes. De acordo com Gnoli,[52]

> A teoria dos níveis integrativos afirma que o mundo natural está organizado em uma série de níveis de complexidade crescente: desde

[52] Citação presente na apresentação do site onde se encontra a estrutura da ILC: Integrative levels classification: research project — ISKO Italia - http://www.isko.org/ilc/index.php .

> partículas e moléculas físicas, passando por estruturas biológicas, até os produtos mais sofisticados do pensamento humano. Cada nível não pode existir sem os níveis inferiores (por exemplo, não há organismos não formados com átomos), mas ao mesmo tempo tem propriedades emergentes adicionais não encontradas nos níveis inferiores (por exemplo, os organismos podem ser considerados vivos ou mortos, enquanto os átomos não podes). Essa visão vai além da oposição tradicional entre reducionismo e vitalismo, ambos com importantes limitações (ISKO, ILC).

Essa classificação se constitui assim, num caminho possível para a apresentação da estrutura conceitual nos SOC que se voltam para a representação do conhecimento oriundo do trabalho cooperativo. Uma vez que se dá a partir da identificação dos fenômenos e da sua classificação em diferentes classes, destacando a importância dos objetos do conhecimento, essa proposta pode então, ser articulada para a representação dos objetos de fronteira nos SOC. Assim, a Classificação por Níveis Integrativos pode ser utilizada como forma de sistematização e apresentação da estrutura classificatória nos instrumentos elaborados, partindo dos fenômenos observados e identificando as perspectivas pelas quais eles são observados.

Vale ressaltar que objetos em níveis integrativos diferentes possuem condições de identidade diferentes, e, portanto, essa compreensão é importante para a definição correta do conceito (GUARINO, 1999). Sobre a definição de objetos, Carrara e Vermaas (2009) expõem que dado um objeto K, a noção de identidade pode ser sumarizada através da conformidade com quatro tarefas:

> Dar uma resposta comum à pergunta “o que é” para objetos do tipo K; 2) Fornecer princípios para distinguir e contar objetos do tipo K; 3) Isolar o que são objeto do tipo em termos da sua

> essência; 4) Expressar um "princípio de atividade" de objetos do tipo K, onde um princípio de atividade consiste de normas do tipo lei, de começar a existir, existir e cessar de existir (CARRARA; VERMAAS, 2009, p. 129).

Nesse contexto, Guarino (1999), para o estabelecimento da definição das condições de identidade de um conceito, utiliza a Teoria dos Níveis Integrativos. A teoria, inicialmente formulada por Feibleman (1954) no esforço de formular um sistema filosófico apoiado nos fundamentos da perspectiva ontológica realista também é utilizada por Gnoli (2004), no âmbito da Classificação por Níveis Integrativos, conforme já exposto.

Segundo a teoria, um mesmo objeto, observado por diferentes comunidades e identificado em diferentes níveis, terá em cada nível, diferentes condições de identidade. Assim, de acordo com Guarino (1999) e seguindo a noção de níveis integrativos, uma pessoa, por exemplo, pode ser conceituada como um agente intencional, como um ser vivo ou apenas como um objeto físico (GUARINO, 1999). Sobre o exemplo, argumenta Guarino,

> [...] como esses conceitos implicam diferentes condições de identidade, eles correspondem a categorias disjuntas: três indivíduos distintos, instâncias dos três conceitos acima, compartilham uma localização espacial comum. Como a pessoa depende do organismo biológico subjacente, assim como este depende da quantidade de matéria subjacente, há uma ordem intrínseca dentro dessas categorias, que pertencem, portanto, a diferentes níveis ontológicos (GUARINO, 1999, p. 4).

Dessa forma, um mesmo ente no mundo, pode ser encarado sob diferentes níveis, mas em cada nível teremos um conceito diferente, pois também serão diferentes as condições de identidade de cada um.

O quadro 1 a seguir sistematiza as bases teóricas identificadas para a representação do conhecimento produzido através de trabalho cooperativo, identificando os objetos compartilhados e respeitando diferentes perspectivas, conforme proposto no objetivo do presente trabalho.

Quadro 1. Conjunto de bases teóricas e sua influência para a perspectiva fenomênica

Bases teóricas	Utilização na elaboração dos SOC	Influência para a perspectiva fenomênica
Abordagem onomasiológica	Captura do conhecimento	Foco da análise se concentra no referente, no objeto ao qual o conceito se refere. É a partir dele que as definições e a estrutura classificatória são elaboradas.
Teoria do Conceito	Método de estabelecimento e análise dos conceitos que serão representados	Estabelece um método para análise dos conceitos que parte da identificação do referente, reconhecendo suas características no âmbito de cada comunidade. Facilita assim a identificação dos fenômenos e a distinção das comunidades envolvidas
Classificação por níveis integrativos	Método de representação dos elementos básicos dos SOC a partir dos fenômenos e da articulação com as perspectivas utilizadas para os reconhecer	A partir do estabelecimento dos fenômenos como elementos representados nas primeiras classes, facilita a representação do conhecimento a partir dos objetos que são compartilhados por diferentes comunidades.

(Fonte: Autoria própria)

Esse conjunto de bases teóricas foi sistematizado uma vez que cada base teórica contribui de forma única para representação do conhecimento em SOC que são voltados para conhecimentos produzidos a partir de pelo menos duas comunidades distintas. Assim, o conjunto de

aportes pode ser utilizado como um caminho instrumental para a elaboração de instrumentos de organização do conhecimento quando o objetivo é sua utilização por diferentes comunidades, em contextos interdisciplinares e de cooperação mútua para a produção do conhecimento.

Vale destacar que esse conjunto não é exaustivo e representa um ponto de partida metodológico quando do objeto elencado. Assim, outras diferentes bases utilizadas para a elaboração de SOC podem se somar a estas para a elaboração do SOC, se estiverem de acordo com os objetivos e com essas bases iniciais propostas no conjunto apresentado no Quadro 1.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em ambiente interdisciplinares ou cooperativos para a produção do conhecimento, a existências de diferentes pontos de vista é comum e muitas vezes desejável para o contínuo desenvolvimento do trabalho ou pesquisa. No entanto, a sobreposição ou marginalização de pontos de vista podem comprometer a cooperação e dificultar o bom andamento do projeto. Dessa forma, principalmente em ambientes cooperativos, que envolvem diferentes comunidades, pode ser recomendado preservar as diversas perspectivas que podem estar envolvidas, quando se trata de organização e representação do conhecimento.

A recuperação do conhecimento permitida através dos sistemas de organização do conhecimento é dependente do esquema elaborado para a organização e representação dos elementos e significados encontrados no contexto. Dessa forma, os sistemas de organização do conhecimento precisam estar condizentes com as características e respeitar as configurações das comunidades envolvidas e do contexto que as envolve. Para tanto, este trabalho sugere um conjunto de aportes teóricos que podem ser utilizados para elaboração de sistemas de organização do conhecimento quando o objetivo é servir de apoio e representar contextos interdisciplinares ou que envolvem diferentes comunidades.

Assim, se identificou em primeiro momento que a perspectiva disciplinar utilizada em diferentes instrumentos pode apresentar dificuldades para representar a complexidade de significados encontrados nos contextos em foco neste trabalho. Dessa maneira, foram consideradas

bases teóricas que destacam o objeto ao qual o conhecimento se refere, como a Teoria dos Objetos de Fronteira, que destaca os objetos que são compartilhados entre diferentes comunidades de prática e a Teoria dos Níveis Integrativos, que considera que um mesmo objeto em níveis integrativos diferentes pode apresentar diferentes características e definições, sendo assim entendido de diferentes maneiras. A Teoria do Conceito é um aporte teórico já bastante utilizado para a elaboração de sistemas de organização do conhecimento no âmbito da Ciência da Informação e conforme trabalhada por Dahlberg, ressalta o triângulo conceitual como forma de analisar o conceito, deixando em evidência o objeto do conhecimento (referente), suas características de acordo com a comunidade e o termo utilizado para o denominar.

A Classificação por Níveis Integrativos é um sistema de organização do conhecimento que parte das classificações bibliográficas, mas que apresenta inovações experimentais, como por exemplo o uso extensivo da classificação facetada, permitindo qualquer combinação de conceitos sem os vínculos obrigatórios das disciplinas.

A Classificação por Níveis Integrativos se utilizada em conjunto com Teoria do Conceito, em uma abordagem onomasiológica, pode oferecer um método frutífero para a identificação e representação dos fenômenos atrelados aos conceitos utilizados por determinada comunidade. Quando se trata da realização de trabalhos cooperativos, a presença de objetos de fronteira pode ser determinante para a efetivação da cooperação entre diferentes comunidades. Dessa forma, quando se trata da elaboração de sistemas de organização do conhecimento com objetivo de facilitar e representar conhecimentos e contextos cooperativos, o uso de bases teóricas que identifiquem o fenômeno observado na realidade e que articulem diferentes perspectivas envolvidas com a compreensão e definição desses fenômenos, em forma de conceitos, é não só desejável como determinante para efetivação de seu objetivo.

REFERÊNCIAS

ABRAHAM, R. Enterprise architecture artifacts as boundary objects: a framework of properties. **ECIS 2013**. Proceedings of the 21st European Conference on Information Systems, 2013.

BRÄSCHER, M.; CAFE, L. Organização da informação ou organização do conhecimento? In: **Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**, 9, 2008, São Paulo. Anais eletrônicos. São Paulo: USP, 2008

CAMPOS, L. M. Classificação de objetos de fronteira na organização do conhecimento e o papel das ontologias. **Liinc em Revista**, [S. l.], v. 14, n. 2, 2018.

CAMPOS, M. L. A. Elaboração de modelos de domínio em ontologias: a abordagem onomasiológica e a função da definição. **Ciência da Informação**, v. 46, n. 1, 2017.

CARRARA, M.; VERMAAS, P.E. The fine-grained metaphysics of artifactual and biological functional kinds. **Synthese**, n.169, p.125-143, 2009.

DAHLBERG, Ingetraut. A referent-oriented, analytical concept theory of Interconcept. **International Classification**, v.5, n.3, p.122-151, 1978.

D'ALMEIDA, N. G. S. B. **Diretrizes para a etapa de captura do conhecimento visando a elaboração de sistemas de organização do conhecimento para atuarem como objetos de fronteira**, 2022. 124f. Orientador(a): Dra. Linair Maria Campos Dissertação (Mestrado). Universidade Federal Fluminense, Departamento de Ciência da Informação.

FEIBLEMAN, J. K. Theory of Integrative Levels. **British Journal for the Philosophy of Science**, v. 5, n.17, p.59-66, 1954.

GNOLI C. Categories and facets in integrative levels, **Axiomathes**, v.18, n. 2, p. 177- 192, 2008.

GNOLI, C. The meaning of facets in non-disciplinary classifications. In: Knowledge Organization for a Global Learning Society. **Advances in Knowledge Organization**, v. 10, 2006. Proceedings of the Ninth International ISKO Conference, Vienna: Ergon Verlag, 2006.

GNOLI, Claudio. Metadata about what? Distinguishing between ontic, epistemic and documentaldimensions in Knowledge Organization. **Knowledge Organization**, v. 39, n. 4, 2012.

GOMES, H. E. Tendências da pesquisa em organização do conhecimento. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, Brasília, v.2, n.1, p.60-88, jan./dez. 2009.

GUARINO, N. Formal Ontology and Information Systems. **Proceedings of...**, Trento, Italy, 1998.

GUARINO, N. The Role of Identity Conditions in Ontology Design. In **Proceedings of IJCAI-99 Workshop on Ontologies and Problem-Solving Methods**: Lessons Learned and Future Trends. Stockholm, Sweden, IJCAI, Inc.: 2-1 2-7, 1999.

HODGE, G. **Systems of Knowledge Organization for Digital Libraries**: beyond traditional authority files. Washington, DC, the Council on Library and Information Resources. 2000.

ISKO Italia, 2004. Disponível em: http://www.iskoi.org/ilc/index.php. Acesso em 29/10/2022.

LEIS, H. R. Sobre o conceito de interdisciplinaridade. **Caderno de pesquisa interdisciplinar em ciências humanas**, 2005.

LIMA, A. C. S.; AZEVEDO, C. B. A interdisciplinaridade no Brasil e o ensino de história: um diálogo possível. **Revista educação e linguagens**, 2013.

LÜCK, H. Pedagogia interdisciplinar – fundamentos teórico-metodológicos, Petrópolis, **Vozes**, p. 60, 1994.

MINAYO, M. C. S.; SANCHES, O. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, jul./set., 1993.

MINAYO, M. C. S. Interdisciplinaridade: funcionalidade ou utopia? **Saúde e Sociedade**, v. 3, n. 2, p. 42 – 64, 1994.

MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: Unesco, 2000.

POMBO, O. Interdisciplinaridade: Ambições e Limites. Site, 2004.

SIMON, J. Probing concepts: Knowledge and Information as Boundary Objects in interdisciplinar discourse. In: **Congreso ISKO-España**, 8, 2007. Actas del... Universidad de León, 2007. Disponível em: http://www.iskoiberico.org/congresos/leon-2007/ . Acesso em: 20/06/2019.

STAR, S. L.; GRIESEMER, J. R. Institutional Ecology, "Translations", and Boundary Objects: Amateurs and Professionals in Berkeley's Museum of Vertebrate Zoology, 1907-39. **Social Studies of Science**, v.19, n.3, p.387-420, 1989.

SZOSTAK, R; GNOLI, C.; LÓPEZ-HUERTAS, M. **Interdisciplinary Knowledge Organization**. Cham, Switzerland: Springer. 227p., 2016.

THE LÉON Manifesto. **International Society for Knowledge Organization**, 8ª Conferência Internacional, 2007. Disponível em: http://www.iskoi.org/ilc/leon.htm .

TROMPETTE, P.; VINCK, D. Revisiting the notion of boundary object. **Revue d'Anthropologie des Connaissances**, v. 3, n. 1, p. 3-25, 2009.

UMA VISITA AOS PRIMEIROS ANOS DE DOKVIT: O QUE PODEMOS APRENDER COM AS ESTRATÉGIAS POLÍTICO-EPISTEMOLÓGICAS DO PROGRAMA DE DOCUMENTAÇÃO NORUEGUÊS?

VISITING THE EARLY YEARS OF DOKVIT: WHAT CAN WE LEARN FROM THE POLITICAL-EPISTEMOLOGICAL STRATEGIES OF THE NORWEGIAN DOCUMENTATION PROGRAM?

Asy Pepe Sanches Neto
asy.sanches@gmail.com

Elisabete Gonçalves de Souza
elisabetegs@id.uff.br

Resumo: Descreve o percurso histórico e a proposta teórica e metodológica que fundamentou a criação do Departamento de Estudos de Documentação, conhecido como Dokvit, na Universidade Tromso, Noruega, cujo projeto foi idealizado e executado por Niels Lund e tornou-se referência nas discussões sobre a neodocumentação. O projeto de Dokvit está ancorado nas discussões sobre as práticas de documentação e destacou-se por situar epistemologicamente os documentos como objetos culturais produzidos e usados em múltiplos contextos. A pesquisa bibliográfica seguida de revisão de literatura, especificamente nas obras de Lund**,** foi a metodologia usada na investigação. Concluímos que a experiência da neodocumentação, sobretudo no que se refere à formação do departamento de Dokvit, permite fazermos uma autocritica sobre como estamos estruturando nossos currículos nos departamentos de ensino, se afastados ou integrados com a sociedade, uma vez que documentos são vistos como formas culturais de expressão e agência. O modelo teórico usado por Lund para refletir sobre a constituição da Documentação como campo científico, são recursos pertinentes e que podem inspirar estudos futuros

sobre a revisão dos currículos das Escolas de Biblioteconomia brasileiras, reaproximando-as dos estudos sobre os documentos e a Documentação.

Palavras-chave: Documentação; Teoria dos documentos; Ensino de documentação na Noruega.

Abstract: Describe the historical path and the theoretical and methodological proposal that founded the Department of Documentation Studies, known as Dokvit, at the University of Tromso, Norway, whose project was conceived and executed by Niels Lund and became a reference in discussions about neodocumentation. Dokvit's project is anchored in discussions about documentation practices and stood out for epistemologically situating documents as cultural objects produced and used in multiple contexts. Bibliographic research followed by literature review, specifically Lund's works on the subject, was the methodology used in the investigation. It is concluded that the experience of neodocumentation, especially with regard to the formation of the Dokvit department, allows us to make a self-criticism about how we are structuring our curricula in teaching departments, whether removed or integrated with society, since documents are seen as cultural forms of expression and agency. The theoretical model used by Lund to reflect on the constitution of Documentation as a scientific field are relevant resources that can inspire future studies on the revision of the curriculum of Brazilian Librarianship Schools, bringing them closer to studies on documents and Documentation.

Keywords: Documentation; Document theory; Teaching documentation in Norway.

1. INTRODUÇÃO

Em Norueguês, *Dokumentasjonsvitenskap* significa Departamento de Estudos de Documentação, poderíamos ainda traduzir como Ciência da Documentação, sendo Dokvit a forma abreviada de dizê-lo (BUCKLAND; LUND, 2013). Localizado no norte da

Noruega, na Universidade de Tromsø, destaca-se pela inciativa de tomar as teorias do documento como princípio norteador de seu currículo e por desenvolver uma metodologia para ensinar as ciências da documentação.

O departamento de Tromsø possui uma importante relação com os estudos internacionais de Documentação e cumpre um papel de destaque nas discussões epistêmicas nas redes conhecidas como neodocumentalistas.

A escolha por apresentarmos uma parte da história de Dokvit tem algumas motivações, destacamos que, ao abordarem os documentos como tecnologias e enfatizarem a matriz cultural no desenvolvimento da temática apontam para algumas questões que, ao nosso ver, podem ser benéficas às discussões sobre o desenvolvimento do currículo dos cursos de Biblioteconomia, Arquivologia e Ciência da Informação brasileiros.

Parte importante das contribuições de Lund (sobretudo LUND 2007, 2016) tem a função de nos apresentar a história e formações científicas e sociais de Dokvit. Este relato tem a mesma perspectiva: apontar alguns temas que julgamos relevantes ao campo infodocumentário brasileiro.

2. A FORMAÇÃO DE DOKVIT E O SEU PERÍODO DE CONSTITUIÇÃO COMO CAMPO CIENTÍFICO

O programa foi iniciado no ano de 1996, na cidade de Tromsø, Noruega. Dokvit é um lugar e um saber resultante de anos de discussão no país, discussões essas que ocorreram no interior e no exterior da universidade. Alguns fatores foram muito importantes à criação do departamento e nos ajudam a compreender algumas das estratégias que foram adotadas. Abaixo apresentaremos uma breve linha do tempo, nosso objetivo aqui é situarmos historicamente alguns destes fatores.

Década de 1980: há uma grande falta de bibliotecários na Noruega, a região Norte é especialmente afetada.

- Diante do cenário, a associação de bibliotecários sugere a criação de um programa de Biblioteconomia na região Norte do país. Este novo programa somaria

a função formativa com a Universidade de Oslo, que se localiza no Sul do país.

- 1988: criou-se um comitê de bibliotecários e professores no Norte da Noruega.
- 1989 (fevereiro): o comitê desenvolve uma proposta para o Programa de Documentação, que funcionaria como um programa voltado à formação de bibliotecários e arquivistas para a região.
- 1989: ato de Depósito Legal na Noruega: exigia o depósito de todos os documentos publicados, independendo o meio, no acervo da Biblioteca Nacional.

Sublinhamos esta parte para destacar a importância desta questão. No caso Norueguês, o ato de depósito legal de 1989 alterou bruscamente a compreensão dos moldes tradicionais do trabalho da formação da memória nacional do país, com isso, novos objetos (documentos) tiveram de ser integrados às práticas biblioteconômicas. Não querendo nos alongar no tema, é necessário notarmos que isso traz novos desafios aos profissionais do segmento, tanto desafios legais, jurídicos (pode um determinado tipo de documento ser "emprestado" nos moldes de um livro?), quanto técnicos (como agrupar diferentes tipos de documentos em uma única coleção? Como preservar ou restaurar um determinado tipo de material?) etc.

- 1989: criação da *World Wide Web* (www).
- 1995: decidiu-se que o programa de Documentação fosse realizado em Tromsø e que fosse inaugurado no ano seguinte.
- 1996: início do Programa de Documentação em Tromsø.

Com a proposta de questionar a importância de Dokvit ao contemporâneo, Lund (2007) avalia se, e sob quais princípios, os estudos da documentação desenvolvem-se como um campo científico.

A definição de ciência e a forma com que constroem os distintos campos são questões complexas e de difícil solução, uma vez que a morfologia de qualquer campo está sujeita aos múltiplos fatores (internos e externos) que a compõe. Notadamente, no Brasil acolhe-se os fundamentos do sociólogo francês Pierre Bourdieu (2004) no que se refere a essa questão. Para o autor, o campo científico é um espaço de disputa por aquilo que identifica como autoridade científica que é, em síntese, a capacidade de falar legitimamente sobre um determinado fenômeno, obviamente esta capacidade confere poderes sociais aos agentes dotados dessa capacidade técnica e científica.

Embora no contexto brasileiro essa imagem de campo seja-nos algo bastante importante, onde se incluem múltiplas noções dela derivadas, temos também outras formas de contextualizarmos, delimitarmos e, por fim, compreendermos o campo científico. Lund (2007, p. 11), em sua defesa de Dokvit, opta por seguir a definição de disciplina científica proposto por Frans Gregersen e Simo Køppe no livro Ciência e Paixão (tradução livre de *Videnskab og lidenskab)*, publicado na Dinamarca em 1985. Os autores definem uma disciplina científica pela adequação a determinados tipos de condições ou, talvez mais precisamente, seis características. Para os autores um campo científico deve: 1. Cobrir uma parte específica do mundo, da realidade; 2. Possuir uma tradição empírica e metodológica específica; 3. Possuir uma estrutura conceitual específica; 4. Passar por um período de constituição; 5. **Possuir um processo de institucionalização**; 6. Possuir relevância prática/social (GREGERSEN; KØPPE, 1985, *apud* LUND, 2007, p. 11, grifo nosso).

Lund (2007) se compromete a averiguar se a partir do modelo de Gregersen e Køppe (1985) a Documentação pode ser compreendida como uma disciplina científica, apresentamos uma breve síntese dessa discussão no Quadro 1, exposto no final do artigo, mas, antes da sequência, gostaríamos de destacar a função da institucionalização que os autores nos quais Lund se baseia dão à formação de um campo científico. Isso, dentre outras coisas, nos ajuda a compreender os motivos que

levaram Lund a dedicar parte relevante de sua obra à consolidação desse aspecto de Dokvit – este ponto será melhor explicitado à frente.

Ao averiguar ponto-a-ponto as seis características de um campo científico (Quadro 1), Lund inicia seus argumentos relatando a impossibilidade de um mapeamento "coerente" e fechado do mundo científico, dadas as múltiplas possibilidades de reconfigurações das disciplinas ao longo da história.

> […] Uma possibilidade é que vejamos como as disciplinas científicas surgiram ao longo da história, assim como as nações, definindo seu território e observando o quanto de poder elas podem alcançar em relação a outras disciplinas e assim sobreviver tempo suficiente para que tenham um período de constituição e institucionalização e demonstrem sua relevância para a sociedade, ou seja, para que obtenham legitimidade para se tornarem membros das "Disciplinas Unidas do mundo" (LUND, 2007, p. 11, tradução nossa).

Os argumentos de Lund se baseiam na premissa de que uma disciplina científica sobrevive pela relação que é capaz de estabelecer com a sociedade, embora inclua as possibilidades políticas e sociais para que essa demonstração de importância possa, efetivamente, ser executada.

Uma das implicações dessa visão é que, na instituição das disciplinas de Dokvit, foi necessário que, antes, se estabelecesse a Documentação como um território a ser explorado e o documento como um objeto de estudo com elementos próprios.

Um dos pontos que Lund (2007, 2009, 2016) destaca é o momento de profunda modificação que vivia o mundo durante os anos finais de 1980 e durante a década de 1990. Para explicar esse contexto o autor traduz (para o inglês) parte de um documento do Comitê de Tromsø que propôs a criação do Departamento de Estudos de Documentação em 1989 que dizia:

> As instituições de ensino enfrentam novos desafios na Sociedade da Informação. O conceito do documento foi extremamente ampliado nos últimos anos, incluindo várias novas mídias, além dos tradicionais veículos de informação, como livros e periódicos. Informações em diferentes formatos devem ser registradas, armazenadas e recuperadas em relação às mais diversas funções dos profissionais da informação em cultura, negócios, administração e pesquisa. (Utdanning for informasjonssamfunnet, 1989, p. 3 apud LUND, 2016, p. 1, tradução e grifos nossos).

Nessa época, final da década de 1980, não só os profissionais da Noruega, mas, de forma geral, os de todo o mundo, desconheciam o potencial de modificação social introduzida anos depois pelo computador pessoal, mas ainda consideravam "[...] filmes, gravações de música, fotografia e transmissão como "nova" mídia em comparação com o formato padrão de uma publicação impressa". Nesse período também "[...] os sistemas de informação baseados em computador estavam apenas começando a surgir e se mudar para as bibliotecas" (LUND, 2016, p. 2, tradução nossa).

Nesse contexto de mudanças os Estudos de Documentação tinham não somente que demarcar aquilo que lhes conferia diferença dos outros campos disciplinares e, ao mesmo tempo, aquilo que absorvia das múltiplas ampliações (e implicações advindas dessas ampliações) do conceito de documento.

O comitê responsável por propor o Departamento de Estudos de Documentação como local de formação dos bibliotecários e arquivistas da Noruega não tinha, na ocasião, muito conhecimento sobre os trabalhos de Otlet e Briet. A ideia de valorizar a noção de Documentação e não de Biblioteconomia (campo de estudos com ampla história), ou Ciência da Informação (campo de estudos com grande destaque no contexto pós-guerra norte-americano) tinha mais relação com as implicações da nova lei de depósito legal do que com um rompimento paradigmático com esses dois campos.

> [...] o ato norueguês de depósito legal tornou explícito o ideal otletiano e desafiou o sistema de biblioteca norueguês de duas maneiras fundamentais no que diz respeito ao acesso aberto e gratuito e a preservação. Desde que se sejam documentos escritos impressos individuais, o sistema da biblioteca é adequado para lidar com todos os tipos de documentos no que se refere ao acesso aberto e gratuito. Mas quando se trata, por exemplo, de gravações transmitidas de televisão, pode-se considerar que o usuário deve pagar aos produtores e atores para que tenha o direito de assisti-lo, assim como quando compra ou aluga um vídeo. Em seguida, no que se refere à preservação de rolos de filmes antigos, assim como o acesso e preservação dos novos documentos digitais, enfrenta-se um imenso desafio, devido à natureza "intrínseca" dos documentos. (LUND, 2007, p. 12, tradução nossa).

Como vemos, a lógica do acesso gratuito irrestrito parece ligar-se aos tipos de documentos tradicionais de uma biblioteca e arquivos, como os livros, periódicos, documentos institucionais, históricos etc. Quando pensamos, por exemplo, que um filme é um documento, parece iniciar um novo tipo de questão: esse documento deve ser disponibilizado gratuitamente? Esse tipo intrigante de questão, nos faz questionar como muitos desses conceitos – como o de direito à informação, ou acesso irrestrito –, parecem relacionar-se com um tipo específico de documentos e não a todos.

Igualmente, quando pensamos que é atributo desses profissionais conseguir projetar caminhos de preservação desses registros documentais, imputamos um tipo de responsabilidade ampla que vai desde a salvaguarda física de documentos analógicos, às estratégias de preservação e proteção dos documentos digitais. É, sem sombra de dúvida, um amplo conhecimento necessário para que se "preserve documentos" porque, obviamente,

a amplitude do que é um documento demanda uma vasta variedade de instrumentos e técnicas de preservação.

Embora brevemente apresentados, gostaríamos de sinalizar como as discussões sobre a ideia de documentação ao contemporâneo são, em Dokvit, atravessadas por uma ampla gama de questões sociais, políticas e institucionais, sendo os documentos vistos, no escopo dessas relações, como um dispositivo que agrupa diversas formas de tecnologias que cumpram com o objetivo de documentar coisas, saberes, técnicas, ações etc. Essas múltiplas questões de domínio do documento e da Documentação desafiaram o, então, recém-criado Departamento a interrogar à qual grande área estaria integrado: às Humanidades, às Ciências Sociais e, mesmo, às Ciências Naturais.

3. ALGUNS APONTAMENTOS SOBRE O INÍCIO DE DOKVIT

Hoje Dokvit é um Departamento com vários níveis de formação, mas no início, em 1996, o programa voltava-se para a formação de profissionais que poderiam atuar nas bibliotecas ocupando cargos de chefia – embora seja importante lembrarmos que, em muitos casos, tratavam-se de bibliotecas pequenas localizadas nos estados e municípios ao Norte da Noruega, onde exista a falta de bibliotecários. Foi essa carência de profissionais que impulsionou a formação do curso (LUND, 2016). Podemos, dessa forma, comparar os primeiros alunos formados na instituição aos bacharéis em biblioteconomia no Brasil. O programa de Dokvit, na turma inicial, estruturava-se da seguinte forma - organizamos esta divisão com base em Lund, 2016:

- 1º semestre: Estudos de Documentação – ano básico.
- 2º semestre: Estudos de Documentação – ano básico.
- 3º semestre: Estudos de Documentação – avançado.
- 4º semestre: Biblioteconomia – ano básico.
- 5º semestre: Biblioteconomia – ano básico – estágio.
- 6º semestre: Ano básico em outro programa – livre escolha.
- 7º semestre: Ano básico em outro programa – livre escolha.

Lund (2016) nos descreve que no dia 15 de janeiro de 1996, quando os primeiros alunos chegaram, ele era a única pessoa vinculada ao programa, assim como o responsável por todas as questões que o envolviam. Essas atividades iam desde o ensino e a pesquisa, até a administração, aquisição de material didático para a biblioteca etc. O corpo discente era bastante diversificado. "Os primeiros 18 alunos vinham principalmente da região do Norte da Noruega e estavam esperando por uma oferta local de educação bibliotecária. Alguns eram jovens estudantes, enquanto outros vinham de outras formações educacionais e desejavam se tornar bibliotecários" (LUND, 2016, p.3, tradução nossa).

Um dos principais desafios para esses primeiros alunos era a necessidade de articular uma formação nos estudos da Documentação complementar que envolvia disciplinas das humanidades, das ciências sociais e naturais – que forneciam "[...] perspectivas culturais, sociais e tecnológicas sobre a documentação como um todo." (LUND, 2016, p. 3, tradução nossa). Nesse sentido, um dos princípios desse currículo era não se esquivar de nenhuma dessas dimensões enquanto tratavam do objeto de sua atenção. Ainda no mesmo artigo, Lund nos diz que os Estudos de Documentação podem ser vistos como uma metadisciplina que abarca o conhecimento de outras disciplinas ao mesmo tempo em que traz um tipo de produção própria sobre o documento.

Além disso, um outro princípio destacado por Lund (2016) era o da educação segundo o PBL (que é a sigla em inglês para ABP, ou Aprendizagem Baseada em Problemas). Como implicação geral desses princípios, os primeiros anos de Dokvit cumpriam essa múltipla função de formar um grupo de alunos e estruturar um tipo de curso que não possuísse uma delimitação apriorística. Isso ocorre porque, ao basear o ensino na ABP, os caminhos se desenvolviam segundo as questões apresentadas pelos alunos e discutidas em sala de aula. No entanto, a metodologia engendrava insegurança, pois "quando você não sabe de antemão o caráter exato dos problemas a serem resolvidos ou a natureza de suas resoluções, você não pode decidir de antemão quais textos seriam o melhor suporte para resolver e discutir os problemas" (LUND, 2016, p. 6, tradução nossa). Os relatos que seguem nos dão uma certa ideia de como eram as primeiras aulas do curso:

> Quando os alunos chegavam à primeira aula, perguntavam-lhes, por exemplo, "o que é um documento?" e esperava-se que eles mesmos apresentassem uma resposta e não que os professores lhes oferecesse uma resposta à questão. Dessa forma, o professor apresentaria aos alunos um dos problemas mais importantes da disciplina (na verdade, um que ainda está aberto à discussão), sobre a natureza dos documentos. Desde o primeiro dia, os alunos seriam reconhecidos como estudiosos e pesquisadores [...] com base nessa filosofia, os alunos poderiam iniciar seus primeiros projetos de pesquisa já no primeiro semestre (LUND, 2016, p. 4, tradução nossa).

Em outro artigo, o autor narra:

> Os primeiros alunos foram convidados a selecionar um documento e, em seguida, abordá-lo com as seguintes perguntas:
>
> 1. quem o fez? (produtor)
>
> 2. que tipo de meios são utilizados? (mídia)
>
> 3. de que forma esses meios estão sendo utilizados? (tradições/modos)
>
> 4. o que o documento realmente documenta? (conteúdo/campo/domínio) (LUND, 2007, p. 15, tradução nossa).

Diante desse modo "documental" de olhar o objeto, algumas questões se complexificam e trazem novos elementos à discussão. Por exemplo, Lund (2007) nos diz que todas essas questões apresentaram uma nova série de preocupações com os objetos analisados, por exemplo: diante de um livro infantil, como responder à primeira pergunta sobre a produção? Deve-se considerar produtor apenas o autor? Ou também deve-se considerar o ilustrador? E, por último, serão também produtores a gráfica e a editora? Este exemplo já demonstra um tipo

especial de metodologia, o que fornece um tipo especial de visão sobre este objeto e que difere da visão dos estudos literários e artísticos, onde seriam destacados os papéis do autor e ilustrador, enquanto os "[...] outros agentes humanos envolvidos no processo de produção material e social seriam excluídos e considerados inferiores à análise do livro como arte ou literatura" (LUND, 2007, p. 16, tradução nossa).

Na segunda questão [sobre os meios] encontramos uma análise semelhante, se levamos em conta os estudos literários, pensa-se em, por exemplo, como o uso das palavras, das metáforas ou mesmo das omissões afetam a leitura de um texto. Segundo Lund (2007, 2016), nos estudos de Dokvit os alunos eram desafiados a olhar outros elementos da constituição documental dos objetos e observar de que forma estes afetavam a leitura, por exemplo: o tipo de fonte utilizada, a cor ou o tamanho das letras impactam o significado ou o conteúdo de um livro? Analisar os meios é ainda um problema aos estudos de documentação, exatamente porque eles podem ocasional ou propositalmente impactar na recepção do leitor a um documento, isso requer que se reflita sobre o próprio processo de produção/criação e, acima de tudo, como esses meios se refletem no objeto fim, por isso mesmo a questão relaciona-se intimamente com a pergunta seguinte: "de que forma esses meios estão sendo utilizados?"

> Se você definiu os meios como as letras, o tamanho das letras, as cores, as palavras especiais, as ilustrações, a qualidade do papel etc., então você deve ir mais profundamente e questionar como as letras estão sendo combinadas com o tamanho, as fontes e as palavras especiais, em outras palavras sobre como é construído um livro. O mesmo pode ser dito sobre uma pintura, no que diz respeito a como se usa o pincel, os pigmentos e a tela para construir um documento artístico. O grande problema de estudar o uso desses meios dentro das humanidades é que o uso muito prático dos meios não é a principal preocupação do humanista, aliás, é o contrário. (LUND, 2007, p. 16, tradução nossa).

Para lidar com essa questão, Lund recorre à definição do texto *Meaning of the Visual Arts* de Panofsky, publicado em 1938, nele o autor define a obra de arte como um "objeto feito pelo homem que exige ser experimentado esteticamente". Lund argumenta que essa definição mostra objetivamente que há uma cisão entre o cientista das humanidades e o cientista natural. Em cada uma dessas especialidades, observa-se o objeto numa perspectiva singular. As ciências naturais, portanto, produziriam saberes sobre as propriedades físicas de uma peça de mármore; enquanto o cientista das humanidades produziria uma análise daquele elemento enquanto uma ação e criação humana. No segundo caso, o cientista deve também engajar-se em "[...] um processo mental de caráter sintético e subjetivo: ele tem que reencenar mentalmente as ações e recriar as criações" (LUND, 2007, p. 17, tradução nossa).

Lund, ainda em diálogo com Panofsky, diz que "é obvio" que os historiadores da filosofia ou das artes não se importam com as esculturas pela sua mera existência material, mas na medida em que possuem significado(s). Também argumenta que "é óbvio" que esses sentidos dependem de um tipo de compreensão que exige reprodução e percepção dos "[...] pensamentos que se expressam nos livros e as concepções artísticas que se manifestam nas estátuas" (PANOFSKY 1955, *apud* LUND, 2007, p. 17).

A questão é que, para os profissionais que olham o documento por suas múltiplas perspectivas, essa divisão não pode ser efetivamente realizada. Quer dizer, um bibliotecário não pode ignorar as características físicas das obras da biblioteca que administra e deverá pensar em métodos de preservação, recuperação – se necessário, como políticas de tratamento ou descarte de obras danificadas etc. Igualmente, não pode ignorar o processo que a criou ou o tipo de uso que dela se espera. No caso dos bibliotecários, assim como dos museólogos e arquivistas, o documento nunca é apenas uma questão de significado e nem somente um objeto físico.

Há, no escopo dessas discussões uma profunda ligação com o cenário da Noruega durantes as décadas de 1990 e 2000, há também uma urgente necessidade de que a Documentação, consiga se apresentar como uma ciência necessária ao contemporâneo.

Neste artigo tentamos destacar algumas questões que julgamos importantes e algumas estratégias tomadas que nos pareciam úteis à avaliação da lógica sobre a qual tratamos documentos nos campos infodocumentários brasileiros, como uma forma de sintetizar parte das discussões de Lund (2006, 2017), apresentamos o Quadro 1.

Quadro 1. Análise da documentação como uma disciplina científica

Modelo de Gregersen e Køppe (1985)	Respostas e justificativa de Lund (2007)
Cobre uma parte específica do mundo, da realidade?	Sim, cobre alguns tipos de olhares (micro e macro) sobre o documento. Também considera este objeto por múltiplas dimensões (como conteúdo, como produto social e como produto material). Dessa forma, permite estudos complementares sobre os documentos – objetos que fazem parte também de outros campos de estudo.
Possui uma tradição empírica e metodológica específica?	Sim, baseado no ponto anterior, entendemos que há uma especificidade se consideramos que este tipo de olhar e de análise permite agrupar e divisar documentos (de forma que outras áreas não o fazem) e, simultaneamente, apresentá-los enquanto produtos sociais que possuem determinadas funções sociais específicas e determinadas características que permitem alguns tipos de agrupamento – mesmo sabendo que estes agrupamentos são mutáveis e situacionais. Assim, os estudos de Documentação, por sua característica de olharem o "produtor', o 'meio em que é produzido', 'as tradições/modos' e o 'conteúdo/campo/domínio' de objetos sociais também cria importância para atores ignorados em outros campos científicos. Por fim, por estarem lidando com uma ampla gama de documentos, conseguem fazer relações e agrupamentos de tradições documentais distintas.
Possui uma estrutura conceitual específica?	Sim, possui uma estrutura conceitual específica que permite analisar a Forma da Documentação (tipos repetitivos de documentos; o documento (forma de tecnologia social com atores e agentes específicos, com propriedades físicas, sociais e de conteúdo); e o Doceme (documentos que se estruturam em relação a um tipo maior de documento).

Passou por um período de constituição?	Sim, a identificação conceitual de um objeto amplo (o que é um documento?); a ampliação de tradições em estudos de Documentação, como a biblioteconomia, arquivologia, museologia e ciência da informação uma vez que não se concentra apenas em documentos já produzidos, mas também no próprio processo de criação de documentos, considerando a seleção dos melhores meios nas situações específicas de documentação.
Possui um processo de institucionalização?	Sim, o próprio desenvolvimento de Dokvit (e futuramente a ampliação dos níveis de formação: graduação, mestrado, doutorado), a formação de alunos primeiramente interessados nas dimensões documentais dos objetos em que atuam profissionalmente; a produção de os artigos e livros; a parceria com a *Document Academy* e a formação de uma rede internacional de atores primeiramente interes sados nos Estudos da Documentação.
Possui relevância prática/social?	Ainda é necessário avaliar, mas, como critério de relevância, o autor destaca a formação dos alunos de Dokvit e a sua contratação (para trabalhar em biblioteca e em muitas outras áreas onde o conceito de documento é fundamental com o marketing, arte, cuidados com a saúde, administração.) Conceitualmente, a ideia de documento parece complexificar-se muito mais diante das tecnologias digitais e as novas formas e meios de produção. Cabe dizer, em Lund (2016), o autor diz que o campo se mantém necessário e ampliando seus campos de atuação. Podemos considerar, portanto, que até o momento a relevância social tem se mostrado verdadeira.

(Fonte: elaborado pelos autores, com base em LUND, 2007)

Os questionamentos de Lund e as ações propostas provoca-nos a refletir sobre uma possível revisão do currículo das Escolas de Biblioteconomia brasileiras no sentido de reaproximá-las dos estudos sobre os documentos. Este é o primeiro movimento para a realocação das ciências documentárias no campo das humanidades, afastando-as, visão fragmentária que separa técnica e teoria, fazer e saber.

4. ALGUMAS CONCLUSÕES: A DOCUMENTAÇÃO COM UM ESTATUTO CIENTÍFICO PRÓPRIO E AUTÔNOMO

Sobre o relato aqui apresentado, embora muitas coisas sejam interessantes, cremos que a experiência de Dokvit se destaque pela forma de abordarem as tecnologias digitais e as funções computacionais: sempre em relação com a sociedade e com as suas dimensões culturais, políticas e técnicas. De fato, embora não esteja isso explicitamente escrito na obra de Lund, percebe-se que, para o autor e para Dokvit, as tecnologias digitais são sempre percebidas por uma perspectiva socioantropológica de tecnologia, igualmente são vistos os livros, o teatro, as pinturas etc.

Talvez por isso a transição entre os meios seja tão facilitada. Todos esses elementos são entendidos como tecnologia sociais de enunciação, cabe à Documentação consolidar um tipo de olhar próprio que permita interações, afastamentos e sobreposições entre essas tecnologias em um dado momento histórico e para cumprir uma determinada função. Nesse sentido, acreditamos que, ao verem as tecnologias digitais como uma forma de interação e modelação das práticas sociais, Dokvit acerta ao não tentar apenas utilizá-las como ferramentas. Quer dizer, não era proibido que Dokvit adotasse práticas de corte positivista e apenas estabelecesse programas de treinamento digital funcional para atender às demandas legais impostas pelo depósito legal. Mas, ao entenderem que o que lhes cabia era dimensionar social e culturalmente o documento e as práticas de documentação e incluírem noções humanistas, sociais e físicas ao documento, puderam apresentar genuinamente uma complexificação entre todos esses elementos.

O modelo teórico usado por Lund leva-nos não apenas a refletir sobre a constituição da Documentação como campo científico, mas, sobretudo, a fazer uma autocrítica sobre como estamos estruturando nossos currículos nos departamentos de ensino, se afastados ou integrados com a sociedade, uma vez que documentos são formas culturais de expressão e agência. São reflexões pertinentes que podem inspirar a revisão dos currículos das Escolas de Biblioteconomia brasileiras, reaproximando-as dos estudos sobre os documentos e a Documentação.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico.** São Paulo, SP: Editora UNESP, 2004.

GREGERSEN, Frans; KØPPE, Simo. **Videnskab og lidenskab. Om humanioras videnskabsteori, videnssociologi, videnskabshistorie og samfundsmæssighed**. Copenhagen: Tiderne Skifter, 1985.

LUND, Niels. Building a discipline, creating a profession: An essay on the childhood of "Dokvit." In**:** SKARE R. N. W. LUND, & A. VÅRHEIM (Orgs.). **A document (re)turn: Contributions from a research field in transition**. Frankfurt am Main, Germany: Peter Lang, 2007. p. 11–26.

LUND, Niels. How It All Started: 1996, the First Year of Dokvit. **Proceedings from the Document Academy**, v. 3, n. 1, 15 jun. 2016. DOI 10.35492/docam/3/1/2. Disponível em: https://ideaexchange.uakron.edu/docam/vol3/iss1/2 . Acesso em: 2 maio 2022.

LUND, Niels Windfeld; BUCKLAND, Michael. Document, documentation, and the Document Academy: introduction. **Archival Science**, v. 8, n. 3, p. 161–164, set. 2008. DOI 10.1007/s10502-009-9076-3. Disponível em: http://link.springer.com/10.1007/s10502-009-9076-3 . Acesso em: 6 abr. 2022.

PANOFSKY, Erwin. **Meaning in the visual arts**. Phoenix ed. Chicago: University of Chicago Press, 1982.

CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO NO CONTEXTO DA SAÚDE: O INFORMACIONISTA DE PESQUISA E OUTROS ATORES

INFORMATION SCIENCE IN THE CONTEXT OF HEALTH SCIENCES: RESEARCH INFORMATIONIST AND OTHER PLAYERS

Janaina Costa Rodrigues
jan.rodrigues@hotmail.com

Michely Jabala Mamede Vogel
michelyvogel@id.uff.br

Resumo: Aborda a interdisciplinaridade da Ciência da Informação com as Ciências da Saúde por meio da relação da informação e saúde além do campo de atuação do profissional da informação, ao qual proporciona as equipes informações precisas, confiáveis e estratégicas que contribuem na qualidade e na melhoria do atendimento e cuidado ao paciente. A área de Oncologia é uma especialidade médica que se beneficia da atuação do profissional da informação quanto bibliotecário médico, bibliotecário clínico e possivelmente informacionistas de pesquisa. Para esta comunicação, apresentamos brevemente os perfis ocupacionais bibliotecário médico, bibliotecário clínico, informacionista e, o foco de estudo, o perfil ocupacional informacionista de pesquisa - uma parte importante do estudo em andamento. Trata-se de uma pesquisa descritiva e exploratória e quanto aos procedimentos técnicos, uma pesquisa bibliográfica. Até o momento, os achados nos levam a perceber que as bibliotecas, inseridas em instituições de saúde ainda são os que mais empregam os profissionais da informação para atuar como bibliotecários médicos. Foi possível verificar também que para cada perfil ocupacional existem competências

específicas, porém elas podem sofrer alguma alteração para melhor atender as demandas dos seus usuários.

Palavras-Chave: Informacionista de pesquisa; Bibliotecário médico; Bibliotecário clínico; Informacionista.

Abstract: It addresses the interdisciplinarity of Information Science with Health Sciences through the relationship between information and health in addition to the field of activity of the information professional, which provides teams with accurate, reliable and strategic information that contribute to the quality and improvement of care and patient care. The field of Oncology is a medical specialty that benefits from the role of information professionals as medical librarians, clinical librarians and possibly research informationists. For this communication, we briefly present the medical librarian, clinical librarian, informationist occupational profiles and, the focus of study, the research informationist occupational profile - an important part of the ongoing study. This is a descriptive and exploratory research and as for the technical procedures, bibliographic research. So far, the findings lead us to realize that libraries, inserted in health institutions are still the ones that most employ information professionals to act as medical librarians. It was also possible to verify that for each occupational profile there are specific competencies, but they may undergo some change to better meet the demands of their users.

Keywords: Research informationist; Medical librarian; Clinical librarian; Informationist.

1. INTRODUÇÃO

A Ciência da Informação dialoga com diferentes áreas do conhecimento, como a Matemática, Lógica, Linguística, Psicologia, Ciência da Computação, Engenharia da Produção, Artes Gráficas, Comunicação, Biblioteconomia,

Administração (BORKO, 1968), além de outros campos científicos (SARACEVIC, 1995; PINHEIRO, 1998), a medida em que há uma troca mútua entre as disciplinas e seus saberes, tal colaboração possibilita o desenvolvimento de novas práticas de construção de conhecimento e, consequentemente, o avanço da Ciência.

Nesse contexto, as relações e diálogos interdisciplinares entre a Ciência da Informação e as Ciências da Saúde dá-se, segundo Silva (2013) através da interseção dessas duas áreas do saber: informação e saúde. A relação entre informação e saúde ocorre através dos serviços de informação prestados pelas unidades de informação inseridas nas instituições de saúde (SILVA, 2013, p. 85) - médicos, enfermeiros, pesquisadores, professores e estudantes de Medicina, são, ao mesmo tempo, produtores e consumidores de informações de natureza científica e administrativa. Assim, as informações de caráter científico (monografias, periódicos, trabalhos acadêmicos, estudos e relatórios técnicos etc) e àquelas relacionadas aos pacientes (prontuário do paciente) são gerenciadas, respectivamente, nas bibliotecas médicas (biblioteca especializada) e arquivos médicos (RIBEIRO, 2009, p. 117).

Outro ponto de destaque para a interdisciplinaridade é através do campo de atuação do profissional da informação (SILVA, 2013), para os profissionais da saúde a informação é um importante instrumento tanto para a prática baseada em evidências quanto para a tomada de decisões em casos clínicos e ao atuar na área da saúde, o bibliotecário proporciona as equipes informações precisas, confiáveis e estratégicas que contribuem na qualidade e na melhoria do atendimento e cuidado ao paciente. Dessa forma, ambas, Ciência da Informação, com a atuação profissional, e Ciências da Saúde, com sua demanda por informações específicas, contribuem tanto para o desenvolvimento de suas áreas quanto para a melhoria na qualidade de vida da população.

Entre outras, temos a área de Oncologia, especialidade médica que estuda as neoplasias ou tumores benignos ou malignos, investiga como o câncer se desenvolve no organismo e os possíveis tratamentos. É uma área complexa, que necessita de estudos constantes e atualizados sobre os diferentes tipos de neoplasias, os tratamentos mais indicados com base na medicina baseada em evidências: se é um tratamento de

intenção curativa ou paliativa, dentre outros fatores, então, mediante essa demanda informacional, existem profissionais da informação atuando nesse cenário.

Tais profissionais são: a) bibliotecários médicos – aqueles que atuam nas bibliotecas médicas; b) bibliotecários clínicos – aqueles que estão inseridos em equipes clínicas, sobre isso, artigo publicado por Souza e Ramos (2018) indicam atuação do profissional da informação em equipes multidisciplinares de saúde na área oncológica; c) informacionistas – aqueles que atuam como mediadores entre a informação clínica e o paciente, ainda não temos informações da atuação no Brasil e d) informacionista de pesquisa - membro de equipe de pesquisa clínica ou laboratorial, sobre esse perfil podemos dizer que temos alguns profissionais da informação atuando.

Considerando o interesse de pesquisa em delinear o perfil profissional supracitado, o presente estudo suscitou, até o momento, a seguinte questão: **Qual é a contribuição do bibliotecário enquanto informacionista de pesquisa na pesquisa em saúde no Brasil?** Quanto ao objetivo geral do estudo é compreender se há e como se desdobra a contribuição do bibliotecário enquanto informacionista de pesquisa em saúde no Brasil.

Para esta comunicação, apresentamos brevemente os perfis ocupacionais bibliotecário médico, bibliotecário clínico, informacionista e, o foco de estudo, o perfil ocupacional informacionista de pesquisa - uma parte importante do estudo em andamento.

2. METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa descritiva e exploratória e quanto aos procedimentos técnicos, uma pesquisa bibliográfica.

A pesquisa bibliográfica foi realizada nas bases de dados BRAPCI - Base de dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação, ISTA - *Information Science & Technology Abstracts*, BDTD - Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações com delimitação de período (2001-2021).

Os descritores pesquisados na BRAPCI e na BDTD foram: “Bibliotecários Médico”; “Bibliotecário Clínico” Informacionista OR Informationist e “Informacionista de pesquisa”. Na ISTA os descritores pesquisados foram “*medical librarian*” AND (*skills* OR *competence* OR *knowledge*); “*Clinical librarian*” AND (*skills* OR *competenc*e OR *knowledge*); *informationist* AND (*skills* OR *competence* OR *knowledge*); “*Research informationist*”.

Na BRAPCI, o termo “bibliotecário médico” retornou oito resultados, quanto ao termo “bibliotecário clínico” retornou dezoito resultados. No termo Informacionista foram recuperadas seis referências e o termo “informacionista de pesquisa” retornou duas referências, porém repetidas no descritor informacionistas.

Na BDTD, o termo “bibliotecário médico” retornou quatro resultados, igualmente, no termo “bibliotecário clínico”. No termo Informacionista recuperamos uma referência e no descritor “informacionista de pesquisa” não retornou referências.

Na ISTA, o termo “bibliotecário médico” retornou trinta e quatro resultados, quanto no termo “bibliotecário clínico” retornou vinte e seis resultados. No termo Informacionista recuperamos cinquenta e nove referências e no termo “informacionista de pesquisa” retornou dez referências.

Desse modo, na BRAPCI recuperamos trinta e quatro artigos e após análise permaneceram dezoito artigos; na BDTD, foram recuperados nove trabalhos, dos quais seis eram dissertações, sendo que uma se repetiu em três termos e uma tese. Após análise sete permaneceram; na ISTA recuperamos cento e vinte e nove artigos, após análise mantivemos setenta e três artigos.

Na próxima seção apresentaremos as possíveis atuações do profissional da informação na área da saúde, nos seguintes perfis ocupacionais: bibliotecário médico, bibliotecário clínico, informacionistas e, em específico, informacionistas de pesquisa.

3. OS BIBLIOTECÁRIOS ATUANTES NA ÁREA DE CIÊNCIAS DA SAÚDE

Os bibliotecários estão presentes nas áreas de Ciências da Saúde desde o surgimento das primeiras bibliotecas em hospitais, nos idos do século XV o Hospital S. Bartolomeu (Inglaterra) começou a formar, para seu corpo clínico, uma pequena coleção de livros enquanto nos séculos XVII e XVIII já eram comuns nos Estados Unidos, Inglaterra, países escandinavos e outros países europeus as bibliotecas hospitalares (LIMA, 1973, p. 142) e no início do século XX, nos Estados Unidos, já existiam 174 bibliotecas médicas (SCHANCHER, 2001).

Atualmente, na era digital, a área da saúde exige acesso rápido e confiável a informações baseada em evidências. Os profissionais de saúde não possuem tempo suficiente para buscar, nas bases de dados e publicações científicas, informações adequadas a operação do diagnóstico, prognóstico e terapêutica do paciente e realizar a leitura de todo o material disponível devido ao número elevado de publicações, ademais, esses profissionais vivenciam, em suas práticas clínicas, necessidades de informação bem específicas, então, nesse contexto, a inserção do profissional da informação nesse ambiente se dá a partir da necessidade de os médicos e de mais profissionais da saúde terem acesso à sua literatura profissional (LAPPA, 2004).

O profissional da informação atuante na saúde, categorizado como bibliotecário de Ciências da Saúde e definido como

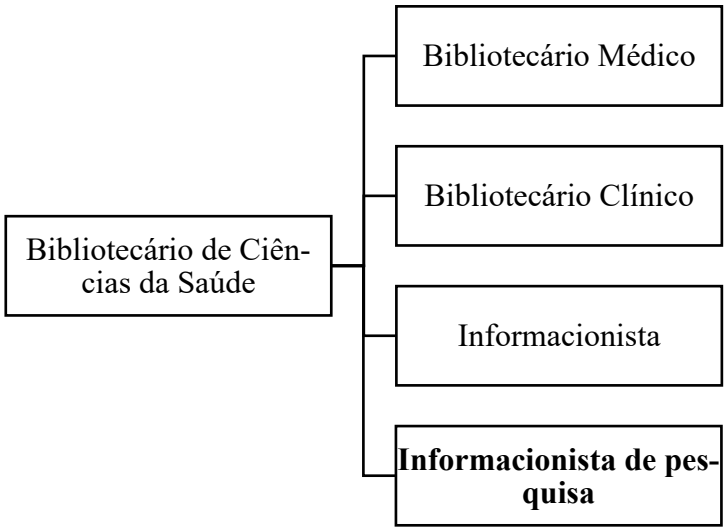
> [...] um especialista parceiro dos profissionais da saúde, colaborando e orientando na busca de informação, disponível em qualquer ambiente em que elas estiverem. Busca, ainda, por informações que levem às descobertas de novos conhecimentos para auxiliar nas tomadas de decisão da área [...] (CARVALHO; RIOS; ALMEIDA, 2014, p. 3).

Desse modo, ele exerce um papel significativo na disponibilização de informações relevantes aos profissionais da saúde quando e onde

forem necessárias, o que, por sua vez, aumenta a eficácia da equipe, otimizando o atendimento ao paciente e melhorando os seus resultados.

O termo bibliotecário de Ciências da Saúde, enquanto categoria genérica, é um conceito aglutinador para as categorias ocupacionais Bibliotecário Médico, Bibliotecário Clínico, Informacionista e, dentre outros, Informacionista de pesquisa, conforme Figura 1.

Figura 1. Bibliotecário de Ciências da Saúde, termo geral para as demais categorias ocupacionais na área da saúde



(Fonte: Elaborado pela autora,2020)

O **bibliotecário médico**, profissional que atua em bibliotecas médicas, bibliotecas de instituições de ensino ou em hospitais, não compõe equipes médicas, mas auxilia profissionais da saúde - cooperando no diagnóstico médico, estudantes - realizando pesquisas acadêmicas, pesquisadores, docentes, pacientes e comunidade externa - disseminando informações sobre saúde através de diferentes canais de comunicação (SILVA, 2005; BERAQUET *et al*., 2009). Sua atuação tornou-se reconhecida em 1939 pela *Medical Library Association* (MLA), em 1947 a MLA adotou um programa especial de treinamento para os

bibliotecários e em 1948 foi ofertado o primeiro curso na *Columbia University School of Library Service* em Nova York. O segundo curso foi ensinado na *Emori University* (Atlanta, Geórgia), em 1951, com foco na literatura médica. Segundo Galvão e Leite (2008, p. 188), o conceito bibliotecário médico foi o primeiro a ser utilizado para definir o profissional da informação atuante em bibliotecas médicas, sendo as bibliotecas, inseridas em hospitais e centros médicos, o espaço que mais empregam os bibliotecários médicos.

Suas atividades desempenhadas são, de acordo com Biaggi (2019, p. 27-28):

- Coleta, filtragem, análise, recuperação, organização, armazenagem, administração e disseminação da informação em saúde;
- Realização de pesquisa e levantamentos bibliográficos para os profissionais da área da saúde;
- Mediação na busca da informação em parceria com o usuário visando o uso da informação;
- Capacitação de usuários no uso de bases de dados;
- Conhecimento dos usuários as diversas fontes de informação da área da saúde;
- Avaliação das fontes impressas e eletrônicas para pesquisa da informação em saúde;
- Identificação das necessidades de informação dos profissionais de saúde;
- Auxiliar os profissionais da área da saúde, docentes, pesquisadores e discentes na realização de pesquisas acadêmicas, serviços e produtos informacionais relacionados à área da saúde.

Tais atividades envolvem diversas competências, tais como apresentadas pela *Medical Library Association* (2017), em um documento intitulado *Competencies for lifelong learning and professional success*,

esse conjunto de competências visa orientar os profissionais de informação atuantes na área da saúde, dentre eles os bibliotecários médicos. As competências identificadas servem como base para o desenvolvimento profissional, as categorias principais são: 1) serviços de informação; 2) Gestão da informação; 3) Instrução e design instrucional; 4) Liderança e gestão; 5) Prática e pesquisa baseada em evidências; 6) Profissional de informação em saúde. Todas essas competências podem ser adquiridas, medidas e ensinadas; dessa forma, o bibliotecário médico, à medida em que vai se capacitando e desenvolvendo suas competências de nível básico ao especialista, poderá progredir profissionalmente.

O termo **bibliotecário clínico** surge na década de 70 juntamente com o conceito de Biblioteconomia Clínica, quando Gertrude Lamb, percebeu a necessidade de fornecer informações de casos altamente específicos aos médicos para melhorar a qualidade de atendimento bem como uma forma de inserir os bibliotecários no ambiente clínico (SARGEANT; HARRISON, 2004). Ela observou que os membros da equipe clínica ao qual fazia parte tinham necessidades informacionais que nunca foram atendidas, dessa forma, o conceito de biblioteconomia clínica surge com o intuito de prover informações científicas relevantes aos médicos e de mais profissionais da área da saúde, igualmente, apoiar, atualizar e contribuir para a formação e contínuo aperfeiçoamento desses profissionais, refletindo, assim, no desenvolvimento da pesquisa médica, na tomada de decisão e no atendimento ao paciente. Então o bibliotecário clínico é um profissional que atua e pertence a equipe clínica, participa de rondas médicas, auxilia nos tratamentos, reabilitação e diagnósticos dos pacientes e das reuniões de casos junto a equipe médica.

Zare–Farashbandi e companheiros (2019), identificaram na literatura revisada os papéis e deveres dos bibliotecários clínicos divididos em duas categorias principais:

- Serviços de informação médica e de saúde - os profissionais de saúde precisam ter acesso a informações precisas e atualizadas para responderem as questões clínicas, as perguntas (quem, quando e como) são para ajudar os clínicos a tomar as melhores decisões clínicas possíveis. Contudo com o

rápido aumento e atualizações constantes da literatura juntamente com o desenvolvimento de novas terapias, intervenções, diagnósticos e, entre outras, novas tecnologias, além da agenda lotada dos médicos e equipe clínica e a falta de conhecimento para pesquisar em bases de dados, tornou necessário os serviços de um bibliotecário. Nesse contexto, os bibliotecários clínicos têm como função entender as necessidades informacionais da equipe clínica e ajudá-la a acessar informações de qualidade e necessárias para a tomada de decisão.

- Medicina baseada em evidências (MBE) – o bibliotecário clínico desempenha um importante papel na MBE, que consiste em um processo sistemático que examina, avalia e utiliza as melhores evidências para uma tomada de decisão mais assertiva.

Para o bibliotecário clínico exercer seu papel e cumprir com os seus deveres são desejáveis habilidades; desse modo, Zare–Farashbandi e companheiros (2019) identificaram três categorias de habilidades necessárias para a atuação do bibliotecário clínico, quais sejam: habilidades gerais – necessárias para cada indivíduo; habilidades profissionais – necessárias para um bibliotecário antes de entrar em um ambiente clínico; e habilidades relacionadas à medicina - necessárias para que os bibliotecários trabalhem em um ambiente clínico e atendam às necessidades de informação das equipes médicas.

Quanto ao termo **informacionista**, surge em 2000 no editorial intitulado: '*The informationist: a new health profession?'*, de Davidoff e Florance, para descrever esse novo profissional das Ciências da Saúde que integra equipes clínicas e multidisciplinares. O informacionista atua como mediador entre a informação clínica e o paciente, seus serviços combinam o conhecimento e a experiência de um profissional da saúde com as habilidades de recuperação de informações de um bibliotecário, então, ele pesquisa, recupera, extrai e sintetiza os conteúdos

mais relevantes dos artigos e comunica os resultados da pesquisa nas rondas, reuniões clínicas e conferências. O informacionistas possui um conhecimento mais profundo de terminologias médicas, bioestatística, epidemiologia, avaliação crítica, pesquisa avançada de informações clínicas e capacidade funcional em ambientes tecnológicos, que apoiam o atendimento ao paciente, educação médica e pesquisa clínica.

Com base no estudo realizado por Hashemian e companheiros (2021) as competências necessárias para o informacionista exercer seus deveres são:

1. Comunicação - Habilidades de liderança; Habilidades de trabalho em grupo; Habilidades de pensamento crítico; Profissionalismo;
2. Pesquisar - Compreensão e uso da medicina baseada em evidências (MBE); Compreensão e uso da medicina baseada em evidências (MBE); Habilidades de avaliação crítica; Comunicação acadêmica;
3. Educação e treinamento - Elaboração e implementação de programas de treinamento presenciais e online; Uso das mais recentes abordagens e métodos educacionais; Design e preparação de recursos educacionais impressos e não impressos;
4. Design e preparação de recursos educacionais impressos e não impressos - Termos médicos e siglas; Conceitos médicos e clínicos básicos e especializados; Exames médicos; Registros de pacientes; Ambiente e políticas de saúde;
5. Serviços de informação - Avaliação das necessidades de informação; Busca Avançada; Documentação; Organização e gestão da informação; Visualização de informações; Serviços de conscientização atuais e disseminação seletiva de informações;
6. Tecnologia - Uso das mais recentes tecnologias para fornecer serviços de informação, educação,

treinamento e pesquisa; Tecnologias de comunicação; Sistemas de informação em saúde.

Tais competências, de acordo com os autores, são essenciais para que os informacionistas possam cumprir efetivamente seus papéis nas equipes clínicas.

3.1. Informacionista de pesquisa

Sobre essa atuação, sua menção e definição ocorreu 2003 quando a *US National Library of Medicine* (NLM) anunciou o financiamento de uma bolsa para treinar profissionais da informação chamados informacionistas. Na solicitação de propostas a NLM definiu quatro tipos diferentes de papéis informacionistas e dentre eles o informacionista de pesquisa, que seria um profissional que trabalharia em pesquisa biomédica, administração de pesquisa ou curadoria científica (NATIONAL LIBRARY OF MEDICINE, 2003 apud OLIVER; RODERER, 2006, p. 43).

Em 2011, o termo foi mencionado novamente em um anúncio publicado pela NLM sobre uma oportunidade de financiamento para atuação de especialista em informação em equipes de pesquisa. Esse novo programa solicitou especificamente propostas de equipes de pesquisas financiadas pelo *National Institutes of Health* (NIH) e o escopo da bolsa se concentrou no papel do bibliotecário de Ciências da Saúde no gerenciamento de dados, pois as agências de financiamento (*National Science Foundation* – NSF e NHI) passaram a exigir, desde janeiro de 2011, que os cientistas fornecessem acesso aberto aos dados de pesquisa.

A bibliotecária Lisa Federer relata que se juntou, em outubro de 2012, a uma equipe de pesquisa da *University of California – Los Angeles* (UCLA) como informacionista de pesquisa. Ela se reunia regularmente com sua equipe de pesquisa e os orientava sobre gerenciamento e preservação de dados.

O NHI concedeu oito prêmios e nesses projetos tinham em sua equipe um informacionistas de pesquisa, sete premiados por estarem em:

- Conformidade de acesso aberto;
- Gerenciamento de dados de pesquisa;
- Metadados agregados;
- Padrão de metadados;
- Melhores práticas de prevenção de dados;
- Pesquisa de literatura

Apesar das funções e projetos dos bibliotecários variassem, cada inscrição ressaltava a importância do papel do bibliotecário para a equipe de pesquisadores, por serem poucos os pesquisadores que possuem treinamento ou experiência para gerenciar de modo adequado os conjuntos de dados gerados em pesquisa, originou-se esse novo papel para os bibliotecários (MARTIN, 2013 apud CREAMER; MARTIN; KAFEL, 2014, p. 254).

Para Federer (2013, p. 298, tradução nossa) esse profissional trabalha em cada etapa do processo de pesquisa

> [...] desde o início do projeto e da concessão até a publicação final, fornecendo orientação especializada em gerenciamento e preservação de dados, análise bibliométrica, pesquisa de especialistas, conformidade com as políticas de financiadores de doações em relação à gestão de dados e acesso aberto, e outras áreas relacionadas à informação.

Federer (2014, p. 1, tradução nossa) conceitua o informacionista de pesquisa como "um profissional da informação que presta serviços especializados a pesquisadores em suas necessidades [...]", podendo ser em um **ambiente de laboratório ou de pesquisa clínica**. O informacionistas de pesquisa está intimamente envolvido em pesquisa e publicação, seus serviços especializados incluem mediação entre a equipe clínica e a informação especializada e atualizada, ciclo de vida da

pesquisa, orientação sobre comunicações acadêmicas, revisão sistemática, meta-análises, digitalização, projetos de metadados, gestão do conhecimento, entre outros.

Federer (2014) ainda destaca outros pontos em que o informacionistas de pesquisa colabora, quais sejam:

- **Instrução de literacia de dados**, também um dos aspectos essenciais na atuação do informacionista de pesquisa, ao lecionar sobre gerenciamento de dados um indivíduo alfabetizado em dados adquire habilidades de coleta, organização, descrição, análise, preservação e compartilhamento de dados, então, ele consegue realizar, ao fim, pesquisas por conta própria;
- **Descrição, organização e curadoria de dados**, aconselha os pesquisadores em relação ao uso de vocabulários controlados, para que sejam adequados para seus dados e sua comunidade de prática, e na determinação de quais termos podem ser usados para descrever um conjunto de dados, visto que a descrição adequada torna os dados mais fáceis de encontrar e propicia a colaboração com outros pesquisadores de uma mesma área ou pesquisa interdisciplinar;
- **Comunicação acadêmica e compartilhamento de dados**, o informacionista de pesquisa também ajuda os pesquisadores nas negociações de acordos de transferência de direitos autorais e respostas a questões de acesso aberto conforme as políticas da instituição financiadora.

Cabe destacar que essas assistências prestadas por esse profissional são uma extensão daquelas ofertadas pelas bibliotecas (FEDERER, 2014).

Dessa forma, as qualificações necessárias ao informacionista de pesquisa são, de acordo com o Departamento da UCLA *Louise M. Darling Biomedical Library* (2013):

- Mestrado credenciado pela ALA em Biblioteconomia e Ciências da Informação OU curso significativo de pós-graduação para tal grau OU educação e experiência equivalentes (expertise no assunto combinada com educação e/ou experiência profissional em biblioteconomia);
- Dois ou mais anos de experiência trabalhando em uma biblioteca acadêmica ou de pesquisa orientada para a ciência;
- Habilidade em pesquisar catálogos e bancos de dados on-line;
- Compreensão funcional das práticas de desenvolvimento de coleções;
- Familiaridade com o processo de pesquisa nas ciências da Saúde e da Vida;
- Familiaridade com as necessidades de pesquisa e ensino de informações no ciências da saúde e da vida;
- Familiaridade com tendências e características de publicação, particularmente publicações acadêmicas em saúde pública, medicina e outras disciplinas das ciências da saúde;
- Experiência no uso de uma ampla gama de bancos de dados bibliográficos nas ciências da saúde e da vida;
- Familiaridade com a Política de Acesso Público do NIH e as ferramentas usado para avaliar a conformidade;
- Excelente comunicação oral e escrita e habilidades interpessoais;

- Compromisso demonstrado com os serviços de biblioteca centrados no usuário;
- Evidência demonstrada de iniciativa e flexibilidade;
- Excelentes habilidades organizacionais, de gerenciamento de tempo e de projetos;
- Experiência e habilidades tecnológicas sólidas;
- Capacidade de prosperar no ambiente excitante, ambíguo e orientado para o futuro de uma instituição de pesquisa de classe mundial e de responder efetivamente às necessidades e prioridades em mudança;
- Capacidade de trabalhar com professores, alunos e funcionários de diversas origens culturais;
- Capacidade de trabalhar colegialmente e como líder com colegas bibliotecários.

Quanto às suas qualificações, são desejáveis:

- Quatro anos de experiência trabalhando em uma biblioteca acadêmica de ciências da saúde, fornecendo uma ampla gama de serviços de informação;
- Amplo conhecimento de bancos de dados de ciências da saúde e da vida, incluindo estrutura de registros, políticas de indexação e conhecimento profundo de interfaces de pesquisa;
- Experiência comprovada na condução de MBE e pesquisas de revisão sistemática;
- Conhecimento de padrões de metadados;
- Familiaridade com as melhores práticas para gerenciar dados de pesquisa;
- Conhecimento de repositórios específicos de assunto;
- Conhecimento de políticas de financiadores relevantes para pesquisa nas ciências da saúde e da vida;

- Experiência no gerenciamento de conjuntos de dados em uma variedade de formatos;
- Familiaridade com os processos de concessão do NIH e NSF;
- Experiência com seleção e/ou licenciamento de livros e periódicos;
- Conhecimento profundo do processo de publicação nas ciências;
- Experiência com MyNCBI My Bibliography e o NIH *Manuscript Submission System*;
- Trabalho de curso universitário nas Ciências da Saúde e da Vida;
- Adesão à *Academy of Health Information Professionals* (AHIP), um programa da *Medical Library Association*.

Do mesmo modo que as práticas científicas evoluem, as necessidades de informação daqueles que se dedicam à pesquisa se modificam, sendo necessária a participação de profissionais da informação com conhecimentos especializados para ajudar os pesquisadores no resgate dessa informação. Dessa forma, o informacionista de pesquisa "[...] surge para contribuir no processo de resposta às novas exigências de divulgação de dados de pesquisa requeridas por agências de fomento e editoras científicas" (PRUDENCIO; BIOLCHINI, 2020, p. 151). Nesse sentido, para cumprir suas funções o informacionistas de pesquisa necessita ter competências especializadas e para que as desenvolvam eficientemente são necessários programas educacionais adequados. Por isso, a importância de programas de educação na área Ciências da Saúde, nos cursos de Biblioteconomia e oportunidades de educação continuada para profissionais que desejam ter instrução específica em Ciências da Saúde.

Quanto ao Brasil, alguns bibliotecários já realizam algumas das atividades próprias do perfil informacionista de pesquisa, especialmente em relação a atuação com revisões sistemáticas de literatura,

meta-análises e gestão de dados. Por isso que, assim como Davidoff e Florance (2000), nós acreditamos que a inserção de programas informacionistas, em específico informacionistas de pesquisa, será benéfico tanto para o campo médico e pacientes quanto para os bibliotecários, como uma nova oportunidade de atuação.

4. CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Esta pesquisa é parte de uma dissertação já qualificada em desenvolvimento. Até o momento os achados nos levam a perceber que as bibliotecas, inseridas em instituições de saúde ainda são os que mais empregam os profissionais da informação para atuar como bibliotecários médicos. Foi possível verificar também que tanto na literatura internacional como na literatura nacional não existem competências (conhecimento, habilidades e atitudes) 'fechadas' para cada perfil ocupacional bibliotecário médico, bibliotecário clínico, informacionista e informacionista de pesquisa. Cada um desses perfis possui sim competências específicas, porém dependendo do ambiente e das necessidades dos seus usuários as competências podem ser acrescentadas ou modificadas para melhor atender as demandas dos usuários.

REFERÊNCIAS

BERAQUET, V. S. M. et al. Bases para o desenvolvimento da biblioteconomia clínica no hospital da PUC-Campinas: capacitação de bibliotecários. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 10., 2009, João Pessoa. **Anais** [...]. João Pessoa: UFPB, 2009.

BORKO, H. Information Science: What is it? **American Documentation**, [*s.l.*], v.19, n.1, p.3-5, jan. 1968.

CREAMER, A. T.; MARTIN, E. R.; KAFEL, D. Research data management and Health Sciences librarian. *In*: WOOD, M. S. (ed.). **Health**

Sciences Librarianship. Maryland: Rowman & Littlefield Publishers, 2014. p. 252-274.

DAVIDOFF, F.; FLORANCE, V. The informationist: a new health profession? [editorial]. **Annals of Internal Medicine**, [*s.l.*], v. 132, n.12, p. 996-998, June, 2000.

FEDERER, L. **Exploring new roles for librarians:** the research informationist. San Rafael, CA: Morgan & Claypool Publishes, 2014.

GALVÃO, M. C. B.; LEITE, R. A. F. Do bibliotecário médico ao informacionista: traços semânticos de seus perfis e competências. **Transinformação**, Campinas, v. 20, n. 2, p.181-191, 2008.

HASHEMIAN, M. *et al*. A core competency model for clinical informationists. **J. Med. Libr. Assoc.**, [*s.l.*], v. 109, n. 1, p. 33-43, 2021.

LAPPA, E. Clinical Librarianship (CL): a historical perspective. **E-JASL**, [*s.l.*], v. 5, n. 2/3, set. 2004.

LIMA, Etelvina. Bibliotecas de hospitais. **R. Esc. Bibliotecon. UFMG**, Belo Horizonte, v. 2, n. 2, p. 141-159, 1973.

OLIVER, K.B.; RODERER, N.K. Working towards the informationist. **Health Informatics Journa**l, [*s.l.*], v.12, n.1, p. 41-48, 2006.

PINHEIRO, L. V. Campo interdisciplinar da Ciência da Informação: fronteiras remotas e recentes. **Investigación Bibliotecnológica**, Ciudad de México, v. 12, n. 25, p. 132-163, 1998.

PRUDENCIO, D. S.; BIOLCHINI, J. C. A. Informacionista de pesquisa: oportunidades para bibliotecários na era do big data. **Inf. Inf**., Londrina, v. 25, n. 2, p. 150-177, abr./jun. 2020.

RIBEIRO, F. Medicina e Ciência da informação: uma abordagem integradora e interdisciplinar In: DUARTE, Z. ; FARIAS, L. (org.). **A medicina na era da informação**. Bahia: EDUFBA, 2009. p. 111-125.

SARGEANT, S. J. E.; HARRISON, J. Clinical librarianship in the UK: temporary trend or permanent profession? Part I. **Health Information & Libraries Journal**, [*s.l.*], v. 21, n. 3, p.173-181, 18 ago. 2004.

SARACEVIC, T. Interdisciplinary nature of Information Science. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 24, n. 1, p. 1-9, 1995.

SOUZA, A. D.; RAMOS, J. V. Bibliotecário clínico: contribuições e lacunas do currículo de Biblioteconomia da Escola de Ciência da Informação UFMG. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 19., 2018, Marília. **Anais** [...]. Marilia: UNESP, 2019.

SCHANCHER, L. F. Clinical librarianship: its value in medical care. **Ann. Intern. Med.,** Philadelphia, v. 134, n. 8, p. 717-720, 2001.

SILVA, F. C. C. da. A atuação do bibliotecário médico e sua interação com os profissionais da saúde para busca e seleção de informação especializada**. Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, UNICAMP, v. 3, n. 1, p. 131-151, 2005.

SILVA, J. L. C. Das concepções disciplinares na Ciência da Informação e/ou de suas configurações epistemológicas: o desiderato percepcionado da interdisciplinaridade. **Investigación Bibliotecológica**, Ciudad de México, v. 27, v. 59, p. 67-92, 2013.

REGIMES DE INFORMAÇÃO NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS DE INCLUSÃO NO CAMPO EDUCACIONAL: UM OLHAR PARA O ENSINO SUPERIOR E SUAS BIBLIOTECAS

INFORMATION REGIMES IN THE CONTEXT OF INCLUSION POLICIES IN THE EDUCATIONAL FIELD: A LOOK AT HIGHER EDUCATION AND ITS LIBRARIES

Ana Paula Lima dos Santos
ap_lima@id.uff.br

Elisabete Gonçalves de Souza
elisabetegs@id.uff.br

Resumo: estuda a educação inclusiva na perspectiva dos regimes de informação, tendo como objeto de análise a inclusão das pessoas com deficiência no ensino superior. Apresenta os diferentes paradigmas a que foram submetidas essas pessoas: a exclusão, a segregação, a integração e a inclusão. Destaca a predominância dos paradigmas inclusivos como estratégia de luta para superar a discriminação. Discute marcos mundiais que favoreceram o avanço da temática e que culminou com a promulgação da Lei Brasileira de Inclusão, documento que expressa as conquistas e transformações sociais que vêm ocorrendo no Brasil nas últimas duas décadas. Tem como objetivo refletir sobre a inserção das bibliotecas universitárias nas políticas de inclusão social de pessoas com deficiência no ensino superior. A pesquisa caracteriza-se como do tipo exploratória, de caráter descritivo-analítico. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica e documental, associadas aos métodos de análise de assunto (NAVES, 2001) e análise de conteúdo (BARDIN, 2009). Conclui que o acesso à educação e à informação tem sido a questão central desses debates o que vem reverberando em

políticas públicas para essas áreas, sendo as bibliotecas um dos campos de investigação.

Palavras-Chave: Biblioteca universitária; Pessoas com deficiência; Regime de informação; Inclusão social; Ensino superior brasileiro.

Abstract: it studies inclusive education from the perspective of information systems, having as its object of analysis the inclusion of people with disabilities in higher education. It presents the different paradigms to which these people were submitted: exclusion, segregation, integration and inclusion. It highlights the predominance of inclusive paradigms as a fighting strategy to overcome discrimination. It discusses world milestones that favored the advancement of the theme and that culminated in the promulgation of the Brazilian Inclusion Law, a document that expresses the achievements and social transformations that have been taking place in Brazil in the last two decades. It aims to reflect on the inclusion of university libraries in policies for the social inclusion of people with disabilities in higher education. The research identifies itself as an exploratory type, with a descriptive-analytical character. The methodology used was bibliographic and documental research, associated with the methods of subject analysis (NAVES, 2001) and content analysis (BARDIN, 2009). It concludes that access to education and information has been the central issue of these debates, which has been reverberating in public policies for these areas, with libraries being one of the fields of investigation.

Keywords: Academic library; Disabled persons; Information regime; Social inclusion; Brazilian higher education.

1. INTRODUÇÃO

Dados levantados pelo Censo de 2010 (IBGE, 2010), indicam que quase 46 milhões de brasileiros, cerca 24% da população, têm algum grau de dificuldade em pelo menos uma das habilidades investigadas (enxergar, ouvir, caminhar ou subir degraus), ou possui deficiência mental / intelectual, o que corresponde a 6,7% da população. No campo da educação, o Censo da Educação Superior (INEP, 2021), apesar de identificar um aumento no número de estudantes nos cursos de graduação nos períodos de 2009 e 2019, observa que eles ainda representam 0,6% do total de declarados com algum tipo de deficiência. Esses números nos mostram que o acesso à educação superior por parte das pessoas com deficiência ainda é muito baixo no Brasil, o que nos revela o quanto é lento o processo de inclusão das pessoas com deficiência (PcD), nas diferentes esferas da vida social, sendo o ensino superior um dos últimos níveis de escolaridade a receber incentivo por parte dos governos.

No entanto, as transformações trazidas pelo paradigma da inclusão social provocaram impacto nas perspectivas de acesso e permanência das PcD nas instituições de ensino superior brasileiras, impactando tanto na política de vagas quanto no aspecto ético, envolvendo estratégias de acolhimento nos espaços educacionais, como as bibliotecas universitárias.

Conforme aponta Diniz (2012), a discussão sobre acessibilidade e inclusão tem sido alvo da agenda de órgãos multilaterais, como a UNESCO, no sentido de orientar os países membros a incluir as pessoas com deficiência, em todos os espaços sociais, sendo o educacional o prioritário. No campo do ensino superior brasileiro, as ações afirmativas têm sido uma das formas de promover o acesso às universidades ao mesmo tempo em que se coloca como desafio prover a permanência dessas pessoas nesses espaços, o que tem provocado inquietações e buscas por soluções nesse sentido.

A Ciência da Informação contribui com os estudos de Regimes de Informação que contempla os grupos excluídos enquanto agentes produtores e usuários da informação, o que aponta o papel das bibliotecas na economia política da informação no sentido de acolher de forma

efetiva a demanda das pessoas com deficiência, promovendo o acesso físico e intelectual aos acervos por meio de tecnologias assistivas.

O objetivo deste artigo é refletir sobre o papel das bibliotecas universitárias nas políticas públicas de inclusão social das pessoas com deficiência no ensino superior, entendendo-as como um recurso que contribui para a justiça social e a ampliação dos direitos à educação e à informação, como recursos para o desenvolvimento humano.

A metodologia utilizada é a revisão de literatura, sendo a pesquisa identificada como do tipo exploratória, de caráter descritivo-analítico, usando como método a Análise de Conteúdo, cujos procedimentos envolvem a identificação de "[...] indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 2009, p. 44).

Para estruturar a pesquisa, em um primeiro momento levantou-se documentos e legislações sobre a educação inclusiva usando o portal de periódico da CAPES e dados estatísticos sobre as pessoas com deficiências em *sites* como os do MEC, INEP e IBGE. Em um segundo momento, pesquisamos na base de dados BRAPCI[53] artigos sobre o tema, usando como termos de busca as palavras "inclusão social", "regime de informação", "ensino superior brasileiro" e "biblioteca universitária". Não foi definido um recorte cronológico, pois a ideia era realizar uma recuperação exaustiva das fontes, tendo em vista a pouca literatura disponível na área da Ciência da Informação relacionando as temáticas inclusão social e bibliotecas universitárias no contexto de regime de informação.

Após o levantamento dos textos, recorreu-se ao método de análise de assunto que, segundo Naves (2001, p. 192) é "o processo de ler um documento para extrair conceitos que traduzam a sua essência [...]" pela leitura de alguns dos elementos que o compõem, como: título, resumo, sumário, palavras-chave, acrescida de uma leitura dinâmica para permitir uma visão geral do texto, antes de focalizar tópicos importantes.

[53] BRAPCI - Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação.

Dessa forma, partimos para um estudo pormenorizado dos títulos, resumos e palavras-chave de cada artigo. Os trabalhos considerados potencialmente relevantes e que indicavam contribuições para esta pesquisa foram reavaliados qualitativamente de modo a identificar categorias centrais que nos ajudaram nas análises. Vencida essa etapa, nos concentramos na análise de conteúdo. Isto posto, fizemos a leitura completa dos artigos e documentos levantados e partimos para o desenvolvimento da discussão procurando destacar o conceito de inclusão enquanto paradigma social universal para conquista de direitos por todos os grupos sociais, considerando a diversidade humana.

Foram referenciais teóricos: a) nas discussões sobre inclusão os estudos de Sassaki (2009, 2012) entre outros, além dos documentos legais que expressam resultados das lutas políticas das pessoas com deficiência e que contribuem para compreender todo o processo histórico; b) no campo informacional, o conceito de Regime de Informação (RI) por nos oferecer a possibilidade para contextualizarmos a questão da inclusão social e acessibilidade aos produtos e serviços informacionais. Nessa abordagem destacam-se as ações de mediação com vista à organização das coleções e acesso aos documentos por meio de infraestrutura que privilegie tecnologias assistivas, um dos desafios do atual modo de produção informacional. Sobre RI buscou-se apoio nos estudos de González de Gómez (2003, 2009, 2011 2019) e Braman (2004); nas discussões das bibliotecas universitárias analisamos as ações da ALA (2017); IFLA (1999, 2001, 2002, 2015, 2017); FEBAB (2018), entre outras.

2. O PARADIGMA DA INCLUSÃO SOCIAL

As pessoas com deficiência vêm travando ao longo do tempo uma luta política pela garantia de seus direitos. O processo para se chegar à inclusão, paradigma predominante nas políticas públicas de diversas áreas (educação, trabalho, lazer etc.), foi longo e ainda continua em construção.

Contextualizando esse processo Sassaki (2012) identificou quatro paradigmas, representações e interpretações, relacionados a inclusão de pessoas com deficiência: 1) exclusão ou rejeição social: entende a pessoa com deficiência como incapaz de gerir sua própria vida; 2)

institucionalização ou segregação: pessoas com deficiência devem permanecer isoladas em instituições, como as escolas especiais, não interagindo com outras crianças sem deficiência. Essa falta de convivência social construiu na sociedade uma espécie de falta de empatia com o diferente; c) integração: paradigma pautado em estudos médicos. Constatou-se que a deficiência limita, mas não incapacita a pessoa com deficiência. De acordo com esse paradigma a pessoa com deficiência precisa se adaptar ao meio; cabe a ela se integrar. 4) inclusão: defende a convivência com o diferente, as adaptações dos espaços, serviços etc. de modo que sejam utilizados por todos. Esse paradigma explora o conceito de *design universal* e incentiva as ações para incluir as pessoas com deficiência em todos os espaços sociais. Ressalta que a sociedade precisa aprender a conviver com o diferente, contrariando os estigmas da incapacidade, segregação e rejeição e que cabe ao Estado e a sociedade criar as condições para que a pessoa com deficiência possa ter os mesmos direitos dos demais cidadãos.

A ideia-força do paradigma da inclusão social é a universalização dos direitos em todas as áreas para todos, tendo como pressuposto fundamental a educação. Esse movimento se deu nos anos de 1990 com a Declaração Mundial de Educação Para Todos, documento final da Conferência de Jomtien, realizada na Tailândia, cujo objetivo era promover garantias, por parte dos governos, de que todas as pessoas teriam acesso aos conhecimentos necessários para uma vida digna. A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO e o Fundo das Nações Unidas para a Infância - UNICEF participaram dessas discussões com o apoio do Banco Mundial e de outras importantes organizações intergovernamentais (UNESCO, 2000).

A Declaração de Jomtien ou Declaração Mundial sobre Educação Para Todos (1990), é um dos documentos mais significativos sobre o tema. A grande questão que entrelaça suas discussões é o "para todos", onde informação e educação são as grandes protagonistas de mudança e transformação social. Nesse sentido, destaca-se que as políticas para essas áreas devem alcançar os excluídos e entre os grupos que carecem de políticas públicas para inclusão social estão as pessoas com deficiência, um grupo que já passa dos 1 bilhão no mundo, segundo um levantamento realizado pela ONU (2018).

Neste documento o ensino superior é citado apenas no artigo 8, em relação orgânica com a educação básica, etapa crucial para garantir "[...] a melhoria do ensino superior e o desenvolvimento da pesquisa científica, devendo ser passível de" [...] estabelecer, em cada nível da educação, um contato estreito com o conhecimento tecnológico e científico contemporâneo (UNESCO, 1998, p. [6]).

Passados dez anos da Declaração de Jomtien, um outro evento importante na área foi o Fórum Mundial sobre Educação de Dakar, realizado em abril de 2000. Os objetivos de Jomtien foram ampliados para educação na primeira infância, educação primária, educação de jovens e adultos, paridade de gênero e qualidade no ensino (UNESCO, 2000). No entanto, mais uma vez a questão do ensino superior não é mencionada, o que nos leva a inferir que a inclusão no âmbito das macropolíticas têm como foco os compromissos pela educação básica, o que é legítimo, mas que limita a abordagem, tendo em vista ser o campo do ensino superior fundamental para o desenvolvimento científico e tecnológico, em especial dos países periféricos, onde o grupo de pessoas vulneráveis se estende para além da deficiência e envolvem também a questão do analfabetismo.

Em 2015, no Fórum Mundial de Educação realizado em Incheon, na Corea, foi elaborada um novo documento - a Declaração de Incheon. Nesse documento, a educação se insere no Objetivo 4: Desenvolvimento Sustentável, em que se destaca a importância de se assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, na promoção de oportunidades de aprendizagens ao longo da vida para todos. O documento confere à educação superior a responsabilidade de criar e estabelecer políticas para o enfrentamento das desigualdades sociais, mas não menciona a ação do Estado nessa área, alinhando seu discurso com a meta 4.3 (desenvolvimento sustentável) da Agenda 2030 que orienta a que educação técnica, profissional e superior, incluindo a universidade, sejam serviços oferecido à população a preços acessíveis (UNESCO, 2015 p. 40).

Nessa direção, estimula-se a aproximação do setor público com o privado e organizações e fundações filantrópicas "[...] por meio de parcerias entre múltiplas partes interessadas, investimentos e contribuições que sejam transparentes, alinhados com as prioridades locais e

nacionais, que respeitem a educação como direito humano e não aumentem a desigualdade" (UNESCO, 2015, p. 58). No que diz respeito à inclusão as estratégias indicadas para esses níveis de ensino são "[...] aprimorar e adaptar suas capacidades, com atenção especial à igualdade de gênero - inclusive à eliminação de barreiras de gênero - e a grupos vulneráveis, como as pessoas com deficiência" (UNESCO, 2015, p. 42). No entanto, não menciona as ações específicas para esses grupos, apenas os princípios que as norteiam.

Apesar das contradições aqui elencadas, os documentos citados impulsionaram os países signatários, entre eles o Brasil, a criarem políticas nacionais de inclusão e uma das grandes conquistas com relação à luta das pessoas com deficiência (PcD), foi a Lei Brasileira de Inclusão - LBI, que tem como principal objetivo garantir e promover, em justas condições, que a pessoa com deficiência exerça seu direito, que é devido a qualquer cidadão regido pela Constituição Brasileira, possibilitando a inclusão social e o exercício da cidadania. Dessa forma, se faz necessário que as instituições brasileiras se adequem em todos os aspectos e, além da mobilidade física, incluam recursos para superar as barreiras impostas nas comunicações e no acesso à informação para que de fato se tornem espaços acessíveis para as PcD.

A LBI aponta várias áreas onde a acessibilidade deve ser inserida: acessibilidade física, arquitetônica, urbanística, tecnológica, transporte, atitudinal, mobiliário, residência, profissional de apoio escolar. A questão das barreiras nos campos da informação e da comunicação é tratada no artigo terceiro, inciso IV, alínea d, que, entre outros itens considera como entrave "[...] atitude ou comportamento que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação (BRASIL, 2015).

No capítulo 4, art. 27, a Lei reforça que a educação é um direito constituído à pessoa com deficiência, devendo ser assegurado pelo Estado um sistema educacional que a inclua em todos os níveis de ensino garantindo-lhe o "[...] aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características,

interesses e necessidades de aprendizagem". Nesse cenário, as escolas especiais destinadas às crianças com deficiências tornaram-se exceção, passando a maioria de seus alunos a frequentar escolas inclusivas, conquistando o direito de se matricular em uma escola regular e juntos aprender com a diferença[54].

No nível universitário, apesar de a Lei 12.711/2012[55] dispor sobre políticas afirmativas para acesso às instituições federais de ensino superior, só em 2018 as PcD foram incluídas na Lei como um dos grupos sociais a serem contemplados por essas políticas, o que levou as bibliotecas universitárias a se envolverem com a questão do acesso ao espaço e aos acervos, colocando sob crítica e revisão seu regime de informação.

No campo da Ciência da Informação a discussão sobre o tema ainda é recente, especificamente quando se trata do ensino superior e

[54] Recentemente, no ano de 2020 foi lançada pelo governo federal uma "Nova Política Nacional de Educação Especial - PNEE", instituída pelo decreto presidencial nº 10.520/2020 que promove o retorno das escolas especiais, escolas com modelos segregadores. Após grande mobilização popular, o Supremo Federal referendou a Ação Direta de Inconstitucionalidade suspendendo os termos do decreto. Essa iniciativa do governo foi vista pelos estudiosos do tema como um retrocesso as conquistas na área da inclusão. A inclusão é o processo que ajuda na superação de barreiras que possam limitar a presença, a participação e as conquistas dos estudantes com deficiência e a equidade garante com justiça/processos justos a todos os estudantes no que se refere ao acesso à educação e informação. Assim, criar estratégias para driblar as barreiras e ajudar os alunos na sua permanência no processo de aprendizagem, a presença do intérprete de Libras, por exemplo, é um exemplo de equidade no ensino.

[55] Lei 12.711, também conhecida como Lei de Cotas. Garante a reserva de 50% das matrículas por curso e turno nas universidades federais e institutos federais de educação, ciência e tecnologia a alunos oriundos integralmente do ensino médio público, em cursos regulares ou da educação de jovens e adultos. Desse total, metade é destinada à população com renda familiar de até 1,5 salário-mínimo per capita. A distribuição das vagas da cota racial e deficiência é feita de acordo com a proporção de indígenas, negros, pardos e pessoas com deficiência da unidade da Federação onde está situada a universidade ou instituto federal. Fonte: Agência Senado. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2022/02/lei-de-cotas-tem-ano-decisivo-no-congresso

do papel das bibliotecas universitárias, tendo em vista que todo o debate se centra na luta pelo acesso e permanência na educação básica.

Na próxima seção nos aprofundaremos mais nessas discussões.

3. INCLUSÃO SOCIAL E EDUCAÇÃO: INTERSEÇÕES COM A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

A globalização tem trazido ao campo da Ciência da Informação um leque de temáticas que mostram a transformação social que a sociedade vem passando face aos avanços das novas tecnologias de comunicação e informação, seus dispositivos e artefatos informacionais. Para González de Gómez (2019) trata-se de um cenário em que "[...] as questões econômicas vêm ocupando espaços discursivos que antes foram preenchidos por questões políticas" e que para entendê-lo foi concebido o conceito "regime de informação", como constructo teórico e analítico nas discussões sobre "[...] a posição e os papéis de práticas, profissões, instituições e recursos de informação, nas novas configurações das relações da sociedade, do Estado e do mercado (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2019, p. 138).

A partir da década de 1990 a inclusão social torna-se a opção emergente nas discussões sobre o tema, questionando não somente as políticas públicas, mas também o conceito de integração. De acordo com Mantoan (1997, p. 145), "a noção de inclusão institui a inserção de uma forma mais radical, completa e sistemática". O termo integração é abandonado, uma vez que o objetivo é incluir e a meta primordial é não deixar ninguém de fora. Nesse sentido, a Federação Internacional das Associações de Bibliotecários - IFLA vem corroborando com a discussão por meio de suas diretrizes, destacando que as bibliotecas devem dar "[...] atenção especial aos jovens e adultos com deficiência, e aqueles que são minorias sociais e linguísticas" (IFLA, 2001, p. 4). Tais ações sinalizam uma nova forma de inserção das bibliotecas no regime global de informação, alinhadas com as lutas das minorias sociais e com "[...] outros regimes sociais, econômicos, culturais, das comunidades e do Estado" (GONZÁLEZ DE GÓMEZ 2003, p. 61).

Segundo Braman (2004) e González de Gómez (2011) o atual regime de informação envolve atores estatais e não estatais de um sistema geopolítico global. No campo da Biblioteconomia e Ciência da Informação a IFLA é o principal ator. Em 1999, em documento intitulado Declaração dos Direitos da Pessoa Usuária dos Serviços Prestados por Profissionais da Informação, a entidade chama atenção dos bibliotecários para que se integrarem à luta pelo acesso à informação para todos, de modo a garantirem o acesso a todas as "[...] manifestações do conhecimento e da atividade intelectual; a adquirirem, preservarem e tornarem acessíveis a mais ampla variedade de materiais que reflitam a pluralidade e a diversidade da sociedade" (IFLA, 1999, p [1]).

No ano de 2001, a IFLA publicou diretrizes para orientação dos serviços das bibliotecas para grupos vulneráveis, a proposta dessas diretrizes é inspirar as bibliotecas a criarem serviços para esses grupos de usuários tenham acesso à informação e à cultura dando a essas pessoas as mesmas condições e oportunidades de utilizarem tanto os recursos tradicionais como os eletrônicos (portais de periódicos, catálogos online, bases de dados, bibliotecas digitais etc.). Por meio dessas ações as bibliotecas vêm ocupando o seu lugar nas discussões sobre as questões sociais que envolvem o acesso, busca e recuperação da informação por todos, além de contribuírem para que pessoas que estão incapacitadas de usufruir desses serviços por conta de sua vulnerabilidade encontrem a possibilidades de poder fazê-lo (MENESES TELLO, 2008).

Entre as ações da IFLA no campo da inclusão social das PcD destacamos as Diretrizes para Serviços de Biblioteca para Pessoas Surdas. Esse documento tem o objetivo de fornecer informações aos bibliotecários sobre as necessidades informacionais das pessoas surdas, referindo-se a todas as bibliotecas que tenham usuários surdos. Essas orientações se aplicam a todos os tipos de bibliotecas, fornecendo diretrizes gerais para a criação de serviços e critérios para avaliar sua funcionalidade. Vale ressaltar que essas orientações são de âmbito internacional, e os ajustes são necessários de acordo com as especificidades e limitações nacionais e locais (MENESES TELLO, 2008).

Outra orientação, conforme nos lembra Stroparo e Moreira (2021) é o relatório "Biblioteca para Cegos na Era da Informação:

diretrizes de desenvolvimento". Esse documento apresenta os princípios dos serviços de biblioteca para usuários que fazem o uso do braile. São ações importantes para que o usuário com deficiência visual tenha acesso e use as coleções que são impressas ou disponíveis nesse formato. Tal documento vem estimular a adequação de espaços nas bibliotecas para esse tipo de acesso e leitura, além de treinamento da equipe e a disponibilização de tecnologias assistivas, como lupas de aumento e programas de voz para o conforto e independência do usuário cego ou com baixa visão (MENESES TELLO, 2008).

Nesse contexto, cabe ressaltar o trabalho de *advocacy* do Programa Internacional de *Advocacy* (IAP) da IFLA (2017), que tem como propósito o aumento do acesso à informação e ao conhecimento junto à toda sociedade, com o apoio das tecnologias de informação e comunicação - TIC, alinhado às teses do desenvolvimento sustentável e melhoria da qualidade de vida das pessoas. Uma das metas do Programa é incluir as bibliotecas nos Planos Nacionais de Desenvolvimento, ação que reforça o papel das universidades e de suas bibliotecas no contexto da formação científica e tecnológica.

Em 2012, a Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas de Informação e Instituições - FEBAB começou a difundir os conceitos sobre o *advocacy*, para as comunidades bibliotecárias aproximando-as desse movimento internacional, que defende a maior inserção das bibliotecas em ações que promovam o desenvolvimento sustentável e a responsabilidade social. O conceito *advocacy* pressupõe um ativismo, um trabalho sistemático por uma causa e nesse sentido o bibliotecário deve ser um defensor da causa em prol do compromisso de promover o acesso à leitura, informação e à cultura (IFLA, 2015). O alinhamento com a IFLA fez com que a FEBAB colocasse em sua agenda temas que estavam silenciados, formando comissões para tratar das bibliotecas prisionais, das escolares, das universitárias etc., além da questão da inclusão por meio de debates sobre bibliotecas inclusivas. Essas ações têm como proposta a contribuição efetiva aos objetivos estabelecidos pela agenda 2030, no entanto vale lembrar que são ações centralizadas na sociedade civil, em suas entidades, com pouca cobrança do Estado e de sua responsabilidade em promover políticas públicas que garantam aos cidadãos seus direitos fundamentais.

Nota-se um discurso voltado para o indivíduo, que destaca a ação autônoma das instituições e seus profissionais, sendo o papel do Estado minimizado enquanto articulador e financiador de políticas.

Em 2018 a FEBAB criou o GT-*Acces*, um grupo de acessibilidade em bibliotecas que tem se empenhado em pensar diretrizes para a inclusão das pessoas com deficiência nessas instituições, inclusive tem se dedicado às questões dos direitos autorais face à institucionalização do Tratado de Marraquexe, que reconhece o direito à leitura da pessoa com deficiência visual e vê no profissional da informação um garantidor desse direito por meio de criação de políticas que favoreçam o acesso às obras publicadas respaldadas em políticas institucionais que promovam o acesso informacional às pessoas com deficiência visual (BRASIL, 2018). Nesse ínterim, ressalta Meneses Tello (2008, p. 58), "[...] a concepção do serviço bibliotecário para todos, que diz respeito ao acesso gratuito para toda a população, adere à ideia de que a biblioteca é uma instituição para o bem comum público" (MENESES TELLO, 2008, p. 58. Tradução nossa).

Apesar de sabermos do alcance das diretrizes da IFLA no cenário internacional, suas orientações devem ser ajustadas ao contexto social de cada região. Ou seja, pretende-se que estas orientações sirvam para o desenvolvimento de diretrizes em todos os países interessados em oferecer serviços de biblioteca para grupos sociais e comunidades vulneráveis. Mas para alcançar o sucesso é necessário que bibliotecários e equipes estejam suficientemente preparados para realizar tais atendimentos e oferecer os serviços adequados. No campo do ensino superior público, significa cobrar do Estado maiores investimentos nos equipamentos escolares, incluindo as tecnologias assistivas e a formação de profissionais capazes de interagir e identificar as demandas desses grupos. Os documentos citados ressaltam também que as escolas de biblioteconomia devem formar profissionais com conhecimento para atender esses públicos e também manifestam que as associações nacionais de bibliotecas, como a FEBAB, devem assumir o protagonismo desses debates e dar as devidas orientações às instituições locais.

O paradigma da inclusão social impõe um novo regime de informação. A distribuição do poder formativo "[...] remete à atores,

agências organizacionais, setores de atividades, áreas do conhecimento, regiões locais e redes internacionais e globais [...]" (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2009, p. 28). Forma-se "[...] uma rede ampliada de organizações e atores estatais e não estatais cujas decisões e comportamentos têm efeito sobre a sociedade e requer a formulação de programas (BRAMAN, 2004, p. 13) como os difundidos pela IFLA para ampliar o acesso à biblioteca a grupos sociais vulneráveis.

No campo educacional, no quadro apresentado na seção dois, percebemos as diferentes nuances dos regimes de informação que permearam as discussões sobre inclusão social nas décadas de 1990 e 2000 e as preocupações com a universalização do acesso à educação não só na infância, como na fase adulta. Um quadro que se agrava apesar dos esforços da sociedade civil e das agências multilaterais, mas que é explicável pois expressa as contradições que cercam a atual formação das forças produtivas, em que as relações sociais de produção e trabalho vêm se modificando acentuadamente, deixando as populações periféricas e grupos sociais historicamente marginalizados mais vulneráveis.

Em pleno século XXI encontramos pessoas que não têm acesso à educação, que estão excluídas do mercado de trabalho, de usufruir de bens sociais e culturais, entre elas as pessoas com deficiência - PcD. Nesse cenário, as políticas de informação têm um papel determinante, mas não podem se limitar ao acesso à internet. Devem ser ampliadas no sentido de incluir as bibliotecas escolares e universitárias como um recurso para o desenvolvimento da educação escolar e continuada. De modo geral, podemos mencionar, por exemplo, os catálogos acessíveis, repositórios digitais funcionais, recursos que são fundamentais para democratizar o acesso aos conteúdos informacionais para as PcD.

Dessa forma, a biblioteca universitária funciona como uma instituição em que a acessibilidade se materializa por meio de serviços e produtos e de políticas de informação que investem nas tecnologias assistivas para que as PcD tenham acesso à informação. Isso inclui um catálogo eletrônico acessível e cooperativo, repositórios digitais funcionais, além de obras acessíveis e, o mais importante, pessoas capacitadas e conscientes do seu fazer nesse processo de inclusão, incluindo nesse contexto os bibliotecários, professores e todos os funcionários da

biblioteca que tenham atitudes acessíveis por meio da capacitação e conscientização de que a biblioteca deve ser um ambiente acolhedor onde o direito da pessoa com deficiência seja reverberado por meio de todo processo que envolve a biblioteca.

Nas universidades federais, os representantes máximos devem buscar o diálogo com os diversos setores para juntos construírem políticas para o atendimento às PcD deficiência, e nesse diálogo deve ser incluída a biblioteca universitária, pois é por meio dela que a inclusão de grupos sociais se efetivará ao atuar como facilitadora do acesso à informação e ao conhecimento. Parte-se do entendimento que em uma universidade cada setor é um nó numa rede de interlocuções para que as políticas em prol da acessibilidade e inclusão de todos efetivamente ocorram. Todos os atores (professores, bibliotecários, representação estudantil etc.) são fundamentais para que as políticas de inclusão e acessibilidade possam se constituir como política institucional e não como ações isoladas; todos os setores devem ser parte de uma rede que tenha a diversidade humana com valor universal. Nesse cenário, as ações de informação formativas e de mediação, como cursos de libras, oficinas de sensibilização, assim como as tecnologias assistivas, para acesso ao conteúdo dos acervos, são fundamentais para tornar a instituição universidade de fato inclusiva.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão como movimento tem sua origem no campo educacional, nas lutas por uma educação que se estende de forma universal para todos. Hoje as questões envolvendo o tema começam a adentrar diversos setores da sociedade contemporânea, englobando novos atores e transversalizando as discussões em outros campos do conhecimento, como, por exemplo, a Ciência da Informação.

A informação na sociedade atual tem sido a grande protagonista. A questão é tema de diversos programas da ONU, dentre eles os de acesso à educação para os excluídos das escolas (básica e superior) por não serem considerados aptos para produzir e consumir pelo sistema vigente. Esse reconhecimento recente, materializado em políticas de

inclusão social dos anos de 1990-2000 é fruto da luta dos excluídos, mas precisa avançar, pois ainda há muito a se conquistar.

Como vimos, o paradigma da inclusão social tem sido alvo de uma política global de ações que tem reverberado em iniciativas mundiais com vista à promoção do acesso à informação e tem propiciado a inserção das bibliotecas no debate. No entanto, trata-se de um terreno tortuoso, em que fatores políticos, sociais e culturais podem retardar o processo, principalmente na área das bibliotecas, equipamento cultural ainda ausente da vida dos brasileiros de um modo geral. Apesar de presentes no ensino superior, seu espaço e acervo não foram pensados para atender as pessoas com deficiências, o que significa que ainda há muito a ser discutido e muitas ações a serem realizadas.

Esse cenário nos mostra a verdadeira face do problema e os obstáculos a enfrentar para que de fato uma biblioteca universitária seja acessível a todos. Tal tarefa não é fácil nem tão pouco rápida e também não se limita a ter aportes financeiros, ela envolve um longo processo de conscientização, atitude e responsabilidade social no sentido integral da palavra. Acessibilidade em toda sua acepção (arquitetônica, normativa, atitudinal, informacional etc.) não é um favor, é um direito garantido por lei. Nesse sentido, o conhecimento das normas e estatutos legais, além das diretrizes, orientações e boas práticas difundidas por agências nacionais e internacionais que atuam na área de Biblioteconomia e Ciência da Informação são fundamentais na constituição de políticas de acessibilidade que garantam o pleno acesso aos espaços e aos acervos a todas as pessoas independente de suas condições físicas, intelectuais e sociais.

Sobre os Fóruns Mundiais de Educação e as orientações Agenda 2030 para a inclusão social dos grupos vulneráveis, a leitura dos documentos mostrou que eles não devem ser discutidos descolados de uma compreensão das relações macroeconômicas que cercam o atual regime de informação. Nota-se que as orientações são em direção ao empoderamento da sociedade civil, por meio de suas organizações, incluindo o apoio financeiro dos mercados, transformando direitos fundamentais como o acesso à educação e aos bens culturais, como as bibliotecas, em uma preocupação mais da sociedade do que dos estados nacionais. Essa

análise nos leva a questionar até que ponto o discurso da inclusão social pode ser instrumentalizado e afastar-se dos debates sobre os direitos fundamentais como um dever da sociedade, mas também de seus governos.

REFERÊNCIAS

ALA - AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION. **People with multiple disabilities**: what you need to know, 2017. Disponível: http://www.ala.org/ascla/resources/tipsheets/multiple-disabilities . Acesso em: 25 ago. 2022.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. ed. rev. e atual. Lisboa: Edições 70, 2009.

BRAMAN, Sandra. **The emergent global information policy regime**. New York: Palgrave Macmillan, 2004. Disponível em: http://people.tamu.edu/~braman/bramanpdfs/022_emergentregime.pdf . Acesso em: 02. set. 2022.

BRASIL. Decreto nº 9.522, de 8 de outubro de 2018. Promulga o Tratado de Marraquexe para Facilitar o Acesso a Obras Publicadas... **Diário Oficial da União**, Brasília, 09 out. 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/Decreto/D9522.htm . Acesso em: 02 set. 2022.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**. Brasília, 07 jul. 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm . Acesso em: 04 jul. 2022.

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, 30 ago. 2012. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm . Acesso em: 04 jul. 2022.

DINIZ, Débora. **O que é deficiência**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2012.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. As relações entre ciência, Estado e sociedade: um domínio de visibilidade para as questões da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 32, n. 1, p. 60-76, jan./abr., 2003.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. A universidade e a "sociedade da informação". **Revista Digital Biblioteconomia Ciência da Informação**, Campinas, v.9, n.1, p.225-242, jul./dez. 2011. Disponível em: https://brapci.inf.br/index.php/res/download/114372 . Acesso em: 22 ago. 2022.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. Reflexões sobre a genealogia dos regimes de informação. **Informação & Sociedade**: Est., João Pessoa, v.29, n.1, p. 137-158, jan./mar., 2019.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. As ciências sociais e as questões da informação. **Morpheus**, Rio de Janeiro, Ano 09, n.14, p. 18-37, 2009.

IBGE. **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: http://www.censo2010.ibge.gov.br/questionarios.php . Acesso em 15 set. 2022.

INEP. **Resumo técnico do Censo da Educação Superior 2019** [recurso eletrônico]. – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2021. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_da_educacao_superior_2019.pdf . Acesso em: 04 jul. 2022.

IFLA. **Declaração dos Direitos da Pessoa Usuária dos Serviços Prestados por Profissionais da Informação, pela Federação Internacional das Associações de Bibliotecários**, em 29 de março de 1999.

IFLA. **Guidelines for library services for young adults** The Hague: IFLA Headquarters, [2001]. Disponível em: https://www.ifla.org/files/assets/libraries-for-children-and-ya/publications/ya-guidelines2-en.pdf . Acesso em: 02 set. 2022.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATION (IFLA). **Library Development Programme (LDP)**, 2017. Disponível em: https://www.ifla.org/units/library-development-programme-ldp/ . Acesso em: 15 set. 2022.

MANTOAN, Maria Tereza Egler. **A integração de pessoas com deficiência**: Contribuições para uma reflexão sobre o tema. São Paulo: Memnon, SENAC, 1997.

MENESES TELLO, Felipe. Servicios bibliotecarios para grupos vulnerables: la perspectiva em las directrices de la IFLA y otras asociaciones. **Informação & Sociedade**: Est., João Pessoa, v.18, n.1, p.45-66, jan./abr. 2008.

NAVES, Madalena Martins Lopes. Estudo de fatores interferentes no processo de análise de assunto. **Perspectivas em Ciência da Informação***,* Belo Horizonte, v.6, n.2, p. 189-203, jul./dez. 2001.

ONU. **Perspectiva Global Reportagens Humanas.** ONU News, 2018. Disponível em: https://news.un.org/pt/story/2018/12/1649881 . Acesso em: 02 set. 2022.

SASSAKI. Romeu Kazumi. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. **Revista Nacional de Reabilitação (Reação)**, São Paulo, Ano XII, mar./abr. p. 10-16, 2009.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Causa, impedimento, deficiência e incapacidade, segundo a inclusão. **Revista Reação**, São Paulo, ano XIV, n. 87, jul./ago. p. 14-16, 2012.

STROPARO, Eliane Maria; MOREIRA, Laura Ceretta. Bibliotecas universitárias federais brasileiras: acessibilidade/avaliação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Educação**, v. 46, jan./dez. – Publicação contínua, 2021.

UNESCO. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos**: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem. Jomtien, Tailândia: UNESCO, 1990. Disponível em: https://abres.org.br/wp-content/uploads/2019/11/declaracao_mundial_sobre_educacao_para_todos_de_marco_de_1990.pdf . Acesso em: 30 jun. 2022

UNESCO. **Educação para todos**: o compromisso de Dakar. UNESCO, 2000. https://www.mprj.mp.br/documents/20184/1330730/2000_declaracaosobreeducacaoparatodosocompromissodedakar.pdf . Acesso em: 04 jul. 2022.

UNESCO. **Educação 2030**: Declaração de Incheon Rumo a uma educação de qualidade inclusiva e equitativa e à educação ao longo da vida para todos. Declaração de Incheon, Coreia do Sul: UNESCO, 2015. Disponível em: http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/cao_civel/aa_ppdeficiencia/aa_ppd_educacaoinclusiva/Declara%C3%A7%C3%A3o%20de%20Incheon%20e%20Marco%20de%20A%C3%A7%C3%A3o%20-%20Educa%C3%A7%C3%A3o%202030.pdf . Acesso em: 13 set. 2022.

A IMPORTÂNCIA DE MARILENA LEITE PAES NA CLASSIFICAÇÃO DE ARQUIVOS CORRENTES NO BRASIL

THE IMPORTANCE OF MARILENA LEITE PAES IN THE CLASSIFICATION OF CURRENT FILES IN BRAZIL

Fernanda Bouth Pinto
nandabouth@yahoo.com.br

Clarissa Moreira dos Santos Schmidt
clarissaschmidt@id.uff.br

Resumo: Este trabalho aborda o tema da história da classificação de arquivos correntes no Brasil e propõe localizar a atuação da profissional Marilena Leite Paes neste contexto. Desta maneira, a investigação insere-se na perspectiva dos estudos sobre a história dos Arquivos e da Arquivologia no Brasil. À vista disso, investiga-se o desenvolvimento de práticas à classificação de arquivos correntes por Marilena, a partir de suas atuações e pelas instituições pelas quais passou e/ou fizeram parte de sua vida, a saber: Fundação Getúlio Vargas, Associação dos Arquivistas Brasileiros e o Conselho Nacional de Arquivos. Afora essas e integrando sua trajetória de outra maneira, o Departamento Administrativo do Serviço Público e o Arquivo Nacional também são estudados na medida em que influenciaram sua perspectiva de classificação ou receberam a colaboração de Marilena. Tendo como metodologia de pesquisa uma investigação qualitativa, com a análise de fontes primárias, defendemos que Marilena Leite Paes foi um personagem central para a história da Arquivologia no Brasil, especificamente para os arquivos correntes, ao colaborar para a disseminação de conhecimentos na área e ser responsável, em grande medida, pelo desenvolvimento da classificação.

Palavras-chave: Classificação em arquivos; História dos arquivos e da arquivologia; Marilena Leite Paes.

Abstract: This work addresses the theme of the history of the classification of current archives in Brazil and proposes to locate the performance of the professional Marilena Leite Paes in this context. In this way, the investigation is part of the perspective of studies on the history of Archives and Archival Science in Brazil. In view of this, the development of practices for the classification of current archives by Marilena is investigated, based on her performances and by the institutions through which she passed and/or were part of her life, namely: Fundação Getúlio Vargas, Associação dos Arquivistas Brasileiros and the National Archives Council. Apart from these and integrating its trajectory in another way, the Administrative Department of the Public Service and the National Archives are also studied insofar as they influenced their classification perspective or received Marilena's collaboration. Having as a research methodology a qualitative investigation, with the analysis of primary sources, we argue that Marilena Leite Paes was a central character for the history of Archival Science in Brazil, specifically for current archives, by collaborating for the dissemination of knowledge in the area and being largely responsible for the development of the classification.

Keywords: Classification in files; History of archives and archival Science; Marilena Leite Paes.

1. INTRODUÇÃO

Analisar a atuação profissional de Marilena Leite Paes nos remete para além da compreensão da história da gestão dos arquivos e da classificação de documentos no Brasil. Sua trajetória nos permite entender o papel que diversas instituições e atores desempenharam para que os métodos e as práticas de classificação de documentos fossem institucionalizados ao longo de décadas em nosso país.

À vista disso, buscamos identificar, ao trazer um panorama da classificação de documentos no Brasil, como a principal instituição arquivística do país, o Arquivo Nacional, adotou esse procedimento. Ademais, é importante destacar que na década de 1930 encontra-se a criação do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), voltado para maior eficácia e eficiência do Estado. Assim, analisamos em que medida a prática do DASP de incentivar a formação de funcionários brasileiros no exterior provocou a influência do modelo norte-americano nas discussões sobre classificação no Brasil, fundamentalmente aos arquivos correntes. Apresentamos o contexto da gestão de José Honório Rodrigues no Arquivo Nacional e suas contribuições para a classificação de documentos, além do incentivo para a vinda de profissionais estrangeiros ao Brasil.

Consideramos pioneiro o papel de Marilena Leite Paes ao compreender que ela empreendeu uma série de atuações na área, desde a relação entre profissionais até os conhecimentos e informações acerca da área dos arquivos. Dentre outros pontos, apresentamos os acontecimentos da sua trajetória profissional na Fundação Getúlio Vargas (FGV) ao elaborar a proposta de classificação para documentos correntes e instituir o sistema de arquivos, em 1973; a publicação de textos e manuais; a participação em congressos; a oferta de cursos na área; e o apoio à regulamentação da profissão de arquivista no âmbito da Associação de Arquivistas Brasileiros (AAB).

Esta pesquisa encontra-se em desenvolvimento no âmbito do curso de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense, na linha de pesquisa Informação, cultura e sociedade, sob a orientação da Profª Drª Clarissa Moreira dos Santos Schmidt e coorientação do Prof. Dr Paulo Roberto Elian dos Santos.

2. DESENVOLVIMENTO

Este trabalho está inserido na perspectiva dos estudos da história dos Arquivos e da Arquivologia no Brasil e pode representar uma contribuição singular ao eleger o tema da classificação numa perspectiva histórica e a partir da trajetória específica de Marilena Leite Paes. Posicioná-la como protagonista nesta discussão é crucial, uma vez que coube a ela, inspirada por Maria de Lourdes Costa e Souza, o pioneirismo na aplicação e divulgação de possibilidades à classificação em arquivos correntes, que culminou nos modelos preconizados pelo CONARQ, utilizados e difundidos pelo Arquivo Nacional a partir de meados dos anos 1990. Seu papel e atuação na área demonstram o quanto se dedicou em prol dos arquivos de uma forma geral, e em relação à classificação de arquivos correntes, particularmente.

2.1. Procedimentos metodológicos

Esta investigação é um estudo de análise documental e qualitativa, tendo como procedimentos metodológicos a leitura e análise de fontes primárias, o levantamento bibliográfico em teses, dissertações, artigos de periódicos, anais de eventos, artigos de jornais e livros que contemplam os marcos teóricos tratados, e a coleta de dados a partir de entrevistas com profissionais que trabalharam com Marilena. A metodologia adotada para a pesquisa nas fontes documentais selecionadas foi a busca dos termos "classificação", "arranjo", "arquivos correntes", "ordenação" e "Marilena Leite Paes", tanto no título dos artigos quanto nos resumos. A pesquisa documental foi realizada nos fundos das seguintes instituições: FGV; fundos do Arquivo Nacional: AAB, Arquivo Nacional e DASP; e acervo pessoal do Prof. José Pedro Pinto Esposel.

2.2. Um panorama da classificação de arquivos correntes no Brasil

Falar de arquivos correntes no Brasil a partir de meados do século XX é considerar dois atores fundamentais nesse processo: o Arquivo Nacional (AN), cujo foco era a preservação dos documentos históricos/permanentes e o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), preocupado com a organização e a classificação de

documentos administrativos/correntes. Por outro lado, cabe levar em conta que, neste momento, ainda não havia a prática da gestão de documentos instituída no país, algo que só pode ser percebido no bojo do projeto de modernização do Arquivo Nacional nos anos 1980[56], assim como nas preocupações expressas com a lei de arquivos, Lei nº 8159 de 1991. Um sobrevoo nesse processo pode nos ajudar a compreender os pormenores da atuação de Marilena Leite Paes em relação a organização de arquivos no Brasil.

Antes do surgimento do princípio do respeito aos fundos, em 1841, no contexto europeu, os documentos eram organizados e classificados por temas ou assuntos. Não havia preocupação em manter agrupados documentos da mesma origem e sem misturar com documentos de origens diferentes.

No Brasil, o Arquivo Nacional, fundado em 1838, elaborou o primeiro plano de classificação na gestão de Machado Portela, em 1876, com foco nos documentos históricos, ou seja, permanentes. Mesmo afirmando ser baseado no princípio de respeito aos fundos, ao analisar o instrumento fica clara a classificação por temas ou assuntos. Sobre esta questão, Estevão e Fonseca (2011, p.88, complemento nosso) esclarecem que "não se pode afirmar que o princípio [de respeito aos fundos] tenha sido assumido de imediato no Brasil, até que a análise da prática de arranjo e descrição na instituição demonstra que sua aplicação sistemática e coletiva só ocorreria muito mais tarde (...)."

O "Plano provisório de classificação de documentos do Arquivo Público" de 1876, é considerado um marco no que diz respeito à classificação de documentos no Arquivo. Ainda em 1913, com a publicação do "Catálogo dos livros da Seção Histórica do Arquivo Nacional precedido do respectivo plano", percebe-se que o modelo de classificação continuava o mesmo de 1876, ou seja, os procedimentos de classificação iniciados com Machado Portela em meados do século XIX ainda eram utilizados no início do século XX (SOUSA, 2015). Ressalvado o fato de que se trata de um plano elaborado em fins do século XIX, a problemática de se construir um plano baseado em diferentes critérios

[56] Como o objetivo deste trabalho não é verticalizar este assunto, para maior aprofundamento no tema, ver os trabalhos de JARDIM (1987, 1988, 2014, 2015).

e por assunto permanece por longo período após 1876. Podemos notar que o modelo de classificação não se altera, chegando inclusive ao contexto de atuação de Marilena Leite Paes, a partir de meados do século XX, e alcançando os dias atuais.

Já a gestão de José Honório Rodrigues (1958-1964) frente ao Arquivo Nacional, trouxe ao Brasil dois especialistas estrangeiros: Henri Boullier de Branche e Theodore Roosevelt Schellenberg. Quanto à temática da classificação, cabe colocar que Boullier de Branche colaborou para além da elaboração de um sumário e a participação nos cursos: o francês deixou as bases para um método de classificação que o Arquivo não possuía. De Branche "denunciou" em seu *"Relatório sobre o Arquivo Nacional do Brasil"*[57], no qual abordava os mais diversos aspectos do planejamento, gestão administrativa e técnica de uma instituição arquivística, que não havia nenhum método de classificação científico, nem mesmo o respeito aos fundos: as coleções eram montadas de forma arbitrária e a separação dos livros e documentos não encadernados era feita de forma constante. A partir das colocações de Boullier de Branche, apesar de algumas tentativas de classificação do acervo do Arquivo Nacional terem sido iniciadas - leia-se o Plano de Classificação de 1876 de Machado Portella - parece que este Plano não passou de letra morta, a proposta nasceu e morreu no papel, sem aplicabilidade nenhuma no extenso volume documental que o Arquivo possuía (SOUSA, 2015).

As ideias de Boullier para a classificação referiam-se ao sistema de classificação por dossiês/assunto, tendo criticado a prática adotada nos arquivos sobre a natureza dos documentos. Dessa forma, é inegável a contribuição de Boullier de Branche no que se refere ao estabelecimento do princípio de respeito aos fundos, em que a proveniência dos documentos fosse respeitada. As práticas de classificação adotadas pelo Arquivo Nacional, até esse momento, estavam voltadas para a organização dos documentos históricos, ou seja, o seu acervo permanente.

Voltando nosso olhar para os documentos administrativos, ou os documentos correntes, encontramos um órgão preocupado com isso. O

[57] Relatório escrito por Boullier de Branche em 1960, mas publicado pelo Arquivo Nacional em 1975.

DASP foi um ator fundamental para a instituição de melhorias e medidas na administração pública em relação às áreas de organização e métodos e execução orçamentária. Sua criação em 1938, com Regimento interno publicado apenas em 1942, estava relacionada ao período de reforma administrativa do governo Vargas e tinha por objetivo a racionalização e o aperfeiçoamento da administração geral do Estado. Tendo como atribuições a administração de pessoal e material, o DASP passou a concentrar suas ações nas atividades de seleção e aperfeiçoamento de quadros para o serviço público.

Segundo Lydia Sambaquy (1983), Luiz Simões Lopes, primeiro diretor do DASP, sempre se dedicou aos problemas relacionados à área dos arquivos, bibliotecas, museus e centros de documentação e informação, preocupado em auxiliar no que fosse possível. Após a criação do órgão, por volta de 1940 foram promovidas a organização de Serviços de Documentação com Biblioteca, Setor de Publicações, Comunicações e Arquivo e que, segundo Sambaquy (1983, p.5), "deveriam atuar em estreita cooperação, sob padrões, tanto quanto possível, normalizados".

O que nos interessa nesta pesquisa é a atuação do DASP em relação a formação de funcionários públicos federais, além das orientações para tratamento dos arquivos nos órgãos públicos, isto é, os arquivos correntes. A partir de sua criação, muitos servidores tiveram a oportunidade de fazer cursos, participar de palestras e usufruir de bolsas de estudo no exterior. O contato de funcionários do campo da biblioteconomia e dos arquivos públicos com o conhecimento destas áreas nos Estados Unidos influenciou os métodos de trabalho nas instituições brasileiras.

O papel desempenhado pelo DASP foi fundamental ao disseminar diversos procedimentos quanto ao tratamento de documentos públicos, suplantando e tornando "débil o papel dos arquivos públicos – e, principalmente, do Arquivo Nacional – no cenário brasileiro" (COUGO JUNIOR, 2020, p.132). Em sua fase inicial, o DASP apresentou reflexões sobre a área de arquivos no país, colaborando então para seu desenvolvimento, num momento em que não havia instituição alguma pensando procedimentos para a organização de documentos nos órgãos produtores.

A Revista do Serviço Público, meio de divulgação do DASP entre 1937 e 1974, difundiu conhecimentos de administração e documentação.

Através da análise das primeiras publicações da Revista do Serviço Público, podemos identificar este contato de brasileiros com as práticas de trabalho nos Estados Unidos, conforme apontam Fonseca e Bezerra (2017, p.441) que, ao refletirem sobre os assuntos na Revista, identificam a presença constante de citações e matérias referentes aos arquivos, consolidando a importância da temática para o bom funcionamento da máquina administrativa.

Segundo Santos (2018), o DASP tinha um projeto modernizador capaz de viabilizar a separação entre política e administração, ou seja, seu projeto alcançaria o conjunto dos órgãos do governo federal a fim de promover uma nova elite burocrática. Para o autor (SANTOS, 2018, p.126),

> A meta de formação de funcionários públicos federais no exterior tinha, naquele contexto, os Estados Unidos como principal destino. Desde o início de 1938 é possível verificar uma intensa troca de informações entre órgãos do governo brasileiro e a embaixada do país nos Estados Unidos, cabendo a esta apontar as possibilidades de estudos nas diversas áreas da administração, entre elas a biblioteconomia e os arquivos públicos.

Neste contexto de reforma administrativa realizada pelo DASP há uma propulsão de arquivistas, bibliotecários e documentalistas, sendo que muitos deles foram aos Estados Unidos realizar cursos e estágios e então retornam ao Brasil para atuarem nas instituições do país. Rabelo (2015, p.137) afirma que Luiz Simões Lopes tinha como meta o alcance de uma organização aos moldes de países como Inglaterra e Estados Unidos, sendo perceptível em seus discursos o afinamento em relação às teorias de administração científicas norte-americanas.

Segundo Alencar e Schmidt (2019), o DASP publicou artigos sobre a temática de arquivos, potencializando a disseminação da classificação decimal por assuntos nos órgãos públicos brasileiros. Os autores apontam a uma série de publicações de Marcílio Vaz Torres (1959, p. 138), chamada "Apontamentos de Arquivística", desde 1953, onde o autor

> [...] defenderia o uso de um 'método dos files', definindo como 'alfabético-numérico que não segue a regra geral pois não depende do planejamento de um alfabeto fechado', cuja definição distingue os documentos produzidos nos escritórios daqueles considerados históricos e é construído a partir da noção de assunto.

Com o aumento da produção documental e a necessidade em controlar os arquivos em seus locais de produção, os esforços para se classificar os documentos na idade corrente tornam-se visíveis. Um indício dessa prática é percebido na influência da difusão do método de classificação norte-americano no DASP, através da seguinte colocação de Maria de Lourdes da Costa e Souza, chefe da Seção de Comunicações do DASP, em relatório de 1943, ao apontar a "necessidade, urgente, da elaboração definitiva de um Código de Classificação Decimal para o arquivamento dos documentos do DASP" (SANTOS, 2018, p.132). Santos (2018) considera que esta escolha pelo método de classificação decimal demonstra uma extrema fragilidade e limitação quanto aos conhecimentos arquivísticos neste momento.

Reflexo disso pode ser percebido quando, em visita ao Brasil em 1960, Theodore Schellenberg (2015, p.298) relatou a ampla difusão da classificação por assunto nos órgãos produtores de documentos públicos, dizendo que

> Uma adaptação do sistema 'Dewey-Decimal' de classificação e arquivamento, adotado em 1934, do sistema empregado pelo Departamento de Estado dos Estados Unidos, é presentemente usado de maneira muito eficiente pelo Ministério das Relações Exteriores do Brasil.

Podemos identificar que Schellenberg confirmou a utilização da metodologia da classificação decimal de Dewey nos arquivos, apesar de não ser possível aferir o quão positivo isso parecia aos seus olhos.

Em artigo de 2020, Maintaining Records in Context, Ciaran B. Trace chama atenção para o fato de que, a partir do final do século XIX, o sistema de Dewey passou a ser amplamente utilizado nos Estados Unidos. A aplicação deste método para a organização de documentos em arquivos correntes no Brasil corrobora a influência dos modelos norte-americanos em práticas de gestão no âmbito da administração pública federal no período, uma vez que os Estados Unidos foi o centro das viagens de formação para os servidores públicos à época.

Na mesma perspectiva, mas a respeito da classificação de arquivos correntes em empresas privadas, alguns textos e manuais publicados ou traduzidos no Brasil, de autores como Ernani Macedo de Carvalho, Eric Watson White e Álvaro Tavares, podem ajudar a esclarecer como eram realizadas. Em determinados momentos, as instituições públicas acabavam por seguir estas orientações uma vez que careciam da disponibilização de conhecimento para atuar nas práticas arquivísticas de documentos correntes. Somente por volta dos anos 1950, com a estruturação do sistema de arquivos da FGV, é que a área de arquivos começa a contar com as publicações a respeito da organização de arquivos correntes.

O conceito de arquivos correntes que conhecemos hoje refere-se aos chamados documentos administrativos, arquivos de movimento ou ainda arquivos ativos, termos usados desde meados do século passado. O quadro a seguir mostra o que alguns autores compreendiam como arquivos correntes.

Quadro 1: Conceito de arquivos correntes

Obra/autor	Arquivo corrente
CARVALHO, Ernani Macedo de. Manual de Classificação e Archivamento de papéis e documentos commerciaes e civis. São Paulo: São Paulo Ed., 1931.	Refere-se aos documentos como "papeis commerciaes e civis". "Carta é todo papel aberto ou não, manuscripto ou impresso, com sobrescripto, contendo comunicação ou nota com caracter de correspondência actual ou pessoal (...)"; "Correspondencia e o conjunto de cartas, "memoranda", bilhetes postaes e telegrammas que os comerciantes recebem e expedem para manter as suas relações commerciaes, tratar e realizar seus negócios."
D'ARAUJO, Ignez B. C. Arquivos. Revista da Diretoria de Engenharia, Rio de Janeiro, v. IV, n. IV, p. 259-260, jul. 1937.	Arquivo de movimento relacionado ao "file" dos ingleses: "o "file" ou "filing" inglês vem do francês "file" ou "fil": fila ou fio e, originou-se do primeiro instrumento usado como repositório de papeis arrumados em fila."
TORRES, Marcílio Vaz. Vade-Mecum do Arquivista. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional: DASP, 1944.	"Hoje, nos Estados Unidos da América do Norte, o "Filing" compreende não somente processos de arquivamento, como todos os registros, coleções de documentos e papéis ordenados para consultas freqüentes, isto é, o "Filing" corresponde ao nosso Arquivo Corrente e mais às outras fontes informativas de um escritório, reservando-se a designação de "Archives" para os documentos de valor permanente ou histórico."
BALDINI, Italo. El archivo en la empresa moderna. Barcelona, Editorial Hispano Europea, 1964, 248p.	**Arquivo ativo**. "O arquivo (...) [é] algo vivo e integrado a vida cotidiana, o "armazém da matéria-prima" em que se baseia o trabalho do núcleo diretivo."
DANNEMANN, Maria Luíza Stallard. et al. Terminologia arquivística, 1972. (CBA)	Arquivos conservados nos órgãos de origem, para uma utilização cotidiana. São também conhecidos como **arquivos de movimento**.
CANADÁ. Arquivo Público. Departamento de Administração de Arquivos Correntes. Arquivos correntes: organização e funcionamento. Tradução de Nilza Teixeira Soares. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1975. Publicações técnicas, 35.	**Arquivos ativos**. "A administração racional de papéis (Paperwork management) relaciona-se com a estrutura e a técnica de produzir, processar e tratar os papéis ou documentos que contém vários tipos de informações escritas. Os papéis, no governo, são a prova documentária de trabalho realizado no passado, de ações presentes e de planejamento para o futuro. Se a administração dos papéis de uma organização não é eficiente, evidencia-se uma organização administrativa inoperante".

GOMES, Francelino Araujo; HELLUY, Hâmida R. Manual de Arquivo e Documentação. 4ª Ed., Rio de Janeiro: Livraria Interciência, 1976.	Arquivos em formação (correntes, setoriais). **Arquivos ativos**: documento em uso corrente. O arquivo ativo conserva e mantém documentos de uso constante.
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). NBR 9578: Arquivo – Terminologia, 1986. (ABNT)	Conjunto de documentos em curso ou de uso frequente. Também denominados **arquivos de movimento.**

(Fonte: elaboração própria)

Pensando a respeito da história dos arquivos, algumas dessas publicações, escritas entre 1930 e 1940, são a gênese de um pensamento na Arquivologia que vai se tornando hegemônico posteriormente (COUGO JUNIOR, 2020, p.140). É importante perceber as interlocuções contidas nessas publicações no que se refere a uma observação mais atenta de suas referências bibliográficas. A análise um pouco mais cuidadosa desses materiais nos possibilita compreender como a Arquivologia foi sendo construída a partir das preocupações com os problemas dos arquivos administrativos (futuramente chamados de documentos correntes), presentes nas organizações tanto públicas quanto privadas. Se, a princípio, as publicações trazem uma abordagem menos aprofundada em relação às teorias e métodos de organização de arquivos, priorizando a organização física em mobiliários diferenciados e mais adequados aos formatos dos documentos, posteriormente percebemos algumas colocações a respeito de métodos de arquivamento e ordenação.

Nesse contexto, entendemos que a classificação era realizada com o objetivo de localizar o documento. Buscamos compreender o significado de arquivos correntes em diversas publicações e manuais para esclarecer em que medida a classificação estava sendo pensada à luz do princípio do respeito aos fundos, ou meramente como método de organização de arquivos correntes.

Observando as diversas conceituações para o termo "arquivo corrente", Balmant (2016, p.103) sistematizou algumas questões a respeito

da maneira como este aparece em publicações analisadas em sua dissertação: existem pelo menos duas categorias semânticas distintas, uma diz respeito ao significado de conjunto de documentos e a outra ao de unidade administrativa ou órgão, o que para Balmant (2016) indica a existência de interpretações polissêmicas do termo. O autor percebe uma possível obsolescência do termo "Arquivo de movimento", já que posteriormente o mesmo é abandonado. Nesse sentido, incluímos ainda aqui os termos "arquivo ativo" e "arquivo dinâmico". Balmant (2016) identificou a existência de interpretações polissêmicas do termo em obras contemporâneas à lei de arquivos (Lei nº 8159/1991), o que poderia sugerir um amadurecimento teórico maior de profissionais e estudiosos de Arquivologia no Brasil para que, após os anos 1970 em diante, pudessem refletir sobre a área e apresentar definições mais completas e/ou consistentes para o termo.

As publicações analisadas nos dizem muito sobre o que era a ciência dos arquivos no início do século XX e como estava sendo praticada a organização dos documentos. A maioria desses livros foram publicados como manuais e vão aliar o mobiliário utilizado com alguma técnica para encontrar o documento. Já entendemos o papel do DASP, responsável por pensar essas técnicas para os órgãos públicos, e concomitante a esta prática, havia uma literatura sendo pensada e traduzida para os órgãos privados.

Se por um lado, os arquivistas e historiadores estavam no Arquivo Nacional se preocupando com a documentação permanente, por outro lado, quem se encarregaria da documentação administrativa, ou seja, dos documentos correntes? Num momento em que os arquivos correntes não estavam na pauta das discussões da Arquivologia, buscamos entender de que forma os arquivos correntes eram conceituados para, então, compreendermos como estes passam a fazer parte das questões da ciência dos arquivos.

Ainda que nessa época o objetivo fosse uma classificação de arquivos correntes voltada apenas para o arquivamento, com o foco de localizar o documento quando fosse necessário, as análises destas obras são fundamentais para a compreensão do contexto que estamos tratando e para buscarmos entender as possíveis influências que Marilena Leite

Paes possa ter absorvido e que, de certa forma, condicionou e condiciona, até hoje, métodos de classificação em arquivos.

2.3. O caminho profissional de Marilena Leite Paes

A Fundação Getúlio Vargas foi criada em 20 de dezembro de 1944 como uma instituição com personalidade jurídica de direito privado com o objetivo de desenvolver estudos e pesquisas sobre administração pública e privada, capacitando pessoal para desempenhar tais atividades. Sua criação segue o mesmo contexto de surgimento do DASP, ambos foram órgãos pensados para a racionalização da administração, controle informacional e modernização do Estado, num momento de política centralizadora de Vargas com o Estado Novo.

Luiz Simões Lopes foi o primeiro presidente da FGV, tendo sido também diretor do DASP, e seguiu no cargo até 1993, muito atuante em relação a área de administração de arquivos correntes e na defesa da qualificação profissional que atuaria em diferentes instituições, como o incentivo aos cursos e estágios no exterior. Nas décadas que seguiram à sua criação, a FGV avançou muito em termos de organização de arquivos e difusão destes conhecimentos. Desde seu primeiro Estatuto, em 1945, já estava prevista a constituição de centros de documentação e arquivos (SILVA, 2010, p.65), o que se concretizou em 1961 com a criação da Coordenação Geral dos Arquivos.

Marilena Leite Paes chegou à FGV em 1954 e fez carreira na Fundação até o ano de 1993. Pode-se dizer que a instituição foi para ela palco para grandes aprendizados e relações, que além disso atuou no Conselho Nacional de Arquivos, de 1994 a 2011, como assessora do diretor geral, e colaborou na implantação do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) e do Sistema Nacional de Arquivos (SINAR). Neste período, continuou participando de muitos cursos e apresentou palestras e seminários em eventos da área, sempre muito atuante. Além de seu protagonismo na AAB, outra atividade realizada por Marilena eram os serviços técnicos prestados às instituições que buscavam sua ajuda para solucionarem algum problema em seus arquivos ou para promoverem capacitação para seus funcionários.

Ao observarmos a quantidade de cursos e prestação de serviços que Marilena realizou desde que começou a estudar e trabalhar com arquivos na FGV, podemos compreender seu papel de grande disseminadora dos conhecimentos adquiridos na Fundação. Alguns anos depois, segundo Helena Corrêa Machado[58], Marilena fez parte de um seleto grupo[59] que trabalhou por alcançar um ideal, contribuindo para capacitar a força de trabalho que atuava nos arquivos sem qualificação profissional alguma.

Para além disso, é fundamental pontuar que muitas vezes a FGV ofereceu cursos e orientações, assim como as consultorias prestadas por Marilena, assumindo um protagonismo que superava o próprio Arquivo Nacional, a maior instituição arquivística do país. É neste sentido que iremos usar o conceito de centro de cálculo de Bruno Latour, a partir de uma nova perspectiva a respeito deste conceito. Em nosso entendimento, Marilena Leite Paes era o nó, o centro de uma vasta rede de conhecimento, de contatos, de disseminação de conteúdos na área da Arquivologia e cumpriu esse papel permitindo que a rede de saberes ao seu redor se ampliasse, pois estando na FGV, liderou com outros profissionais a criação da primeira associação de arquivistas, expandiu seu conhecimento em congressos e trabalhos publicados e se dedicou à atividade de consultoria, tanto para órgãos públicos quanto para instituições privadas. Marilena foi a fonte abastecedora desse nó.

No contexto de elaboração do diagnóstico dos arquivos da FGV e implantação do arquivo, percebemos o surgimento do início do pensamento de um sistema de arquivos, em que haveria um arquivo permanente centralizado e os outros setores tratariam seus documentos fora da fase corrente até o recolhimento ao arquivo central. Ou seja, o sistema de arquivos em que o arquivo central supervisionaria e orientaria os arquivos setoriais, ou correntes, pode ter começado a ser formulado

[58] Informações coletadas na entrevista que Helena Corrêa Machado concedeu a Paulo Roberto Elian dos Santos em 2007, publicada na Revista da AAB, Arq & Adm, RJ, v.9, n.1, jan/jun, 2010.

[59] Este grupo era composto por, praticamente, todos os que pensaram a criação da AAB em 1971, entre eles estavam, além de Marilena Leite Paes e Helena Corrêa Machado, Maria de Lourdes Costa e Sousa, Maria Luiza Dannemann, Astréa de Moraes e Castro, entre outros, tendo como líder José Pedro Pinto Esposel.

no ano de 1960, diante desta atividade de Marilena Leite Paes juntamente com Maria de Lourdes Costa e Souza.[60]

O Manual de Arquivo da FGV, publicado pelo Instituto de Documentação em 1977, no bojo da chefia de Marilena à frente do Arquivo Central, em relação à classificação apresenta as instruções para o arranjo dos documentos: a documentação deve ser ordenada de acordo com os princípios de respeito aos fundos e proveniência, e classificada em relação à sua origem e na ordem em que foram produzidos, para que seja possível identificar tanto os órgãos quanto as funções ou atividades exercidas. Como atribuição dos Arquivos setoriais estava a classificação dos documentos correntes da Fundação, sendo realizada a partir do sistema decimal, como proposto por Dewey. Deve-se atribuir um símbolo a cada conjunto de documentos com o objetivo de facilitar sua localização e identificação.

Cabe destacar que a perspectiva de classificar os documentos correntes é o modelo que vai acompanhar Marilena Leite Paes em seus instrumentos de classificação. Uma análise mais atenta nos remete à escolha metodológica para a classificação no que se refere aos arquivamentos por assunto, com base na classificação decimal. De acordo com o Manual, a classificação "consiste na determinação da entrada do documento e das referências cruzadas" (p.18), e orienta o profissional a estudar e interpretar o documento para uma correta classificação.

Marilena demonstra preocupação em registrar os procedimentos adotados na FGV e aos poucos vai escrevendo um material para divulgar devido à carência da área nesse aspecto. Esse material virou uma apostila, publicada em 1969, "O papel da arquivística na documentação", seguiu como trabalho publicado em 1972, "Teoria e prática de arquivo" e, posteriormente, deu prosseguimento às diversas edições de seu livro "Arquivo: teoria e prática".

Para Marilena, classificar pressupunha conhecer tanto a administração, ou seja, a estrutura da entidade, quanto a natureza dos documentos a serem arquivados, de acordo com o ramo de atividades da instituição.

[60] COSTA E SOUSA, Maria de Lourdes. **Relatório**, de 26 de outubro de 1960. Rio de Janeiro: Arquivo Central, FGV, 1960.

Para ela, a classificação de documentos estaria dividida nos arquivos correntes e nos arquivos permanentes, ou seja, eram processos distintos. A classificação no arquivo corrente estava relacionada aos métodos de arquivamento, a uma maneira de arquivar de modo a facilitar localização e acesso pelo produtor, sendo distribuídos os documentos numa sequência alfabética, numérica ou alfanumérica. Já a classificação no arquivo permanente, chamada de arranjo, a partir da aplicação do princípio da proveniência pressupunha as atividades intelectuais – análise dos documentos quanto à sua forma, origem funcional e conteúdo - e físicas – colocação dos documentos em caixas nas estantes, com etiquetas e seu empacotamento. Segundo Marilena (1991, p.84), "há considerável diferença entre o arranjo do arquivo corrente e o do arquivo permanente. Tais diferenças decorrem das atribuições específicas de cada um e, por isso, suscitam situações próprias e soluções adequadas".

A grande inovação de Marilena ao criar o Arquivo Central e o sistema de arquivos da FGV foi implementar os procedimentos de organização e classificação de documentos já na fase corrente. Significa dizer que os produtores dos documentos, seguindo as orientações de seus respectivos arquivos setoriais, enviariam ao Arquivo Central a documentação já organizada, após ser avaliada e pronta para ser guardada no arquivo permanente. Sem dúvidas essa foi uma inovação ao campo dos arquivos no Brasil.

Além dessa trajetória na atuação em relação à classificação de documentos, Marilena participou da criação da primeira associação de profissionais da Arquivologia - a AAB, colaborou na promoção dos congressos na área, atuou no surgimento do primeiro periódico brasileiro em arquivos – a revista Arquivo e Administração da AAB, e lutou pela regulamentação das profissões de arquivista e técnico de arquivo. A contribuição de Marilena foi fundamental no Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), atuando tanto no desenvolvimento do Conselho como no propósito de fazer funcionar o sistema nacional de arquivos.

A respeito do não reconhecimento das profissões de arquivista (nível superior) e técnico de arquivo (nível médio), Marilena Leite Paes deixou sua firme posição – à época, como presidente da AAB – de que é necessário ter o reconhecimento da Arquivologia como uma carreira

e a regulamentação das profissões de arquivista e técnico de arquivo. Segundo Marilena, "a partir do momento que a profissão for regulamentada, os profissionais não terão mais os problemas que têm atualmente, ou seja, invasão da área por outros elementos que, inclusive, comprometem a classe, pois não tem qualificação adequada" (JORNAL O Globo, 1977, p.3).

A constituição e implantação do Sistema de Arquivos da FGV por Marilena e Maria de Lourdes no ano de 1973 demonstram uma capacidade em refletir a respeito de questões importantes na área da Arquivologia. O modelo sistêmico de organização de arquivos, com foco nos documentos administrativos, sofreu influências do modelo norte-americano, sendo o mesmo difundido pelo DASP a partir dos anos 1940 (SANTOS; LIMA, 2016).

O trabalho desenvolvido por Marilena na FGV pode ser considerado pioneiro tanto em relação à disseminação de conhecimentos arquivísticos para todo o Brasil, devido aos cursos, palestras e consultorias prestadas por ela, quanto em relação à publicação do código de classificação por assuntos da FGV, instrumento de gestão precursor no Brasil e referência para muitas instituições que careciam de trabalhos que orientavam a prática com os arquivos. Marilena tornou-se referência, inclusive, para o próprio Arquivo Nacional. Posteriormente, sua atuação à frente do CONARQ foi marcada por muitos avanços, sendo uma etapa de sua trajetória profissional ainda não aprofundada pela área.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível verificar, como resultado parcial, que o papel de Marilena foi fundamental e imprescindível para o alcance do desenvolvimento da classificação de documentos correntes no Brasil, sobretudo a partir de sua colaboração no Código de classificação de documentos do Arquivo Nacional, visto que a permanência da metodologia do instrumento se mantém até hoje, desde sua primeira versão, em 1996. Para além das questões que envolvem sua opção metodológica na classificação de documentos, por assunto no caso, Marilena elaborou o Código de classificação por assuntos na FGV, nos anos 1960, instituiu o Sistema de Arquivos da FGV e seguiu na Arquivologia uma trajetória de

luta pela classe de arquivistas, pela disseminação de conhecimentos na área e pelo desenvolvimento de políticas no âmbito do CONARQ e do Sistema Nacional de Arquivos.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). NBR 9578: **Arquivo – Terminologia**, 1986. (ABNT)

ALENCAR, Paulo J. V.; SCHMIDT, Clarissa. O "assunto" como elemento de classificação para documentos de arquivo no início do século XX e suas influências em abordagens contemporâneas. **Informação & Informação**, v. 24, n. 3, p. 129-153, 2019. Disponível em: www.doi.org/10.5433/1981-8920.2019v24n3p129 . Acesso em: 11 set. 2021.

BALMANT, Fabricio Vieira. **Terminologia arquivística brasileira: estudo exploratório de publicações e termos**. Dissertação (Mestrado), Rio de Janeiro: UNIRIO, 2016.

BALDINI, Italo. **El archivo en la empresa moderna**. Barcelona, Editorial Hispano Europea, 1964, 248p.

CANADÁ. **Arquivo Público**. Departamento de Administração de Arquivos Correntes. Arquivos correntes: organização e funcionamento. Tradução de Nilza Teixeira Soares. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1975. Publicações técnicas, 35.

CARVALHO, Ernani Macedo de. **Manual de Classificação e Archivamento de papéis e documentos commerciaes e civis**. São Paulo: São Paulo Ed., 1931.

COSTA E SOUSA, Maria de Lourdes. **Relatório**, de 26 de outubro de 1960. Rio de Janeiro: Arquivo Central, FGV, 1960.

COUGO JUNIOR, Francisco Alcides. **A patrimonialização cultural de arquivos no Brasil**. 2020. 445 f. Tese (Doutorado em Memória Social e Patrimônio Cultural) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2020.

DANNEMANN, Maria Luíza Stallard. et al. **Terminologia arquivística**, 1972. (I CBA)

D'ARAUJO, Ignez B. C. Arquivos. **Revista da Diretoria de Engenharia**, Rio de Janeiro, v. IV, n. IV, p. 259-260, jul. 1937.

DE BRANCHE, Henri Boullier. **Relatório sobre o Arquivo Nacional do Brasil**. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça; Arquivo Nacional, 1975.

ESTEVÃO, Silvia Ninita de Moura; FONSECA, Vitor Manuel Marques da. A França e o Arquivo Nacional do Brasil. **Acervo**, v. 23, n. 1, p. 81-108, jan./jun. 2010. Disponível em: http://revistaacervo.an.gov.br/seer/index.php/info/article/view/41 . Acesso em: 03 nov. 2020.

FONSECA, Vitor Manoel Marques da; BEZERRA, Darlene Alves. Arquivos e administração pública: a temática arquivística na Revista do Serviço Público, 1938-1945. In: **Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia (REPARQ)**, 5., Belo Horizonte, nov. 2017.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Manual de Arquivo da FGV**. Rio de Janeiro: Instituto de Documentação, Arquivo Central, 1977.

GOMES, Francelino Araujo; HELLUY, Hâmida R. **Manual de Arquivo e Documentação.** 4ª Ed., Rio de Janeiro: Livraria Interciência, 1976.

JARDIM, José Maria. Caminhos e perspectivas da gestão de documentos em cenários de transformações. **Revista Acervo**, Rio de Janeiro, v.28, n.2, p.19-50, 2015.

JARDIM, José Maria. O cenário arquivístico brasileiro nos anos 1980. In: MARQUES, Angelica Alves da Cunha; RODRIGUES, Georgete Medleg; SANTOS, Paulo Roberto Elian dos. **História da Arquivologia no Brasil**: instituições, associativismo e produção científica. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros/Faperj, 2014.

JARDIM, José Maria. Do Pré-Arquivo à Gestão de Documentos. **Revista Acervo**, Rio de Janeiro, v. 3, n.2, p. 33-36, 1988.

JARDIM, José Maria. O conceito e a prática da gestão de documentos. **Revista Acervo**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 35-42, 1987.

LATOUR, Bruno. Redes que a razão desconhece: laboratórios, bibliotecas, coleções. In: BARATIN, Marc, JACOB, Christian (coord.). **O poder das bibliotecas**: a memória dos livros no Ocidente. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000. p.21-44.

MARILENA LEITE PAES: construtora da Arquivologia. **Revista do Arquivo**, SP, a. V, n. 10, p.149-162, jun. 2020.

MARQUES, Angelica Alves da Cunha; RODRIGUES, Georgete Medleg e SANTOS, Paulo Roberto Elian dos. **História da Arquivologia no Brasil**: instituições, associativismo e produção científica. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros/Faperj, 2014.

PAES, Marilena Leite. **Arquivo**: teoria e prática. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

PAES, Marilena Leite. Arquivos correntes, o calcanhar de Aquiles da Arquivologia. **Acervo**, Rio de Janeiro, v.2, n.1, jan./jun. 1987.

RABELO, Fernanda Lima. O DASP e o combate à ineficiência nos serviços públicos: a atuação de uma elite técnica na formação do funcionalismo público no Estado Novo (1937-1945). **Revista Brasileira de História e Ciências Sociais**, v. 3, n. 6, dez. 2015. Disponível em:

https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10454 . Acesso em 25 set. 2021.

SAMBAQUY, Lydia de Queiroz. **Luiz Simões Lopes e as realizações brasileiras no campo da Biblioteconomia e Documentação**. Rio de Janeiro: FGV, 1983. [datilografado].

SANTOS, Paulo Roberto Elian dos. Entrevista com Marilena Leite Paes. **Acervo**, v. 34, n. 1, p. 11-29, 14 dez. 2020.

SANTOS, Paulo Roberto Elian dos. A institucionalização da arquivologia no Brasil e a reforma administrativa no primeiro governo Vargas (1935-1945). **Revista Brasileira de História** (IMPRESSO), v. 38, p. 121-146, 2018.

SANTOS, Paulo Roberto Elian dos; LIMA, Ana Luce Girão Soares de. 'Para que o Arquivo Nacional seja um arsenal da Administração': notas sobre a gestão José Honório Rodrigues (1958-1964). **Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, v. 11, p. 483-502, 2016.

SANTOS, Paulo Roberto Elian dos. Uma trajetória na Arquivologia brasileira: memórias de uma Administradora de Arquivos. **Arquivo e Administração**, Rio de Janeiro, v.9, n.1, jan./jun. 2010.

SCHELLENBERG, Theodore R. Problemas arquivísticos do governo brasileiro. **Acervo**, v. 28, n. 2, jul./dez., p. 287-300, 2015. Disponível em: http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/107990 . Acesso em: 11 set. 2021.

SCHMIDT, Clarissa, & ALENCAR, Paulo J. V. de. (2022). O arquivo de José Pedro Pinto Esposel: vestígios de uma vida dedicada à arquivologia. *OFFICINA* - **Revista da Associação de Arquivistas de São Paulo**, *1*(1). Disponível em: https://doi.org/10.29327/263416.1.1-6.

SILVA, Maria Leonilda Reis da. **História e memória do Arquivo Central da FGV**. 2010. Dissertação (Mestrado Profissional em Bens Culturais e Projetos Sociais) – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2010.

SOUSA, Louise Gabler de. **Entre a Administração e a História**: O lugar do Arquivo Público do Império nos projetos de modernização do Estado na década de 1870. 2015. 130 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2015.

TORRES, Marcílio Vaz. Apontamentos de arquivística. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 84, n. 2, p. 138-144, agosto, 1959. Disponível em: https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/3741 . Acesso em: 11 set. 2021.

TRACE, Ciaran B. Maintaining Records in Context: a historical exploration of the theory and practice of archival classification and arrangement. **The American Archivist**, v. 83, n. 1, p. 91–127, mar. 2020. Disponível em: https://doi.org/10.17723/0360-9081-83.1.91 . Acesso em: 16 set. 2021.

SEÇÃO III . Organizar e Preservar para o Acesso

AS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NA PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA INSTITUCIONAL: O DOCUMENTO ARQUIVÍSTICO NA REDE DE CENTROS DE MEMÓRIA MARISTA

INFORMATION AND COMMUNICATION TECHNOLOGIES AND THE PRESERVATION OF THE INSTITUTIONAL MEMORY: ARCHIVAL DOCUMENTS AT THE MARIST MEMORY CENTERS

Ana Paula Sales Chelotti
anasales30@gmail.com

Eliane Braga de Oliveira
elianebo@unb.br

Resumo: Atualmente, experimentamos os fenômenos da virtualização e da efemeridade das informações, que trarão novas configurações para a organização do trabalho e para a acumulação de conhecimento nas instituições. As práticas de preservação digital devem ser cuidadosamente observadas, sobretudo em relação à preservação dos registros feitos no presente, majoritariamente em ambiente virtual, para evitar lacunas na memória de gerações futuras, garantir a recuperação da informação e a perenidade da memória institucional. Os centros de memória surgem como entidades estratégicas para estas tarefas, principalmente, no que se refere à perpetuação da memória institucional. Este trabalho apresenta reflexões de uma pesquisa em andamento no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade de Brasília, e tem como principal objetivo refletir sobre a preservação da memória institucional, relacionando-a à utilização de tecnologias da informação e comunicação nos documentos arquivísticos da Rede de Centros de Memória Marista, partindo-se do pressuposto de que as tecnologias auxiliam no processo de preservação da memória institucional.

Além da identificação dos requisitos básicos na literatura especializada para a preservação digital de documentos arquivísticos, são abordados os conceitos chaves da pesquisa, a saber: centros de memória, memória institucional, memória organizacional e preservação digital. A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, descritiva, tendo o levantamento bibliográfico e a análise comparativa entre as unidades como métodos.

Palavras-Chave: Memória institucional; Centros de memória; Tecnologias da informação e comunicação; Preservação digital; Memória.

Abstract: Currently, we are experiencing the phenomena of virtualization and ephemerality of information, which will bring new configurations for the work organization and for the accumulation of knowledge in institutions. Digital preservation practices in institutional repositories should be closely examined, especially with regard to the preservation of digital material created nowadays, to avoid gaps in the memory of future generations, and ensure the retrieval of information and the continuity of the institutional memory. In view of this, memory centers emerge as strategic entities for the task of preserving the institutional memory. This study takes place at the Graduate Program in Information Science at the University of Brasilia. Its main goal is to present reflections of an ongoing research on the preservation of institutional memory and relate it to the use of ICT in archival documents at the Marist Memory Centers, based on the assumption that those technologies help in the process of preserving institutional memory. Besides identifying the basic requirements for digital preservation mentioned by the specialized literature, this study addresses the key concepts of research: memory centers, institutional memory, organizational memory and digital preservation. This research is qualitative and descriptive. The research methods used were literature research and a comparative analysis.

Keywords: Institutional memory; Memory centers; Information and communication technologies; Digital preservation; Memory.

1. INTRODUÇÃO

O conceito de centro de memória e a definição de sua documentação não são unívocos para as instituições e nem para a literatura especializada. Entretanto, muitos autores compreendem esses espaços como entidades de acervos híbridos (arquivístico, bibliográfico e museológico) que promovem a preservação e a valorização da memória institucional (CAMARGO E GOULART, 2015; DODEBEI, 2011; FONTANELLI, 2005; TESSITORE, 2002). Desde a década de 1990, após o período de restauração da democracia e do estado de direito no Brasil, nota-se a preocupação das instituições (públicas e privadas) em preservar a memória das instituições; contar a sua trajetória e a de seus fundadores; transmitir os valores organizacionais às novas gerações e salvaguardar os seus acervos históricos (CAMARGO; GOULART, 2015). Muitos centros de memória nasceram a partir do conceito de centro de documentação e têm se desenvolvido "como mecanismo de preservação da memória das organizações, sejam elas empresas ou entidades, visando, entre outras coisas, potencializar o seu uso como ferramenta estratégica de gestão" (PAZIN, 2015, on-line)[61].

É preciso salientar que os documentos, sejam eles arquivísticos, bibliográficos ou museológicos, são fontes fundamentais para a recuperação e para a manutenção da memória institucional. Dessa forma, por terem acervos das três áreas, os centros de memória (CM) são instituições vitais para alavancar o uso desses registros com potencial informativo na perpetuação da memória. Entendidos também como lugares de memória[62], os CM desempenham um papel social, pois são também produtores de informações e de novos conhecimentos a partir dos seus acervos, além de aproximarem e qualificarem o diálogo das instituições com a sociedade, facilitando a transmissão do conhecimento sobre a instituição, fomentando a pesquisa e atendendo aos públicos interno e externo, com informações inteligíveis e de acesso imediato aos usuários.

[61] A importância dos centros de memória para as instituições e para a sociedade. Disponível em: https://bit.ly/35f06eD.

[62] Conceito proposto por Pierre Nora na obra *Les Lieux de Mémoire* (1984-1992).

Em grande parte, os acervos dos CM possuem universos documentais representativos de vários momentos da história da instituição e são formados por acervos heterogêneos, mas que possuem uma temática norteadora para sua reunião. Camargo e Goulart (2015, p. 29), partilham o prognóstico de que o uso crescente dos recursos digitais acabará por dissolver as barreiras existentes entre as três áreas (arquivo, biblioteca e museu) e que o diferencial de um centro de memória estaria, portanto, em sua capacidade de antecipar e prever as necessidades da organização, viabilizando acesso aos elementos que possam subsidiar respostas e soluções.

Esta pesquisa se justifica, principalmente, pelo hiato de conhecimento sobre o tema. Os centros de memória multiplicam-se no país, porém com poucas contribuições teóricas sobre o assunto. Estudos acadêmicos mais aprofundados podem ajudar a delinear de forma mais consistente os conceitos relacionados à memória institucional, ao papel dos centros de memória, bem como à utilização das TICs na preservação digital. A opção pelos centros de memória Maristas para a aplicação da pesquisa justifica-se, também, por se tratar de uma instituição secular de educação que contribui para a formação de cidadãos, sendo interessante, do ponto de vista científico, o uso da memória institucional na promoção da memória da sociedade. Muito embora os CM da pesquisa proposta sejam da mesma instituição, os recursos e condições de trabalho não são iguais em todos eles, o que justifica uma análise comparativa entre as unidades. Além disso, o estudo do tema memória no campo da Ciência da Informação (CI) pode prover os fundamentos teóricos adequados para o aprimoramento de práticas de preservação e acesso às informações.

Este texto relata uma pesquisa aplicada em andamento, com natureza qualitativa e caráter descritivo, que utiliza como metodologia o levantamento bibliográfico para revisão de literatura resultando na delimitação dos conceitos primordiais para a pesquisa. A identificação dos requisitos básicos para a preservação de documentos digitais na literatura indicou o que deve ser observado pelos centros de memória. Na etapa seguinte, será realizado o levantamento de dados, no qual serão mapeados, por meio de formulários *on-line* e entrevistas com os responsáveis pelos CM, as práticas de preservação digital relacionadas à utilização de TICs nos documentos arquivísticos e, na sequência, será

analisado se os Centros de Memória estudados observam os requisitos básicos identificados na etapa anterior, a partir de uma abordagem qualitativa. Nessa verificação, serão obtidos dados que, após análise e interpretação, permitirão avaliar a utilização das TICs, com vistas à preservação da memória institucional, pelos CM da Rede de Centros de Memória Marista, proporcionando um olhar sobre o estado atual de suas práticas e possíveis inadequações.

Ao todo, a Rede de Centros de Memória Marista é composta por 13 unidades. Contudo, a amostra a ser estudada foi selecionada intencionalmente, a partir de diferenças observadas nas condições materiais de funcionamento, resultando no seguinte universo:

Centro de Memória	Localização
Centro de Estudos Maristas – CEM	Belo Horizonte - MG
Memorial Marista	Curitiba - PR
Centro de Espiritualidade e Memória Marista	Bom Princípio - RS

Ao falar de Centros de Memória, é importante destacar o caráter polissêmico do termo memória, que, assim como informação, perpassa diversas áreas do conhecimento humano e não é objeto exclusivo de uma área de estudo (GONDAR; DODEBEI, 2005). Segundo Ribeiro (2017, p. 114), "no conceito de memória está inegavelmente implícito o conceito de informação" e acrescenta que

> [...] o ato de memorizar necessita de algo para se poder consumar e a informação é esse algo, que se inscreve/registra, tanto na memória cerebral, quanto nas memórias "externas" ao agente que a produz, as quais se materializam em suportes do mais variado tipo (desde a pedra dos tempos pré-históricos aos suportes digitais na atualidade) (RIBEIRO, 2017, p. 114).

O surgimento da escrita, no ano 3500 a.C, alterou a maneira como as pessoas acessavam as memórias, antes transmitida por via oral, assim como o surgimento da prensa mecânica de Gutenberge, em 1455, que facilitou ainda mais o registro das informações. Posteriormente, a partir do desenvolvimento de novas técnicas para a produção de memórias exteriorizadas, a necessidade de possibilitar o acesso aos registros fez surgir as instituições de memória, na tentativa de minimizar os esquecimentos e de se conhecer a história.

No início, os acervos das instituições de memória eram de acesso restrito, e, por isso, não havia uma preocupação em oferecer serviços aos usuários, apenas em preservar as informações neles salvaguardadas. Entretanto, após a revolução francesa, no século XVIII, iniciou-se um movimento de abertura dos arquivos e, desde a segunda metade do século XX, vivenciamos inúmeras inovações tecnológicas que modificaram profundamente a recepção, o tratamento e a transmissão da informação, além de interferirem na maneira como a sociedade a produz, utiliza, consome, aprende, ensina e relaciona-se, sendo a principal delas o advento da *internet*. Ao passo que ocorreu a revolução tecnológica, as instituições de memória - entendidas como arquivos, bibliotecas e museus - se modernizaram e evoluíram, tornando-se referenciais de conhecimento para as instituições e para a sociedade, fontes de informações importantes para a tomada de decisão, a pesquisa científica, a garantia de direitos, o entretenimento, a educação patrimonial, a preservação da memória e para a ampliação da cultura, principalmente, por meio da difusão dos acervos.

Por necessitar de acesso assíncrono às informações, a memória está indiscutivelmente ligada ao fator tempo, sendo, as instituições de memória, os atores principais na constituição, sedimentação e disseminação dessas memórias (OLIVEIRA; RODRIGUES, 2017). Objetos simbólicos da nossa memória, arquivos, bibliotecas, museus, monumentos, comemorações e coleções, entre outros, seriam os “marcos testemunhais de uma outra era, das ilusões de eternidade” (NORA, 1993, p.13). Para Thiesen (2009, p. 73), enquanto instituições-memória, museus, arquivos e bibliotecas são os guardiões dos documentos, das coleções, dos fundos – materiais da memória coletiva e da história, mas também superfícies de inscrição de informações. Fontanelli (2005, p.

44), afirma que os arquivos, museus, bibliotecas e centros de documentação são instituições-memória, nas quais "o documento e a informação são elementos indispensáveis no trabalho e na sua própria razão de ser".

Percebe-se na Ciência da Informação (CI), por exemplo, que muitas vezes os significados de memória institucional e arquivo se misturam. Os arquivos são vistos como "agentes ativos na formação da memória humana e organizacional" (COOK, 2012, p. 125). Na literatura, há confusão também entre os conceitos de memória institucional e memória organizacional. Isto porque, da mesma forma, os termos organização e instituição também são, por vezes, utilizados erroneamente como sinônimos.

Esta pesquisa reconhece as várias abordagens e conceitos dos termos manejados, mas, de forma simplificada, entende que as organizações são grupos de pessoas que, de forma estruturada, formam um sistema para alcançar o mesmo objetivo. Por outro lado, segundo North (1991), as instituições são invenções humanas formais ou informais para estruturar a interação política, econômica e social e são reproduzidas para a manutenção da ordem alcançada, podendo ser sociais, religiosas, familiares, de ensino, governamentais entre outras.

2. MEMÓRIA ORGANIZACIONAL E MEMÓRIA INSTITUCIONAL

O termo memória organizacional (MO), possui múltiplas abordagens e cada uma enfatiza um aspecto, entretanto, há poucas de caráter empírico (ALMEIDA, 2006). Afirma-se que "a MO está essencialmente ligada ao aprendizado organizacional" (ACKERMAN, 1998, p.3). A MO tende a tratar a informação-memória pelo prisma da eficiência, enquanto o termo memória institucional a remete à ideia de legitimidade (THIESEN, 2013).

Em sua tese, Almeida (2006, p. 103), versou sobre um modelo baseado em ontologias para representação da memória organizacional, e, após uma ampla revisão de literatura, apresentou o seguinte conceito para a Memória Organizacional (MO):

> A MO é uma metáfora que privilegia a apreensão do conhecimento consensual gerado em interações sociais, a construção de uma linguagem organizacional comum, a captura do contexto em que o conhecimento é criado e o suporte a aspectos dinâmicos do conhecimento organizacional. É operacionalizada por um sistema de informação híbrido, em que a tecnologia suporta atividades de produção do conhecimento pelos indivíduos, objetivando eficiência organizacional. Tal sistema, denominado SMO, permite aquisição, representação, armazenamento e recuperação do conhecimento disperso na organização, restrito a domínios e tipos explicitados no escopo do próprio sistema. (ALMEIDA, 2006, P. 103)

Os principais conceitos de memória organizacional foram cunhados com base na Teoria das Organizações a partir de práticas da gestão do conhecimento. Para Simon (1965, p. 17), as organizações representam um "complexo sistema de comunicações e inter-relações existentes num grupamento humano" (...) são também um "sistema de papéis" que proporciona aos seus membros tomar decisões. Nesse sentido, Cyert e March (1963) conceituam a memória da organização como experiências passadas registradas que afetam as regras da tomada de decisão.

Segundo Stein (1995), a compreensão da MO é realizada enquanto processo, por meio das atividades de aquisição, retenção, manutenção e de recuperação. O autor considera duas formas de classificação para a Memória Organizacional, a saber: a abordagem da MO baseada em conhecimento e a abordagem da MO como processo, relacionando-a ao aprendizado organizacional e aos processos de aquisição do conhecimento que formam a Memória Organizacional. Além disso, o autor afirma que a MO existe incialmente em função da manutenção de características da organização ao longo do tempo. Santos (2021) enfatiza que a memória organizacional, frequentemente associada à efetividade

da organização, está relacionada ao modo de fazer as coisas e a solucionar problemas, por meio da aprendizagem contínua das organizações e das informações e conhecimentos armazenados nos repositórios e no repertório organizacional. É importante destacar que no âmbito da Ciência da Informação esse conceito ainda não está consolidado.

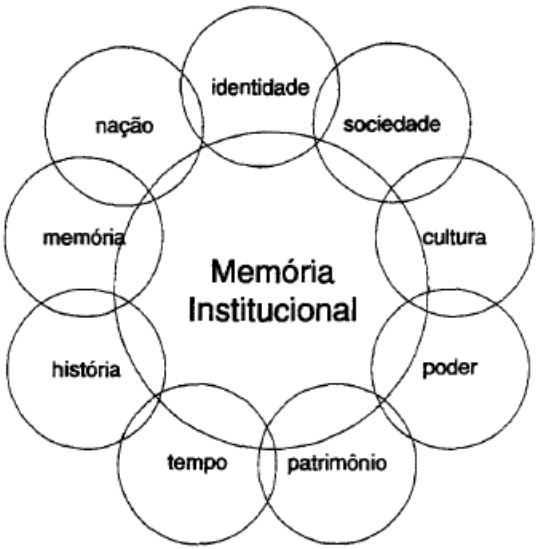
Por outra parte, a memória institucional tem no campo da CI brasileira, sua principal referência na pesquisa de Thiesen (2013) que, em sua conclusão, afirma que o conceito de memória institucional não foi definido de modo sistemático e é construído e reconstruído a cada dia. De acordo com Fontanelli (2005, p. 11), para trabalhar com a memória de uma empresa é preciso trabalhar com as memórias de cada um de seus integrantes que ao se reconhecerem como tais "constroem as identidades individuais e a coletiva - imprescindíveis para o desenvolvimento da instituição".

A expressão memória institucional, possui menos contribuições teóricas na literatura do que a memória organizacional. Seu conceito abrange a memória organizacional, mas sem se limitar a ela (Thiesen, 2013). A memória institucional trabalha a memória por sua perspectiva social - produto das relações sociais estabelecidas entre os homens - a partir de registros informacionais transmitidos entre grupos, mas de forma não reduzida apenas à representação. Segundo Thiesen (2013, p. 29), "as instituições são tomadas como formas fundamentais de saber-poder, que emergem no seio das sociedades e possuem duas faces simétricas: lembrar e esquecer". Percebe-se, então, o caráter seletivo da memória institucional. Fontanelli (2005), afirma que a memória institucional é considerada reforço da cultura e da identidade das organizações. As instituições retêm aquilo que é fundamental para o seu funcionamento e, muitas vezes, questões políticas determinam o que deve ser memorável.

Em uma instituição, a soma das memórias individuais forma parte da memória institucional e não existe a gestão da memória sem a gestão documental e vice e versa. O arcabouço de conhecimentos que representa uma instituição é formado pela memória documental, presente nos registros documentais de vários suportes, e na memória das pessoas - que passaram pela instituição e da sociedade – ao longo do tempo, reforçando, assim, a sua identidade. Conforme demonstrado na

Figura 1, o conceito de memória institucional, representado pelo círculo central, relaciona-se com os demais conceitos representados pelos círculos menores que se entrecruzam, indicando as relações entre si (COSTA, 1997).

Figura 1. O Conceito de memória institucional



(Fonte: Costa, 1997)

Thiesen (2013) explica que a construção do conceito de memória institucional busca identificar elementos conceituais que atuam no processo de institucionalização das relações sociais e acrescenta que nesse processo, a memória - um dos mecanismos ou instrumentos de invenção social – deve ser priorizada, pois, ela é o elemento conceitual e base de toda criação/institucionalização:

> Para compreendermos as relações entre memória e instituição é necessária uma articulação com a noção de sociedade/socialização, vista aqui como um processo que indica um conjunto de experiências que formam/conformam a identidade política e social dos indivíduos, bem como a

> imagem que têm de si mesmos e do outro, em suas relações com as instituições existentes na sociedade. As relações entre indivíduos e instituições são de fundamental importância para o processo de formação/aprendizagem social e política que conduz a cidadania. (THIESEN, 2013, p. 77-78)

Dessa forma, a memória institucional será abordada nesta pesquisa por representar a memória que é repassada para a sociedade, extrapolando a memória organizacional que se limita ao ambiente interno, muitas vezes, para a tomada de decisão. A dinâmica da memória institucional representa como a instituição se reproduz na sociedade, quer ser identificada e o que de sua história deve lembrado e valorizado.

3. A PRESERVAÇÃO DIGITAL, OS CENTROS DE MEMÓRIA MARISTA E AS TICS

Atualmente, nas instituições, documentos são criados, tramitados, armazenados e descartados no ambiente digital, muitas vezes sem controle, podendo ocasionar prejuízo para a construção da memória institucional. A fragilidade das informações e dos documentos digitais é uma das grandes preocupações da atualidade, dado que a tecnologia está em constante evolução, tornando-se obsoleta quase na mesma proporção em que se atualiza. Segundo Santos (2020, p.39), existem várias formas para perder informações em uma instituição:

> [...] o próprio exercício profissional oferece possibilidades de perda: uma indexação malfeita, ou uma classificação errada podem reduzir as possibilidades de recuperação da informação, ou pior, pode resultar em descarte ou preservação indevida de um documento. (SANTOS, 2020, p. 39)

É preciso ter cuidado ao preservar os documentos e informações do presente, principalmente em meio digital, para evitar lacunas nas memórias institucionais de gerações futuras e garantir a recuperação da informação. Com o surgimento das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs), novas estratégias e práticas têm sido aplicadas, nem sempre, porém, contemplando a preservação documental. Cabe, portanto, questionar se a utilização de TICs pelos centros de memória, de fato, potencializa a preservação da memória institucional. Para averiguar aspectos da preservação da memória institucional na prática, esta pesquisa utilizará como objeto os documentos arquivísticos digitais na Rede de Centros de Memória Marista.

Por mais de dois séculos, o Instituto dos Irmãos Maristas[63] produziu e acumulou, organicamente, documentos e objetos, em várias partes do mundo, que formaram acervos de grande valor para a sua história, para a educação católica e para a comunidade. Seus acervos são patrimônios compostos por bens materiais e imateriais que traduzem a fé Marista, principalmente após a beatificação e a canonização de seu fundador, o Padre São Marcelino Champagnat, pelo Papa João Paulo II, em 18 de abril de 1999. Em 2018, ao reconhecer o potencial de seus acervos - arquivísticos, bibliográficos e museológicos - e visando a preservação da história e da memória Marista, foi criada a Rede de Centros de Memória Marista da Região América Sul. Esta Rede reúne, fomenta e articula centros de memória, visando possibilitar e potencializar ações e experiências conjuntas, discutir melhores práticas, integrar serviços, estimular a pesquisa, bem como a formação e a capacitação de profissionais. Assim sendo, funciona de forma colaborativa em busca do fortalecimento, da preservação, do registro e da perenidade da memória institucional e da identidade Marista.

Ao longo dos anos, ocorreu uma drástica redução no número de Irmãos[64] por diversos motivos, inclusive pelo falecimento dos mais idosos que possuíam as memórias iniciais da formação da congregação no

[63] Ordem religiosa que nasceu em 1817, em La Valla, na França, e atualmente está presente em mais de oitenta países. Disponível em: https://champagnat.org/pt/instituto-marista/ .

[64] Religiosos católicos que promovem os valores e a espiritualidade ensinados por São Marcelino Champagnat por meio da evangelização e da educação de crianças e jovens.

Brasil, tornando-se urgente preservar o legado dos Irmãos Maristas, materializado por meio dos documentos, objetos e registros, e pelas fontes vivas de memória institucional. Para Halbwachs (2006, p. 80-81) "o único meio de salvar tais lembranças é fixá-las por escrito em uma narrativa, uma vez que as palavras e os pensamentos morrem, mas os escritos permanecem". Segundo Nassar (2007), a transmissão da responsabilidade histórica empresarial passa a ser um diferencial para o mercado. Sendo assim, os Centros de Memória surgem como potenciais ferramentas para essa estratégia com a possibilidade de serem esse diferencial.

Atualmente, além das memórias que existem no ambiente analógico, existem as memórias exteriorizadas também em ambiente digital, o que ocasiona uma nova preocupação para a perpetuação da memória institucional: a preservação de documentos digitais. Saber o que preservar é um dos pontos vitais para o sucesso de um programa de preservação digital:

> É preciso resistir à tentação de armazenar tudo. A memória não pode ser pensada como duplicação infinita do real, alimentada pela ilusão de poder atender a necessidades complexas e diversificadas. A crescente ampliação da capacidade de estocagem oferecida pela tecnologia não é argumento relevante para evitar o processo seletivo, que deve figurar como atividade rotineira na pauta dos centros de memória, até mesmo para assegurar a representatividade de seu acervo e a eficiência dos serviços prestados (CAMARGO e GOULART, 2015, p. 105).

Nesse contexto, as TICs surgem como aliadas à preservação digital. Elas são todos os recursos tecnológicos que proporcionam informação e auxiliam a comunicação em vários processos como, por exemplo, um *software* para o gerenciamento de dados. A utilização das TICs foi de suma importância para a construção da Rede de Centros de Memória Marista, uma vez que é um desafio trabalhar, de maneira integrada, CM geograficamente distantes. A utilização de um mesmo

software para a gestão dos acervos de todos os centros da Rede é uma forma de integrar os acervos, possibilitando o intercâmbio de informações, descrições colaborativas, facilitar a busca e a recuperação de informações e ampliar o acesso aos documentos institucionais.

O investimento em tecnologia na estrutura física, bem como na promoção e na integração dos centros de memória são estratégias bastante significativas para ampliar o vínculo entre a comunidade e os respectivos acervos, como sites, exposições com tecnologias interativas e a reformulação das mídias digitais. Entretanto, somente a utilização de tecnologia não é garantia de que as informações estarão a salvo, pois as ferramentas tecnológicas pensadas para a gestão, muitas vezes, não são pensadas para a preservação. Dessa forma, surge também a necessidade de se preservar a memória dos registros que estão sendo produzidos atualmente, majoritariamente em ambientes virtuais, caracterizados pela efemeridade e pela falta de controle da desinformação. A preservação a longo prazo dos documentos digitais é um desafio, tanto no que se refere a documentos nato digitais quanto a documentos reformatados, e deve ser discutida por profissionais de diversas áreas para garantir a salvaguarda dos patrimônios documentais das instituições (SANTOS; FLORES, 2017).

Para o pleno cumprimento da sua função social e institucional, os documentos precisam estar acessíveis quando demandados. Além disso, para os documentos digitais devem ser observadas características como a autenticidade, a fidedignidade, a integridade e a confiabilidade bem como a segurança e a indexação correta da informação armazenada, visando a preservação das memórias para as instituições, para a sociedade e para as gerações futuras. O que definimos preservar hoje, impacta nas memórias das gerações futuras, pois "somos responsáveis por aquilo que queremos que hoje apareça como uma recuperação do passado, pois nossa existência contemporânea surge dessa responsabilidade" (SCHMUCLER, 2008, tradução nossa).

Os documentos digitais trouxeram muitas vantagens para a sociedade, no que se refere à produção, transmissão, acesso e armazenamento documental. A transição do modelo convencional de documento para o modelo digital não excluiu a participação humana nos processos

informacionais. A fragilidade dos suportes dos documentos digitais está na dependência do sistema computacional para serem acessado bem como a sujeição às falhas tecnológicas de *hardware* e *software*.

Além disso, a ação humana também é um fator preocupante para a preservação digital. De acordo com o Glossário de Documentos Arquivísticos Digitais, preservação digital é o "conjunto de ações gerenciais e técnicas exigidas para superar as mudanças tecnológicas e a fragilidade dos suportes, garantindo acesso e interpretação dos documentos digitais pelo tempo que for necessário." (CONARQ, 2020, p. 39). Vivemos uma insegurança tecnológica a longo prazo, pois, diferentemente do papel, suportes de documentos digitais de trinta anos atrás, como o disquete, dificilmente são lidos atualmente, em virtude da atualização da tecnologia.

Outro ponto de atenção é a segurança da informação digital, que está relacionada à tecnologia, processos e pessoas. Segundo a Carta para a preservação do patrimônio arquivístico digital, publicada pelo Conselho Nacional de Arquivos - CONARQ - em 2005, a partir da Carta para preservação do patrimônio digital, da UNESCO (2003), para os problemas relacionados à preservação digital, "não há soluções únicas e todas elas exigem investimento financeiro elevado e contínuo em infraestrutura tecnológica, pesquisa científica aplicada e capacitação de recursos humanos". A partir dessa carta, uma série de documentos importantes foram produzidos pelo CONARQ e pela sua Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos – CTDE, sobre a preservação digital no Brasil. São eles:

- e-ARQ Brasil (2009)
- Recomendações para digitalização de documentos arquivísticos permanentes (2010)
- Diretrizes para a Gestão Arquivística do Correio Eletrônico Corporativo (2012)
- Diretrizes para a Presunção de autenticidade de documentos arquivísticos digitais (2012)

- Diretrizes para a Implementação de Repositórios Digitais Confiáveis de Documentos Arquivísticos – RDC-Arq (2015)
- Diretrizes do produtor: A elaboração e a manutenção de materiais digitais: Diretrizes para indivíduos (2019)
- Glossário Documentos Arquivísticos Digitais (2004 – 8ª Versão 2020)
- Diretrizes para a Digitalização de Documentos de Arquivo nos termos do Decreto Nº 10.278/2020 (2021)

Percebe-se, então, que há mais de 15 anos existem movimentos para resolver questões relacionadas às práticas de preservação digital no país, entretanto, ainda não há uma solução definitiva. A preservação digital requer alto investimento de recursos, especialização dos profissionais e deve ser problematizada constantemente em função da rápida obsolescência tecnológica e dos problemas relacionados à seleção arquivística e às formas de se preservar. Contudo, as TICs tendem a ser fundamentais no desafio de registrar e preservar a memória nas instituições para o acesso das gerações futuras.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A memória é uma permanente construção, assim como as TICs estão em constante desenvolvimento. Atualmente, experimentamos os fenômenos da virtualização e da efemeridade das informações, os quais trarão novas configurações para a organização do trabalho e para a acumulação de conhecimento nas instituições. Nesse contexto, os centros de memória surgem como entidades com funções estratégicas e contínuas para as instituições, principalmente, no que se refere à preservação da memória institucional, por exercerem a função social de facilitarem, para a sociedade, o acesso aos registros referentes à trajetória institucional, aos valores da instituição e à vida de seus fundadores.

Acredita-se que articular o trabalho dedicado às questões da memória institucional entre o CM e as demais unidades administrativas de uma instituição estimulará o registro e a preservação do patrimônio histórico-cultural-documental, criando condições para o estabelecimento de políticas para os acervos, bem como para sua difusão, especialmente se aliados à utilização de TICs. A tecnologia é uma aliada da memória, por meio dela, é possível o melhoramento da capacidade de registro e de preservação da memória institucional.

Ao final desta pesquisa, pretende-se demonstrar que as TICs tendem a ser fundamentais no desafio de registrar e preservar a memória nas instituições para o acesso das gerações futuras, por meio da análise da amostra dos Centros de Memória Marista. A tecnologia não concorre com o fazer humano, mas o complementa, dando celeridade aos processos de tratamento e uso da informação, otimizando os recursos (humanos, financeiros e naturais), facilitando o acesso da sociedade às informações e auxiliando na preservação da memória e do patrimônio documental presente nos acervos, quando planejada, corretamente executada e com o gerenciamento de riscos.

REFERÊNCIAS

ACKERMAN, M. **Augmenting Organizational Memory; a field study of Answer Garden.**

(1998). **ACM Transactions on Information Systems**, Vol. 16, N. 3, Julho, 1998, P. 203–224. Disponível em: https://dl.acm.org/doi/pdf/10.1145/290159.290160 . Acesso em: 20 ago. 2022.

ALMEIDA, M. B. **Um modelo baseado em ontologias para representação da memória organizacional**. 2006. Tese de Doutorado – Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil, 2006.

CAMARGO, A. M.; GOULART, S. **Centros de memória: uma proposta de definição.** São Paulo: Edições SESC São Paulo, 2015.

COMITÊ GESTOR. **Projeto da Rede de Centros de Memória Marista da Região América Sul**. Brasília, 2019. Disponível em: https://memorias.umbrasil.org.br/. Acesso em: 20 dez. 2020.

_____. **Regimento interno da Rede de Centros de Memória Marista da Região América Sul**. Brasília, 2019. Disponível em: https://memorias.umbrasil.org.br/ . Acesso em: 20 dez. 2020.

COOK, T. **Arquivologia e Pós-modernismo: novas formulações para velhos conceitos**. Informação Arquivística, Rio de Janeiro, RJ, v. 1, n. 1, p. 123-148, jul./dez. 2012.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS - CONARQ. **Carta para preservação do patrimônio arquivístico digital: preservar para garantir o acesso**, 2005. Disponível em: https://www.gov.br/conarq/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/conarq_carta_preservacao_patrimonio_arquivistico_digital.pdf . Acesso: em 20 de Abr. de 2022.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS – CONARQ. **Diretrizes para a presunção de autenticidade de documentos arquivísticos digitais.** Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: https://www.gov.br/conarq/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/conarq_presuncao_autenticidade_completa.pdf . Acesso em 21 abr. 2022.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS – CONARQ. **Glossário de Documentos Arquivísticos Digitais.** Rio de Janeiro, 2020, 8ª versão. Disponível em: https://www.gov.br/conarq/pt-br/assuntos/camaras-tecnicas-setoriais-inativas/camara-tecnica-de-documentos-eletronicos-ctde/glossario-da-ctde . Acesso em 21 abr.

COSTA (THIESEN), I. M. **Memória institucional: a construção conceitual numa abordagem teórico-metodológica**. Orientadores: Maria Nelida Gonzalez de Gómez e Hilton Ferreira Japiassu. Tese (Ciência da Informação).1997. 169 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro / Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 1997.

CYERT, R. M.; MARCH, J. G. **A behavioral theory of the firm**. New York: Prentice-Hall, 1963.

DODEBEI, V. **Cultura Digital: novo sentido e significado de documento para a memória social?** Revista de Ciência da Informação, v. 12, n. 2, abr 2011. Disponível em: https://brapci.inf.br/index.php/res/v/7335 . Acesso em 04 de setembro de 2022.

FONTANELLI, S. A. **Centro de memória e ciência da informação**: uma interação necessária. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso de Biblioteconomia) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, 2005.

GONDAR, J.; DODEBEI, V. (orgs.). **O que é memória social**? Rio de Janeiro: Contracapa, 2005.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

NASSAR, P. **Memória de empresa:** História e comunicação de mãos dadas a construir o futuro das organizações. Aberje Editorial. São Paulo, 2004.

NORA, Pierre. **Entre Memória e História: a problemática dos lugares** In: Projeto História. São Paulo: PUC, n. 10, p. 07-28, dezembro de 1993.

NORTH, D. C. **Institutions.** Journal of Economic Perspectives — Volume 5, Number 1 — Winter 1991 — Pages 97–112.

OLIVEIRA, E. B.; RODRIGUES, G. M. (Eds.). (2017). In: **Memória: interfaces no campo da informação** (DGO-Digital original, pp. 347–351). SciELO – Editora UNB.

PAZIN, M. **A importância dos centros de memória para as instituições e para a sociedade**. Itaú Cultural, [S.l.], 12 ago. 2015. Disponível em: https://www.itaucultural.org.br/a-importancia-dos-centros-

de-memoria-para-as-instituicoes-e-para-a-sociedade . Acesso em: 15 fev. 2021.

RIBEIRO, F. Memória, Informação e Ciência da Informação: Relações e interdependências. In: OLIVEIRA, Eliane Braga de; RODRIGUES, Georgete Medlege (Orgs.). **Memória: interfaces no campo da informação**. Brasília: UnB, 2017. p. 111-139.

SANTOS, H. M.; FLORES, D. Os impactos da obsolescência tecnológica frente à preservação de documentos digitais. **Brazilian Journal of Information Studies**: Research Trends. 11:2 (2017) p. 28-37. ISSN 1981-1640. Disponível em: https://www.doi.org/10.36311/1981-1640.2017.v11n2.04.p28

SANTOS, J. C. Memória organizacional: modelos e metas. In: **V Colóquio em Organização, Acesso e Apropriação da Informação e do Conhecimento**, 2021, Londrina. Gestão, Organização e Compartilhamento de Conteúdos Informacionais. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2021. v. 1. p. 213-222.

SANTOS, V. B. Perda de informações e de bens em arquivos e instituições responsáveis por guarda do patrimônio: segurança da informação e o viés digital. **Revista do Arquivo**. São Paulo, Ano VI, Nº 11, p. 35-40, outubro de 2020. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/revista_do_arquivo/11/ . Acesso em: 18 jan. 2021.

SCHMUCLER, H. **La inquietante relación entre lugares y memórias**. Disponível em: http://www.memoriaabierta.org.ar/materiales/pdf/hector_schmucler.pdf . Acesso em 25.06.2022.

SIMON, H. **A. Comportamento administrativo: estudo dos processos decisórios nas organizações administrativas**. Rio de Janeiro: FGV, 1965.

STEIN, E. W. Organization memory: review of concepts and recommendations for management. **International Journal of Information**

Management, v. 15, n. 1, p. 222. 17-32, feb. 1995. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/026840129400003C. Acesso em: 28 ago. 2022.

TESSITORE, V. **Os arquivos fora dos arquivos**. São Paulo: Arquivo do Estado, 2002.

THIESEN, I. **Memória institucional.** João Pessoa: UFPB, 2013. 312p.

THIESEN, I. **Museus, arquivos e bibliotecas entre lugares de memória e espaços de produção de conhecimento.** In: Museu e Museologia: Interfaces e Perspectivas/Museu de Astronomia e Ciências Afins - Organização de: Marcus Granato, Claudia Penha dos Santos e Maria Lucia de N. M. Loureiro — Rio de Janeiro: MAST, 2009. p. (MAST Colloquia; 11).

IDENTIFICAÇÃO ARQUIVÍSTICA APLICADA AO ESTUDO DO ARQUIVO DO HORTO DE PLANTAS MEDICINAIS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

ARCHIVAL IDENTIFICATION APPLIED TO THE STUDY OF THE GARDEN MEDICINAL PLANTS ARCHIVE OF THE UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

Marcela Gonçalves Teixeira
marcelateixeira@id.uff.br

Ana Célia Rodrigues
anaceliarodrigues@id.uff.br

Resumo: Pesquisa sobre o método de identificação arquivística aplicado ao estudo da tipologia documental do arquivo do Horto de Plantas Medicinais da Universidade Federal do Ceará Professor Francisco José de Abreu Matos. O volume documental do arquivo é resultante das práticas laborais do professor Matos (1924-2008), que dentre inúmeras contribuições acerca da fitoterapia dedicou sua carreira a investigar e democratizar o conhecimento científico do uso das plantas medicinais. O criador do programa "Farmácias Vivas" referenda a utilização de plantas medicinais para o tratamento e prevenção de doenças na atenção básica e promoção das práticas de saúde. O objeto proposto tem como finalidade reconhecer a natureza do órgão e/ou sujeito produtor e dos tipos documentais acumulados no arquivo que se encontram dispersos, de modo a revelar seu vínculo arquivístico e possibilitar ao pesquisador estreitar a relação entre o arquivista e o cientista, corroborando para que possam compartilhar saberes com o propósito de identificar, tratar e disponibilizar as informações ao seu principal interessado: a sociedade. Trata-se de pesquisa teórica e aplicada, de abordagem qualitativa, do tipo descritiva e

exploratória, que envolve os métodos de investigação documental e de identificação arquivística. Considera-se que com a aplicação do método de identificação arquivística, é possível reconhecer a natureza do produtor e padronizar a denominação dos documentos que estão acumulados no arquivo do Horto de modo a estabelecer requisitos que reduzam eventuais ambiguidades sobre a tipologia documental. Será também possível recuperar a sua história arquivística e delimitar suas origens.

Palavras-Chave: Identificação arquivística; Tipologia documental; Horto de plantas medicinais; Farmácias vivas; Professor Francisco José de Abreu Matos; Arquivo de cientista.

Abstract: Research on the archival identification method applied to the study of the documentary typology of the Horto de Plantas Medicinais archive at the Federal University of Ceará Professor Francisco José de Abreu Matos. The documental volume of the archive is the result of the work practices of Professor Matos (1924-2008), who, among countless contributions on phytotherapy, dedicated his career to investigating and democratizing the scientific knowledge of the use of medicinal plants. The creator of the "Farmácias Vivas" program endorses the use of medicinal plants for the treatment and prevention of diseases in primary care and promotion of health practices. The purpose of the proposed object is to recognize the nature of the producing organ and/or subject and of the document types accumulated in the archive that are dispersed, in order to reveal their archival link and enable the researcher to strengthen the relationship between the archivist and the scientist, corroborating so that they can share knowledge with the purpose of identifying, processing and making the information available to their main interested party: society. This is theoretical and applied research, with a qualitative approach, of the descriptive and exploratory type, which involves the methods of documental investigation and archival identification. It is considered that with the application of the archival identification method, it is possible to recognize the nature of the producer and standardize the denomination of the documents that are accumulated in the Horto archive in order to establish requirements that

reduce any ambiguities about the documentary typology. It will also be possible to recover its archival history and delimit its origins.

Keywords: Archival identification; Document typology; Garden of medicinal plants; Living pharmacies; Professor Francisco José de Abreu Matos; Scientist´s archive.

1. INTRODUÇÃO

Projeto de pesquisa de doutorado em desenvolvimento no Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação (PPGCI/UFF), com bolsa CAPES, que integra a produção científica do Grupo de Pesquisa "Gênese Documental Arquivística", UFF/CNPq.

Os laboratórios constituem um grande campo de produção de conhecimento liderado por cientistas que contribuem para a sociedade e a própria história da ciência. É o caso do Horto de Plantas Medicinais da Universidade Federal do Ceará (UFC) professor Francisco José de Abreu Matos, cujo trabalho iniciado pelo próprio professor Matos (1924-2008) resultou na realização de pesquisas de assistência social farmacêutica de forma a atender e democratizar o conhecimento científico quanto ao uso correto das plantas medicinais, sobretudo à população mais carente.

No entanto, esses espaços possuem uma vasta quantidade de documentos e informações que nem sempre são gerenciados e tratados organicamente seguindo os critérios arquivísticos. No arquivo do Horto da Universidade não é diferente. Os documentos estão acumulados e dispersos entre as salas, bancadas, armários e gavetas do laboratório. A maior parte dos documentos são produtos das atividades laborais de seu principal pesquisador, o professor Matos, precursor de programas de fitoterapia no Brasil, idealizador na Universidade Federal do Ceará (UFC) do programa "Farmácias Vivas", que transformou o conhecimento empírico da utilização e eficácia das plantas medicinais em conhecimento científico democratizando o seu acesso e uso, tornando-se por sua vez referência para o nordeste brasileiro com repercussão nos estudos da Farmacologia e reconhecimento da ciência.

Este projeto foi uma resposta a sua indagação sobre o que fazer com o conhecimento acumulado nessas quase três décadas de pesquisa e estudos botânicos, químicos e farmacológicos sobre centenas de plantas estudadas da região nordeste. Farmácias Vivas é um projeto de assistência social farmacêutica para atender, sobretudo, a população mais carente que não possui acesso a medicamentos no tratamento de atenção primária à saúde.

Para Wersig e Nevelling (1975, p.22) "transmitir o conhecimento para aqueles que dele necessitam é uma responsabilidade social e essa parece ser o verdadeiro fundamento da Ciência da Informação". Torna-se assim necessário investigar e estimular a disseminação da informação e seus usos sociais.

O arquivo do Horto de Plantas Medicinais é constituído em sua maior parte por documentos produzidos pelo seu principal produtor, o professor Matos no desenvolvimento de suas atividades laborais, sobretudo no que concerne a programas de pesquisas em plantas medicinais destacando-se o Projeto Farmácias Vivas, hoje já também considerado um programa. A pesquisa torna-se inovadora por estudar tipologia de documentos não tão comuns em arquivos, como as "cromatografias", que consiste em uma técnica utilizada para separar elementos químicos orgânicos e bioquímicos familiarizados por meio de análise de extratos de plantas e também documentos conhecidos entre os pesquisadores do Horto, como "ficha agronômica", que são registros agronômicos do período de 1985-1988 contendo informações sobre o acompanhamento e crescimento das plantas.

Os arquivos resultantes das ações de cientistas revelam muito sobre o seu contexto, atividades e ações do produtor. E especificamente, se tratando de arquivo pessoal de cientista como fonte de informação oriundo da prática científica de seu autor, é considerado um arquivo complexo que reflete uma visão mais abrangente do indivíduo e do meio o qual está inserido na sociedade.

> Os arquivos pessoais de cientistas, artistas e políticos constituem matéria privilegiada para que se possam compreender os processos de conhecimento, criação e decisão, razão por que, aliás, têm sido objeto de iniciativas de recolhimento

> por instituições diversas (CAMARGO; GOULART, 2007, p.50).

Maria Celina Soares de Mello Silva (2007, p. 12), realiza um levantamento criterioso com grandes pesquisadores da área de ciência e tecnologia estreitando as relações entre a arquivologia e as contribuições com a ciência.

> Os arquivos de cientistas merecem atenção especial, já que além de possuírem documentos representativos da trajetória profissional destes pesquisadores, englobam documentos que espelham sua vida social, familiar, afetiva e cultural, permitindo assim uma visão abrangente do indivíduo e do meio social onde está inserido. São provavelmente os arquivos mais procurados pelos pesquisadores. (BRITO, 2002, p. 37).

Silva (2014, p.7) destaca que é relativamente comum verificar que a vida pessoal do cientista e a sua na instituição onde atua e, mais especificamente, nos laboratórios, se confundem a ponto de ser difícil estabelecer limites entre as autorias dos documentos. O arquivista é, portanto, responsável por realizar a mediação com o cientista e possibilitar a democratização do conteúdo produzido no decorrer de uma ação.

Nesta perspectiva, a pesquisa questiona a relação que os cientistas mantêm com os documentos produzidos nos laboratórios, razão pela qual a escolha do método de identificação arquivística, tem por objeto de estudo o produtor e seus próprios documentos. A compreensão do trabalho do cientista e do trabalho do arquivista são desafios contemporâneos, por um lado, o arquivista deve estar preparado a trabalhar com o conjunto de documentos resultantes das práticas científicas independentemente da área do produtor, contribuindo para um melhor tratamento do arquivo, difusão e construção da memória da ciência. Ao mesmo tempo, o cientista deve melhor compreender o trabalho do arquivista atuando junto ao mesmo desde o momento da criação do

documento de modo que o arquivista possa promover procedimentos de gestão, tratamento, preservação e acesso ao seu conteúdo que muitas vezes estão dispersos no laboratório.

Pelas razões expostas, tem por objetivo, discutir e aplicar o método de identificação arquivística fundamentado nos parâmetros da diplomática e tipologia documental, para estudar os documentos acumulados no arquivo do Horto de Plantas Medicinais da Universidade Federal do Ceará de modo a reconhecer a natureza do produtor, sua tipologia e, sobretudo, contribuindo para democratizar o acesso. Estudar o documento em seu contexto de produção com base na diplomática e tipologia documental é fundamental para revelar o seu vínculo arquivístico, que reflete especificamente a natureza orgânica dos documentos.

A identificação arquivística é um método adequado por contribuir na investigação e tratamento de todo e qualquer arquivo independentemente de sua finalidade ou especialidade. No caso do arquivo do Horto de Plantas Medicinais permite ao arquivista identificar o órgão e/ou sujeito produtor conhecendo seus objetos de estudo para o reconhecimento das estruturas administrativas orgânicas e funcionais da organização e seus tipos documentais auxiliando no planejamento dos procedimentos necessários para o tratamento dos documentos dispersos nas massas documentais acumuladas e a formação das séries documentais. No objeto em questão, a aplicação do método corrobora na adequada elaboração de instrumentos necessários para as boas práticas arquivísticas.

A temática de estudo justifica-se por contribuir com a possibilidade de realização de novas pesquisas, não somente na área específica do órgão em questão, mas também nas áreas correlatas com a arquivologia. Dessa forma, é possível mapear a trajetória de investigação científica que compõe o arquivo do Horto. A pesquisa aproxima as atividades entre o arquivista e o cientista na medida em que torna mais consistente a relação orgânica das informações no seu contexto evolutivo de produção.

2. DIPLOMÁTICA E TIPOLOGIA DOCUMENTAL COMO BASE DA IDENTIFICAÇÃO ARQUIVÍSTICA

A identificação arquivística é um método sustentado pelo trabalho de investigação e análise crítica sobre os elementos da gênese do fundo, o órgão produtor e seus documentos, baseados nos parâmetros da diplomática e da tipologia documental, estudos que podem ser desenvolvidos desde o momento da criação dos documentos ou no reconhecimento dos mesmos em suas massas documentais acumuladas.

Os primeiros relatos sobre esse método ocorreram a partir das experiências de identificação de tipos documentais desenvolvidas pelo Grupo de Arquivistas Municipais de Madrid, criado em 1981, coordenado por Vicenta Cortés Alonso. Mais adiante, grupos de trabalho nascem na Espanha coordenados por Maria Luiza Conde Villa Verde (1992), no qual estabelecem a identificação como prioridade antes mesmo da classificação, avaliação, descrição, difusão ou de qualquer outra função arquivística. As discussões lideradas por Maria Luiza Conde Villaverde culminaram na criação do Grupo Ibero-americano de Tratamento de Arquivos Administrativos (GITAA, 1989-1996), formados pelos países da Espanha, Portugal, Brasil e México, que tinham situação similar à Espanha e que estavam na busca de um método para a resolução dos problemas de acumulação de fundos entre os respectivos países, participando por sua vez na formulação do termo e do conceito de identificação, conforme Mendo Carmona (2004, p. 41, tradução nossa) argumenta:

> Tal definição foi sendo desenvolvida em reuniões profissionais para discutirem a realidade constante nos arquivos desses países com larga tradição administrativa e arquivística, cujos procedimentos administrativos e práticas diárias não tinham se preocupado com a transferência sistemática de seus fundos documentais, acumulando fundos indiscriminadamente nos depósitos de arquivos. (MENDO CARMONA, 2004, p. 41).

Na Espanha, a identificação é uma fase da metodologia arquivística utilizada, sobretudo para resolver o problema de acumulação de documentos, sendo comum também nos demais países ibero-americanos.

> Separados e anterior aos trabalhos desenvolvidos pelos grupos criados pela Direção de Arquivos Estatais, o Grupo de Arquivistas Municipais de Madrid, coordenados por Vicenta Cortéz, contava com a participação de arquivistas de Alcobendas, Alcalá de Henares, Alcorcón, Getafe, Leganes, Madrid, Móstoles e San Sebastian de los Reyes, foi de grande importância e se destacou com os estudos relacionados a tipologia documental e quadros de organização de fundos, baseando-se nas características internas e externas dos documentos (CORTES ALONSO, 1986, p.420).

Os estudos a respeito da identificação de tipologia documental originados pelo Grupo de Arquivistas Municipais de Madri e de Vicenta Cortés Alonso conforme García Ruipérez (2016, p. 64) influenciaram outros estudos na Espanha.

> A verdade é que o trabalho do Grupo de Madrid teve grande repercussão, tanto na Espanha como fora dela. Em seguida multiplicaram-se outros modelos, baseados neste, porém introduzindo modificações. Havia modelos com apenas cinco campos/seções principais (do município de Zaragoza), enquanto na outra extremidade estava o proposto por Ana Duplá para a Comunidade de Madrid com vinte e dois campos (GARCÍA RUIPÉREZ, 2016, p. 64).

Para Penha e Rodrigues (2011, p. 225), "O desenvolvimento de pesquisas e estudos de casos sobre o assunto alarga a discussão sobre o conceito de identificação dentro próprio país, passando a influenciar os países ibero-americanos que apresentavam o mesmo problema da

acumulação de documentos em depósitos de arquivo". Nas décadas de 80 e 90 do séc. XX o mundo europeu apresentava muito mais problemas de acumulação de arquivos do que propriamente de produção e gestão de documentos.

Antonia Heredia Herrera (1999), assim como outros autores como Maria Luisa Conde Villaverde (1992), José Luiz La Torre Merino e Mercedes Martín – Palomino y Benito (2000), Ramón Alberch i Fugueras (2003) e Concepción Carmona Mendo (2004) defendem a identificação como

> [...] a primeira fase da gestão documental vinculada ao uso administrativo da documentação e que deve ser compreendida como uma etapa perfeitamente definida, diferenciada e sucessiva de tratamento arquivístico, é a primeira intervenção que o profissional da área deve fazer. (HEREDIA HERRERA, 1999, p.88).

A identificação é uma inovação metodológica, pesquisa que se desenvolve nos parâmetros do rigor científico, selecionando, sistematizando e registrando fontes de informações fundamentais para a coleta de dados sobre o estudo do órgão produtor e dos documentos produzidos e acumulados neste contexto. É fundamental fazer relação com a unidade administrativa do órgão por meio do reconhecimento dos elementos funcionais e orgânicos da identificação. É, portanto, um instrumento de estudo de identificação do órgão produtor para a análise do contexto de produção e de seus próprios documentos.

Como método estuda dois objetos: o órgão produtor, permite reconhecer as competências, funções, atividades e tarefas e a tipologia documental, estudando as características do documento de arquivo com base na diplomática e tipologia documental para a correta denominação e o agrupamento da série documental. A série documental reflete o conjunto dos tipos documentais de idêntico modo de produção e tramitação, produto da mesma ação.

Destaca-se que a identificação arquivística é amparada nos parâmetros da diplomática e tipologia documental que vem sendo discutidos no Brasil desde a década de 80 por Heloísa Bellotto (2014, p. 52), "a tipologia documental é a ampliação da diplomática na direção da gênese documental e de sua contextualização nas atribuições, competências, funções e atividades da entidade geradora/acumuladora". A autora vai, portanto, estudar os documentos, identificar as funções, as atividades e os desdobramentos operatórios a partir do estudo dos documentos, e da diplomática na definição do conceito de espécie que vai ser fundamental para a compreensão do segundo objeto de estudos da identificação arquivística que é a tipologia documental.

> A identificação é uma tarefa de pesquisa, de natureza intelectual, sobre o documento de arquivo e o seu órgão produtor, um tipo de investigação científica particular que constitui uma ferramenta de trabalho para o arquivista. Uma metodologia de pesquisa que se desenvolve nos parâmetros do rigor científico, como tarefa preliminar e necessária às funções arquivísticas de classificação, avaliação, descrição e também para o planejamento da produção documental. (RODRIGUES, 2012, p. 197-198).

Este método baseado nos conceitos mencionados está sendo aplicado para reconhecer os documentos acumulados no arquivo do Horto de Plantas Medicinais da UFC que necessitam ser mais bem estudados e compreendidos para o planejamento do tratamento técnico. Não apenas o seu conteúdo é desafiador, mas o conhecimento de técnicas que corroborem com o tratamento dos documentos e suas informações e a difusão do conhecimento para a sociedade, razão pela qual discutimos a pertinência do método de identificação arquivística para reconhecer e tratar a tipologia documental dos arquivos de cientistas.

3. IDENTIFICAÇÃO ARQUIVÍSTICA APLICADA AO ESTUDO DO ARQUIVO DO HORTO DE PLANTAS MEDICINAIS DA UFC

No arquivo do Horto de Plantas Medicinais, a maior parte dos documentos são produtos das atividades laborais de seu principal pesquisador, o professor Matos, precursor de programas de fitoterapia no Brasil, idealizador na Universidade Federal do Ceará (UFC) do programa "Farmácias Vivas".

Francisco José de Abreu Matos (1924-2008) faz parte da quarta geração de profissionais que atuaram na área da Farmacologia no Ceará. Concluiu a Faculdade de Farmácia e Odontologia do Ceará em 1945. A partir de 1948, Matos torna-se livre docente em Farmacognósia[65], como catedrático interino da faculdade que na época pertencia ao governo do Estado do Ceará. Em 1960, defende o seu doutorado, e em 1969 torna-se titular da cadeira de Farmacognosia, dedicando-se a sua profissão como docente, pesquisador e gestor. Em 1955, ingressaria em um grupo de pesquisa multidisciplinar realizando pesquisas botânicas, farmacológicas e químicas para o Programa de Plantas Medicinais e Aromáticas do Nordeste, que pretendia identificar plantas típicas da região nordeste e que com a comprovação de seu princípio ativo, seria certificada e veiculada de forma segura para a população. Passou a percorrer toda a caatinga já que se tinha o preconceito de que neste bioma considerado muito árido não existiria plantas medicinais eficientes para a atenção primária à saúde. Matos passou décadas realizando pesquisas de campo e entrevistando a população como os ribeirinhos, rezadeiras, curandeiros e tantos outros que se beneficiavam da utilização das plantas para o tratamento de doenças relacionadas, inclusive, conforme Magalhães

[65] É o ramo mais antigo das ciências farmacêuticas e tem como alvo de estudo os princípios ativos naturais, sejam animais ou vegetais. Este termo foi usado pela primeira vez pelo médico austríaco Schmidt em 1811. A partir de 1815 foi introduzido, na área das ciências da saúde, o termo farmacognosia, que deriva do grego *pharmakon* (fármaco) e *gnosis* (conhecimento). A farmacognosia tornou-se disciplina obrigatória nas Escolas de Farmácia do Brasil a partir de 1920, sendo uma das maiores áreas do conhecimento farmacêutico. Fonte: http://www.sbfgnosia.org.br/farmacognosia.html.

(2019) provavelmente por questões culturais, falta de atendimento médico-hospitalar ou saneamento e à ausência de acesso à saúde da mulher. As doenças mais comuns a serem tratadas correspondiam a gripe, dor de garganta, tosse, doenças do fígado, diarreia, dor de dente, febre e dor, inflamação da mulher, corrimento vaginal, micoses e feridas.

A partir da década de 70, o professor Matos anotava as entrevistas realizadas em espécies de formulários (cadernos de campo), elaborados pelo mesmo com informações sobre o dia da coleta, ilustrações botânicas, forma de coleta e indicação. Em 1981 o professor Matos se aposenta apesar de nunca ter se tornado "inativo". Mesmo após a sua aposentadoria continuou se debruçando em suas pesquisas resultando na maior contribuição do país sobre plantas medicinais. A partir de suas experiências anteriores, Matos cria em 1983 o projeto "Farmácias vivas" para atender um problema de saúde pública já que segundo suas pesquisas com fontes até da própria Organização Mundial de Saúde (OMS), 80% da população não tem acesso a medicamentos e ao recorrer a utilização de plantas medicinais utilizando apenas o saber popular sem ter comprovação científica recorre a três graves problemas: desconhecimento de sua eficácia, autodiagnostico e automedicação.

Após seu falecimento, em 2008, o Horto de Plantas Medicinais da UFC continua sendo o coração do projeto Farmácias Vivas (hoje considerado um programa devidamente cadastrado na Pró-Reitoria de Extensão da UFC). A equipe do professor Matos e tantos outros cientistas deram continuidade às suas pesquisas que estão dispersas tanto no arquivo da instituição, quanto na residência de seus familiares, assim como há também documentos pessoais dispersos no arquivo. Essa é uma prática comum dos cientistas que têm os ambientes de laboratório como uma extensão de sua vida acadêmica e particular. Em algumas visitas técnicas ao Horto já realizadas foi possível perceber que essa acumulação se deu naturalmente resultante de suas atividades laborais, mas também de cunho pessoal.

O projeto Farmácias Vivas conforme Matos (1998, p. 16), é constituído de um conjunto de ações que o caracteriza como um programa de assistência social farmacêutica e surgiu como resultado da busca de um método que permitisse integrar a medicina tradicional com

o uso científico de plantas medicinais pelo emprego de plantas selecionadas cientificamente, com vista a melhoria da saúde de grande parte da população excluída do sistema público de saúde por razões econômicas. Segundo a OMS a pobreza e a insuficiência de cuidados primários de saúde, fazem com que o tratamento das enfermidades adotados pela maior parte de sua população, seja feito por meio do uso de práticas de medicina caseira, em que se utilizam empiricamente folhas, cascas e raízes oferecidas pelos vendedores populares de ervas. O Projeto Farmácias Vivas passa a trabalhar o princípio ativo e a orientar as comunidades quanto ao uso correto e seguro das plantas para fins terapêuticos preventivos ou curativos.

No Horto estão presentes no arquivo acumulado pelo professor Matos e outros pesquisadores diversos "*relatórios etnobotânicos*[66]" onde foram anotadas informações coletadas em entrevistas de campo, fotografias ou desenhos sobre determinada planta (ilustrações botânicas), e a própria amostra da planta (*exsicatas*), além do nome científico da família da planta, Faz parte também do arquivo *clados filogenéticos*[67] representados por *dendrogramas* de cluster a partir de estudos do agrupamento de componentes botânicos e taxonômicos, cadernos de campo em formato de relatórios, cadernos de laboratório, artigos científicos, correspondências com resultados parciais ou finais de pesquisas compartilhadas com outros cientistas ou entidades, dentre outros.

A aplicação do método de identificação arquivística tem como resultado um estudo para reconhecer o produtor e a tipologia documental de forma a reconhecer seus elementos internos e externos e a sua organicidade. O uso desse método traz à tona o debate sobre a gênese

[66] Inclui o estudo do saber tradicional e os costumes de um povo relativamente às plantas e aos seus usos. Segundo Alcorn (1995, p. 28) a Etnobotânica é o estudo da relação existente entre o homem e as plantas e o modo como essas plantas são usadas como recursos.

[67] Estuda cada um dos ramos da árvore filogenética. É um agrupamento que inclui um ancestral comum e todos os descendentes (viventes e extintos) deste ancestral. Fonte: https://evosite.ib.usp.br/evo101/IIBPhylogeniesp2.shtml#:~:text=Um%20clado%20%C3%A9%20um%20agrupamento,ramo%20podado%20formam%20um%20clado .

desse fundo, mais especificamente a sua identificação para recolhimento e posterior tratamento dos conjuntos documentais acumulados.

Ressalta-se que não cabe ao arquivista conhecer o conteúdo de um documento produzido por um profissional de determinada área específica como é o caso de um cientista, mas é preciso compreender quais são as circunstâncias da produção, quais atividades foram executadas e como os documentos resultam dessas atividades.

4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Trata-se de pesquisa teórica e aplicada, de abordagem qualitativa, do tipo descritiva e exploratória, que envolve os métodos de investigação documental, como base da revisão de literatura e de identificação arquivística, para o estudo da gênese da tipologia documental acumulada no arquivo.

A aplicação do método de identificação arquivística possibilita o reconhecimento da natureza do produtor e padronização da denominação dos documentos que estão acumulados no arquivo do Horto de Plantas Medicinais da Universidade Federal do Ceará, de modo a estabelecer requisitos que reduzam eventuais ambiguidades sobre a tipologia documental, por meio do estudo da gênese do fundo. Neste sentido, o conhecimento arquivístico que resulta do estudo de identificação arquivística, facilita a comunicação entre o cientista e a sociedade, mediado por aplicações de técnicas e procedimentos metodológicos elaborados pelo arquivista por meio da contextualização de atribuições, competências, funções e atividades da entidade acumuladora, revelando seu vínculo arquivístico e seus tipos documentais que são tão peculiares. Desta forma, o estudo de identificação arquivística contribui diretamente com a democratização da ciência.

No que concerne à população e amostra, o campo de estudo é o arquivo do Horto de Plantas Medicinais da Universidade Federal do Ceará Professor Francisco José de Abreu Matos. Quanto à delimitação espacial condizente ao estudo, optou-se pela amostragem das expedições realizadas pelo professor Matos ao bioma da Caatinga nas décadas de 80 e 90 onde

constam os registros em cadernos de campo com dados etnobotânicos[68] e etnofarmacológicos[69] coletados de grande valor científico com o objetivo de identificar informações acompanhadas em sua maioria de amostras de plantas (exsicatas[70]) para comprovar cientificamente o conhecimento popular em científico. Com a aplicação do método de identificação arquivística além da definição do seu produtor será identificada a sua tipologia documental proposta nesta atividade e sobretudo será possível possibilitar o seu acesso e uso. Essa amostra de pesquisa foi escolhida por representar uma significativa produção acumulada no arquivo do Horto produzida pelo seu principal pesquisador resultante de suas expedições no interior do Nordeste em busca de informações etnofarmacológicas.

Para a realização dos procedimentos elencados, do ponto de vista teórico, foi realizado o método de investigação documental por meio de um levantamento bibliográfico em livros, repositórios digitais, artigos científicos, glossários de terminologia arquivística, teses e dissertações buscando os conceitos e revisão de literatura dos termos "identificação arquivística", "diplomática" e "tipologia documental" e em bases de dados. Ainda foram pesquisados os termos "arquivo pessoal" "pessoa", "arquivo de cientista", "arquivo de ciência", "arquivo público", "arquivo privado"

---

[68] Estudos etnobotânicos: "são estudos da relação existente entre o Homem e as Plantas e o modo como essas plantas são usadas como recursos. Atualmente a etnobotânica tenta se comprometer com o mundo em desenvolvimento, adotando uma posição estratégica com seu foco integrativo". Fonte: ALCORN, Jane B. The scope and aims of ethnobotany in a developing world. In: SCHULTES, Richard. Evans; REIS, Siri. Von. (Ed.). *Ethnobotany: evolution of a discipline*. Cambridge: Timber Press, 1995.

[69] Estudos etnofarmacológicos: pode ser definido como" exploração científica interdisciplinar dos agentes biologicamente ativos, tradicionalmente utilizados por populações humanas e que fazem parte de um acervo de conhecimento compartilhado". Fonte: BORCARD, G. G. et al. Estudo etnofarmacológico em entorno de floresta urbana como subsídio para a implantação da Fitoterapia no Sistema Único de Saúde. Rev. bras. plantas med., v. 17, n. 4, p. 928-36, 2015 Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbpm/a/zdW8vbTSPvbXpXNFFQv8Nkw/?lang=pt .

[70] Exsicatas são partes de plantas desidratadas (secas), formadas por elementos característicos e necessários para a classificação das espécies, tais como galhos, folhas, flores e frutos. Fonte: https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/bitstream/doc/1138017/1/Gustavo-Colecao-de-exsicatas-PronaSolos-Parana-Secretaria-da-Agricultura-e-do-Abastecimento.pdf .

“arquivo científico” e “arquivo institucional”.

Na aplicação do método de identificação arquivística foram consultadas fontes para a identificação do produtor e identificação de tipologia documental. A coleta, estruturação, tabulação, análise e interpretação dos dados fornecem subsídios para a identificação da sua gênese e seus tipos documentais. O método de pesquisa envolve a coleta de dados por meio de levantamentos e pesquisas de documentos, entrevistas e questionário.

A metodologia para a coleta de dados que o trabalho propõe está fundamentada na identificação arquivística para estudo analítico do produtor e de seus documentos produzidos ou acumulados. Antecede por sua vez todas as funções arquivísticas e até mesmo a fase de diagnóstico. Especificamente, a aplicação do método de identificação arquivística proposta consiste em estudar o órgão e/ou sujeito produtor dos documentos (contexto de produção) e os documentos gerados no exercício de suas atividades (tipo documental). (RODRIGUES, 2008).

Foram elaborados o formulário de estudo de identificação de órgão e/ou sujeito produtor e do formulário de estudo de identificação de tipologia documental. O estudo sobre a estrutura e funcionamento do arquivo do Horto está sendo dado por meio da análise de instrumentos legais e normativos como organogramas, atos de criação (LPN/UFC), se possui regimento ou outros documentos regulatórios, estudo sobre a criação e funcionamento do antigo projeto e atual Programa Farmácias Vivas, além dos estudos dos documentos resultantes das expedições do Professor Matos no bioma Caatinga nas décadas de 80 e 90 n região Nordeste do país. Ressalta-se a importância de estudar a história administrativa do Horto e os próprios documentos, suas subordinações e vínculos.

Quadro 1. Formulário preliminar sobre o conjunto de documentos acumulados ou dispersos no arquivo do Horto F.J.A.M.

Diagnóstico preliminar do arquivo acumulado no Horto F.J.A.M: identificação das atribuições
1. Há algum instrumento normativo ou regulatório que descreva as competências, funções e atividades que são realizadas no Horto de plantas medicinais?
2. Quais os principais documentos elaborados ou acumulados no arquivo do Horto? Foram produzidos com qual finalidade?
3. Existe algum regulamento/ato legal referente a criação e institucionalização do Projeto Farmácias Vivas?
4. Como o arquivo referente às expedições realizadas pelo Professor Matos estão armazenados (estantes, armários, gavetas, etc)? E qual o seu volume documental em metros lineares?
5. Estão condicionados? Se sim, de que forma? (tipo de suporte)
6. Como se dá e quem tem acesso aos documentos do arquivo do Horto? De que forma? (Consulta direta: (*in loco*), Consulta indireta: (base de dados, requerimento prévio, solicitação eletrônica, etc).
7. Quem é o público-alvo deste arquivo? (Estudantes, docentes, comunidade no entorno).
8. Qual a forma de identificação dos documentos no arquivo? Há algum método de ordenação? Se sim, qual? (ordem geográfica, cronológica, alfabética, numérica, etc).

(Fonte: Elaborado pela autora com base em Mendonça, 2017, p. 32)

Atualmente estão sendo realizadas listas dos tipos documentais encontrados no arquivo do Horto para posteriormente ser elaborada a ficha de identificação. Os documentos envolvem desde os criados para execução de atividades laborais como os convênios de programas de plantas medicinais, atos normativos de criação do Laboratório de Produtos Naturais (LPN), cadernos de campo contendo fichas de coletas de dados sobre plantas medicinais até documentos pessoais como convites para palestras, relatório e certificados de participação em eventos, solicitação de aposentadoria, entre outros.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Aplicar o método de identificação arquivística neste arquivo pressupõe identificar não somente os tipos documentais, mas também o sujeito produtor e seus vínculos arquivísticos, produzindo conhecimento que será a base para o tratamento técnico dos documentos do arquivo do Horto, acervo que se encontra disperso, referente às pesquisas realizadas pelo Professor Matos para comprovar cientificamente o uso correto das plantas medicinais. Com a aplicação do método e preenchimento dos formulários de identificação do órgão e/ou sujeito produtor e dos tipos documentais, será possível reunir informações para a realização da atividade intelectual que possibilitará a identificação da gênese documental e seu correto tratamento arquivístico.

Espera-se que a partir dos resultados da pesquisa, que seja possível reconhecer a natureza do produtor e padronizar a denominação dos documentos de modo a estabelecer requisitos que reduzam eventuais ambiguidades sobre a tipologia documental dos arquivos e, sobretudo, contribuir na democratização e acesso à informação aos documentos deste arquivo. Ao democratizar o acesso ao acervo será possível identificar e dar nome a esses documentos tão específicos. Os estudos arquivísticos influenciam as práticas de saúde no contexto brasileiro.

REFERÊNCIAS

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Tipologia documental em arquivos Novas abordagens. In: **Arquivos: estudos e reflexões**. Belo Horizonte: Editora UFMG, p. 347-363, 2014.

BRITO, Verônica Martins de. **A preservação da memória científica da Fiocruz**: a visão de quem faz ciência. (Dissertação de Mestrado em Ciência da Informação). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2002.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. GOULART, Silvana. **Tempo e circunstância**: a abordagem contextual dos arquivos pessoais: procedimentos metodológicos adotados na organização dos documentos de

Fernando Henrique Cardoso. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2007. 316 p.

CONDE VILLAVERDE, Maria Luisa et al. La identificación y valoración de los fondos documentales de la administración estatal: problemas y metodología. Iberoamerica: identico tratamiento para una misma realidad. In: Primeras Jornadas sobre Metodología para la Identificación y Valoración de Fondos Documentales de las Administraciones Publicas, 1991. **Actas da** […] Madrid: Dirección de Archivos Estatales, 1992. p. 15-19.

CORTÉS ALONSO, Vicenta. Los documentos y su tratamiento archivístico. **Boletín de la ANAB**, Madrid, 31(3):365-381, jul. set. 1981.

GARCÍA RUIPÉREZ, Mariano. Series y tipos documentales: modelos de análisis. In: **Legajos: cuadernos de investigación archivística y gestión documental**. Córdoba, Espanha: Publicación del Archivo Municipal de Priego de Córdoba, n. 10, p. 9-26, 2007.

HEREDIA HERRERA, Antonia. La identificación y la valoración documentales en la gestión administrativa de las instituciones públicas. **Boletín de la ANABAD**. v. 49, n. 1, p. 19-50, 1999. Disponível em: https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=51133 . Acesso em: 05 nov. 2020.

MAGALHÃES, Karla do Nascimento. **Plantas medicinais da caatinga do Nordeste brasileiro**: etnofarmacopeia do Professor Francisco José De Abreu Matos. 2019. 220 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento e Inovação Tecnológica em Medicamentos) - Faculdade de Farmácia, Odontologia e Enfermagem, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2019. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/42962 . Acesso em: 20 out. 2020.

MATOS, Francisco José de Abreu. **Farmácias Vivas**: sistemas de utilização de plantas medicinais projetado para pequenas comunidades. 4 ed. Fortaleza: Editora UFC, 2002.

CARMONA MENDO, Concepción. Consideraciones sobre el método em archivistica. In: **Documenta & Instrumenta**. Madrid, Universidad Complutense de Madrid, v. I, 2004, p. 35-46. Disponível em: http://www.ucm.es/info/documen/htm/default.htm. Acesso em: 14 jun. 2019.

RODRIGUES, Ana Célia; GARCIA, Nádia Dévaki Pena. A FAMS e a política de gestão de documentos para a Prefeitura Municipal de Santos: estudo de caso sobre a elaboração da Tabela de Temporalidade de Documentos da Secretaria Municipal de Economia e Finanças (TTD SEFIN). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA, 18., 2012, Rio de Janeiro. **Anais [...]** Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2012.

SILVA, Maria Celina Soares de Mello e. **Visitando laboratórios**: o cientista e a preservação de documentos. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2007. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-18102007-141253/pt-br.php . Acesso em 12 nov. 2019.

SILVA, Maria Celina Soares Mello e. Configuração da informação em documentos de ciência e tecnologia: estudo tipológico no arquivo pessoal do físico Bernhard Gross. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 18, n. 3, p. 160-174, 2013. Disponível em: http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/36090 . Acesso em: 30 ago. 2020.

WERSIG, G.; NEVELING, U. The phenomena of interest to information science. **The Information Scientist**, v.9, n.4, 1975.

WORLD HEALTH ORGANIZATION - WHO. **The world medicines situation 2011 - Traditional medicines**: global situation, issues and challenges. Geneva, 2011.

O MODELO DOS ARQUIVOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DAS CAPITAIS BRASILEIRAS

THE MODEL OF MUNICIPAL PUBLIC ARCHIVES IN BRAZILIAN CAPITALS

Juliana Loureiro Alvim Carvalho
julianaalvim@id.uff.br

Ana Célia Rodrigues
anaceliarodrigues@id.uff.br

Renato de Mattos
renato_mattos@id.uff.br

Resumo: O estudo aborda os arquivos públicos municipais no contexto das políticas públicas arquivísticas das capitais dos estados do Brasil. Trata-se de pesquisa de doutorado em desenvolvimento no Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação (PPGCI/UFF), recorte temático do projeto de pesquisa Programa de Desenvolvimento de Projetos Aplicados (PDPA) "Um arquivo público municipal para Niterói: gestão de documentos, acesso à informação e transparência na administração pública no horizonte da história e da cooperação regional do Leste Fluminense", que integra a produção científica do Grupo de Pesquisa "Gênese Documental Arquivística". A Lei nº 8159/1991, a Lei de Arquivos, dotou de autoridade os arquivos públicos brasileiros e proporcionou protagonismo a eles na gestão de documentos. Busca-se apresentar um modelo de instituição arquivística que não se restrinja apenas à guarda de documentos, mas que seja atuante na gestão de documentos e na preservação da memória da comunidade de maneira sustentável. O objetivo geral da tese é discutir o modelo dos arquivos públicos municipais como instituição coordenadora da política pública arquivística municipal com foco na gestão, preservação e acesso a

documentos e informações públicas, a fim de elaborar uma proposta de regimento interno para o Arquivo Público Municipal de Niterói. A pesquisa se configura como de natureza qualitativa. Os procedimentos metodológicos consistem em pesquisa bibliográfica, revisão de literatura, pesquisa documental e estudo de casos múltiplos. Para este trabalho, apresentam-se resultados quantitativos e parciais da pesquisa. Observa-se baixa institucionalidade nos arquivos públicos das capitais brasileiras, o que compromete o acesso à informação.

Palavras-Chave: Arquivos públicos municipais; Políticas públicas arquivísticas; Instituições arquivísticas.

Abstract: This study addresses the municipal public archives in the context archival public policies in the state capitals of Brazil. This is a doctoral research under development in the Postgraduate Program in Information Science (PPGCI/UFF), thematic cut of the research project Program for the Development of Applied Projects (PDPA) "A municipal public archive for Niterói: records management, access to information and transparency in public administration in the horizon of history and regional cooperation in Leste Fluminense", which integrates the scientific production of the Research Group "Archivistic Documentary Genesis". The law no. 8159 (Jan 8,1991) - Archives Law - gave authority to Brazilian Public Archives and provided them with protagonism in records managing. The general objective of this thesis is to discuss the public municipal archive model as the coordinating institution of public archival policy in the municipal sphere, with attention to management, access and preservation of documents and public information, in order to prepare a proposal for an internal regulation for the Municipal Public Archive of Niterói. The research is of qualitative nature. The methodology consists of: bibliographic research and literature revision, records research and multiple cases studies. For this paper, partial and quantitative research results are presented, where low intitutionality in the public archives was noted in the Brazilian capitals, which compromises access to information.

Keywords: Municipal public archives; Archival public policies; Archival institutions.

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta os resultados preliminares da tese de doutorado em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense (PPGCI/UFF), com bolsa CAPES. Trata-se de um recorte temático do projeto de pesquisa PDPA 4408[71], "Um arquivo público municipal para Niterói: gestão de documentos, acesso à informação e transparência na administração pública no horizonte da história e da cooperação regional do Leste Fluminense", sob a coordenação da Profa. Dra. Ana Célia Rodrigues e do Prof. Paulo Knauss de Mendonça, que integra a produção científica do Grupo de Pesquisa "Gênese Documental Arquivística" - UFF/ CNPq. A pesquisa se articula com o projeto estruturador 1, atendendo à meta P1.M1 - Propor diretrizes para criação do Arquivo Público Municipal de Niterói (APMN), com o objetivo de elaborar uma proposta de regimento interno para o Arquivo Público Municipal de Niterói. Esse arquivo proposto para a cidade de Niterói deve ser uma instituição arquivística inovadora, pensada em consonância com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030[72] da Organização das Nações Unidas (ONU), especialmente, que atenda aos

[71] O PDPA foi construído a partir de uma parceria entre a Prefeitura Municipal de Niterói (PMN), a Universidade Federal Fluminense (UFF) e a Fundação Euclides da Cunha (FEC), com o objetivo de incentivar o desenvolvimento de projetos aplicados para promover soluções relacionadas aos desafios prioritários da Cidade nas diferentes áreas do Niterói Que Queremos (NQQ), que faz parte de um novo modelo de gestão da Cidade – para o qual foi elaborado um planejamento estratégico de médio e longo prazos – e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU). Disponível em: https://somos-fec.org.br/projetos-aplicados/. Acesso: 25 fev. 2022.

[72] A Agenda 2030 consiste em um plano de ação que apresenta dezessete Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas a serem cumpridas pelos governos, pela sociedade civil, pelo setor privado e por todos os cidadãos, com a intenção de erradicar a pobreza e promover vida digna para todos (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO; INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, s/d).

ODS 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis e ODS 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes, contribuindo para o cumprimento das seguintes metas: 11.4 - Fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural do mundo; 11.a - Apoiar relações econômicas, sociais e ambientais positivas entre áreas urbanas, periurbanas e rurais, reforçando o planejamento nacional e regional de desenvolvimento; 16.6 - Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis; e 16.10 - Assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais.

Observa-se que houve uma ampliação no que se compreende como função dos arquivos públicos, uma vez que, quando criados, a partir da Revolução Francesa, tinham a finalidade de receber, recolher, preservar e dar acesso aos documentos advindos da administração pública, como frisou Fonseca (1996)[73]. Essa finalidade modifica-se após a II Guerra Mundial, dado que os arquivos públicos "passam a ter como objeto de intervenção todo o ciclo documental e não mais apenas os arquivos históricos" (JARDIM, 2012, p. 397). Com isso, eles deveriam atuar mediante às políticas arquivísticas, no que se refere à gestão dos documentos correntes e intermediários produzidos pela administração pública (JARDIM, 2012).

No Brasil, os arquivos públicos foram concebidos em decorrência de um modelo do século XIX, tal cenário se modifica, principalmente, em um Estado Democrático de Direito, após duas décadas de ditadura, em especial, com a inserção de alguns aparatos legais dos quais contribuíram para que os arquivos públicos pudessem ressignificar o seu campo de atuação, sobretudo, a Lei de Arquivos. Como exemplo desses aparatos, cita-se[74]: 1) a Constituição Federal de 1988 que, em seu Art. 5º e inciso XIV,

[73] Em 1996, Maria Odila Kahl Fonseca investigou o direito à informação nas capitais brasileiras a partir da identificação do grau de institucionalização dos arquivos públicos municipais, das características dos recursos humanos, da identificação da existência de espaço físico adequado para a preservação dos arquivos municipais, do grau de dispersão dos fundos municipais e da identificação das características dos usuários.

[74] Vale apontar além desses marcos legais, A Lei federal nº 12.846, de 1º de agosto de2013, conhecida como Lei Anticorrupção, regulamentada pelo Decreto nº 8.420,

afirmou o direito ao acesso à informação; 2) a Lei de Arquivos nº 8.159, de 08 de janeiro de 1991, que dispôs sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e deu outras providências, em seu Art. 1º destacou o dever do Poder Público na gestão de documentos e na proteção especial a documentos de arquivos. No decorrer da Lei, o direito ao acesso à informação foi frisado, assim como definição de arquivos municipais, e o dever de cada ente federado com relação à definição de critérios de organização, gestão e acesso aos documentos; 3) a Lei de Responsabilidade Fiscal nº101, de 04 de maio de 2000, que estabeleceu normas de finanças públicas voltadas à responsabilidade na gestão fiscal; e 4) a Lei de Acesso à Informação (LAI) nº12.527, de 18 de novembro de 2011, que regulou o acesso à informação em território nacional.

Como justificativa, apoia-se nos estudos realizados pelo Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) (BRASIL, 2014, p. 7) que, "de um total de 5.570 municípios, apenas uma pequena parcela conta com um arquivo público municipal formalmente constituído", sendo o arquivo público municipal a instituição de responsabilidade da administração pública municipal para a garantia da preservação, da gestão de documentos e do acesso à informação como um serviço prestado à sua população.

Soma-se a isso, pesquisas acadêmicas que constataram a ausência de formulação e implementação de políticas públicas arquivísticas no Brasil voltadas aos arquivos públicos municipais, além da inexistência de gestão de documentos, assim como a carência de intervenções políticas no tratamento e na organização documental. Cita-se, assim, as pesquisas de Fonseca (1996), Ferreira (2005), Carvalho (2015), Arreguy (2016) e Silva (2020), que demonstraram o grau de institucionalidade dos arquivos municipais, a carência de gestão de documentos nos serviços arquivísticos[75] e a falta de políticas públicas arquivísticas.

---

de 18 de março de 2015, que origina o Programa de Integridade Pública da Controladoria Geral da União, e foi acompanhado pelo Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017, que institui a Política de Governança da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional.

[75] Entende-se por serviços arquivísticos, os locais que não possuem por atividade-fim as competências de uma instituição arquivística. Segundo Jardim (2012, p. 402), os serviços arquivísticos referem-se "às unidades administrativas incumbidas de funções arquivísticas nos diversos órgãos da administração pública, no

Entretanto, algumas vezes, os arquivos públicos municipais são percebidos pela administração pública e pelos cidadãos apenas como arquivos destinados à guarda de documentos e de memória do município. Devido a isso, eles acabam desenvolvendo uma baixa institucionalidade e autoridade para produzir e implementar políticas públicas arquivísticas, que tenham como foco também a gestão de documentos.

O problema de pesquisa se propõe a discutir o modelo dos arquivos públicos municipais brasileiros utilizando como contraponto os exemplos dos arquivos municipais europeus. Tais instituições, além de serem guardiães da memória, deveriam ser, antes de tudo, as principais cumpridoras das funções arquivísticas e, principalmente, as responsáveis pelas políticas públicas arquivísticas, a fim de que essas políticas possam se desdobrar em um programa de gestão de documentos. Por inúmeras vezes, contudo, no Brasil, esses arquivos carecem de investimentos e ficam à disposição de vontades políticas para serem depósitos, lugares restritos à memória e, raras vezes, apoiarem a gestão. A tese pretende responder a seguinte questão: qual o modelo que deve ter o arquivo público municipal para atuar como instituição coordenadora da política pública arquivística que garanta o acesso a documentos e às informações públicas e que contribua para o cumprimento da Agenda 2030 da ONU?

Nessa perspectiva, o objetivo geral da tese é discutir o modelo dos arquivos públicos municipais como instituição coordenadora da política pública arquivística municipal com foco na gestão, preservação e acesso a documentos e informações públicas e os objetivos específicos são: 1) Definir as dimensões da política pública arquivística para o cumprimento dos ODS 11 e 16 da Agenda 2030 da ONU; 2) Descrever o arquivo municipal como instituição arquivística[76] no contexto das políticas públicas

âmbito dos quais se configuram como atividades-meio (ex.: o Serviço de Protocolo e Arquivos do Departamento de Administração do Ministério da Saúde)".

[76] Entende-se como noção de instituição arquivística que norteia a tese àquela que tem por finalidade "orientar, coordenar e acompanhar as atividades de gestão, recolhimento, preservação, acesso e divulgação dos documentos de arquivo produzidos, recebidos e acumulados pelos órgãos e entidades no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, no exercício de suas funções e atividades" (BRASIL, 2014, p.19).

arquivísticas, examinando o modelo[77] brasileiro em contraponto os arquivos municipais europeus de Lisboa, Sevilla, Madrid e Barcelona; 3) Analisar o modelo dos arquivos públicos municipais das capitais brasileiras na perspectiva da política pública arquivística; 4) Elaborar uma proposta de regimento para o Arquivo Público Municipal de Niterói que atenda as dimensões da política municipal de arquivos ancorada na Agenda 2030 ONU e no Niterói Que Queremos (NQQ), com enfoque na memória/história, gestão de documentos e cooperação.

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa se configura como de natureza qualitativa, desenvolvida a partir revisão bibliográfica e pesquisa documental, nos municípios das capitais brasileiras a partir da coleta de dados em documentos e questionários enviados via Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-Sic), e-mail e contato via telefone com as instituições arquivísticas, para delinear o no cenário nacional. Para este trabalho, apresentam-se resultados quantitativos e iniciais da pesquisa. O recorte espacial da tese consiste na análise de dispositivos legais sobre a criação e regulamentação de arquivos municipais das capitais brasileiras. A exploração desse universo consiste em verificar, nesses dispositivos, sua vocação, sua estrutura, sua formulação de políticas públicas arquivísticas e seus serviços de eficiência ao cidadão. Ademais, pretende-se identificar se esses arquivos podem ser considerados instituições arquivísticas, uma vez que a noção[78] de instituição arquivística é mais abrangente, pois prevê um papel mais atuante na coordenação das políticas públicas arquivísticas. Tal análise trará subsídios para elaboração do regimento interno do APMN, conforme objetivo específico.

---

[77] Na concepção de Maximiano (2009, p. 165), modelo "é um conjunto de características que explicam a estrutura da organização e o comportamento das pessoas. Há dois modelos principais: o mecanicista e o orgânico". No âmbito desta tese, optou-se pelo uso do termo instituição e não organização. Apesar de utilizarmos a palavra modelo advinda da Administração, não se considera oportuno se debruçar acerca de organizações, uma vez que não é o campo de análise.

[78] Com relação à utilização do termo "noção" para denominar a questão das instituições arquivísticas, não há um consenso sobre o assunto. Segundo Minayo (1992, p.93), entende-se por noção "elementos de uma teoria que ainda não apresentam clareza suficiente e são usados como imagens na explicação do real. Eles expressam também o caminho do pensamento".

A hipótese que norteia a tese em desenvolvimento é que a fragilidade dos arquivos públicos municipais brasileiros está condicionada à baixa institucionalidade deles principalmente no que se refere a não serem atores ativos na formulação de políticas públicas arquivísticas no âmbito municipal. Essa fragilidade dos arquivos demonstra a fragilidade do direito à informação e da qualificação da administração pública.

2. PANORAMA DOS ARQUIVOS MUNICIPAIS NAS CAPITAIS DOS ESTADOS BRASILEIROS

O Brasil é um país federativo que, de acordo com o IBGE, possui 5.570 municípios e 26 estados, mais o Distrito Federal. Ao realizar uma pesquisa preliminar exploratória nos *sites* dos arquivos públicos municipais brasileiros e das prefeituras, nos muitos casos em que os arquivos não são dotados de *site* próprio, percebeu-se pouca visibilidade desses arquivos, ausência de seus aparatos legais de criação e regimentos internos à disposição do pesquisador. Além disso, ao tentar compreender o panorama desses arquivos na esfera nacional, observou-se os seus vínculos nas secretarias de administração e de cultura, em que ora demonstravam um caráter voltado à história/memória, ora à administração/gestão. Isso não significa dizer que, nos casos das relações com a administração, os arquivos públicos municipais apresentam-se como instituições.

Com relação às divisões do tipo de pesquisa estabelecidas por Eco (2014), o tipo que melhor se adequa a tese é a pesquisa exploratória, uma vez que visa desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias para estudos posteriores. Além de constituir a primeira etapa de uma investigação mais ampla, que envolve levantamento bibliográfico e documental e estudos de caso.

As fontes documentais pesquisadas foram os registros institucionais escritos em formato de leis, decretos, portarias, instruções normativas e outros que foram localizados no *site* das Prefeituras, e no Portal Transparência. Ademais, usou-se o e-Sic, contato via e-mail e telefone para realizar essas consultas.

A pesquisa documental corresponde à recuperação de dispositivos legais das 26 capitais brasileiras, sendo o universo da pesquisa. Esse universo foi escolhido e organizado esquematicamente e apresentado por ordem sistemática, que pode ser visualizado por meio das organizações em regiões[79], sendo: Região Sul, Região Sudeste, Região Centro-Oeste, Região Nordeste e Região Norte.

Pesquisou-se a existência de um Cadastro Nacional de Entidades Custodiadoras de Arquivos (CODEARQ)[80], no site do Arquivo Nacional brasileiro; leis orgânicas municipais que contemplassem a preocupação com os documentos públicos; leis ou decretos de criação dos arquivos públicos municipais; normas e procedimentos adotados no arquivo acerca da gestão de documentos; quadro de servidores com a intenção de localizar a existência ou não de um arquivista e, principalmente, regimentos internos dos arquivos públicos municipais. Tais eixos elencados, no primeiro momento da análise, podem ser observados por meio da figura 1 e materializado no quadro 1.

---

[79] De acordo com o IBGE (2017), a Divisão Regional do Brasil consiste no agrupamento de Estados e Municípios em regiões com a finalidade de atualizar o conhecimento regional do País e viabilizar a definição de uma base territorial para fins de levantamento e divulgação de dados estatísticos. Ademais, visa contribuir com uma perspectiva para a compreensão da organização do território nacional e assistir o governo federal, bem como Estados e Municípios, na implantação e gestão de políticas públicas e investimentos. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/divisao-regional/15778-divisoes-regionais-do-brasil.html?=&t=o-que-e. Acesso em 07 jan. 2021.

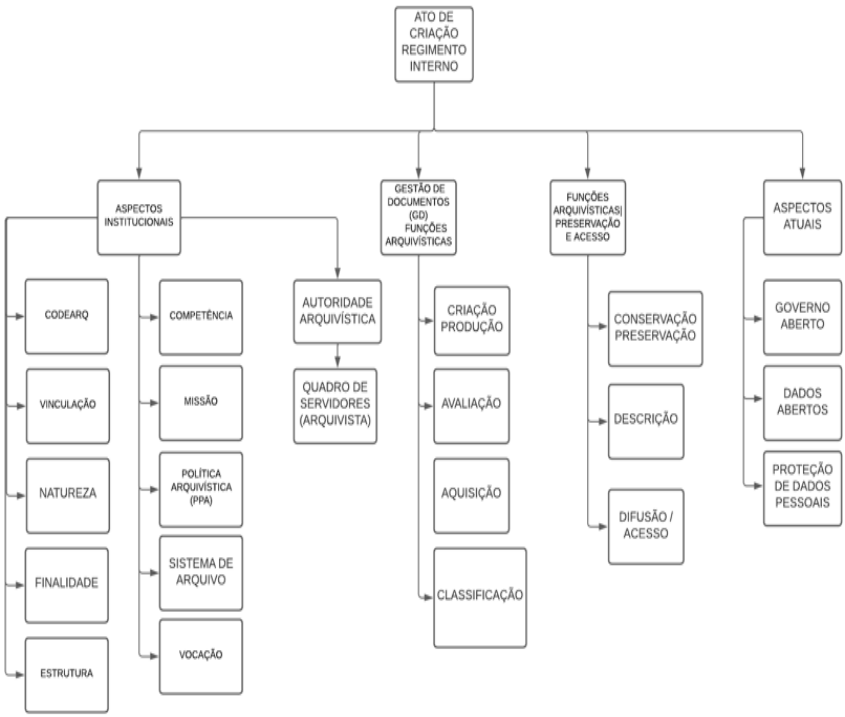
[80] O Cadastro Nacional de Entidades Custodiadoras de Acervos Arquivísticos foi instituído pela Resolução nº 28 do CONARQ, de 17 de fevereiro de 2009, que recomendou aos órgãos e às entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos (SINAR) a adoção da Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE). Seu objetivo é fornecer o código previsto na NOBRADE, denominado Código de Entidade Custodiadora de Acervos Arquivísticos (CODEARQ), tornando possível a identificação de cada entidade custodiadora de acervos arquivísticos no Brasil. O CODEARQ tem como finalidade identificar de modo único a instituição custodiadora de acervo arquivístico com o objetivo de intercambiar informações em âmbito nacional e internacional. O código é fornecido às entidades custodiadoras desde que elas permitam acesso a seu acervo, mesmo que com algumas restrições. Disponível em: https://www.gov.br/conarq/pt-br/servicos-1/cadastro-nacional-de-entidades-custodiadoras-de-acervos-arquivisticos . Acesso em: 07 mar. 2022.

Nos casos de inexistência de regimento interno, optou-se por atos de criação e regimentos das secretarias que os arquivos públicos municipais das capitais brasileiras se encontram associados para recuperar os dados. Além disso, as leis orgânicas das capitais foram recuperadas e observadas a fim de compreender o lugar dos arquivos e de seus documentos.

Figura 1. Eixos iniciais elencados para compreender o cenário nacional

(Fonte: elaboração própria, com base nas categorias estabelecidas na pesquisa)

Figura 2. Eixos e elementos para análise de regimentos internos e de outros mecanismos legais localizados



(Fonte: elaboração própria, com base nas categorias estabelecidas na pesquisa)

A figura 2 representa o desdobramento dos eixos iniciais a fim de compreender se os arquivos públicos municipais das capitais podem ser considerados instituições arquivísticas, assim, foram elencados quatro eixos, sendo: aspectos institucionais; gestão de documentos – funções arquivísticas; funções arquivísticas – preservação e acesso; e aspectos atuais. Desdobrando-se em 22 elementos que não foram aprofundados neste trabalho.

Quadro 1. Panorama dos arquivos municipais brasileiros frente à sua institucionalização

Região	Estado	Município	CODEARQ	Arquivo municipal na lei orgânica	Ato de criação do arquivo	Regimento interno	Programa de gd	Site do arquivo	Arquivista
Sul	PR	Curitiba	✓	✓	✓		✓	_	_
	SC	Florianópolis	✓	_	✓	✓	✓	✓	_
	RS	Porto Alegre	✓	_	✓	o	✓	_	✓
Sudeste	MG	Belo Horizonte	✓	✓	✓	o	✓	✓	_
	RJ	Rio de Janeiro	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
	SP	São Paulo	✓	✓	✓	_	✓	_	✓
	ES	Vitória	✓	_	✓	_	✓	_	✓
Centro-Oeste	MS	Campo Grande	✓	✓	✓	✓	✓	✓	_
	MT	Cuiabá	_	✓	✓	o	✓	_	✓
	GO	Goiânia	_	_	_	o	_	✓	_
Nordeste	SE	Aracaju	✓	_	✓	✓	_	_	_
	CE	Fortaleza	_	_	_	o	o	_	_
	PB	João Pessoa	_	o	_	_	_	_	_
	AL	Maceió	_	✓	_	_	_	_	_
	RN	Natal	_	_	o	o	✓	_	_
	PE	Recife	_	✓	✓	_	o	_	✓
	BA	Salvador	✓	✓	o	o	_	✓	✓
	MA	São Luís	_	✓	o	o	✓	_	✓
	PI	Teresina	_	✓	✓	✓	o	_	✓
Norte	PA	Belém	_	✓	_	_	_	_	_
	RR	Boa Vista	_	_	o	o	_	_	_
	AP	Macapá	_	_	o	o	_	_	✓
	AM	Manaus	✓	✓	o	o	o	_	_
	TO	Palmas	_	✓	✓	_	_	_	_
	RO	Porto Velho	_	✓	_	o	_	_	_
	AC	Rio Branco	_	_	_	o	o	_	✓

(fonte: Elaboração própria, com base nas respostas via e-sic, nos regimentos internos e nos atos de criação de arquivos).

Obs: No caso dos regimentos internos, encontrou-se regimentos das secretarias que possuem vínculo com o arquivo. No caso da gestão de documentos, em processo.

Legenda: ✓ Localizado o Localizado, com ressalvas _ Não localizado

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os arquivos públicos municipais podem ser entendidos como instituições promotoras da cidadania. Um de seus objetivos legais é garantir o acesso à informação. É nesse arquivo que um cidadão pode obter acesso aos documentos comprobatórios de sua residência, ao óbito de um familiar, aos impostos recolhidos etc. Quando há dificuldade no acesso, esses arquivos não desempenham a função de uma instituição democrática.

O arquivo de um município não se restringe apenas à história de uma determinada localidade, ele é o lugar de promoção e reafirmação do Estado de direito. Inúmeros problemas são desencadeados devido à existência de arquivos públicos municipais mal gerenciados e, em muitos casos, inexistentes no governo local. Tais problemas afetam diretamente a vida de um munícipe e a administração municipal.

Nessa perspectiva, no Brasil, quando há precariedade nos serviços ofertados pelos arquivos municipais aos cidadãos, ocorre o não cumprimento do Art. 5, inciso XIV, da Constituição Federal de 1988, no que tange à garantia de acesso à informação a todos, sendo resguardado o sigilo da fonte. Além disso, a não efetivação de outros dispositivos legais que reafirmam o dever do poder público em realizar a gestão e a preservação dos documentos públicos, bem como o acesso à informação, conforme mencionado na Lei de Arquivos n. 8.159, de 1991, e na Lei de Acesso à Informação (LAI) n. 12.527, de 2011, respectivamente.

A partir dos eixos iniciais elencados, foi possível notar, de uma maneira preliminar, que, dentre as 26 capitais, onze apresentam CODEARQ, sendo um número até expressivo, fato esse que demonstra o reconhecimento do Arquivo Nacional como autoridade arquivística nacional e a relevância desse cadastro para dar visibilidade aos arquivos públicos municipais.

Referente à visibilidade dos arquivos e/ou dos documentos arquivísticos (muitas vezes representado como patrimônio documental ou documentos históricos) na Lei Orgânica, encontrou-se vinte capitais que citam nessa espécie de Constituição municipal. No entanto, esta pesquisa recuperou apenas cinco arquivos públicos municipais que possuem regimento interno e treze dotados de atos de criação (incluindo uma capital que possui minuta de ato de criação, como foi o caso de Manaus).

Com relação à existência de programa de gestão de documentos ou suas fases, onze arquivos públicos municipais - por meio dos documentos pesquisados e resposta via e-Sic, e-mail ou telefone - afirmaram ser dotados. Apenas seis arquivos possuem *site* próprio (incluindo, nesse quantitativo, um *blog* na região Centro-Oeste). Acerca de arquivistas no quadro de servidores, doze arquivos públicos municipais possuem, tal quantitativo pode ser percebido via portal de transparência e questionamentos via e-Sic, e-mail e telefone.

Percebeu-se que, como resultados iniciais, supõem que há baixa institucionalização dos arquivos públicos municipais das capitais brasileiras, tendo em vista que muitos deles configuram-se como departamento, divisão ou setor vinculado à determinada secretaria e poucos arquivos contam com atos de criação e regimento interno publicados. Além disso, quanto à vocação desses arquivos, muitos possuem um viés mais histórico e com vínculo direto às fundações ou secretarias de cultura. Reafirmando, assim, um viés patrimonial do documento de arquivo e da instituição - que gera questionamentos acerca desses arquivos serem considerados instituições arquivísticas, tendo em vista que muitos deles atuam apenas na custódia de documentos.

REFERÊNCIAS

ARREGUY, C. A. C. **Arquivo Público da cidade de Belo Horizonte**: a função avaliação no contexto de políticas públicas arquivísticas municipais no Brasil. 2016. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2016.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Organizado por Cláudio Brandão de Oliveira. Rio de Janeiro: Roma Victor, 2002. 320 p.

BRASIL. Lei nº 8.159, de 8 de janeiro, 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 8 jan. 1991.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm . Acesso em: 09 fev. 2019.

BRASIL. [Projeto de Lei] **Projeto de revisão de Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991.** Ministério da Justiça/ Arquivo Nacional/ Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ). Rio de Janeiro, RJ, 06 jan. 2014.

BRASIL. **Lei nº. 12.527**, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações. Brasília, DF, 18 de nov. de 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm . Acesso em: 09 fev. 2019.

CARVALHO, L. P. **Diagnóstico dos serviços arquivísticos do Poder Executivo do município de Duque de Caxias**. 2015.Produto técnico-científico (Mestrado em Gestão de Documentos e Arquivos) - Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). **Criação e desenvolvimento de arquivos públicos municipais**: transparência e acesso à informação para o exercício da cidadania. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2014. 151p

ECO, Humberto. A escolha do tema. In: ECO, Humberto. **Como se faz uma tese em ciências humanas.** Tradução Ana Falcão Bastos e Luís Leitão. 26. ed. São Paulo: Perspectiva, 2014. 192 p.

FERREIRA, M. L. **Os arquivos da administração pública nos municípios do Grande ABC Paulista - a busca do fio de Ariadne**. 2005. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em: www.doi.org/10.11606/D.8.2005.tde-05082005-174441 . Acesso em: 31 mai. 2021.

FONSECA, M. O. K. **Direito à informação**: acesso aos arquivos públicos municipais. 1996. Dissertação (Mestrado em Ciência da

Informação) - Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1996.

JARDIM, J. M. Em torno de uma política nacional de arquivos: os arquivos estaduais brasileiros na ordem democrática (1988-2011). *In:* MARIZ, A. C. A.; JARDIM, J. M.; SILVA, S. C. A. (Orgs). **Novas dimensões da pesquisa e do ensino da Arquivologia no Brasil**. Rio de Janeiro: Móbile: Associação dos Arquivistas do Estado do Rio de Janeiro, 2012. p. 397-413.

MAXIMIANO, A. C. A. **Introdução à Administração.** 1. ed. São Paulo: Atlas, 2009. 294p.

MINAYO, M. C. S. **O Desafio do Conhecimento**: Pesquisa Qualitativa em Saúde. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 1992. 269 p.

SILVA, L. C. **Desafios da implementação da política pública de arquivos:** as funções arquivísticas e o acesso à informação na prefeitura municipal de Vitória, ES. 2020. 263 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Escola de Ciência da Informação (ECI), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, 2020. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/33628 . Acesso em 20 jul. 2021.

PROPOSTA DE MODELO CONCEITUAL PARA CLASSIFICAÇÃO EM ARQUIVOS

PROPOSAL FOR CONCEPTUAL MODEL FOR RECORDS CLASSIFICATION

Denize Laureano Rocha
denizerocha@id.uff.br

Clarissa Moreira dos Santos Schmidt
clarissaschmidt@id.uff.br

Resumo: A sociedade contemporânea impõe aos pesquisadores que investigam a classificação em arquivos a necessidade de ampliar o entendimento sobre os elementos constitutivos do documento de arquivo, voltando o olhar para as demandas trazidas pelas garantias legais de acesso à informação e proteção de dados pessoais. Além disso, os ambientes digitais trazem múltiplos contextos e especificidades que devem ser contemplados no desenvolvimento de sistemas de produção, controle, organização, classificação, representação, preservação e acesso às informações contidas nestes documentos. Nesse cenário, utilizamos a pesquisa exploratória com análise qualitativa de *corpus* documental e revisão bibliográfica para explorar as quatro dimensões compreendidas nessa investigação: a face teórico-conceitual, na qual abordamos discussões acerca da classificação - O que é? Para que serve? O que se classifica?, a face legal, que contempla as questões trazidas pela Lei de Arquivos, Lei de Acesso à Informação e Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, a face tecnológica, que é voltada para as nuances trazidas pelos documentos digitais e *softwares* utilizados na produção e classificação de documentos, e a face metodológica, na qual refletimos sobre os modelos conceituais e analisamos sistemas de classificação para chegar ao nosso objetivo geral: desenvolver uma proposta de modelo conceitual para sistemas de classificação em arquivos.

Palavras-Chave: Classificação em arquivos; Acesso; Documento digital; Contexto de produção documental.

Abstract: The contemporary society imposes on researchers who investigate archival classification the necessity to broaden their understanding of the constitutive elements of the record, looking back at the demands brought about by legal guarantees of access to information and protection of personal data. In addition, digital environments bring multiple contexts and specificities that must be considered in the development of systems of production, control, organization, classification, representation, preservation and access to information contained in records. In this scenario, we used exploratory research with qualitative analysis of documental corpus and bibliographic review to explore the four dimensions included in this investigation: the theoretical-conceptual face, in which we approach discussions about classification - What is it? What is it for? What is classified?, the legal aspect that contemplates the issues raised by the Law on Archives, the Law on Access to Information and the General Law for the Protection of Personal Data, the technological aspect, focused on the nuances brought by digital documents and software used in the production and records classification, and the methodological face, in which we reflect about conceptual models and analyze classification systems to reach our objective: to develop a proposal for a conceptual model for records classification.

Keywords: Records classification; Access; Electronic records; Context.

1. INTRODUÇÃO

A classificação é um processo natural que faz parte do cotidiano das pessoas e instituições. Para Abbagnano, a classificação é uma "operação que consiste em distribuir um conjunto de objetos (qualquer que sejam), em classes coordenadas ou subordinadas, utilizando critérios apropriadamente escolhidos". Já que o conceito de classe é muito geral e inclui todos e cada um dos conceitos sob o aspecto de extensão, a operação de classificar "é

igualmente muito geral e pode compreender qualquer procedimento de divisão, distinção, ordenação, coordenação, hierarquização, etc." (ABBAGNANO, 2004, p.172, tradução nossa).

A Biologia classifica plantas e animais em agrupamentos de acordo com características similares. Já o Direito classifica juridicamente infrações legais. Por sua vez, a Química classifica elementos em virtude de seus números atômicos, constituindo grupos com propriedades químicas em comum. Portanto, cada área do conhecimento estabelece critérios sistemáticos de acordo com as semelhanças, para distribuir em classes seus objetos de estudo. Na Arquivologia não é diferente: a classificação é uma função que está no cerne das práticas de gestão de documentos e consiste na sequência de operações lógicas que distribui os documentos em classes hierárquicas de acordo com a estrutura, funções e atividades de uma entidade produtora (CAMARGO; BELLOTTO, 2012, p.30).

Atualmente, as atividades de organização em arquivos vinculam à função classificação um instrumento de gestão de documentos denominado plano de classificação, ou, em alguns casos, código de classificação, nos quais pretende-se materializar a lógica utilizada para classificar os documentos de arquivo. Esse tipo de instrumento é responsável por mapear, registrar, representar e controlar os documentos, bem como os processos e procedimentos que dão origem a estes documentos. Além disso, é nesse instrumento que o contexto de produção documental ganha corpo estável, é revelado e representado.

Deste modo, consideramos, no âmbito desta pesquisa[81], que o contexto de produção documental pode ser definido como o "ambiente em que ocorre a ação registrada no documento", e é fator fundamental para caracterizar um documento como documento de arquivo (CONARQ, 2020, p.19). Esse contexto envolve toda a estrutura na qual um documento é produzido e situa-o como parte de um todo, permitindo reconhecê-lo em um conjunto orgânico e não como unidade isolada. Além disso, ao reconhecermos e controlarmos esse contexto, torna-se

[81] Pesquisa de doutorado em andamento no Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense, sob orientação da Prof.ª Clarissa Schmidt.

possível estabilizarmos o sentido do documento em seu conjunto ao longo do tempo e no espaço.

Assim, dada a importância desse elemento na caracterização do documento é fundamental destacarmos as múltiplas possibilidades de contexto: contexto de procedimentos, de proveniência, documental, jurídico-administrativo e tecnológico (CONARQ, 2020, p.19). Nessa perspectiva, partimos da hipótese de que os modelos de planos e códigos de classificação que existem atualmente são estáticos, limitados e com pouca capacidade de representar as diferentes possibilidades de contexto de uma forma ampla, não contemplando todas as nuances trazidas pela dinâmica da produção documental das organizações contemporâneas.

Ademais, nos ambientes digitais o reconhecimento dos elementos dos documentos de arquivo é mais complexo, demandando à função classificação a utilização de recursos como os metadados para identificar as informações de contexto e de conteúdo destes documentos, além de trazer a necessidade de os instrumentos de gestão chegarem ao patamar dos documentos.

Junto dessa dimensão tecnológica trazida pela produção dos documentos digitais, é fundamental considerar também a dimensão legal que é inerente ao funcionamento das organizações e perpassa a produção e acumulação de documentos de arquivo. O aumento da produção documental e da complexidade da teia relacional formada entre o órgão produtor, suas funções, atividades e os documentos de arquivo trouxe à luz as preocupações com regular o acesso à informação e proteção de dados pessoais. Estas questões refletem-se em demandas legais que devem ser observadas durante a produção documental, devem ser incorporadas à função classificação e, consequentemente, aos instrumentos. Nesse sentido, cabe aos profissionais que trabalham com o tratamento de informações e documentos incorrer em pesquisas que busquem ampliar as perspectivas conceituais a fim de englobar os novos elementos trazidos pela sociedade, tecnologia e legislação. À vista disso, entendemos que

> [...] frente ao papel social da informação em tempos recentes, atualmente torna-se fundamental para a área valer-se de abordagens que contemplem o conteúdo dos documentos de

> arquivo. [...] discorrer sobre as diferentes possibilidades informacionais que coexistem no campo dos arquivos, que sejam as que estão "dentro" e as que estão "fora" do documento de arquivo, isto é, informações de contexto e conteúdo (SCHMIDT; SMIT, 2013, p.579).

Debruçamo-nos nas possibilidades informacionais apontadas por Schmidt e Smit (2015) e dividimos em dois tipos as informações que fundamentam e são representadas pela classificação arquivística: informações de conteúdo, isto é, aquelas que estão dentro do documento, e informações de contexto, ou seja, que estão fora do documento de arquivo e são originadas pelos elementos que determinam a produção documental. Dito isto, vale ressaltar que a organização e disponibilização das informações contidas nos documentos de arquivo devem respeitar a série de atributos que os distinguem dos demais, pois

> [...] o documento de arquivo evidencia a existência e o funcionamento de uma instituição, permitindo-nos considerá-lo o espelho, reflexo fidedigno do funcionamento desta. E dessa relação, desse vínculo com seu contexto de produção, decorre sua natureza probatória (SCHMIDT; SMIT, 2013, p.583).

Acredita-se, assim, que aprofundar a reflexão acerca da classificação em arquivos pelo prisma das possibilidades informacionais, considerando seus elementos de contexto e de conteúdo, é um viés pelo qual conseguimos expandir o entendimento, significado, acesso e uso dos documentos de arquivo.

2. DESENVOLVIMENTO

Esta pesquisa conta com uma face teórico-conceitual, na qual abordamos discussões acerca da classificação - O que é? Para que serve?

O que se classifica?, uma face legal que contempla as questões trazidas pela Lei de Arquivos, Lei de Acesso à Informação e Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, uma face tecnológica voltada para as nuances trazidas pelos documentos digitais e *softwares* utilizados na produção e classificação de documentos, e com uma face metodológica, na qual refletimos sobre os modelos conceituais e analisamos sistemas de classificação para chegar ao nosso objetivo geral: desenvolver uma proposta de modelo conceitual para sistemas de classificação em arquivos.

Nesse sentido, a investigação tem caráter exploratório, objetivando "proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito" (GIL, 2016, p.27). Este tipo de estudo nos possibilita compreender os mais variados aspectos relacionados ao objeto de pesquisa dentro de um planejamento flexível que pode ser adaptado ao longo do percurso (GIL, 2016). Além disso, trata-se de uma pesquisa aplicada, pois seu desenvolvimento se dá em torno da "aquisição de conhecimentos com vistas à aplicação" (GIL, 2016, p.27).

Para desenvolver o referido modelo conceitual, adotamos uma abordagem qualitativa com uso de revisão de literatura (pesquisa bibliográfica) para compreender as diferentes possibilidades de classificação arquivística, seus objetivos, funções, importância e para explorar o documento como objeto central da classificação para nos aprofundarmos em direção aos seus elementos constitutivos internos e externos visando contextualizar os atuais modelos da classificação utilizados no Brasil e na perspectiva internacional e compreender as diferentes possibilidades de classificação em arquivos

Utilizamos também a análise de *corpus* documental para examinar os marcos legislativos que permeiam a investigação e desenvolver a dimensão legal do modelo considerando a Lei de Arquivos - Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, Lei de Acesso à Informação (LAI) - Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) - Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

No desenvolvimento da pesquisa partimos do pressuposto de que os atuais modelos de planos e códigos de classificação são insuficientes para representar, controlar e manter, de maneira efetiva, o significado dos documentos de arquivo em seus contextos de produção e

acumulação, ao longo do tempo e no espaço. Além disso, consideramos também que em ambientes digitais o reconhecimento dos elementos intrínsecos (de conteúdo) e extrínsecos (de contexto) do documento de arquivo é mais difícil, cabendo à classificação arquivística servir como ponte para compreensão. Partimos também do pressuposto de que os atuais modelos de classificação arquivística se materializam em instrumentos e sistemas que não são amigáveis aos usuários. Por sua vez, as disposições legais acerca do acesso à informação e proteção de dados pessoais demandam novas perspectivas no tratamento dos documentos de arquivo e a classificação é a função capaz de estabelecer modelos que contemplem estas matérias.

Dito isso, cabe pontuar que o elemento definidor do documento de arquivo é o extrínseco, haja vista que o caráter probatório está vinculado ao contexto de produção e acumulação do documento, por esse motivo, as informações de contexto norteiam a classificação arquivística (SCHMIDT; SMIT, 2013). Portanto, a caracterização de um documento como "de arquivo" se dá pelas propriedades do ambiente no qual ocorre a ação que o documento registra.

Para o desenvolvimento dessa pesquisa as características de contexto foram discriminadas nas cinco categorias propostas pelo projeto Interpares: Contexto de Procedimentos, Contexto de Proveniência, Contexto Documental, Contexto Jurídico-Administrativo e Contexto Tecnológico.

Utilizando essa abordagem é possível percebermos como contexto todo o "conjunto de normas internas que regulam a produção, tramitação, uso e arquivamento dos documentos da instituição", além dos "organogramas, regimentos e regulamentos internos que identificam a instituição produtora de documentos", assim como o "código de classificação, guias, índices e outros instrumentos que situam o documento dentro do conjunto a que pertence, ou seja, do fundo", bem como o "conjunto de leis e normas externas à instituição produtora de documentos as quais controlam a condução das atividades dessa mesma instituição" e o "ambiente tecnológico (*hardware*, *software* e padrões) que envolve o documento" (CONARQ, 2020, p. 19).

Ainda que as características que definem os documentos de arquivo sejam as de contexto (elementos extrínsecos), os elementos

intrínsecos tomam lugar de destaque quando trazemos à luz as questões de acesso à informação e de proteção de dados pessoais, que são objeto da Lei de Acesso à Informação (LAI) - Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) - Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

A LAI regula o acesso à informação, que é um direito previsto constitucionalmente no Brasil. Subordinam-se a esse dispositivo legal todos os órgãos públicos integrantes da administração direta dos Poderes Executivo, Legislativo, incluindo as Cortes de Contas, e Judiciário e do Ministério Público, bem como as autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Além disso, também estão sujeitas às disposições da LAI, no que couber, as entidades privadas sem fins lucrativos que recebam, para realização de ações de interesse público, recursos públicos diretamente do orçamento ou mediante subvenções sociais, contrato de gestão, termo de parceria, convênios, acordo, ajustes ou outros instrumentos congêneres. Isto posto, trata-se de uma lei que tem amplo espectro de abrangência e que regulamenta um direito previsto pela Constituição Federal, portanto, um aspecto fundamental para a organização e funcionamento da sociedade.

Ademais, a LAI é pautada no acesso à informação como regra geral e sinaliza também as exceções, isto é, situações passíveis de sigilo. Preconiza a transparência pela ampla divulgação de informações íntegras e autênticas e, concomitantemente, indica a necessidade de proteger informações sigilosas e pessoais que possam ameaçar a segurança da sociedade, do Estado, ou violar a intimidade, vida privada, honra e imagem das pessoas.

Nesse sentido, a diferenciação do que é objeto de acesso e o que é objeto de restrição, se dá a partir da análise dos assuntos de que tratam as informações, conforme Art. 28 da LAI, que afirma que o assunto sobre o qual versa a informação é elemento essencial para a classificação de qualquer grau de sigilo (BRASIL, 2012). Portanto, somente a análise dos elementos de contexto dos documentos de arquivo não é

suficiente para atender às premissas legais estabelecidas pela LAI e viabilizar seu cumprimento.

Nessa mesma linha de raciocínio, a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), à qual é subordinada a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, tem dispositivos pautados na regulamentação do tratamento de dados pessoais com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.

No âmbito da referida lei, o termo "tratamento" contempla quaisquer operações realizadas por pessoa natural ou jurídica de direito público ou privado, independente do meio, do país de sua sede ou do país no qual estejam localizados os dados, desde que essa ação de tratamento incorpore quaisquer dos seguintes requisitos: 1) ocorra em território nacional; 2) tenha por objetivo a oferta ou o fornecimento de bens ou serviços ou o tratamento de dados de indivíduos localizados no território nacional; 3) ou ainda incida sobre dados pessoais que tenham sido coletados no território nacional.

Os dados pessoais aos quais a LGPD se refere são aqueles relacionados à "pessoa natural identificada ou identificável" e, além disso, no intento de estabelecer os requisitos para o tratamento de dados, a lei também faz uso do conceito de dado sensível, que é definido como

> [...] dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural (BRASIL, 2018).

Assim, podemos constatar também a necessidade de observar os elementos de conteúdo dos documentos de arquivo para alcançar a distinção de quais dados podem ser considerados sensíveis ou sujeitos às disposições previstas pela Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

Os objetos sobre os quais a LAI e a LGPD versam, isto é, o acesso, restrição ou proteção, são encontrados e identificados

justamente quando consideramos em nossas análises os elementos de substância presentes nos documentos de arquivo, haja vista que tais objetos incidem sobre conteúdo destes documentos.

Desta forma, observamos que tanto a LAI quanto a LGPD são legislações com amplo alcance e que devem ser observadas pelos mais diversos tipos de organizações e indivíduos que exercem atividades de naturezas distintas e produzem documentos de arquivo, seja em meio digital ou convencional. Em vista dessa abrangência, é fundamental que empreguemos esforços para produzir análises e sistematizar soluções para incorporar as disposições desses marcos legais às nossas práticas e métodos.

Na dimensão de nossas práticas e métodos os modelos conceituais constituem-se como um recurso capital para manifestar as relações entre conceitos, técnicas, marcos legais e outros elementos que integram uma mesma área. Gueguen, Fonseca, Pitti e Grimoüard (2013, p. 108) definem a modelagem conceitual como "uma técnica formal para representar os principais conceitos e as relações entre eles em um dado domínio de conhecimento" e ponderam sobre a necessidade de estabelecer modelos conceituais na comunidade arquivística que sejam abrangentes e retratem precisamente os conceitos da área.

> Todas as iniciativas em curso, no seio da comunidade arquivística, para o desenvolvimento de modelos conceituais, em nível nacional ou no âmbito de projetos específicos, demonstram que a profissão continua a explorar os seus princípios e a reinventar suas práticas já que as novas tecnologias de comunicação oferecem oportunidades sem precedentes para atender de forma mais eficaz a missão arquivística (GUEGUEN; FONSECA; PITTI; GRIMOÜARD, 2013, p. 115).

Enquanto dispositivos legais, a Lei de Arquivos, Lei de Acesso à Informação e a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais incorporam o contexto jurídico e administrativo dos documentos de arquivo, isto é, são normativas que devem ser observadas pelos produtores no decorrer

do exercício de suas funções e atividades. Todavia, as determinações sistematizadas na LAI e LGPD - Acesso, Sigilo e Proteção - requerem a análise do conteúdo dos documentos para que sejam identificados os elementos sobre os quais recaem as disposições previstas. Por esse ângulo, podemos inferir que estes dispositivos legais também têm sua implementação condicionada aos elementos intrínsecos dos documentos de arquivo. A título de exemplo, podemos citar os casos de restrição de acesso, nos quais faz-se necessário conhecer o conteúdo do documento para que seja aplicado o grau de sigilo compatível. Da mesma forma, também é necessária a análise do conteúdo dos documentos para identificar quais dados pessoais são sensíveis e ensejam proteção.

À vista disso, projetamos em uma proposta de modelo conceitual para sistemas de classificação em arquivos a integração desses marcos legais, com recursos metodológicos, aspectos tecnológicos e elementos teóricos para articular a ampliação da perspectiva pela qual pautamos as operações arquivísticas.

Assim, é necessário que os profissionais da área reflitam sobre em qual etapa do tratamento arquivístico ou em quais atividades de arquivo os elementos intrínsecos podem ser observados para que nossas atividades alcancem os aspectos trazidos pela legislação vigente. Cabe ainda ressaltar que essa reflexão ocorre simultaneamente à acelerada acumulação e produção de documentos de arquivo em meio digital como reflexo da dinâmica da sociedade contemporânea.

Nesse sentido, Schmidt e Smit sinalizam que

> [...] é importante reforçarmos que o estatuto probatório do documento de arquivo se dá pela sua natureza contextual e não pela natureza do assunto. Portanto, na teoria arquivística, as informações de contexto são as mais significativas para a classificação documental. Porém, como vimos, na sociedade da informação e em rede, de contínuo desenvolvimento das tecnologias digitais e acentuada troca de informação e conhecimento, o acesso ao conteúdo do documento, isto é, conteúdo substantivo – natureza

> do assunto, é algo que deve e passa a ser contemplado na atividade do profissional da informação (SCHMIDT; SMIT, 2013, p.585).

Desta forma, a dinâmica da sociedade contemporânea com produção de documentos em meio digital e demandas por acesso à informação, bem como por proteção de dados pessoais, traz à tona a necessidade de incorporar as informações de conteúdo aos métodos e práticas adotados pelos profissionais responsáveis pelo tratamento dos documentos e informações desde as etapas iniciais. Todavia, as autoras sinalizam que, via de regra, as informações de substância são consideradas nas atividades de descrição e que normalmente essa função arquivística relaciona-se com documentos cujos trâmites já foram concluídos.

> [...] esta função arquivística, além de comumente operada em documentos permanentes, cujos trâmites já estão encerrados, isto é, não serão agregados novos documentos, foi desenvolvida tendo em vista o Fazer com documentos em suportes materializados. Porém, em tempo presente, o documento arquivístico eletrônico é o majoritariamente produzido, além dos procedimentos de pesquisa presencial nas instituições terem sido abreviados, sendo cada vez mais ampliada a necessidade de consultas virtuais, com respostas rápidas e objetivas. Além disso, muitas organizações possuem situações de recuperação de conteúdo em documentos de arquivo nos momentos de produção e trâmite documental, em serviços de protocolo, nos bancos de dados, nos sistemas eletrônicos, e na gestão de seus acervos e informações de maneira geral (SCHMIDT; SMIT, 2013, p.585).

Logo, consideramos que a classificação - função arquivística que investigamos - pode ganhar novos contornos ao incorporar elementos intrínsecos dos documentos de arquivo e viabilizar o alcance dos aspectos trazidos pela dinâmica social e tecnológica da sociedade contemporânea. Contudo, as informações de contexto continuam sendo fundamentais para representar os documentos de arquivo, assim como a estrutura, funções e atividades que culminam em sua produção ou acumulação. Todavia, somente os elementos extrínsecos não são suficientes para registrar, representar, controlar e manter, de maneira efetiva, o significado dos documentos de arquivo em seus contextos de produção e acumulação, ao longo do tempo e no espaço. Ademais, instrumentos de classificação rígidos e estáticos vão na contramão das múltiplas possibilidades de contexto trazidas pela dinâmica de funcionamento das organizações nos dias de hoje.

Nessa linha de pensamento, faz-se necessário que pesquisas desenvolvidas no âmbito da Arquivologia ampliem a perspectiva e voltem seu olhar tanto para os elementos de contexto quanto para os de conteúdo, ao estabelecer metodologias para o tratamento dos documentos de arquivo de forma que as contribuições e esforços em torno da organização, controle, preservação e acesso à informação se alinhem às particularidades dos ambientes digitais e atendam aos anseios da sociedade contemporânea.

Nesse sentido, novos contextos trazem a necessidade de revisitar nossas bases teórico-metodológicas para encontrar soluções que ampliem o entendimento dos documentos de arquivo e possibilitem representá-los adequadamente. Além disso, utilizar recursos advindos de outras áreas do conhecimento também pode ser uma via de acesso para ampliar nossa perspectiva.

O uso de metadados, por exemplo, recurso advindo da tecnologia da informação, pode contribuir para o registro de elementos intrínsecos e extrínsecos dos documentos haja vista que estes são dados estruturados para descrever e viabilizar a recuperação, gerenciamento, compreensão e preservação de documentos arquivísticos ao longo do tempo (CONARQ, 2020, p. 36).

A utilização desse recurso para representar os elementos dos documentos de arquivo deve ser planejada e padronizado de acordo as necessidades identificadas em um estudo prévio da produção documental e seus contextos. Os parâmetros adotados podem ser registrados em um Esquema de Metadados, considerado um

> [...] plano lógico que mostra as relações entre os elementos de metadados, através do estabelecimento de regras para a utilização e gestão de metadados, especificamente no que diz respeito à semântica, à sintaxe e da obrigatoriedade do uso (CONARQ, 2020, p. 28).

Assim, observamos que o Esquema de Metadados pode se tornar um recurso associado ao instrumento de classificação para compor o conjunto de ferramentas necessárias para representar, controlar e manter os documentos de arquivo, seus contextos e significado.

Além das contribuições absorvidas da Tecnologia da Informação, também evocamos como recurso importante a perspectiva trazida pela área de Organização do Conhecimento, que dispõe dos Sistemas de Organização de Conhecimento (SOCs).

> SOC são sistemas conceituais semanticamente estruturados que contemplam termos, definições, relacionamentos e propriedades dos conceitos. Na organização e recuperação da informação, os SOC cumprem o objetivo de padronização terminológica para facilitar e orientar a indexação e os usuários. Quanto à estrutura variam de um esquema simples até o multidimensional, enquanto suas funções incluem a eliminação da ambiguidade, controle de sinônimos ou equivalentes e estabelecimento de relacionamentos semânticos entre conceitos (CARLAN; MEDEIROS, 2011, p. 54).

Os SOCs são um prisma pelo qual podemos observar a classificação arquivística e a partir daí utilizá-lo como via para concepção de planos de classificação, haja vista que estes instrumentos se constituem como ferramentas funcionais voltadas para a organização de conhecimento e informações organizacionais com foco em sua gestão e recuperação (MAZZOCCHI, 2018).

Em vista do exposto, objetivamos analisar todos esses recursos e perspectivas, bem como seus potenciais usos para associá-los às bases teórico-conceituais arquivísticas na finalidade de estabelecer uma proposta de modelo conceitual para sistemas de classificação em arquivos que seja ampla o suficiente para contemplar as necessidades trazidas pela produção e acumulação de documentos nas organizações contemporâneas.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A dinâmica da sociedade contemporânea e a utilização de tecnologias da informação trouxeram particularidades que nos exigem repensar e ampliar as perspectivas dos modelos de metodologias utilizadas no tratamento da informação.

Para além da classificação tradicional com base nas funções e atividades ou estrutura organizacional, que já é prevista nos planos e códigos de classificação, os documentos de arquivo podem ser agrupados de acordo com seus caracteres internos e externos para formar classes com base em suporte, gênero, espécie, tipo, uso, nível de acesso, existência de dados sensíveis, entre outros, ampliando o potencial de uso das informações.

Nessa perspectiva, os Sistemas de Organização de Conhecimento (SOCs) podem ser utilizados como elementos para alicerçar modelos conceituais para sistemas de classificação em arquivos, já que a finalidade dos instrumentos de classificação é organizar documentos e informações organizacionais para viabilizar sua gestão, recuperação e acesso (MAZZOCCHI, 2018).

Por seu turno, Gueguen, Fonseca, Pitti e Grimoüard (2013) identificaram uma série de iniciativas de sistematização de modelos conceituais para descrição arquivística que podem ser entendidos como uma

tendência da área. Além disso, os autores reconhecem a proveniência como elemento norteador das atividades de arquivo, mas argumentam que a emergência de tecnologias de comunicação e informação demandam o desenvolvimento de novas perspectivas das funções arquivísticas, ampliando a compreensão dos documentos e integrando novos componentes e relações aos modelos utilizados para orientar nossas práticas.

Nesse sentido, para atender às particularidades advindas da produção, acumulação e fluxo de documentos em meio digital é necessário incorporar às nossas práticas recursos da tecnologia da informação, como os metadados, que se apresentam como um caminho promissor no que diz respeito ao controle de documentos e informações em ambientes digitais.

Por fim, observamos também que considerar as informações substantivas, isto é, de conteúdo, nos modelos e métodos empregados no tratamento dos documentos e informações se faz essencial para atender às premissas legais de acesso à informação e proteção de dados pessoais.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Diccionario de filosofia**. Atualizado e aumentado por Giovanni Fornero. 4ª Ed. - México: FCE, 2004.

BRASIL. Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991. **Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8159.htm . Acesso em 05 set. 2022.

BRASIL. **Lei nº 12.527**, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º , no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm . Acesso em 05 set. 2022.

BRASIL. Lei n° 13.709, de 14 de agosto de 2018. **Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm . Acesso em 05 set. 2022.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida; BELLOTTO, Heloísa L. **Dicionário de Terminologia Arquivística**. São Paulo: ARQ-SP, 2012.

CARLAN, Eliana; MEDEIROS, Marisa Bräscher Basílio. Sistemas de Organização do Conhecimento na visão da Ciência da Informação. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, v.4, n.2, p.53–73, ago./dez. 2011. Disponível em: https://doi.org/10.26512/rici.v4.n2.2011.1675 . Acesso em 26 set. 2022.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. **Glossário dos Documentos Arquivísticos Digitais**. Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), 2020. Disponível em: https://www.gov.br/conarq/pt-br/assuntos/camaras-tecnicas-setoriais-inativas/camara-tecnica-de-documentos-eletronicos-ctde/glosctde_2020_08_07.pdf . Acesso em 27 jul. 2022.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5a ed. – São Paulo: Atlas, 2016.

GUEGUEN, G.; FONSECA, V. M. M.; PITTI, D. V.; GRIMOÜARD, C. S. Para um modelo conceitual internacional de descrição arquivística. **Acervo - Revista do Arquivo Nacional**, v. 26, n. 2, p. 100-116, [????]. Disponível em: http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/40705 . Acesso em: 27 set. 2022.

MAZZOCCHI, Fulvio. **Knowledge organization system (KOS)**. Knowledge Organization 45, 2018, no.1: 54-78. Also available in ISKO Encyclopedia of Knowledge Organization, eds. Birger Hjørland and Claudio Gnoli. Disponível em: http://www.isko.org/cyclo/kos

SCHMIDT, Clarissa Moreira dos Santos; SMIT, Johanna. **Organização da Informação e arquivos:** diferentes perspectivas

informacionais em torno do documento de arquivo. Informação e/ou Conhecimento: as duas faces de Jano. Porto. Faculdade de Letras da Universidade do Porto - CETAC.MEDIA, 2013. p. 579-588. Disponível em: https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4608091 . Acesso em 27 jul. 2022.

SCHMIDT, Clarissa; SMIT, Johanna. Organização e representação da informação em arquivos: uma análise a partir da função classificação. **XII Congreso ISKO España y II Congreso ISKO España-Portugal**, 19-20 de noviembre, 2015, Organización del conocimiento para sistemas de información abiertos. Murcia: Universidad de Murcia.

PROGRAMA DE GESTÃO DE DOCUMENTOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI (PGD-NITERÓI): PROPOSTA DE DIRETRIZES NORMATIVAS E METODOLÓGICAS

RECORDS MANAGEMENT PROGRAM OF THE MUNICIPAL CITY HALL OF NITERÓI (PGD Niterói): PROPOSAL FOR REGULATORY AND METHODOLOGICAL GUIDELINES

Danilo André Cinacchi Bueno
danilobuenoarr@gmail.com

Ana Célia Rodrigues
anaceliarodrigues@id.uff.br

Concepción Mendo Carmona
cmendo@pdi.ucm.es

Resumo: A pesquisa aborda as diretrizes normativas e metodológicas para a gestão de documentos como referência para os municípios brasileiros e, especificamente, o desenvolvimento de estudo teórico e aplicado sobre os fundamentos legais, diretrizes normativas e procedimentos metodológicos para o Programa de Gestão de Documentos da Prefeitura Municipal de Niterói (PGD Niterói), módulo Secretaria Municipal de Fazenda (SMF). Trata-se de pesquisa de pós-doutorado em desenvolvimento no Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação (PPGCI/UFF), recorte temático do projeto de pesquisa PDPA 4408 "Um arquivo público municipal para Niterói: gestão de documentos, acesso à informação e transparência na administração pública no horizonte da história e da cooperação regional do Leste Fluminense", e integra a produção científica do Grupo de Pesquisa "Gênese Documental Arquivística" - UFF/CNPq. A metodologia proposta se configura em

duas dimensões: teórica e aplicada. Do ponto de vista teórico, se caracteriza como pesquisa exploratória e descritiva, cuja abordagem científica é de natureza qualitativa. Do ponto de vista aplicado, a estratégia adotada foi o estudo de caso, com o objetivo de propor a normatização de parâmetros para a produção, tramitação, classificação, avaliação e uso dos documentos de arquivo, incluindo a classificação do acesso e a proteção de dados pessoais sensíveis, com base no método de identificação arquivística. Como resultados, apresentamos os procedimentos metodológicos, legais, diretrizes, processos, atividades e instrumentos técnicos estudados, elaborados e aplicados no PGD-Niterói, bem como os resultados práticos alcançados, como a identificação de órgão produtor e de tipos documentais.

Palavras-Chave: Acesso à informação; Arquivo público municipal; Gestão de documentos; Identificação arquivística; Transparência administrativa.

Abstract: The research deals whith the normative and methodological guidelines for records management as a reference for Brazilian municipalities and, specifically, the development of a theoretical and applied study on the legal foundations, normative guidelines and methodological procedures of the Records Management Program of the Niterói City Hall (PGD Niterói), module Municipal Finance Department (SMF). This is a postdoctoral research in progress at the Postgraduate Program in Information Science (PPGCI/UFF), thematic cut of the research project PDPA 4408 “A municipal public archive for Niterói: records management, access to information and transparency in public administration in the horizon of history and regional cooperation in Leste Fluminense”, and integrates the scientific production of the Research Group “Archival Documentary Genesis” - UFF/CNPq. The proposed methodology is configured in two dimensions: theoretical and applied. From the theoretical point of view, it is characterized as exploratory and descriptive research, whose scientific approach is qualitative in nature. From the applied point of view, the methodological strategy adopted was the case study, with the objective of proposing the standardization

of parameters for the production, processing, classification, appraisal and use of records and archives, including the classification of access and protection of sensitive personal data, based on the archival identification method. As a result, we present the methodological and legal procedures, guidelines, processes, activities and technical instruments studied, elaborated and applied in the PGD-Niterói, as well as the practical results achieved, such as the identification of the producing agency and the types of documents.

Keywords: Access to information; Accountability; Archival identification; Municipal public archive; Records management.

1. INTRODUÇÃO

Trata-se de pesquisa de pós-doutorado em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense (PPGCI/UFF), com bolsa PDPA, recorte temático vinculado ao Projeto de Pesquisa PDPA 4408 "Um arquivo público municipal para Niterói: gestão de documentos, acesso à informação e transparência na administração pública no horizonte da história e da cooperação regional do Leste Fluminense", que integra a produção científica do Grupo de Pesquisa "Gênese Documental Arquivística" - UFF/CNPq.

A temática da formulação e implementação de diretrizes normativas e metodológicas para programas de gestão de documentos, vem se tornando cada vez mais central nas discussões sobre transparência pública e prestação de contas no Brasil, ligando-se, recentemente, à Agenda 2030 da ONU e aos debates sobre sustentabilidade, exigindo da administração pública mais transparência e acesso à informação e documentos como condições básicas que favorecem a cidadania e o controle social de suas ações, justificando a emergência desses debates.

Como justificativa, apoia-se em estudos do CONARQ (BRASIL, 2014, p. 7), que aponta que "de um total de 5.570 municípios, apenas uma pequena parcela conta com um arquivo público municipal formalmente constituído." Na Administração Pública brasileira,

especialmente no âmbito municipal, é notável que, além da ausência de uma autoridade arquivística municipal, existe uma considerável falta de preparo da administração pública municipal com relação às diretrizes normativas e metodologias inerentes à gestão de documentos que, quando existem, com raras exceções, não são formuladas e implementadas nos parâmetros do rigor técnico e científico. Essa problemática ainda é um dos principais desafios para a garantia da transparência no âmbito da gestão administrativa dos municípios no país, que, por consequência, causará impactos na implementação da LAI.

Dessa forma, o objetivo geral que norteia esta pesquisa é propor diretrizes normativas e metodológicas para a implantação do Programa de Gestão de Documentos da Prefeitura Municipal de Niterói, Secretaria Municipal de Fazenda (SMF), como contribuição para o acesso à informação e referência para os municípios do Leste Fluminense e demais municípios do Brasil.

À luz do prisma científico, a metodologia adotada nesta pesquisa se configura em duas dimensões: teórica e aplicada. Do ponto de vista teórico, se caracteriza pela combinação de dois tipos de pesquisa: exploratória e descritiva, cuja abordagem científica é de natureza qualitativa. Do ponto de vista aplicado, a estratégia metodológica adotada foi o estudo de caso aplicado no desenvolvimento de proposta de requisitos normativos e parâmetros metodológicos para a implementação do PGD- Niterói.

Como resultados preliminares, apresentamos os fundamentos normativos, legais, procedimentos metodológicos, diretrizes, processos, atividades e instrumentos técnicos estudados, elaborados e aplicados no PGD-Niterói, bem como os resultados práticos alcançados até o momento, como a identificação de órgão produtor e os estudos das características dos tipos documentais identificados na SMF, fundamentando a produção, classificação e avaliação dos documentos nesse universo de pesquisa.

2. FUNDAMENTOS NORMATIVOS E LEGAIS DA GESTÃO DE DOCUMENTOS NO BRASIL

No Brasil contemporâneo, a institucionalização da responsabilidade com a salvaguarda do patrimônio documental arquivístico, com a gestão de documentos e com o direito de acesso à informação é relativamente recente. Previsto como um dever dos órgãos e entidades públicas, em todas as esferas e níveis de poder, estes preceitos ganham relevância na forma da lei como mecanismos imprescindíveis para a promoção da redemocratização do país na década de 1980.

A Constituição Federal de 1988, em seu Art. 5º inciso XIV define que é "assegurado a todos o acesso à informação e resguardo do sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional", combinado com o inciso XXXIII, que define que "todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado". (BRASIL, 1988).

Esses dispositivos expressos na Constituição Federal de 1988 são reforçados no Art. 216 §2º, definindo que "compete à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem", oferecendo os aportes legais para a aprovação da Lei Federal nº 8.159 de 08 de janeiro de 1991 (Lei Nacional de Arquivos) e da aprovação da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação - LAI).

Especificamente no âmbito dos arquivos, a Lei nº 8.159, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados, regulamenta os dispositivos da Constituição Federal de 1988, que faz referência à gestão e ao acesso aos documentos, estabelecendo a rede de arquivos existentes nos níveis de governo no Brasil. Em seu Art. 3º, define a gestão de documentos como "[...] conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes a produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento [de documentos] em fase corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente".

A mesma Lei 8.159 em seu Art. 21º estabelece que "Legislação estadual, do Distrito Federal e municipal definirá os critérios de organização e vinculação dos arquivos estaduais e municipais, bem como a gestão e o acesso aos documentos, observado o disposto na Constituição Federal e nesta Lei".

Desse modo, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a Lei nº 8.159/1991 e a Lei Federal nº 12.527/2011, demarcam os arquivos e a gestão de documentos no regime federativo no Brasil, "sua missão institucional foi renovada especialmente pelo compromisso com a gestão de documentos, tornando os arquivos equipamentos essenciais para a superação da opacidade do Estado, servindo à transparência pública e ao controle do Estado pela sociedade civil". (KNAUSS et al, 2013, p. 187). Consequentemente, a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios, devem desenvolver capacidades políticas, legais, técnicas e metodológicas para a formulação e implementação de políticas públicas arquivísticas efetivas.

Essa realidade impôs, e ainda impõe, a necessidade de maior intervenção dos arquivistas no âmbito da produção de documentos, ou antes da produção, para o planejamento da criação dos documentos de arquivo de forma adequada, antes que estes adquirissem valor histórico ou para identificar esses valores no meio de uma massa documental crescente.

Por sua vez, no âmbito normativo, recentemente a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) traduziu a ISO 15489/2001, publicando a NBR ISO 15489/2018, que define os conceitos e princípios a partir dos quais são desenvolvidas abordagens para produção, captura e gestão de documentos de arquivo. Soma-se a isso a necessidade de o arquivista ter conhecimento e domínio da nova legislação, por exemplo, a Lei Geral de Proteção de dados (LGPD). Essa lei traz em seu bojo uma série de diretrizes legais e normativas de identificação e proteção de dados pessoais sensíveis, como diretriz para a garantia da privacidade dos cidadãos, tendo em vista que esses dados, em sua grande maioria, são registrados em documentos de arquivo. O arquivista, portanto, deve colaborar, a partir da gestão de documentos, na identificação desses dados pessoais previstos na LGPD, orientando os gestores sobre sua existência e da necessidade de tratamento específico.

Estes fundamentos legais e normativos da gestão de documentos devem ser observados para elaboração dos instrumentos legais e técnicos que estabelecem as diretrizes para as políticas de gestão de documentos e de arquivos do Brasil, contexto em que se inserem também os municípios.

3. FUNDAMENTOS METODOLÓGICOS DO PGD-NITERÓI

Um programa de gestão de documentos (PGD) impõe-se em razão da necessidade de estabelecer procedimentos comuns que visem uma boa gestão dos documentos públicos, a fim de que sejam controlados desde o momento da produção (protocolos) até a sua destinação final: eliminação ou preservação definitiva no âmbito de um Arquivo Público Municipal.

O PGD-Niterói tem por objetivo garantir a interação sistêmica da rede de arquivos com os sistemas de protocolos da Prefeitura, especificamente a partir da Secretaria Municipal de Fazenda (módulo piloto do PGD-Niterói), com o objetivo de propor a normatização de parâmetros para a produção, tramitação, classificação, avaliação e uso dos documentos de arquivo, incluindo a classificação do acesso e a proteção de dados pessoais sensíveis.

Está fundamentado no método de identificação arquivística, que consiste no "[...] o processo de investigação e sistematização de categorias administrativas e arquivísticas nas quais se sustenta a estrutura de um fundo, sendo um dos seus objetivos principais assegurar através de seus resultados a avaliação das séries documentais". (MENDO CARMONA, 2004, p.41, tradução nossa).

A identificação arquivística, portanto, é desenvolvida a partir de duas grandes etapas que visam sistematizar o contexto de produção e os tipos documentais produzidos, nos parâmetros da Diplomática e da Tipologia Documental, divididos em: Etapa 1– identificação do órgão produtor (elementos orgânicos e funcionais), e; Etapa 2 – identificação da tipologia documental.

Segundo Rodrigues (2012, p. 6), "o primeiro momento da pesquisa consiste em identificar o órgão produtor, o elemento orgânico

(estrutura administrativa) e elemento funcional (competências, funções, atividades) que o caracteriza." Para a autora, significa que a identificação de órgão produtor está representada pelas funções e atividades administrativas desempenhadas pelo órgão, em virtude da competência que tem a seu cargo e que compõe a série documental.

Essas informações sobre os elementos orgânicos e funcionais são obtidos a partir de pesquisas na legislação que regulamentam os órgãos produtores, que no âmbito público, estão materializados em regimentos internos e atos normativos que definem suas estruturas orgânicas e funcionais, ou seja, que permitem reconhecer as áreas produtoras e suas competências, funções e atividades desempenhadas que são registradas nos documentos produzidos. Nesta etapa, as informações coletadas são registradas, sistematizadas e analisadas em instrumento específico, denominado de formulário de identificação de órgão produtor ou em bancos de dados informatizados de identificação de órgão produtor.

Por sua vez, a segunda etapa de identificação de tipos documentais está fundamentada nos princípios teóricos e metodológicos da Diplomática Contemporânea, denominada na tradição arquivística brasileira de Tipologia Documental.

Apoiado em Dévaki e Rodrigues (2012, p. 12-13, grifos das autoras), apontam que,

> O método de análise proposto pela tipologia documental se fundamenta no princípio de que é no procedimento administrativo que reside à contextualização e a chave para compreender o tipo documental e logo, a série documental. Tem como tem como parâmetro conceitual à identificação do tipo, cuja fixação depende primeiramente do reconhecimento da espécie.

Conceitualmente, a Tipologia Documental é a ampliação da Diplomática na direção da gênese documental, ou seja, é a determinação e contextualização da competência, funções e atividades da instituição geradora/acumuladora em um determinado contexto administrativo.

Enquanto a espécie documental é o objeto da Diplomática, a Tipologia Documental, representando melhor uma extensão da Diplomática em direção à Arquivística, tem por objeto o tipo documental, entendido como a "configuração que assume a espécie documental de acordo com a atividade que a gerou" [...] (BELLOTO, 2002, p.19, grifo da autora).

Esta fase do método de identificação arquivística também possui instrumentos específicos, denominados de formulário de identificação de tipologia documental ou bancos de dados informatizados de identificação de tipologias documentais, registrando as características do contexto de produção e dos tipos documentais identificados, subsidiando a padronização de sua denominação, bem como as demais funções arquivísticas de criação/produção, classificação, avaliação e descrição no contexto da gestão de documentos.

4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E RESULTADOS PARCIAIS DO PGD-NITERÓI

Como procedimentos metodológicos aplicados na execução do PGD-Niterói ao longo de 2021 e 2022, foram desenvolvidas as seguintes etapas:

1. Levantamento bibliográfico e documental (legislação arquivística brasileira e normas técnicas nacionais e internacionais) sobre os fundamentos teóricos, legais e metodológicos da gestão de documentos e seus instrumentos;

2. Estudo dos fundamentos teóricos, legais e metodológicos da gestão de documentos;

3. Elaboração de 2 programas de cursos de capacitação da equipe técnica para nivelamento teórico e metodológico sobre a gestão de documentos e a identificação arquivística;

4. Elaboração de Cronograma de execução de coleta de dados na SMF e Formação de comissões de gestão de documentos (CGD-SMF).

5. Elaboração de 2 programas de cursos de capacitação dos gestores da PMN (SMF);

6. Reuniões de apresentação e planejamento estratégico de execução do PGD-Niterói com gestores da SMF;

7. Levantamento da legislação municipal que define a estrutura e atribuições da Secretaria Municipal de Fazenda (SMF);

- Decreto Municipal n° 13.222, de 08/04/2019

- Regimento Interno da Secr. Mun. de Fazenda; Decreto Municipal n° 14.104, de 05/08/2021

- Regimento Interno da Secr. Mun. de Fazenda;

8. Elaboração e validação de Formulário de Identificação de Órgão Produtor (Apêndice 1);

9. Estudo e preenchimento do Formulário de Identificação de Órgão Produtor com base no Regimento da SMF (Decreto Municipal n° 14.104/2021), para a identificação das atribuições - competência, funções, atividades - reconhecidas no texto legal nos níveis da estrutura administrativa, conforme amostragem abaixo:

- **Competência:** Secretaria

Secretaria Municipal de Fazenda (SMF).

"Executar as políticas fiscal e financeira do Governo" (Art. 1º, § 1º, I).

- **Funções:** Subsecretarias / Departamento / Coordenações

Depto. de Finanças – DEFIN (Art. 24).

"Supervisionar os controles, despesas de concessionárias, restituições de indébitos e outras" (Art. 24).

- **Atividades:** Assessorias, Departamentos, Coordenações, Setores

Coordenação de Liquidação e Repasses Financeiros - COLIQ (Art. 25).

"Coordenar e realizar a liquidação dos processos de despesas dos órgãos da Administração Direta" (Art. 25).

10. Reuniões estratégicas com gestores da SEPLAG, SMF e APERJ para desenvolvimento do Acordo de Cooperação Técnica e Científica no âmbito do Projeto PDPA 4408 (Partes: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro - APERJ e Secretaria de Planejamento, Orçamento e Modernização da Gestão da Prefeitura Municipal de Niterói - SEPLAG/NITERÓI.

11. Levantamento e estudo de modelos de formulários de identificação de tipos documentais para a elaboração e validação de Formulário de Identificação de Tipologias Documentais da SMF (Apêndice 2);

12. Levantamento de 120 processos administrativos produzidos por 19 áreas da SMF;

13. Leitura, análise e preenchimento de formulário de identificação de tipologias da SMF (120 formulários preenchidos);

14. Leitura e identificação da legislação informada nos 120 processos administrativos para preenchimento da fundamentação legal e normativa que regem a produção desses 120 tipos documentais identificados;

15. Estudo comparativo das atribuições das Comissões Permanentes de Avaliação de Documentos do Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP) e das Comissões de Gestão de Documentos (CGD) do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro para o desenvolvimento de proposta da Comissão de Gestão de Documentos e Acesso da Prefeitura Municipal de Niterói (CGDA/PMN);

16. Estudo da legislação (Lei 8.159/1991, LAI/2012, LGPD/2018) e normas técnicas de gestão de documentos (ABNT NBR ISO 15489/2018) para o desenvolvimento das atribuições referentes à gestão de documentos como contribuição para a minuta de Lei Municipal de Arquivos para Niterói;

17. Participação na Comissão de Organização e apresentação do PGD-Niterói no "II Seminário: Arquivos Municipais Fluminenses", realizado entre os dias 10 e 11 de novembro de 2021.

18. Cadastro das atribuições, estruturas e características dos 120 processos administrativos (tipos documentais) identificados na SMF no Sistema de Identificação de Tipologia Documental (SITD/APERJ);

19. Elaboração e apresentação para os gestores da SMF o Cronograma de entrevistas para coleta, correção e complementação de dados sobre as características do tipo documental (denominação, legislação, prazos de guarda, classificação de acesso, classificação de dados pessoais, tramitação, destinação, observações).

5. CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Somente uma política de gestão de documentos e arquivos com foco em soluções relacionadas à formulação de diretrizes normativas e metodológicas para a implementação de um PGD, permite a definição dos requisitos que garantam a necessária rapidez na localização de documentos e informações exigidas para o cumprimento da legislação em vigor, conferindo eficácia e eficiência para um melhor funcionamento da administração pública em sua rotina diária de tomada de decisões, estreitando os laços entre governo e sociedade.

Infelizmente, na administração pública brasileira, especialmente no âmbito municipal, é notável que, além da ausência de uma autoridade arquivística municipal, existe uma considerável falta de preparo da administração pública municipal com relação às diretrizes normativas, legais e metodologias inerentes à gestão de documentos que, quando existem, com raras exceções, não são formuladas e implementadas nos parâmetros do rigor técnico e científico. Essa problemática ainda é um dos principais desafios para a garantia da transparência no âmbito da gestão administrativa dos municípios no país, que, por consequência, causará impactos na implementação da LAI e da LGPD, requisitos legais e normativos imprescindíveis para o alcance do acesso à

informação, transparência administrativa, controle social e proteção de dados pessoais dos cidadãos.

Nesse sentido, a Prefeitura Municipal de Niterói tem se destacado em seu compromisso com a transparência pública e com o acesso à informação, a partir da formulação e implementação de propostas normativas e metodológicas para o PGD-Niterói no âmbito do PDPA4408, como um importante projeto que busca estabelecer procedimentos metodológicos e normativos para a boa gestão dos documentos públicos, a fim de que sejam controlados desde o momento da produção (protocolos) até a sua destinação final: eliminação ou preservação definitiva no âmbito de um Arquivo Público Municipal.

REFERÊNCIAS

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Como fazer análise diplomática e análise tipológica em arquivística:** reconhecendo e utilizando o documento de arquivo. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo / Arquivo do Estado, 2002. (Projeto Como Fazer).

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

_____. **Lei Federal n.º 8.159**, de 8 de janeiro de 1991**.** Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados.

_____. **Lei n. 12.527**, de 18 de novembro de 2011. Lei de Acesso à Informação.

_____. Arquivo Nacional. **Criação e desenvolvimento de arquivos públicos municipais**: transparência e acesso à informação para o exercício da cidadania. Conselho Nacional de Arquivos. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2014. 151p.

_____. Associação Brasileira de Normas Técnicas. **ABNT NBR ISO 15489-1:2018**: Informação e documentação — Gestão de documentos

de arquivo – Parte 1: Conceitos e princípios. Rio de Janeiro: ABNT, 2018. 25p.

_____. **Lei nº 13.709**, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

GARCIA, Nádia Dévaki Pena. **Os arquivos nos municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro:** estudo de identificação das políticas públicas arquivísticas para o acesso à informação. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Arquivologia) - Universidade Federal Fluminense.

KNAUSS, Paulo de M.; NASCIMENTO, Mariana B. do.; BUENO, Danilo A. Arquivos Vivos da Administração Pública: O Programa de Gestão de Documentos do Estado do Rio de Janeiro (PGD-RJ). **Cadernos do Desenvolvimento Fluminense,** Rio de Janeiro, n. 3, nov. 2013. p. 186-208. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/cdf/article/view/9346 . Acesso em: 05 ago. 2020.

MENDO CARMONA, Concepción. Consideraciones sobre el método em archivistica. **Documenta & Instrumenta**, Madrid, n. 1, p. 35-46, 2004. Disponível em: http://revistas.ucm.es/index.php/DOCU/article/view/DOCU0404110035A . Acesso em: 10 jul. 2022.

RODRIGUES, Ana Célia. Identificação arquivística como requisito metodológico do Programa de Gestão de Documentos do Governo do Estado do Rio de Janeiro (PGD-RJ): reflexões sobre a construção teórica dos procedimentos e instrumentos. In: **XIII ENANCIB - Anais do Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**. Rio de Janeiro (RJ): ENANCIB, 2012. Disponível em: http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/xiiienancib/paper/viewFile/3687/2810 . Acesso em: 15 jul. 2022.

VILELA, Amanda Barbosa. **Os arquivos no contexto das ações de transparência do Poder Executivo do Município de Niterói, RJ.**

2019. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação) - Universidade Federal Fluminense. 2019a.

VILELA, Amanda Barbosa. **Identificação dos procedimentos de gestão de documentos e arquivos na Câmara Municipal de Niterói**. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Arquivologia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019b.

APÊNDICES

Apêndice 1. Formulário de Identificação de Órgão Produtor

ESTUDO DE IDENTIFICAÇÃO ÓRGÃO PRODUTOR - PMN

Secretaria Municipal da Fazenda
REGIMENTO INTERNO DA SMF - DECRETO N° 14.104/2021 (05/08/21)

	Competência:		
	Função - O QUE FAZ?		Atividade - COMO FAZ?
SIGLA	UNIDADE	SIGLA	SUBUNIDADE

Apêndice 2. Formulário de Identificação de Tipologia Documental

<table>
<tr><th colspan="2">Formulário de Identificação de Tipologia Documental</th></tr>
<tr><td colspan="2">SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA – SMF – PMN</td></tr>
<tr><td colspan="2">Unidade Administrativa:
(nome atual da Subsecretaria / setor / seção / departamento / coordenação)</td></tr>
<tr><td colspan="2">Subordinação:
(nome atual da Subsecretaria / setor / seção / departamento / coordenação)</td></tr>
<tr><td colspan="2">Função: (O que faz em termos substanciais? = atribuição e responsabilidade)</td></tr>
<tr><td colspan="2">Atividade: (como faz?)</td></tr>
<tr><td colspan="2">Nome atual do documento: (nome atual do documento – anexar cópia do documento produzido neste formulário)</td></tr>
<tr><td colspan="2">Tipo documental: (Espécie + atividade + objeto)</td></tr>
<tr><td colspan="2">Objetivo da produção:</td></tr>
<tr><td colspan="2">Conteúdo:
(dados substanciais que se repetem na produção do mesmo tipo documental)</td></tr>
<tr><td rowspan="2">Fundamento legal:
(há legislação/norma interna / externa que fundamenta a produção / recebimento, vigência e prescrição desse documento ou atividade? Colocar por extenso o título da norma / lei / etc. e o item / artigo / etc. que diz respeito ao documento / atividade exigida. Anexar a este formulário).</td><td>Documentos anexos ao tipo documental (Lista PROCNIT):</td></tr>
<tr><td>Documentos anexos ao tipo documental (do processo):</td></tr>
<tr><td colspan="2">Classificação de acesso (LAI/2012):
( ) Ostensivo
( ) Sigiloso
Grau de Sigilo:
( ) Reservado (5 anos)
( ) Secreto (15 anos)
( ) Ultrassecreto (25 anos)

Critérios de classificação da Informação quanto ao Grau de Sigilo previsto na (Art. 23 – LAI/2012):</td></tr>
</table>

( ) I - pôr em risco a defesa e a soberania nacionais ou a integridade do território nacional;

( ) II - prejudicar ou pôr em risco a condução de negociações ou as relações internacionais do País, ou as que tenham sido fornecidas em caráter sigiloso por outros Estados e organismos internacionais**;**

( ) III - pôr em risco a vida, a segurança ou a saúde da população;

( ) IV - oferecer elevado risco à estabilidade financeira, econômica ou monetária do País;

( ) V - prejudicar ou causar risco a planos ou operações estratégicos das Forças Armadas;

( ) VI - prejudicar ou causar risco a projetos de pesquisa e desenvolvimento científico ou tecnológico, assim como a sistemas, bens, instalações ou áreas de interesse estratégico nacional;

( ) VII - pôr em risco a segurança de instituições ou de altas autoridades nacionais ou estrangeiras e seus familiares; ou

( ) VIII - comprometer atividades de inteligência, bem como de investigação ou fiscalização em andamento, relacionadas com a prevenção ou repressão de infrações.

Prazo: _____anos.

Justificativa/observações (do gestor):

Classificação de dados pessoais (LGPD/2018)

I. Dados identificados ou identificáveis

( ) Informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável (Art. 5º, I - LGPD/2018)

Quais?

( ) I - Com necessidade de consentimento do titular?

(Art. 7º, LGPD/2018)

Justificativa/observações (do gestor)

( ) Sem necessidade de consentimento do titular? (Art. 7º, LGPD/2018)

Indicar justificativa abaixo:

( ) II - Para o cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador;

( ) III - Pela administração pública, para o tratamento e uso compartilhado de dados necessários à execução de políticas públicas previstas em leis e regulamentos ou respaldadas em contratos, convênios ou instrumentos congêneres, observadas as disposições do Capítulo IV desta Lei;

( ) IV - para a realização de estudos por órgão de pesquisa, garantida, sempre que possível, a anonimização dos dados pessoais;

( ) V - quando necessário para a execução de contrato ou de procedimentos preliminares relacionados a contrato do qual seja parte o titular, a pedido do titular dos dados;

( ) VI - para o exercício regular de direitos em processo judicial, administrativo ou arbitral, esse último nos termos da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996 (Lei de Arbitragem);

( ) VII - para a proteção da vida ou da incolumidade física do titular ou de terceiros;

( ) VIII - para a tutela da saúde, exclusivamente, em procedimento realizado por profissionais de saúde, serviços de saúde ou autoridade sanitária; (Redação dada pela Lei nº 13.853, de 2019)

( ) IX - quando necessário para atender aos interesses legítimos do controlador ou de terceiros, exceto no caso de prevalecerem direitos e liberdades fundamentais do titular que exijam a proteção dos dados pessoais; ou

( ) X - para a proteção do crédito, inclusive quanto ao disposto na legislação pertinente.

II. Classificação de dados pessoais sensíveis

( ) Sim

( ) Não (Art. 5º, I - LGPD/2018)

Se sim, indicar o tipo(s) de dado(s) pessoal sensível abaixo, bem como Finalidade e Hipóteses previstas na LGPD:

( ) Origem racial ou étnica

( ) Convicção religiosa

( ) Opinião política

( ) Filiação a sindicato

( ) Filiação a organização religiosa

( ) Filiação a organização política

( ) Dado genético ou biométrico

( ) Finalidade: _____(Art. 11 – LGPD/2018) - I - quando o titular ou seu responsável legal consentir, de forma específica e destacada, para finalidades específicas;

( ) Finalidade: _____(Art. 11 – LGPD/2018) - II - sem fornecimento de consentimento do titular, nas hipóteses em que for indispensável para: Indicar justificativa abaixo:

Hipóteses em que se enquadram a coleta e o tratamento de dados pessoais sensíveis:

( ) a) cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador;

( ) b) tratamento compartilhado de dados necessários à execução, pela administração pública, de políticas públicas previstas em leis ou regulamentos;

( ) c) realização de estudos por órgão de pesquisa, garantida, sempre que possível, a anonimização dos dados pessoais sensíveis;

( ) d) exercício regular de direitos, inclusive em contrato e em processo judicial, administrativo e arbitral, este último nos termos da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996 (Lei de Arbitragem);

( ) e) proteção da vida ou da incolumidade física do titular ou de terceiros;

( ) f) tutela da saúde, exclusivamente, em procedimento realizado por profissionais de saúde, serviços de saúde ou autoridade sanitária; ou

( ) g) garantia da prevenção à fraude e à segurança do titular, nos processos de identificação e autenticação de cadastro em sistemas eletrônicos, resguardados os direitos mencionados no art. 9º desta Lei e exceto no caso de prevalecerem direitos e liberdades fundamentais do titular que exijam a proteção dos dados pessoais.

III. Dados anonimizados

( ) Sim

( ) Não (Art. 5º, III - LGPD/2018)

Justificativa/observações (do gestor):

Tramitação-workflow – Nº PROCESSO DE NEGÓCIO:

Vias/ cópias	Origem (órgão ou pessoa)	Destino (órgão ou pessoa)	Objetivo (ação)?	Documento produzido / recebido	Quem assina?
Prazo de arquivamento total: _____ anos **Justificativa / Observações** (equipe P2 e gestor) (com base na legislação e/ou no uso administrativo)		**Destinação:** ( ) eliminar ( ) preservar (APM) **Prazos em anos:** ( ) Corrente (setor) ( ) Intermediário (Central)			
Responsável pela entrevista / preenchimento (equipe P2):		**Entrevistado:** (nome e área)		**Data da entrevista:**	

NOVAS PRÁTICAS INFORMACIONAIS DAS BIBLIOTECAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE NO CONTEXTO DA PANDEMIA DA COVID-19

NEW INFORMATIONAL PRACTICES IN THE LIBRARIES OF THE UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE IN THE CONTEXT OF THE COVID-19 PANDEMIC

Ana Carla Epitácio Mazzeto
anamazzeto@gmail.com

Elisabete Gonçalves de Souza
elisabetegs@id.uff.br

Resumo: O ensino foi uma das áreas que mais sentiu os efeitos das medidas sanitárias durante o período da COVID-19 no Brasil. No âmbito do ensino superior, a questão envolveu toda a infraestrutura universitária, incluindo o fechamento das bibliotecas. Implementou-se o Ensino Remoto Emergencial. Nesse sentido, surgiram novas demandas informacionais e as bibliotecas universitárias foram acionadas a realizar novas práticas informacionais. O objetivo deste artigo é analisar o canal do Youtube do Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal Fluminense, em especial, as *Lives,* e apontar esse dispositivo de comunicação como relevante "prática informacional". A pesquisa se caracteriza como análise documental, descritiva, de abordagem qualitativa com uso de método de estudo de caso, sustentado por uma investigação de natureza netnográfica. Destacamos o papel social das bibliotecas universitárias no ambiente acadêmico online durante a pandemia da COVID-19, assim como as ações de competência crítica no combate a desinformação. Por fim, entendemos que o uso das plataformas digitais e sua manutenção é um desafio para as bibliotecas universitárias, porém, identificamos que elas estão dispostas a manter as redes sociais e o canal do Youtube no período pós-pandemia. Concluímos que a experiência com a pandemia serviu

para abrir novos caminhos para outros formatos de serviços e de inovação em um mundo pós-pandemia, e que essas novas práticas informacionais exigem um olhar mais atento da Ciência da Informação.

Palavras-Chave: Práticas informacionais; Bibliotecas universitárias; Universidade Federal Fluminense.

Abstract: Education was one of the areas that most felt the effects of the sanitary measures during the COVID-19 period in Brazil. In higher education, the issue involved the entire university infrastructure, including the closing of libraries. Emergency Remote Learning was implemented. In this sense, new informational demands arose and university libraries were called upon to carry out new informational practices. The objective of this paper is to analyze the YouTube channel of the Federal Fluminense University Library System, especially the Lives, and to point out this communication device as a relevant "informational practice". The research is characterized as documentary analysis, descriptive, of qualitative approach with use of case study method, supported by an investigation of netnographic nature. We highlight the social role of university libraries in the online academic environment during the COVID-19 pandemic, as well as the actions of critical competence in combating misinformation. Finally, we understand that the use of digital platforms and their maintenance is a challenge for university libraries, however, we identify that they are willing to maintain the social networks and the Youtube channel in the post-pandemic period. We conclude that the experience with the pandemic served to open new paths to other formats of services and innovation in a post-pandemic world, and that these new informational practices require a closer look at Information Science.

Keywords: Information practices; University libraries; Universidade Federal Fluminense.

1. INTRODUÇÃO

A pandemia do novo coronavírus impôs o fechamento de diversas instituições das áreas de educação e cultura. No âmbito do ensino superior, a questão envolveu toda a infraestrutura universitária, incluindo o fechamento das bibliotecas. A Universidade Federal Fluminense (UFF), em março de 2020, suspendeu o calendário acadêmico e iniciou, no mesmo ano, o processo de discussão para avaliar formas de retomar as atividades acadêmicas utilizando as tecnologias digitais de informação, principalmente. Através de Pareceres, Resoluções e Portarias das áreas de Educação, Ciência e Tecnologia, consolidou-se, durante os anos de 2020 a 2021, o Ensino Remoto Emergencial (ERE) como estratégia para o retorno às atividades na UFF.

Para se adequar ao ambiente totalmente virtual, a imersão no cenário tecnológico foi necessária e tornou-se uma ação urgente. Nesse sentido, surgiram novas demandas informacionais e as bibliotecas universitárias foram acionadas a realizar novas práticas informacionais, utilizando-se, principalmente das redes sociais e de plataformas digitais, como o Youtube.

O objetivo deste artigo é analisar o canal do Youtube do Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal Fluminense (UFF), em especial, as *Lives,* e apontar esse dispositivo de comunicação e informação como relevante e legítima prática informacional adotada durante o período do ERE na Universidade.

Dentro da subárea dos estudos de usuários da informação encontram-se pesquisas sobre as práticas informacionais. Seu conceito vem sendo estudado nas áreas de ciências humanas e sociais. No campo da Ciência da Informação, as práticas informacionais são analisadas sob a ótica da dimensão social da informação, ao propor formas de compreender as ações dos sujeitos nas esferas sociais, políticas, culturais, econômicas, tecnológicas, entre outras.

O percurso metodológico empregado foi a pesquisa bibliográfica realizada em bases de dados da área de Ciência da Informação, como a BRAPCI e o BENANCIB, sobre temas como competência crítica em informação e práticas informacionais. Para compreender a discussão sobre a implementação do Ensino Remoto Emergencial, realizou-se pesquisa

nos sites do MEC/CNE e consultas ao site da UFF (http://www.uff.br/coronavírus), onde estão disponíveis documentos e decisões do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPEx). Para conhecer as atividades desenvolvidas pelas bibliotecas durante a pandemia foi realizada uma pesquisa netnográfica nos seus sites, mídias e redes sociais. Corrêa e Rozado (2017, p.2) explicam que a Netnografia é "[...] uma adaptação da pesquisa etnográfica que leva em conta as características dos ambientes digitais e da comunicação mediada por computador".

A pesquisa se caracteriza como multimetodológica, pois envolve a análise documental, bibliográfica e descritiva, de abordagem qualitativa, com uso de método de estudo de caso, sustentado por uma investigação de natureza netnográfica e observação participante. Segundo Queiroz *et al* (2007), a observação torna-se uma técnica científica a partir do momento em que passa por sistematização, planejamento e controle da objetividade. No meio acadêmico, a observação participante é considerada um processo pelo qual a interação da teoria com a prática concorre para a transformação ou implementação do meio pesquisado.

2. PRÁTICAS INFORMACIONAIS E COMPETÊNCIA CRÍTICA DA INFORMAÇÃO

O conceito de práticas informacionais vem sendo utilizado em várias pesquisas nos últimos anos, principalmente no quadro intelectual das ciências humanas e sociais, no qual se encontra a Ciência da Informação (CI). É considerada uma subárea dos estudos de usuário da informação[82]. Embora o termo prática informacional apareça na literatura

[82] Segundo Araújo (2017, p. 390-391), o campo de estudos de usuários se consolidou na área de pesquisa em Ciência da Informação por meio de dois marcos na história do uso da informação: o primeiro marco foi na década de 30, a partir da necessidade de se levantar características da população de Chicago, decorrente da imigração em massa, vinda de várias partes do mundo, e a necessidade de oferecer a estes novos moradores, por meio da biblioteca (*Graduate Library School*, da *University of Chicago*) e de outros instrumentos sociais, informações com o objetivo de socialização. O segundo marco histórico foi a Conferência da *Royal Society*, em Londres, no ano de 1948, que realizou reflexões sobre a necessidade, busca e uso da informação por técnicos e cientistas no contexto da Guerra Fria, provocando importante impacto na Ciência da Informação pelo valor da própria informação, compreendida pelos fluxos

da CI desde a década de 1960, apenas no final da década de 1990 e início da década de 2000 que autores começam a debater o assunto com mais profundidade.

Os primeiros estudos sobre prática informacional surgiram na esfera internacional. Reijo Savolainen[83], da Universidade de Tampere, na Finlândia, em 1995, foi quem primeiro discutiu o conceito de práticas informacionais na área de Ciência da Informação. Savolainen (2007) apontava a dimensão social da informação ao propor uma maneira de compreender as ações dos sujeitos no cotidiano. O autor recorreu ao conceito de *habitus*, de Pierre Boudieu, para destacar a naturalização das práticas cotidianas incorporadas pelos indivíduos por meio de normas e expectativas sociais. Bourdieu (1983) entende que o *habitus* é um sistema de pensamento social, culturalmente determinado. [...] um sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, de apreciações de ações [...]. (BOURDIEU, 1983, p. 65).

Na perspectiva de Savolainen, as práticas informacionais precisam ser compreendidas do ponto de vista de outras áreas do conhecimento, como a antropologia e a sociologia, por meio, principalmente, da etnometodologia[84], corrente sociológica e que trabalha com a pesquisa compreensiva, em oposição à noção explicativa. Considera que a realidade socialmente construída está presente na vivência cotidiana de cada um e que em todos os momentos podemos compreender as

informacionais, seus resultados e efeitos. Segundo Ferreira (1995) *apud* Araújo (2017), as investigações do campo, com características voltadas para os usuários, inicialmente foram denominadas estudos de comunidades, estudos dos usos de informação, comportamento informacional e, posteriormente, com menor incidência, práticas informacionais.

[83] Reijo Savolainen é professor emérito na Faculdade de Tecnologia da Informação e Ciências da Comunicação, Estudos da Informação e Mídia Interativa (ITI), da Universidade de Tampere, Finlândia.

[84] O principal teórico dessa linha de pesquisa é Harold Garfinkel (1917-2011). Esse autor publicou o livro *Studies in Etnomethodology*, em 1967. O texto mais relevante a respeito do livro de Garfinkel está disponível em: https://periodicos.ufjf.br/index.php/TeoriaeCultura/article/view/12149. Acesso em: 20 de set. 2022.

construções sociais que permeiam nossa conversa, nossos gestos, nossa comunicação etc. (GARFINKEL, 1967).

Araújo (2012; 2013; 2017), pautado nos estudos de Capurro (2003)[85], entende que o objeto "informação" contempla, além dos aspectos físicos e cognitivos, o social. O aspecto social corresponde às construções sociais que levam em conta o caráter individual, coletivo, cultural, político e ideológico, de uma realidade construída reciprocamente. Araújo (2017) explica que estudar as práticas informacionais constitui-se em

> [...] um movimento constante de capturar as disposições sociais, coletivas (os significados socialmente partilhados do que é informação, do que é sentir necessidade de informação, de quais são as fontes ou recursos adequados), e também as elaborações e perspectivas individuais de como se relacionar com a informação (a aceitação ou não das regras sociais, a negociação das necessidades de informação, o reconhecimento de uma ou outra fonte de informação como legítima, correta, atual), num tensionamento entre as duas dimensões, percebendo como uma constitui a outra e vice-versa. (ARAÚJO, 2017, p. 221).

Segundo Araújo (2013, p. 17), a informação deve ser compreendida

> [...] como produto de uma 'intersubjetividade' e, principalmente, com a percepção de que algo só se torna informação a partir de um contexto no

[85] CAPURRO, Rafael. Epistemologia e ciência da informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5, 2003. Belo Horizonte. **Anais eletrônicos...** Belo Horizonte: ENANCIB, 2003. Disponível em: http://www.capurro.de/enancib_p.htm. Acesso em: 20 out. 2022.

> qual atuam as dimensões políticas, culturais, econômicas, jurídicas, tecnológicas, entre outras".

Rocha e Gandrab (2018) apontam que a dualidade entre as dimensões individual e coletiva é um dos traços constituintes das práticas informacionais. As autoras destacam a questão da mediação e do processo de interação existente.

A relação do sujeito com o mundo é sempre uma relação mediada por outras pessoas. Ele apreende a realidade e a representa de acordo com referenciais que são construídos coletivamente, mas que são redefinidos de acordo com a subjetividade de cada um. Esse movimento dialético deve ser levado em consideração ao se estudar como os usuários se relacionam com a informação. Assim, percebe-se a interação como elemento chave para a concepção de práticas informacionais. A noção de interação, enquanto ação recíproca, evidencia o permanente processo dialético entre indivíduo e realidade, nos mais diversos sentidos. (ROCHA; GANDRAB, 2018, p.570-571).

Araújo (2013, p. 3) afirma que os sujeitos informacionais não representam apenas uma evidência empírica (seres humanos se relacionando com documentos e informações) mas, sobretudo, se relacionam com um amplo campo de construção de diferentes "objetos de pesquisa", isto é, maneiras distintas de se compreender esses indivíduos e suas relações. Segundo o autor,

> [...] não se trata apenas de se estudar pessoas, sujeitos, em si, ou em seus aspectos sociais (como faz a Sociologia), subjetivos (como faz a Psicologia) ou culturais (como faz a Antropologia). Estudar os indivíduos no campo da Ciência da Informação significa perceber que existem indivíduos usando, buscando, sentindo falta ou disseminando informação, e que essas ações os constituem enquanto um tipo particular de sujeitos – justamente os sujeitos informacionais. "Sujeito informacional" envolve,

> enfim, duas dimensões – sujeitos (seres humanos) e informação. (ARAÚJO, 2013, p.3).

Nesse sentido, portanto, as práticas informacionais caracterizam-se como sendo uma das formas de olhar para os sujeitos, um modo de se compreender os atores sociais e suas relações informacionais que incluem percepções, escolhas e apropriações.

Aliado ao debate sobre as práticas informacionais está o conceito de competência crítica em informação (Bezerra *et al*, 2019), abordagem conceitual que propõe uma análise reflexiva e revisionista sobre o que é ser "competente em informação"[86], dando destaque, principalmente, ao aprofundamento teórico das perspectivas de avaliação crítica e uso ético da informação e o compromisso prático na luta contra as estruturas de poder que sustentam a produção e a disseminação dominante da informação. Nesse sentido, o conceito de competência crítica aponta para o prisma da emancipação social, "[...] colocando-se como um dos possíveis caminhos para a *práxis* transformadora no cerne do regime de informação em vigor." (BEZERRA *et al*, 2019, p. 30).

[86] O termo *information literacy*, traduzido em português como "competência em informação", foi citado pela primeira vez por Paul Zurkowski, em 1974. Na época, Zurkowski era presidente da *Information Industry Association* (IIA), dos Estados Unidos, e apresentou para a *National Commission on Libraries and Information Science* (NCLIS) o relatório intitulado "*The Information Service Environment Relationships and Priorities*", documento este que deu início a um movimento que ganhou dimensão internacional, expandindo-se para as mais diferentes regiões do Globo, inclusive no Brasil. (DUDZIAK, 2003). Em suas considerações, Zurkowski apontou a necessidade de elaboração de programas federais que tivessem por objetivo desenvolver aprendizagens informacionais relacionadas às fontes de informação oferecidas pela indústria da informação. A abundância de fontes informacionais trouxe como preocupação a questão de treinamento adequado para a utilização dos recursos e serviços disponibilizados pelas indústrias de informação, surgindo, assim, a proposta da *information literacy*. O movimento da *information literacy* sugeria que os recursos informacionais, com forte influência das tecnologias de informação e comunicação, deveriam ser aplicados às situações de trabalho, na resolução de problemas, por meio do aprendizado de técnicas e habilidades no uso de ferramentas de acesso à informação. (MAZZETO, 2022, p. 34).

Segundo Schneider (2019, p. 73-74), a dimensão crítica ao termo "competência"

> [...] dirige-se, sobretudo, ao caráter instrumental da noção que converte o aprendizado relacionado à aquisição da dita competência em algo maquínico". Para Brisola (2021, p.115), a competência crítica é atenta aos contextos sociais e culturais e possui foco na prática, no envolvimento da comunidade e nas questões de poder.

Nesta pesquisa, a competência crítica em informação se apresenta como uma ferramenta de ação para engajamento crítico e reflexivo no enfrentamento dos problemas informacionais da pandemia da COVID-19, tais como a desinformação em larga escala, dando-se ênfase ao papel social das bibliotecas universitárias, seu compromisso com a avaliação crítica e uso ético da informação com vista a combater o negacionismo científico.

3. ENSINO REMOTO EMERGENCIAL E AS BIBLIOTECAS DA UFF

Durante a pandemia, através de Pareceres, Resoluções e Portarias[87], o Ministério da Educação (MEC) criou os parâmetros para o estabelecimento do Ensino Remoto Emergencial (ERE). Sua implementação na UFF foi regulamentada pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPEx), em agosto de 2020, com a Resolução nº 160/2020, a qual o define como atividade "[...] em caráter excepcional e temporário, nos

[87] Destacamos as seguintes legislações do MEC: a) Parecer nº5/2020, do Conselho Nacional de Educação (CNE); b) Portaria nº 544/2020 (Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto perdurar a situação da pandemia do novo coronavírus - COVID-19; c) Lei nº 14.040, de 18 de agosto de 2020 (Estabelece normas educacionais a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020: e altera a Lei nº11.947, de 16 de junho de 2009).

cursos de graduação presencial da Universidade Federal Fluminense. O art. 1º caracteriza o ERE como

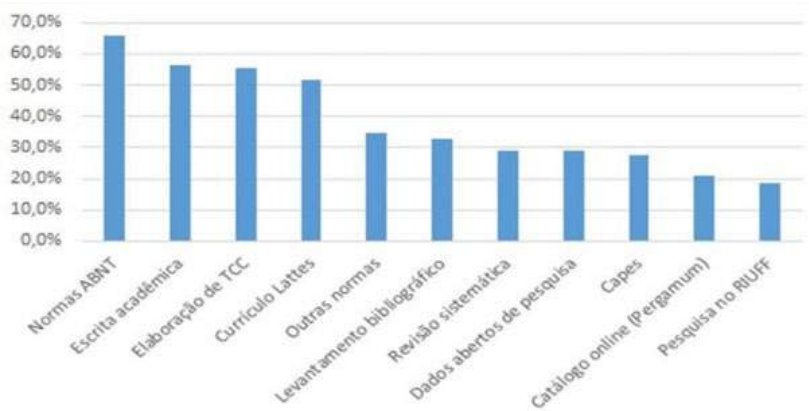
> [...] substituição temporária das atividades acadêmicas presenciais de componentes curriculares teóricos, práticos e/ou teórico-práticos dos cursos de graduação presencial da UFF por atividades remotas, mediadas por tecnologias digitais de informação e comunicação, durante período de pandemia do novo Coronavírus – COVID-19. (UNIVERSIDADE..., Conselho de Ensino e Pesquisa, 2020, p. 4).

Para apoiar as atividades de ensino, pesquisa e extensão, as bibliotecas da UFF tiveram que acompanhar a implementação do ERE. Coube a elas inovarem na criação de serviços e produtos informacionais, tais como suporte digital nos meios acadêmicos, criação de novas comunidades no repositório institucional, compra de acervos digitais etc. Houve também a necessidade dos professores e profissionais de diversas áreas, inclusive bibliotecários, se capacitarem no uso de ferramentas digitais para apoio às atividades remotas de ensino. O desafio colocado, portanto, era preparar-se não apenas para suprir as necessidades informacionais imediatas dos usuários, mas também criar recursos que os auxiliassem no processo de mediação, que na perspectiva de Almeida Júnior (2008), significa criar ações de interferência com vista a atender, de forma plena ou parcialmente, as necessidades informacionais de seus usuários.

Em maio de 2020, o Sistema de Bibliotecas da UFF disponibilizou nas redes sociais das bibliotecas um questionário intitulado "Fale com as Bibliotecas", cujo objetivo principal foi compreender as necessidades dos seus usuários. Em relação ao item "Treinamentos mais solicitados", o resultado do questionário mostrou que a solicitação sobre o uso das normas da ABNT atingiu um índice muito alto, cerca de 70% dos respondentes desejavam obter mais capacitação para compreender as normas da ABNT, logo em seguida, como demandas,

cursos sobre: escrita acadêmica, elaboração de TCC e Currículo Lattes, conforme demonstra o Gráfico 1.

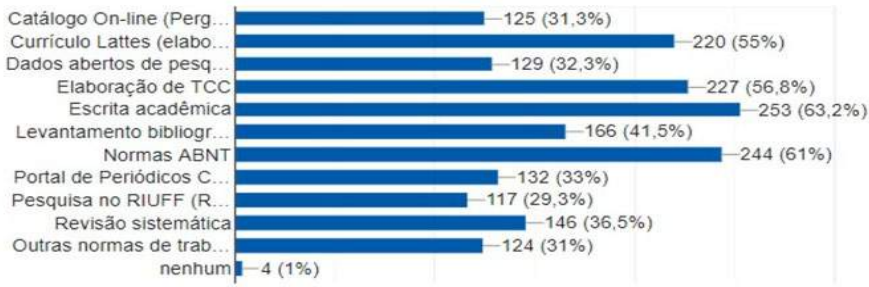
Gráfico 1. Treinamentos mais solicitados pela comunidade acadêmica em 2020



(Fonte: UNIVERSIDADE..., Superintendência de Documentação, 2020)

Em maio de 2021 foi aplicado o 2º questionário "Fale com as Bibliotecas" e constatou-se que houve uma mudança. Os pedidos aumentaram para treinamentos sobre "escrita acadêmica" (63,2%), seguida de normas da ABNT (61%), conforme demonstra o Gráfico 2.

Gráfico 2. Treinamentos mais solicitados pela comunidade acadêmica em 2021



(Fonte: UNIVERSIDADE..., Superintendência de Documentação, 2021)

O estudo de usuários da informação mostrou-se essencial para que o bibliotecário conhecesse seu público, suas demandas e procurasse meios tecnológicos de interagir com ele, para que pudesse desenvolver seus serviços e continuar atendendo suas demandas, apesar do isolamento social. Acionou-se as mídias sociais para otimizar práticas informacionais e ações de mediação e competência em informação que fossem ao encontro dos debates científicos, destacando a função social e educativa das bibliotecas.

Compreendemos também que o processo de adaptabilidade condicionou as bibliotecas e os profissionais da informação a desenvolverem estratégias de compreensão e análise sobre o comportamento do usuário, observando que o consumo da informação por meio das ferramentas digitais, por exemplo, é uma realidade que vem se consolidando cada vez mais no século XXI.

3.1. O canal do *Youtube* do Sistema de Bibliotecas da UFF

Para enfrentar o desafio de continuar a atender seus usuários sem deixar de proteger seus funcionários, a SDC criou, em maio de 2020, um Grupo de Trabalho – GT – Mídias Sociais para criação de conteúdo, gestão, padronização e orientação para as mídias sociais e serviços online das unidades subordinadas à Coordenação de Bibliotecas (CBI). No parágrafo V da Determinação de Serviço SDC nº12, de 21 de maio de 2020, que criou o GT - Mídias Sociais são especificadas as ações do grupo:

O grupo de trabalho desenvolverá conteúdo para as mídias sociais de todas as unidades de CBI, além da divulgação, execução e treinamento dos serviços online, recursos e ferramentas virtuais das bibliotecas da UFF que serão postados nas mídias das bibliotecas e nos sites da UFF conforme o fluxo de trabalho e recomendações orientados pela Coordenação de Gestão e Difusão da Informação (CGDI) da Superintendência de Documentação. (UNIVERSIDADE..., Superintendência de Documentação, 2020, p. 10-11).

Para a CBI, as mídias e as redes sociais se tornaram uma forma efetiva de disponibilizar informação e, principalmente, um espaço de

mediação da informação das bibliotecas para atender as necessidades informacionais dos seus usuários. Foi necessário potencializar e intensificar o contato com os usuários e a comunidade universitária, por meio da internet; ampliar os serviços de atendimento remoto e aprimorar os serviços *online* existentes e os conteúdos digitais.

O canal do *Youtube* do Sistema de Bibliotecas da UFF foi, então, a primeira ação informacional coletiva mobilizada pela CBI no combate à desinformação no período da pandemia da COVID-19. Um dispositivo tecnológico de inovação, mediação, comunicação e disseminação da informação, que ampliou os canais de rede de informação das 26 bibliotecas com seus usuários no ambiente virtual do ciberespaço.

As primeiras *Lives* do canal do Youtube da SDC começaram a ser produzidas no final de agosto de 2020. Até dezembro de 2021 o canal do Youtube da SDC abrigava 46 vídeos e possuía 923 inscritos.

Categorizamos o material produzido em 4 eixos: *Lives*; vídeos informativos; Cursos e minicursos; e Material cultural (exposições, apresentação de bibliotecas universitárias e recepção de calouros), conforme segue a figura abaixo (Figura 1).

Figura 1. Eixos temáticos dos vídeos do Canal do Youtube da SDC

(Fonte: elaborado pelas autoras, 2022)

Verificou-se também que muitas *Lives* e vídeos produzidos no canal do Youtube da SDC tiveram o objetivo de atender as demandas solicitadas pelos usuários que responderam os questionários de 2020 e 2021 das bibliotecas (Cf. Gráficos 1 e 2).

Com vista a conhecer como os bibliotecários se saíram no uso dessa tecnologia, realizamos um mapeamento e verificamos quais foram as *Lives* mais visualizadas no canal do Youtube do Sistema de Bibliotecas da UFF. O Quadro 1 mostra as 5 (cinco) *Lives* mais assistidas de acordo com o nº de visualizações.

Quadro 1. *Lives* mais assistidas no canal do Youtube da SDC

Ranking	Lives / palestrantes	Visualizações	Comentários
1º	**Gerenciador de referências Zotero** Leonardo Simonini Mestre em Biblioteconomia pela UNIRIO e Técnico em Saúde Pública na FIOCRUZ Data: 30 de setembro de 2020 Duração: 1h: 57min: 45s	959	96
2º	**Conversando sobre a norma de Vancouver: citações e referências** Mariana Acorse Doutoranda em Ciência da Informação na UNESP Data: 09 de dezembro de 2020 Tempo de duração: 1h13min	820	98
3º	**Estratégias de busca avançada em base de dados de saúde** Camila Belo Bibliotecária do INCA Data: 19 de agosto de 2020 Tempo de duração: 1h07min	814	101

4º	**Serviços do Sistema de Bibliotecas da UFF** Bibliotecários da UFF: Leandro Busquet, Maria Dalva Pereira de Souza e Verônica de Souza Gomes Data: 30 de abril de 2021 Tempo de duração: 1h44min24s	764	220
5º	**Lattes na pós UFF: Minicurso para elaboração de currículo lattes na pós-graduação** Fabiana Amaral Doutoranda em Ciência da Informação pelo IBICT/UFRJ Data: 15 de abril de 2021 Tempo de duração: 1h44min	732	232

(Fonte: elaborado pelas autoras, 2022)

A consulta a esse material nos permitiu observar que as *Lives* conseguiram gerar um ótimo engajamento entre quem transmite e quem assiste e, além disso, contribuiu e continua contribuindo para a captação de novos seguidores, além de promover mais interação com os usuários que navegam na Web. Durante as *Lives*, os usuários podem fazer comentários e deixar curtidas, além de acompanhar as atividades dos demais espectadores.

3.2. Análise e Resultados

Durante a pesquisa, fomos compreendendo que os conteúdos disponibilizados na *Lives* se constituem em artefatos culturais de práticas didáticas e educativas, reconfigurando esse ambiente virtual com novas "presencialidades" em rede.

As *Lives* são vídeos síncronos *online*, em tempo real. Mas é, também, uma comunicação assíncrona, uma vez que depois de gravadas ao vivo, podem ficar disponíveis na plataforma do *Youtube*, transformando-se em conteúdos formativos que podem ser usados por outros grupos sociais.

Entendemos que as *Lives*, para além do contexto do Ensino Remoto Emergencial e da pandemia, têm potencial para se transformar em ferramenta de mediação (pedagógica e de instrução formativa) assim como gerar múltiplas competências informacionais (tanto para os profissionais de informação quanto para os usuários). Não obstante, quando as *Lives* são geradas dentro de um ambiente acadêmico universitário, como é o caso do canal do Youtube do Sistema de Bibliotecas da UFF, percebe-se que seus conteúdos se voltam, principalmente, para atender a demanda acadêmica e as necessidades de informação e de compreensão dos serviços *online* que as bibliotecas oferecem no ambiente digital, fato observado no contexto da pandemia em que prevaleceu o ERE (set. 2020 a dez. 2021). Correlacionando com os aspectos teóricos sobre as práticas informacionais, poderíamos dizer que as *Lives* do canal do *Youtube* da SDC (ambiente virtual) são recursos *online* que apresentam uma dimensão "intersubjetiva" da informação (inter-relacionamento entre os sujeitos informacionais e a informação), pois as necessidades dos usuários, a busca, usos e a disseminação da informação são socialmente construídos (caráter coletivo) e ligam-se diretamente aos contextos vivenciados (relação dialógica entre sujeito e contexto) e aos fenômenos informacionais de determinada época ou período.

Em relação aos vídeos informativos, contabilizamos 18 (dezoito). Esses vídeos são, em geral, de curta duração e instrutivos, ou seja, apresentam conteúdo didático e explicativo sobre os recursos que as bibliotecas da UFF dispõem no portal dos sistemas da SDC. Tais vídeos não dispõem de ambiente para interação com os usuários, por isso não há informação sobre número de comentários.

A série intitulada *"*Precisamos falar sobre *Fake News"*, composta por 4 (quatro) *Lives*, produzidas este ano, 2022, teve o objetivo foi promover a discussão sobre diversos assuntos relacionados à desinformação e *fake news* e seus impactos na sociedade atual. As palestras foram realizadas por pesquisadores e professores de cursos de Pós-Graduação da UFF e da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Brisola e Bezerra (2018) destacam que a desinformação é um complexo de ações que constroem um cenário intencionalmente determinado. Envolve "informação descontextualizada, fragmentada, manipulada,

retirada de sua historicidade, tendenciosa, que apaga a realidade, distorce, subtrai, rotula ou confunde". (BRISOLA; BEZERRA, 2018, p. 3319). Não são informações necessariamente falsas; muitas vezes, trata-se de distorções ou partes da verdade, mas que em um cenário de pandemia era extremamente grave.

A Biblioteca da Faculdade de Medicina (BFM), por exemplo, se destacou na publicação de muitos *posts* nas suas redes sociais em que aponta a questão da desinformação (principalmente, sobre as vacinas); as *fake news* (relacionadas com a origem da doença, e ao descrédito sobre importância do isolamento social e das medidas não farmacológicas; e o negacionismo científico (relacionado com a questão da minimização da doença e aos tratamentos terapêuticos sem validação científica).

A BFM, durante o período da pandemia (2020-2021), combateu constantemente falsas informações e informações inverídicas. (MAZZETO, 2022, p. 171). Entendemos que esse tipo de ação (competência crítica em informação), por parte das bibliotecas, reforçam a função social/científica formadora das Universidades.

Segundo Goergen (2002), a Universidade, para além das tarefas de ensino, pesquisa e extensão, "não pode esquecer-se de sua responsabilidade formadora". Acrescenta que devemos entender formação "[...] no seu sentido mais amplo e profundo de conscientização e familiarização com os grandes temas e problemas que envolvem e preocupam o ser humano na atualidade" (GOERGEN, 2002, p. 10).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabemos que o uso das redes sociais e sua manutenção ainda é um desafio para as instituições de ensino e suas bibliotecas. A questão envolve diversos aspectos, tais como capacitar profissionais (bibliotecários e técnicos), manusear ferramentas, gerenciar as redes com periodicidade e saber compartilhar conteúdos de interesse para a comunidade acadêmica e externa. Consultamos o Plano de Desenvolvimento de Unidade (PDU) da SDC para 2021-2023, na qual são apontadas ações futuras para o período pós-pandemia. Podemos citar as seguintes propostas: criação de estratégias e diretrizes para a gestão de mídias;

alinhamento de conteúdos para a divulgação nas redes sociais das bibliotecas; realização de estudos de nicho; mensurar métricas com relação ao engajamento (curtidas, comentários e compartilhamentos, número de seguidores). Nota-se que as bibliotecas estão dispostas a manter as redes sociais e o canal do *Youtube* como espaços para mediação e fonte de pesquisa, sendo ativas com ações no sentido de contribuir para a formação de cidadãos participativos, e ajudando a promover o pensamento reflexivo e crítico da sua comunidade acadêmica e da sociedade. A prática dos serviços *online* aponta que as bibliotecas precisam sempre pensar além dos serviços tradicionais oferecidos para que possam inovar. Concluímos que a experiência com a pandemia serve, então, para abrir novos caminhos para outros formatos de serviços e de inovação em um mundo pós-pandemia. Sinalizamos que essas novas práticas informacionais exigem, também, reflexão e um olhar mais atento por parte da área da Ciência da Informação.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Carlos Alberto Araújo. Paradigma social nos estudos de usuários da informação: uma abordagem interacionista**. Informação e Sociedade**, João Pessoa, v. 22, n. 1, p. 145-159, 2012. Disponível em: www.l1nq.com/Irrx9 . Acesso: 17 set. 2022.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. O que são "Práticas Informacionais"? **Informação em Pauta**, Fortaleza, v. 2, número especial, p. 217-236, out. 2017. Disponível em: http://www.periodicos.ufc.br/informacaoempauta/article/view/20655 . Acesso em: 28 jun. 2022.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. O sujeito informacional no cruzamento da Ciência da Informação com as Ciências Sociais. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 14, 2013, Florianópolis. **Anais eletrônicos...** Florianópolis: ENANCIB, 2013. Disponível em: www.l1nq.com/I9wvF . Acesso: 23 set. 2022.

BERTI, Ilemar Christina Lansoni Wey; ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Estudos de usuários e práticas informacionais: do que estamos falando? **Inf. Inf**., Londrina, v. 22, n. 2, p. 389 – 401, maio/ago., 2017. Disponível em: https://brapci.inf.br/index.php/res/v/33832 . Acesso: 23 set. 2022.

BEZERRA, Arthur Coelho *et al*. **iKrítica**: estudos críticos em informação. Rio de Janeiro: Garamond, 2019.

BOURDIEU, Pierre. Questões de sociologia. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BRISOLA, Anna Cristina C. de A. S. **Competência crítica em informação como resistência à sociedade da desinformação sob um olhar freiriano**: diagnósticos, epistemologia e caminhos ante as distopias informacionais contemporâneas. 295 f. 2021. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro / Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: https://ridi.ibict.br/handle/123456789/1165 . Acesso em: 29 ago. 2022.

BRISOLA, Anna Cristina C. de A. S.; BEZERRA, Arthur Coelho. Desinformação e circulação de "fake news": distinções, diagnóstico e reação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 19, 2018. **Anais eletrônicos**... Londrina, PR: ANCIB/UEL, 2018. Disponível em: http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/102819 . Acesso em: 10 ago. 2022.

GOERGEN, Pedro. A instituição universidade e sua responsabilidade social. **Quaestio**: Revista de Estudos em Educação, São Leopoldo, RS, v. 4, n. 1, 2002. Disponível em: www.l1nq.com/8le6E . Acesso em: 19 jan. 2022.

MAZZETO, Ana Carla Epitácio. **Mediação e acesso à informação no contexto da pandemia da COVID-19**: o papel das bibliotecas da

Universidade Federal Fluminense no apoio ao Ensino Remoto Emergencial. 2022. 254 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, RJ, 2022. Disponível em: https://app.uff.br/riuff/handle/1/24876 . Acesso em: 16 set. 2022.

ROCHA, Janicy Aparecida Pereira; GANDRA, Tatiane Krempser. Práticas informacionais: elementos constituintes. **Inf. Inf**., Londrina, v. 23, n. 2, p. 566 – 595, maio/ago. 2018. Disponível em: https://brapci.inf.br/index.php/res/v/33643 . Acesso em: 18 set. 2022.

SAVOLAINEN, Reijo. Information behavior and information practice: reviewing the "umbrella concepts" of information-seeking studies. **Library Quarterly**, Chicago, v. 77, n. 2, p. 109–132, 2007.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPEx). **Resolução nº160/2020**, de 14 de agosto de 2020. Regulamenta o ensino remoto emergencial, em caráter excepcional e temporário, nos cursos de graduação presencial da Universidade Federal Fluminense e dá outras providências. Niterói, RJ: CEPEx, 2020. Disponível em: www.l1nq.com/4zUk0 . Acesso: 20 jun. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Superintendência de Documentação. Determinação de Serviço SDC nº12, de 21 de maio de 2020. Constitui Grupo de Trabalho para criação de conteúdo, gestão, padronização e orientação para as mídias sociais e serviços online das Unidades subordinadas à Coordenação de Bibliotecas da Superintendência de Documentação. **Boletim de Serviço da UFF**, Niterói, RJ, ano LIV, n. 89, seção IV, p.10-11, maio. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Superintendência de Documentação (SDC). Plano de Desenvolvimento da Unidade (PDU) – 2021-2023. **Boletim de Serviço da UFF**, Niterói, RJ, ano LV, n. 114, seção II, p. 65-231, março 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Superintendência de Documentação. **[Resultado da pesquisa 'Fale com a Biblioteca']**. Niterói, RJ: SDC, 2020. Instagram: @bec.sdc.uff. Disponível em: https://www.instagram.com/bec.sdc.uff/ . Data da postagem: 10 jun. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Superintendência de Documentação. **[Resultado preliminar da pesquisa 'Fale com a Biblioteca']**. Niterói, RJ: SDC, 2021.

DOCUMENTOS AUDIOVISUAIS NO AMBIENTE DIGITAL: IDENTIFICAÇÃO E RECONHECIMENTO ARQUIVÍSTICO

AUDIOVISUALS DOCUMENTS IN THE DIGITAL WORLD: IDENTIFICATION AND ARCHIVAL ACKNOWLEDGMENT

Matheus Rodrigues Garcia de Almeida
matheusrga@id.uff.br

Daniel Flores
df@id.uff.br

Resumo: Este trabalho tem como foco analisar o reconhecimento dos registros audiovisuais/filmográficos no universo digital, levando a uma ilustração de como eles também se distinguem como documentos de arquivo digital, concernentes à sua presença, comportamento, preservação (preenchimento de metadados incluso) no ambiente digital.

Palavras-Chave: Audiovisual; Ambiente digital; Metadados.

Abstract: This paper aims to analyze the acknowledgment of the audiovisuals/filmographics records in the digital environment, resulting in an ilustration of how they also distinct as digital record, concerning their presence, behavior, preservation (filling of metadata included) in the digital environment.

Keywords: Audiovisual; Digital environment; Metadata.

1. INTRODUÇÃO

Dentro do universo digital existem diversos tipos documentais de gêneros variados dos quais se possui conhecimento e estudos sobre, todavia, grande parte desse vasto mundo ainda segue desconhecido por uma parcela significativa de pesquisadores. Delmas (2010, p. 56, grifo do autor) disserta sobre a definição de arquivo, fazendo um panorama histórico advindo da França, e, ao fazer uma observação sobre os usos dos documentos de arquivo, chega à conclusão de que "tais utilizações são, como vimos, numerosas, diversas, **mutáveis e imprevisíveis**".

O enfoque deste resumo expandido é no gênero documental audiovisual, o qual possui diversas definições, que apresentam informações e interpretações incompletas com relação ao seu real significado, pois como visto no Glossário da Câmara Técnica de Documentos Audiovisuais, Iconográficos e Sonoros ele é o "gênero documental integrado por documentos que contém imagens, com finalidade de criar a impressão de movimento, associadas ou não a registros sonoros" (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2014, p. 8-9). Para Edmonson:

> Obras que contém imagens e/ou sons reprodutíveis reunidos em um suporte e que: em geral, exigem um dispositivo tecnológico para serem registrados, transmitidos, percebidos e compreendidos; o conteúdo visual e/ou sonoro tem duração linear; e o objetivo é a comunicação desse conteúdo e não a utilização da tecnologia para outros fins. (EDMONSON, 2012, p. 27).

Segundo o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, é o "Gênero documental integrado por documentos que contêm imagens, fixas ou em movimento, e registros sonoros, como filmes e fitas videomagnéticas". (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 73).

O foco principal da pesquisa a ser desenvolvida é de auxiliar no crescimento do campo de estudos voltados para a gestão e tratamento de documentos audiovisuais dentro da Arquivologia brasileira e, por

conseguinte, na Ciência da Informação do Brasil, analisando especialmente os documentos de arquivos digitais desse gênero, de modo a observar os aspectos e diretrizes que definem o registro arquivístico digital. Esse auxílio é demonstrado por reflexões acerca do comportamento dos registros audiovisuais dentro do ambiente digital, identificando como se apresentam e como podem ser reconhecidos a partir das características e aspectos que definem o documento no ambiente digital, apresentando o "estado da arte", isto é, o gênero documental audiovisual, na temática mostrada.

2. DESENVOLVIMENTO

O desenvolvimento deste trabalho se baseará em uma pesquisa aplicada, onde para Menezes e Silva (2001, p. 20), se "objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática dirigidos à solução de problemas específicos. Envolve verdades e interesses locais.".

O presente resumo se trata de uma pesquisa qualitativa, na qual de acordo com Prodanov e Freitas (2013, p. 70), esta tem o ambiente como fonte direta dos dados e o pesquisador mantém contato direto com o ambiente e o objeto de estudo em questão, necessitando de um trabalho mais intensivo de campo. Para desenvolver a pesquisa qualitativa, o método científico fenomenológico será utilizado e este, segundo Menezes e Silva (2001, p. 27), não se classifica nem como método indutivo e nem como dedutivo, mas sim tem a preocupação com a descrição direta de uma experiência da forma que ela se apresenta, isto é, a realidade se constrói socialmente, não sendo assim uma realidade única, existindo diversas interpretações e comunicações da própria.

A partir do uso de amostras de pesquisa não-probabilísticas, o tipo de amostras selecionadas serão intencionais, das quais Menezes e Silva (2001, p. 32) afirmam que são escolhidas por conter "diversos elementos constantes da população/universo, na mesma proporção".

2.1. Resultados

O documento digital, segundo o e-ARQ Brasil (2020, p. 25), é a "informação registrada, codificada em dígitos binários, acessível e

interpretável por meio de sistema por meio de sistema computacional" e a publicação também reflete sobre o registro arquivístico digital ser um documento com códigos em números binários, compreendido e acessado através de um computador, com o adendo do próprio ser produzido (recebido ou elaborado) no decurso de uma atividade, sendo um instrumento ou resultado de mesma atividade, tendo de ser retido para ação ou referência.

O documento audiovisual digital é um exemplo a ser explicitado, pois se já na sua forma analógica se apresenta de uma forma diferenciada perante outros gêneros documentais, no ambiente digital este tem ainda mais diferenças a serem analisadas, discutidas e definidas, principalmente no que diz respeito à autenticidade, fidedignidade, unicidade, entre outros aspectos importantes para a identificação de documentos arquivísticos digitais, pois com a facilidade de acesso a ferramentas de edição de vídeos dentro da *web*, torna-se necessário identificar características que façam com que o registro audiovisual digital assistido ou postado tenha uma presunção de autenticidade elevada.

Na terceira fase do projeto interPARES (submetida em 2011, porém revista em 2012), houve um estudo de caso referente à documentos audiovisuais/filmográficos, mais especificamente se tratando do Estudo de Caso BR03, o qual faz referência aos registros audiovisuais/filmográficos, com foco nos programas televisivos da Rádio e Televisão da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). O contexto tecnológico apresentado relata que desde 2010 os programas de TV são produzidos em formato AVI (*Audio Video Interleave*), sendo posteriormente armazenados no acervo (aqui denominado *storage*) da área de pós-produção. Em seguida, o Setor de Arquivo e Documentação primeiro transfere o arquivo em AVI do *show* para o *storage* próprio do acervo, criando uma cópia de acesso em disco ótico (nesse caso em DVD) e logo após converte o mesmo arquivo para o formato *flash*[88] com a finalidade de disponibilização *online*. Após, o *backup* é feito em fitas LTO conforme política de segurança do acervo. Além disso, também são criadas cópias para acesso na *Internet*, primeiramente no formato *Real Media* (RM) para depois ser copiado em *Moving Picture*

[88] Conhecidos pelos nomes de extensão .flv, .f4v, .f4p, .f4a e .f4b. Seus tipos de mídia na internet são famosos pelos nomes video/x-flv, video/mp4 e áudio/mp4.

Experts Group (MPEG). Mesmo que se trate de apenas um caso e que seja um pouco antigo – afinal, em 2010 ainda não se tinha a dimensão das plataformas de *streaming* ou até mesmo de postagens em redes sociais – é importante analisar tal procedimento, visto que pode ser usado em muitas instituições que lidam com acervos audiovisuais e os formatos de extensão de vídeo ainda existem no ambiente digital, contudo, a parte mais interessante e relevante está na identificação dos metadados dentro desse projeto realizado pelo interPARES.

Os metadados dos documentos audiovisuais digitais, nesse caso, estão divididos em dois: os metadados descritivos, isto é, inseridos manualmente na base de dados "Acervo" e registrados de acordo com essas informações: identificador, número da fita, doação/produção, data de entrada, formato da fita, título, área, sinopse, sistema de cor, idioma, duração, ano, ficha técnica, local de gravação, direção, produção, edição, realização, material editado/não editado, disponibilidade, observação, título da série do programa de TV, tema do programa, sinopse, diretor, produtor, editor e imagens. Vale ressaltar que não são todos os documentos que têm os metadados completamente preenchidos, entretanto, quanto mais informação sobre o registro, melhor fica para armazenamento e organização no acervo, bem como a recuperação dela quando necessário. Também existem os metadados técnicos, os quais são produzidos automaticamente no momento da edição de TV e consistem na identificação de cada registro audiovisual, no tamanho, no padrão, no formato, na hora e em outras propriedades do arquivo AVI, onde é relevante mencionar que os produtores não preenchem manualmente nenhum metadado presente no formato AVI.

Segundo a IASA, em sua publicação "A Salvaguarda do Patrimônio Audiovisual: Ética, Princípios e Estratégia de Preservação" é afirmado que

> [...] a prática, os metadados são em geral separados em categorias, inclusive metadados descritivos, estruturais, administrativos e de preservação. Metadados de preservação em sentido específico são obrigatórios para avaliar os parâmetros técnicos de um registro e para tirar conclusões

> adequadas para o gerenciamento de preservação. Um subconjunto de metadados de preservação, nomeadamente os metadados necessários para reproduzir fielmente as informações primárias, pode ser considerado parte indispensável de um documento audiovisual. (IASA, 2017, p. 18).

A Associação também relata que os detalhes que devem ser contemplados na descrição dos metadados correspondem ao suporte físico da mídia não baseada em arquivo onde o conteúdo fora mantido, tal como seu estado de conservação; ao equipamento de reprodução utilizado no procedimento de transferência e seus parâmetros; o material usado para capturar (incluindo o *software* de renderização[89] conhecido); informações de formato do arquivo resultante, incluso a resolução digital; os operadores envolvidos no processo; a assinatura digital que permite a autenticação do arquivo; e por fim, os detalhes de quaisquer fontes de informações secundárias.

Os documentos são identificados por meio de um identificador único (ID) que se referem a cada programa televisivo, sendo o próprio atribuído de forma automática pelo sistema que gerencia o banco de dados. As cópias de mídia acabam sendo identificadas pela indicação do tipo de mídia física, assim como sua numeração respectiva, escrita em etiquetas impressas e coladas na lombada da "capa da mídia". É necessário relatar também que os AVI recebidos não podem ser mais alterados após seus arquivamentos, com vista à garantia da autenticidade e confiabilidade dos registros, enquanto o disco ótico também não pode ser modificado, visto que o DVD-R não é regravável (uma característica que acaba por reforçar a integridade e confiabilidade desse

[89] Segundo Santos (2013, p. 15) renderização é "o processo pelo qual gera-se uma imagem a partir da descrição de um cenário virtual. A descrição do cenário consiste basicamente na geometria tridimensional dos objetos que compõem a cena, os materiais que compõem esses objetos, as propriedades das fontes de luz responsáveis pela iluminação da cena e as propriedades do sensor (câmera) responsável pela captura da imagem."

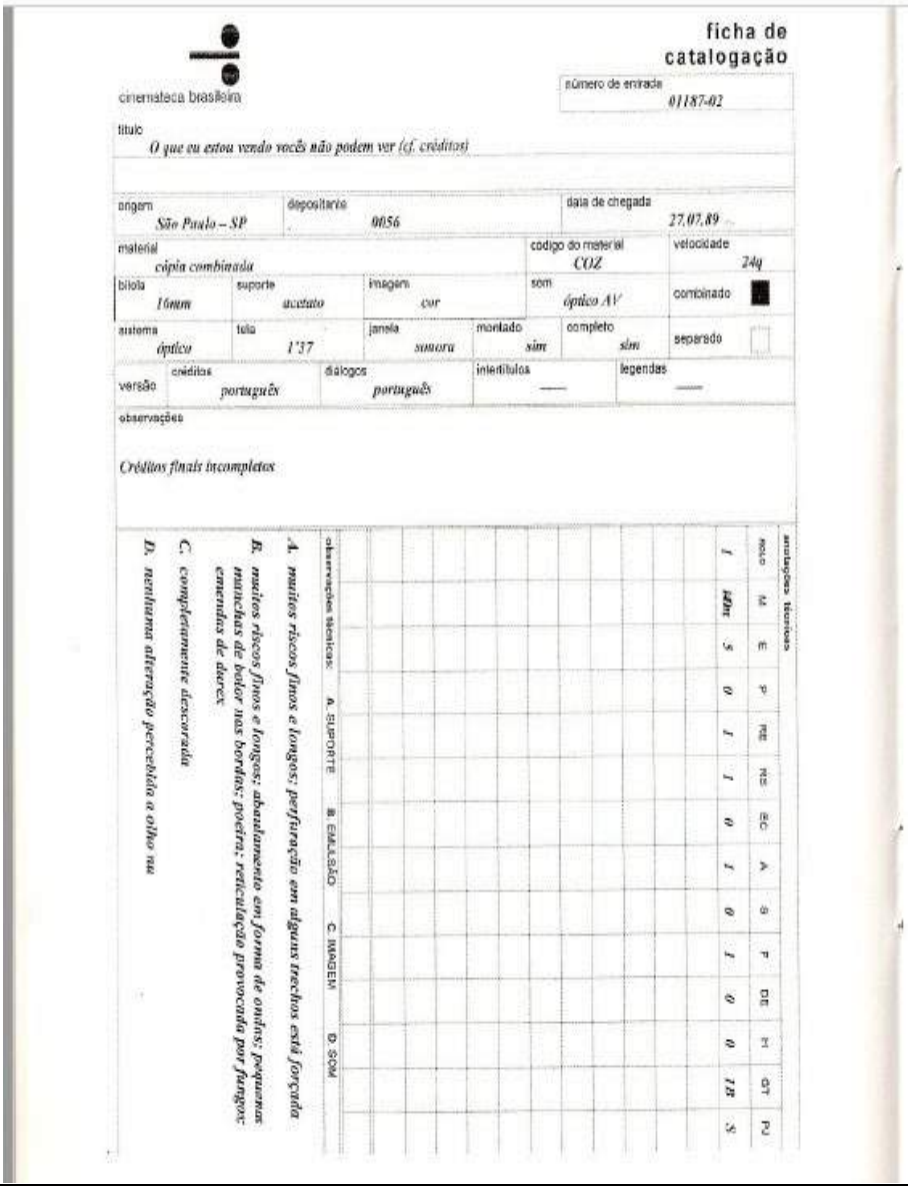
documento audiovisual) e a reprodução do mesmo só é realizada a partir de uma autorização formal.

> O programa de TV foi considerado um documento arquivístico em potencial, pois registra uma ação, possui forma fixa e conteúdo estável, e pessoas e contexto identificáveis. No entanto não é explicitada a relação orgânica com os demais documentos que fazem parte da ação. Detectou-se, inclusive, que, em alguns casos, esses documentos não são arquivados, perdendo-se a memória da atividade de produção do programa de TV. (INTERPARES, 2012, p. 7).

Ao se comparar os metadados descritos no ambiente digital com as informações a serem descritas em uma ficha de identificação de películas (conforme demonstrado na figura 1), pode se ver que existem detalhes que são parecidos, porém o foco também é posto no estado de conservação do filme, isto é, há uma preocupação com o derretimento da película, pois isso acaba afetando a cor, a imagem e o som do documento, algo que pode ser referenciado no digital (ou digitalizado) como um "registro corrompido".

Um questionamento a ser levantado reside no fato da temporalidade dos documentos de arquivo audiovisuais, sejam eles analógicos ou digitais (digitalizados ou nato-digitais), esses registros já nascem permanentes ou também perpassam pelas outras idades documentais – corrente e intermediária?

Figura 1. Ficha de catalogação de películas cinematográficas da Cinemateca Brasileira



ficha de catalogação

cinemateca brasileira

número de entrada: 01187-02

título: *O que eu estou vendo vocês não podem ver (cf. créditos)*

origem: *São Paulo – SP* | depositante: *0056* | data de chegada: *27.07.89*

material: *cópia combinada* | código do material: *COZ* | velocidade: *24q*

bitola: *16mm* | suporte: *acetato* | imagem: *cor* | som: *óptico AV* | combinado: ■

sistema: *óptico* | tela: *1'37* | janela: *sonora* | montado: *sim* | completo: *sim* | separado: □

versão | créditos: *português* | diálogos: *português* | interlúdios: — | legendas: —

observações

Créditos finais incompletos

observações técnicas:

A. SUPORTE
A. muitos riscos finos e longos; perfuração em alguns trechos está forçada

B. EMULSÃO
B. muitos riscos finos e longos; abaulamento em forma de ondas; pequenas manchas de bolor nas bordas; poeira; reticulação provocada por fungos; emendas de durex

C. IMAGEM
C. completamente descorada

D. SOM
D. nenhuma alteração perceptível a olho nu

anotações técnicas

	ROLO	M	E	P	RE	RS	EC	A	S	F	DE	H	QT	PJ
1		18m	5	0	1	1	0	1	0	1	0	0	18	S

(Fonte: Cinemateca Brasileira. Manual de Catalogação de Filmes, 2002)

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Até o presente momento, não se chegou a um consenso do conceito, contudo, considerando o verbete vemos que "audiovisual" seria um misto de audição (*audio*) e visão (*visual*), sendo sempre vital explorar pontos de vista diferentes para desenvolver um significado conciso dentro do campo arquivístico.

Portanto, pode-se concluir que os registros arquivísticos audiovisuais/filmográficos estão se tornando objeto de uma preocupação mais constante do que nos primórdios das iniciativas. Muito disso se deve principalmente ao advento das evoluções tecnológicas e suas subsequentes – e praticamente diárias – atualizações, as quais promovem uma obsolescência dos meios anteriormente conhecidos e praticados, quase que forçando os custodiadores das instituições, bem como os estudiosos das áreas responsáveis pelo desenvolvimento das estratégias de uso e preservação dos documentos desse gênero em específico. Todavia, ainda não é o suficiente, pois há uma necessidade de aprimoramento contínuo dos estudos com relação a esse objeto de pesquisa, além de uma conversa maior entre as áreas que estudam os registros audiovisuais/filmográficos, sendo de crucial importância a participação dos pesquisadores, estudantes e trabalhadores da área do Cinema – tendo em vista que se trata de onde a ideia do audiovisual começou de fato.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística**. Rio de Janeiro, 2005.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). Câmara Técnica de Documentos Audiovisuais, Iconográficos e Sonoros. **Glossário**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2014. Disponível em: http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/images/ctdais/glossario_ctdais.pdf . Acesso em: 26 jan. 2022.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). **Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de**

Documentos e-Arq Brasil. Versão 2. 2020. 223 p. Disponível em: https://www.gov.br/conarq/pt-br/assuntos/noticias/conarq-abre-consulta-publica-visando-a-atualizacao-do-e-arq-brasil/EARQ_v2_2020_final.pdf . Acesso em: 29 jan. 2021.

DA SILVA, Edna Lucia; MENEZES, Estera Muszkat. Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação. **UFSC, Florianópolis, 3a. edição**, v. 123, 2001.

DELMAS, Bruno. **Arquivos para quê? :** textos escolhidos. São Paulo, Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2010.

EDMONDSON, Ray. **Filosofia e princípios da arquivística audiovisual**. Brasília, Associação Brasileira de Preservação Audiovisual, 2017.

IASA. **A salvaguarda do patrimônio cultural**: ética, princípios e estratégias de preservação. Tradução: Ariane Gervásio, Marco Dreer. Revisão: Carlos Roberto de Souza *et al*. 4. ed. Londres: Comitê de Ética, 2017. Disponível em: https://www.abpreservacaoaudiovisual.org/site/images/documentos/IASA_TC03_Portuguese_text.pdf . Acesso em: 30 maio 2022.

INTERPARES PROJECT. **Estudo de Caso BR03 – Rádio e Televisão da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) – Registros Audiovisuais: Programas de TV – Relatório final.** Projeto InterPARES 3, TEAM Brasil, 2012.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. Disponível em: http://www.feevale.br/Comum/midias/8807f05a-14d0-4d5b-b1ad-1538f3aef538/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf . Acesso em: 30 abr. 2021.

SANTOS, Jonas Deyson Brito dos. **Renderização com amostragem adaptativa no domínio N-dimensional**. 2013. Dissertação (Mestrado

em Ciência da Computação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Computação, Universidade Federal do Ceará, 2013. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/18451 . Acesso em: 03 jun. 2022.

INICIATIVAS PARA PRESERVAÇÃO AUDIOVISUAL NO MUNDO

AUDIOVISUAL PRESERVATION INITIATIVES IN THE WORLD

Matheus Rodrigues Garcia de Almeida
matheusrga@id.uff.br

Daniel Flores
df@id.uff.br

Resumo: Este trabalho tem como foco a apresentação de um panorama histórico das estratégias voltadas para o tratamento, preservação e reconhecimento dos registros audiovisuais como um documento relevante e necessário para a gestão da informação nos acervos, bem como parte importante da memória não somente do Brasil, mas essencial para o mundo.

Palavras-Chave: Iniciativas; Audiovisual; Preservação; Arquivologia; Gestão da informação.

Abstract: This paper aims to present a historical background of the strategies targeted for the treatment of audiovisual documents, preservation and acknowledgment as a relevant and necessary document for information management in the archives, and also an important part of not only Brazil's memory, but essential for the world.

Keywords: Initiatives; Audiovisual; Preservation; Archival science; Information management.

1. INTRODUÇÃO

Na Arquivologia, tal como na Ciência da Informação, por mais que tenha ocorrido um aumento exponencial nas pesquisas relacionadas a documentos de suportes diferentes, ainda é pouco se comparar aos estudos concernentes ao suporte papel e ao documento digital. Tal escassez de produção literária acerca do assunto acaba por dificultar muito o papel do profissional da informação que possui outros gêneros documentais em seu acervo, seja o próprio de cunho corrente, intermediário ou permanente. Delmas (2010, p. 164, 165) ressalta que os documentos audiovisuais, assim como também os sonoros, oferecem edições de caráter comercial (DVDs, para os quais os profissionais arquivistas poderiam fazer o mesmo tipo de observação, pela falta de elementos diplomáticos indispensáveis para qualquer documento institucional) e que nesse domínio, o que é produzido atende pouco às necessidades da ciência e faz com que essas fontes, embora indispensáveis, sejam ainda pouco integradas na problemática dos trabalhos de pesquisa científica.

Siqueira (2016), ao discutir sobre a hoje extinta Câmara Técnica de Documentos Audiovisuais, Iconográficos, Sonoros e Musicais (CTDAISM) do Conarq, ressalta que por mais que existam discussões sobre o tema dentro do Arquivo Nacional (AN), ainda dentro do escopo de "documentação especial" à época, não conseguiram preencher espaços que atendessem totalmente as dificuldades e particularidades do documento audiovisual. Ainda ressalta que:

> [...] no campo da documentação audiovisual, iconográfica e sonora, no que diz respeito à terminologia e tratamento arquivístico, não há produção significativa capaz de estabelecer metodologia própria e padronizada". (SIQUEIRA, 2016, p. 19).

2. DESENVOLVIMENTO

O desenvolvimento deste trabalho terá como base uma pesquisa aplicada, onde para Menezes e Silva (2001, p. 20), se "objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática dirigidos à solução de problemas específicos. Envolve verdades e interesses locais.".

O presente resumo se trata de uma pesquisa qualitativa, na qual de acordo com Prodanov e Freitas (2013, p. 70), esta tem o ambiente como fonte direta dos dados e o pesquisador mantém contato direto com o ambiente e o objeto de estudo em questão, necessitando de um trabalho mais intensivo de campo.

Para o desenvolvimento dos resultados, foram consultados os *sites* das instituições mencionadas no decorrer do texto, isto é, do Arquivo Nacional, como também das Federações, Associações e Sociedades. Quanto aos Congressos e Encontros Nacionais, o período selecionado para busca perpassa desde o primeiro evento até o último realizado, enquanto os termos de pesquisa foram: "Audiovisual"; "Audiovisuais" e "Filmográfico".

2.1. Resultados

Ao analisar o histórico da evolução da pesquisa do audiovisual-filmográfico dentro da área no Brasil, começando pelo Congresso Nacional de Arquivologia (CNA), há a existência de um Encontro Nacional de Documentos Audiovisuais, Iconográficos, Sonoros e Musicais – o qual atualmente teve sua sexta edição no IX CNA, de maio de 2022 (além disso, também teve a publicação de um resumo expandido acerca do assunto). O Encontro teve a coordenação e liderança dos professores André Malverdes (UFES), Anna Carla Mariz (Unirio) e Marcelo Nogueira de Siqueira (Arquivo Nacional/Unirio). Tais professores são expoentes na pesquisa relacionada não só aos documentos audiovisuais/filmográficos, como também nos outros registros anteriormente considerados "especiais" – uma denominação considerada obsoleta visto que, ainda mais com o advento do universo digital, há a presença de reuniões e eventos em videochamadas e até em *podcasts*, sendo preciso guardar esses juntamente ao acervo (no caso a gravação, quando é

gravado), classificá-los e lhes aplicar temporalidade, o mesmo valendo para os documentos analógicos, estes devem ser classificados e avaliados para posterior guarda permanente ou eliminação, todavia, armazenados em condições especiais para sua preservação prolongada, algo que pesquisadores vem tentando mudar o pensamento com relação à denominação "especial".

O Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (Enancib) não possui muitas pesquisas relacionadas ao audiovisual-filmográfico, possuindo trabalhos esporádicos, sendo o primeiro a ser publicado (em modalidade de Comunicação) no XV Enancib, de 2014, com trabalhos subsequentes nos anos de 2015, 2016, 2019 e 2021, em Grupos de Trabalho diferenciados em modalidades de comunicação, trabalhos completos e resumos expandidos. O Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense (PPGCI-UFF) não possui trabalhos concernentes ao documento arquivístico audiovisual-filmográfico, porém existem muitos relacionados ao registro de arquivo digital. Outros pesquisadores da área no Brasil são o Luiz Antonio Santana da Silva, o qual em 2020 publicou o *E-Book* "Documentos Audiovisuais: Reflexões no contexto arquivístico brasileiro" e o servidor do AN Antonio Laurindo dos Santos Neto.

Além das publicações e encontros relacionados ao audiovisual nos eventos de Arquivologia e Ciência da Informação, existem iniciativas oficiais vindas do Arquivo Nacional, tais como a instauração da Câmara Técnica de Documentos Audiovisuais, Iconográficos, Sonoros e Musicais (CTDAISM) através da Portaria nº 90, de 27 de maio de 2010. Infelizmente extinta a partir do Decreto nº 10.148, de 2 de dezembro de 2019, tal Câmara tinha como objetivo a realização de estudos, a proposição de normas e procedimentos no que se referia à terminologia, organização, tratamento técnico, guarda, preservação, acesso e uso de documentos audiovisuais, iconográficos e sonoros, bem como também orientar as instituições na elaboração de projetos dos quais possam ter como resultado financiamentos para organização, preservação e acessos aos acervos, e para também a constituição e/ou modernização de instituições voltadas para esse fim.

Nesse tempo em que a CTDAISM estava operante, conseguiram elaborar e publicar um Glossário[90], com sua primeira versão postada em 2014 e subsequentes revisões em 2016 e em 2018, além de ter colocado em vigor a Resolução nº 41 do Conselho Nacional de Arquivos (Conarq), de 09 de dezembro de 2014, a qual dispõe sobre a inserção dos documentos audiovisuais, iconográficos, sonoros e musicais em programas de gestão de documentos arquivísticos dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos (SINAR), visando a sua preservação e acesso.

Dentre as iniciativas externas à Ciência da Informação (englobando Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia) existem a Sociedade Brasileira de Estudos em Cinema e Audiovisual (SOCINE), que desde a sua fundação, em 1996, promove seus Encontros (atualmente em sua prevista XXV edição, para esse ano), sendo o primeiro em 1997, para debater sobre preocupações acerca dos documentos, com relação a preservação, memória e o comportamento do cinema e audiovisual com a evolução do digital. Também é relevante mencionar a tradução da publicação da Associação Internacional de Arquivos Sonoros e Audiovisuais[91] "A Salvaguarda do Patrimônio Audiovisual: Ética, Princípios e Estratégia de Preservação" (4ª Edição, 2017) pela Associação Brasileira de Preservação Audiovisual (ABPA). A ABPA também aprovou, em 2016, um Plano Nacional de Preservação Audiovisual, o qual embora não tenha sido de ampla divulgação, aceitação e/ou visualização de boa parte da comunidade que trabalha com esse tipo de gênero documental, é um passo muito expressivo para a tentativa de conscientização da sociedade para com o patrimônio audiovisual.

As iniciativas internacionais têm como ponto inicial a Carta de Recomendação para a Salvaguarda e a Conservação das Imagens em Movimento, publicada pela Unesco em 1980. Traduzida para o inglês,

---

[90] CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). CÂMARA TÉCNICA DE DOCUMENTOS AUDIOVISUAIS, ICONOGRÁFICOS, SONOROS e MUSICAIS – CTDAISM. **Glossário v.3**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2018. Disponível em: https://www.gov.br/conarq/pt-br/assuntos/camaras-tecnicas-setoriais-inativas/Glossario_ctdaism_v3_2018.pdf . Acesso em: 10 jun. 2022.

[91] *International Association of Sound and Audiovisual Archives* no original, com a sigla IASA.

francês, espanhol, russo, árabe e mandarim, ela continua sendo referência até os dias de hoje. Contudo, por mais que seja a primeira grande publicação que se preocupou com o audiovisual, muito se mudou em 42 anos desde seu lançamento, especialmente no que diz respeito ao suporte de gravação das obras cinematográficas, à época os filmes eram feitos em películas de acetato de celulose (embora ainda existissem feitos por nitrato de celulose) e depois evoluindo para a película de poliéster, até que nos anos 2000 começaram a se gravar e editar digitalmente os filmes, através de câmeras digitais, com exceções criativas já mencionadas, tornando a carta incompleta e desatualizada para com as recomendações guarda e principalmente da digitalização dos documentos audiovisuais/filmográficos digitais. É importante a Unesco se posicionar através de uma nova carta de recomendação específica para digitalização de acervos audiovisuais/filmográficos e uma atualização da publicação de 1980 para incluir os registros digitais.

> Em função da alta densidade de informações, os suportes digitais são em geral mais vulneráveis à perda de informação devido a danos do que os suporte analógicos. As preocupações quanto à expectativa de vida surgem particularmente no caso das mídias de armazenamento utilizadas na maioria dos sistemas de guarda e gerenciamento de dados computacionais. Sua vida útil é em geral curta – de três a dez anos – devido a uma combinação da obsolescência do sistema com a do formato da mídia de armazenamento, bem como devido aos riscos relacionados à alta densidade de informações contidas nas mídias de armazenamento de dados. (IASA, 2017, p. 7)

Além da Recomendação da Unesco, a IASA se mostra operante na preservação do acervo audiovisual e sonoro, nos âmbitos analógicos e digitais e em estudar e divulgar resultados de pesquisas acerca dos assuntos que estuda. Desde a sua fundação em Amsterdã, em 1969, a cada

três anos seus membros elegem um Quadro Executivo, o qual fiscaliza a Instituição, além de possuir vários comitês, seções e forças-tarefas responsáveis pelos estudos com as específicas áreas de interesse: Organização do Conhecimento, Discografia, Técnica, Seção de Arquivos Nacionais, Seção de Arquivos de *Broadcast*, Seção de Pesquisa de Arquivos, Treinamento e Educação e por fim, a Força Tarefa de Sons Europeus. Existem diversas publicações criadas pela Instituição dos seus específicos grupos de pesquisa, que fortalecem a importância de se pesquisar e desenvolver análises sobre tal gênero, contudo há um longo caminho a ser percorrido, visto que não são todos que possuem acesso ou conhecimento da Instituição (os interessados no assunto e pesquisadores dessas áreas são os que acessam com mais frequência) e o Brasil não traduziu boa parte das publicações, a única conhecida é a já citada durante este trabalho, de 2017, do Comitê Técnico da IASA, o que mostra uma falta de conhecimento acerca das publicações e uma cultura preservacionista defasada principalmente com o acervo audiovisual público e privado. Além disso, nem a Carta de Recomendação da Unesco foi traduzida, e embora seja de conhecimento da comunidade, seria importante possuir uma tradução para se tornar mais acessível para o público, visando uma melhoria no pensamento de conservação brasileiro.

Outra iniciativa de suma importância está na instituição global *Fédération Internationale des Archives de Télévision*/*The International Federation of Television Archives*, mais conhecida pela sigla FIAT/IFTA, fundada em 1977 e com mais de 250 membros dos quais promovem interações e cooperações entre arquivos de televisão, rádio, multimídia e audiovisuais, além de bibliotecas especializadas nessas espécies documentais.

A instituição tem como objetivos a promoção de um fórum de trocas de conhecimentos e experiências entre seus membros, também de estudos acerca de qualquer tópico relevante para a valorização e o desenvolvimento dos registros audiovisuais-filmográficos e por fim, o estabelecimento de padrões internacionais em questões chave no que tange todos os aspectos concernentes ao gerenciamento das mídias filmográficas. Como forma extra de incentivo, a organização realiza uma conferência anual mundial em diversas localidades, bem como seminários internacionais e encontros locais e regionais, com a proposta de

descobrir sobre o futuro do domínio audiovisual-filmográfico e suas tendências e utilidades. Há a presença de um programa denominado "Salve Seu Arquivo" direcionado especialmente para as coleções ou arquivos que necessitam urgentemente de financiamento ou assistência; de uma premiação anual (*FIAT/IFTA Archive Achievement Award* – Prêmio FIAT/IFTA de Conquista de um Arquivo) para os projetos envolvendo os melhores usos de um registro de arquivo audiovisual-filmográfico, a utilização mais inovadora de um arquivo e por fim, o melhor projeto de preservação arquivística.

Uma outra instituição que promove iniciativas com relação aos registros desse gênero documental se trata da *International Federation of Film Archives*, mais conhecida pela sua sigla FIAF, a qual se dedica à preservação e ao acesso da herança cinematográfica mundial desde junho de 1938, sendo a grande responsável por englobar todas as organizações não-governamentais do mundo propostas a estudar, pesquisar e elaborar planos de ação sobre o tema, além de ser a maior rede de conexões da Terra no que diz respeito a cinematecas e arquivos fílmicos. Os filiados – quatro à época de sua fundação, sendo que atualmente existem 173 instituições espalhadas em 79 países – são comprometidos com o resgate, preservação, coleção, exibição e promoção das películas cinematográficas, valorizadas tanto como obras de arte (tendo em vista que o cinema é chamado de "sétima arte", isto é, a que tem mais facilidade e tendência para juntar todas as representações artísticas anteriores).

As missões que regem a federação, auxiliando no desenvolvimento do patrimônio audiovisual-filmográfico mundial, são: dar suporte às elaborações de códigos de ética para preservação de filmes, bem como padrões de prática em todas as áreas de trabalho nos arquivos fílmicos; promover a criação de arquivos de imagem em movimento em nações que não os possuam; buscar a melhoria dos contextos legais para que os arquivos possam continuar com seus trabalhos; promover a cultura fílmica, como também facilitar a pesquisa histórica em níveis nacionais e internacionais; supervisionar treinamentos em técnicas arquivísticas, visando a expertise no quesito preservação; assegurar a disponibilidade permanente do material advindo das coleções para estudo e pesquisa para uma ampla comunidade; encorajar a criação de coleções e sua preservação de documentos e materiais relacionados ao cinema e

por fim; desenvolver a cooperação entre membros e garantir a disponibilidade internacional de filmes e documentos.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

É importante frisar o quão baixas são as participações do Brasil nas iniciativas apresentadas, algo preocupante, visto que o país possui um vasto acervo audiovisual-filmográfico, responsável por contar a história da nação, tal como suas diversas manifestações socioculturais. As cinematecas brasileiras não possuem incentivos fiscais expressivos, acabando por ficar abandonadas e deixando na maioria dos casos películas de filme em estados deploráveis, resultando em perda total da obra, não podendo essa ser remasterizada para uma digitalização em alta qualidade, ocasionando em um apagamento de um registro de memória que é significativo para a sociedade brasileira. São necessárias elaborações de estratégias voltadas para a preservação e divulgação dos acervos, para assim criar-se uma conscientização do povo perante tal assunto, principalmente por conta do aumento da produção audiovisual - cada vez maior desde 2018 (ano da extinção), ainda mais com o advento da pandemia do COVID-19 em 2020, onde eventos e reuniões foram remotos, isto é, através de videochamadas, *podcasts*, entre outros recursos, no universo digital.

REFERÊNCIAS

DA SILVA, Edna Lucia; MENEZES, Estera Muszkat. Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação. **UFSC, Florianópolis, 3a. edição**, v. 123, 2001.

DELMAS, Bruno. **Arquivos para que:** textos escolhidos. São Paulo, Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2010.

IASA. **A salvaguarda do patrimônio cultural**: ética, princípios e estratégias de preservação. Tradução: Ariane Gervásio, Marco Dreer. Revisão: Carlos Roberto de Souza *et al*. 4. ed. Londres: Comitê de

Ética, 2017. Disponível em: https://www.iasa-web.org/sites/default/files/downloads/publications/TC03_4th_edition_Portuguese.pdf . Acesso em: 30 maio 2022.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. Disponível em: http://www.feevale.br/Comum/midias/8807f05a-14d0-4d5b-b1ad-1538f3aef538/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf . Acesso em: 30 abr. 2021.

SIQUEIRA, Marcelo Nogueira de. Reflexões sobre o fazer e o pensar arquivístico relativos aos documentos audiovisuais, iconográficos e sonoros. In: BLANCO, Pablo Sotuyo; SIQUEIRA, Marcelo Nogueira de; VIEIRA, Thiago de Oliveira (orgs.) **Ampliando a discussão em torno de documentos audiovisuais, iconográficos, sonoros e musicais**. Salvador, EDUFBA, 2016. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/20828/3/Ampliando-a-Discussao_RI.pdf . Acesso em: 26 jan. 2022.

ANÁLISE DE CITAÇÕES POR GÊNERO EM TESES E DISSERTAÇÕES: LEVANTAMENTO

CITATION ANALYSIS BY GENDER IN THESES AND DISSERTATIONS: SURVEY

Sofia Frahlich Cavalleiro
sofiafrahlich@id.uff.br

Michely Jabala Mamede Vogel
michelyvogel@id.uff.br

Resumo: A análise de citações em teses e dissertações, sobretudo em relação a gênero, auxiliar no mapeamento das influências acadêmicas por meio da comunicação científica de uma área. Esta pesquisa insere-se num contexto mais amplo de uma dissertação em andamento que verifica as citações por gênero em teses e dissertações do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense. Realizou-se um levantamento do que já publicado em relação a esse tema. O objetivo do trabalho é identificar a importância dos trabalhos coletados nesse levantamento para a dissertação em questão. Trata-se de pesquisa bibliográfica e aplicada bibliométrica, nas bases de dados BRAPCI, BDTD, *Scopus* e *Web of Science*, e resultou em nove documentos, e foi feita uma análise qualitativa de cada um deles. Percebeu-se a relevância de se realizar a análise de citações por gênero em teses e dissertações, por ser um tema pouco abordado e explorado.

Palavras-Chave: Análise de citações; Estudos de gênero; Teses; Dissertações.

Abstract: The citation analysis in theses and dissertations, especially in relation to gender, helps to map academic influences through

scientific communication in an area. This research is part of a broader context of an ongoing dissertation that verifies the citations by gender in theses and dissertations of the Postgraduate Program in Information Science at *Universidade Federal Fluminense*. A survey of what has already been published in relation to this topic was carried out. The objective of this work is to identify the importance of the works collected in this survey for the dissertation in question. This is a bibliographic and applied bibliometric research, in the BRAPCI, BDTD, Scopus and Web of Science databases, and resulted in nine documents, and a qualitative analysis was made of each of them. The relevance of carrying out the analysis of citations by gender in theses and dissertations was noticed, as it is a topic that has been little approached and explored.

Keywords: Citation analysis; Gender studies; Theses; Dissertations.

1. INTRODUÇÃO

De acordo com Glänzel (2003, p. 53, tradução nossa), "[...] as citações tornaram-se uma medida do impacto das publicações científicas amplamente utilizada", e elas "[...] evidenciam elos entre indivíduos, instituições e áreas de pesquisa, visto que mostram o relacionamento de uma publicação com outra" (RODRIGUES, 1982, p. 36).

O ato de citar "[...] não está livre de preconceitos e pressões sociais" (BAVELAS, 1978, p. 160, tradução nossa), possuindo "[...] todo um espectro de implicações psicológicas, sociológicas, políticas e históricas, assim como influências de outras naturezas" (ALVARENGA, 1998, p. [6]).

As funções das citações são as seguintes:

> Contribuem para o desenvolvimento da ciência; provêm o necessário reconhecimento de um cientista por seus colegas; estabelecem os direitos de propriedade e prioridade da contribuição científica de um autor; constituem importantes fontes de informação; ajudam a julgar os

> hábitos de coleta de informação; e mostram a literatura que é indispensável para o trabalho dos cientistas (CARVALHO, 1975, p. 119).

Dessa forma, com a análise de citações, é possível mensurar vários tipos de fontes de informação, sob os indicadores: idioma, tipo de documento, periódicos mais citados etc., "[...] a fim de medir o impacto e a visibilidade de determinados autores dentro de uma comunidade científica [...]" (VANZ; CAREGNATO, 2003, p. 251). Obtém-se, então, um mapeamento da "[...] comunicação científica de uma área do conhecimento [...], descobrindo teorias e metodologias consolidadas" (VANZ; CAREGNATO, 2003, p. 251).

É importante salientar que cada campo possui um hábito de citação diferente, devido às suas demandas específicas (MEADOWS, 1999):

> [...] os cientistas em geral precisam, ao realizar seus próprios estudos, estar cientes apenas dos trabalhos recentes. Ao contrário, as informações nas ciências sociais com frequência são menos facilmente codificadas, de modo que a literatura antiga continua sendo mencionada. As humanidades constituem um caso especial, pois a literatura antiga representa para elas muitas vezes a matéria-prima de suas investigações (MEADOWS, 1999, p. 62)[92].

Com esse mapeamento voltado para gênero, pode-se entender seu papel nas diversas áreas do conhecimento, além da importância de se discutir esse assunto nas ciências. Soma-se a isso a relevância da análise de citações no âmbito da Pós-Graduação, por analisar o comportamento de citação de uma comunidade ainda no início de suas atividades acadêmicas (NORONHA, 1998), momento crucial na vida do pesquisador.

[92] Em seu livro, quando Meadows (1999) utiliza o termo "cientistas", ele se refere aos pesquisadores das ciências exatas e naturais, as quais ele chama apenas de "ciência".

Reforça-se a importância desse estudo: “Embora a análise de citações às vezes exija muito mais tempo e esforço do que julgamentos feitos com base apenas na intuição, avaliações profissionais certamente são importantes o suficiente para justificar tal investimento” (GARFIELD, 1979, p. 373, tradução nossa).

As teses e dissertações são “[...] documentos originados das atividades dos cursos de pós-graduação” (CAMPELLO, 2000, p. 121) e podem, muitas vezes, ser vistas como literatura cinzenta, ou seja, “[...] documentos não convencionais e semipublicados [...]” (GOMES; MENDONÇA; SOUZA, 2000, p. 97).

Entretanto, elas mudaram muito como canais de informação, sob o ponto de vista da comunicação científica, indo além da definição de requisitos para conclusão do mestrado e/ou doutorado: “[...] em razão do desenvolvimento tecnológico dos sistemas de informação que as gerenciam, teses e dissertações passaram a trazer consigo relevante potencial de comunicação primária de resultados de investigação” (LEITE; ASSIS; MELO, 2015, p. 534), uma vez que “[...] veiculam as descobertas, antes mesmo da literatura científica formalmente publicada” (LEITE; ASSIS; MELO, 2015, p. 533).

São fontes de informação de qualidade, no sentido de que num geral possuem “[...] um capítulo de revisão de literatura no qual é apresentado o estado da arte sobre um determinado assunto” (CUNHA, 2016, p. 47), e confiáveis, pois foram avaliadas pelos pares.

Este trabalho insere-se num contexto mais amplo de uma dissertação em andamento que verifica as citações por gênero nas teses e dissertações no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense (PPGCI/UFF) entre 2011 e 2020. Para chegar na definição desse tema, foi realizado um levantamento para saber o que já foi publicado até então em relação a esses assuntos abordados nos parágrafos anteriores. Desse modo, o objetivo da presente pesquisa é identificar a importância dos trabalhos coletados nesse levantamento para a dissertação em questão.

2. GÊNERO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

No século XX iniciou-se uma preocupação teórica com gênero como categoria analítica. Desde então, o termo começou a ter muitos usos e conceituações, mas sua definição

> [...] repousa numa conexão integral entre duas proposições: (1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder (SCOTT, 1995, p. 86).

Os estudos de gênero são cruciais para a discussão da presença feminina e masculina nas ciências. Embora já tenha ocorrido diversas mudanças e avanços em relação a isso, ainda há muito a ser feito: as mulheres ainda têm dificuldade em ocuparem diversos estratos da sociedade, deparando-se com a desigualdade de gênero, resultado de uma estrutura patriarcal (ESPÍRITO SANTO, 2008).

Quando a ciência moderna que conhecemos começa a se institucionalizar, há novamente a exclusão da parcela feminina da sociedade, ou seja, "a mulher é admitida na atividade científica praticamente como igual até que esta atividade se institucionalize ou se profissionalize [...] Conforme o prestígio da atividade aumenta, diminui o papel da mulher" (HAYASHI *et al*, 2007, p. 172). Elas também encontram dificuldades em continuar na carreira científica, visto que possuem uma jornada excessiva, uma tentativa de equilibrar a vida acadêmica, pessoal e familiar (LINO; MAYORGA, 2016).

Em relação às mulheres nas ciências, é indispensável discutir a segregação vertical e a horizontal. Esta "[...] inclui mecanismos que fazem com que as escolhas de carreiras sejam marcadamente segmentadas por gênero" (OLINTO, 2011, p. 69), como as áreas da Saúde, Educação, e Ciências Sociais, simbolizadas por profissões marcadamente femininas: enfermeira, professora, assistente social, bibliotecária etc. (FERREIRA, 2003). Nota-se que "[...] as meninas tendem a se avaliar como mais aptas para o exercício de determinadas atividades e a estabelecer

para si mesmas estratégias de vida mais compatíveis com o que consideram [...] como mais adequados para elas" (OLINTO, 2011, p. 69).

Já a segregação vertical está relacionada à dificuldade da mulher progredir na carreira, também chamada de teto de vidro, por ser mais sutil e invisível (OLINTO, 2011).

A Ciência da Informação possui certo nível de masculinização, mesmo tendo considerável presença feminina, porque "[...] facilmente nos vem à memória uma grande quantidade de nomes masculinos que a protagonizaram, em relação aos poucos nomes femininos [...]" (CORRÊA; OLIVEIRA, 2018, p. 18). Nota-se, portanto, a necessidade de se discutir o tema na área, "[...] para dar visibilidade aos saberes e fazeres das mulheres enquanto produtoras e usuárias da informação" (ALVES *et al*, 2018, p. 224), como mencionado abaixo:

> [...] faz-se necessário direcionar novos olhares à construção da CI sob o viés dos estudos de gênero, a fim de ressignificar o protagonismo feminino e sua evidente contribuição histórica para a área, uma vez que são grandes as potencialidades dessa categoria nas análises sobre os atributos e os papeis/expectativas associados, historicamente, a homens e mulheres, sobretudo no que diz respeito aos lugares e espaços considerados 'masculinos' e 'femininos' (CORRÊA; OLIVEIRA, 2018, p. 18).

A contribuição da Ciência da Informação pode ser "[...] no processo de produção, organização, acesso e disseminação de conteúdos informacionais que promovam a subversão das desigualdades vivenciadas pelas mulheres em distintas esferas sociais" (ALVES *et al*, 2018, p. 219), tornando possível "[...] a reelaboração, reconhecimento e desestabilização das categorias de gênero que sustentam a hierarquia dos gêneros (ALVES *et al*, 2018, p. 219).

A aplicação de "[...] técnicas bibliométricas [...] pode significar um melhor entendimento acerca de como a questão do gênero está sendo abordada pela CI, além de conferir maior visibilidade" (BUFREM; NASCIMENTO, 2012, p. 203).

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa pertence ao âmbito das Ciências Sociais Aplicadas, na subárea da Ciência da Informação, e é caracterizada como bibliográfica e aplicada, com abordagem qualitativa e quantitativa, de modo a atingir seus propósitos.

A pesquisa bibliográfica foi utilizada como embasamento teórico para o trabalho, e também para a busca dos documentos que abarquem análise de citações em relação à gênero em teses e dissertações.

De forma a estabelecer uma relação prática com as teorias apresentadas no início deste trabalho, utilizou-se a pesquisa aplicada, por meio da bibliometria, "[...] o estudo dos aspectos quantitativos da produção, disseminação e uso da informação registrada", segundo Tague-Sutcliffe (1992, p. 1, tradução nossa). Possui três indicadores: de produção científica, de citação e de ligação. Foi escolhido o primeiro, relacionado com a "[...] contagem do número de publicações por tipo de documento (livros, artigos, publicações científicas, relatórios etc.), por instituição, área de conhecimento, país, etc." (KOBASHI; SANTOS, 2008, p. 110).

O levantamento foi realizado em quatro bases: duas nacionais, a Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI) e a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD); e duas internacionais, a Scopus e a Web of Science. Os resultados das buscas foram esquematizados em planilha do Excel, para sua melhor organização. Os nove trabalhos foram lidos e foram analisados qualitativamente em relação ao seu conteúdo. É importante destacar que as duas teses recuperadas não foram lidas integralmente, mas sim o resumo e as seções referentes a gênero.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Na BRAPCI, a estratégia de busca utilizada foi a seguinte: Análise de citaç* *AND*[93] Gênero *AND* Teses *AND* Dissertações, mas não encontrou nenhum documento. Em um segundo momento, foi feita a tentativa com as buscas Análise de citaç* *AND* Teses *AND* Dissertações

[93] *AND* é um operador booleano que significa E. É utilizado quando se deseja encontrar, em um documento, todos os termos da pesquisa (PESQUISA..., 2018).

(um resultado) e Análise de citaç* *AND* Gênero (quatro resultados), porém, como esperado, não abarcavam todas as temáticas necessárias para a presente pesquisa.

Para a BDTD, optou-se pela estratégia de busca Análise de citação *AND* Teses *AND* Dissertações *AND* Gênero, e obteve 39 trabalhos, incluindo duas duplicatas. Foi preciso verificar manualmente quais teses e dissertações realmente se encaixavam nos temas, e restaram duas teses, mostradas no quadro abaixo (Quadro 1):

Quadro 1. Teses recuperadas na BDTD

Autor(a)	Título	Instituição	Ano
Sousa, Raquel Juliana Prado Leite de	Análise bibliométrica de teses sobre letramento disponíveis na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (1997-2016).	PPGE / UFSCar	2019
Silva, Rosemary Cristina da	Produção científica em Sociologia da Educação: estudo bibliométrico do Banco de Teses da Capes.	PPGE / UFSCar	2013

(Fonte: Dados de pesquisa, 2022)

A tese de Sousa (2019) aborda gênero como uma das variáveis a serem analisadas, dentre outras como palavras-chave, áreas do conhecimento, etc. A subseção 4.7, intitulada "A questão do gênero na autoria e na orientação das teses", discorre sobre as principais discussões em relação a mulheres nas ciências, como a forte presença feminina as áreas de Humanidades, Ciências Sociais, Saúde e Linguística, e a ocupação masculina em cargos de prestígio.

Já na tese de Silva (2013) essas questões são discutidas de forma ainda mais breve, nas subseções 4.1.9 e 4.1.10, intituladas "Indicadores de gênero dos autores das teses e dissertações" e "Indicadores de gênero dos orientadores das teses e dissertações", respectivamente.

A estratégia de busca utilizada na *Scopus* foi "*Citation analysis*" *AND* "*Theses*" *AND* "*Dissertations*" *AND* "*Gender*", e teve 69 resultados. Com a verificação manual destes, sobraram cinco trabalhos, apresentados no Quadro 2:

Quadro 2. Documentos recuperados na *Scopus*

Autor(es)	Título	Revista	Ano
Raza, Shahzada Nadeem; Warraich, Nosheen Fatima	*Citation Analysis of Information Management Graduates' Mphil and PhD Theses in University of the Punjab, Lahore-Pakistan.*	*Pakistan Journal of Information Management and Libraries*	2021
Segarra-Saavedra, Jesús; Villena-Alarcón, Eduardo	*Análisis bibliométrico, de redes sociales y citas en Google Académico de las tesis doctorales defendidas en España sobre adicciones (1976-2018)*	*Health and Addictions / Salud y Drogas*	2020
Bilson, Albert Paa Kojo Ebi; Alemna, Anankyela Anaba; Badu, Edwin Ellis	*A Bibliometric Analysis of Theses at the School of Nuclear and Allied Sciences, University Of Ghana, Legon.*	*Library Philosophy and Practice*	2019
Hallinger, Philip	*A review of three decades of doctoral studies using the principal instructional management rating scale: A lens on methodological progress in educational leadership.*	*Educational Administration Quarterly*	2011
Buttlar, Lois	*Information sources in library and information science doctoral research.*	*Library and Information Science Research*	1999

(Fonte: Dados de pesquisa, 2022)

O artigo de Raza e Warraich (2021) aplicou a análise de citações em teses e dissertações da Universidade de Punjab, no Paquistão, em relação a gênero, classe, distribuição anual de citações, número médio de citações e padrões de autoria nas citações. A análise de gênero é feita brevemente, apenas mostrando a divisão por homens e mulheres nos resultados. A pesquisa de Segarra-Saavedra e Villena-Alarcón (2020) tem como foco analisar como o tema de vício é tratado nas teses da Espanha, e a análise sobre gênero acaba ficando também restrita a apresentar, nos dados, a divisão por homens e mulheres. No trabalho de Hallinger (2011) também não há aprofundamento nas questões de gênero.

A pesquisa de Bilson, Alemna e Badu (2019) analisa as teses da Escola de Ciências Nucleares e afins da Universidade de Gana, e gênero é mais uma das categorias consideradas, mas há uma subseção 6.2.3, intitulada "Empoderamento feminino e igualdade de gênero" (*Women empowerment and gender equality*, no original), na qual é dada maior atenção a essa discussão. Entretanto, é importante destacar que, mesmo que tenha sido mais que os três artigos mencionados no parágrafo anterior, ainda assim o tema foi abordado de maneira muito breve. O mesmo acontece com o artigo de Buttlar (1999).

Na *Web of Science* optou-se pela estratégia de busca: *Citation analysis AND Theses AND Dissertations AND Gender*, e foram recuperados três trabalhos, mas, após a verificação manual, sobraram dois (Quadro 3).

Quadro 3. Documentos recuperados na *Web of Science*

Autor(es)	Título	Revista	Ano
Olivas-Avila, Jose Alonso; Musi-Lechuga, Bertha; Guillen-Riquelme, Alejandro; Castro, Angel	*Diferencias en la producción investigadora en tesis y artículos de los profesores funcionarios de Psicología en España en función del sexo.*	*Anales de Psicología/Annals of Psychology*	2012
McLevey, John; McIlroy-Young, Reid	*Introducing metaknowledge: Software for computational research in information science, network analysis, and science of science.*	*Journal of Informetrics*	2017

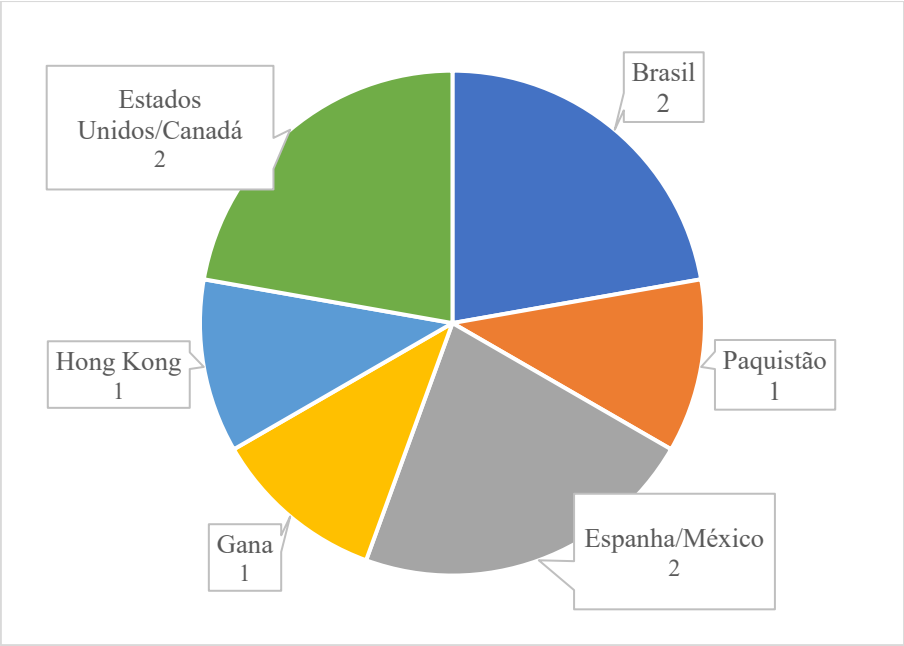
(Fonte: Dados de pesquisa, 2022)

O artigo de Olivas-Avila, Musi-Lechunga, Guillen-Riquelme e Castro (2012) faz a análise não apenas de citações, mas também da produção dos professores de Psicologia na Espanha, e os artigos também são incluídos. A análise é focada nos indicadores de gênero e são feitas reflexões sobre o tema.

Já o trabalho de McLevey e McIlroy-Young (2017) utiliza outras fontes além de teses e dissertações e não realiza apenas a análise de citações. Em relação a gênero, na subseção 5.3, sob o título de "Estimativa de gênero de (co-)autor e pesquisador" (*Estimating (co-)author and researcher gender*, no original), foram discutidas as limitações de se definir o gênero dos autores nos estudos métricos em *softwares.*

A divisão por países das Instituições onde os autores se encontram ficou: dois para os Estados Unidos e Canadá; dois para o Brasil, dois para Espanha/México; um para Hong Kong; um para Gana; e um para Paquistão. Destaca-se que os únicos dois trabalhos brasileiros foram teses defendidas no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos (PPGE/UFSCar), em São Paulo.

Gráfico 1. Divisão por países

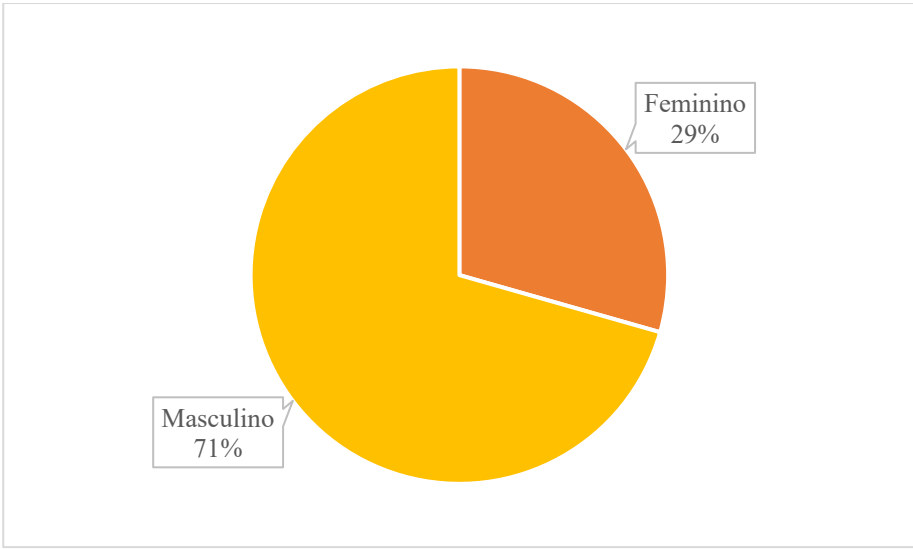


(Fonte: Dados de pesquisa, 2022)

Quanto ao gênero dos autores[94], 12 são homens e cinco são mulheres, mas não é possível inferir que há maior interesse dos homens pelo tema, pois a maioria dos trabalhos não possui o foco em gênero.

[94] Foi feita uma pesquisa com os nomes no Google para tentar descobrir os gêneros dos autores. Infelizmente, por ser uma informação muitas vezes de difícil acesso na internet, não se sabe se existe algum autor que não se identifique com o gênero atribuído neste trabalho.

Gráfico 2. Gênero dos autores



(Fonte: Dados de pesquisa, 2022)

Em relação ao período das publicações, oito são de 2011 para frente, e apenas um é de 1999. Isso pode ser um indicativo de maior interesse na temática nos dias de hoje. Não foi definida uma delimitação temporal no levantamento porque a pesquisa já gerou poucos resultados, portanto não se considerou necessário.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com essa pesquisa, nota-se a escassez de estudos de citação em teses e dissertações em relação a gênero, em âmbito nacional e internacional, dado que uma pesquisa em quatro bases recuperou apenas nove documentos.

Embora os resultados tenham sido limitados, atingiu-se o objetivo proposto, pois, com a leitura dos nove trabalhos, recuperados no levantamento realizado nas principais bases nacionais e internacionais, percebeu-se a relevância de se realizar a análise de citações por gênero em teses e dissertações, pois mostrou ser um tema pouco abordado, apenas brevemente mencionado e refletido.

Por fim, é muito "[...] importante entender o quanto autores homens e mulheres estão contribuindo para o desenvolvimento da base teórica e de conhecimento de um campo" (BUTTLAR, 1999, p. 228), principalmente nos estágios iniciais da vida acadêmica de um pesquisador. O trabalho de investigar se as mulheres têm visibilidade por meio da análise de citações na dissertação a ser defendida em 2023 será muito importante para compreender a comunidade da Ciência da Informação e pensar numa nova identidade.

REFERÊNCIAS

ALVARENGA, L. Bibliometria e arqueologia do saber de Michel Foucault: traços de identidade teórico-metodológica. **Ciência da Informação,** Brasília, DF, v. 27, n. 3, p. [1-9], 1998. Disponível em: https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/778 . Acesso em: 03 jul. 2022.

ALVES, D. et al. Estudo de caso da disciplina gênero em ciência da informação na universidade federal da paraíba. **Convergência em Ciência da Informação**, v. 1, n. 2, p. 218-225, 2018. Disponível em: http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/106703 . Acesso em: 27 set. 2019.

BAVELAS, J. B. The social psychology of citations. **Canadian Psychological Review,** [Washington, DC], v. 19, n. 2, p. 158-163. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/232501997_The_Social_Psychology_of_Citations . Acesso em: 03 jul. 2022.

BILSON, A. P. K. E.; ALEMNA, A. A.; BADU, E. E. A bibliometric analysis of theses at the School of Nuclear and Allied Sciences, University of Ghana, Legon. **Library Philosophy and Practice,** Lincoln, p. 1-45, apr. 2019. Disponível em: https://digitalcommons.unl.edu/libphilprac/2567/ . Acesso em: 27 jun. 2022.

BUFREM, L. S.; NASCIMENTO, B. S. do. A questão do gênero na literatura em ciência da informação. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 18, n. 3, p. 11-214, set./dez. 2012. Disponível em: http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=465645976013 . Acesso em 8 set. 2019.

BUTTLAR, L. Information Sources in Library and Information Science Doctoral Research. **Library & Information Science Research**, [*s. l.*], v. 21, n. 2, p. 227-245, 1999. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0740818899000055 . Acesso em: 05 jun. 2022.

CAMPELLO, B. S. Teses e dissertações. *In*: CAMPELLO, B. S.; CENDÓN, B. V.; KREMER, J. M. **Fontes de informação para pesquisadores e profissionais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000. p. 121-128

CARVALHO, M. M. de. Análises bibliométricas da literatura de química no Brasil. **Ciência da Informação,** Rio de Janeiro, RJ, v. 4, n. 2, 1975. Disponível em: https://brapci.inf.br/index.php/res/v/20192 . Acesso em: 03 jul. 2022.

CORRÊA, E. C. D.; OLIVEIRA, A. C. D. C. de. Pelas mãos femininas de Lydia Sambaquy e Celia Zaher: as origens da CI brasileira. *In*: SILVA, F. C. G. da; ROMEIRO, N. L. (Org.). **O protagonismo da**

mulher na biblioteconomia e ciência da informação. Florianópolis: ACB, 2018. p. 17-44.

CUNHA, Murilo Bastos da. **Para saber mais**: fontes de informação em ciência e tecnologia. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2016.

ESPÍRITO SANTO, P. Os estudos de gênero na ciência da informação. **Em questão,** Porto Alegre, v. 14, n. 2, p. 317-332, jul./dez. 2008. Disponível em: http://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/6389 . Acesso em: 17 set. 2018.

FERREIRA, M. M. O profissional da informação no mundo do trabalho e as relações de gênero. **Transinformação**, Campinas, v. 15, n. 2, p. 189-201, ago. 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-37862003000200007&lng=em&nrm=iso . Acesso em: 26 set. 2019.

GLÄNZEL, W. **Bibliometrics as a research field**: a course on theory and application of bibliometric indicators. [*S. l.: s. n.*], 2003. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/242406991_Bibliometrics_as_a_research_field_A_course_on_theory_and_application_of_bibliometric_indicators . Acesso em: 10 maio 2022.

GOMES, S. L. R.; MENDONÇA, M. A. R.; SOUZA, C. M. de. *In*: CAMPELLO, B. S.; CENDÓN, B. V.; KREMER, J. M. **Fontes de informação para pesquisadores e profissionais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000. p. 97-104

HALLINGER, P. A review of three decades of doctoral studies using the principal instructional management rating scale: a lens on methodological progress in educational leadership. **Educational Administration Quarterly, [**East Lansing], v. 47, n. 2, p. 271-306, 2011. Disponível em: https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0013161X10383412 . Acesso em: 27 jun. 2022.

HAYASHI, M. C. P. I. et al. Indicadores da participação feminina em Ciência e Tecnologia. **Transinformação**, Campinas, v. 19, n. 2, p. 169-187, Aug. 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-37862007000200007&lng=en&nrm=iso . Acesso em: 18 set. 2018.

KOBASHI, N. Y.; SANTOS, R. N. M. dos. Arqueologia do trabalho imaterial: uma aplicação bibliométrica à análise de dissertações e teses. **Encontros Bibli**: Revista eletrônica de Biblioteconomia e Ciência Da informação, Florianópolis, n. esp. 1. sem., p. 106-105, 2008. Disponível em: http://dx.doi.org/10.5007/1518-2924.2008v13nesp1p106 . Acesso em: 04 jun. 2022.

LEITE, F. C. de L.; ASSIS, T. B.; MELO, B. A. de. Gestão de teses e dissertações eletrônicas no Brasil: sobre bibliotecas digitais de teses e dissertações e repositórios institucionais. **Informação & Informação**, Londrina, v. 20, n. 3, p. 529-543, set./dez. 2015. Disponível em: https://brapci.inf.br/index.php/res/v/33453 . Acesso em: 07 jun. 2022.

LINO, T. R.; MAYORGA, C. As mulheres como sujeitos da Ciência: uma análise da participação das mulheres na Ciência Moderna. **Saúde & Transformação Social**, Florianópolis, v. 7, n. 3, p. 96-107, 2016. Disponível em: http://incubadora.periodicos.ufsc.br/index.php/saudee-transformacao/article/view/4239 . Acesso em: 14 set. 2018.

MCLEVEY, J.; MCILROY-YOUNG, R. Introducing metaknowledge: Software for computational research in information science, network analysis, and science of science. **Journal of Informetrics,** Amsterdam, v. 11, n. 1, p. 176-197, feb. 2017. Disponível em: 10.1016/j.joi.2016.12.005 . Acesso em: 27 jun. 2022.

MEADOWS, A. J. **A comunicação científica**. Brasília, DF: Briquet de Lemos Livros, 1999.

NORONHA, D. P. Análise das citações das dissertações de mestrado e teses de doutorado em saúde pública (1990-1994): estudo

exploratório. **Ciência da Informação,** Brasília, DF, v. 27, n. 1, p. 66-75, jan./abr. 1998. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ci/a/bW6yHfChhzRbsPF4gqxNkSk/abstract/?lang=pt . Acesso em: 03 jul. 2022.

OLINTO, G. A inclusão das mulheres nas carreiras de ciência e tecnologia no Brasil. **Inc. Soc.**, Brasília, v. 5, n. 1, p. 68-77, jul./dez. 2011. Disponível em: http://revista.ibict.br/inclusao/article/view/1667/1873 . Acesso em: 9 abr. 2019.

OLIVAS-AVILA, J. A.; MUSI-LECHUGA, B.; GUILLEN-RIQUELME, A.; CASTRO, A. Diferencias en la producción investigadora en tesis y artículos de los profesores funcionarios de Psicología en España en función del sexo. **Anales de Psicologia,** Murcia, v. 28, n. 2, p. 597-603, maio 2012. Disponível em: https://revistas.um.es/analesps/article/view/analesps.28.2.132691 . Acesso em: 27 jun. 2022.

PESQUISA com operadores booleanos. [*S. l.*]: EBSCO Connect, 2018. Disponível em: https://connect.ebsco.com/s/article/Pesquisa-com-Operadores-Booleanos?language=en_US . Acesso em: 25 jul. 2022.

RAZA, S. N.; WARRAICH, N. F. Citation Analysis of Information Management Graduates' MPhil and PhD Theses in University of the Punjab, Lahore-Pakistan. **Pakistan Journal of Information Management and Libraries**, v. 23, p. 98-117, 2021. Disponível em: http://journals.pu.edu.pk/journals/index.php/pjiml/article/view/2247/pdf . Acesso em: 27 jun. 2022.

RODRIGUES, M. da P. L. Citações nas dissertações de mestrado em ciência da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 11, n. 1, 1982. Disponível em: https://brapci.inf.br/index.php/res/v/17722 . Acesso em: 03 jun. 2022.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade,** [*S. l.*], v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71721/40667 . Acesso em: 08 out. 2021.

SEGARRA-SAAVEDRA, J.; VILLENA-ALARCÓN, E. Análisis bibliométrico, de redes sociales y citas en Google Académico de las tesis doctorales defendidas en España sobre adicciones (1976-2018). **Health and Addictions/Salud y Drogas,** [Elche], v. 20, n. 2, p. 170-181. Disponível em: https://ojs.haaj.org/?journal=haaj&page=article&op=view&path%5B%5D=551 . Acesso em: 27 jun. 2022.

SILVA, R. C. da. **Produção científica em Sociologia da Educação:** estudo bibliométrico do Banco de Teses da Capes. 2013. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2013. Disponível em: https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/2327/5705.pdf?sequence=1&isAllowed=y . Acesso em: 27 jun. 2022.

SOUSA, B. A.; PERUCCHI, V. Gênero na produção científica dos grupos de trabalho do ENANCIB: análise nos anais do XIII ENANCIB. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 14., 2013, Florianópolis. **Anais [**...]. Florianópolis: UFSC, 2013. Disponível em: http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/185022 . Acesso em: 18 mar. 2022.

TAGUE-SUTCLIFFE, Jean. An introduction to informetrics. **Information Processing and Management**, vol. 28, no. 1, p. 1-3, jan./feb. 1992. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/030645739290087G . Acesso em: 04 jun. 2022.

VANZ, S. A. de S.; CAREGNATO, S. E. Estudos de citação: uma ferramenta para entender a comunicação científica. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 9, n. 2, p. 295-307, jul./dez. 2003. Disponível em: http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/11712 . Acesso em: 03 jun. 2022.

SEÇÃO IV .
Novas agendas de pesquisa em Ciência da Informação

REFLEXÕES SOBRE A ÉTICA PROFISSIONAL E A RESPONSABILIDADE SOCIAL DO ARQUIVISTA COM A JUSTIÇA SOCIAL

REFLECTIONS ON PROFESSIONAL ETHICS AND THE ARCHIVIST'S RESPONSIBILITY TOWARDS SOCIAL JUSTICE

Bianca Therezinha Carvalho Panisset
biancapanisset@yahoo.com.br

Lucia Maria Velloso de Oliveira
luciemarie@gmail.com

Resumo: O presente trabalho apresentará as reflexões sobre o fazer ético do arquivista em relação ao papel social dos arquivos frente à justiça social. A presente discussão integra reflexão realizada em processo doutoral de temática análoga e seu desenvolvimento metodológico foi realizado por meio de revisão de literatura assentada em autores que discutem a relação entre arquivos e justiça social. As ações éticas do arquivista imbuído de consciência sobre seu acionamento para a justiça precisam direcionar-se à sua função social com acesso igualitário à informação, às ações de *accountability*, às reparações de desigualdades, à transparência pública e à representação da diversidade social nos documentos arquivísticos. Entender que a justiça social é uma responsabilidade social dos arquivos coloca a nossa profissão em um lugar político. Portanto, compreendemos que a não valorização dos arquivos e o precário acesso informacional no nosso país são instrumentos de injustiça e de desigualdade social, sendo uma responsabilidade social dos arquivistas atuar para minimizar esta precariedade.

Palavras-Chave: Ética profissional; Arquivista; Justiça social.

Abstract: The present work will present the reflections on the ethical doing of the archivist in relation to the social role of the archives in the face of social justice. The present discussion integrates reflection carried out in a doctoral process with a similar theme and its methodological development was carried out through a literature review based on authors who discuss the relationship between archives and social justice. The ethical actions of the archivist, with awareness of their action for justice, need to be directed to their social function with equal access to information, with actions of accountability, reparations for inequalities, public transparency, and the representation of social diversity in archival documents. Understanding that social justice is a social responsibility of archives puts our profession in a political place. Therefore, we understand that the lack of appreciation of archives and the precarious access to information in our country are instruments of injustice and social inequality, and it is a social responsibility of archivists to act to minimize this precariousness.

Keywords: Professional ethics; Archivist; Social justice.

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho aborda o acionamento da justiça social sob a perspectiva da ética do arquivista. Nossa intenção é a de discutir o tema da justiça social e sua vinculação com a atividade profissional do arquivista.

O entendimento da ética profissional aplica aplicada ao arquivista com o qual trabalhamos é o seguinte:

> A ética profissional pressupõe ações, escolhas e condutas no âmbito da profissão. Entretanto, cada ser humano é um ser único e sua conduta na profissão está também ligada aos valores que este escolhe ter em outras esferas de sua vida e ao seu caráter. Assim sendo, o norte do por que agir eticamente na profissão é o cumprimento de sua função social. Equilibrar política institucional,

> sociedade, doadores de acervo, restrições de acesso, privacidade, direito autoral, intervenções nos documentos e necessidades dos usuários não é uma tarefa fácil e tampouco ausente de dilemas; requer reflexão e ação consciente. Percebemos que, na Arquivologia, o que há de significativo e merece uma discussão ética é a interação com o outro, a possibilidade de o arquivista mediar aspectos de justiça social, *accountability* e memória social (PANISSET; ASSIS, 2017, p.16).

A perspectiva reconhece o arquivista como sujeito e sua subjetividade ao lidar com sujeitos distintos, com interesses muitas vezes divergentes, o que pode colocar o profissional em situações fora de uma situação de conforto.

Ao longo deste trabalho, pretendemos apresentar quais aspectos e dilemas estão envolvidos no trabalho do arquivista. Como pressuposto, temos que os documentos arquivísticos são a representação direta das atividades de organismos e indivíduos e, portanto, carregam em si a capacidade de compreendermos diversos retratos da sociedade, sobre os quais pesam reflexões acerca das "vozes" predominantes e os "apagados", assuntos que trazem à pauta arquivística questões sobre a justiça social.

A presente discussão integra reflexão realizada em processo doutoral de temática análoga e seu desenvolvimento metodológico contou com uma revisão de literatura assentada em autores que discutem a relação entre arquivos e justiça social.

2. A JUSTIÇA SOCIAL E O FAZER ÉTICO DO ARQUIVISTA

De acordo com o *Dicionário de Política*, de Bobbio, Matteucci e Pasquino, justiça é um conceito normativo e está "estreitamente ligado não apenas ao conceito de bem, mas ainda ao de direito, no sentido de direito legal e moral" (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 2015, p.661). De acordo com o filósofo Aristóteles: "Deve-se observar, a

respeito da justiça e da injustiça, com que tipo de ações elas se relacionam e em que sentido a justiça é um meio-termo, e, entre os extremos, o ato justo é um meio-termo" (ARISTÓTELES, 2015, p.123). Aristóteles condiciona o entendimento de justiça à análise de uma ação e seus efeitos, de forma que, ao observar estes dois aspectos, seria possível classificá-la como justa ou injusta, sendo a justa a mais moderada em relação às suas consequências.

Segundo este filósofo, justiça é a virtude perfeita, porque seu uso é feito com alteridade. Ele dá significado virtuoso à justiça na relação com o outro e reconhece que ser justo e virtuoso não é tarefa fácil.

> Por isso também a justiça parece ser às vezes a mais forte dentre as virtudes, e nem a "estrela da noite", nem a estrela da manhã são assim admiráveis. Digamos, tal como citado no provérbio: "Na justiça se encontra, em suma, toda a virtude" e ela é a virtude mais perfeita, porque é o uso da virtude completa. Ela é completa porque aquele que a possui é capaz também de fazer uso da virtude ao outro, e não somente a si próprio; de fato, muitos são capazes de fazer uso da virtude em assuntos particulares, naqueles que, em relação ao outro, são incapazes (ARISTÓTELES, 2015, p.125).

Na esteira do entendimento da justiça como uma virtude aplicável à vida em sociedade, obtemos em Sandell (2011), em sua obra "Justiça, fazemos o que devemos?", o reconhecimento de que uma sociedade justa necessita da solidariedade e da responsabilidade mútua entre os indivíduos, e, portanto, para obtermos uma sociedade justa é preciso:

> [...] refletir juntos sobre o significado da vida boa, e criar uma cultura pública receptiva às discordâncias que irão inevitavelmente surgir. [...] A justiça não tem apenas que ver com a forma certa de distribuir as coisas. Tem

> igualmente que ver com a forma certa de valorizar as coisas (SANDELL, 2011, p.271).

Desse modo, é possível inferir que o caminho para uma sociedade justa e boa está em construção tanto de significados e quanto de práticas coletivas, que visem o bem comum, a igualdade e a distribuição equitativa de recursos entre os indivíduos. Este significado se aproxima do que atualmente entendemos como justiça social. Chega a ser um paradoxo atingir esse estágio, no qual o coletivo supera os interesses individuais dos sujeitos sociais em uma sociedade capitalista em que o individualismo é estimulado.

Em relação ao conceito de justiça social, trazemos o entendimento de Tognoli e Rocha (2021), que nos informam que esse conceito se desloca do campo econômico e da ética cristã, voltando-se mais a questões sociais:

> É possível afirmar que, a partir do século XX, o conceito de justiça social é ampliado, descolando-se da ética cristã e da esfera econômica – para avaliar a distribuição de renda e riqueza – aproximando-se das discussões sobre igualdade de gênero e minorias (TOGNOLI; ROCHA, 2021, p.19).

Desse modo, justiça social é um conceito moral que diz respeito à realização do bem comum, invocando a responsabilidade social, a dignidade e a igualdade, e cujos elementos incluem a alteridade e o dever. Nesse sentido, a justiça social tem lugar na relação entre os sujeitos, na esfera do dever, da necessidade racional de reconhecimento do outro como sujeito de direito. Acreditamos que o paradoxo persiste e não pode ser ignorado. Entretanto, por outro lado, a sociedade contemporânea reconhece a diversidade e o que está à margem. A sociedade civil organizada vem defendendo o direito à saúde, à educação, à justiça, à biodiversidade, entre tantas questões relevantes.

Nos arquivos, encontramos os registros das entidades que compõem a sociedade civil organizada, e essa documentação espelha as ações de seus representantes. Compreendemos que o arquivista se insere nesse contexto, seja para promover o apagamento dos arquivos ou a sua promoção junto à sociedade, por exemplo. Para explicar essa afirmação, traremos as contribuições de Cris Hurley, arquivista australiano que trata das temáticas: pressão política e documentos de arquivo.

Em seu artigo (HURLEY, 2017), o autor expõe aos leitores um caso de pressão política que vivenciou quando ocupou o cargo de Chefe do Arquivo Público do estado de Vitoria, na Austrália: o caso Nordlinger. Hurley nos relata as pressões políticas que sofreu, inclusive as consequências delas (perda do cargo e "isolamento" em outra função que só foi ocupada por ele e por nenhum outro após sua saída), depois de identificar uma eliminação de documentos inadequada relacionados a registros de uma reunião entre Nordlinger (funcionário que foi demitido) e o presidente do Conselho do Serviço Público de Victoria.

Ocorre que Hurley, ao verificar a inadequação da eliminação de documentos, tomou uma série de atitudes que foram consideradas inoportunas, pois naquele momento estavam ocorrendo eleições e os desdobramentos deste fato poderiam "atrapalhar" o processo eleitoral. Por mais correto que estivesse em questionar os procedimentos e expor a ilegalidade daquela eliminação documental, ele acabou por ser retirado do cargo que ocupava e foi deslocado para cumprir outra função. Ou seja, as pressões políticas exercidas sobre ele acabaram por "prejudicá-lo" e se sobrepuseram ao papel central legítimo que o arquivista tinha nesta discussão.

A partir de sua experiência, Hurley (2017) nos apresenta duas alternativas para quando o arquivista for confrontado com alegações ou evidências de que eliminações ilegais estão ocorrendo, conforme abaixo:

> Uma, expressa em relação à utilidade da nova norma internacional de *records management* que está colocando departamentos governamentais na linha, é referida como "thwacking". Essa abordagem enfatiza a regulamentação, o monitoramento, a conformidade e a aplicação de penalidades. A outra abordagem, que eu chamaria de insinuação

> ou entrega de serviço, sugere que os arquivistas devem trabalhar por meio da cooperação, sendo prestativos, forjando alianças, conduzindo campanhas de persuasão e educação. Essa abordagem prefere capturar moscas com mel. Estas estratégias de implementação são alternativas para alcançar o mesmo objetivo, mas não objetivos alternativos. Elas podem ser utilizadas e colocadas lado a lado de forma conveniente. Devem ser tratadas como objetos de escolha quanto à estratégia e ao propósito. Qual delas utilizar e quando dependerá da função que o arquivista está exercendo. Às vezes, é necessário aconselhar e às vezes é necessário "bater" (HURLEY, 2017, p.79, tradução nossa).

As sugestões de Hurley para ultrapassar pressões políticas abrangem a apropriação de normas internacionais e mecanismos de persuasão e convencimento das autoridades. Ao concluir o artigo, ele reconhece que, às vezes, o convencimento resolve, mas também admite que o enfrentamento pode ser inevitável.

O apagamento a que nos referimos – seguido do caso de Hurley, que trata das consequências que ele sofreu enquanto uma autoridade arquivística que identificou a eliminação ilegal de documento público –, refere-se às ações e decisões genuínas ao fazer do arquivista e os dilemas e consequências que este profissional está sujeito a sofrer. O caso citado demonstra como o arquivista pode atuar para dar visibilidade a uma ação – se não fosse por suas atitudes ninguém além dos envolvidos tomaria conhecimento. Uma das principais funções sociais do arquivista é permitir o acesso às representações de atos de interesse coletivo essenciais para a transparência pública.

A nossa atenção agora se desloca para o que se opõe ao acesso de forma tácita e muitas vezes impossível de rastrear: o apagamento decorrente de ações ou inércia do arquivista. Cabe salientar que o apagamento que o arquivista pode ou não promover não se revela apenas quando da eliminação ilegal de documento arquivístico, mas também

quando: os documentos não são incorporados aos sistemas de arquivos; quando não recebem a classificação arquivística e não são incluídos em instrumentos de pesquisa; quando arquivos recolhidos não são organizados; quando são produzidos instrumentos de pesquisa genéricos, quando o arquivista não socializa o conhecimento que obteve ao trabalhar um acervo ou mesmo quando não estrutura o processo de acesso levando em consideração os usuários. Ou seja, esse apagamento pode ocorrer por ação ou omissão do arquivista. E, partindo do pressuposto de que os documentos arquivísticos são fonte inesgotável para comprovação de direitos, de reparação de vítimas, entre outras funções promotoras de justiça, negligenciar a importância desse papel no exercício profissional do arquivista seria o mesmo que promover a injustiça.

Por isso, a conduta do arquivista envolve não só o emprego das suas atividades profissionais, mas sobretudo a reflexão sobre esse valor tão caro em diferentes contextos – entre eles o brasileiro –, a justiça social, o que pode ser exemplificado com relação às vítimas de violação de direitos humanos do período do regime militar (1964-1985). Até os dias de hoje, estes cidadãos têm restrições para acessar os documentos sobre esse fato sombrio da história do Brasil, cuja revelação/abertura pode promover reparação e, por conseguinte, ratificar o ideário de justiça ora em discussão.

No escopo das atividades arquivísticas, Jimerson (2009) reconhece os desafios do chamamento da justiça social ao arquivista, assumindo que as ações e responsabilidades profissionais precisam considerar o contexto político onde esse profissional está inserido, especialmente o contexto institucional.

> O chamado ético à justiça social convida aos arquivistas a considerar o contexto político em que realizam suas funções diárias. Alguns arquivistas não poderão ou não querem aceitar este desafio. Sua exigência é tanto a aceitação da responsabilidade pessoal por suas ações profissionais, quanto a disposição de assumir papéis que não são recompensados e que podem

> ser contrários aos desejos de seus empregadores (JIMERSON, 2009, p. 295, tradução nossa).

Gonzáles de Gómez (2009), ao abordar os desafios éticos da Ciência da Informação, considera o uso da informação como um recurso, informando que o mau comportamento e o errado seriam consequências de uma falta de informação.

> Na primeira abordagem, no contexto do uso da informação como recurso, predominaria um ponto de vista cognitivo. Considerando o uso da informação ou da informação como recurso, e aceitando que a ação moral tem um componente epistêmico, a disponibilidade, acessibilidade, exatidão e confiabilidade da informação permitiriam ao ator definir o melhor e mais correto decurso de ação. Em sua expressão cognitivista extrema, o comportamento errado, o mal, seria consequência de um déficit de informação. As atribuições da informação como recurso seriam as mais valorizadas no contexto das querelas jurídicas, nos processos de tomada de decisão, da "digital divide" e nas expectativas sociopolíticas de formas de participação bem-informada (GONZÁLES DE GÓMEZ, 2009).

Nesse sentido, percebemos que o arquivista, sujeito inserido em seu contexto político e social, possui papel protagonista para a valorização dos arquivos, na atuação em ambientes organizacionais com vistas à organização e preservação dos acervos que possibilitem o acionamento ou o resgate da memória, o atendimento aos direitos dos cidadãos e a possibilidade do exercício da cidadania, sob a égide do acesso à informação. Logo, entendemos que uma sociedade sem informação organizada e acessível não pode ser uma sociedade justa.

Destarte, cabe mencionar que, em ambientes organizacionais onde há desinteresse pela transparência informacional, o imperativo ético do arquivista para o acesso documental fica ainda mais evidente e convergente com seus princípios ético-profissionais. A mediação do acesso deve ser operacionalizada em qualquer ambiente político-institucional, mesmo que as decisões ou as orientações profissionais do arquivista não agradem aos seus dirigentes ou superiores diretos.

Para Jimerson (2009, p.296), o chamado da justiça social ao arquivista inclui o posicionamento desse profissional contra sistemas de poder e privilégio, a institucionalização da documentação das minorias nos arquivos e a aceitação do testemunho oral como evidência para acervos de povos cuja escrita não é prática cultural, para que os arquivos de fato representem a diversidade e as múltiplas vozes da sociedade. Nesse sentido, o autor ainda faz menção às atividades de seleção e avaliação dos documentos como pontes para a resposta ética à justiça social.

A justiça social é, para este autor, um imperativo ético relacionado à responsabilidade com a justiça, atendendo a usuários que foram vítimas de opressão e indivíduos cujas vozes são suprimidas por estruturas dominantes de poder. Para ele, as atitudes morais vão além do que está previsto em regulamentos legais, por isso, são imperativas.

> Este imperativo ético, se aceito, desafia os arquivistas a se envolverem em políticas públicas e em debates políticos em torno de sua profissão. Suas ações sofrem interferência de pressões e suposições sociais. O modo como os arquivistas respondem tem – sempre teve – repercussões no contexto social e para as gerações futuras (JIMERSON, 2010, p.353, tradução nossa).

Tognoli e Rocha (2021) reconhecem este imperativo e acrescentam:

> [...] a justiça social nos arquivos extrapola as discussões econômicas do conceito, incorporando novas epistemologias e uma preocupação com a igualdade racial e de gênero e com

> comunidades marginalizadas, sendo compreendida como um instrumento para o reconhecimento de desigualdades sistêmicas e estruturais (TOGNOLI; ROCHA, 2021, p.11).

Os autores acima nos informam o quanto a discussão sobre a justiça social no âmbito arquivístico considera os sujeitos envolvidos na produção e no acesso aos documentos arquivísticos a partir das preocupações com aqueles tradicionalmente marginalizados na sociedade, por questões de denominação de gênero, raciais, econômicas, entre outras.

A tarefa do arquivista atento à justiça social envolve promover a representação do acervo arquivístico nos instrumentos técnicos que produz (instrumentos de pesquisa, quadros de arranjo, planos de classificação, entre outros) refletindo, revisitando e aplicando adequadamente os termos escolhidos. Pois é por meio das palavras explicitamente e minuciosamente selecionadas que a representação do acervo se fará à sociedade. Um exemplo desta escolha adequada faz-se optando-se pelo termo *escravizados* em substituição ao termo *escravos,* tendo em vista que o primeiro representa mais adequadamente o que ocorreu na história do nosso país.

Portanto, a partir da revisão de literatura desenvolvida, foi possível perceber que o chamado ético à justiça social aos arquivistas é realizado por meio da execução (por estes) de condutas profissionais nas quais se persegue o bem, avaliando-se os efeitos das ações que realiza, considerando a alteridade, a solidariedade, a responsabilidade, e que abranja as discussões de gênero, de minorias, de transparência (frentes às gestões institucionais que buscam a opacidade e às estruturas dominantes de poder). A compreensão deste aspecto no trabalho com os acervos arquivísticos durante todas as funções arquivísticas (produção, classificação, descrição, difusão, preservação e aquisição) representa a aceitação do arquivista para sua responsabilidade social.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ações éticas do arquivista imbuído de consciência sobre seu acionamento para a justiça precisam direcionar-se à sua função social com acesso igualitário à informação, às ações de *accountability*, às reparações de desigualdades, à transparência pública e à representação da diversidade social nos documentos arquivísticos (institucionalizados em organizações públicas).

A vigilância do arquivista quanto ao acionamento da justiça social nos acervos arquivísticos precisa ocorrer desde o ingresso do documento arquivístico no sistema de arquivos de uma instituição. A este ingresso, referimo-nos à produção, recebimento ou arquivamento documental sob o escopo de um programa de Gestão de Documentos, ou, no caso de arquivos de pessoas, na sua institucionalização por meio da aquisição de acervos.

A representação dos acervos também é outro momento crucial; é um trabalho totalmente autoral do arquivista e onde pode ocorrer a maior parte das fragilidades e injustiças, pois é nela que poderão ocorrer os "apagamentos", os descuidos em qualificar os sujeitos e violações de privacidade.

Entender que a justiça social é uma responsabilidade social dos arquivos coloca a nossa profissão em um lugar político. Portanto, compreendemos que a não valorização dos arquivos e o precário acesso informacional no nosso país são instrumentos de injustiça e de desigualdade social, sendo uma responsabilidade social dos arquivistas atuar para minimizar esta precariedade.

REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco.** São Paulo: Martin Claret, 2015.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Brasília: Editora UNB, 1995.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. Desafios contemporâneos da ciência da informação: as questões éticas da informação. **Anais do X Enancib**, João Pessoa, 2009. Disponível em: http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/xenancib/paper/view/3133/2259 . Acesso em: 4 jul. 2018.

HURLEY, Chris. Political pressure and the archival record revisited: the role of the archives in protecting the record from political pressure. **SAA SAMPLER SERIES SOCIAL JUSTICE**. Chicago: Society of American Archivists, 2017. Disponível em: https://www2.archivists.org/publications/sampler-series . Acesso em: 18 jan. 2021.

JIMERSON, Randall C. **Archives power**: memory, accountability, and social justice. Chicago: Society of American Archivists, 2009.

SANDEL, Michael J. **Justiça: o que é fazer a coisa certa**. Lisboa: Editorial Presença, 2011.

TOGNOLI, Natália Bolfarini; ROCHA, Gustavo Maçulo de Queiroz. A Justiça Social na Arquivologia: uma revisão de literatura. **ÁGORA: Arquivologia em debate**, v. 31, n. 63, p. 1-23, 2021.

CIÊNCIA CIDADÃ E ARQUIVOS COMUNITÁRIOS NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

CITIZEN SCIENCE AND COMMUNITY ARCHIVES IN INFORMATION SCIENCE

Vinicius Ribeiro Soares dos Santos
viniciusrsds@id.uff.br

Raquel Torrão Valentim
raquel_valentim@id.uff.br

Natália Bolfarini Tognoli
nataliatognoli@id.uff.br

Michely Jabala Mamede Vogel
michelyvogel@id.uff.br

Resumo: Por configurar-se como ciência social aplicada, surge a preocupação da Ciência da Informação em aproximar seus estudos à realidade social. Devido ao seu caráter interdisciplinar, suas pesquisas buscam atender as demandas e preocupações da Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia e, portanto, este trabalho analisa como os temas Ciência Cidadã e Arquivos Comunitários vêm sendo abordados nas pesquisas da área nos últimos 10 anos, com foco em sua comunidade discursiva, uma vez que os temas despertam interesse da Biblioteconomia e Arquivologia, respectivamente. Assim, busca-se contextualizar os temas e mapear sua produção acadêmica internacional no âmbito da Ciência da Informação. Para tanto, realizamos um estudo teórico e exploratório, de natureza quali-quantitativa, utilizando a bibliometria, em busca de artigos publicados em revistas acadêmicas em inglês, português e espanhol, entre 2012 e 2021. Os resultados demonstram que o

tema vem sendo trabalhado por uma comunidade ainda pequena e de forma pulverizada na literatura da área. Conclui-se que as duas temáticas estão em desenvolvimento na CI.

Palavras-Chave: Ciência da informação; Ciência cidadã; Arquivos comunitários; Bibliometria.

Abstract: As an applied social science, Information Science is concerned with bringing its studies closer to social reality. Due to its interdisciplinary character, its research seeks to attend to the demands and concerns of Archival Science, Librarianship, and Museology. This work analyzes how the themes of Citizen Science and Community Archives have been approached in the area's research over the last ten years, focusing on their discursive communities since the subjects arouse interest in Librarianship and Archival Science respectively. Thus, we seek to contextualize the themes and map their international academic production in the field of Information Science. To this end, we carried out a theoretical and exploratory study of a qualitative-quantitative nature, using bibliometrics, in search of articles published in academic journals in English, Portuguese and Spanish between 2012 and 2021. The results demonstrate that the subjects have been studied by a community that is still small and in a pulverized way in the literature of the area. It concludes that both areas are developing themselves in Information Science.

Keywords: Information science; Citizen science; Community archives; Bibliometrics.

1. INTRODUÇÃO

Dado o caráter interdisciplinar da Ciência da Informação (CI), suas pesquisas buscam atender as demandas e preocupações da Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia, por compartilharem a informação registrada e institucionalizada, ou seja, o documento, como objeto de estudo (SMIT, 1993; 2000;

2017), não obstante as diferenças notáveis entre a natureza deste objeto. Por configurar-se como ciência social aplicada, cujo objetivo primário é a recuperação da informação e seu acesso pelos usuários, reforça-se seu caráter social, conduzindo-a a estudos que aproximam a realidade das disciplinas com a sociedade, como as pesquisas sobre Ciência Cidadã e as sobre Arquivos Comunitários.

Em especial no que tange à Arquivologia e à Biblioteconomia, nota-se uma preocupação recorrente em ampliar seus estudos para o escopo social, pois como Santos (1989) coloca, a pesquisa deve ter caráter e função social, indo além das práticas profissionais. Tem-se, portanto, estudos que buscam aproximar a realidade das disciplinas com a sociedade, como a relação entre a Biblioteconomia e a Ciência Cidadã e a ascensão dos estudos sobre Arquivos Comunitários no âmbito arquivístico.

Tais pesquisas e estudos no escopo da CI afloram novas perspectivas e relações entre as áreas que podem ocorrer em diferentes níveis de interações, desde multidisciplinares, com equipes profissionais de diferentes áreas sem relacionar disciplinas (JAPIASSU, 1976), até transdisciplinares, quando duas ou mais disciplinas transcendem conhecimentos e produzem um novo corpo disciplinar (MARQUES; TOGNOLI, 2016; POMBO, 2008; 2005; POMBO; GUIMARÃES; LEVY, 1994), despertando a necessidade de investigar como pesquisas dessa natureza têm sido conduzidas na área e levando-nos a indagar como a CI tem abordado as temáticas da Ciência Cidadã e dos Arquivos Comunitários. Assim, objetiva-se identificar as comunidades discursivas que têm abordado as temáticas da Ciência Cidadã e dos Arquivos Comunitários em suas pesquisas no âmbito da CI nos últimos 10 anos, buscando contextualizar a Ciência Cidadã e os Arquivos Comunitários e mapear a produção acadêmica internacional sobre os temas no âmbito da CI.

Para tanto, realizou-se uma revisão de literatura não exaustiva a partir de um levantamento bibliográfico via *Ebsco*, visto que esta congrega as bases de dados internacionais em Ciência da Informação, como a LISTA. A busca deu-se através dos termos "*Citizen Science*" e "*Community Archives*" por artigos publicados em revistas acadêmicas em inglês, português e espanhol, entre 2012 e 2021, recorte temporal este conforme o objetivo geral de investigar os assuntos nos últimos 10

anos. Por fim, os dados foram categorizados e procedemos a uma análise bibliométrica a fim de identificar os autores mais produtivos sobre os temas nesse recorte espacial e temporal.

Trata-se, portanto, de uma pesquisa teórica e exploratória, uma vez que há ainda poucos trabalhos sobre o tema no contexto brasileiro. Quanto à natureza dos dados, trata-se de pesquisa quali-quantitativa, uma vez que se vale de uma revisão bibliográfica e dos estudos métricos para a análise dos dados. No caso destes últimos, foram trabalhados especificamente os indicadores de produção científica, referentes aos autores que mais publicaram num determinado período ou tema assim como indicadores de citação, focando-se nos autores mais citados (OLIVEIRA, 2018; KOBASHI; SANTOS, 2008). Foi utilizado o MS Excel para manipulação de dados e seu tratamento.

Por fim, os resultados demonstram uma comunidade de autores pulverizada, ainda em desenvolvimento e que encontra na América do Norte e na Europa um lócus privilegiado de atuação.

2. CIÊNCIA CIDADÃ

O movimento da Ciência Cidadã caracteriza-se enquanto uma das expressões que compõem a Ciência Aberta[95], ladeado por outras iniciativas, tais como Acesso Aberto, Educação e Recursos Educacionais Abertos, Dados Abertos e Cadernos de Pesquisa Abertos (ALBAGLI, CLINIO, RAYCHTOCK, 2014). Esta vertente preza pelo desenvolvimento de "[...] experiências de colaboração entre cientistas profissionais e cidadãos interessados (que em alguns casos são reconhecidos como pesquisadores amadores) [...]" (PARRA, 2015, p. 124). O

[95] "O movimento pela ciência aberta deve ser pensado no contexto dos movimentos sociais que emergem em meio a mudanças nas condições de produção e circulação da informação, do conhecimento e da cultura, e que vêm desestabilizando arcabouços epistemológicos e institucionais vigentes. [...] Ciência aberta é aqui entendida como processo, algo em construção, que mobiliza interesses e pontos de vista distintos (e, em alguns aspectos, antagônicos); e que também permite múltiplas (e por vezes conflituosas) interpretações." (ALBAGLI, 2015, p. 9).

movimento pode ser conhecido ainda por outros nomes, tais como ciência amadora, *hacking* e *making*, ciência *open-source* e ciência distribuída, conforme aponta Abdo (2014).

Dentre as cinco escolas de pensamento existentes no movimento da Ciência Aberta (escolas pública, de infraestrutura, pragmática, democrática e de medição), a Ciência Cidadã encontra-se associada à expressão pública, voltada para a acessibilidade do conhecimento, abertura dos processos e apoiada na *Web* 2.0, responsável ainda por incentivar os cientistas a tornarem suas pesquisas compreensíveis por parte do público, estimulando a sua participação na construção do conhecimento (FECHER; FRIESIKE, 2014).

A Ciência Cidadã tem seus primórdios identificados no século XVIII, porém, se popularizando e difundindo no fim do século XX e nas duas primeiras décadas do século XXI, dado o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) (PIÑA ROMERO, 2017; ALBAGLI; ROCHA, 2020). Nos anos 2000 e 2010, a Ciência Cidadã

> [...] investe-se de novos significados e características relativamente ao papel que os chamados "amadores" desempenharam em períodos que precederam a institucionalização e a profissionalização da atividade científica, sobretudo a partir da segunda metade do século XX. (ALBAGLI; ROCHA, 2020, p. 491).

Albagli e Rocha (2020) pontuam que o termo Ciência Cidadã teve a contribuição de Ricky Bonney e de Alan Irwin na sua concepção - onde Irwin apresentava um olhar voltado para o diálogo entre ciência e sociedade e Bonney contemplava a participação voluntária dos amadores para o desenvolvimento da ciência. No desenvolvimento deste capítulo optamos por adotar a abordagem de Irwin para a Ciência Cidadã.

Na década de 1990, Alan Irwin estabeleceu uma definição para o movimento, ressaltando que a Ciência Cidadã

> [...] sugere uma ciência que satisfaz as necessidades e as preocupações dos cidadãos [...].

> Ciência Cidadã indica uma forma de ciência desenvolvida e posta em prática pelos próprios cidadãos [...]" (IRWIN, 1995, p. 13).

A noção de Irwin é nova em pelo menos duas maneiras. Por um lado, e no que diz respeito ao ideal esclarecido do cidadão cientista, a ciência cidadã não se refere mais à ideia de um cidadão fazendo contribuições científicas de um lado e contribuições políticas de outro, mas o cidadão fazendo contribuições no campo científico. Por outro lado, a noção levanta dois caminhos possíveis da ciência cidadã: o clássico caminho de 'mão única' que nos diz que a ciência deve satisfazer as necessidades e preocupações de cidadãos, mas também uma rota de 'retorno' que levanta a possibilidade de uma ciência desenvolvida pelos próprios cidadãos através de seus conhecimentos contextuais." (PIÑA ROMERO, 2017, p. 55, tradução nossa).

Várias são as formas de atuação que podem ser desempenhadas pelos cientistas amadores no âmbito da Ciência Cidadã, dentro de duas vertentes - pragmática e democrática (ALBAGLI; ROCHA, 2020). A vertente pragmática não advoga pela abertura dos dados, influência dos cientistas amadores no desenvolvimento e resultados das pesquisas, mas lida com iniciativas que empreguem esforços de pesquisa através de disponibilização de ferramental e *crowdourcing science* (ALBAGLI, 2015). Já a vertente democrática inclui "[...] iniciativas orientadas para maior participação, intervenção e empoderamento de cidadãos não só nas formas de produção e uso, mas nos próprios rumos da pesquisa." (ALBAGLI, 2015, p. 15).

Algumas das possibilidades de atuação se constituem através do fornecimento de recursos computacionais para ampliação da capacidade de processamento de pesquisas (computação compartilhada), análise de dados (inteligência distribuída), coleta de dados (sensoriamento voluntário), interação com os cidadãos por meio de plataformas *web* (diálogo com a sociedade) e criação de espaços para colaboração conjunta no desenvolvimento de projetos de pesquisa e resolução de problemas (pesquisa direta). (ALBAGLI; CLINIO; RAYCHTOCK, 2014). Outras se dão através do destaque de grupos invisibilizados; como

instrumento para reagir a ações que impactam comunidades e forma de contribuição para o desenvolvimento de políticas públicas (ALBAGLI; ROCHA, 2020).

O movimento amplia a questão do protagonismo dos cientistas amadores ao garantir que participem na

> [...] formulação de questões, hipóteses e análises que contribuam para novas abordagens e culturas participativas nos modos de fazer ciência, bem como para influenciar e subsidiar a tomada de decisão e a formulação de políticas públicas que sejam cientificamente e socialmente embasadas, sobretudo em questões controvertidas ou conflituosas. (ALBAGLI; ROCHA, 2020, p. 490).

Alguns outros aspectos em que a Ciência Cidadã pode contribuir são estar inserida em um âmbito mais geral da Ciência Aberta, atuando na interface entre ciência, tecnologia e sociedade; disponibilizar novas ferramentas voltadas para informar e comunicar, servindo-se de dispositivos móveis, tais como smartphones na coleta e produção de dados; contribuição ao enfrentamento da atual crise planetária em prol de um desenvolvimento sustentável, através de novas formas de se fazer ciência e; combate aos movimentos negacionistas, ressaltando a importância da ciência e destacando sua importância para combater os desafios enfrentados pela sociedade (ALBAGLI; ROCHA, 2020).

Uma série de desafios têm sido postos para o aumento da adoção da Ciência Cidadã enquanto prática científica, conforme destacam Albagli e Rocha (2020):

> [...] a curadoria e a validação científica dos dados providos por não-especialistas, objetivando torná-los "confiáveis" e, logo, aceitáveis para utilização em projetos de pesquisa e outros usos que requerem a certificação de resultados; o consentimento informado desses colaboradores

> em eventuais e possíveis usos dos dados produzidos e registrados; o reconhecimento explícito de contribuições aportadas pelos cientistas cidadãos, incluindo formas de coautoria em publicações delas derivadas; a utilização de mecanismos de propriedade intelectual, licenças de uso e eventual partilha de benefícios derivados dos resultados alcançados da colaboração; o estabelecimento de protocolos e regimes de governança dos dados produzidos, incluindo políticas de gestão, compartilhamento e abertura de dados, levando em conta e tornando operáveis esse conjunto de questões [e]; as infraestruturas estabelecidas para atender a esses objetivos, colocando em disputa suas formas de apropriação e controle (aberta ou fechada; social, pública ou privada). (ALBAGLI; ROCHA, 2020, p. 496-497).

Entretanto, faz-se necessário destacar algumas questões acerca da participação de cientistas amadores no desenvolvimento das atividades de Ciência Cidadã, conforme destaca Piña Romero (2017). A autora, no artigo *Ciencia ciudadana como emprendimiento de la ciencia abierta: el riesgo del espectáculo de la producción y el acceso al dato. Hacia otra ciência ciudadana* apresenta algumas reflexões sobre a maneira como se dá o uso da força de trabalho dos cidadãos comuns na realização dos projetos (PIÑA ROMERO, 2017).

O texto argumenta que a Ciência Cidadã deve ser observada de forma crítica, pois, na ausência desse olhar, há o risco do movimento se desenvolver de maneira unilateral, com o grande público ocupando o espaço de espectador (PIÑA ROMERO, 2017). Destaca-se ainda que é preciso que cidadão e cientista estejam em pé de igualdade, para evitar o desenvolvimento de um espetáculo de acesso aos dados de pesquisa, sem participação efetiva da população (PIÑA ROMERO, 2017).

Apesar do Brasil não contar com políticas orientadas à promoção da Ciência Cidadã (ALBAGLI; ROCHA, 2020), existem diversas

iniciativas desenvolvidas a fim de popularizar o movimento. Dentre elas, destaca-se a criação e organização da Rede Brasileira de Ciência Cidadã (RBCC). A RBCC possui participantes de diversas áreas do conhecimento vinculados a universidades ou projetos que contemplam a temática, somando cientistas e interessados em ciência.

A RBCC possui como missão promover, apoiar e incentivar novas iniciativas de Ciência Cidadã, contribuindo para a ampliação da prática, promoção do debate, estabelecimento de diretrizes, visando democratizar o acesso, comunicando a Ciência Cidadã e buscando desenvolver conhecimento útil para a sociedade (MISSÃO, [20–?]). Atualmente a rede se organiza através de seis grupos de trabalho, contemplando as frentes de articulação e sustentabilidade (GT1), engajamento de participantes (GT2), capacitação e produção de materiais educativos (GT3), comunicação estratégica e eventos (GT4), pesquisa e monitoramento (GT5) e tecnologia e uso de dados (GT6) (GRUPOS DE TRABALHO, [20–?]).

Até o presente momento foram realizados dois *workshops*[96] pela RBCC, em 2021 e 2022, visando promover o diálogo sobre os temas de interesse voltados à prática de Ciência Cidadã no país, contando com uma série de atividades voltadas para membros e comunidade. (REDE BRASILEIRA DE CIÊNCIA CIDADÃ, 2022).

Para além da RBCC destacam-se projetos de pesquisa e extensão, tanto com viés acadêmico como orientados ao desenvolvimento de políticas públicas, liderados por Organizações Não Governamentais (ONGs), associações de voluntários, universidades ou pesquisadores associados a essas instituições (ALBAGLI; ROCHA, 2020).

Pinheiro (2018) destaca que a Ciência da Informação vem desenvolvendo interfaces de contato com os mais variados campos e movimentos desde a sua gênese. Para a autora, a partir da década de 1990, a disciplina se aproximou de questões voltadas à *Web*, detendo seu olhar, em seguida, sobre as manifestações do Acesso Aberto (anos 2000) e Ciências Aberta e Cidadã (anos 2010), por conta da

[96] Os vídeos com as gravações dos *workshops* encontram-se acessíveis no canal da RBCC no YouTube. Disponível em: https://www.youtube.com/channel/UCx22sYAZ76pCBg7k8yuKUVA/featured . Acesso em: 9 set. 2022.

aproximação entre sociedade e ciência, visando maior inclusão e compartilhamento de conhecimentos (PINHEIRO, 2018).

3. ARQUIVOS COMUNITÁRIOS

Na última década, a Arquivologia assistiu a emergência das discussões acerca do papel dos arquivos na promoção de uma sociedade mais justa e igualitária, notadamente com os chamados Estudos arquivísticos críticos (CASWELL; PUNZALAN; SANGWAND, 2017).

Um exemplo dos esforços para uma distribuição equitativa e justa dos fazeres e pertencimento dos arquivos pode ser observado a partir da criação dos chamados arquivos comunitários que figuram como um espaço de representação de uma determinada comunidade cujo papel é contar a história de grupos que, de alguma forma, não se sentem representados nas instituições arquivísticas tradicionais.

Segundo Flinn (2015) os arquivos comunitários surgiram na década de 1970 como resultado dos movimentos sociais de 1968 que desafiaram o contexto político e social vigente. Baseando-se nos grupos identitários, o termo passou a ser usado não apenas para caracterizar um arquivo de uma comunidade ou um equipamento de herança cultural independente, mas as coleções dos movimentos sociais, cujo principal objetivo é permitir que a comunidade tenha direito a construir e manter sua própria memória.

Para Caswell (2014), são cinco os princípios que caracterizam esses arquivos: participação (*participation*), gestão compartilhada (*shared stewardship*), multiplicidade (*multiplicity*), ativismo (*activism*) e reflexividade (*reflexivity*).

O primeiro, a participação, é a chave para a configuração de um arquivo comunitário. A comunidade tem a responsabilidade de definir que materiais reunir, como organizá-los e quem pode acessá-los. Há, portanto, total autonomia dos membros da comunidade na escolha daquilo que será preservado como parte de suas memórias.

A gestão compartilhada contrapõe a custódia arquivística (WURL, 2005 *apud* CASWELL, 2014) propondo uma relação de

parceria com as instituições tradicionais que custodiam acervos de comunidades. Nesse caso, a comunidade manteria um certo tipo de autonomia sobre seus arquivos, dividindo a responsabilidade com a instituição de custódia. Essa parceria, segundo a autora, possibilita que o acervo possa ser preservado em um local adequado, uma vez que estaria em uma instituição de custódia arquivística, com infraestrutura, permitindo que a comunidade mantivesse o controle sobre a organização e descrição dos documentos.

A multiplicidade está ligada à variedade de documentos que compõe os arquivos comunitários. Ao invés de preservarem apenas os documentos escritos tradicionais, diferentes materiais, formatos e suportes são considerados. Para Caswell (2014) essa multiplicidade reflete uma atenção às diferenças culturais que muitas instituições tradicionais ignoram, ainda, "ao reconhecerem maneiras oral, visual e cinética de conhecer, os arquivos comunitários refletem a cultura, epistemologias e valores da comunidade" (CASWELL, 2014, p. 319).

O ativismo está nas origens dos arquivos comunitários, como apontamos anteriormente. Desde as décadas de 1960 e 1970, esses arquivos figuram como parte de um protesto político de algumas comunidades historicamente ignoradas e marginalizadas pela sociedade e, consequentemente, pelas instituições arquivísticas. Ao criarem seus arquivos, essas comunidades têm um instrumento para a construção e manutenção de sua identidade e empoderamento.

Por fim, a reflexividade permite que a comunidade faça uma autorreflexão sobre a construção de seu arquivo e sua forma de organização e representação. A ideia é que a comunidade reflita sobre suas práticas que devem estar em constante atualização, a fim de refletir a dinamicidade da sociedade e da produção dos documentos e de sentido nesses espaços.

O *Community Archives and Heritage Group* (CAHG), caracteriza esses arquivos como um projeto iniciado e mantido por um grupo comunitário, sem fins lucrativos, voluntário, a serviço da comunidade, onde materiais de diferentes naturezas são coletados, preservados e disponibilizados com o objetivo de contar a história da comunidade, sendo

essa entendida como um lugar, um grupo que possui a mesma identidade, religião, gênero, nacionalidade etc. (CAHG, 2022).

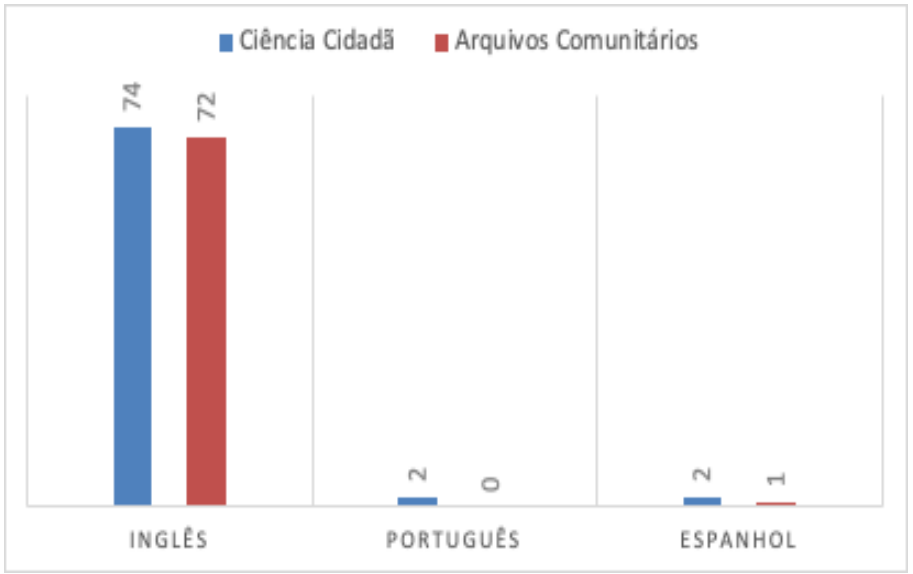
É importante esclarecermos que os arquivos comunitários apresentam características que, muitas vezes, vão de encontro à teoria e à prática arquivística, representando um desafio para o ensino e a pesquisa em Arquivologia. Como destaca Flinn (2015), os arquivos comunitários são muito mais o resultado de uma coleção do que a acumulação natural de documentos, característica essa que define um arquivo segundo a teoria arquivística. A escolha do uso do termo "arquivo" pelos grupos e comunidades deve-se muito mais ao poder simbólico da palavra do que por suas características arquivísticas.

Por se tratar de um tema ainda pouco explorado na literatura nacional e devido às particularidades e debates emergentes das características desses espaços como arquivos, faz-se necessário saber como se configura a comunidade discursiva que tem discutido os arquivos comunitários nos últimos dez anos, quem são seus atores e como eles entendem esses arquivos e sua relação com a Ciência da Informação.

4. ANÁLISE DOS DADOS

A partir da busca realizada na base Lista, recuperaram-se 78 artigos referente a temática da Ciência Cidadã, sendo 74 em inglês, 2 em português e 2 em espanhol, publicados por 260 autores, bem como 73 artigos sobre Arquivos Comunitários, sendo 72 em inglês e 1 em espanhol, publicados por 105 autores, totalizando 151 resultados, publicados por 361 autores.

Gráfico 1. Idiomas das publicações



(Fonte: dados da pesquisa, 2022)

A fim de caracterizarmos uma comunidade discursiva, ou seja, um conjunto de indivíduos com um objetivo comum (SWALES, 1990) que se comunicam por meio de um léxico ou terminologia comuns, para fins específicos, optamos por realizar um estudo bibliométrico, com foco na análise da produção dos autores que publicaram dois ou mais artigos sobre os temas da ciência cidadã e arquivos comunitários, no recorte da pesquisa.

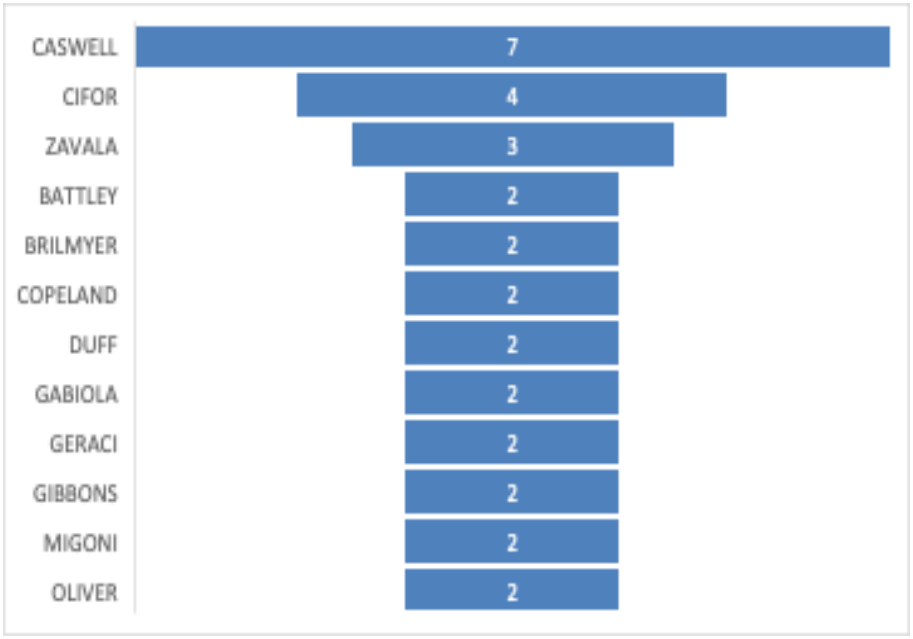
Desta feita, dos 78 artigos recuperados sobre a ciência cidadã, foram analisados os 19 artigos publicados pelos 12 autores que publicaram dois ou mais textos no período e dos 73 artigos recuperados sobre arquivos comunitários, foram analisados 17 artigos, publicados por 14 autores que escreveram dois ou mais textos no período.

5. RESULTADOS

Os temas escolhidos para análise neste trabalho guardam estreita relação com o tema do evento, *O papel social da Ciência da Informação em novos contextos*, uma vez que buscou analisar como as discussões emergentes sobre os Arquivos Comunitários e a Ciência Cidadã, temas fortemente ligados a uma preocupação social de divulgação da ciência e participação popular na construção da memória, vêm sendo abordadas na CI.

Com relação aos Arquivos Comunitários, os 73 artigos foram publicados por 103 autores (já sem repetições). No Gráfico 2 destacamos os 12 autores que publicaram duas ou mais vezes (responsáveis por 20 artigos). Outros 92 autores publicaram uma vez.

Gráfico 2. Autores mais produtivos sobre Arquivos Comunitários

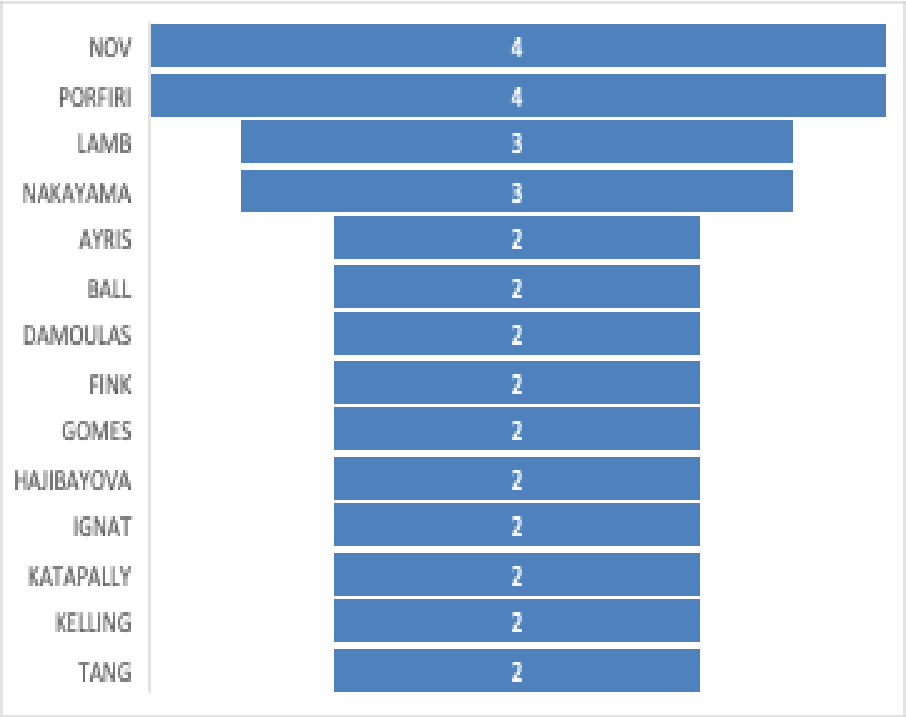


(Fonte: Dados da pesquisa, 2022)

Na temática Ciência Cidadã, os 78 artigos reuniram 258 autores sem repetição. O Gráfico 3 apresenta os 14 autores que publicaram duas

ou mais vezes e foram responsáveis por 19 textos. Outros 245 autores publicaram uma vez.

Gráfico 3. Autores mais produtivos sobre Ciência Cidadã



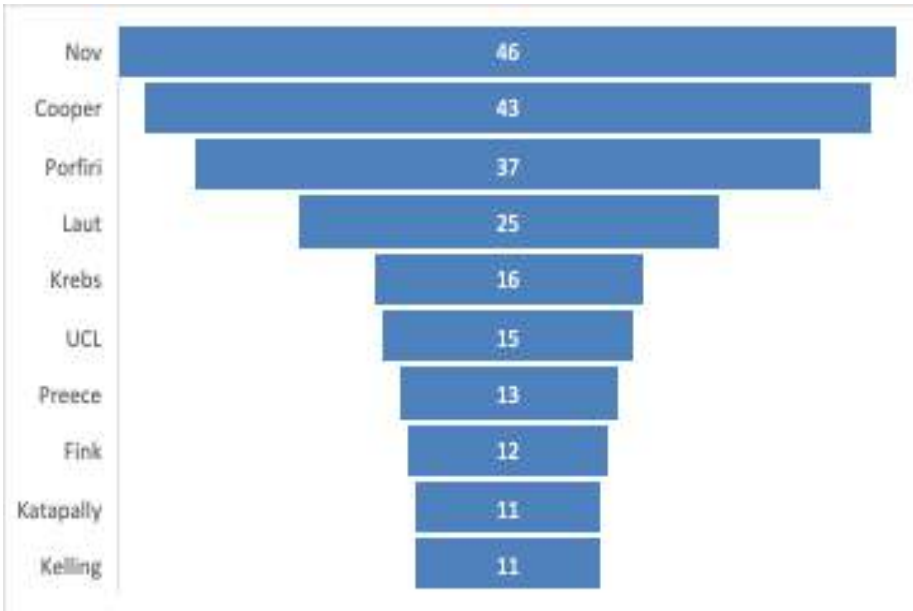
(Fonte: Dados da pesquisa)

Os resultados demonstram que há uma pulverização das publicações sobre os temas e poucos autores que se dedicam exclusivamente a eles (Caswell, Cifor, Narayana, Nov, Porfiri).

A partir de indicadores de citação, buscamos verificar as influências teóricas das temáticas analisadas. Para tanto, neste trabalho buscamos observar trabalhos ou autores mais citados.

Para Ciência Cidadã, foram encontradas 876 referências nos 19 artigos selecionados. Os autores mais citados (11 ou mais vezes) estão apresentados no Gráfico 4.

Gráfico 4. Autores mais citados em Ciência Cidadã

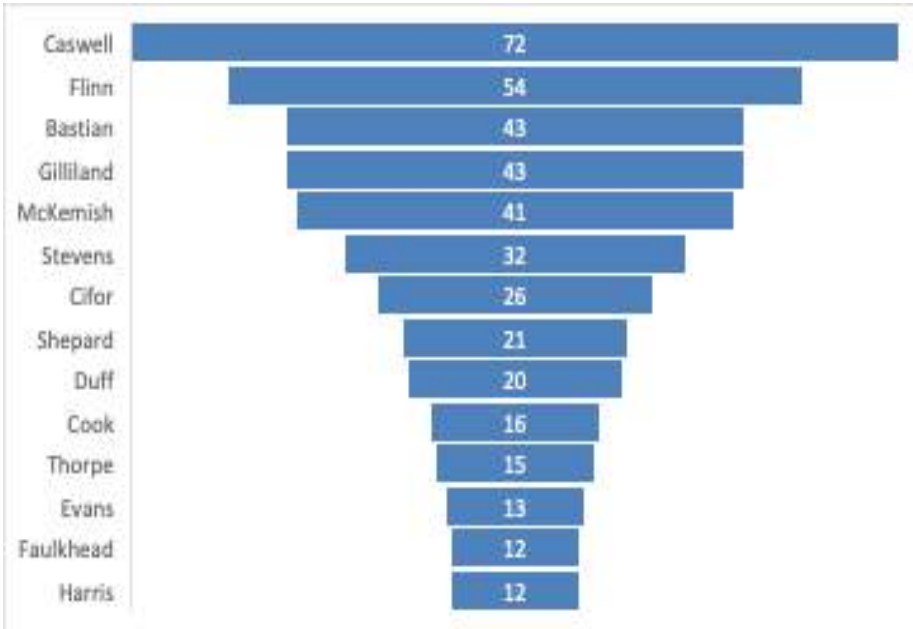


(Fonte: Dados da pesquisa, 2022)

É possível identificar entre os autores mais citados também os autores mais produtivos, como é o caso de Nov, Porfiri, Fink, Katapally e Kelling. Nov e Porfiri são coautores e por isso aparecem próximos tanto na produtividade como na citação.

O Gráfico 5 apresenta os autores que foram citados 11 ou mais vezes nos textos sobre Arquivos Comunitários entre as 884 citações coletadas.

Gráfico 5. Autores mais citados em Arquivos Comunitários



(Fonte: Dados da pesquisa, 2022)

Michelle Caswell é a autora mais citada nos 17 documentos analisados, assim como é a mais produtiva. Cifor que é a segunda mais produtiva, aparece em sexto lugar em termos de citação, seguida por Shepard e Duff que também figuram entre os mais produtivos. Cifor é coautora de Caswell, que também interage com muitos outros autores, o que a torna tanto produtiva como possivelmente lembrada por sua rede e consequentemente citada.

Já o autor Flinn, embora seja o segundo mais citado, não apareceu como o mais produtivo no nosso recorte de análise. Por se tratar de um importante referencial teórico e um dos precursores no tema dos arquivos comunitários, achamos por bem justificar essa ausência que se dá por conta dos veículos escolhidos pelo autor para publicação de suas pesquisas. O autor publica majoritariamente livros e capítulos de livros, o que não foi contemplado em nossas análises neste trabaho (buscamos apenas artigos em periódicos).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora recentes do ponto de vista de publicações com a temática, tanto Arquivos Comunitários como a Ciência Cidadã têm sido alvo de pesquisa na Ciência da Informação dos últimos dez anos. Como áreas em consolidação, os autores mais citados são aqueles que ainda mais publicam, pois por seu pioneirismo acredita-se que necessitem recorrer aos próprios escritos à guisa de sustentação de sua argumentação. São, portanto, influências intelectuais de si mesmos, e em constante evolução de sua investigação assim como na construção das terminologias de suas áreas. Contudo, especialmente na Ciência Cidadã, mas também entre os Arquivos Comunitários, verifica-se que nomes consagrados da Ciência da Informação não estão entre os mais citados, o que pode evidenciar a ausência de interlocução entre as áreas.

Assim, novos estudos são necessários para compreender se a situação é resultado de uma lacuna na CI que permita tais desenvolvimentos ou se as áreas estão num caminho de deslocamento para a formação de novos campos.

REFERÊNCIAS

ABDO, A. Ciência Aberta, da ciência para todos à ciência com todos. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 460-471, 2014.

ALBAGLI, S. Ciência Aberta em questão. *In*: ALBAGLI, S.; MACIEL, M. L.; ABDO, A. H. **Ciência Aberta, questões abertas**. Brasília: IBICT; Rio de Janeiro: Unirio, 2015. p. 9-25.

ALBAGLI, S.; CLINIO, A.; RAYCHTOCK, S. Ciência Aberta: correntes interpretativas e tipos de ação. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 434-450, 2014.

ALBAGLI, S.; ROCHA, L. . Ciência cidadã no Brasil: um estudo exploratório. *In*: BORGES, M. M.; CASADO, E. S. (org). **Sob a lente da Ciência Aberta**: olhares de Portugal, Espanha e Brasil. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2020. p. 489-511.

CASWELL, M. Toward a survivor-centered approach to records documenting human rights abuse: lessons from community archives. **Archival Science**, 14, p. 307-322, 2014.

CASWELL, M.; PUNZALAN, R.; SANGWAND, T. Critical Archival Studies: an Introduction. **Journal of Critical Library and Information Studies**, [S.l.], v. 1, n. 2, 2017.

COMMUNITY ARCHIVES AND HERITAGE GROUP. **What is a community archive?** [202-?]. Disponível em: https://www.communityarchives.org.uk/content/about/what-is-a-community-archive . Acesso em: 24 jul.2022

FECHER, B.; FRIESIKE, S. Open Science: one term five schools of thoughts. *In*: BARTLING, S.; FRIESIKE, S. (org). **Opening Science**. New York: Springer International Publishing, 2014, p. 17–47.

FLINN, A. Community archives. In: DURANTI, L.; FRANKS, P.C. E**ncyclopedia of Archival Science**. Maryland: Roman & Littlefield, 2015. p. 145-149.

GRUPOS DE TRABALHO. **Rede Brasileira de Ciência Cidadã**, [20–?]. Disponível em: https://sites.usp.br/rbcienciacidada/grupos-de-trabalho/ . Acesso em: 15 jul. 2022.

IRWIN, A. Prefácio. *In*: IRWIN, A. **Ciência Cidadã**: um estudo das pessoas especialização e desenvolvimento sustentável. Lisboa: Instituto Piaget, 1995. p. 11-16.

JAPIASSU, H. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

KOBASHI, N. Y.; SANTOS, R. N. M. Arqueologia do trabalho imaterial: uma aplicação bibliométrica à análise de dissertações e teses. **Encontros Bibli**: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da

informação, Florianópolis, n. esp., p. 106-115, 2008. Disponível em: https://www.doi.org/10.5007/1518-2924.2008v13nesp1p106

OLIVEIRA, E. F. T. **Estudos métricos da informação no Brasil**: indicadores de produção, colaboração, impacto e visibilidade. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2018. 184 p. Disponível em: https://www.doi.org/10.36311/2018.978-85-7983-930-6

MARQUES, A. A. da C.; TOGNOLI, N. B. Entre a Arquivologia e outras disciplinas: promessas de interdisciplinaridade? **Páginas A&B**, Porto, v. 3, n. 6, p. 65-83, 2016.

MISSÃO. **Rede Brasileira de Ciência Cidadã**, [20–?]. Disponível em: https://sites.usp.br/rbcienciacidada/missao/. Acesso em: 15 jul. 2022.

PARRA, H. Ciência cidadã: modos de participação e ativismo informacional. *In*: ALBAGLI, S.; MACIEL, M. L..; ABDO, A. (org.). **Ciência Aberta, questões abertas**. Brasília: IBICT; Rio de Janeiro: Unirio, 2015. p. 121-141

PIÑA ROMERO, J. Ciencia ciudadana como emprendimiento de la ciencia abierta: el riesgo del espectáculo de la producción y el acceso al dato. Hacia otra ciência ciudadana. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 47-58, 2017.

PINHEIRO, L. V. R. Mutações na Ciência da Informação e reflexos nas mandalas interdisciplinares. **Informação & Sociedade**: estudos, João Pessoa, v. 28, n. 3, p. 115-134, 2018.

POMBO, O. Epistemologia da interdisciplinaridade. **Ideação**, [*S.l.*], v. 10, n. 1, p.9- 40, 2008.

POMBO, O. Interdisciplinaridade e integração dos saberes. **Liinc em revista**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, 2005.

POMBO, O.; GUIMARÃES, H. M.; LEVY, T. **A Interdisciplinaridade:** reflexão e experiência. Lisboa: Texto, 1994.

REDE BRASILEIRA DE CIÊNCIA CIDADÃ. **O II Workshop da RBCC vem aí!**. Destinatário: Rede Brasileira de Ciência Cidadã. São Paulo, 16 fev. 2022. 1 e-mail. Disponível em: https://app.sparkmailapp.com/web-share/ZnjHTfa17H1_5FNJdwUExqzdn5L_PnufGR6eoAU . Acesso em: 9 set. 2022.

SMIT, J. W. O documento audiovisual ou a proximidade entre as 3 Marias. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, n. 26, p. 81-85, 1993.

SMIT, J. W. Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia: o que agrega estas atividades profissionais e o que as separa?. **Revista brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 27-36, 2000.

SMIT, J. W. Ciência da Informação e Arquivologia: as duas faces de Jano. **Brazilian Journal of Information Science**, Marília, v. 11, n. 4, p. 6-9, 2017.

SWALES, J. The Concept of Discourse Community. *In*: SWALES, J. **Genre Analysis:** English in Academic and Research Settings. Boston: Cambridge UP, 1990, P. 21-32.

DOCUMENTOS ARQUIVÍSTICOS DIGITAIS: NOVAS PROPOSTAS TRANSDISCIPLINARES

DIGITAL RECORDS: NEW TRANSDISCIPLINARY PROPOSALS

Raquel Torrão Valentim
raquel_valentim@id.uff.br

Natália Bolfarini Tognoli
nataliatognoli@id.uff.br

Resumo: Devido aos avanços tecnológicos digitais, surgem novas agendas de pesquisas transdisciplinares na Ciência da Informação e na Arquivologia, como a *Computational Archival Science*, que apesar de apresentar divergências teóricas sobre sua natureza, pode configurar-se enquanto um novo domínio. Logo, objetiva-se apresentar a *Computational Archival Science* enquanto um domínio emergente na Ciência da Informação. Para tanto, a pesquisa teórica e exploratória, de abordagem qualitativa e bibliográfica, apresenta uma revisão de literatura em seu *website* colaborativo e a aplicação da metodologia de análise de domínio sobre a bibliografia encontrada, sob uma perspectiva epistemológica, histórica, bibliométrica e terminológica, justificando-se devido à escassez de literatura no cenário brasileiro. Os resultados preliminares demonstram que a *Computational Archival Science* possui uma comunidade discursiva em desenvolvimento e crescimento, com maior atuação de seus cofundadores, que apresentam estudos recorrentes voltados para as temáticas de curadoria digital e pensamento computacional. Portanto, compreende-se que a *Computational Archival Science* pode caracterizar-se enquanto um domínio emergente, mas ainda apresenta divergências teóricas que requerem estudos aprofundados sobre o tema.

Palavras-Chave: Transdisciplinaridade; Documentos arquivísticos digitais; Computational archival science; Domínio emergente.

Abstract: Due to digital technological advances, new transdisciplinary research agendas have emerged in Information Science and Archival Science, such as Computational Archival Science, which despite presenting theoretical divergences about its nature, can be configured as a new domain. Therefore, the objective is to give Computational Archival Science as an emergency domain in Information Science. Therefore, the characterized as theoretical and exploratory research, with a qualitative and bibliographic approach, presents a literature review on its collaborative website and the application of the domain analysis methodology on the bibliography found, from an epistemological, historical, bibliometric, and terminological perspective. It is justified due to the scarcity of literature in the Brazilian scenario. Preliminary results demonstrate that Computational Archival Science has a developing and growing discursive community, with more significant activity from its co-founders, who present recurrent studies about the themes of digital curation and computational thinking. Therefore, it is understood that Computational Archival Science can be characterized as an emergency domain, but still presents theoretical divergences that require in-depth studies.

Keywords: Transdisciplinarity; Digital records; Computational archival science; Emergency domain.

1. INTRODUÇÃO

Devido aos constantes avanços tecnológicos, desenvolvem-se novas agendas de pesquisas na área da Ciência da Informação para atender às demandas sociais, sobretudo no que tange a produção, preservação e difusão da informação institucionalizada. É o caso, por exemplo, dos estudos envolvendo o tratamento de documentos arquivísticos digitais.

Dentre as pesquisas que abrangem especialmente tal temática, tem-se um destaque para iniciativas transdisciplinares, isto é, pesquisas que envolvem a colaboração entre duas ou mais disciplinas cuja interação rompe suas fronteiras e constrói novos conhecimentos (POMBO, 2008). Isto, pois, como Jaillant (2022) aponta, é necessária uma ação colaborativa entre disciplinas e a união de seus especialistas em favor de soluções que possibilitem atender às demandas sociais.

Este é o caso, por exemplo, da *Computational Archival Science*, que se apresenta enquanto um novo campo, preocupado com a aplicação de métodos e ferramentas computacionais em atividades arquivísticas (MARCIANO *et al*., 2018; PAYNE, 2018; ADVANCED INFORMATION COLLABORATORY, 2022). Logo, observa-se a necessidade de se investigar a viabilidade dessas propostas, sobretudo em cenário nacional.

Nesse sentindo, a presente pesquisa[97] objetiva apresentar a *Computational Archival Science* enquanto um domínio emergente na Ciência da Informação. Para tanto, propôs-se uma revisão de literatura em seu *website* colaborativo e a aplicação da metodologia de análise de domínio sobre a bibliografia encontrada, sob as abordagens epistemológica, histórica, bibliométrica e terminológica.

As abordagens epistemológica e histórica foram contempladas de forma não exaustiva, devido à natureza dessa pesquisa. Contudo, conforme Hjørland (2002) aponta, são essenciais para qualquer análise de domínio e foram fundamentais para a contextualização da *Computational Archival Science*. A abordagem bibliométrica foi utilizada para analisar os autores da bibliografia levantada, enquanto a terminológica deu-se em uma análise das palavras-chave das publicações.

Assim, a pesquisa caracteriza-se como teórica e exploratória, de abordagem qualitativa e bibliográfica, justificando-se, sobretudo pela escassez de literatura no âmbito nacional, uma vez que a partir de um

[97] Pesquisa em desenvolvimento no curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense (PPGCI/UFF) com financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) no âmbito dos estudos do Grupo de Pesquisa Arquivos, Bibliotecas e Organização do Conhecimento (GPABOC/UFF).

levantamento preliminar na base de dados da Brapci, não houve recuperação de publicações sobre a temática, cujos avanços teóricos em âmbito internacional já demonstram avanços.

Os resultados preliminares demonstram que a *Computational Archival Science* possui uma comunidade discursiva ainda em desenvolvimento e crescimento, contando com maior atuação de seus cofundadores. Nota-se que os autores dessa comunidade têm estudos recorrentes, no âmbito da *Computational Archival Science*, voltados para as temáticas de curadoria digital e pensamento computacional.

Portanto, compreende-se que a *Computational Archival Science* pode caracterizar-se enquanto domínio emergente, pois possui uma comunidade discursiva com ideias convergentes e surge da intercessão da Arquivologia, Ciência da Informação e Ciência da Computação a fim de suprir novas demandas das atividades arquivísticas. Entretanto, novas questões surgiram ao longo da pesquisa, sobretudo quanto a sua natureza disciplinar, suas bases teóricas e a extensão de sua comunidade discursiva.

Assim, estudos aprofundados sobre o tema fazem-se cada vez mais necessários e urgentes no cenário brasileiro, pois a escassez literária alerta para a ausência de pesquisas sobre o tema, representando uma perda nos estudos sobre tratamento de documentos arquivísticos digitais e, consequentemente, na atualização de seu ensino.

2. *COMPUTATIONAL ARCHIVAL SCIENCE*: CONTEXTUALIZAÇÃO

A introdução das tecnologias digitais na vida cotidiana desencadeou a produção de documentos em ambiente digital, o que levou a mudanças significativas não apenas nas formas de relações dos cidadãos, mas também nas esferas profissional e acadêmica. A criação de novas disciplinas e a adaptação das já existentes a essa nova realidade que se expandiu em ritmo acelerado desde os anos 1980, contribuiu e, continua contribuindo, para o constante desenvolvimento tecnológico digital e novas perspectivas de uso.

A produção, gestão, preservação e difusão de documentos de arquivo em ambiente digital, demandou que a Arquivologia incorporasse estudos sobre esse ambiente em seu escopo disciplinar e encontrasse soluções aos desafios advindos dessa nova documentação. Do mesmo modo, a Ciência da Informação, que tem em sua natureza uma perspectiva interdisciplinar e abarca os estudos arquivísticos devido à compreensão dos documentos de arquivo enquanto informação registrada (ARAÚJO, 2018; BORKO, 1968; BUCKLAND, 1991; SMIT, 1993, 2000, 2017).

Assim, nos anos 1980 surgiram iniciativas no campo arquivístico a fim de lidar com os documentos digitais emergentes. No Canadá, considerado celeiro da Arquivologia Contemporânea, emergiram três abordagens que se destacaram na área e trouxeram grandes contribuições para a compreensão dos documentos arquivísticos digitais: a Arquivística Integrada, a Arquivística Pós-Moderna e a Diplomática Arquivística (TOGNOLI, 2010).

Em especial, essa última abordagem sistematizada a partir do projeto International Research on Permanent Authentic Records in Electronic Systems (InterPARES)98, conduzido pela professora Luciana Duranti na University of British Columbia, trouxe contribuições teóricas e metodológicas que proporcionaram meios viáveis para o tratamento dos documentos arquivísticos digitais. A aplicação de seus estudos deu-se em âmbito internacional e contou com a participação de diversos países, incluindo o Brasil, levando a uma internacionalização da abordagem Diplomática Arquivística, que se ramificou na Diplomática Digital.

---

[98] O projeto InterPARES (1999-atual), fundado pela *Social Sciences and Humanities Reseach Council of Canada's Community-University Research Alliances* (SSHRC-CURA) e desenvolvido pela *University of British Columbia*, contou com uma equipe multidisciplinar e foi pioneiro nos estudos sobre a aplicação teórico-metodológica da Diplomática na produção, gestão e preservação de documentos arquivísticos digitais e contou com a colaboração de diversos países, dentre eles o Brasil, consolidando seus estudos em âmbito internacional. O projeto teve como objetivo desenvolver conhecimento para a preservação em longo prazo de documentos arquivísticos digitais autênticos e fornecer bases para padrões, políticas, estratégias e planos de ação que garantissem tal preservação e a confiabilidade (INTERPARES PROJECT, 2022).

Após a consolidação da Diplomática Arquivística, constatou-se que a Diplomática e a Arquivologia encontram-se cada vez mais imbricadas, alcançando um nível de interação interdisciplinar (MARQUES; TOGNOLI, 2016; VALENTIM; TOGNOLI, 2020, 2021), isto é, quando se tem um grau de interação de disciplinas onde elas convergem e se beneficiam mutuamente de suas relações havendo uma ação recíproca (JAPIASSU, 1976; JAPIASSU; MARCONDES, 2001; MARQUES; TOGNOLI, 2016; POMBO, 2005, 2008).

Contudo, como a evolução das tecnologias segue em avanço, o volume de documentos arquivísticos digitais cresce constantemente e os arquivistas precisam de recursos para tratá-los de forma eficiente e eficaz. A Arquivologia busca incluir em seu escopo disciplinar estudos sobre as novas tecnologias a fim de implantar tais recursos em sua prática profissional. Entretanto, enquanto uma disciplina consolidada no século XIX é evidente que a área precisa amparar-se em outras disciplinas, tais como a Ciência da Computação.

Segundo Jaillant (2022), as questões envolvendo a grande produção e acesso aos documentos arquivísticos digitais, por exemplo, devem ganhar destaque nas discussões acadêmicas. A Inteligência Artificial surge enquanto um recurso viável aos arquivistas para atender a questões como identificar documentos de arquivo que contêm dados sensíveis e processar grandes volumes de dados (JAILLANT, 2022).

Assim, destaca-se que a Arquivologia, bem como a Ciência da Informação possuem os conhecimentos teóricos para a garantia das características arquivísticas dos documentos, mas para tal, requerem um esforço conjunto com profissionais das Tecnologias da Informação para a aplicação das ferramentas e recursos tecnológicos que facilitem o trabalho arquivístico. E, portanto, nesse cenário, iniciativas como o InterPARES seguem em desenvolvimento para atender às necessidades da área.

A colaboração entre disciplinas torna-se uma alternativa para suprir as necessidades encontradas pelos campos, mas somente tal colaboração não é suficiente, sendo necessário que seus especialistas de diferentes nacionalidades unam-se em favor de soluções colaborativas (JAILLANT, 2022). Portanto, a expansão do conhecimento deve

transgredir não somente as fronteiras das áreas do conhecimento, mas também as fronteiras entre Estados.

Em especial, em abril de 2016, o *Digital Curation Innovation Center* (DCIC) do *College of Information Studies* (*iSchool*) da Universidade de Maryland, nos Estados Unidos promoveu um Simpósio intitulado "*Finding New Knowledge: Archival Records in the Age of Big Data*" em colaboração com o *King's College London*. O evento que contou a participação de estudantes, pesquisadores e profissionais de diferentes países com o intuito de definir o que é a *Computational Archival Science*, trouxe a perspectiva de um novo campo preocupado com a aplicação de métodos e ferramentas computacionais em atividades arquivísticas **(**MARCIANO *et al*., 2018**).**

Apesar de a maioria de seus cofundadores concentrarem-se na Universidade de Maryland, a *Computational Archival Science* também conta com pesquisadores em outras universidades como a *King's College London* (Reino Unido), *University of British Columbia* (Canadá), *Texas Advanced Computing Center* (Estados Unidos) e *Former NARA* (Estados Unidos).

Em um primeiro momento, os pesquisadores definiram a *Computational Archival Science* como,

> Um **campo interdisciplinar** preocupado com a aplicação de métodos e recursos computacionais para processamento, análise, armazenamento, preservação em longo prazo e acesso de documentos de arquivo/arquivos em grande escala, com o objetivo de melhorar a eficiência, produtividade e precisão no apoio à avaliação, organização e descrição, decisões de preservação e acesso, e engajar e realizar pesquisas com material de arquivo (LEMIEUX, 2016 *apud* PAYNE, 2018, p. 1, tradução nossa, grifo nosso).

Marciano et al. (2018) argumenta que a *Computational Archival Science* é uma mistura do pensamento computacional com o pensamento

arquivístico. Isto, pois a intenção do campo é envolver e desenvolver pesquisas com documentos de arquivo, bem como aplicar os conhecimentos da Ciência da Computação e da Arquivologia para compreender como as mudanças tecnológicas impactam na produção, uso, armazenamento e preservação dessa documentação, além de compreender as implicações dessas mudanças para as funções arquivísticas e para o uso organizacional e social de documentos arquivísticos digitais autênticos.

O pensamento computacional (*Computational Thinking*) apresenta-se como uma forma de solucionar problemas a partir de recursos computacionais como: práticas de dados, práticas de simulação e modelagem, práticas de resolução de problemas computacionais e práticas de pensamentos sistêmicos (WEINTROP et al., 2016). Underwood et al. (2018) defendem que o argumento de introduzir o pensamento computacional na Arquivologia dá-se, sobretudo, pelo constante desenvolvimento de documentos arquivísticos digitais, sejam nato-digitais ou digitalizados. É imprescindível que arquivistas tenham conhecimento básico no que tange aos documentos arquivísticos digitais, pois quanto mais as tecnologias tornam-se essenciais aos arquivos, mais tecnológica torna-se a prática arquivística, tanto no que diz respeito ao uso de ferramentas para as atividades profissionais junto aos documentos, quanto no suporte que o profissional deve dar aos usuários (UNDERWOOD et al., 2018).

Deste modo, Underwood *et al*. (2018) defendem a aplicação do pensamento computacional nos currículos dos cursos de Arquivologia em meio teórico e aplicado. A imprescindibilidade de reformular os currículos dos cursos de Arquivologia para a inclusão de conhecimentos de natureza tecnológica para a formação dos arquivistas torna-se cada vez mais evidente (VALENTIM; TOGNOLI, 2020). Assim, a introdução do pensamento computacional nos currículos arquivísticos torna-se uma proposta promissora à elevação dos conhecimentos arquivísticos no Brasil, permitindo a ampliação da capacitação dos profissionais.

Nota-se que, em 2018, a definição de *Computational Archival Science* foi atualizada, substituindo à concepção de "campo interdisciplinar" por "campo transdisciplinar" **(**MARCIANO *et al*., 2018). A mudança significativa de termos traz a concepção de um campo com

características próprias que ultrapassou os limites das disciplinas que o fundamentam gerando um novo corpo de conhecimento.

Isto, pois uma transdisciplina decorre de uma relação de transdisciplinaridade entre duas ou mais disciplinas, isto é, uma relação que ultrapassa os limites e fronteiras disciplinares e tecem novos conhecimentos e disciplinas (MARQUES; TOGNOLI, 2016; POMBO, 2005, 2008; POMBO; GUIMARÃES; LEVY, 1994). Ou seja, tem-se uma nova disciplina com um corpo de conhecimento e teoria própria.

Contudo, destaca-se que apesar da mudança terminológica, ainda existem dúvidas quanto à natureza dessa iniciativa. Payne (2018), por exemplo, em seu artigo intitulado "*Stirring The Cauldron: Redefining Computational Archival Science (CAS) For The Big Data Domain*" identifica a *Computational Archival Science* enquanto um campo interdisciplinar. Em seguida, aponta a mudança que a reconhece enquanto um campo transdisciplinar e logo depois a defende como um campo multidisciplinar, onde suas atividades de pesquisa não passam de práticas multidisciplinares de equipes que ao final resultam em relatórios que apontam as perspectivas dos profissionais de cada área. O autor retoma a perspectiva de um campo transdisciplinar em ascensão, considerando que apesar de ser o objetivo da *Computational Archival Science*, ainda precisa de esforços para atingi-lo. Por fim, propõe uma nova definição retomando a perspectiva de um campo transdisciplinar.

É importante ressaltar que, as divergências entre a concepção do que, de fato, a *Computational Archival Science* é, vai além de sua definição e de escolhas de termos que identifiquem sua natureza. Isto, pois, defini-la e identificar sua natureza implica expor à comunidade acadêmica as possibilidades e limitações que a iniciativa oferece e se propõe a oferecer. Deste modo, destaca-se a necessidade de estudos aprofundados que verifiquem o que de fato seus pesquisadores estão desenvolvendo para, então, ter-se uma real compreensão de sua natureza.

Entretanto, apesar das dúvidas que surgem sobre sua natureza, considera-se a possibilidade de a *Computational Archival Science* configurar um domínio emergente na Ciência da Informação.

Segundo Smiraglia (2012), um domínio pressupõe um grupo fundamentado em uma base ontológica que compartilha de hipóteses comuns,

consenso epistemológico sobre abordagens metodológicas e semântica social, sendo constituído por dimensões ontológicas, conceitos epistemológicos e sociológicos que revelam seu papel crítico para a evolução do conhecimento. Barité et al. (2015), apontam que um domínio corresponde a um universo autônomo que se apoia em uma estrutura de conceitos, os quais se relacionam entre si conforme uma perspectiva em comum.

Em especial no que tange aos domínios emergentes, pode-se compreendê-los como aqueles relativamente recentes que se desenvolvem como consequência da especialização, a partir da intercessão de disciplinas ou campos temáticos, ou pelo surgimento de demandas que requerem respostas inovadoras (BARITÉ, 2020).

Tendo em consideração a noção de domínio expressa pelos autores, para averiguar se a *Computational Archival Science* configura um domínio emergente, faz-se necessário verificar se sua comunidade discursiva partilha conceitos e perspectivas em comum.

Uma comunidade discursiva compreende um grupo social que se insere em um determinado domínio e possui características em comum, apesar das particularidades de seus membros. Assim, Swales (1990) determina que os membros de uma comunidade discursiva devem compartilhar objetivos comuns e mecanismos de intercomunicação, utilizando-os para trocas de informações e *feedback*. A comunidade deve possuir e utilizar um ou mais gêneros na promoção comunicativa de seus objetivos, além de léxicos específicos e deter um mínimo de membros com um nível adequado de conteúdo relevante e experiência discursiva (SWALES, 1990).

Logo, para averiguar a comunidade discursiva da *Computational Archival Science* realizou-se a uma revisão de literatura em seu *website* colaborativo e a aplicação da metodologia de análise de domínio a fim de verificar seus atores e os assuntos mais abordados nesse universo. Cabe destacar que a limitação das buscas em seu *website* colaborativo, o *Advanced Information Collaboratory website*, dá-se, pois a *Computational Archival Science* já vem sendo reconhecida enquanto campo do conhecimento e, portanto, já é objeto temático de eventos e números especiais em revistas. Deste modo, optou-se por ater-se aos

autores que fundamentaram a iniciativa a fim de uma investigação mais acurada de seus fundamentos teóricos.

Assim, apesar dos avanços teóricos e metodológicos no tratamento de documentos arquivísticos digitais, a constante evolução das tecnologias digitais permite aos arquivistas alcançar novas formas de realizar suas atividades. A *Computational Archival Science* surge enquanto uma iniciativa que promove a interação do pensamento arquivístico junto ao pensamento computacional levantando a discussão sobre um novo campo. Contudo, verificaram-se inconsistências em sua definição que apontam para divergências quanto a sua natureza disciplinar, demandando estudos aprofundados sobre a temática. Entretanto, apesar de tais inconsistências, é possível considerá-la enquanto um possível domínio emergente na Ciência da Informação, resgatando, sobretudo, a noção de domínio abordada Smiraglia (2012), conduzindo a uma revisão de literatura em seu *website* colaborativo e a aplicação da metodologia de análise de domínio a fim de averiguar se sua comunidade discursiva partilha conceitos e perspectivas em comum.

3. ANÁLISE DOS DADOS

Devido à emergência da *Computational Archival Science* e sua repercussão em apresentar-se enquanto um novo campo, indagamos a possibilidade de esta configurar-se enquanto um novo domínio. Com o objetivo de apresentá-la enquanto um domínio emergente na Ciência da Informação realizou-se uma revisão de literatura, buscando por artigos e capítulos em seu *website* colaborativo, o *Advanced Information Collaboratory website*, que contém informações sobre os principais eventos e apresentações, publicações e projetos desenvolvimento no âmbito da *Computational Archival Science*. A partir da bibliografia encontrada, aplicou-se a metodologia de análise de domínio, segundo as abordagens: epistemológica, histórica, bibliométrica e terminológica, definidas por Hjørland (2002).

Segundo Hjørland (2002), as abordagens epistemológica e histórica são fundamentais para toda análise de domínio, pois permitem contextualizar e aprofundar os estudos sobre o domínio. Entretanto, ressalta-se que devido à natureza da pesquisa, que se configura enquanto uma

pesquisa de mestrado, os estudos epistemológicos e históricos sobre *Computational Archival Science* foram desenvolvidos de modo não exaustivos.

Deste modo, a dissertação busca verificar a comunidade discursiva da *Computational Archival Science*, bem como os autores e as principais temáticas por ela abordadas. Aqui serão apresentados apenas os resultados parciais da pesquisa[99], teórica e exploratória, de abordagem qualitativa e bibliográfica, limitando-se aos resultados no que se refere aos atores da comunidade discursiva a e as temáticas abordadas em seus textos. Para tanto, utilizou-se das abordagens bibliométrica para analisar tais atores e terminológica para analisar as palavras-chave das publicações.

Assim, foram analisados 23 documentos publicados por 97 autores. Todas as publicações apresentaram-se no idioma inglês e apenas 18 continham palavras-chaves, identificando-se um total de 52 palavras-chaves diferentes.

4. RESULTADOS

Primeiro, para mapear sua comunidade discursiva, respeitou-se a Lei de Elitismo de Price para análise dos dados bibliométricos, a qual determina que a elite de pesquisa em determinado campo pode ser identificada a partir da raiz quadrada do número total de autores (ALVARADO, 2009), resultando em um número de 10 autores (9,8 arredondado). Entretanto, considerando que o oitavo autor mais produtivo possui duas publicações assim como os demais autores que o segue até o 23º autor, respeitando a Lei de Price chegou-se a um total de 23 autores mais produtivos no âmbito da Computational Archival Science, conforme apresentado na Tabela 1 na seção anterior.

Deste modo, verificou-se a filiação institucional dos autores que publicaram três ou mais vezes no âmbito da Computational Archival Science.

[99] Destaca-se que a pesquisa também se aprofunda no referencial teórico encontrado nos documentos analisados, contemplado na dissertação de Mestrado da primeira autora.

Tabela 1. Pesquisadores da *Computational Archival Science* e suas respectivas filiações

Autor	Filiação Institucional	Número de publicações
Marciano, R.	University of Maryland, EUA	19
Jansen, G.	University of Maryland, EUA	11
Underwood, W.	University of Maryland, EUA	8
Kurtz, M.	University of Maryland, EUA	6
Thomas, W.	University of Maryland, EUA	4
Singh, A.	University of Maryland, EUA	3
Lemieux, V.	University of British Columbia, Canadá	3

(Fonte: dados da pesquisa, 2023)

Foi possível verificar uma maior incidência de publicações dos autores cofundadores da *Computational Archival Science* (Marciano, Jansen, Underwood e Kurtz). Logo, nota-se que a *Computational Archival Science* possui uma comunidade discursiva em desenvolvimento e crescimento, ainda muito concentrada em uma instituição (Universidade de Maryland).

As palavras-chave recuperadas nos textos analisados foram: *Apache Cassandra (1), API Gateway (1), Archival Analytics (1), Archival Science (2), Archival Thinking (1), Assessment Heuristics(1), Autocuration (1), Big Data (2), Brown Dog (1), Collections as Data (1), Computational Archival Science (5), Computational Archival Science (CAS) (5), CAS (1), (11)Computational Network for Librarians and Archivist (1), Computational Thinking (7), Cultural Big Data(1), Cyberinfrastructure(1), Data Conversion (1), Data Curation (1), Data Cyberinfrastructure (1), Data Mining(1), Data Platform (1), Data Repositories (1), Data Transformation (1), Data Wrangling (1), Digital Curation (8), Digital Repositories (1), Distributed Database (2), File Format Conversion (1), Fedora Commons Repository (2), Horizontal Scaling(1), Japanese American WWII Incarceration Camps (2), JCDL*

Workshop Proceedings (1), Legacy of Slavery (1), Linked Data Platform (2), Machine Learning (1), Memento (1), Metadata Extraction (2), MLIS Curriculum (1), NER (2), NLP (2), Orchestration (1), Parallel Processing (1), PII (2), Privacy (2), Provenance (1), Racial implications of reproductive technology (1), Representations of marginalized populations (1), Unstructured Data (1), Urban Renewal.

Observa-se uma maior incidência das palavras-chave *Computational Archival Science, Digital Curation* e *Computational Thinking,* o que pode evidenciar um direcionamento dos autores a uma preocupação voltada às questões computacionais e de curadoria, com menor ênfase nas questões arquivísticas, uma vez que alguns conceitos e termos chave da teoria arquivística estão pouco presentes nos textos analisados (*provenance*, por exemplo, aparece apenas uma vez, e *archival Science*, duas.), enquanto dados (*data*) aparece com bastante frequência ligado a outros termos (*data convertion, data curation, data repositories, data transformation,* etc.)

Portanto, compreende-se que a *Computational Archival Science* pode caracterizar-se enquanto domínio emergente, pois possui uma comunidade discursiva com ideias convergentes e surge da intercessão da Arquivologia, Ciência da Informação e Ciência da Computação a fim de suprir novas demandas das atividades arquivísticas. No entanto, ressalta-se que novas questões surgiram em torno de sua natureza disciplinar, suas bases teóricas e a extensão de sua comunidade discursiva, fazendo-se necessários estudos aprofundados, sobretudo no cenário brasileiro, devido à escassez de literatura que alerta para a ausência de pesquisas sobre o tema, representando uma perda nos estudos sobre tratamento de documentos arquivísticos digitais e, consequentemente, na atualização de seu ensino.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em consequência dos constantes avanços tecnológicos, novas pesquisas foram desenvolvidas na Arquivologia e na Ciência da Informação visando o estudo do tratamento de documentos arquivísticos digitais. Dentre elas, destaca-se a *Computational Archival Science*, que se apresenta enquanto um novo campo transdisciplinar.

Apesar das divergências terminológicas e conceituais acerta de sua natureza disciplinar, a *Computational Archival Science* já vem sendo reconhecida enquanto um novo campo, sobretudo na Universidade de Maryland. Nesse sentido, resgatando a noção de domínio de Smiraglia (2012) e Barité *et al.* (2015) e de domínio emergente de Barité (2020), a presente pesquisa teve como objetivo apresentar a *Computational Archival Science* enquanto um novo domínio na Ciência da Informação.

Assim, a partir de uma revisão de literatura em seu *website* e da aplicação da metodologia de análise de domínio sobre a bibliografia encontrada, identificaram-se 23 publicações em inglês relacionadas à 52 palavras-chave e de autoria de 97 autores diferentes.

Os resultados demonstram que a *Computational Archival Science* pode caracterizar-se enquanto domínio emergente, atendendo as especificações apresentadas por Smiraglia (2012), Barité *et al.* (2015) e Barité (2020). Contudo, novas questões surgiram, sobretudo quanto a sua natureza disciplinar, suas bases teóricas e a extensão de sua comunidade discursiva, apontando para a necessidade e urgência de estudos aprofundados, em especial no âmbito brasileiro, uma vez que a escassez literária alerta para a ausência de pesquisas sobre o tema e, consequentemente, para uma perda nos estudos sobre tratamento de documentos arquivísticos digitais e atualização de seu ensino.

REFERÊNCIAS

ADVANCED INFORMATION COLLABORATORY, 2022. Disponível em: https://ai-collaboratory.net/cas/ . Acesso em: 04 jul. 2022.

ALVARADO, R. U. Elitismo na literatura sobre a produtividade dos autores. *Ci. Inf.* [online]. v. 38, n. 2, p.69-79, 2009. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ci/a/SnpLqRVBYHYnrHPjVvpRxNv/?lang=pt&format=pdf . Acesso em: 31 out. 2022.

ARAÚJO, C. A. A. **O que é ciência da informação**. Belo Horizonte: KMA, 2018.

BARITÉ, M. Terminología de urgencia y garantías para la representación temática: elementos para el análisis de dominios de emergencia súbita (des). **Informação & Informação**, v. 25, n. 3, p. 239-265, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.5433/1981-8920.2020v25n3p239 . Acesso em: 23 maio 2022.

BARITÉ, M. et al. **Diccionario de organización del conocimiento**: Clasificación, Indización, Terminología. Montevideo: CSIC, 2015. Disponível em: https://www.colibri.udelar.edu.uy/jspui/bitstream/20.500.12008/9028/1/barit%c3%a9_diccionario_de_organizaci%c3%b3n_del_conocimiento.pdf . Acesso em 08 nov. 2021.

BORKO, H. Information science: what is it? **American Documentation**, v. 19, n. 1, p. 3-5, 1968. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/Instituicao/Docentes/EdbertoFerneda/k---artigo01.pdf . Acesso em: 30 ago. 2022.

BUCKLAND, M. Information as a thing. **Journal of the American Society of Information Science**, v. 4, n. 5, p. 351-360, 1991. Disponível em: http://people.ischool.berkeley.edu/~buckland/thing.html . Acesso em: 7 ago. 2020.

HJØRLAND, B. Domain Analysis in Information Science: Eleven Approaches—Traditional as Well as Innovative. **Journal of Documentation**. v. 58, p. 422-462, 2002.

INTERPARES PROJECT. **InterPARES**: International Research on Permanent Authentic Records in Electronic Systems, 2022. Disponível em: http://www.interpares.org/ . Acesso em: 10 fev. 2022.

JAILLANT, L. **Archives, Acess and Artificial Intelligence**: Working with Born-Digital and Digitized Archival Collections. Bielefeld: Bielefeld University Press, 2022.

JAPIASSU, H. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. Rio de Janeiro: IMAGO Editora LTDA, 1976.

JAPIASSU, H; MARCONDES, D. **Dicionário básico de Filosofia**. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

MARCIANO, R. *et al*. Archival records and training in the Age of Big Data. *In*: Percell, J.; Sarin, L. C.; Jaeger, P. T.; Bertot, J. C. (Eds.), **Re-Envisioning the MLS**: perspectives on the future of Library and Information Science education. Advances in Librarianship, v. 44, p. 179-199.

MARQUES, A. A. da C.; TOGNOLI, N. B. ENTRE A ARQUIVOLOGIA E OUTRAS DISCIPLINAS: promessas de interdisciplinaridade? **PÁGINAS a&b**. s. 3, n. 6, p. 65-83, 2016.

PAYNE, N. Stirring the Cauldron: Redefining Computational Archival Science (CAS) for the Big Data Domain. In: **IEEE INTERNATIONAL CONFERENCE ON BIG DATA**, ., 2018, Seatle. Proceedings [...] . Seatle: IEEE, 2018.

POMBO, O. Interdisciplinaridade e integração dos saberes. **Liinc em revista**, v. 1, n. 1, 2005. DOI: 10.18617/liinc.v1i1.186. Disponível em: https://revista.ibict.br/liinc/article/view/3082 . Acesso em: 15 set. 2020.

POMBO, O. Epistemologia da interdisciplinaridade. **Ideação**, [S.l.], v. 10, n. 1, p.9- 40, 2008. ISSN 1982-3010. Disponível em: https://e-revista.unioeste.br/index.php/ideacao/article/view/4141 . Acesso em: 15 set. 2020.

POMBO, O.; GUIMARÃES, H. M.; LEVY, T. **A Inter-disciplinaridade**: reflexão e experiência. Lisboa: Ed. Texto, 1994.

SMIRAGLIA, R. P. Epistemology of domain analysis. In Richard P. SMIRAGLIA; HUR-LI LEE, eds., **Cultural frames of knowledge**. Würzburg: Ergon Verlag, 111-124, 2012.

SMIT, J. W. O documento audiovisual ou a proximidade entre as 3 Marias. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, n. 26, p. 81-85, 1993.

SMIT, J. W. Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia: o que agrega estas atividades profissionais e o que as separa? **Revista brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 27-36, 2000.

SMIT, J. W. Ciência da Informação e Arquivologia: as duas faces de Jano. **Brazilian Journal of Information Science**, Marília, v. 11, n. 4, p. 6-9, 2017.

SWALES, J. M. The concept of discourse community. In: _____. **Genre analysis**. Cambridge: Cambridge University Press, p. 21-32, 1990.

TOGNOLI, N. B. **A contribuição epistemológica canadense para a construção da arquivística contemporânea**. 2010. 119 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2010. Disponível em: http://hdl.handle.net/11449/93669 . Acesso em: 9 nov. 2020.

UNDERWOOD, W. *et al*. Introducing Computational Thinking into Archival Science Education. In: *2018 IEEE International Conference on Big Data (Big Data).* **Anais**[...]. Seattle, WA, USA, 2018, p. 2761-2765.

VALENTIM, R. T.; TOGNOLI, N. B. Convergências e divergências entre a Diplomática Digital e a Ciência Forense Digital. **Brazilian Journal of Information Science: Research trends**, v. 14, n. 4, p. 1-

25, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.36311/1940-1640.2020.v14n4.10528 . Acesso em: 25 set. 2020.

VALENTIM, R. T.; TOGNOLI, N. B. Interdisciplinaridade na arquivologia: relações entre a diplomática e a ciência forense digital. In: Arquivo, documento e informação em cenários híbridos: anais do Simpósio Internacional de Arquivos. **Anais...** Sao Paulo(SP) Eventus, 8, 2021. Disponível em: https://www.even3.com.br/anais/simposiointernacionaldearquivos/286532-interdisciplinaridade-na-arquivologia--relacoes-entre-a-diplomatica-e-a-ciencia-forense-digital/ . Acesso em: 10 fev. 2022.

WEINTROP, D. *et al*. Defining Computational Thinking for Mathematics and Science Classroom. **Journal of Science Education and Technology**, v. 25 p. 127-147, 2016.

POLÍTICAS DE AQUISIÇÃO EM ARQUIVOS: UM TEMA NECESSÁRIO

COLLECTING POLICIES IN ARCHIVES: A NECESSARY THEME

Aline Camargo Torres
alinetorresc@yahoo.com.br

Vitor Manoel Marques da Fonseca
vitor_fonseca@id.uff.br

Resumo: O artigo aborda o estágio de desenvolvimento dos estudos referentes ao tema das políticas de aquisição de acervo – comuns no âmbito das bibliotecas e dos museus – por parte de instituições arquivísticas, com destaque para a aquisição de acervos privados por instituições arquivísticas públicas. Elenca a terminologia utilizada no campo arquivístico para se referir às políticas voltadas à formação do acervo, comparando o cenário brasileiro ao norte-americano a partir da análise de dicionários de terminologia arquivística do Brasil e dos Estados Unidos. Busca mapear a produção acadêmica brasileira referente a políticas de aquisição por arquivos, a partir de levantamento quantitativo em bases de dados que referenciam artigos, teses e dissertações de Ciência da Informação e Arquivologia. Como resultados, aponta a ausência do conceito de "política de aquisição" nos dicionários brasileiros de terminologia arquivística, assim como a baixa produção acadêmica referente à temática no Brasil. Relaciona esses pontos à crescente preocupação das instituições arquivísticas brasileiras em definirem suas políticas de aquisição de acervos privados, apresentando em destaque o caso do Arquivo Nacional. Defende a necessidade de desenvolvimento de mais pesquisas acadêmicas sobre a temática.

Palavras-Chave: Arquivos privados; Arquivo Nacional (Brasil); Política de aquisição de acervo.

Abstract: The article addresses the stage of development of studies on the topic of collection acquisition policies – common in the scope of libraries and museums – by archival institutions, with emphasis on the acquisition of private collections by public archival institutions. It lists the terminology used in the archival field to refer to policies aimed at the formation of the collection, comparing the Brazilian scenario to the North American scenario based on the analysis of dictionaries of archival terminology from Brazil and the United States. It seeks to map the Brazilian academic production regarding the policies of acquisition by archives, from a quantitative survey in databases that reference articles, theses and dissertations in Information Science and Archival Science. As a result, it points out the absence of the concept of "acquisition policy" in Brazilian dictionaries of archival terminology, as well as the low academic production on the subject in Brazil. It relates these points to the growing concern of Brazilian archival institutions in defining their policies for the acquisition of private collections, highlighting the case of the *Arquivo Nacional* (Brazil). It defends the need to develop more academic research on the subject.

Keywords: Private archives; *Arquivo Nacional* (Brazil); Collecting policy.

1. INTRODUÇÃO

A aquisição de acervo é uma das funções arquivísticas dos arquivos[100], inclusive das instituições arquivísticas públicas. No caso destas, as formas de entrada de conjuntos documentais são diversas, sendo a maior parte do acervo constituída pelo

[100] De acordo com Rousseau e Couture (1998, p.265, grifo nosso), são funções arquivísticas: "a criação, avaliação, *aquisição*, conservação, classificação, descrição e difusão dos arquivos".

recolhimento[101] de fundos provenientes de órgãos e entidades da administração pública, em sua respectiva esfera de competência – no Brasil, federal, estadual ou municipal. Não raro, instituições arquivísticas públicas também custodiam fundos e coleções de natureza privada, provenientes de pessoas, famílias ou entidades coletivas de direito privado. Nesses casos, a entrada acontece, de forma mais usual, por doação[102], compra[103] ou, quando temporariamente, por depósito[104] ou comodato[105].

De acordo com dados disponíveis no Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN)[106], a instituição possui 949 fundos e coleções sob sua custódia, dos quais 362 são de natureza privada – o que equivale a 38% do quantitativo absoluto de conjuntos documentais que integram o acervo[107]. O Arquivo Nacional (AN) adquire acervo de particulares desde o século XIX. A primeira entrada ocorreu, por doação, em 1850, apenas doze anos após a criação do então Arquivo Público do Império, em 1838. Trata-se do fundo Visconde de Cairu, título de José da Silva Lisboa (1756-1835), que, entre outros cargos, foi

[101] "Entrada de documentos públicos em arquivos permanentes, com competência formalmente estabelecida" (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p.143).

[102] "Entrada de documentos resultante da cessão gratuita e voluntária de propriedade feita por uma entidade coletiva, pessoa ou família" (Ibid, p.72).

[103] "Ato ou contrato pelo qual uma pessoa adquire de outra a propriedade de um direito ou de uma coisa corpórea ou incorpórea mediante o pagamento do preço convencionado ou prefixado, com dinheiro, ou valor equivalente, à vista ou a prazo" (HOUAISS; VILLAR, 2009, p.506).

[104] "Entrada de documentos sob custódia temporária, sem a cessão da propriedade" (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p.65).

[105] "Empréstimo gratuito por via contratual, com direito de uso por tempo predeterminado" (Ibid, p.53).

[106] Trata-se da principal base de dados do Arquivo Nacional, por meio da qual podem ser consultadas informações referentes ao acervo (em seus diferentes níveis de descrição), representantes digitais da documentação e dados sobre a história da administração pública brasileira. Disponível em: https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/login.asp . Acesso em: 19 out. 2022.

[107] Compara-se aqui o quantitativo de fundos e coleções por natureza jurídica, e não o volume da documentação, visto que o acervo de natureza pública possui dimensões muito mais expressivas.

desembargador da Relação da Bahia e da Casa de Suplicação, no período colonial, e senador do Império[108].

O perfil da documentação privada que integra o acervo do AN é variado, reunindo, entre outros, conjuntos provenientes de pessoas e famílias da elite política e econômica do país, artistas, intelectuais e ativistas políticos, além de entidades coletivas também vinculadas às áreas econômica, social, cultural e política. Via de regra, são conjuntos documentais doados por herdeiros, que buscaram o AN interessados em incorporar a documentação sob sua custódia ao acervo dessa instituição arquivística pública de âmbito nacional. Dentre as exceções à forma de entrada por doação, constam o depósito (caso, por exemplo, de parcela do acervo de Darcy Ribeiro) e o comodato (forma de entrada dos conjuntos de filmes procedentes da Cinemateca do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, no início dos anos 2000), além de raras compras de acervo (caso de parcela da Coleção Eclesiástica, por exemplo, adquirida por compra na década de 1940)[109].

Poucas foram as iniciativas do AN no sentido de angariar conjuntos documentais privados que fossem de seu interesse. Nesse sentido, merece destaque a campanha de chamamento veiculada no contexto de criação do Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964 - 1985) – Memórias Reveladas, em 2009, que solicitava a particulares a doação de documentos que pudessem ajudar a esclarecer os acontecimentos daquele período. Essa campanha teve papel significativo na ampliação do acervo de natureza privada custodiado pela instituição. Os conjuntos documentais recebidos pelo AN no período de vigência desse edital de chamamento de acervos poderiam ser doados anonimamente, sendo dispensados das formalidades regularmente adotadas pela instituição nos processos aquisição de acervos privados.

---

[108] Fundo Visconde de Cairu, código de referência: BR RJANRIO R7. Disponível, após login, em: https://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/Pesquisa_Multinivel_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1551&v_aba=0 . Acesso em: 7 jul. 2022.

[109] O AN não realiza compra de documentos há várias décadas. A instituição é contrária a essa forma de entrada de acervo, o que visa a evitar o fortalecimento de um mercado perigoso em termos éticos e jurídicos.

Em 2018, pela primeira vez, o AN publicou uma política de aquisição de acervos privados. O instrumento registrava o trâmite administrativo de entradas por doação[110]; tornava a instituição proativa na busca por conjuntos documentais privados que julgasse pertinentes ao acervo; e instituía uma comissão interna dedicada à matéria (ARQUIVO NACIONAL, 2018). No ano seguinte, em 2019, houve nova e significativa mudança institucional no tocante à aquisição de acervos privados: a referida política foi revogada, passando a valer como critério primeiro para aceitação de arquivos privados a declaração de interesse público e social, que acontece mediante ato do Ministério da Justiça e Segurança Pública, segundo recomendação do Conselho Nacional de Arquivos (ARQUIVO NACIONAL, 2019).

Essa recente[111] atuação do AN voltada a regular a entrada de conjuntos documentais privados leva a pensar no processo ativo de seleção do acervo por instituições arquivísticas públicas. Em geral, essas instituições costumam ter as linhas de acervo definidas pela própria missão institucional – qual seja, a custódia de documentos permanentes da administração pública de sua esfera de competência. Nesse sentido, a aquisição de arquivos privados provoca, de imediato, duas questões: se cabe à instituição arquivística pública recebê-los, e, em caso positivo, quais indivíduos e grupos da sociedade seriam selecionados de forma a ter representação nesse patrimônio documental.

Instituições dedicadas à custódia de acervos precisam estabelecer critérios que limitem a entrada de documentos, por questões de espaço físico, de capacidade técnica de processamento e de possibilidades de atendimento às demandas de acesso. É sempre preciso escolher o que vai ser guardado, embora esse processo não seja igual no âmbito da documentação pública, visto que, legalmente, a instituição tem obrigação de recebê-la. De acordo com o artigo 18 da lei 8.159, de 8 de janeiro de 1991 – a Lei de Arquivos –, são competências do AN tanto a gestão quanto o recolhimento da documentação produzida e recebida pelo

[110] A referida política previa a doação como forma preferencial de entrada de conjuntos documentais privados, em detrimento ao comodato e ao depósito.

[111] Referimo-nos às ações que têm início em 2017, com a instituição do Grupo de Trabalho "Política de Acervo", responsável pela formulação da política de aquisição publicada em 2018 (ARQUIVO NACIONAL, 2017).

Poder Executivo Federal (BRASIL, 1991). A aquisição de acervos privados, sejam pessoais ou institucionais, acontece de forma distinta, não por obrigação legal, mas por escolha.

> A aquisição é uma ação política fundamental à preservação e ao acesso aos documentos arquivísticos. No caso da aquisição dos arquivos pessoais, não há uma determinação previamente estabelecida, como ocorre com o recolhimento de documentos de arquivo público. O compromisso de pessoas físicas em transferir os seus arquivos para as instituições vai depender do interesse de doadores e das instituições (OLIVEIRA; MACÊDO; SOBRAL, 2017, [p.7]).

A aquisição de acervo enquanto objeto de política – envolvendo, portanto, a formulação de critérios de seleção e o papel ativo ou apenas receptivo das instituições quanto ao ingresso de documentação privada nos acervos que custodiam – é uma discussão recente no campo arquivístico, em especial quando se consideram as instituições arquivísticas públicas. Centros de documentação, mesmo os pertencentes a instituições públicas, lidam com a temática há mais tempo, assim como museus e bibliotecas, enquanto instituições reconhecidamente colecionadoras. Essas são áreas mais habituadas às reflexões sobre a construção de linhas de acervo e sobre a elaboração de políticas de aquisição. Não por acaso, a Museologia e a Biblioteconomia vêm emprestando conceitos à área de arquivos, instrumentalizando-a assim de forma a pensar sua própria atuação.

Este artigo busca reunir elementos que permitam avaliar o estágio de desenvolvimento dos estudos referentes à formulação de políticas de aquisição de acervo por arquivos no Brasil. Para isso, tem como objetivos identificar a terminologia do campo arquivístico relativa a essas políticas, assim como levantar a produção científica da área no que se refere à temática, a partir de pesquisa em fontes selecionadas.

No que diz respeito à metodologia, buscou-se levantar os termos utilizados para nomear as operações de seleção na formação de acervos arquivísticos em dois dicionários brasileiros – o *Dicionário brasileiro*

de terminologia arquivística (ARQUIVO NACIONAL, 2005) e o *Dicionário de terminologia arquivística* (CAMARGO; BELLOTTO, 2010), este vinculado à Associação dos Arquivistas de São Paulo (ARQ-SP) – e em um dicionário estrangeiro, representativo da produção acadêmica norte-americana – o *Dictionary of Archives Terminology* (SOCIETY OF AMERICAN ARCHIVISTS, 2022). Percebendo que os dicionários brasileiros não se referem ao termo "política" associado à seleção do acervo por instituições arquivísticas, pretendeu-se verificar em que medida essa ausência poderia ser entendida como reflexo do uso pouco expressivo da noção de "política de acervo" também na produção acadêmica do campo arquivístico. Como fontes, nesse caso, foram utilizadas a Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI)[112], o Portal de Periódicos[113] e o Catálogo de Teses e Dissertações[114] da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Como resultado, aponta-se a baixa produção acadêmica referente à temática no Brasil, em descompasso à crescente preocupação das instituições arquivísticas em formular políticas referentes à entrada de conjuntos documentais privados em seus acervos. Justifica-se, dessa forma, a necessidade de mais pesquisas sobre a temática.

[112] BASE Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação – BRAPCI. Versão 4.3.2021.05.28 beta. Curitiba: UFPR; Porto Alegre: UFRGS, 2022. Disponível em: https://brapci.inf.br/index.php/res/ . Acesso em: 14 out. 2022.

[113] BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. *Portal de Periódicos*. Brasília, DF, 2022. Disponível em: https://www-periodicos-capes-gov-br.ez24.periodicos.capes.gov.br/index.php? . Acesso em: 14 out. 2022.

[114] BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. *Catálogo de Teses e Dissertações*. Versão 1.1.16. Brasília, DF, 2022. Disponível em: https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/ . Acesso em: 14 out. 2022.

2. A TERMINOLOGIA, A PRODUÇÃO CIENTÍFICA E O TEMA

O *Dictionary of Archives Terminology* (SOCIETY OF AMERICAN ARCHIVISTS, 2022) constitui-se uma fonte interessante para se refletir sobre o desenvolvimento da terminologia referente aos arquivos, visto que os termos são ali inscritos com base na literatura do campo produzida nos Estados Unidos e no Canadá. A publicação conta com a seção *Word of the Week*, que semanalmente divulga – na página *web* e por mensagem eletrônica aos inscritos na seção – novos termos e atualizações. Em junho de 2022 – coincidentemente, no período em que se elaborava este trabalho –, foram divulgados de forma sequencial os conceitos *collection development* e *collection development policy*. Essas publicações de *Word of the Week* ilustram a atualidade, nos Estados Unidos, da questão que aqui se coloca.

Estes são termos bastante usados em estudos de biblioteconomia e museologia, mas ainda pouco encontrados na produção acadêmica referente aos arquivos. A inclusão de termos que remetem à elaboração de políticas de formação de acervo no referido dicionário aponta para uma atualização da produção norte-americana nessa área. Destacam-se, a seguir, os termos relacionados que incorporam a noção de política.

Quadro 1. Termos extraídos do *Dictionary of Archival Terminology*

Termo	Tradução	Definição	Termos relacionados
Collecting policy **Sinônimos:** - *Acquisition policy* (Política de aquisição) - *Collection development policy* (Política de desenvolvimento de acervo) - *Collection policy* (Política de acervo)	Política de constituição de acervo	*1. guidelines outlining the scope and selection of materials that support a repository's mission.*	- *Acquisition* - *Appraisal* - *Collection development* - *Documentation strategy* - *Selection*

Termo	Tradução	Definição	Termos relacionados
Acquisition	Aquisição	*1. materials physically and officially transferred to a repository as a unit at a single time* 2. *the process of seeking and receiving materials from any source by transfer, donation, or purchase*	*- Accretion* *- Accrual* *- Addition* *- Aggregation* *- Collection development* *- Increment* *- Ingest*
Appraisal	Avaliação	*1. the process of identifying materials offered to an archives that have sufficient value to be accessioned* 2. *the process of determining the length of time records should be retained, based on legal requirements and on their current and potential usefulness* 3. *the process of determining the market value of an item; monetary appraisal*	*- Collection development* *- Reappraisal* *- Selection* *- Value*
Collection development	Desenvolvimento de acervo	1. *the set of activities and policies associated with acquiring and selecting archival resources*	*- Accession* *- Acquisition* *- Appraisal* *- Collection development policy* *- Deaccession* *- Documentation strategy* *- Reappraisal*

Termo	Tradução	Definição	Termos relacionados
Documentation strategy	Estratégia de documentação	1. *a methodology that guides selection and assures retention of adequate information about a specific geographic area, a community, a topic, a process, or an event that has been dispersed throughout society*	- *Archival silence* - *Collecting policy* - *Collection development policy* - *Minnesota Method*
Selection	Seleção	1. *the process of identifying which records to retain because of their enduring value*	- *Appraisal*

(Fonte: elaborado pelos autores a partir de SOCIETY OF AMERICAN ARCHIVISTS, 2022, em https://dictionary.archivists.org/entry/collecting-policy.html, tradução livre)

Na tabela estão listados, também como entradas principais, todos os termos relacionados a *Collecting policy* (Política de constituição de acervo), de forma a evidenciar a relação entre eles. Merece destaque a variedade de sinônimos com remissivas para o termo *Collecting policy* (Política de constituição de acervo): *Acquisition policy* (Política de aquisição), *Collection development policy* (Política de desenvolvimento de acervo), *Collection policy* (Política de acervo). Essa variedade chama a atenção especialmente se comparada ao cenário brasileiro.

No Brasil, os dicionários de terminologia arquivística mais recentes e mais recorridos – o *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística* (ARQUIVO NACIONAL, 2005) e o *Dicionário de terminologia arquivística*, vinculado à Associação dos Arquivistas de São Paulo (CAMARGO; BELLOTTO, 2010) – não incluem conceitos que incorporem a noção de política relacionada à formação de acervos arquivísticos. Aquisição e entrada de documentos são termos abordados nessas obras, mas apenas enquanto operações formais de ingresso de conjuntos documentais nas instituições de guarda.

Quadro 2. Definição dos termos relacionados em dicionários brasileiros[115]

Termo	Dicionário AN	Dicionário ARQ-SP
Aquisição	Ver entrada de documentos (1)	Ação formal em que se funda a transferência de propriedade de documentos e arquivos.
Avaliação	Processo de análise de documentos de arquivo, que estabelece os prazos de guarda e a destinação, de acordo com os valores que lhe são atribuídos.	Processo de análise de arquivos, visando a estabelecer sua destinação de acordo com os valores que lhes forem atribuídos.
Entrada de documentos	(1) Ingresso de documentos em arquivo, seja por comodato, compra, custódia, dação, depósito, doação, empréstimo, legado, permuta, recolhimento, reintegração ou transferência.	Ingresso de documentos no protocolo ou no arquivo.
Seleção	Separação dos documentos de valor permanente daqueles passíveis de eliminação, mediante critérios e técnicas previamente estabelecidos em tabela de temporalidade.	Ver avaliação.

(Fonte: elaborado pelos autores)

[115] No caso dos dicionários brasileiros, os termos "Avaliação" e "Seleção" aparecem associados à gestão de documentos, e não à aquisição de arquivos permanentes por instituições de guarda. Foram incluídos nesta tabela de forma a manter a equivalência com a tabela anterior, pois, no referido dicionário norte-americano, tanto "*Appraisal*" (Avaliação) quanto "*Selection*" (Seleção) são listados como termos relacionados a "Collecting policy" (Política de constituição de acervo). No caso norte-americano, "*Appraisal*" (Avaliação) possui mais de uma acepção, sendo possível perceber a associação do termo à temática em questão.

No caso do dicionário norte-americano, a inclusão de conceitos que remetem a políticas de aquisição de acervo comprova a preocupação e reflexão das comunidades profissionais dos Estados Unidos e do Canadá sobre a questão. No Brasil, a ausência de tais conceitos nos referidos dicionários parece estar associada a um grau mais baixo de reflexão sobre a temática também no campo acadêmico – em que pese o fato de os dicionários terem sido publicados há pouco mais ou menos que vinte anos, talvez cabendo revisão. Uma breve pesquisa na Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI), no Portal de Periódicos e no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) aponta para uma incorporação incipiente da noção de política de aquisição de acervo na produção acadêmica voltada aos arquivos.

Quadro 3. Trabalhos recuperados pelo termo "Política de aquisição", por área

Área	BRAPCI	Portal de periódicos CAPES	Catálogo de Teses e Dissertações CAPES	TOTAL de trabalhos recuperados[116]
Biblioteconomia	12	10	2	24
Museologia	1	14	4	19
Arquivologia	1	2	1	4
Total	14	26	7	47

(Fonte: elaborado pelos autores)

[116] Constam dois artigos (um na área de Biblioteconomia e outro na área de Museologia) que se repetem, aparecendo tanto na BRAPCI quanto no Portal de Periódicos CAPES.

Dos 47 trabalhos identificados no levantamento, apenas quatro abordam a questão a partir da Arquivologia; 19 são da área de Museologia; 24, de Biblioteconomia. Essa diferença significativa entre as áreas certamente não acontece por acaso. Museus e bibliotecas são instituições que, diferentemente dos arquivos, se assumem colecionadoras, atuantes na composição de seus acervos.

Os quatro trabalhos – três artigos e uma dissertação – da área de Arquivologia apresentam visões críticas em relação à ausência de políticas de aquisição de arquivos privados por parte das instituições custodiadoras, tangenciando a questão a partir de recortes específicos de pesquisa.

Quadro 4. Detalhamento dos trabalhos recuperados na pesquisa

Título	Autoria	Tipo	Ano de publicação
Patrimônio fotográfico e os espaços de memória no estado do Espírito Santo	MALVERDES, André; LÓPEZ, André Porto Ancona	Artigo	2016
Perfil e lugar dos arquivos privados institucionais em entidades custodiadoras cariocas	TERRADA, Gabriela Ayres Ferreira; FONSECA, Vitor Manoel Marques da	Artigo	2019
A UNIRIO e o arquivo pessoal de Guilherme Figueiredo: a aquisição de acervos arquivísticos privados por instituições públicas de ensino superior	SOUSA, Alice Veridiana de	Dissertação	2019
Arquivos privados em espaço público: estudo de caso em arquivos públicos brasileiros	COLOMBO, Ana Beatriz; TROITIÑO, Sonia	Artigo	2021

(Fonte: elaborado pelos autores)

Malverdes e Lopez (2016) discutem a categoria "patrimônio fotográfico", apresentando um panorama das principais instituições públicas custodiadoras de documentos fotográficos no estado do Espírito Santo – instituições nas quais, de acordo com os autores, se encontra depositada a parcela mais expressiva dessa documentação no referido estado. São elencadas, no artigo, seis instituições: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES); Arquivo Geral do Município de Vitória (AGMV); Museu Solar Monjardim (MSM); Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Superintendência do Espírito Santo (IPHAN-ES); Universidade Federal do Espírito Santo (UFES); Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN). Entre outros problemas relativos à preservação e à disponibilização desses documentos, os autores observam a ausência de política de aquisição por parte das instituições custodiadoras. Sugerem a realização de estudos visando à criação de um centro gestor do patrimônio fotográfico naquele estado – que seria estabelecido em cooperação mútua entre as entidades custodiadoras –, com o objetivo de elaborar diretrizes comuns para aquisição, preservação, descrição e acesso à documentação em tela.

Terrada e Fonseca (2019) apresentam um levantamento acerca dos arquivos privados institucionais que integram o acervo de sete importantes entidades custodiadoras localizadas na cidade do Rio de Janeiro: AN; Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ); Arquivo-Museu de Literatura Brasileira, da Fundação Casa de Rui Barbosa (AMLB/FCRB); Casa de Oswaldo Cruz, da Fundação Instituto Oswaldo Cruz (COC/FIOCRUZ); Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, da Fundação Getulio Vargas (CPDOC/FGV); Fundação Biblioteca Nacional (FBN); Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Os autores destacam a relevância dos arquivos privados institucionais enquanto fontes para a história, a memória e a cultura, apontando a baixa presença desses conjuntos documentais nas referidas entidades, especialmente se comparada à dos arquivos privados pessoais. Elencam a ausência de políticas de aquisição de acervos privados de entidades coletivas como uma das razões para o desalinho entre a grande importância dessas fontes e a pouca atenção conferida à sua preservação.

A dissertação de Sousa (2019), defendida no Programa de Pós-Graduação em Memória e Acervos da FCRB sob orientação do professor José Almino de Alencar e Silva, discute a pertinência da aquisição de arquivos privados por instituições federais de ensino superior, propondo um modelo de política para a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) a partir das diretrizes estabelecidas por instituições como o Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST), a COC/FIOCRUZ, a FCRB e o AN.

Dos trabalhos elencados neste levantamento, apenas o artigo de Colombo e Troitiño (2021) toma como problema central a aquisição de arquivos privados por instituições arquivísticas públicas. As autoras analisam a situação dos arquivos públicos estaduais da região Sudeste no Brasil no que tange ao estabelecimento de políticas de aquisição de conjuntos documentais privados. Relatam a ausência de diretrizes claras e transparentes para a atuação institucional nesse campo, ressaltando a importância de seu estabelecimento: "O abrigo desses acervos dentro dos arquivos públicos é uma decisão institucional, que acarretará na formação do patrimônio documental brasileiro e, por isso, deve ser transparente, como medida de prestação de contas à sociedade" (COLOMBO; TROITIÑO, 2021, p.3).

Embora seja necessário ampliar a pesquisa, incorporando fontes não elencadas neste trabalho, parece evidente que, no país, política de aquisição em arquivos não é tema frequente de investigação acadêmica.

Cabe apontar que, no Brasil, centros de pesquisa, de documentação e/ou de memória vêm atuando, pelo menos desde os anos 1970, na aquisição de conjuntos documentais privados afeitos a suas linhas de atividade. É o caso, por exemplo, do Centro de Documentação e Memória da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (CEDEM/UNESP); do MAST; da FCRB; da COC/FIOCRUZ; do CPDOC/FGV. São instituições que elaboraram suas políticas de aquisição de arquivos privados, definindo linhas de acervo afinadas à missão institucional e aos interesses de pesquisa dos profissionais a elas vinculados. As denominações dos documentos que registram essas políticas são variadas: "Política de desenvolvimento de coleções e

aquisição de acervos", no CEDEM/UNESP[117]; "Política de aquisição e descarte de acervos", no MAST[118]; "Diretrizes para a aquisição de acervos arquivísticos", na FCRB[119]; "Programa de incorporação de acervos", que integra a "Política de preservação e gestão de acervos culturais das ciências e da saúde", na COC/FIOCRUZ[120]; "Política de acervo", no CPDOC/FGV[121].

A produção intelectual[122] atrelada a esses processos de elaboração de diretrizes para recebimento de acervos privados certamente faz avançar a discussão acerca da temática no Brasil. No entanto, é preciso reconhecer que instituições dessa natureza, geralmente pautadas por um recorte temático mais bem delimitado, apresentam menor complexidade na definição de políticas de aquisição e linhas de acervos privados, se comparadas a instituições arquivísticas públicas de âmbito municipal, estadual ou nacional – dedicadas primordialmente ao recolhimento da documentação permanente da administração pública. Nestas, a escolha dos conjuntos documentais privados que integrarão o acervo pode acabar contribuindo para forjar o perfil que se deseja imprimir às próprias instituições. Que indivíduos e grupos sociais terão seus arquivos aceitos por estas instituições? Essa escolha pode evidenciar também a opção institucional por atuar de maneira mais próxima à administração do Estado ou à sociedade.

---

[117] Disponível em: https://www.cedem.unesp.br/#!/apresentacao/politica-de-desenvolvimento-de-colecoes-e-aquisicao-de-acervos/ . Acesso em: 20 out. 2022.

[118] Disponível em: https://www.gov.br/mast/pt-br/coordenacao-de-museologia/politica_de_aquisicao_e_descarte.pdf . Acesso em: 20 out. 2022.

[119] Disponível em: https://www.gov.br/casaruibarbosa/pt-br/acesso-a-informacao/legislacao/relatorio-anual-de-gestao/pdfs/anexo_portaria-_8_-diretrizes_para_aquisicao_de_acervos_arquivisticos.pdf . Acesso em: 20 out. 2022.

[120] Disponível em: https://coc.fiocruz.br/images/stories/PDFs/Programa%20de%20incorporao%20VALIDADO%20CD_COC_PARA%20PORTAL_2015-05-21.pdf . Acesso em: 20 out. 2022.

[121] Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/arquivos/2021-06/politica_de_acervo_da_escola_de_ciencias_sociais_da_fundacao_getulio_vargas.pdf . Acesso em: 20 out. 2022.

[122] Referimo-nos a artigos não referenciados nas bases de dados utilizadas como fontes para esta pesquisa.

É interessante perceber que, recentemente, também as instituições arquivísticas começam a se voltar a essa discussão, ainda que em uma perspectiva eminentemente prática, a de resolver seus problemas concretos de espaço e condições de tratamento, sem um esforço de teorização e sem a participação de estudiosos da área. Não apenas o Arquivo Nacional vem atuando no âmbito da elaboração de uma política de aquisição de acervos privados. O Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP), anteriormente ao AN, tratou de regular a entrada de arquivos privados, condicionando-a (assim como depois o fez o AN) à prévia declaração de interesse público e social pela autoridade competente – no caso de São Paulo, a recomendação cabe ao Departamento de Gestão do Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo, sendo a declaração concedida por decreto do governador do estado.

Em um contexto histórico no qual se valorizam grupos minoritários e se multiplicam os esforços de indivíduos no sentido de tornarem públicos documentos e narrativas de si – movimento favorecido pelas tecnologias de informação e comunicação –, as instituições arquivísticas são instadas a se posicionarem frente a demandas sociais pautadas pelo direito à identidade e à memória. Essas demandas se materializam, muitas vezes, em contatos para oferta de conjuntos documentais privados – de pessoas, famílias ou entidades coletivas – que postulam ser incorporados ao patrimônio documental custodiado por instituições públicas. Estas, por sua vez, comumente se defrontam com limitações orçamentárias, de espaço físico e de pessoal, que têm reflexos na capacidade de guarda, preservação, processamento e acesso ao acervo. É preciso escolher o que vai ser aceito, e a formulação de critérios que regulem esse tipo de entrada de acervo não é tarefa simples.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No campo arquivístico, a prática das instituições é, muitas vezes, impulsionadora das reflexões construídas no campo teórico. As instituições arquivísticas públicas, a exemplo do AN e do APESP, vêm buscando regular a escolha dos conjuntos documentais privados que integrarão o patrimônio documental custodiado, a partir da formulação de políticas de aquisição. Certamente, essas políticas podem tornar as escolhas institucionais mais impessoais, transparentes e objetivas, racionalizando o processo decisório.

> [...] estabelecer uma política de formação ou aquisição de documentos, têm como principal função tornar o mais objetivo e transparente possível, o processo de ampliação e preservação do patrimônio documental, por parte do poder público. Sem elas, as instituições são incapazes de definir o caráter dos arquivos a serem adquiridos, abrindo espaço então, para aquisições de cunho subjetivo e interesses, por vezes, parciais (COLOMBO; TROITIÑO, 2021, p.13).

Por outro lado, o estabelecimento dessas políticas de aquisição pode também sugerir questões que levem a pensar no papel das instituições arquivísticas em relação à administração do Estado e à sociedade. Políticas de aquisição de acervos privados devem ser formuladas com base em reflexão teórica, dada a importância dos arquivos não apenas para a administração pública, mas também para a história, a memória e a cultura. Não apenas as instituições e o Estado devem ser responsáveis pela escolha dos conjuntos documentais privados que integrarão o acervo de instituições arquivísticas públicas. É importante que a sociedade civil, incluindo a universidade, participe desse processo.

A explicitação das reflexões que embasam as políticas de aquisição contribui para o aperfeiçoamento dessas políticas, uma vez que torna claro o que fundamenta as decisões e abre o espaço do contraditório, permitindo que a sociedade como um todo possa participar e

problematizar as opções previstas, mas também porque socializa a responsabilidade no estabelecimento e preservação do patrimônio arquivístico nacional independentemente das esferas administrativas (federal, estadual ou municipal).

No Brasil, as reflexões teóricas sobre políticas de aquisição de acervos privados se encontram em fase ainda inicial. Nenhuma das duas instituições citadas apresentou, como documento oficial ou como artigo científico, suas opções e as razões para a assunção dessas políticas. Por outro lado, a reflexão acadêmica é, ainda, bastante pequena. Urge ampliar o debate, com a produção de estudos acadêmicos sobre a temática e o convite às instituições arquivísticas a elaborarem e partilharem suas opções e bases teóricas que as fundamentam.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Sistema de Informações do Arquivo Nacional – SIAN**. Base de dados. Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/login.asp . Acesso em: 14 out. 2022.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. Disponível em: https://www.gov.br/conarq/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/dicionrio_de_terminologia_arquivistica.pdf . Acesso em: 22 jul. 2022.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Portaria n. 477, de 11 de outubro de 2017. Institui Grupo de Trabalho Política de Acervo no âmbito do Arquivo Nacional. **Boletim Interno Quinzenal**, Rio de Janeiro, RJ, n. 10, p. 10-11, 2017.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Portaria n. 58, de 13 de março de 2018. Institui a política de aquisição de acervos privados do Arquivo Nacional. **Boletim Interno Quinzenal**, Rio de Janeiro, RJ, n. 3, p. 6-15, 2018.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Portaria n. 311, de 9 de setembro de 2019. Estabelece critérios para recebimento de arquivos privados no Arquivo Nacional. **Boletim de Gestão de Pessoas**, Brasília, DF, ano 3, edição 9.14, 2019. Disponível em: https://boletim.sigepe.planejamento.gov.br/publicacao/detalhar/24799 . Acesso em: 14 out. 2022.

BRASIL. Lei n. 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 9 jan. 1991. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8159.htm . Acesso em: 19 out. 2022.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida; BELLOTTO, Heloísa Liberalli (Coord.). **Dicionário de terminologia arquivística** [versão de bolso]. 2 ed. São Paulo: Centro de Memória da Educação FEUSP/FAPESP, 2010.

COLOMBO, Ana Beatriz; TROITIÑO, Sonia. Arquivos privados em espaço público: estudo de caso em arquivos públicos brasileiros. **Ágora**: arquivologia em debate, Florianópolis, v. 31, n. 63, p. 1-16, jul.-dez. 2021. Disponível em: https://brapci.inf.br/index.php/res/v/161434 . Acesso em: 24 jul. 2022.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

MALVERDES, André; LÓPEZ, André Porto Ancona. Patrimônio fotográfico e os espaços de memória no estado do Espírito Santo. **Ponto de Acesso**, Salvador, v. 10, n. 2, p. 59-80, ago. 2016. Disponível em: https://www-periodicos-capes-gov-br.ezl.periodicos.capes.gov.br/index.php/buscador-primo.html . Acesso em: 24 jul. 2022.

OLIVEIRA, Lúcia Maria Velloso de; MACÊDO, Patrícia Ladeira Penna; SOBRAL, Camilla Campoi de. Arquivos pessoais e intimidade: da aquisição ao acesso. **Revista do Arquivo**: uma publicação online do Arquivo Público do Estado de São Paulo, ano II, n. 4, mar. 2017 [não paginado]. Disponível em:

http://www.arquivoestado.sp.gov.br/revista_do_arquivo/04/artigo_02.php#inicio_artigo . Acesso em: 10 out. 2022.

ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.

SOCIETY OF AMERICAN ARCHIVISTS. **Dictionary of Archives Terminology**. Chicago, Il.: SAA, 2022. Disponível em: https://dictionary.archivists.org/ . Acesso em: 14 out. 2022.

SOUSA, Alice Veridiana de. **A UNIRIO e o arquivo pessoal de Guilherme Figueiredo**: a aquisição de acervos arquivísticos privados por instituições públicas de ensino superior. 2019. 167 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Memória e Acervos, Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro, 2019.

TERRADA, Gabriela Ayres Ferreira; FONSECA, Vitor Manoel Marques da. Perfil e lugar dos arquivos privados institucionais em entidades custodiadoras cariocas. **Informação & Informação**, v. 24, n. 1, p. 383-402, 2019. Disponível em: https://brapci.inf.br/index.php/res/v/110685 . Acesso em: 24 jul. 2022.

AQUISIÇÃO NOS MANUAIS DE ARQUIVOLOGIA PUBLICADOS ENTRE 1898 e 1944

ACQUISITION IN THE MANUALS OF ARCHIVAL SCIENCE PUBLISHED BETWEEN 1898 AND 1944

Fabiana Costa Dias
fabiana78@gmail.com

Clarissa Moreira dos Santos Schmidt
clarissaschmidt@id.uff.br

Resumo: Busca-se apresentar um dos resultados que compõe a tese intitulada provisoriamente como *Aquisição de acervos arquivísticos: um estudo do conceito e suas práticas*, em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense. O assunto da tese é o estudo do significado de aquisição e das suas práticas em relação aos acervos arquivísticos. Para esta apresentação delimitamos a identificação de práticas de aquisição a partir da leitura de manuais de Arquivologia publicados nacionalmente e internacionalmente, entre os anos de1898 e 1944. Trata-se de uma pesquisa de natureza aplicada, caracterizada por ser exploratória, descritiva e explicativa, com uso do procedimento técnico bibliográfico e abordagens dedutiva, histórica e comparativa. Como procedimento metodológico o texto está dividido em duas partes. A primeira, intitulada *O significado de aquisição nos dicionários de terminologia arquivística*, com o objetivo de apresentar e analisar a definição do termo em questão. A segunda parte, denominada *Os manuais de arquivologia publicados entre 1898 e 1944*, tem como proposta apresentar os manuais que serão utilizados neste artigo, bem como identificar as práticas de aquisição mencionadas. Como resultado e considerações finais, foi possível identificar uma dispersão e diversidade dos significados de aquisição, além da falta de entendimento que a aquisição era uma atividade

arquivística por mais que os manuais mencionassem alguns dos significados do termo em debate.

Palavras-Chave: Aquisição, Arquivologia, Manuais de arquivologia.

Abstract: It seeks to present one of the results that make up the thesis provisionally titled Acquisition of archival collections: a study of the concept and its practices, under development in the Postgraduate Program in Information Science at the Fluminense Federal University. The subject of the thesis is the study of the term acquisition and its practices in relation to archival collections and for this presentation we delimit the identification of acquisition practices from the reading of Archival manuals published nationally and internationally, between 1898 and 1944. it is an applied research, characterized by being exploratory, descriptive and explanatory, using the technical bibliographic procedure and deductive, historical and comparative approaches. As a methodological procedure, the text is divided into two parts. The first, entitled The meaning of acquisition in archival terminology dictionaries, with the objective of presenting and analyzing the definition of the term in question. The second part, called The archival manuals published between 1898 and 1944, aims to present the manuals that will be used in this article, as well as to identify the aforementioned acquisition practices. As a result and final considerations, it was possible to identify a dispersion and diversity of the meanings of acquisition, in addition to the lack of understanding that acquisition was an archival activity, even though the manuals mentioned some of the meanings of the term under debate.

Keywords: Acquisition, Archival science, Archival manuals.

1. INTRODUÇÃO

A proposta deste artigo é apresentar um dos resultados alcançados na tese provisoriamente intitulada como *Aquisição de acervos arquivísticos: um estudo do conceito e suas práticas*, em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense. A pesquisa tem como objetivo geral compreender como o conceito de aquisição vem sendo abordado na literatura arquivística, cotejando com as ações desenvolvidas pelas instituições brasileiras. Para alcançar estes objetivos foram elaborados quatro objetivos específicos dos quais dois foram selecionados para este artigo, a saber: discutir acerca do conceito de aquisição no campo dos arquivos e compreender e analisar a aquisição no campo dos arquivos.

Sendo assim, o artigo foi organizado em duas seções. A primeira, nomeada *O significado de aquisição nos dicionários de terminologia arquivística,* pretende apresentar e analisar a aquisição nas obras de terminologia e autores que tratam sobre o tema. Por sua vez, a segunda, denominada *Os manuais de arquivologia publicados entre 1898 e 1944,* tem como proposta apresentar práticas de aquisição mencionadas por estas publicações.

2. O SIGNIFICADO DE AQUISIÇÃO NOS DICIONÁRIOS DE TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA

Comodato, compra, custódia, dação, depósito, doação, empréstimo, legado, permuta, recolhimento, reintegração, transferência e troca possuem em comum a adição de novos itens documentais ou arquivos em repositórios arquivísticos ou em instituições de custódia documental. Apesar dos dicionários de terminologia arquivística nacional e internacional[123]denotarem o sentido de aumentar o número de arquivos

[123] Obras e autores que trabalham com terminologia arquivística: Silva (1959), Glosario de términos archivísticos (1961), Dannemann (1979), A Basic Glossary for Archivists, Manuscript Curators, and Records Managers (1974), Dictionary of Archival Terminology (1984), a NBR 9578: Arquivo – Terminologia (1986), Dicionário de termos arquivísticos: subsídios para uma terminologia arquivística

ou documentos nas instituições, dependem de ações distintas caracterizadas pela transferência formal de propriedade e pela transferência oficial de documento. À vista disso e com a proposta de compreender estas diferenças, nesta seção serão apresentadas as obras de terminologia arquivística que definem aquisição. A pesquisa elaborada para a tese percorreu dezoito dicionários especializados e autores que debatem acerca do significado de aquisição, tanto os nacionais como internacionais. Já para este artigo, realizamos uma seleção destas publicações e duas foram eleitas para nossa reflexão, quais sejam, o *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística* (2005) editado pelo Arquivo Nacional em 2005, e a *Encyclopedia of Archival Science* (2015), uma iniciativa de Luciana Duranti e Patricia Franks, que reúne cento e cinquenta e quatro termos arquivísticos.

As condições para a seleção destas duas publicações justificam-se pelo espaço reduzido para as análises, pois, por se tratar de um artigo, foi preciso diminuir a quantidade de referências utilizadas. Sendo assim, a primeira condição de nossa seleção foi a necessária existência de uma publicação nacional e uma estrangeira. A segunda condição foi a de escolher um dicionário que concentrasse, na definição de aquisição, a maior quantidade de significados. Por último, a terceira condição foi a de ter uma referência que definisse o que orienta a aquisição. Cumpre ressaltar que, para este artigo, cada definição de aquisição será denominada como método aquisitivo[124].

brasileira (1991), A Glossary for Archivists, Manuscript Curators, and Records Managers (1992), Diccionario de Terminología Archivística (1995), Dictionnaire de Terminologie Archivistique (2002), Dictionary of Archival Terminology (2002), Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005), Glossary of Archival and Records Terminology (2005), Bureau of Canadian Archivists (2008), Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia (2008), Multilingual Archival Terminology (2010), Normas Portuguesas de Documentação e Informação CT7 (2010), Dicionário de Terminologia Arquivística (2012) e Encyclopedia of Archival Science (2015).

[124] A escolha por método para identificar os significados de aquisição tem como referência a autora REED, Barbara. Acquisition and appraisal. In: PEDERSON, Ann E.; MCCAUSLAND, Sigrid. **Keeping Archives**. Canberra: Australian Society of Archivists. 1987.

Nesta perspectiva, o *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística* (2005) define aquisição como: "ingresso de documentos em arquivo seja por comodato, compra, custódia, dação, depósito, doação, empréstimo, legado, permuta, recolhimento, reintegração ou transferência." (DIBRATE, 2005, p. 85). Por sua vez, a *Encyclopedia of Archival Science* (2015) compreende aquisição da seguinte maneira:

> […] O processo pelo qual uma instituição de arquivo obtém cuidados e controle de seus acervos documentais. A aquisição geralmente envolve a transferência formal da propriedade do material de arquivo através de doação ou compra de uma pessoa particular ou entidade corporativa, ou a transferência oficial de documentos de um produtor que faz parte da mesma organização, como entre uma agência governamental e arquivos, onde a propriedade formal não muda (Fisher, 2015, p.05)[125].

A partir do entendimento de Fisher (2015), tal qual a aquisição é orientada pela transferência formal de propriedade e pela transferência oficial de documentos, foi possível classificar os métodos aquisitivos apresentados pelo *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística* (2005). Para conseguirmos classificar os métodos aquisitivos apresentados pelo DIBRATE (2005) pesquisamos nas demais referências utilizadas para a tese o significado de cada um deles e elaboramos o quadro a seguir:

[125] Trecho original: "[…] the process by which an archival institution obtains care and control of its documentary holdings. Acquisition typically involves the formal transfer of ownership of archival material through donation or purchase from a private person or corporate entity, or the official transfer of records from a creator that is part of the same organization, such as between a government agency and archives, where formal ownership does not change." (FISHER, 2015, p.05).

Quadro 1. Definição dos métodos aquisitivos

Método Aquisitivo	Definições
Comodato	"empréstimo gratuito por via contratual, com direito de uso por tempo predeterminado." (DIBRATE, 2005, p. 53)
Compra	"pelo contrato de compra e venda, um dos contratantes se obriga a transferir o domínio de certa coisa, e o outro, a pagar-lhe certo preço em dinheiro." (BRASIL, 2002).
Custódia	"responsabilidade jurídica de guarda e proteção de arquivos, independente de vínculo de propriedade." (DIBRATE, 2005, p. 54)
Dação	"entrega de documentos e/ou arquivos em pagamento de uma dívida." (DIBRATE, 2005, p. 62)
Depósito	"entrada de documentos sob custódia temporária, sem a cessão da propriedade." (DIBRATE, 2005, p.65)
Doação	"ato irrevogável pelo qual um proprietário de documentos cede a sua propriedade a um arquivo. Se a doação é feita por declaração de última vontade, chama-se legado." (DANNEMANN, 1979, p.439)
Empréstimo	"transferência física e temporária de documentos para locação interna ou externa, com fins de referência, consulta, reprodução, pesquisa ou exposição." (DIBRATE, 2005, p. p.82)
Legado	Equivalente à doação, de acordo com a Dannemann (1979)
Permuta	Aplicam-se à troca as disposições referentes à compra e venda, com as seguintes modificações: I - salvo disposição em contrário, cada um dos contratantes pagará por metade as despesas com o instrumento da troca; II - é anulável a troca de valores desiguais entre ascendentes e descendentes, sem consentimento dos outros descendentes e do cônjuge do alienante. (BRASIL, 2002).
Recolhimento	"passagem de documentos do arquivo intermediário para o arquivo permanente." (CAMARGO; BELLOTTO, 2012, p. 71)
Reintegração	"ação judiciária para recondução de documento ao fundo ou arquivo que a pertence." (CAMARGO; BELLOTTO, 2012, p. 73)
Transferência	"a passagem de documentos do arquivo corrente para o intermediário." (CAMARGO; BELLOTTO, 2012, p. 80).
Troca	Aplicam-se à troca as disposições referentes à compra e venda, com as seguintes modificações: I - salvo disposição em contrário, cada um dos contratantes pagará por metade as despesas com o instrumento da troca; II - é anulável a troca de valores desiguais entre ascendentes e descendentes, sem consentimento dos outros descendentes e do cônjuge do alienante. (BRASIL, 2002).

(Fonte: Elaboração própria)

Com exceção das definições de compra, permuta e troca, todas as demais foram localizadas em obras de terminologia arquivística. Recorremos primeiramente ao dicionário de língua portuguesa, Priberam, para identificar o significado destes três termos:

Quadro 2. Definição de Compra, Permuta e Troca

Método Aquisitivo	Definições
Compra	"ato de compra, coisa comprada, aquisição, suborno [...]" [126]
Permuta	"câmbio, troca, substituição, transposição." [127]
Troca	"ato ou efeito de trocar. Substituição; mudança; compensação; permutação; escambo." [128]

(Fonte: Elaboração própria)

[126] "compra", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2021. Disponível em:<https://dicionario.priberam.org/compra>. Acesso em: 26 maio 2020.

[127] "permuta", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2021. Disponível em: https://dicionario.priberam.org/permuta . Acesso em: 26 maio 2020.

[128] "troca", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2021. Disponível em: https://dicionario.priberam.org/troca . Acesso em: 26 maio 2020.

A partir das definições que o dicionário disponibilizou, entendemos que troca e permuta são sinônimos. Utilizamos também o Código Civil devido ao uso de contratos para a efetivação de aquisições, além de buscarmos compreender ainda mais esses três termos. Reunidos todos os significados dos métodos aquisitivos, como demonstrado no quadro 1, conseguimos classificá-los de acordo com as orientações de Fisher (2015):

Quadro 3. Classificação dos métodos aquisitivos

Orientação do Método Aquisitivo	Métodos Aquisitivos
Transferência formal de propriedade – transferência da propriedade e da posse	Compra Dação Doação Legado Custódia Permuta Reintegração
Transferência oficial de documento – temporária – transferência da posse	Comodato Empréstimo Depósito Custódia
Transferência oficial de documento – permanente – manutenção da propriedade e da posse	Transferência Recolhimento Custódia Reintegração

(Fonte: Elaboração própria)

A transferência formal de propriedade é caracterizada pela alteração da jurisdição arquivística, ou seja, muda-se o titular do arquivo e a sua posse. Já a transferência oficial de documentos tem como característica a permanência dos documentos sob a mesma jurisdição arquivística, isto é, o titular do arquivo é mantido. Foi observado em comum nas definições de comodato, empréstimo e depósito uma delimitação

temporária para ocorrerem. Nesse sentido, dividiu-se a transferência oficial de documentos em temporária e permanente. Custódia é um método aquisitivo que pode ser classificado nas três opções por carregar em sua definição a independência do vínculo de propriedade. Reintegração vai depender se o arquivo ou itens documentais reintegrados irão mudar ou permanecer na mesma jurisdição arquivística.

Como resultado desta análise constata-se que a aquisição possui uma diversidade e dispersão de significados que são orientados e classificados por duas atividades distintas: transferência formal de propriedade e transferência oficial de documentos.

2.1. Os manuais de Arquivologia publicados entre 1898 e 1944

Nesta seção serão apresentados os manuais arquivísticos selecionados e publicados entre os anos de 1898 e 1944. A pesquisa elaborada para a tese percorreu nove obras desta natureza, porém, para este artigo realizamos uma seleção destas publicações e elegemos cinco, sendo três manuais nacionais e dois internacionais. As obras nacionais são o *Manual de Classificação e Archivamento de Papeis e Documentos Commerciaes e Civis* (1931), *Arquivar e Achar* (1941) e *Vade-Mecum do Arquivista* (1944), e as obras internacionais são *Manual de Arranjo e Descrição de Arquivos* (1973)[129]; *A Manual of Archive Administration* (1937).[130]

A leitura destes cinco manuais teve como intuito identificar práticas de aquisição de acordo com as definições apresentadas na seção anterior. Para este artigo realizamos um recorte das práticas identificadas nestes manuais e selecionamos algumas delas para serem aqui apresentadas.

Organizamos a apresentação das obras selecionadas por ordem cronológica de publicação. A primeira obra é o *Manual de Arranjo e Descrição de Arquivos* (1973), também reconhecido como Manual dos Holandeses, organizado em 100 regras divididas em seis capítulos.

[129] Originalmente esta obra foi publicada em 1898, mas para este artigo e para a tese utilizamos a tradução para o português, a edição de 1973, realizada pelo Arquivo Nacional.

[130] Ernani Macedo de Carvalho (1931); Eric Watson White (1941); Marcílio Vaz Torres (1944); Samuel Muller; Robert Fruin; Johan Feith (1973); Hilary Jenkinson (1937).

Originalmente foi nomeado como O *Manual for the Arrangement and Description of Archives* e publicado em 1898 pelo trio holandês Samuel Muller, Robert Fruin e Johan Feith, inaugurando o que convencionamos chamar de Arquivologia Clássica (SCHMIDT, 2015). Segundo Fonseca (2010), este manual: "[...] foi publicado sob os auspícios da Associação de Arquivistas Holandeses, com a colaboração dos Arquivos de Estado do Reino da Holanda e do Ministério do Interior [...], e consiste no arrolamento de 100 regras ou princípios considerados fundamentais para o arranjo e descrição de arquivos." (FONSECA, 2010, p.33). As 100 regras estão organizadas em seis capítulos: I - Origem e composição dos arquivos; II - O arranjo dos documentos de arquivo; III - A descrição dos documentos de arquivo; IV - Estrutura do Inventário; V - Normas adicionais para a descrição do arquivo; VI - Sobre o uso convencional de certos termos e sinais.

Destas 100 regras, escolhemos nove que possuem métodos aquisitivos ou termos que denotam aquisição como a entendemos nos dias de hoje. Para este artigo, as regras quatro e a trinta e seis foram as selecionadas por concentrarem a maior variedade de métodos aquisitivos.

Quadro 2. Regras 4 e 36 do *Manual de Arranjo e Descrição de Arquivos* (1973)

Regra	Trecho da regra
Regra 4	Urge estabelecer nítida distinção entre o arquivo e o arquivo-geral de depósito. Neste podem encontram-se seis gêneros de arquivos: (1) o arquivo do órgão administrativo a que pertence o arquivo de depósito; (2) arquivos das comissões ou dos funcionários subordinados àquele órgão; (3) arquivos de conselhos e pessoas cujos direitos ou funções foram **transferidos** para aquele órgão; (4) arquivos de conselhos e pessoas que devem ser fiscalizados pelo citado órgão e que por ele foram **transferidos** para o arquivo de depósito; (5) arquivos colocados por força de dispositivo administrativo, no arquivo de depósito; (6) arquivos recebidos para **custódia**, por **doação** ou **compra.** (ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS HOLANDESES, 1973, p.19, grifo nosso).
Regra 36	"Os documentos, uma vez extraviados de arquivo, se a este retornam por **doação** ou **aquisição**, podem nele reassumir a sua posição desde que perfeitamente claro que nele se originaram." (ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS HOLANDESES, 1973, p.77, grifo nosso)

(Fonte: Elaboração própria)

Nas duas regras acima foram identificados quatro métodos aquisitivos: compra, custódia doação e transferência. A regra trinta e seis considerou aquisição como um método aquisitivo e não um termo que unifica todas as formas de aquisição. Constata-se, portanto, que neste manual a aquisição indicava aumento de novos documentos em um arquivo, contudo sem reunir todos os métodos aquisitivos em um mesmo termo, como reconhecemos hoje.

Os três manuais seguintes são brasileiros e possuem em comum um capítulo dedicado à transferência de documentos de arquivos. Os referidos capítulos foram escolhidos devido presença do termo transferência e, também, por ser um dos métodos aquisitivos apresentados pelo *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística* (2005).

O primeiro deles é o *Manual de Classificação e Archivamento de Papeis e Documentos Commerciaes e Civis* publicado em 1931 e de autoria de Ernani Macedo de Carvalho. Trata-se de um manual

> [...] essencialmente técnico e se destina, especialmente, a auxiliar o trabalho em escritórios, em especial no que tange à escolha de mobiliário e equipamentos para a guarda e ordenação de documentos. A obra praticamente não trata de questões históricas, ou de reflexões a respeito do patrimônio, mas há uma pista importante sobre o entendimento a respeito da relação entre os arquivos e tais temáticas naquele início de década (COUGO JUNIOR, 2021, p.141).

Nesse sentido a publicação teve como proposta "estabelecer regras que devem ser observadas e seguidas no serviço de classificação e archivamento da correspondência e mais papeis relativos ao giro commercial […]" (CARVALHO, 1931, P. 14). O escopo do manual é composto pela definição de carta e correspondência, classificação e arquivamento dos documentos, arquivamento vertical dos documentos, a escolha do móvel e do método de arquivamento (alfabético, numérico, alfabético-numérico, específico, decimal, geográfico), guias divisionais (pastas suspensas), índices compostos e adaptáveis, pastas individuas, suplementares, individuais

com projeções tríplices, especiais e gerais, mudanças de firmas sociais, fiscalização do arquivos, arquivo definitivo e aditamento.

A segunda publicação nacional foi a *Arquivar e Achar* (1941), "escrito por Eric Watson White, um estadunidense radicado no Brasil como técnico da empresa Light" (COUGO JUNIOR, 2021, p.147). Logo na introdução é explicado o título dado ao livro:

> Hoje em dia o arquivo é reconhecidamente de vital importância não somente no mundo comercial, mas em todos os ramos da atividade humana. Não obstante, há uma surpreendente falta de conhecimento em tudo o que se refere aos sistemas de arquivamento e suas aplicações. Mesmo em escritórios onde quase todos os empregados trabalham com arquivos de uma ou de outra espécie, os empregados são, na maioria, lamentavelmente ignorantes mesmo dos rudimentos de arquivamento e não apenas incapazes de comparar as vantagens de um e de outro sistema em dadas condições [...] (WHITE, 1941, p.11).

Arquivar e Achar teve a proposta de apresentar os sistemas de classificação preconizados na época pelos arquivistas: numérico, alfabético, alfabético-numérico, automático, geográfico, por assunto, decimal, duplex, mnemônico e referência cruzada. Como também o arquivamento de impressos, o uso de fichários, cartões, índices e registros, controle de empréstimos, transferência e conservação da correspondência e registros e centralização dos arquivos.

A terceira publicação é a *Vade-Mecum do Arquivista* (1944) fruto de um concurso de monografias organizado pelo Departamento Administrativo de Serviço Público (DASP) e realizado em 1939[131]. Marcílio Vaz Torres foi o único inscrito e quem levou o prêmio. Cinco anos depois foi publicado o *Vade-Mecum do Arquivista*. Assim como

[131] Disponível em TORRES, Vaz Marcílio. Testemunho. **Revista Arquivo & Administração**. Ano 1, nº1, p.17-18, abr./1973.

as duas publicações brasileiras anteriores, Torres (1944) teve como proposta tratar sobre os métodos de classificação (alfabético, alfabético-numérico, mnemônico, numérico simples, numérico decimal, duplex); arquivos correntes e permanentes; arquivos caixas, conjugados, geográficos, horizontais, verticais; autenticidade; carimbagem; classificação da correspondência; cópias de correspondência; distribuição de correspondência; fichários (cronológico, geográfico, invisível, rotativo, onomástico etc.); guias; gavetas simples, duplas e tríplices etc.

As três obras nacionais acima citadas possuem diversos aspectos em comum, como identificado pelas suas propostas. Destacamos os capítulos[132] dedicados à transferência de documentos de arquivos, escolhidos devido presença do termo transferência e, também, por ser um dos métodos aquisitivos apresentados pelo *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística* (2005). O significado dado pelos autores destes manuais para transferência é a operação a ser realizada nos arquivos para separar a correspondência ativa da inativa. Isso poderia ocorrem dois momentos: quando as gavetas dos armários dos arquivos estivessem cheias, ocorria a transferência para as vazias e, posteriormente, eram transferidos para as caixas de arquivo em períodos certos e em períodos irregulares. Nenhum deste manuais menciona aquisição. Por mais que a atividade de realizar transferência estivesse atrelada a um aumento no número de documentos em um arquivo, para os três manuais em questão o que existia era uma perspectiva de um ordenamento físico dos documentos.

O quinto manual selecionado para este artigo foi o *A Manual of Archive Administration*, de origem inglesa, escrito por Hilary Jenkinson, e que possui duas edições, a primeira, de 1922 e, a segunda, de 1937, esta última utilizada em nossa análise. Jenkinson (1937) organizou o manual em quatro partes: I – Introdução; II - Origem e Desenvolvimento dos Arquivos e Regras para Manutenção dos Arquivos; III – Arquivos Modernos e; IV – Fazendo Arquivos. Escolhemos o capítulo *Transmissão dos arquivos: uma questão de custódia arquivística*,

[132] Os nomes dos capítulos são os seguintes: *Archivo Definitivo* (CARVALHO, 1931); *Transferência e Conservação de correspondência e registros* (WHITE, 1941) e; *Métodos de transferência* (TORRES, 1944).

pertencente a parte II, onde o autor indicou cinco maneiras para isso ocorrer: onde a administração que produz o arquivo continua funcionando; onde a nova administração continua a mesma função; onde a função cessa, mas a administração continua; onde tanto a administração e função cessam e; casos mistos.

A primeira opção - onde a administração que produz o arquivo continua funcionando, ocorre quando os sucessores do proprietário da administração assumem a direção da administração. Jenkinson (1937) não explicou em detalhes quem poderiam ser os sucessores do proprietário da administração do arquivo. Se o arquivo for mantido no mesmo órgão, ocorre o que Fisher (2015) sugeriu, uma transferência oficial de documentos. Caso o sucessor não pertença ao mesmo órgão, ocorrerá uma transferência formal de propriedade. Indicamos estas duas opções porque a transmissão pode ser realizada tanto dentro da esfera de um órgão público, quanto de um arquivo privado[133] para um órgão público.

A segunda opção - onde a nova administração continua a mesma função, acontece quando as funções de determinado órgão são transferidas para uma nova administração. Assim como na primeira opção, pode ocorrer tanto a transferência formal de propriedade ou transferência oficial de documentos. O que parece é que a segunda opção é o inverso da primeira.

A terceira opção - onde a função cessa, mas a administração continua, sucede quando a administração continua apesar de algumas de suas funções deixarem de ocorrer. Neste caso, não se parece com uma transmissão de arquivos. O que ocorre é que o administrador tem a responsabilidade por manter os documentos gerados pelas funções do arquivo que não são mais executadas.

A quarta opção - onde tanto a administração e função cessam, decorre quando a administração e todas as funções que realizam não funcionam mais. De acordo com Jenkinson (1937), quando a quarta opção ocorre, o arquivo resultante desta administração e suas funções podem vir a ser transferidos “para a custódia de algum outro oficial

[133] Incluímos a possibilidade de ser um arquivo privado porque Jenkinson (1937) considerava arquivo os documentos produzidos por uma entidade privada para fins comerciais (JENKINSON, 1937, p.08).

responsável pela manutenção dos Arquivos. Ela (administração) pode fazer isso sob instrução ou por iniciativa própria." (JENKINSON, 1937, p. 35)[134]. Assim como a primeira e segunda, a quarta opção pode ser tanto uma transferência oficial de documentos como uma transferência formal de propriedade. Também podemos identificá-la com a atividade de recolhimento dos dias de hoje, ou seja, uma aquisição, como definido pelo DIBRATE (2005). Por fim, a quinta opção - casos mistos, acontece quando uma das opções anteriores se misturarem.

Nas cinco possibilidades de transmissões oferecidas por Jenkinson (1937), foi possível identificar tanto a transferência formal de propriedade quanto a transferência oficial de documentos definidas por Fisher (2015).

Os cinco manuais apresentados aqui são representações do período clássico da Arquivologia ou também conhecido como a fase pré-paradigmática. Segundo Fourez, a fase pré-paradigmática "é aquela em que as práticas da disciplina e a presença de comunidade científica com identidade não estão bem definidas, sendo que sua existência se dá pelas necessidades impostas pelas demandas sociais." (FOUREZ, 1995 apud SCHMIDT, 2015, p.45). O recorte temporal desta fase inicia com a Revolução Francesa (1789) e se prolonga até a Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

Nesse sentido, o *Manual for the Arrangement and Description of Archives* (1898) foi reconhecido como a publicação que marcou a criação da Arquivologia e também a sua autonomia das áreas da História e da Diplomática. Trata-se de um manual que foi lido em diversas línguas, que colocou para debate e avaliação as100 regras do exercício prático de uma atividade, como já apresentado.

Internacionalmente o manual reconhecido que selou o período clássico da Arquivologia foi o *A Manual of Archive Administration* (1937). Ao contrário do *Manual de Arranjo e Descrição de Arquivos*, sua apresentação não é por meio de regras ou princípios. Jenkinson (1937) elaborou um texto que ampliou o debate sobre arquivos e

[134] Trecho no original: "may transfer his Archives to the custody of some other Archive-keeping official. He may do this under instruction or upon his own initiative."

documentos de arquivo, tratou sobre as características de imparcialidade e autenticidade dos documentos de arquivo, como também da custódia arquivística. Apresentou detalhes das tarefas do arquivista; contribuiu com a definição de arquivo – *archives* e *records*, preferindo o primeiro; introduziu a questão de quem seria o papel de selecionar os documentos de arquivos, se do arquivista ou do administrador; dialogou com o Muller, Feith, Fruin, entre outras questões.

Ao lado dessas duas publicações internacionais estão as três obras nacionais, *Manual de Classificação e Archivamento de Papeis e Documentos Commerciaes e Civis* (1931), *Arquivar e Achar* (1941) e *Vade-Mecum do Arquivista* (1944), que também tiveram uma proposta de organizar os exercícios práticos executados em um arquivo. Como são obras nacionais, que refletem a realidade brasileira, seus exemplos são de trabalhos realizados em escritórios, desde a escolha do mobiliário até as opções de sistemas de classificação. Por mais que os manuais internacionais tiveram como contexto arquivos originários do período medieval, não deixaram de mencionar também métodos de arquivamento, como realizado pelas publicações brasileiras. Assim, cada publicação trouxe reflexões práticas e representativas dos seus contextos históricos.

Ao compararmos esta breve análise das propostas dos manuais com as características do período pré-paradigmático, comprovamos o que Fourez (1995) identificou, isto é, que se trata de um período caracterizado por questões oriundas da prática cotidiana.

Ao lado disso, em relação à aquisição, todos os manuais denotaram, ainda que não indicassem o termo aquisição em seus textos, à adição de novos itens documentais ou arquivos em acervos arquivísticos. O *Manual de Arranjo e Descrição de Arquivos* (1973) foi o único que fez uso do termo especificamente, contudo, notamos que o significado de aquisição foi apresentado como oposto de doação. Atualmente é sabido que doação é um dos métodos aquisitivos.

Assim, por mais que o emprego de métodos aquisitivos estivessem presentes nos manuais analisados e denotassem a ação de aumento do número de documentos em um arquivo, eles não foram relacionados a um único termo, como os dicionários de terminologia realizam nos dias de hoje. Percebe-se ainda que não se tinha um entendimento sobre

a existência de uma atividade específica voltada para adição de novos arquivos ou documentos em um repositório arquivístico.

Por seu turno, a primeira publicação de terminologia arquivística identificada na pesquisa da tese e que mencionou o termo aquisição foi um glossário apresentado, no I Congresso Brasileiro de Arquivologia (1972), pelo quinteto Maria Luiza Stallard Dannemann, Maria de Lourdes Costa e Souza, Wilma Schaefer Correa, Regina Alves Vieira e Marilena Leite Paes, sob os auspícios da Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB). Ou seja, quase 100 anos depois de ser mencionado no manual dos holandeses, é conferida à aquisição um significado.

Tal constatação nos permite inferir que o glossário pode ser considerado um exemplo de obra publicada no período em que um campo de conhecimento está mais maduro. Nesse sentido, concordamos com Fourez (1995) ao afirmar que a "disciplina já se encontra estabelecida, sendo vista como resultado mais objetivo de um processo de evolução da fase pré-paradigmática" (FOUREZ apud SCHMITD, 2005, p. 46). Portanto, tanto a criação da AAB quanto a produção do I CNA são frutos do amadurecimento do debate em torno da Arquivologia como também a apresentação das definições dos principais termos da área.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta desta breve apresentação foi compreender o significado de aquisição e identificar o seu uso em cinco manuais de arquivologia. Primeiramente constatamos que a definição de aquisição é diversa e dispersa. Isso nos indicou a segunda constatação, que a aquisição é caracteriza por ações de transferência formal de propriedade e transferência oficial de documentos.

A elaboração dos manuais inaugurou a Arquivologia, reuniu e colocou em debate práticas executadas por instituições arquivísticas. Ao lado disso, foi possível identificar de que maneira a aquisição, assunto da tese, vem sendo executada e compreendida pelas obras clássicas. Observamos que os cinco manuais selecionados para este artigo são representativos do período clássico da Arquivologia, momento considerado como a fase pré-paradigmática, isto é, quando as práticas de

cada disciplina ainda não estão bem definidas. Nesse sentido, identificada a presença da aquisição nos textos dos manuais - *Manual de Arranjo e Descrição de Arquivos* (1973) – ou não - *Manual de Classificação e Archivamento de Papeis e Documentos Commerciaes e Civis* (1931), *A Manual of Archive Administration* (1937),*Arquivar e Achar* (1941) e *Vade-Mecum do Arquivista* (1944) – era mostrado um aumento de documentos de arquivo em um repositório arquivístico, denotando que ainda não existia um entendimento que se tratava de uma atividade arquivística como a compreendemos na atualidade. Como vimos, isso só viria a começar a acontecer no período moderno da Arquivologia.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS HOLANDESES. **Manual de arranjo e descrição e arquivos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1973.

BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Instituiu o Código Civil.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida; BELLOTTO, Heloísa L..**Dicionário de terminologia arquivística.** São Paulo: Secretaria da Cultura, 2012.

CARVALHO, Ernani Macedo de. **Manual de Classificação e Archivamento de Papéis e Documentos Commerciaes e Civis**. São Paulo: São Paulo Editora LTDA, 1931.

COUGO JUNIOR, Francisco Alcides. **A patrimonialização cultural de arquivos no Brasil.** 2020. 448f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação e Memória Social e Patrimônio Cultural, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, 2021.

DANNEMANN, Maria Luiza Stallard et al. Terminologia arquivística. In: Congresso Brasileiro de Arquivologia, 1, 1979, Rio de Janeiro. **Anais**. Rio de Janeiro: AAB, 1979. p. 435-495.

FISHER, Robert. Acquisition. In: DURANTI, Luciana; FRANKS, Patricia. **Encyclopedia of Archival Science**. London: Rowman & Littlefield. 2015.

FOUREZ, G. **A construção das ciências: introdução à filosofia e à ética das ciências**. São Paulo: UNESP, 1995.

JENKINSON, H. **A Manual of Archive Administration**. Londres: Oxford, 1937.

REED, Barbara. Acquisition and appraisal. In: PEDERSON, Ann E.; MCCAUSLAND, Sigrid. **Keeping Archives**. Canberra: Australian Society of Archivists. 1987.

SCHMIDT, Clarissa Moreira dos Santos. **A construção do objeto científico na trajetória histórico-epistemológica da Arquivologia**. São Paulo: ARQ-SP, 2015.

TORRES, Marcílio Vaz. **Vade-Mecum do Arquivista**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional: DASP, 1944.

WHITE, Eric Watson. **Arquivar e Achar**. Rio de Janeiro: Gráficos Bloch, 1941.

IDENTIFICAÇÃO ARQUIVÍSTICA COMO MÉTODO PARA A GESTÃO DE DOCUMENTOS E INTEGRIDADE PÚBLICA SUSTENTÁVEL

ARCHIVAL IDENTIFICATION AS A METHOD FOR RECORDS MANAGEMENT AND SUSTAINABLE PUBLIC INTEGRITY

Alexandre Alves Faben
alexandrefaben@gmail.com

Ana Célia Rodrigues
anaceliarodrigues@id.uff.br

Carlos Guardado da Silva
carlosguardado@campus.ul.pt

Resumo: O presente trabalho aborda a identificação arquivística para a implementação de Programas de Gestão de Documentos como contribuição para Programas de Integridade Pública na administração pública brasileira, no contexto do cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimentos Sustentáveis (ODS) da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU). A administração pública necessita de estratégias que permitam garantir o acesso à informação a fim de fomentar a transparência e a integridade pública. A informação registrada no documento de arquivo, apesar de não ser habitualmente considerada, é ativo estratégico para a tomada de decisões por parte das instituições, bem como na vida cotidiana dos cidadãos, aspectos que vão ao encontro dos ODS da Agenda 2030 da ONU. O objetivo geral é compreender o lugar da identificação arquivística no estabelecimento de um diálogo entre a gestão de documentos e a integridade pública para o desenvolvimento sustentável nos municípios brasileiros. A partir dessas discussões, apresenta o cenário do

Programa de Gestão de Documentos, e do Programa de Integridade Pública na Cidade do Rio de Janeiro, marco empírico desta pesquisa, para propor diretrizes para a gestão de documentos com vistas à integridade da administração pública municipal. A abordagem metodológica adotada caracteriza-se pelo estudo exploratório de natureza qualitativa, que utiliza a combinação de dois métodos: a investigação documental e a identificação arquivística. Os resultados demonstram a contribuição da identificação arquivística para a promoção da integridade pública sustentável.

Palavras-Chave: Identificação arquivística; Gestão de documentos; Integridade pública.

Abstract: Addresses the archival identification for the implementation of Records Management Programs as a contribution to Public Integrity Programs in the Brazilian municipal public administration in the context of fulfilling the Sustainable Development Goals of the United Nations 2030 Agenda. The public administration, especially the municipal, needs strategies to guarantee access to information to promote transparency and public integrity. The information recorded in the archival document although not usually considered, is a strategic asset for decision-making by institutions, as well as in the daily lives of citizens, aspects that meet the Sustainable Development Goals Agenda 2030 for of the UN. Based on these discussions, it presents an overview of the Records Management Program and the Public Integrity Program in the City of Rio de Janeiro. The main objective of this research is to establish the place of archival identification to understand the relationship between records management and public integrity for sustainable development in brazilian municipalities. The methodological approach adopted is characterized by an exploratory study of a qualitative research, which uses a combination of two methods: documentary investigation and archival identification. The results of the investigation, it is demonstrate how archival identification contributes to the promotion of sustainable public integrity.

Keywords: Archival identification; Records management; Public integrity.

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho é um recorte de pesquisa em desenvolvimento no âmbito do doutorado no Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação (PPGCI/UFF), com bolsa CAPES, e integra a produção científica do Grupo de Pesquisa Gênese Documental Arquivística, UFF/CNPq.

A informação registrada no documento de arquivo é ativo estratégico para a tomada de decisões por parte das instituições, bem como na vida cotidiana dos cidadãos, aspectos que vão ao encontro dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS) da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), em particular, o objetivo 16, voltado para promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

Cabe destacar a realização da *Rio+20*, conferência da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre o Desenvolvimento Sustentável, ocorrida em junho de 2012, na cidade do Rio de Janeiro. Os países participantes concordaram pelo estabelecimento de metas favoráveis ao desenvolvimento sustentável, em substituição aos Objetivos do Milênio (ODM). O documento final da Rio+20, intitulado "O Futuro que Queremos", estabeleceu que os ODS fossem integrados à Agenda de desenvolvimento da ONU pós-2015.

Assim, a partir de 2015, surgiram os ODS, que compreendem 17 objetivos e 169 metas a serem alcançadas até 2030, e deverão orientar os países na obtenção de resultados específicos. Juntos, representa uma abordagem para atender às necessidades e direitos dos cidadãos, o que revela um compromisso com o desenvolvimento sustentável, aspecto pouco explorado no âmbito das publicações científicas em Arquivística e Ciência da Informação.

Os ODS abrangem questões de desenvolvimento econômico, incluindo redução da pobreza, erradicação da fome, promoção da saúde e da educação, proteção do meio ambiente e fomento da justiça social. As metas são amplas e interdependentes, levando em consideração a realidade característica de cada país, observando cada nível de necessidade.

A relação dos arquivos com a Agenda 2030 se estabelece na medida em que, a integridade pública, transparência, participação social e o acesso à informação contribuem para diminuir as vulnerabilidades sociais. Os documentos e a informação, portanto, são insumos estratégicos para o cumprimento do ODS 16 da Agenda 2030, especificamente nas seguintes metas: 16.5 - que visa reduzir substancialmente a corrupção e o suborno em todas as suas formas; 16.6 - desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis; 16.7 - garantir a tomada de decisão responsável, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis; 16.10 -assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais.

Nesta perspectiva, alcançar tais metas dos ODS constitui um compromisso com o acesso à informação, transparência administrativa e integridade pública, ao viabilizar a prestação de contas e contribuir com o combate à corrupção.

De fato, os documentos, além das necessidades do direito e da história, servem à transparência das ações, um novo e atraente nome para o que mais tradicionalmente constitui a obrigação de prestar contas tanto do ponto de vista administrativo quanto histórico (DURANTI, 1994, p.55).

De acordo com Akutsu e Pinho, o conceito de *accountability* compreende duas partes: "a primeira delega responsabilidade para que a segunda proceda à gestão dos recursos; ao mesmo tempo, gera a obrigação daquele que administra os recursos de prestar contas de sua gestão, demonstrando o bom uso desses recursos". Os autores destacam que "somente com *accountability* plena, ou seja, com informações públicas e prestações de contas confiáveis, devidamente auditados pelos controles externo e interno dos órgãos públicos, os cidadãos podem participar ativamente das decisões públicas" (AKUTSU; PINHO, 2002, p. 731-732).

Ao identificar os tipos de documento e informação que se produz, a prestação de contas é viabilizada como um fator que favorece o combate à corrupção. Por este motivo, a identificação arquivística torna-se necessária para que as instituições públicas sejam eficientes e comprometidas com o cidadão.

Pretende-se, com esta pesquisa, ampliar o debate científico ao responder à seguinte questão: Como a gestão de documentos, fundamentada nos parâmetros da identificação arquivística, pode contribuir para a integridade pública da administração pública brasileira com vista ao ODS 16 da Agenda 2030 da ONU?

Coerente com esta discussão, o objetivo da pesquisa é compreender o lugar da identificação arquivística para estabelecer um diálogo com a gestão de documentos e a integridade pública para o desenvolvimento sustentável nos municípios brasileiros.

A Cidade do Rio de Janeiro é o campo empírico desta pesquisa, no qual o Programa de Gestão de Documentos vem sendo construído, bem como o Programa de Integridade Pública do Munícipio.

A abordagem metodológica adotada frente ao desafio de responder à questão de pesquisa caracteriza-se pelo estudo exploratório de natureza qualitativa, que possibilita a obtenção dos resultados pertinentes ao eixo temático referente ao marco teórico da pesquisa.

Para atingir o objetivo proposto nesta pesquisa, e, a partir do rigor metodológico, utiliza-se a combinação de dois métodos: a investigação documental e a identificação arquivística.

A investigação documental estabelece critérios para realizar a sistematização e seleção das publicações em acesso aberto que giram em torno do eixo temático da pesquisa. Este método proporciona rigor para a revisão de literatura. O método incide, numa primeira fase, sobre um levantamento sistemático de bibliografia em bases de dados, seleção e análise de fontes bibliográficas (SILVA, 2019).

Estudos desenvolvidos por Ana Célia Rodrigues (2003, 2008) permitem sistematizar os aspectos teóricos e metodológicos que caracterizam a identificação arquivística e sua pertinência como método que sustenta Programas de Gestão de Documentos.

A identificação arquivística é um método que versa sobre os elementos que caracterizam a sistematização sobre dois objetos de investigação: órgão produtor e a série documental (RODRIGUES, 2008).

Es método produz um conhecimento específico que oferece ao cidadão o tipo de informação que é produzida na administração pública,

reconhecendo os motivos de sua produção a partir dos parâmetros da tipologia documental (KNAUSS; NASCIMENTO; BUENO, 2013, p. 205).

A identificação Arquivística possibilita evidenciar o vínculo entre os documentos no conjunto ao qual pertencem. Além disso, reconhece a competência, funções, atividades, procedimentos administrativos e a evolução orgânica do produtor. Ao atribuir nomes aos documentos nos parâmetros da tipologia documental, revela a organicidade e o vínculo arquivístico do conjunto.

O compromisso com a gestão de documentos, no âmbito do Programa de Integridade Pública, demonstra uma preocupação com documentos e informação, pois não é possível prestar contas daquilo que não se sabe onde está registrado, razão pela qual é necessário identificar os documentos como prova da ação administrativa, garantindo o seu acesso como insumo estratégico para tomada de decisões responsáveis.

2. O LUGAR DA IDENTIFICAÇÃO ARQUIVÍSTICA NO CONTEXTO DA GESTÃO DE DOCUMENTOS

A gestão de documentos colabora com o comprimento da Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável na medida em que o documento de arquivo é a prova que registra a informação necessária para a responsabilização e prestação de contas.

A Lei Federal de 08 de janeiro de 1991, conhecida como Lei Nacional de Arquivos, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados, em seu artigo 30, considera a gestão de documentos "o conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes a sua produção, tramitação, uso, avaliação e, arquivamento em fase corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente" (BRASIL, 1991).

O Dicionário de Terminologia Arquivística (1996) define a gestão de documentos como "um conjunto de medidas e rotinas visando à racionalização e eficiência na criação, tramitação, classificação, uso primário e avaliação de arquivos" (CAMARGO; BELLOTTO, 1996, p.52).

De acordo com o dicionário de terminologia arquivística do Conselho Internacional de Arquivos, a gestão de documentos diz respeito a uma área relacionada com a busca de eficiência, eficácia e efetividade na produção, manutenção, uso e destinação final dos documentos (ICA, 2010).

Para Ana Célia Rodrigues (2013, p. 65), a gestão de documentos se caracteriza como "um conjunto de procedimentos aplicados no controle dos documentos durante todo o seu ciclo de vida, incidindo sobre o momento da produção e acumulação na primeira e na segunda idade, ou seja, nos arquivos correntes e no intermediário".

Neste sentido, torna-se indispensável abordar a gestão de documentos em seu contexto mais amplo, o Programa de Gestão de Documentos (PGD), que estabelece um conjunto de intervenções arquivísticas, desde a criação do documento até sua destinação final.

O Programa de Gestão de Documentos pode contribuir para a implementação do Programa de Integridade da administração pública, na medida em que a eficiência, eficácia e efetividade dependem do protagonismo de um Arquivo Público fortalecido, transparente e comprometido com a gestão de documentos e acesso à informação pública.

A eficiência aqui é entendida como a "realização de tarefas de maneira inteligente, com o mínimo de esforço e com o melhor aproveitamento possível dos recursos". A eficácia "é o conceito de desempenho que se relaciona com os objetivos e resultados esperados". (MAXIMIANO, 2007, p 115). De acordo com Nunes (2014, p. 38), a eficácia é o pressuposto da efetividade que, por sua vez, é a capacidade de produzir e manter um fato ou acontecimento real.

Os documentos de arquivo registram as ações e atividades da administração pública e, por isso, eles possuem a capacidade de provar a integridade da gestão. A transparência e o acesso à informação são fundamentais para garantir a participação do cidadão no controle social dos gastos públicos.

Acessar documento e informação identificados e classificados corretamente é base e condição para uma governança pública transparente, responsável e inclusiva, perspectiva da gestão de documentos que é garantida pelo plano de classificação e tabela de temporalidade,

instrumentos técnicos norteadores que, publicados e acessíveis, contribuem com o acesso à informação, transparência administrativa e integridade pública.

No momento em que a gestão de documentos é integrada pela Arquivística, a necessidade de identificação de documentos se torna ainda mais necessária, como condição para a formulação de requisitos para os Programas de Gestão de Documentos.

Nesse sentido, identificar documentos dentro de um parâmetro que permita conhecer a ação que lhe deu origem é a base para possibilitar o acesso à informação, garantir a transparência administrativa, a integridade pública e a participação social que se estabelece quando o cidadão solicita ou acompanha uma informação de seu interesse.

No Brasil, os modelos e parâmetros conceituais usados para identificar documentos de arquivo, e para planejar a gestão de documentos, explica-se pela ausência de preocupações quanto à padronização, questão que deve ser priorizada pela área (RODRIGUES, 2014).

Estas questões, abordadas por Rodrigues (2014), remetem à necessidade de reconhecimento dos documentos e informação, que são provas da gestão administrativa, e do estabelecimento de padrões metodológicos para identificá-los corretamente, como requisito para a gestão de documentos e o acesso à informação.

A identificação arquivística está sistematizada na literatura da área como um método que estuda a natureza do documento em relação ao órgão produtor e permite compreender o contexto, pois evidencia a atividade que deu origem ao documento.

O método se concentra na identificação do órgão, o produtor do fundo documental, com o objetivo de compilar toda a informação possível sobre ele, e na identificação de cada um dos tipos documentais produzidos e acumulados (MENDO CARMONA, 2004).

A base conceitual da identificação arquivística reforça as relações expressas entre a o tipo documental e o contexto de sua produção, pois fornece informações suficientes sobre o valore primário e o tempo de sua prescrição ao evidenciar a atividade que deu origem ao documento.

Os estudos de gênese documental encontram especial atenção de teóricos da área preocupados com o controle da produção dos documentos de arquivo, independente do suporte, conduzindo a área à reflexão sobre o lugar que a identificação arquivística ocupa no âmbito da gestão de documentos (FABEN; RODRIGUES, 2017).

Portanto, o lugar da identificação arquivística deve ser o ponto inicial para a construção do plano de classificação e da tabela de temporalidade, ao passo que o conhecimento da organização pode servir para uma melhor identificação dos documentos produzidos.

Consequentemente, o desenvolvimento de Programas de Gestão de Documentos deve ser realizado em relação profícua com a administração pública, através de comissões ou grupos de trabalho, que contribuem significativamente para a identificação, a classificação e a avaliação. É importante destacar que a eficácia do trabalho de identificação arquivística depende do grau de conexão que possuem com o Programa de Gestão de Documentos.

De forma geral, o Programa de Gestão de Documentos possibilita a definição de procedimentos que garantam o reconhecimento, a padronização e a localização de documento e informação exigidos para o cumprimento da Lei de Acesso à Informação (LAI), conferindo transparência para estimular a integridade pública e fortalecer a relação entre a administração pública e os cidadãos.

Nesta perspectiva, a identificação Arquivística, como método para produzir estes requisitos, garante o acesso ao documento e à informação e demonstra que o Arquivo deve ser uma instituição responsável e eficiente. Estabelecer os prazos de guarda nas tabelas de temporalidade, bem como indicar a classificação do acesso, fornece requisitos para a transparência e contribui para a integridade pública.

Ao ampliar a discussão sobre o lugar da identificação Arquivística que, enquanto método, permite reconhecer os documentos de arquivo para possibilitar a transparência e o acesso à informação, e contribuir com a responsabilização e prestação de contas, o arquivista possui argumentos para dialogar com a administração governamental sobre integridade pública e combate à corrupção.

A identificação arquivística evidencia os tipos documentais, que são as ações administrativas em seu menor nível e revela o documento de arquivo como prova da gestão cotidiana. Por isso, é necessário reconhecer os documentos para sustentar os Programas de Gestão de Documentos, e fazer com que os instrumentos arquivísticos de gestão de documentos sejam instrumentos de transparência administrativa, integridade pública e participação social.

Nesse sentido, a identificação arquivística é a base para proporcionar o acesso à informação, além de garantir a transparência administrativa e fomentar a integridade pública para viabilizar o cumprimento dos ODS da Agenda 2030. Aspectos esses que podem ser discutidos e relacionados no âmbito de um Programa de Integridade Pública e que deve possuir relação intrínseca com o Programa de Gestão de Documentos.

3. INTEGRIDADE PÚBLICA, TRANSPARÊNCIA E ACESSO À INFORMAÇÃO

O Programa de Integridade Pública é o conjunto de medidas para prevenção de corrupção, fraudes, irregularidades e desvios éticos e de conduta. A confiança da população nas instituições públicas, a partir da detecção e prevenção de irregularidades, reforça a credibilidade entre poder público e sociedade.

Nesse cenário, é imprescindível discutir o que entendemos por integridade pública e sua relação com a transparência administrativa e acesso à informação visando promover instituições justas e igualitárias, e diminuir vulnerabilidades socioeconômicas, no contexto do ODS da Agenda 2030.

A integridade pública é uma estratégia para o combate à corrupção e, portanto, é essencial ao bem-estar econômico e social e à prosperidade dos indivíduos e da sociedade. Trata-se de um compromisso com a democracia, e não se refere apenas ao governo federal, mas deve permear todo o percurso até os estados e municípios, onde os indivíduos vivenciam a integridade pública com mais proximidade (OCDE, 2019).

Além disso, a integridade pública é um desafio compartilhado em todos os níveis de governo, pois corrobora com mecanismos eficazes que promovam a responsabilização e a prestação de contas.

As instituições arquivísticas devem ser responsáveis e propulsoras de integridade pública, além disso, devem ser eficientes na organização e disponibilização da informação, fulcral para a implementação de Programa de Gestão de Documentos e Programa de Integridade Pública.

A transparência permite publicizar a informação registrada em documentos, desta forma, com a viabilidade do acesso, é possível verificar as ações desenvolvidas pelo poder público e, com isso, dirimir desigualdades, ao contribuir para o combate à corrupção. A transparência, ainda, é fundamental para garantir o controle social dos gastos públicos, pois o acesso à informação possibilita reportar irregularidade aos órgãos de controle.

No Brasil, a Constituição Federal, de 1988, reconhece o acesso à informação como um direito, assegurando a todos cidadãos receber informação de seu interesse dos órgãos públicos. Em 18 de novembro de 2011, a Lei de Acesso à Informação (LAI), foi promulgada, com prazo de seis meses para sua entrada em vigor. Em 16 de maio de 2012, quando a lei passou a estar vigente, ela foi regulamentada no Poder Executivo Federal, por meio do Decreto n.º 7.724/2012. O acesso à informação é reconhecido como um direito fundamental, ligado à liberdade de expressão e ao Estado Democrático de Direito (BRASIL, 2011).

Apesar de ainda enfrentar desafios em sua implementação, em todas as esferas, mas especialmente no âmbito dos municípios, a LAI mudou a cultura do sigilo, existente na administração pública brasileira, ao determinar, em seu artigo 3º, inciso I, que a publicização das informações é a regra geral, e o sigilo é a exceção. Estabelecendo estes princípios, a LAI traz em seu escopo um novo modo dos cidadãos se relacionarem com os órgãos públicos, contribuindo para a transparência e integridade pública. Os cidadãos brasileiros têm feito, com base no interesse público ou particular, sem necessidade de apresentar motivação, pedidos de acesso à informação produzida por todos os entes da federação brasileira: União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

Neste sentido, a informação é um dado contextualizado, capaz de transmitir uma mensagem, e, portanto, a LAI traz um conceito inovador e imprescindível para a manutenção da transparência: a transparência ativa, que compreende a disponibilização de informações de maneira espontânea e proativa, sem que haja solicitação previamente realizada. Sob esse aspecto, a LAI preconiza a publicidade como a regra e o sigilo é a exceção.

As obrigações de transparência ativa estabelecidas pela LAI têm por fundamento o disposto no art. 8º da Lei: "É dever dos órgãos e entidades públicas promover, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas" (BRASIL, 2011).

A questão do acesso à informação tem relevância, pois "o acesso aos documentos e informações públicas constitui um importante instrumento de boas práticas gerenciais, de transparência na administração pública e de combate à corrupção" (CONARQ, 2014, p.17).

O órgão deve oferecer meios para que o próprio cidadão possa pesquisar a informação de que necessita. A participação do cidadão na gestão pública é um mecanismo de prevenção da corrupção e, consequentemente, fortalece a cidadania.

No Brasil, a CGU salienta que a garantia de acesso à informação traz vantagens para a sociedade e para a Administração Pública, pois é um "requisito importante para a luta contra a corrupção, o aperfeiçoamento da gestão pública, o controle social e a participação popular" (CGU, 2013, p.40).

O desenvolvimento da cultura de responsabilização e de prestação de contas na administração pública municipal requer boas práticas, que contribuam para a garantia do acesso à informação, transparência e integridade pública.

A Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro publicou, no *Diário Oficial* do município, uma série de decretos que têm como objetivo coibir irregularidades e aprimorar a gestão pública municipal. Os decretos abordam situações de potencial conflito de interesses, nepotismo,

relacionamento de agentes públicos em contratações, e preveem questionários, pesquisas de integridade e procedimentos de conduta ética para detectar e prevenir eventuais fraudes. Tais ações fazem parte do Programa Carioca de Integridade e Transparência, o Rio Integridade, criado pelo Decreto Rio n.º 48.349, de 1 de janeiro de 2021.

O Rio Integridade pretende prevenir irregularidades. Neste sentido, a identificação arquivística, no contexto da gestão de documentos, evidencia quais documentos registram a informação que, acessível, pode contribuir com a prestação de contas responsável, colaborando com o combate à corrupção.

O Programa de Gestão de Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, PGD Carioca, criado pelo Decreto Rio n.º48.973 de 10 de junho de 2021, nasce da necessidade de estabelecer procedimentos comuns que visem a uma boa administração da produção documental, desde o momento da produção até a sua destinação final, prevendo eliminação criteriosa ou preservação definitiva dos documentos. Tem como objetivo estabelecer critérios e parâmetros para tratar os documentos produzidos e acumulados, que são a base para a tomada de decisões, comprovação legal de direitos, transparência administrativa, prestação de contas, garantia da integridade pública municipal e da participação social.

O Programa foi concebido para estabelecer procedimentos que visem a padronização da produção documental, bem como estabelecer critérios para a produção, tramitação e destinação final: eliminação ou preservação no âmbito do arquivo permanente. Ao atuar na capacitação de servidores com o intuito de que conheçam a informação que produzem, a fim de que possam identificar e padronizar os documentos que são produzidos, bem como garantir o acesso à informação.

O Arquivo é o motor propulsor do acesso à informação, da transparência e da integridade pública. Mas, para isso, é necessário evidenciar os documentos, pois, desta forma, contribui para o acesso à informação.

O trabalho desenvolvido na Cidade do Rio de Janeiro, através do PGD Carioca, permite publicizar as informações produzidas pela Prefeitura, por meio da transparência dos atos como prestação de contas para a sociedade.

O objetivo dos instrumentos de gestão de documentos é demonstrar a aplicabilidade da identificação arquivística nos parâmetros da tipologia documental para proporcionar pleno acesso à informação com qualidade e responsabilidade.

Cabe ressaltar que a implementação da gestão de documentos ainda é um desafio no Brasil, em todas as esferas, tendo em vista que ainda contamos com poucos Arquivos Públicos institucionalizados, sobretudo os Arquivos Municipais.

A ausência da gestão de documentos limita a possibilidade de acesso à informação. A sociedade que prioriza os interesses coletivos dos cidadãos necessita de serviços públicos transparentes. As instituições públicas devem assegurar os direitos da população, e, para isso, devem prevenir e combater a corrupção, ou seja, atuar com integridade pública para prestação de contas e comprovação legal de direitos.

Se o documento é reconhecido, tratado e publicizado como prova da ação que lhe deu origem, essa concepção de documento confere transparência para a administração pública, considerando que é no documento que a atividade está registrada. Se o documento é prova, nessa perspectiva, a diplomática confere a autenticidade, e a tipologia documental explicita a relação orgânica ao agrupá-lo em séries, ou seja, individualiza o documento dentro de um contexto específico, e o reconhece como prova da ação. Ao disponibilizar tal informação, é possível contribuir para a transparência administrativa, assegurando a integridade pública e a participação social. Essa perspectiva sustenta o Programa de Gestão de Documentos e o Programa de Integridade Pública.

A Recomendação da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, OCDE, sobre contratos públicos descreve princípios e mecanismos para garantir a integridade e reduzir a corrupção nos contratos públicos, tendo em vista que esta espécie documental é fonte inexplorada de prosperidade econômica e social. Ele representa 13% do PIB nos países membros da OCDE e 1/3 das despesas gerais do governo, mas continua sendo bastante burocrático, ineficiente e altamente vulnerável à corrupção (OCDE, 2019, p. 4).

De acordo com Bellotto (2002, p. 60), o contrato trata-se de documento diplomático dispositivo pactual, horizontal. É o registro de

acordo pelo qual duas ou mais pessoas físicas ou jurídicas estabelecem entre si direitos ou obrigações.

A Recomendação do conselho da OCDE, em matéria de contratos públicos, observa que a contratação pública eficaz e efetiva de bens e serviços é crucial para os objetivos nucleares da governança, incluindo o investimento e o fornecimento de serviços essenciais aos cidadãos e que a contratação pública constitui uma atividade econômica fundamental para as administrações pública e que se encontra particularmente vulnerável a uma gestão deficiente de fraude e corrupção.

Os documentos e a informação, essenciais para comprovação legal de direitos, prestação de contas, e garantia da integridade pública municipal devem estar identificados e disponíveis a quem possa interessar, prerrogativa estabelecida pela transparência administrativa que corrobora com a integridade pública que se viabiliza a partir do acesso à informação e participação social.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A identificação e organização de documento e informação, portanto, pode contribuir com a detecção de fraudes e, consequentemente, com o combate à corrupção. Desta forma, colabora com o acesso à informação, transparência administrativa e integridade pública.

A identificação arquivística, portanto, é mais uma ferramenta social e fator de apoio para contribuir com o combate à corrupção, sobretudo no Brasil, onde a corrupção produz a falência dos serviços públicos, o atraso econômico e a desigualdade social.

A gestão de documentos contribui com a transparência, pois, antes que o cidadão precise de algo, o município deve oferecer a informação, corroborando com estratégias para implementação dos ODS da Agenda 2030.

A participação e o controle social, neste caso, são importantes para o fortalecimento da relação entre sociedade e administração pública. A informação acessível promove transparência, e contribui com a integridade pública, colaborando, portanto, com o combate à corrupção.

O governo que é comprometido com a transparência administrativa e integridade pública investe na gestão de documentos e na organização dos arquivos, pois arquivos organizados, acessíveis e disponíveis aos cidadãos contribuem com a prestação de contas responsável.

REFERÊNCIAS

AKUTSU, L.; PINHO, J. A. G. Sociedade da informação, accountability e democracia delegativa: investigação em portais de governo no Brasil. **Revista de Administração Pública**, v. 36, n. 5, p. 723-745, 2002.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Como fazer análise diplomática e análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo**. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2002. 120p. (Série Projeto como fazer, n. 8).

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Lei n 12.527 de 18 de novembro de 2011**. Regula o acesso a informações[...]. Diário Oficial da União, Brasília, 18 nov. 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12527.htm . Acesso em: 10 jan. 2021.

BRASIL. Decreto nº 7.724, de16 de maio de 2012. Regulamenta a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do caput do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7724.htm . Acesso em: 04 dez 2021.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida; BELLOTTO, Heloísa Liberalli Bellotto. **Dicionário de terminologia arquivística.** São Paulo, Secretaria de Estado da Cultura, 1996.

CONARQ. Conselho Nacional de Arquivos (Brasil). Criação e desenvolvimento de arquivos públicos municipais: transparência e acesso à informação para o exercício da cidadania / Conselho Nacional de Arquivos -- Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2014. Disponível em: https://www.gov.br/conarq/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/Cartilha_criacao_arquivos_municipais.pdf . Acesso em: 13 jun 2021.

CGU. Controladoria Geral da União. **Manual de Integridade Pública e Fortalecimento da Gestão:** Orientações para o Gestor Municipal / Presidência da República, Controladoria-Geral da União. – 3ª ed. — Brasília: CGU, 2013.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

DURANTI, Luciana. Registros documentais contemporâneos como provas de ação. **Estudos históricos.** Rio de Janeiro. v. 7 n. 13, 1994.

FABEN, Alexandre; RODRIGUES, Ana Célia. Identificação arquivística como metodologia para o estudo da gênese do documento cartorial: análise tipológica aplicada ao tratamento técnico de registro civil de óbito. In: **Actas del XII Congreso de Archivología del MERCOSUR** / Angelly Arancibia Noriel ... [et al.]; compilado por Sofía Brunero ... [et al.]. - 1a ed. - Córdoba: Redes, 2017b. Libro digital, PDF, pp. 142-153. Disponível em: http://redarchiveroscordoba.com/wp-content/uploads/2017/10/TOMO-III.pdf#page=143 . Acesso em: 27 mar. 2021.

ICA. Internacional Council on Archives. **Multilingual Archival Terminology**, 2010. Disponível em: http://www.ciscra.org/mat/ . Acesso em: 12 de set de 2022.

KNAUSS, Paulo; NASCIMENTO, Mariana Batista.; BUENO, Danilo André. Arquivos Vivos da Administração Pública: O Programa de Gestão de Documentos do Estado do Rio de Janeiro (PGD-RJ). **Cadernos do Desenvolvimento Fluminense**, v. 3, p. 189-211, 2013.

MAXIMIANO, Antonio César Amauri. **Introdução à Administração.** São Paulo: Atlas, 2007.

MENDO CARMONA, C. Consideraciones sobre el método arquivístico. **Documenta & Instrumenta**, v.1, p.24-35, 2004.

NUNES, Alexandre Augusto Pereira. **O direito fundamental de acesso à informação.** Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014.

OCDE. **Recomendações do Conselho da OCDE sobre a Integridade Pública**. 2019. Disponível em: https://www.OCDE.org/gov/ethics/integrity-recommendation-brazilian-portuguese.pdf . Acesso em 02 out. 2021.

RIO DE JANEIRO. Decreto Rio nº 48.773, de 10 de junho de 2021. Cria o Programa de Gestão de Documentos da Cidade do Rio de Janeiro – PGD Carioca e dá outras providências. Disponível em: https://doweb.rio.rj.gov.br/portal/visualizacoes/pdf/4982#/p:11/e:4982?find=programa%20de%20gest%C3%A3o%20de%20documentos%20da%20cidade%20do%20Rio%20de%20janeiro . Acesso em: 23 jan. 2022

RIO DE JANEIRO. Decreto Rio 48349, de 1º de janeiro de 2021. Cria o Programa de Integridade Pública e Transparência - Rio Integridade, e dá outras providências. Disponível em: https://doweb.rio.rj.gov.br/portal/visualizacoes/pdf/4791#/p:19/e:4791?find=Decreto%20Rio%20n.%C2%BA%2048.349,%20de%201%20de%20janeiro%20de%202021 .

RODRIGUES, Ana Célia. **Diplomática contemporânea como fundamento metodológico da identificação de tipologia documental em arquivos.** Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciência Humanas da Universidade de São Paulo (USP), São Paulo. 2008. 258P. Disponível em:

http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-27112008-151058/pt-br.php . Acesso em: 28 jun. 2021.

RODRIGUES, Ana Célia. Organização de Arquivos Permanentes: usando a tipologia documental como método. In: **História, Arquivos & Mídias Digitais**. 1 Ed. Fortaleza, CE: Expressão Gráfica e Editora, pp. 114-130, 2013.

RODRIGUES, Ana Célia. Identificação arquivística como requisito da gestão de documentos: contribuição para aplicação da lei de acesso à informação no Brasil. In**: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**, 15., 2014, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: UFMG, 2014.

SILVA, Carlos Guardado da. **Investigação em Ciência da Informação**. Lisboa: Edições Colibri. 2019.

SOBRE OS AUTORES

Alexandre Faben Alves
Bacharel em Arquivologia pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Mestre e Doutorando em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense (PPGCI/UFF).

Aline Camargo Torres
Técnica do Arquivo Nacional. Bacharel em Ciências Sociais pela UFF, mestre em História, Política e Bens Culturais pelo CPDOC/FGV e doutoranda em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UFF.

Ana Carla Epitácio Mazzeto
Bacharel em Biblioteconomia e Documentação pela Universidade Federal Fluminense. Mestre (2020-2022) e Doutoranda em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense. Possui Pós-Graduação (Lato Sensu) em Planejamento, Implementação e Gestão de Educação a Distância (PIGEAD) realizado na Universidade Federal Fluminense (2015).

Ana Célia Rodrigues
Pós-Doutorado pela Universidade de São Paulo (2015) e pela Universidad Carlos III de Madrid, Espanha (2013-2014), com bolsa CAPES. Graduação em História pelo Instituto Superior de Ciências, Letras e Artes de Três Corações (1988). Especialização em Organização de Arquivos pelo Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (1992) e pela Escuela Nacional de Archiveros do Peru, OEA (1993). Doutorado (2008) e Mestrado (2003) em História Social pela Universidade de São Paulo. Pós-Doutorado pela Universidade de São Paulo (2015) e pela Universidad Carlos III de Madrid, Espanha (2013-2014), com bolsa CAPES.

Ana Cláudia Lara Coelho Aranha
Bacharel e licenciada em Educação Artística pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Bacharel em Arquivologia pela Universidade Federal Fluminense. Mestre e Doutoranda em Ciência da Informação pela Universidade Federal Fluminense. Bolsista Capes.

Ana Paula Lima dos Santos
Bibliotecária da Superintendência de Documentação da Universidade Federal Fluminense (2011-). Bacharel em Biblioteconomia pela UNIRIO (2001-2005). Mestre (2010-2012) e Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação PPGCI/UFF (2021-).

Ana Paula Sales Chelotti
Bacharel em Arquivologia e mestranda em Ciência da Informação pela Universidade de Brasília - UnB.

Asy Pepe Sanches Neto
Bacharel em Biblioteconomia e Documentação, Mestre e Doutor em Ciência da Informação pela Universidade Federal Fluminense.

Bianca Therezinha Carvalho Panisset
Arquivista. Mestre em Gestão de Documentos e Arquivos pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Servidora Pública Federal, exercendo o cargo de Tecnologista (perfil Arquivo), da carreira de Desenvolvimento Tecnológico, na Fundação Casa de Rui Barbosa.

Carlos Guardado da Silva
Professor no Programa de Ciências da Documentação e Informação e Investigador no Centro de Estudos Clássicos, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa. Doutor em História Medieval pela Universidade de Lisboa, com Agregação em Ciência da Informação pela Universidade de Coimbra.

Clarissa Schmidt
Professora no Departamento de Ciência da Informação e no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense. Doutora em Ciência da Informação pela Universidade de São Paulo.

Concepción Mendo Carmona
Professora catedrática na Escuela Universitaria. Facultad de Ciencias de la Documentación. Universidade Complutense de Madrid.

Daniel Flores
Professor no Departamento de Ciência da Informação e no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense. É Líder do Grupo de Pesquisa CNPq UFF Ged/A.

Danilo André Cinacchi Bueno
Professor Assistente do Departamento de Arquivologia e Coordenador do Curso de Graduação em Arquivologia e Professor do quadro permanente do Programa de Pós-graduação em Gestão de Documentos e Arquivos - PPGARQ - da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO. Bacharel em Arquivologia, Mestre e Doutor em Ciência da Informação pela Universidade Federal Fluminense (UFF).

Denize Laureano Rocha
Arquivista na Diretoria de Documentação Institucional da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Bacharel em Arquivologia pela UFES, Mestre em Gestão de Documentos e Arquivos pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e Doutoranda em Ciência da Informação na Universidade Federal Fluminense (UFF).

Eliane Braga de Oliveira
Professora do Departamento de Ciência da Informação da Universidade de Brasília - UnB. Graduada em Sociologia, Mestre

em Biblioteconomia e Documentação e Doutorado em Ciência da Informação pela UnB, possui estágio de doutoramento na Universidade do Porto, Portugal.

Elisabete Gonçalves de Souza
Professora no Departamento de Ciência da Informação e no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense. Bacharel em Biblioteconomia e Documentação e em História pela UFF. Mestre em Educação pela UFF. Doutora em Filosofia e História da Educação pela UNICAMP.

Fabiana Costa Dias
Arquivista do Instituto Moreira Salles. Bacharel em História e Arquivologia, Mestre em Gestão de Documentos e Arquivos, pela UNIRIO e doutoranda em Ciência da Informação.

Fernanda Bouth Pinto
Arquivista no Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas/Fundação Oswaldo Cruz. Bacharel em Arquivologia pela UFF, Mestre em Gestão de Documentos e Arquivos pela UNIRIO e doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação/UFF.

Isabella Henrique Lima Pereira
Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense (UFF). Bacharel em Biblioteconomia e Documentação, graduanda de Arquivologia pela UFF.

Janaina Costa Rodrigues
Bibliotecária escolar na Escola Pio XII - Rede ICM. Mestranda em Ciência da Informação no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense. Bacharel em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

Juliana Loureiro Alvim Carvalho
Doutoranda em Ciência da Informação do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense (UFF). Bacharel em Arquivologia e Mestre pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).

Linair Maria Campos
Professora no Departamento de Ciência da Informação e no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense. Graduada em Informática, Mestre em Informática pelo NCE/UFRJ e Doutora em Ciência da Informação pelo IBICT/UFF.

Lívia de Oliveira Lima Cavalcanti de Araújo
Bacharel em Biblioteconomia e Documentação pela Universidade Federal Fluminense e Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense.

Lucia Maria Velloso de Oliveira
Professora no Departamento de Ciência da Informação e no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense. Professora no Programa de Pós- Graduação em Memória e Acervos da Fundação Casa de Rui Barbosa. Bacharel em História e em Arquivologia, Mestre em Ciência da Informação pelo IBICT/UFF e Doutora em História pela USP.

Marcela Gonçalves Teixeira
Arquivista na Universidade Federal do Ceará. Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense. Mestre em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior pela Universidade Federal do Ceará. Especialista em Gestão em Arquivos pela Universidade Federal de Santa Maria. Bacharel em Arquivologia pela Universidade Estadual da Paraíba e bacharel em Biblioteconomia pela Universidade Federal da Paraíba.

Matheus Rodrigues Garcia de Almeida
Bacharel em Arquivologia pela Universidade Federal Fluminense - UFF, Mestrando em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação pela Universidade Federal Fluminense - PPGCI UFF.

Michelle Caswell
Professora de estudos arquivísticos no departamento de estudos da informação da Universidade da California, Los Angeles (UCLA). Cofundadora do arquivo comunitário *South Asian American Digital Archive*, SAADA.

Michely Jabala Mamede Vogel
Professora no Departamento de Ciência da Informação e no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense. Bacharel em Biblioteconomia e Documentação, Mestre e Doutora em Ciência da Informação pela USP.

Mônica Tenaglia
Professora na Faculdade de Arquivologia e no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal do Pará. Bacharel em História pela USP, Mestre em Arquivologia pela University College London (UCL) e Doutora em Ciência da Informação pela UnB.

Natalia Bolfarini Tognoli
Professora no Departamento de Ciência da Informação e no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense. Bacharel em Arquivologia, Mestre e Doutora em Ciência da Informação pela Unesp. É líder do grupo de pesquisa Arquivos, Bibliotecas e Organização do Conhecimento. Presidente do Capítulo brasileiro da ISKO (2020-2021 e 2022-2023).

Nina Gomes Sobral Barcellos D'Almeida
Bacharel em Biblioteconomia e Documentação na

Universidade Federal Fluminense (GCI - UFF). Mestre (2022) e Doutoranda em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense (PPGCI-UFF).

Raquel Torrão Valentim
Bacharel em Arquivologia pela Universidade Federal Fluminense e Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense.

Renato de Mattos
Professor no Departamento de Ciência da Informação e no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense. Bacharel e Licenciado em História, Mestre e Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP)

Silvio Marcos Dias Santos
Doutor em Ciência da Informação pela Universidade Federal Fluminense (2022), Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Bahia (2010) e Bacharel em Biblioteconomia e Documentação pela Universidade Federal Fluminense (1992). Faz parte do corpo efetivo do Instituto Federal do Paraná, Campus Avançado Coronel Vivida, exercendo a função de Bibliotecário-Documentalista.

Sofia Frahlich Cavalleiro
Bacharel em Biblioteconomia e Documentação pela UFF. Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense (UFF).

Tainá Regly
Bacharel em Biblioteconomia e Documentação pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Mestre em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) em convênio com o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência

e Tecnologia (IBICT). Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) em convênio com o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT).Pesquisadora na Coordenação Geral de Tecnologias de Informação e Informática (CGTI) do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT).

Verônica Barboza Scartassini
Bacharel em Biblioteconomia e Mestra em Comunicação e Informação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense.

Vinícius Ribeiro Soares dos Santos
Doutorando e Mestre em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense. Bacharel em Biblioteconomia e Documentação pela UFF.

Vitor Manoel Marques da Fonseca
Professor do Departamento de Ciência da Informação e do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense. Licenciado em História pela PUC-RJ, Mestre e Doutor em História pela UFF.